



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUEM FOI QUEM NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946

Um perfil socioeconômico
e regional da Constituinte de 1946

VOLUME II

SÉRGIO SOARES BRAGA

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**50^a Legislatura – 4^a Sessão Legislativa
1998**

Presidente:	MICHEL TEMER (PMDB-SP)
Primeiro-Vice-Presidente:	HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)
Segundo-Vice-Presidente:	SEVERINO CAVALCANTI (PPB-PE)
Primeiro-Secretário:	UBIRATAN AGUIAR (PSDB-CE)
Segundo-Secretário:	NELSON TRAD (PTB-MS)
Terceiro-Secretário:	PAULO PAIM (PT-RS)
Quarto-Secretário:	EFRAIM MORAIS (PFL-PB)

Suplentes de Secretário

Primeiro-Suplente:	JOSÉ MAURÍCIO (PDT-RJ)
Segundo-Suplente:	WAGNER SALUSTIANO (PPB-SP)
Terceiro-Suplente:	ZÉ GOMES DA ROCHA (PSD-GO)
Quarto-Suplente:	LUCIANO CASTRO (PSDB-RR)

Diretor-Geral: **Adelmar Silveira Sabino**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozaré Vianna de Paiva**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUEM FOI QUEM NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946

Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946

Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.

VOLUME II

SÉRGIO SOARES BRAGA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Coordenação de Publicações

BRASÍLIA - 1998

R
929.342.53 (81)
BRAÇA 55
62UEM
V. 2.
EX. 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

SÉRIE

Ação cultural. Temas de interesse do Legislativo.

n. 6

Cam 00152937

Braga, Sérgio Soares.

Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 : um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946 / Sérgio Soares Braga. — Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo ; n. 6)

ISBN 85-7365-030-3

Dissertação (Mestrado) — Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

1. Brasil. Assembléia Nacional Constituinte (1946). 2. Deputado, biografia, Brasil (1946). 3. Senador, biografia, Brasil (1946). Constituintes, biografia, Brasil (1946). I. Título. II. Série.

CDU 929.342.53(81)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Câmara dos Deputados

ISBN 85-7365-030-3

S U M Á R I O

VOLUME II

4.9 Bancada de Goiás	319
4.10 Bancada do Maranhão	335
4.11 Bancada de Mato Grosso	350
4.12 Bancada de Minas Gerais	361
4.13 Bancada do Pará	428
4.14 Bancada da Paraíba	446
4.15 Bancada do Paraná	466
4.16 Bancada de Pernambuco	481
4.17 Bancada do Piauí	521
4.18 Bancada do Rio Grande do Norte	534
4.19 Bancada do Rio Grande do Sul	553
4.20 Bancada do Rio de Janeiro	600
4.21 Bancada de Santa Catarina	635
4.22 Bancada de São Paulo	652
4.23 Bancada de Sergipe	737
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES UTILIZADAS	749
 ÍNDICE ONOMÁSTICO	763

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTECA

DOAÇÃO

7287/98

13.10.98 v2 ext

BANCADA DE GOIÁS

- 1) PEDRO LUDOVICO (Senador/PSD);
- 2) DÁRIO CARDOSO (Senador/PSD);
- 3) CAIADO DE GODÓI (PSD);
- 4) DIÓGENES MAGALHÃES (PSD);
- 5) GALENO PARANHOS (PSD);
- 6) GUILHERME XAVIER (PSD);
- 7) JOÃO D'ABREU (PSD);
- 8) DOMINGOS VELASCO (ED/UDN);
- 9) JALES MACHADO (UDN).

7 PSD + 1 UDN + 1 ED/UDN = 9

BANCADA DO PSD — GO

Em Goiás, o PSD foi organizado sob a liderança do ex-Interventor Pedro Ludovico, a principal personalidade política do Estado no pós-trinta e intimamente entrosado com as diretrizes administrativas do Governo Central. A Bancada do PSD/GO era composta por **Pedro Ludovico**, Interventor nomeado por Vargas (1930-1934), Governador eleito (1935), e novamente Interventor Federal (1937-1945) em Goiás, durante o Estado Novo; **Dário Cardoso**, Procurador-Geral do Estado (1934-1945) e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1937-1945) de Goiás, durante o Estado Novo; **Caiado de Godói**, Prefeito de Goiás (1936-1937) e Secretário de Segurança Pública de Goiás na vigência da ditadura estado-novista; **Diógenes Magalhães**, assessor e amigo pessoal de Pedro Ludovico; **Galenos Paranhos**, Chefe de Polícia (1938-1942) e Presidente do Conselho Administrativo de Goiás, durante o Estado Novo (1945); **Guilherme Xavier**, Prefeito de Morrinhos (1936-1945); **João d'Abreu**, Prefeito de Arraias (1926-1930) na República Velha e Secretário da Fazenda de Goiás na vigência do Estado Novo. Segundo Sérgio Miceli, em Goiás

"a bancada pessedista incluía políticos que se firmaram em função dos serviços prestados às Interventorias, onde a maioria chegou a ocupar postos de relevo — Interventores, Secretários de Estado, Prefeitos —, sendo que alguns deles pertenciam, em graus e a títulos diversos, a clãs oligárquicos estaduais" (MICELI, 1986 : 568).

PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 23 de outubro de 1891, Goiás Velho, GO.

Falecimento: 17 de agosto de 1979.

Filho de João Teixeira Álvares, médico e membro da Academia Nacional de Medicina. Casado com Gersina Borges Teixeira, filha de Antônio Martins Borges, fazendeiro, comerciante e Senador Estadual por Goiás durante a República Velha (sem data).

Profissão: Proprietário de terras, banqueiro e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1915), após o que exerceu a medicina no interior de Goiás. Foi também acionista e fundador do Banco do Comércio de Anápolis, GO, e proprietário de várias fazendas em Rio Verde, GO.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Iniciou sua atuação política na década de 1920, fazendo oposição ao clã familiar situacionista dos Caiado no Estado de Goiás, através do jornal *O Sudoeste*, do qual foi um dos fundadores. Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Goiás. Membro da Junta Governativa que tomou o poder após a Revolução de 30 e Interventor do Estado de Goiás (1930-1934). Fundador e um dos principais dirigentes do Partido Social Republicano de Goiás, agremiação que viria a eleger todos os membros da bancada goiana à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Governador eleito de Goiás (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Interventor Federal no Estado de Goiás (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/GO, tornando-se Presidente da seção estadual do partido (1945). Embora tenha permanecido por 15 anos consecutivos na chefia do Governo goiano, essa foi sua primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Goiás, tendo sido redator do jornal goiano *A Voz do Povo* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Estado de Goiás e na defesa da mudança da capital para a região central do País. Nesse sentido, ocupou a tribuna várias vezes para realizar pronunciamentos defendendo a si próprio e a seu governo das freqüentes e virulentas críticas feitas por Jales Machado (UDN/GO) aos quinze anos de sua gestão à frente do Governo de Goiás (XIV, 526-528; XV, 6-9 etc.), envolvendo-se em violentas polêmicas e trocas de acusações com o Deputado udenista, que se tornaram conhecidas durante os trabalhos constituintes como "pugilato goiano"; num desses arrazoados, chegou a afirmar que

"é doloroso, Sr. Presidente, ver a reputação sujeita aos botes traiçoeiros e às mesquinhias investidas de um aventureiro audacioso remanescente dos tempos ominosos da Velha República, quando desempenhou papel saliente em uma das mais sujas e indignas situações políticas de que há memória no Estado" (XIV, 527),

o que é bem uma amostra da intensidade das acusações trocadas entre os dois parlamentares. Além disso, também proferiu discurso favorável à mudança da capital para o Planalto Central (VIII, 260) e participou dos debates sobre o problema da pecuária, denunciando a exploração imposta pelos charqueadores e frigoríficos aos pecuaristas, tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia indicações e requerimentos "solicitando ao Executivo" a feitura de obras no interior de seu estado.

Apresentou duas emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 986 (rejeitada; XXIII, 280), proibindo "contratos de arrendamento ou parceria agrícola que impliquem pagamento superior a 25% da produção do trabalhador ao proprietário de terras agrícolas", e a de nº 3.635, determinando a nomeação, noventa dias após a promulgação da Carta Constitucional, de uma comissão de técnicos objetivando escolha de área no Planalto Central para a localização da nova capital do País.

DÁRIO DÉLIO CARDOSO — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de agosto de 1899, Corumbá, GO.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Amanuense da Secretaria Particular da Presidência do Estado de Goiás (1922). Escriturário da Prefeitura de Goiás (1923-1924). Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1927). Procurador-Geral da República em Goiás (1928-1936). Professor da Faculdade de Direito de Goiás (1932). Diretor da Faculdade de Direito de Goiás (1933). Procurador-Geral do Estado de Goiás (1934-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Em meados da década de 30, fez parte da "ala esquerdista" do PSR — Partido Social Republicano, de Goiás (1934-1937), tendo apoiado a candidatura derrotada de Domingos Velasco ao Governo do Estado (1934). Durante o Estado Novo, foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral em Goiás (1937-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Conselho Federal da OAB.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais e revistas jurídicas em Goiás e no Rio de Janeiro e escreveu *A família* (sem data) e *Formas de Estado e formas de governo* (tese de concurso, sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública e membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 28^a Sessão, a 19 de março de 1946 (IV, 129). Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da produção agropecuária no interior do País, à política regional goiana e à organização do aparelho judiciário. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos enumerando as agruras do "homem do campo" e reivindicando medidas de "amparo" ao produtor rural (VI, 220; XIX, 11), e para justificar propostas de sua autoria aos capítulos "Poder Judiciário" e "Da Educação", da Constituição (XI, 390-399; XIX, 316-320; XX, 140), tendo ainda realizado longo pronunciamento abordando o tema da *imigração* (IX, 58-68), no qual preconizou a necessidade de uma imigração seletiva que excluísse os germânicos e japoneses. Também tomou parte no charivari ocorrido em plenário envolvendo Pedro Ludovico (PSD/GO) e seu "perene adversário", Jales Machado (UDN/GO), utilizando-se da palavra várias vezes para defender sua própria figura e a do ex-Interventor dos libelos proferidos da

tribuna pelo udenista goiano. Além disso, manifestou-se a favor da "unificação do Judiciário", da mudança da Capital Federal para o interior do País, e declarou voto contra o "substitutivo Capanema" sobre o problema da educação, a "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas, e contra a emenda (aprovada) de Aloísio de Carvalho (UDN/BA), estabelecendo a soberania das decisões do tribunal do júri.

Apresentou 36 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas regulamentando aspectos do funcionamento do aparelho judiciário e da carreira do Juízes. Destacam-se as de nº 434, proibindo aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a delegação de funções; nº 457, determinando a eleição dos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais pelos Tribunais de Justiça locais; nº 1.191, reintegrando em seus cargos os professores catedráticos vitalícios afastados em virtude de dispositivo da Constituição de 1937; nº 2.091 (rejeitada; XXIV, 227), equiparando os vencimentos dos funcionários da União, dos Estados e dos Municípios que exercessem cargos ou funções da mesma natureza e de igual responsabilidade; e a de nº 3.246 (rejeitada; XXIII, 385), sugerindo nova redação a todo um capítulo "Da Educação e da Cultura" a ser acrescentado à Carta Constitucional e contrária ao ensino de línguas estrangeiras em colégios nacionais.

ALBATÊNIO CAIADO DE GODÓI — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 14 de abril de 1893, Goiás Velho, GO.

Filho de João Francisco de Oliveira Godói, Promotor Público, Juiz de Direito, Chefe de Polícia, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás.

Falecimento: 4 de fevereiro de 1973.

Profissão: Advogado-funcionário público, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1919), após o que tornou-se Promotor Público em Santa Rita do Parnaíba (1919). Consultor jurídico da Delegacia Fiscal em Goiás (1932-1935). Durante o Estado Novo, foi Procurador da República do Estado de Goiás (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual (1922-1924). Deputado Estadual (1924-1928). Secretário-Geral do Estado de Goiás (1936). Prefeito da cidade de Goiás, GO (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário de Segurança Pública do Estado na Interventoria de Pedro Ludovico (sem data).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Presidente do Instituto dos Advogados de Goiás e do Conselho Seccional da OAB. Participou do I Congresso Nacional de Direito Judiciário (1936) e da II Conferência Penitenciária Brasileira (1944). Foi Presidente da Associação Goiana de Imprensa.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Goiás e colaborou na *Revista de Jurisprudência de Goiás*. Dirigiu ainda o jornal *Voz do Povo* no mesmo Estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre o *casamento religioso com validade civil* (XVII, 140; XX, 336), nos quais justificou emenda de sua autoria sobre o assunto, e para declarar voto a favor das moções de Nereu Ramos (PSD/SC) apoiando o Governo por ter dissolvido a tiros comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca (X, 217), e de Otávio Mangabeira (UDN/BA), louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945. Além disso, interveio nos debates sobre a questão da pecuária, culpando os frigoríficos compradores de carne pela escassez do produto nos centros urbanos e enviou à Mesa da Assembléia requerimentos solicitando obras na região de Anápolis, no interior de seu estado.

Apresentou quinze emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 3.675, favorável ao mandato presidencial de 6 anos, e a de nº 3.085, regulamentando a validade civil do casamento religioso.

DIÓGENES MAGALHÃES SILVEIRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 31 de março de 1895, Maceió, AL.

Falecimento: janeiro de 1981.

Genro do Coronel Antônio Martins Borges, proprietário de terras e

Senador por Goiás na República Velha (sem data). Concunhado de Pedro Ludovico, ex-Interventor de Goiás e Senador à Constituinte de 1946 (PSD/GO).

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, MG (1916). Sem informação sobre suas atividades profissionais. Segundo Gastão Pereira da Silva, à época, Diógenes Magalhães era proprietário de uma "grande e moderna casa de saúde em Uberlândia", onde havia se radicado (SILVA, 1947: 322).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Ainda de acordo com Gastão Pereira da Silva, era "amigo pessoal do ex-Interventor Pedro Ludovico" (SILVA, 1947 : 322). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Concentrou sua atuação na defesa da gestão do ex-Interventor Pedro Ludovico (PSD/GO) das contínuas e insistentes críticas feitas a seu governo pelo udenista Jales Machado, tendo por várias vezes participado de trocas de acusações com este parlamentar. Além de tomar parte no "pugilato goiano", pronunciou longo discurso sobre *a transferência da Capital da República* (XVIII, 186-190), no qual defendeu veementemente a mudança da Capital Federal para o interior do País.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

GALENO PARANHOS — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 26 de março de 1898, Catalão, GO.

Filho de Augusto Pimentel Paranhos, Deputado Estadual, Coronel e chefe político em Catalão. Genro de João Alves de Souza, Tenente-Coronel do Exército e chefe político em Patrocínio, MG.

Falecimento: 3 de maio de 1969.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Goiás (sem data). Advogado da agência do Banco do Brasil em Ipameri, GO (1929-1930). Inspetor Federal de Ensino (sem data). Durante o Estado Novo, foi Procurador do Estado de Goiás (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Chefe de Polícia (1938-1942) e Presidente do Conselho Administrativo do Estado de Goiás (1945) na gestão do Interventor Pedro Ludovico.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o regime estado-novista representou o III Congresso Agropecuário do Brasil Central junto ao Ministro da Fazenda, Sousa Costa (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Defesa e Amparo da Pecuária. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de problemas referentes à questão agrária e na defesa combativa dos interesses dos pecuaristas de sua região de origem, participando de vários debates no recinto da Assembléia sobre o problema da pecuária e do zebu. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir longos e importantes discursos sobre *a situação da pecuária nacional* (III, 426-434; IV, 239-241), nos quais, dentre outras coisas, apoiou várias reivindicações dos pecuaristas, protestou veementemente contra recentes medidas governamentais de corte do crédito agrícola, e acusou o Governo de prejudicar os fazendeiros pecuaristas em detrimento dos intermediários (banqueiros, frigoríficos estrangeiros e charqueadores). Também realizou pronunciamentos sobre *a mecanização da lavoura e os problemas agropecuários do Brasil* (V, 383-391; X, 261-267), onde posicionou-se a favor da necessidade de uma reforma agrária e de maior facilidade ao crédito para modernizar a agropecuária brasileira, e proferiu discurso defendendo a mudança da Capital Federal para Goiânia (XX, 350). Finalmente, manifestou-se ferrenhamente contrário à proposta de alguns parlamentares de proibir a Constituinte de tratar de assuntos

estranhos ao processo de elaboração constitucional e foi a favor do sistema eleitoral proporcional.

Apresentou seis emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 611, favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social; nº 1.121 (aprovada; XXIII, 287), determinando a criação, pela União, de estabelecimento de crédito especializado no amparo à lavoura e à pecuária nacional por parte do poder público; e a de nº 2.566 (rejeitada; XXII, 331), permitindo o exercício de outra função profissional aos Juízes aposentados ou em disponibilidade.

GUILHERME XAVIER DE ALMEIDA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 7 de fevereiro de 1910, Morrinhos, GO.

Filho de José Xavier de Almeida, proprietário de terras (pecuarista), Presidente da Província de Goiás (1901-1905) e Deputado Federal (1905-1909) durante a República Velha.

Falecimento: 7 de junho de 1973.

Profissão: Proprietário de terras e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1932). Juiz municipal em Caldas Novas, GO (1933-1934). Durante o Estado Novo, foi tabelião do 1º Ofício em Morrinhos, GO (1944).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual Constituinte pelo PSR — Partido Social Republicano, em Goiás (1935-1936). Prefeito de Morrinhos, GO, cargo em que permaneceu, durante o Estado Novo (1936-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais de Goiás e da região do Triângulo mineiro.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para defender o ex-Interventor goiano Pedro Ludovico das acusações de seu "perene adversário", Jales Machado (UDN/GO),

acerca do uso da máquina eleitoral estado-novista nas eleições de 2 de dezembro de 1945.

Apresentou uma emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 3.572, proibindo o acúmulo de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

JOÃO D'ABREU — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 4 de julho de 1888, Taguatinga, GO.

Falecimento: 28 de outubro de 1976.

Profissão: Advogado, professor universitário e dentista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro (1911) e pela Faculdade de Direito de Goiás (1925). Professor da Faculdade de Odontologia de Goiás. Professor catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito de Goiás (sem data). Procurador da Fazenda Pública, em Goiás.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Arraias, GO (1923-1926). Prefeito de Arraias, GO (1926-1930). Secretário de Finanças e de Segurança Pública do Estado de Goiás (sem data). Deputado Estadual (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário da Fazenda de Goiás (sem data).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Presidente do Conselho Penitenciário e do Conselho de Economia de Goiás (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Assim como boa parte dos membros da bancada pessedista goiana, concentrou sua atuação na defesa da gestão do ex-Interventor Pedro Ludovico dos ataques de Jales Machado e na realização de pronunciamentos argumentando favoravelmente à mudança da capital da República para a região do Planalto Central do Brasil. Assim, pronunciou discursos procurando demonstrar as vantagens da mudança da capital para o interior do País (XI, 299-309; XXV, 27) e tomou parte no "pugilato goiano", tendo chegado a afirmar, numa de suas intervenções a favor do ex-Chefe de Governo de Goiás, que "(...) não há um só goiano que não aplique ao Senador Pedro Ludovico a célebre frase do grande Ministro

Churchill: 'Nunca tantos deveram tanto a tão poucos'" (XV, 17).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 3.635 (prejudicada após aprovação de outra com conteúdo análogo; XXV, 73), regulamentando a transferência da Capital Federal para o interior do País.

BANCADA DA UDN — GO

Segundo Maria Vitória Benevides,

"Em Goiás, a UDN sempre foi a segunda força eleitoral. Fundada pelo antigo militante da Aliança Nacional Libertadora, **Domingos Velasco** (que ingressara na Esquerda Democrática e, posteriormente, no Partido Socialista) a UDN goiana consubstanciava a oposição ao principal grupo político chefiado pelo cacique do PSD, Pedro Ludovico (o que não a impedia de agregar grupos oligárquicos de oposição, como os Caiado e os **Jales Machado**)" (BENEVIDES, 1981: 235).

DOMINGOS NETO VELASCO — ED/UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de outubro de 1899, Goiás, GO.

Falecimento: 10 de março de 1973.

Profissão: Advogado-funcionário público, jornalista e militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, DF, formando-se Segundo-Tenente do Exército (1920). No início da década de 1920, exerceu o jornalismo, tendo colaborado na *Revista dos Militares*, editada em Porto Alegre, e em outros periódicos. Reformado no posto de Primeiro-Tenente por sua participação no movimento tenentista, em São Paulo (1924). Formado pela Faculdade de Direito de Niterói (1931). Procurador do Governo de Goiás, no Distrito Federal (1932).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Militou no movimento tenentista, a partir de 1922. Participou da revolta tenentista em São Paulo (1924). Atuou na oposição ao domínio do clã familiar dos Caiado em Goiás, durante a

República Velha (1925-1929). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Goiás (1929-1930). Secretário de Segurança e Assistência Pública em Goiás, na gestão do Interventor Pedro Ludovico (1931-1932). Comandante-Geral das forças goianas no combate ao movimento constitucionalista paulista (1932). Um dos fundadores do PSR — Partido Social Republicano, em Goiás (1933), tendo feito parte da "ala esquerdistas" do partido, que divergia da "ala direitista", liderada por Pedro Ludovico. Deputado Federal Constituinte, PSR/GO (1933-1935). Deputado Federal, PSR/GO; durante seu mandato fez parte do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares e sofreu prisão política, sob o pretexto de pertencer à ANL e ao PCB (1936-1937). Já em liberdade, apoiou a candidatura presidencial de José Américo de Almeida, opondo-se em seguida à instauração do Estado Novo (1937). Sem informação sobre sua atuação política, durante o Estado Novo. No contexto da crise da ditadura estado-novista, participou ativamente do movimento em prol da redemocratização; integrou a Comissão de Estudos de Direito Eleitoral e Organização Partidária da UDN e, posteriormente, foi um dos fundadores e Secretário-Geral da Esquerda Democrática (1945). Após a Constituinte de 1946, foi um dos fundadores do PSB — Partido Socialista Brasileiro (1946).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No início da década de 1930, foi membro do Clube 3 de Outubro, organização tenentista. Durante seu mandato parlamentar em meados da década de 1930, pronunciou vários discursos defendendo o direito à existência legal da ANL (1935).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de exercer o jornalismo, publicou: *Direito eleitoral* (1934); *Defesa prévia* (1936); *Sal da terra* (1939); e *Rumos políticos* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Relator-Geral da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light e membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar atuante em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao legado ditatorial do regime estado-novista, na defesa da ampliação das liberdades políticas e na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária no Brasil Central. Logo no início dos trabalhos constituintes, tomou a palavra para manifestar-se veementemente contrário à vigência da Constituição de 1937 (II, 343; II, 377) e para ler documento elaborado pela Esquerda Democrática

analisando a conjuntura econômico-política do momento e criticando a postura governamental de repressão às greves (III, 51). Também ocupou a tribuna para proferir vários discursos enfocando *a situação da pecuária no Brasil Central* (IV, 226-231; VIII, 397-400; XIV, 523-524; XVII, 204; XIX, 359) nos quais criticou duramente os proprietários dos frigoríficos e os "grupos do capital financeiro internacional" por estarem especulando no mercado de carnes em detrimento dos fazendeiros criadores de gado, e expôs várias reivindicações dos pecuaristas ao Governo Central. Crítico tanto do liberalismo econômico quanto do "comunismo", em seus pronunciamentos doutrinários procurou conservar-se eqüidistante em relação a essas duas correntes ideológico-programáticas, tendo afirmado que "(...) como cristão e como católico, reafirmei a minha independência em face do comunismo ateu e do capitalismo burguês" (V, 80). Além disso, posicionou-se diversas vezes contra as medidas governamentais de repressão ao movimento grevista e sindical, e manifestou-se favorável ao mandato de 4 anos para Deputados e para Presidente da República, e veementemente contrário à concessão à Câmara e ao Senado Federal da prerrogativa de suspensão das imunidades dos parlamentares. Na condição de Relator-Geral da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light, posicionou-se a favor da readmissão dos trabalhadores demitidos durante a greve na empresa anglo-canadense (XII, 336).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 3.550, regulamentando a aposentadoria, por tempo de serviço, do funcionalismo público.

JALES MACHADO DE SIQUEIRA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 14 de abril de 1894, Alfenas, MG.

Falecimento: 25 de julho de 1975.

Profissão: Proprietário de terras (cafeicultor e pecuarista), industrial e engenheiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo (1919), após o que trabalhou em diversas obras em Goiás e na região do Triângulo mineiro. Diretor da Estrada de Ferro de Goiás (1930-1931). Diretor da Empresa de

Força e Luz de Buriti Alegre (1931-1933). Fundador e Diretor da Empresa Minerva de Eletricidade Industrial (1934). Foi grande proprietário de terras (cafeicultor e pecuarista) no interior dos Estados de Minas Gerais e Goiás.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Buriti Alegre, GO, pela legenda do PL — Partido Libertador, de Goiás (1928-1929). Secretário de Obras Públicas do Estado de Goiás (1929-1930). Secretário da Aliança Liberal em Minas Gerais, tendo participado da Revolução de 30 neste último Estado na condição de Comandante do Batalhão Revolucionário de Tupaciquara, MG (1929-1930). Eleito Suplente de Deputado Federal nas eleições de 1934. Apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à Presidência da República (1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Instituto de Engenharia de São Paulo. Militou na Coligação Libertadora, agremiação de oposição ao Interventor Pedro Ludovico fundada por Domingos Velasco, tendo abandonado a entidade para apoiar a candidatura de Armando Sales de Oliveira à Presidência da República (1937)

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se no combate ao intervencionismo estatal e na abordagem de questões referentes à política regional goiana, tendo ocupado a tribuna inúmeras vezes para desferir inúmeros e violentos libelos contra o ex-Interventor de Goiás, Pedro Ludovico (PSD/GO), que provocaram acirradas discussões no recinto da Assembléia. Crítico ferrenho das práticas intervencionistas implementadas no pós-trinta, em geral, e, durante o Estado Novo, em particular, logo no início dos trabalhos constituintes tomou a palavra para proferir longo discurso enfocando o tema da *Economia Dirigida* (II, 338-343), no qual criticou veementemente a intervenção de vários órgãos estatais (DNC, IAA, Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil etc.) nos mercados de produtos agrícolas e reivindicou a imediata extinção de todas as autarquias e órgãos de "economia dirigida" criados durante o Estado Novo; participando freqüentemente dos debates travados em plenário sobre o tema, acusou reiteradas vezes o Governo e a coordenação da Mobilização Econômica de serem "sócios dos industriais"

na obtenção de "lucros extraordinários" nas atividades urbanas, ocasionando o "êxodo rural" e prejudicando a produção agrícola, reivindicando a imediata supressão dos mecanismos reguladores das "forças de mercado" para a resolução dos problemas que afligiam a economia brasileira. Também ocupou a tribuna para pronunciar-se sobre *a crise da lavoura cafeeira* (III, 307-311), louvando o governo Dutra e o Ministro da Fazenda, Gastão Vidigal,

"pela sua resolução de extinguir o DNC, medida anunciada aos representantes da lavoura e comércio cafeeiro, recentemente reunidos nesta Capital (...) e há tempos preconizada pelo nosso grande candidato — Brigadeiro Eduardo Gomes" (III, 307),

tendo afirmado também que "a medida mais eficiente de amparo não só do café, mas de toda a lavoura nacional, seria o abandono absoluto do dirigismo econômico e a decretação da inteira liberdade de comércio e produção" (III, 308).

Além disso, realizou seguidos pronunciamentos (XIV, 284-289; XIV, 528-533; XV, 15-19; XVII, 6 etc.) criticando violentamente diversos aspectos da gestão do ex-Interventor Pedro Ludovico em Goiás (continuidade da máquina administrativa estado-novista, perseguições policiais a adversários, falcatruas administrativas etc.) e envolvendo-se em acirradas polêmicas e trocas de acusações com o Senador pessedista, que várias vezes culminaram na interrupção da sessão por falta de decoro parlamentar, e ocasionaram o pinga-fogo que foi denominado de "pugilato goiano" durante os trabalhos constituintes. Manifestou-se ainda amplamente favorável à "autonomia municipal", à entrada de capital estrangeiro (mormente norte-americano) na economia nacional, à autonomia municipal, à mudança da Capital Federal para o interior do País, à extinção do Imposto de Vendas e Consignações para as atividades rurais, tendo, finalmente, se posicionado contra a emenda de Hermes Lima (ED/DF) parcelando pelo prazo de 25 anos o pagamento de indenizações em caso de desapropriação por interesse social.

Apresentou dezoito emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 834, sugerindo vários dispositivos assegurando o desenvolvimento dos meios de transporte para promover o crescimento econômico do interior do País; nº 1.112, determinando a distribuição das instituições e obras de benefício social pelas zonas rurais de maiores possibilidades econômicas e objetivando evitar

"(...) o adensamento pernicioso e perigoso de grandes massas proletárias em torno dos grandes centros, onde ficam à mercê de perturbações extremistas e dissolventes, em prejuízo do nosso trabalho e da nossa produção agrícola" (XIII, 285);

nº 1.113 (rejeitada; XXIII, 105), vedando aos Governos "o estabelecimento de qualquer controle econômico que suprima os efeitos da lei econômica da oferta e da procura, salvo nos períodos de guerra, de extrema escassez ou de excedentes gravosos" e cuja "justificação" consiste num libelo contra o "dirigismo econômico estado-novista" (XIII, 285); nº 1.115, eliminando dispositivo que assegurava "a todos trabalho que possibilite existência digna"; nº 1.118, contrária à "limitação absoluta" da jornada de trabalho a oito horas diárias; e a de nº 1.196, determinando a criação, pela União, de um Banco Central, no prazo máximo de 4 anos, com o objetivo de regularizar a circulação monetária, o crédito e o mercado de capitais.

BANCADA DO MARANHÃO

- 1) CLODOMIR CARDOSO (Senador/PSD);
- 2) PEREIRA JÚNIOR (Senador/PSD);
- 3) AFONSO MATOS (PSD);
- 4) CRÉPORI FRANCO (PSD);
- 5) JOSÉ NEIVA (PSD);
- 6) LUÍS CARVALHO (PSD);
- 7) ODILON SOARES (PSD);
- 8) VITORINO FREIRE (PSD);
- 9) ALARICO PACHECO (UDN);
- 10) ANTENOR BOGÉA (UDN);
- 11) LINO MACHADO (PR).

8 PSD + 2 UDN + 1 PR = 11

BANCADA DO PSD — MA

No Maranhão, o PSD agrupou antigas lideranças políticas da República Velha e políticos ligados ao ex-Interventor Martins de Almeida e a Vitorino Freire, este último, intimamente entrosado com as diretrizes do poder central e com a cúpula do governo Dutra, dando início ao fenômeno do "vitorinismo", que marcaria a política maranhense no pós-Segunda Guerra Mundial. A Bancada do PSD/MA era composta por **Clodomir Cardoso**, antigo político maranhense, Secretário da Fazenda (1914) e Prefeito de São Luís na República Velha (1914-1918), tendo ainda sido Interventor Federal no Maranhão, por um curto período, no contexto da crise da ditadura estado-novista (1945); **Pereira Júnior**, outro antigo político maranhense que foi Chefe de Polícia do Maranhão na República Velha; **Afonso Matos**, membro do Conselho Administrativo do Maranhão na gestão do Interventor Clodomir Cardoso (1945); **Crépori Franco**, chefe do contencioso do Departamento Nacional do Café, durante o Estado Novo (1937-1945); **José Neiva**, advogado, Promotor Público e Juiz de Direito no Maranhão; **Luís Carvalho**, também velho político maranhense, várias vezes Deputado Estadual e Federal na República Velha; **Odilon Soares**, médico em São Luís, MA, e em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares; e **Vitorino Freire**, chefe político no Estado, político estritamente ligado a Dutra, e oficial de gabinete do Ministro da Viação, Mendonça Lima, durante o Estado Novo (1939-1943). Segundo Sérgio Miceli,

"No Amazonas, Pará e Maranhão, a bancada pessedista comportava prepostos do poder central que haviam assumido uma gama variada de encargos, inclusive aqueles Interventores que se saíram relativamente bem no trabalho de conciliar as facções dirigentes locais, seus ajudantes-de-ordens militares ou civis que haviam se incumbido de missões políticas espinhosas, e mais alguns elementos da magistratura federal que, tanto por essa razão como pelo fato de serem por vezes originários dos Estados por onde haviam sido eleitos, estavam em situação vantajosa para enfrentar a campanha eleitoral" (MICELI, 1986 : 570).

CLODOMIR SERRA SERRÃO CARDOSO — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de dezembro de 1879, São Luís, MA.

Falecimento: 31 de julho de 1953.

Profissão: Advogado-funcionário público, jornalista e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1904). Juiz substituto e Promotor Público no Pará (1906-1910). Consultor jurídico do Governo do Maranhão (1911). Redator e proprietário do jornal *A Pacotilha*, no Maranhão. Foi também advogado do Instituto Nacional do Sal (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário da Fazenda do Estado do Maranhão (1914). Prefeito de São Luís, MA (1914-1918). Deputado Federal pelo Partido Republicano Federal (1925-1927). Reeleito Deputado Federal (1927-1930). Novamente reeleito Deputado Federal, não chegou a tomar posse em razão da Revolução de 30. Senador pela União Republicana Maranhense (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Interventor Federal no Maranhão (março a outubro de 1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente do Diretório Regional do PSD/MA (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MÓVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Instituto dos Advogados do Brasil.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo e publicou inúmeros trabalhos jurídicos e literários, dentre os quais: *A mulher e o direito de voto ante a Reforma Constitucional de 1926* (sem data); *A*

cláusula-ouro nos contratos internacionais de mútuo (sem data); A intervenção federal nos Estados (sem data); Rui Barbosa, a sua integridade moral e a unidade da obra (sem data) etc.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Subcomissão Organização Federal, da Comissão de Constituição. Concentrou sua atuação nos debates ocorridos nesse órgão, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os do Título I, "Da Organização Federal", da Constituição. Em plenário, onde foi pouco atuante, limitou-se à remessa de emendas ao Regimento Interno e ao pronunciamento de discurso de voto de pesar pelo falecimento do Senador maranhense Pereira Júnior (XX, 120).

Apresentou 107 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas reproduzindo ou desenvolvendo o conteúdo do "Substitutivo Clodomir Cardoso", por ele elaborado durante os trabalhos da *Grande Comissão*. Embora várias de suas propostas tenham sido incorporadas ao texto constitucional, nenhuma de suas emendas foi objeto de discussão em plenário.

ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 24 de março de 1869, Alcântara, MA.

Falecimento: 5 de agosto de 1946.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1890), após o que foi Juiz de Direito em São Luís, MA, e em Pinheiro, MA, e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de Polícia no Maranhão na República Velha (sem data). Deputado Federal, MA (1926). Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte pela legenda da União Republicana Maranhense (1933). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA E TEÓRICA: Publicou *Gramática prática* (1924).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Pouco atuante em plenário por motivo de doença, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, vindo a falecer em pleno processo constituinte, a 5 de agosto de 1946. A 119^a Sessão da Assembléia Constituinte, realizada a 6 de agosto de 1946 (XX, 119-126), foi dedicada a manifestações de pesar pelo seu falecimento.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

AFONSO DA SILVA MATOS — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 30 de outubro de 1911, São Luís, MA.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, DF (sem data). Médico-chefe do Serviço de Saúde dos Correios e Telégrafos de São Luís, MA; médico do Ministério da Viação e Obras Públicas; chefe da Clínica Médica do Hospital Português de São Luís e Segundo-Tenente-Médico do Exército (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Maranhão na gestão do Interventor Clodomir Cardoso (março a outubro de 1945). No contexto da redemocratização, tornou-se membro da Comissão Executiva do PSD/MA (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão e Vice-Presidente da Cruz Vermelha no mesmo Estado.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Escreveu trabalhos técnicos na área de Medicina.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Assumiu o mandato, já em andamento os trabalhos constituintes, na 20ª Sessão, a 7 de março de 1946 (III, 121). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

ROMUALDO CRÉPORI BARROSO FRANCO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de novembro de 1895, Areias, MA.

Falecimento: outubro de 1965.

Profissão: Advogado-funcionário público e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Pará (1919). Promotor Público no Pará (1919-1921), após o que exerceu a advocacia no Pará e no Maranhão (1922-1923). Juiz substituto em São Luís e Procurador-Geral do Estado do Maranhão (1924-1926). Professor de Filosofia no Liceu Maranhense (1926). Procurador da República (1927-1930). Consultor jurídico da agência do Banco do Brasil em São Luís, MA (1929-1937).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi chefe do contencioso do Departamento Nacional do Café (1937-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da OAB e do Instituto dos Advogados do Maranhão.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *A política econômica do café* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Concentrou sua atuação na feitura de discursos doutrinários sobre "matéria constitucional", nos quais buscou sugerir princípios básicos de estruturação do Estado brasileiro (XI, 368-373) e justificar emendas de sua autoria ao título "Dos Direitos Individuais" do projeto constitucional

(XVII, 195-198). Além disso, participou nos debates sobre o destino a ser dado aos funcionários do extinto DNC — Departamento Nacional do Café, e manifestou-se favorável à coincidência do mandato presidencial e dos mandatos legislativos. Segundo o testemunho de um repórter que fazia a cobertura dos trabalhos constituintes,

"O Maranhão, a tão decantada Atenas brasileira, sofria o constrangimento de oferecer o Conselheiro Acácio dos Constituintes, o Deputado Crépori Franco: de voz empolada e pose de Senador romano, utilizava todo esse aparato para afirmar e reafirmar com ênfase as mais elementares noções de Direito. Mas tão bem-comportado e firme com o Governo que acabou ganhando um bom cartório" (WAMBERTO, 1993 : 4).

Apresentou sete emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.086 (rejeitada; XXII, 416), regulamentando o direito de requisição do "habeas corpus" e do mandato de segurança de molde a suprimir restrições ao mesmo contidas no projeto; nº 1.989 (rejeitada; XXII, 438), condicionando o direito de propriedade ao interesse social ou coletivo; nº 3.231, suprimindo dispositivo que assegurava a "justa distribuição da propriedade com iguais oportunidades para todos"; nº 3.232, favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social; e a de nº 3.669 (rejeitada; XXV, 121), às "Disposições Transitórias" da Constituição, assegurando o reaproveitamento dos funcionários demitidos após a extinção do Departamento Nacional do Café.

JOSÉ NEIVA DE SOUZA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 26 de maio de 1885, Nova Iorque, MA.

Falecimento: dezembro de 1960.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Fortaleza, CE (1907). Foi Promotor Público (1908) e Juiz de Direito (sem data) no Maranhão.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política, durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, tornou-se

membro da Comissão Executiva do PSD/MA. Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, foi eleito Senador pelo Estado do Maranhão, na legenda do PPB — Partido Proletário do Brasil (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Assumiu o mandato já com os trabalhos constituintes em andamento, na 11^a Sessão, a 19 de fevereiro de 1946 (II, 10). Foi membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

LUÍS CARVALHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de agosto de 1880, Oeiras, PI.

Falecimento: 6 de junho de 1963.

Profissão: Advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife (1906), após o que exerceu a advocacia no Maranhão. Fiscal Federal de ensino (1907). Um dos proprietários e Diretor do *Jornal do Maranhão*.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, MA (1907-1909). Deputado Estadual, MA (1910-1913). Deputado Estadual, MA (1914-1916). Primeiro-Secretário da Assembléia Legislativa (1915). Deputado Estadual, MA (1917-1918). Deputado Federal (1918-1921). Secretário de Estado no Maranhão (sem data). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou nos periódicos maranhenses *Jornal da Manhã* e *A Pacotilha*. Publicou *Ambula* (versos) e *Primeiras águas* (contos, sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas apresentado três emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.760, regulamentando a fixação de ajuda de custo e subsídios a parlamentares, e a de nº 2.461, entregando a Presidência da Comissão Permanente do Congresso à Mesa do Senado Federal.

ODILON DA SILVA SOARES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1º de janeiro de 1902, Pinheiro, MA.

Falecimento: 1964.

Profissão: Médico e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, DF (1928), após o que exerceu a profissão de médico. Cirurgião da Santa Casa e chefe de clínica cirúrgica em hospitais maranhenses. Professor de Biologia do Colégio Estadual. Professor de Alemão do Liceu Maranhense.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Diretor da Liga Maranhense contra a Tuberculose (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Escreveu: *Das apófises pterigóides* (tese de doutoramento, sem data); *Goethe, sua vida e sua obra* (sem data); e *Dos adjetivos da língua alemã* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, limitou sua atuação a manifestações de "votos de pesar" a personalidades falecidas (entre elas o poeta Catulo da Paixão Cearense; VIII, 432), e na remessa à Mesa da Assembléia da Indicação nº 36 sugerindo ao Poder

Executivo a necessidade urgente da criação de uma cadeira de Tisiologia nas faculdades de Medicina do País (V, 359).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

VITORINO DE BRITO FREIRE — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 28 de novembro de 1908, Pedra do Buíque, PE.

Filho de Vitorino José Freire, proprietário de terras (pecuarista), Coronel e chefe político no interior pernambucano.

Falecimento: 27 de agosto de 1977.

Profissão: Proprietário de terras e funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Protegido por líderes políticos do movimento revolucionário, ocupou vários cargos políticos no pós-trinta.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Secretário de Agricultura de Pernambuco (1928-1930). Participou da Revolução de 30, em Pernambuco, após o que ocupou vários postos na burocracia de Estado. Secretário do Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida (1931). Diretor de Meteorologia do Ministério da Agricultura na gestão de Juarez Távora (1932). Lutou nas tropas governamentais contra o movimento constitucionalista paulista (1932). Secretário do Interventor maranhense, Capitão Antônio Martins de Almeida (1933-1935). Oficial de gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1936-1937). Segundo-Oficial do Departamento Nacional de Saúde Pública (1934). Filiou-se ao PSD/MA, tornando-se um de seus principais dirigentes (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi oficial de gabinete do Ministro da Viação, Mendonça Lima (1939-1945), quando, segundo Sérgio Miceli, operou como

"elo de ligação entre o Ministro da Viação e o Ministro da Guerra, buscando consolidar suas bases políticas no Maranhão através da canalização de verbas, de nomeações para cargos federais sediados no Estado e de outros expedientes de que se vale para revidar o Interventor Paulo Ramos, hostil aos setores ligados ao Capitão Martins de Almeida" (MICELI, 1986 : 578).

No contexto da redemocratização, emergiu como uma das principais

lideranças do PSD/MA, tendo sido um dos fundadores do partido no Estado e membro de sua Comissão Executiva (1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Senador pelo Maranhão na legenda do PPB — Partido Proletário do Brasil (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi acusado por seus adversários políticos de liderar, no Maranhão, um bando de jagunços denominado "Papai Noel", encarregado de aplicar surras em oposicionistas ao Governo maranhense.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Uma das figuras mais destacadas da bancada maranhense, com livre trânsito na cúpula dirigente do governo Dutra, concentrou sua atuação na participação nos debates referentes à política regional de seu estado, envolvendo-se em freqüentes polêmicas e "pugilatos" com seu adversário político, Lino Machado (PR/MA). Por várias vezes, ocupou a tribuna para contestar acusações de seus opositores acerca da continuidade da máquina administrativa estado-novista no Maranhão, de sua responsabilidade em surras cometidas por bandos de jagunços a políticos oposicionistas em seu estado e ao fato de ter interferido indevidamente na política local piauiense, aproveitando-se das benesses a que tinha acesso no Governo Central. Parlamentar ferrenhamente governista, apoiou invariavelmente as medidas repressivas tomadas pelo governo Dutra contra o movimento popular, tendo ainda se manifestado favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, e contra a proposta da bancada comunista de se incluir na Constituição dispositivo estabelecendo a separação entre a Igreja e o Estado.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BANCADA DA UDN — MA

A Bancada da UDN/MA era composta por **Alarico Pacheco**, médico e Presidente da UDN maranhense, e por **Antenor Bogéa**, ex-Secretário de Estado e chefe de gabinete da gestão do Interventor maranhense Paulo Ramos (1937-1945), inimigo político de Vitorino Freire, no Maranhão.

ALARICO NUNES PACHECO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de julho de 1883, Iguaratinga, MA.

Falecimento: 17 de setembro de 1972.

Profissão: Médico, professor universitário e militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1909). Médico do Corpo de Bombeiros (1910). Capitão-Médico (1914-1918). Diretor do Instituto de Medicina Legal do Maranhão (1918-1941). Inspetor sanitário do Maranhão (sem data). Chefe do Serviço Médico dos Ferroviários (1932-1937). Foi também professor catedrático de Física na Faculdade de Farmácia e Medicina do Maranhão e chegou ao posto de Coronel no Corpo de Saúde do Exército (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual por três legislaturas seguidas no Maranhão, durante a República Velha (1920-1924; 1924-1928; 1928-1930). Deputado Estadual (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente da UDN/MA (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro de várias associações culturais no Maranhão.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para participar dos debates referentes à política maranhense e para declarar voto a favor da emenda de José Augusto (UDN/RN), determinando a proibição da imigração japonesa. Dentro dessa linha de limitar-se a temas de interesse regional, proferiu discurso sobre *política do Maranhão* (XXII, 171), no qual procurou desmentir afirmações de Vitorino Freire (PSD/MA) acerca do término da coligação entre a UDN e o PR de Lino Machado em seu estado, tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia indicações solicitando obras em sua região de origem.

Apresentou três emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.281, regulamentando aspectos da carreira e da remuneração dos Procuradores da República, e a de nº 3.449, assegurando vários privilégios e regalias ao funcionalismo público.

ANTENOR AMÉRICO MOURÃO BOGÉA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de outubro de 1909, Grajaú, MA.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Luís, MA (1932). Promotor Público na comarca de Grajaú, MA (1933-1940). Promotor Público em São Luís, MA (1940-1941). Delegado de Polícia em São Luís (1941-1943). Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Luís e Procurador-Adjunto do Estado (1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Grajaú (1930-1931). Durante o Estado Novo, foi chefe da Divisão de Imprensa do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, e Diretor da Imprensa Oficial do Estado (1941-1942); Chefe de Polícia no Maranhão (1943); Secretário de Estado na gestão do Interventor Paulo Ramos e chefe de gabinete da Interventoria (1943-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Maranhão, tendo feito pronunciamentos e enviado à Mesa da Assembléia requerimentos e indicações solicitando ao Poder Executivo a feitura de obras e serviços no interior de seu estado, mormente na região do Município de Grajaú. Além disso, ocupou a tribuna para proferir discurso justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XVII, 320-325), aproveitando a ocasião para manifestar-se favorável à tese da Constituição sintética e à "obrigatoriedade do trabalho" e do ensino público primário.

Apresentou 46 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas sugerindo pequenos reparos de redação ao mesmo. Destacam-se as de

nº 846, favorável à autonomia do Distrito Federal; nº 856 (prejudicada após aprovação de emenda com conteúdo análogo; XXIV, 170), proibindo que o produto das multas fosse revertido aos funcionários que as aplicassem; e a de nº 871, determinando a obrigatoriedade do trabalho e a penalização do ócio.

BANCADA DO PR — MA

A Bancada do PR/MA era formada por **Lino Machado**, Coronel do Exército e histórico adversário de Vitorino Freire na política maranhense.

LINO RODRIGUES MACHADO — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de julho de 1892, Buriti, MA.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Militar e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1915). Médico militar do Exército no posto de Primeiro-Tenente (1918). Capitão-Médico (1922). Diretor do Hospital Militar de São Gabriel (1932). Major (1937). Durante o Estado Novo, tornou-se Tenente-Coronel (1941). Após a Constituinte de 1946, foi promovido a Coronel (1947).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, MA (1921-1923). Deputado Estadual, MA (1927-1929). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no Maranhão (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pelo PR — Partido Republicano, do Maranhão (1933-1935). Deputado Federal, PR/MA, Prefeito de São Luís e Vice-Governador do Estado do Maranhão (1935-1937). Delegado do PR/MA na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, participou da fundação da UDN e, posteriormente, foi um dos fundadores e membro do Diretório Nacional do PR — Partido Republicano (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em seu estado, tendo sido fundador, Diretor e redator do jornal *O Combate*, no Maranhão (1925). Publicou *Da hipotensão diastólica* (tese, 1915).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Um dos parlamentares mais atuantes em plenário, interveio freqüentemente em inúmeros debates travados nas diversas fases do processo de elaboração constitucional, tendo concentrado sua atuação na crítica à "hipertrofia do Executivo" instaurada no pós-trinta, na denúncia da continuidade da máquina administrativa estado-novista em diversas unidades da Federação, e na abordagem de questões referentes à política regional do Maranhão. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se contrário à vigência da Constituição de 1937 e contra a continuidade da "máquina ditatorial" em vários Estados, tendo ainda tomado parte ativa nas discussões referentes à elaboração do Regimento Interno da Assembléia, posicionando-se veementemente contrário à proibição à Constituinte de elaborar legislação ordinária e de contestar atos do Executivo, à eliminação da palavra "reacionário" dos *Anais da Assembléia* e à censura prévia aos mesmos, tendo apresentado ainda várias outras sugestões ao regimento. Também ocupou a tribuna para proferir discursos declarando voto a favor da Indicação nº 27 de Euclides Figueiredo ampliando a anistia para os militares punidos por crimes políticos, durante o Estado Novo (IV, 79-81); defendendo as propostas de seu partido referentes ao tema das *formas de Governo* (XVII, 170-176), no qual preconizou a instauração de um "presidencialismo temperado" que criasse um sistema de "freios e contrapesos" que contrabalançasse a "hipertrofia do Executivo"; criticando a atuação do Interventor maranhense em seu estado e fazendo várias acusações ao mesmo, dentre as quais a de ser adepto do "vitorinismo" (XX, 137; XXI, 262); expondo o parecer geral da bancada de seu partido ao título "Do Poder Executivo" do projeto constitucional (XXI, 440-445), aproveitando a ocasião para posicionar-se a favor do bicameralismo, da manutenção do Senado e da representação eleitoral proporcional; emitindo — devidamente autorizado pela Comissão de Constituição — parecer negativo à emenda (aprovada) de Daniel Faraco (PSD/RS), criando o Conselho Nacional de Economia (XXIV, 229); e defendendo uma anistia ampla aos militares punidos no pós-trinta (XXIV, 324).

Além disso, ocupou a tribuna inúmeras vezes para participar dos

pugilatos referentes à política maranhense, nos quais se envolveu em várias trocas de acusações com seu adversário político Vitorino Freire (PSD/MA), e para manifestar-se sobre uma série de outros assuntos, destacando-se seu posicionamento favorável à extinção das autarquias criadas no pós-trinta, à concessão do direito de voto aos soldados e sargentos, à autonomia do Distrito Federal, à manutenção dos símbolos estaduais e municipais, tendo sido ainda contrário à suspensão das imunidades parlamentares e à figura do "estado de sítio preventivo". Finalmente, tomou a palavra freqüentemente para protestar contra violências policiais cometidas pelo Governo contra o movimento popular, e contra a apreensão do diário do peebista *Tribuna Popular* pela Polícia Política do Distrito Federal.

Apresentou nove emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de nº 16, determinando a contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria dos funcionários militares ou civis afastados temporariamente do cargo em virtude do exercício de mandatos eletivos; a de nº 2.192, sugerindo nova redação ao preâmbulo da Constituição, que substituísse a expressão "sob a proteção de Deus", constante no primitivo projeto, por "pondo a nossa confiança em Deus"; e a de nº 2.433, dando ao Senado Federal competência privativa para aprovar a promoção dos Oficiais-Generais de terra, mar e ar.

BANCADA DE MATO GROSSO

- 1) JOÃO VILLAS BOAS (Senador/UDN)
- 2) VESPASIANO MARTINS (Senador/PSD);
- 3) AGRÍCOLA DE BARROS (UDN);
- 4) DOLOR DE ANDRADE (UDN);
- 5) ARGEMIRO FIALHO (PSD);
- 6) MARTINIANO DE ARAÚJO (PSD);
- 7) PONCE DE ARRUDA (PSD).

4 UDN + 3 PSD = 7

BANCADA DA UDN — MT

O Mato Grosso foi o único Estado fora da Região Nordeste onde a UDN ganhou as eleições, elegendo 4 Constituintes de uma bancada de 7 parlamentares. A bancada udenista em Mato Grosso era composta por **João Villas Boas**, antigo político mato-grossense com várias legislaturas em órgãos parlamentares e ex-aliado de Filinto Müller na política do Estado; **Vespasiano Martins**, Senador Estadual (1935-1937) e Prefeito nomeado de Campo Grande durante o Estado Novo (1941-1945); **Agrícola de Barros**, Vereador (1929-1930) e ex-Deputado Estadual Constituinte; e **Dolor de Andrade**, líder dos pecuaristas do Brasil Central, com intensa militância em diversas associações de classe dos pecuaristas.

JOÃO VILLAS BOAS — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de abril de 1891, Cáceres, MT.

Filho do Coronel Benedito Pio Villas Boas.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1913). Diretor da Imprensa

Oficial de Mato Grosso (1914). Delegado de polícia em Cuiabá, MT (1914). Foi também consultor jurídico do Estado de Mato Grosso (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de Polícia em Mato Grosso (1915-1918). Deputado Estadual pelo PRC — Partido Republicano Conservador (1918-1920). Chefe da campanha da Reação Republicana no Mato Grosso (1921-1922). Eleito Deputado Federal nas eleições de 1921 e 1924, não chegou a tomar posse em razão de perseguições políticas feitas pelo Governo de seu estado. Deputado Federal (1927-1929). Deputado Federal (1930). Participou do movimento constitucionalista paulista (1932). Deputado Constituinte e Federal pelo Partido Liberal mato-grossense (1933-1935). Senador pelo PL — Partido Liberal (1935-1937). Um dos principais dirigentes da Aliança Mato-Grossense, partido político que apoiava Filinto Müller a nível estadual (1936). Durante o Estado Novo, tornou-se membro do Conselho Nacional do Trabalho (1940).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação de Imprensa de Mato Grosso e de diversas instituições culturais.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em vários jornais no Mato Grosso e no Rio de Janeiro, destacando-se: *O Estado* (1915-1916), *O Republicano* (1917-1926), *O Democrata* (1926-1930) etc. Publicou: *Réplicas às injúrias assacadas à magistratura mato-grossense na Assembléia Nacional Constituinte* (1934); *O artigo 177 da Constituição e as garantias da magistratura* (1942); *Hipoteca naval* (1942); e *Eleições de Mato Grosso* (1942).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 34^a Sessão, a 27 de março de 1946 (V, 87). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso justificando emenda de sua autoria favorável à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional (IX, 308), no qual censurou veementemente os redatores do primitivo projeto por terem suprimido tal órgão, e para participar dos debates referentes à questão territorial, manifestando-se favorável à imediata extinção do Território de Ponta Porã, situado em área contígua ao Estado do Mato Grosso.

Além disso, apresentou 23 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.635, excluindo os civis do julgamento perante a

Justiça militar; nº 2.650, regulamentando o funcionamento das Juntas de Conciliação de Julgamento e favorável à Justiça paritária; nº 2.667, favorável à eleição direta para Prefeitos das capitais dos Estados e estâncias hidrominerais; nº 2.797, introduzindo a Justiça de Paz eletiva nos Estados; e a de nº 3.630 (prejudicada; XXIV, 400), obrigando a União a indenizar os Estados do Amazonas e de Mato Grosso dos prejuízos a eles advindos em decorrência da incorporação do Acre ao território nacional.

VESPASIANO BARBOSA MARTINS — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 4 de agosto de 1889, Campo Grande, MT.

Descendente de tradicional família de pecuaristas e proprietários de terras em Mato Grosso.

Falecimento: 14 de janeiro de 1965.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1915), após o que clinicou em Campo Grande, MT (1916).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Campo Grande, MT (1918). Candidato derrotado à Prefeitura de Campo Grande (1924). Após a Revolução de 30, foi nomeado Prefeito de Campo Grande (1931). Membro do Diretório do Partido União Liberal de Mato Grosso (1931). Apoiou o movimento constitucionalista paulista, tendo sido proclamado pelos revoltosos paulistas Governador Militar do Estado de Mato Grosso (1932). Com a derrota do movimento, exilou-se no Paraguai por seis meses (1933). Um dos fundadores do Partido Progressista, em Mato Grosso (1933). Prefeito eleito de Campo Grande (1934). Participou da fundação do Partido Evolucionista de Mato Grosso (1934), agremiação pela qual se elegeu Senador (1935-1937). Aliado de João Villas Boas nos inúmeros conflitos regionais travados no período. Juntamente com João Villas Boas, representou a Aliança Mato-Grossense na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, foi novamente nomeado Prefeito de Campo Grande (1941-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN/MT (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro da Sociedade Rural Brasileira.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Mato Grosso.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para apoiar requerimento de Café Filho (PSP/RN) solicitando ao Executivo informações sobre despesas governamentais efetuadas durante a guerra, não tendo ocupado a tribuna constituinte para pronunciar-se sobre assuntos relevantes.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 234, aumentando de um para dois parlamentares o número mínimo de Deputados eleitos por território.

AGRÍCOLA PAES DE BARROS — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 4 de novembro de 1897, Santo Antônio do Rio Abaixo, MT.

Falecimento: 9 de maio de 1969.

Profissão: Médico e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF, e em Odontologia pela Faculdade Hahnemanniana do Rio de Janeiro, DF (1923). Médico da Secretaria de Saúde de Mato Grosso (1924-1925). Diretor do Departamento de Saúde Pública de Mato Grosso (1925-1927). Médico legista da polícia de Cuiabá, MT (1930). Como jornalista, foi fundador e Diretor dos jornais *A Luz*, *O Fifó*, *A Plebe* e *O Brasil Oeste* (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Cuiabá, MT (1929-1930). Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da Associação de Imprensa de Mato Grosso.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais e em revistas médicas, em Mato Grosso.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar de postura independente e progressista, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da extinção dos territórios criados durante o Estado Novo, e na denúncia de violências policiais e espancamentos contra trabalhadores cometidas pela Polícia Política do governo Dutra. Assim, ocupou a tribuna constituinte para efetuar vários pronunciamentos combatendo veementemente medidas repressivas tomadas pelo Governo (VII, 402; XI, 428; XVIII, 363) e protestando contra a prisão e manutenção em incomunicabilidade por cinco dias do Presidente do Sindicato do Bancários do Distrito Federal (IX, 298), tendo, inclusive, se valido da sua condição de médico para proferir seu diagnóstico sobre a ação da polícia contra trabalhadores da Light em greve, afirmando que:

"Examinando as vítimas dos espancamentos, notei que a preocupação máxima da polícia era atingir aqueles homens nos olhos, no figado, nos rins e nos órgãos genitais. Parece que o principal interesse era inutilizar aqueles homens" (XI, 428).

Além disso, proferiu discursos sobre a *vivificação da lavoura* (VI, 161-166), nos quais denunciou as agruras do "homem do campo" no interior do País, e abordou o problema dos territórios (X, 212), onde reivindicou a imediata extinção dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã, e criticou veementemente a política territorial implementada durante o Estado Novo, tendo chegado a acusar o ex-Presidente Getúlio Vargas "de tentar transformar-se no Imperador do Brasil, cognominado Getúlio I, o Pai dos Pobres" (X, 213) ao ser responsável pelo desmembramento das áreas dos Estados para a criação de novos territórios.

Apresentou nove emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 385-A, reconhecendo incondicionalmente o direito de greve e suprimindo a expressão "com as limitações impostas pelo bem público", constante no primitivo projeto; nº 387-A, determinando a gratuidade do ensino em todos os seus ramos e graus, na cidade e no campo; nº 1.197, extinguindo os territórios criados durante a ditadura estado-novista e transformando o Território do Acre em Estado; e a de nº 2.821, favorável à eleição direta para Prefeito e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DOLOR FERREIRA DE ANDRADE — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de novembro de 1894, Batatais, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919), especializando-se em Direito Penal Militar. Promotor Público em Mato Grosso (1921). Foi também auditor substituto da 9ª Região Militar, em Campo Grande, MT (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Na República Velha, militou no Partido Republicano Mato-Grossense. No pós-trinta, atuou no Partido Evolucionista de Mato Grosso, agremiação pela qual exerceu o mandato de Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). Durante o Estado Novo, atuou em associações de classe dos pecuaristas e proprietários de terra do Brasil Central (1937-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi líder dos proprietários rurais em Mato Grosso. Membro da Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central, da Federação das Associações dos Criadores do Sul de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense de Imprensa e da OAB.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar atuante em plenário, ocupou a tribuna seguidas vezes para manifestar-se sobre vários assuntos, concentrando sua atuação na defesa dos interesses dos pecuaristas de sua região de origem e na abordagem de questões referentes ao problema dos territórios. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu longo discurso abordando o problema da pecuária e da criação de zebu no Brasil Central (III, 384-396), no qual expôs detalhadamente várias reivindicações dos pecuaristas mato-grossenses ao Governo Federal, e responsabilizou o corte do financiamento efetuado pelo Banco do Brasil e o domínio do mercado pelos frigoríficos estrangeiros pela crise que atingia o setor, aproveitando a

ocasião para ler trechos do *Memorial dos pecuaristas do Brasil Central*, protestando veementemente contra a atuação dos frigoríficos estrangeiros no mercado de carne. Também proferiu discursos abordando o *problema imigratório* (XII, 175) e justificando diversas emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XIX, 106-111), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia vários requerimentos e indicações sobre o problema da pecuária, destacando-se a Indicação de nº 169, sugerindo ao Executivo a abertura de novas linhas de crédito para a instalação de matadouros-modelos, em forma cooperativa, para estimular a industrialização da carne e libertar os pecuaristas brasileiros do domínio dos frigoríficos estrangeiros.

Além disso, participou dos debates sobre a autonomia dos Municípios, a organização do aparelho judiciário e sobre a questão territorial, tendo se manifestado favorável à extinção dos Territórios de Guaporé e Ponta Porã, à emenda de Daniel Faraco (PSD/RS) que criou o Conselho Nacional de Economia, à manutenção da instituição do júri, à concessão ao Estado da prerrogativa de monopolizar determinado ramo ou setor da indústria e à mudança da Capital Federal para o interior do País, sempre centrando sua atenção nos debates referentes ao problema da pecuária.

Apresentou 34 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 580, favorável à eleição direta para Prefeito nos Municípios onde se situassem bases ou portos de importância militar; nº 1.103, eliminando a exigência de indenização prévia em dinheiro nos casos de desapropriação por necessidade pública; nº 1.126, obrigando a União, os Estados e Municípios a reservarem 20% dos empregos públicos para os estudantes pobres durante o curso universitário; nº 1.611, dando à Justiça Eleitoral competência para fiscalizar a origem dos recursos financeiros dos partidos políticos; e a de nº 3.593, obrigando a União a, durante o prazo de 30 anos, a partir de 1947, entregar, anualmente, aos Estados que tiveram parcelas de terra desapropriadas para a criação de novos territórios um terço da receita anual obtida nos mesmos.

BANCADA DO PSD — MT

A Bancada do PSD compunha-se de 3 Deputados sobre os quais existem poucas informações disponíveis: o advogado **Argemiro Fialho**, então em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares; **Martiniano de Araújo**, Vice-Presidente do Conselho Administrativo de Mato Grosso durante o Estado Novo (1943-1944); e **Ponce de Arruda**, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, e Secretário-Geral de Mato Grosso durante a vigência da ditadura estado-novista (1937-1945).

ARGEMIRO DE ARRUDA FIALHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de dezembro de 1908, Campo Grande, MT.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (1932), após o que exerceu a advocacia em Mato Grosso.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar pouco atuante em plenário, destacou-se, no entanto, durante os trabalhos constituintes, por assumir uma postura progressista e rebelde em relação às diretrizes políticas de seu partido, tendo ocupado a tribuna para proferir um único e importante discurso (XIV, 524-526) defendendo veementemente o direito de voto ao analfabeto, aproveitando a ocasião para protestar com firmeza (foi um dos poucos pessedistas a ter a iniciativa de fazê-lo) contra o fato de as cúpulas

partidárias da UDN e do PSD estarem articulando o "acordo interpartidário" de apoio ao governo Dutra sem informarem as bases de ambas as agremiações. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia o Requerimento nº 67, solicitando ao Executivo informações sobre as operações financeiras efetuadas pelo IAPC — Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários.

Apresentou cinco emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 3.031, favorável à concessão do direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros; nº 3.177, eliminando dispositivo que determinava a indissolubilidade do vínculo matrimonial; e a de nº 3.186, proibindo o estabelecimento de limitações ao direito de greve por parte da "legislação ordinária" e favorável ao reconhecimento incondicional do mesmo.

GABRIEL MARTINIANO DE ARAÚJO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de setembro de 1897, Cuiabá, MT.

Falecimento: 11 de julho de 1972.

Profissão: Comerciante, funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Gerente da Caixa Local do IAPC — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (1935). Durante o Estado Novo, foi Presidente do Conselho da Caixa Econômica Federal, em Mato Grosso.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante a República Velha, foi secretário particular do Governador mato-grossense, Manoel Escolástico Virgílio (sem data). Vereador em Cuiabá, MT (1927-1930). Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo de Mato Grosso (1940-1945), tornando-se em seguida Vice-Presidente da instituição (1943-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro da Associação Comercial de Cuiabá e da Associação de Imprensa de Mato Grosso.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Mato Grosso, tendo colaborado nos jornais *Folhas do Norte*, *O Momento*,

Constitucionalista e *O Evolucionista* (órgão do Partido Evolucionista Mato-Grossense).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JOÃO PONCE DE ARRUDA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 27 de julho de 1904, Cuiabá, MT.

Falecimento: 17 de maio de 1973.

Profissão: Engenheiro civil.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, DF (1927), após o que exerceu a profissão de engenheiro em Mato Grosso e ocupou cargos na burocracia do Estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas de Mato Grosso na gestão do Interventor Antônio Mena Gonçalves (1930-1931). Diretor do Departamento de Terras, Minas e Colonização, em Mato Grosso (1932-1933). Prefeito nomeado de Cuiabá, MT (1933-1935). Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, e Secretário-Geral do Estado de Mato Grosso (1937-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Associação Mato-Grossense de Engenheiros.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Discurso de formatura* (1927).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na luta pela extinção dos territórios e na defesa da reincorporação ao Estado de Mato Grosso das áreas que lhe foram desmembradas para a criação dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre a *redivisão territorial*

do Brasil (XVIII, 310-316), no qual justificou emenda de sua autoria determinando a devolução das glebas dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã a seus estados de origem, tendo ainda tomado parte nos debates travados no recinto constituinte sobre o assunto, sempre na defesa dos interesses regionais dos agrupamentos dominantes de Mato Grosso.

Apresentou 36 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 21, aumentando o número de membros da Comissão Permanente do Congresso Nacional de forma a incluir mais componentes dos pequenos Estados; nº 768, extinguindo todos os territórios federais, exceto o do Acre; e a de nº 832, determinando a extinção dos Territórios de Ponta Porã e do Guaporé, e a devolução ao Estado de Mato Grosso das glebas de terra que lhe foram desmembradas para a criação daquelas novas unidades da Federação.

BANCADA DE MINAS GERAIS

- 1) MELO VIANA (Senador/PSD);
- 2) LEVINDO COELHO (Senador/PSD);
- 3) ALFREDO SÁ (PSD);
- 4) AUGUSTO VIEGAS (PSD);
- 5) BENEDITO VALLADARES (PSD);
- 6) BIAS FORTES (PSD);
- 7) CELSO MACHADO (PSD);
- 8) CRISTIANO MACHADO (PSD);
- 9) DUQUE DE MESQUITA (PSD);
- 10) GUSTAVO CAPANEMA (PSD);
- 11) ISRAEL PINHEIRO (PSD);
- 12) JOÃO HENRIQUE (PSD);
- 13) JOAQUIM LIBÂNIO (PSD);
- 14) JOSÉ ALKMIM (PSD);
- 15) JUSCELINO KUBITSCHEK (PSD);
- 16) LAIR TOSTES (PSD/1º Suplente);
- 17) MILTON PRATES (PSD/2º Suplente);
- 18) NORALDINO LIMA (PSD);
- 19) OLINTO FONSECA (PSD);
- 20) PEDRO DUTRA (PSD);
- 21) RODRIGUES PEREIRA (PSD);
- 22) RODRIGUES SEABRA (PSD);
- 23) WELLINGTON BRANDÃO (PSD);
- 24) REZENDE PASSOS (UDN);
- 25) JOSÉ BONIFÁCIO (UDN);
- 26) LICURGO LEITE (UDN);
- 27) LOPES CANÇADO (UDN);
- 28) MAGALHÃES PINTO (UDN);
- 29) MILTON CAMPOS (UDN);
- 30) MONTEIRO DE CASTRO (UDN);
- 31) ARTUR BERNARDES (PR);
- 32) BERNARDES FILHO (PR);
- 33) DANIEL DE CARVALHO (PR);
- 34) FELIPE BALBI (PR);
- 35) JACI FIGUEIREDO (PR);
- 36) MÁRIO BRANT (PR);
- 37) EZEQUIEL MENDES (PTB/1º Suplente);
- 38) LERI SANTOS (PTB).

23 PSD + 7 UDN + 6 PR + 2 PTB = 38

BANCADA DO PSD — MG

Segundo Sérgio Miceli,

"Em Minas Gerais a bancada pessedista incluía políticos que se firmaram em função dos serviços prestados às Interventorias, onde a maioria chegou a ocupar postos de relevo — Interventores, Secretários de Estado, Prefeitos — sendo que alguns deles pertenciam, ao mesmo tempo, em graus e a títulos diversos, a clãs oligárquicos estaduais. Alguns dos ex-Interventores que passaram a integrar a cúpula dirigente do PSD juntavam às suas raízes locais o trunfo de poderem contar com ligações de parentesco nos círculos palacianos do regime, como, por exemplo (...), **Benedito Valladares Ribeiro** (1892, Pará de Minas, MG — PSD/MG), sobrinho-neto do Conselheiro Martinho Campos, Constituinte em 1934, era concunhado do Capitão Ernesto Dornelles (1897, São Borja, RS — PSD/RS), Chefe de Polícia em Minas Gerais, Interventor Federal no Rio Grande do Sul e primo de Getúlio Vargas. (...)

Entretanto, por mais eficientes que tivessem se mostrado no desempenho de suas tarefas e por maiores que fossem os interesses do Governo Federal em assegurar a sobrevivência política dessa nova geração de gestores, eles não teriam sido bem-sucedidos eleitoralmente se não tivessem podido contar, desde o início de sua trajetória política e profissional, com amplo respaldo por parte de setores de elite, com peso considerável no equilíbrio de forças estaduais. Em Sergipe, no Espírito Santo e, sobretudo, em Minas Gerais, as bancadas pessedistas incorporaram herdeiros à testa de importantes clãs oligárquicos, muitos dos quais já haviam consolidado sua carreira política desde a década de 20, como, por exemplo: **Israel Pinheiro** (1896, Caeté, MG — PSD/MG) da família do mesmo nome que controlava o Município de Caeté, MG, através da principal fonte de emprego da cidade, a Cerâmica João Pinheiro, fora membro e depois Presidente do Conselho Consultivo do Estado, e Secretário de Viação e de Agricultura ao tempo da Interventoria Valladares; **José Francisco Bias Fortes** (1891, Barbacena, MG), cuja família se revezava com os Andrade no poder, em Barbacena, às custas da concessão de empregos públicos e do exercício de cargos políticos de relevo, tanto a nível estadual como no plano federal, fora Deputado Estadual de 1915 a 1925, Secretário de Segurança Pública, em 1926, Deputado Federal à Constituinte Federal de 1934 e Prefeito de Barbacena, em 1937; **Christiano Monteiro Machado** (1894, Sabará, MG), filho do Coronel e negociante Virgílio Machado, descendente de famílias ilustres,

fora Deputado Estadual (1924) e Federal (1930, 1934), Prefeito de Belo Horizonte (1927), Secretário do Interior e Justiça no governo Olegário Maciel; **Levindo Eduardo Coelho** (1891, Queluz, MG), de uma família tradicional de Ubá, fora Deputado Estadual de 1915 a 1929, Secretário da Educação, em 1930, e Deputado à Constituinte Federal de 1934" (MICELI, 1986 : 568-570).

FERNANDO DE MELO VIANA — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de março de 1878, Sabará, MG.

Filho do comendador, comerciante e fazendeiro Manuel Fontes Pereira de Melo Viana.

Falecimento: 1º de fevereiro de 1954.

Profissão: Banqueiro e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG, na mesma turma de Artur Bernardes e Raul Soares (1900). Promotor Público em Mar de Espanha, MG (1901-1903). Advogado em Sete Lagoas, MG (1905). Juiz de Direito em várias cidades do interior mineiro, a partir de 1909. Retornando do exílio, após a Revolução de 30, exerceu a advocacia no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (1931). Foi Presidente do Banco de Crédito Pessoal e da Companhia de Seguros Colúmbia, tendo também atuado em diversas outras instituições bancárias.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Mar de Espanha e Deputado Estadual (1903-1905). Subprocurador-Geral e Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais, no governo de Artur Bernardes (1918-1922). Secretário do Interior de Minas Gerais, no governo de Raul Soares (1922-1924), assumiu a Presidência do Estado após a morte deste (1924-1926). Vice-Presidente da República durante o governo de Washington Luís (1926-1930). Presidente do Senado no final de seu mandato de Vice-Presidente da República (1930). Candidato derrotado ao Governo de Minas Gerais pelo movimento Concentração Conservadora, organização de apoio à candidatura de Júlio Prestes para a sucessão de Washington Luís à Presidência da República (1930). Com a vitória da Revolução de 30, à qual se opôs, foi preso e exilado, indo para Portugal e Espanha (1930-1931). Nomeado advogado de

Minas Gerais, no Rio de Janeiro, pelo Interventor Benedito Valladares (1934-1946). Durante o Estado Novo, foi membro da Comissão do Imposto Sindical do Ministério do Trabalho, na condição de representante das profissões liberais (1938). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/MG e membro da Comissão Executiva Nacional do partido (1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Vice-Presidente do Senado Federal (1946-1950).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB (1938-1944). Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro do Comitê Coordenador de Propaganda Interamericana contra o Totalitarismo (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, eleito na sessão solene de instalação, a 5 de fevereiro de 1946, por 200 votos contra 15 dados a seu adversário, o Senador comunista Luís Carlos Prestes (I, 26). Logo após ter sido eleito Presidente da Constituinte, proferiu breve discurso declarando instalados os trabalhos de elaboração constitucional (I, 35-37), no qual invocou por sete vezes o nome de Deus, a civilização cristã e a Divina Providência, e posicionou-se contra "o ateísmo atrabiliário, diabólico e destruidor", afirmando ainda que "desta casa, o totalitarismo abominável de múltiplos coloridos fugirá espavorido, diante da evocação de nossas tradições religiosas e políticas" (I, 35). Na condição de Presidente da Constituinte, ocupou a tribuna inúmeras vezes para cumprir suas atribuições regimentais e posicionar-se sobre várias questões de ordem e proposições apresentadas por outros parlamentares.

Durante a fase de votação do Regimento Interno, procurou assegurar aos Constituintes de várias correntes políticas, inclusive os comunistas, o direito de palavra, embora ordenasse, por diversas vezes, a evacuação do recinto Constituinte, com veemência progressiva, veemência esta que chegou ao paroxismo durante a votação da indicação udenista propondo o repúdio, pela Assembléia, da Constituição de 1937, o que provocou a seguinte impressão em uma jovem repórter política encarregada da cobertura jornalística dos trabalhos constituintes:

"Nos últimos dias, duas decisões surpreendentes devem ser assinaladas: o golpe que foi infligido aos verdadeiros democratas pela

maioria pessedista quanto à Carta de 1937 e a declaração de Melo Viana ao referir-se à reação popular contra a vitória pessedista:

— Eu próprio, com minha autoridade de Juiz, mandarei a Força (ou seja, a polícia — SSB) disparar contra o povo, se assim for preciso!

Todos reconhecem seu direito de manter a ordem, mesmo sendo necessário para isso evacuar as galerias, fortificar as entradas do Tiradentes e reforçar a garantia aos parlamentares; mas, daí à ameaça de violência para conter manifestações democráticas de protesto, vai muito! Será bom que nossas autoridades não esqueçam que a ditadura caiu e o Congresso está aberto e em pleno funcionamento (...)" (MIRANDA, 1982 : 43).

Na fase decisiva de votação do Projeto Revisto em plenário, ocupou o papel estratégico de permitir ou negar os destaques solicitados às emendas e emitir "votos de minerva" quando da ocorrência de empates nas votações. Nestas ocasiões, posicionou-se contrário à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos, ao direito dos Juízes de participarem da política, e foi favorável à imigração japonesa (decidindo com seu "voto de minerva" a votação sobre o assunto e a rejeição pela Assembléia da emenda proibitiva de Miguel Couto e José Augusto).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

LEVINDO EDUARDO COELHO — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 13 de outubro de 1871, Queluz, MG.

Originário de tradicional clã familiar de proprietários de terras e de chefes políticos no Município de Ubá, no interior de Minas Gerais.

Falecimento: 6 de junho de 1961.

Profissão: Proprietário de terras e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Diplomado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, MG (1894). Professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto (1895-1901). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1902). Médico e fazendeiro em Ubá, MG, a partir de 1903.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Filiou-se ao PRM — Partido Republicano Mineiro (1914), a convite do Presidente do Estado de Minas Gerais, Raul

Soares (1914). Membro da Comissão Executiva do PRM (1915). Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Ubá, MG (1915-1917). Senador Estadual por várias legislaturas consecutivas (1915-1930). Vereador Municipal em Ubá (1918-1920). Deputado Federal, PRM (1930). Apoiou a Revolução de 30. Secretário da Educação e Saúde Pública no governo de Olegário Maciel (1930-1931). Deputado Constituinte e Federal, PRM (1933-1935). Deputado Federal, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi nomeado Prefeito de Ubá na gestão do Interventor Benedito Valladares (1937-1945). No contexto da redemocratização, emergiu como uma das principais lideranças das classes dominantes da Zona da Mata mineira, tendo sido eleito membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Presidiu o II Congresso Católico realizado em Belo Horizonte, MG (1911), e foi membro de diversas instituições filantrópicas.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no interior mineiro, tendo sido proprietário e Diretor dos jornais *O Movimento* (semanário de orientação católica de grande difusão na Zona da Mata mineira) e da *Folha do Povo* (órgão oficial do PRM, em Ubá).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre o *projeto constitucional* (XI, 153-156), no qual defendeu a autonomia dos Municípios e argumentou longamente a favor de sua emenda contrária à eleição direta de Prefeitos nas cidades litorâneas, sob a alegação de que a concessão de tal direito aos habitantes destas cidades estimularia a difusão de ideologias estranhas causadoras da "desordem pública". Além disso, requereu inserção em ata de telegramas de autoridades mineiras louvando o projeto constitucional por "estar de pleno acordo com os postulados cristãos" (XX, 182) ao incorporar reivindicações católicas, tais como a indissolubilidade do vínculo matrimonial, a obrigatoriedade do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino e a possibilidade de assistência religiosa gratuita às classes armadas.

Apresentou quatro emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 80, proibindo a eleição dos Prefeitos em todos os Municípios litorâneos, com o objetivo de combater a ação de "grupos alienígenas que estão exercendo perigosa influência sobre a população nacional, dando origem a sérios problemas de ordem pública" (XI, 197); nº 1.486, proibindo

a transferência do produto das multas aos funcionários que as tivessem aplicado; e a de nº 2.037, contrária ao reconhecimento do direito de greve, mesmo com as "limitações impostas pelo bem público", conforme constava no primitivo projeto, e em cuja "justificativa" se afirma que "não se deve legitimar a greve, que conduz à luta de classes, em oposição às soluções orgânicas dadas pela justiça" (XIV, 453).

ALFREDO SÁ — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de dezembro de 1878, Teófilo Otoni, MG.

Filho do proprietário de terras e Coronel da Guarda Nacional, Carlos de Oliveira Sá, chefe político em Teófilo Otoni, e Senador Estadual em Minas Gerais (1895-1898).

Falecimento: 13 de julho de 1960.

Profissão: Advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1901). Promotor Público em Itabira, MG (1902-1903). Juiz Municipal em Teófilo Otoni (1903-1904). Consultor jurídico da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais (1919-1922). Serventuário da Justiça no Distrito Federal (1934).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Senador Estadual (1922). Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais no governo de Raul Soares (1922-1924). Nomeado pelo Presidente da República, Artur Bernardes, Interventor Federal no Estado do Amazonas (1924-1926). Membro da Comissão Executiva do PRM (1925-1929). Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais na gestão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Novamente, Senador Estadual (1927-1930). Apoiou a candidatura de Júlio Prestes às eleições presidenciais e de Melo Viana ao Governo Estadual, opondo-se, logo a seguir, à Revolução de 30. Secretário do Instituto Mineiro do Café, no governo de Olegário Maciel (1930-1933). Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Teófilo Otoni, MG (1940-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Secretário do Interior de Minas Gerais por um breve período durante a Interventoria de Noraldino Lima (14 de novembro a 18 de dezembro de 1946).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No final da República Velha, militou na *Concentração Conservadora*, movimento de apoio às candidaturas de Melo Viana ao Governo de Minas Gerais, e de Júlio Prestes à Presidência da República (1930).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no interior mineiro, tendo sido Diretor do jornal *O Mucuri*, em sua cidade natal (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Comissão de Estudos das Indicações, tendo se concentrado nos trabalhos ocorridos neste órgão, formulando pareceres a inúmeras indicações enviadas por Constituintes de diversas bancadas. Em plenário, concentrou-se na crítica veemente à política implementada pelo IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, durante o Estado Novo, tendo efetuado vários pronunciamentos (XX, 360-363; XXII, 95 etc.) atacando energicamente a autarquia e reivindicando sua imediata extinção, acusando o Instituto de "sabotar a economia nacional" e afirmando, dentre outras coisas, que

"Cada um dos Srs. Representantes aqui presentes e que moram no interior de Minas Gerais, de São Paulo, da Bahia, de Goiás e do Espírito Santo podem dar seu testemunho pessoal do vandalismo do Instituto do Açúcar e do Álcool, ao mandar destruir todos os pequenos engenhos produtores de açúcar" (XXII, 95-96).

Além de proferir libelos contra o IAA, também ocupou a tribuna para pronunciar discurso justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XIII, 203-207), para solicitar "amparo governamental" à Companhia Eletroquímica Brasileira (segundo o orador, a única fábrica de alumínio então existente no Brasil e passando por dificuldades financeiras; XXIV, 386), para participar dos debates sobre política regional mineira e para manifestar-se simpático ao parlamentarismo, embora considerasse este sistema de governo inexequível no Brasil.

Apresentou seis emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de nº 952 (aprovada; XXII, 114), permitindo que os Deputados ou Senadores conservassem seus mandatos, no caso de ocuparem os cargos de Ministros de Estado, Interventor Federal ou Secretário Estadual; a de nº 1.059, vedando a distribuição dos produtos das multas aos funcionários que as aplicassem; e a de nº 1.205, facultando aos prejudicados por atos do

Governo Provisório a faculdade de pleitearem direitos perante o Judiciário.

AUGUSTO DAS CHAGAS VIEGAS — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 17 de setembro de 1881, São Tiago, MG.

Falecimento: 3 de setembro de 1973.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1908), após o que exerceu a advocacia em São João del Rei, MG.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante a República Velha, foi Vereador em São João del Rei por várias legislaturas, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal na mesma cidade, PRM (sem data). Apoiou a Revolução de 30, tendo se filiado ao PP — Partido Progressista, após a vitória do movimento. Deputado Constituinte e Federal, PP/MG (1933-1935). Deputado Federal, PP/MG (1935-1937). Representante do PP/MG na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Sem informação sobre sua atuação política, durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário das Finanças de Minas Gerais na Interventoria de Noraldino Lima (novembro de 1946).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, apenas ocupando a tribuna para pronunciar discurso sobre *o nome de Deus no preâmbulo da Constituição* (V, 299-303), no qual defendeu a invocação da proteção do mesmo no preâmbulo da Carta Constitucional.

Apresentou 38 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas sugerindo pequenas modificações de redação em vários dispositivos constitucionais e sem conteúdo doutrinário explícito.

BENEDITO VALLADARES RIBEIRO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 4 de dezembro de 1892, Pará de Minas, MG.

Filho do Tenente-Coronel Domingos Justino Ribeiro. Sobrinho de Martinho Álvares da Silva Campos (Presidente do Conselho no Império) e de Benedito Cordeiro dos Campos Valladares, Deputado na República Velha (sem data). Neto de Francisco Cordeiro dos Campos Valladares, Deputado Provincial, Minas Gerais (sem data). Concunhado do Capitão Ernesto Dornelles, ex-Chefe de Polícia em Minas Gerais, ex-Interventor Federal no Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo (1943-1945), primo de Getúlio Vargas e Senador à Constituinte de 1946, pelo PSD/RS.

Falecimento: 2 de março de 1973.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, DF (1920), após o que exerceu a advocacia em sua cidade natal (1921-1933). Era também formado em Odontologia pela Escola de Odontologia de Belo Horizonte, MG (1914), mas não chegou a exercer a profissão.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da campanha da Aliança Liberal em Minas Gerais (1929-1930). Vereador em Pará de Minas, MG (1930). Prefeito de Pará de Minas (1930-1933). Tomou parte nos combates contra o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Eleito Deputado Federal Constituinte, renunciou ao mandato para assumir a Interventoria de Minas Gerais (1933). Após um tumultuado processo sucessório, foi nomeado Interventor em Minas Gerais, substituindo seu padrinho político Olegário Maciel (1933-1935). Governador de Minas Gerais (1935-1937); no transcurso de sua gestão, despontou como uma das mais destacadas lideranças políticas nacionais, participando de inúmeras articulações políticas e ligando-se estreitamente a Vargas. Presidente do Partido Nacionalista de Minas Gerais, agremiação de apoio à candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Um dos principais dirigentes civis do golpe militar que instaurou a ditadura estado-novista (1937). Durante o Estado Novo, foi o único Interventor a permanecer formalmente no cargo de *Governador*, como recompensa por sua lealdade ao Governo Central (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos principais articuladores do PSD a nível

nacional e da candidatura Dutra à Presidência da República; Presidente da 1ª Comissão Executiva do PSD/MG; Presidente da 1ª Convenção Nacional do PSD, realizada a 17 de julho de 1945, onde foi eleito Vice-Presidente do Partido a nível nacional, exercendo, na prática, a Presidência da agremiação no período (1945). Após a Constituinte de 1946, foi derrotado nas eleições suplementares para o Senado por Bernardes Filho, candidato da coligação UDN/PR/PTN (1947), sendo, em seguida, substituído na Presidência do PSD por Nereu Ramos (PSD/SC). Votou a favor da cassação do PCB (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Um dos mais destacados dirigentes políticos do Estado Novo, durante a vigência do regime implantou sólida base política em seu estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Líder da Bancada do PSD/MG na Constituinte e membro da Subcomissão Discriminação de Rendas, da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais que regulamentavam matéria fiscal e tributária. Concentrando sua atuação nos debates ocorridos neste órgão e nas articulações políticas de bastidores, embora fosse um dos Constituintes mais influentes, teve atuação discreta em plenário, apenas ocupando a tribuna para manifestar-se contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e para tomar parte nos acirrados debates sobre política regional mineira travados no recinto da Assembléia. Assim, pressionado pelas freqüentes críticas efetuadas por udenistas mineiros à sua Interventoria em Minas Gerais, causou grande celeuma durante os trabalhos constituintes, ao ocupar a tribuna para proferir longo e tumultuado discurso defendendo vários aspectos de sua gestão à frente da Interventoria mineira (VII, 199-223), pronunciamento este que culminou com a retirada conjunta das Bancadas da UDN, do PR e do PL do recinto constituinte, devido ao fato de Benedito Valladares ter recusado aparte a Gilberto Freyre (UDN/PE), sob o pretexto de este não ser mineiro e não ter o direito de se imiscuir em assuntos internos da política de Minas Gerais. Também se manifestou favorável à vigência da Carta de 1937, durante os trabalhos constituintes, e declarou voto contra a moção do Líder udenista Otávio Mangabeira, louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas, a 29 de outubro de 1945.

Apresentou 79 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 576, contrária à nomeação do Interventor Federal pelo Senado e concedendo tal prerrogativa, exclusivamente, ao Presidente da República; nº 586 (rejeitada; XXI, 202), suprimindo dispositivo que isentava do imposto de consumo os "artigos que a lei classificar como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico-dentário das pessoas de restrita capacidade econômica"; nº 735, contrária à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional nos intervalos dos períodos legislativos; nº 760, regulamentando vários aspectos da competência, composição e funcionamento do Tribunal Federal de Recursos; nº 1.551 (aprovada; XXIII, 255), flexibilizando a concessão para empresas estrangeiras da exploração de minas, riquezas do subsolo e quedas d'água; e a de nº 2.171, regulamentando a transferência da Capital Federal para a região compreendida entre os rios Parnaíba e Grande, no Triângulo mineiro.

JOSÉ FRANCISCO BIAS FORTES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de abril de 1891, Barbacena, MG.

Filho de Crispim Jaques Fortes, chefe político em Minas Gerais, Deputado à Assembléia Provincial (1881-1889), fundador do Partido Republicano Mineiro (1888), Senador Estadual (1891-1894) e Presidente de Minas Gerais (1894-1898). Segundo Sérgio Miceli, "sua família se revezava com os Andradas no poder, em Barbacena, às custas da concessão de empregos públicos e do exercício de cargos políticos de relevo, tanto a nível estadual como no plano federal" (MICELI, 1986 : 570).

Falecimento: 30 de março de 1971.

Profissão: Proprietário de terras (fazendeiro) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte (1912), após o que exerceu a advocacia em Barbacena.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Barbacena, PRM (1913-1914). Deputado Estadual, PRM (1914-1918; 1918-1922 e 1923-1925), tendo sido Presidente da Câmara durante a última legislatura. Deputado Federal pela legenda do Partido Libertador, MG (1925-1926). Secretário de Segurança e Assistência Pública de Minas Gerais na gestão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1926-1929). Participou da campanha da Aliança Liberal em Minas

Gerais (1929-1930). Eleito Deputado Federal pelo PRM, teve seu mandato interrompido em razão da Revolução de 30 (1930). No início da década, participou de inúmeros movimentos políticos em Minas Gerais. Embora membro da Comissão Executiva do PRM, filiou-se ao Clube 3 de Outubro (1931). Preso por dois dias em razão de ter participado de uma tentativa de deposição do Interventor Olegário Maciel (1931). Membro do Conselho Executivo do PSN — Partido Social Nacionalista (1932), agremiação extinta pouco depois. Juntamente com Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, foi um dos fundadores e membro da Comissão Diretora do PP — Partido Progressista, de Minas Gerais (1933). Deputado Constituinte e Federal (o mais votado de seu estado) pelo PP/MG (1933-1935). Deputado Federal na legenda PRM — Minas Autônoma, que abrigava dissidentes do PP (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Barbacena, MG, consolidando seu domínio a nível local (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/MG e membro da Comissão Executiva da agremiação (1945). Após a Constituinte de 1946, foi derrotado por Milton Campos, candidato da coligação UDN/PR/PTN, nas eleições para o Governo de Minas Gerais (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No início da década de 30, foi membro da Legião Liberal Mineira (1931). Durante o Estado Novo, teve destacada atuação no Congresso de Prefeitos organizado pelo Interventor Benedito Valladares, em Belo Horizonte (julho a agosto de 1941).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Diretor do *Jornal de Barbacena*, a partir de 1937.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discursos de "voto de pesar" a personalidades mineiras falecidas e para justificar requerimento de homenagem aos mortos na II Guerra Mundial (VIII, 345), tendo também efetuado intervenções tópicas nos debates sobre política regional mineira e piauiense e votado a favor da "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas (XI, 251).

Apresentou 79 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas sugerindo pequenas alterações de redação em dispositivos do mesmo. Destacam-se as de nº 335, sistematizando matéria esparsa no primitivo projeto referente à composição e ao funcionamento das instituições parlamentares, e a de nº 796, sugerindo nova redação ao art. 1º do título

"Ordem Econômica e Social" da Constituição, sendo que nenhuma de suas emendas foi posta em votação em plenário.

CELSO PORFÍRIO DE ARAÚJO MACHADO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de fevereiro de 1895, Araxá, MG.

Falecimento: 13 de setembro de 1974.

Profissão: Advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1916). Delegado de polícia em Rio Branco, MG (1917-1922). Fundador e redator dos periódicos *O Comércio*, *O Rio Branco* e *Minas Jornal*, em Minas Gerais (1918-1921). Durante o Estado Novo, foi Procurador da Fazenda Federal no Rio de Janeiro, DF (1938-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete de Daniel de Carvalho, Secretário de Agricultura no governo de Raul Soares (1922-1924). Deputado Estadual (1924-1927). Exerceu simultaneamente os mandatos de Deputado Estadual e Vereador no Município de Rio Branco, MG (1928-1930). Deputado Estadual (1930). Apoiou a campanha da Aliança Liberal e a Revolução de 30. Deputado Constituinte e Federal pelo PP — Partido Progressista, em Minas Gerais (1933-1935). Deputado Federal, PP/MG (1935-1937). Presidente do Diretório Municipal do Partido Progressista, em Rio Branco (1933-1937). Durante o Estado Novo, além de Procurador da Fazenda, foi Secretário do Interior e Justiça no último ano do governo de Benedito Valladares (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no interior do Estado de Minas Gerais, tendo sido redator e/ou Diretor de vários jornais em sua região de origem.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório intitulado *Mão-de-Obra*. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para

defender Benedito Valladares (PSD/MG) e o Interventor mineiro em exercício, João Beraldo (PSD/MG), das críticas efetuadas por oposicionistas acerca da responsabilidade de ambos pela continuidade da máquina administrativa estado-novista em Minas Gerais.

Apresentou dezenas de emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 603, favorável ao confisco dos bens, em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias ou entidades paraestatais; nº 2.765, contrária à proibição do trabalho para menores de 14 anos; nº 3.168, favorável à manutenção da unicidade e do imposto sindicais; e a de nº 3.170, contrária à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, sendo que nenhuma de suas emendas foi objeto de discussão em plenário.

CRISTIANO MONTEIRO MACHADO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 5 de novembro de 1893, Sabará, MG.

Filho do Coronel, fazendeiro e industrial Virgílio Machado. Casou-se, pela segunda vez, com Hilda von Sperling, cunhada de Raul Soares, Presidente do Estado de Minas Gerais, na República Velha (1922-1924).

Falecimento: 26 de dezembro de 1953.

Profissão: Industrial, banqueiro e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado farmacêutico pela Escola de Ouro Preto (1910). Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF (1918). Após formar-se, dividiu escritório de advocacia, em Belo Horizonte, com Francisco Campos, futuro Ministro da Justiça de Vargas (1919-1922). Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Juiz de Fora (1925-1926). Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú (1944). Diretor da Companhia de Cimento Portland-Itaú (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Presidente de Minas Gerais, Raul Soares (1922-1924). Deputado Estadual, PRM (1924-1925). Prefeito de Belo Horizonte, MG (1926-1929). Deputado Federal, PRM (1930), tendo renunciado ao mandato para assumir o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública no governo de Olegário Maciel (1930). Participou da Revolução de 30, em Minas Gerais. Juntamente com membros

da facção "bernardista" do PRM, tomou parte de uma malograda tentativa de deposição do Governador Olegário Maciel (1931). Vice-Presidente da Comissão Executiva do PRM (1933). Deputado Constituinte e Federal, PRM (1933-1935). Deputado Federal, PRM (1935-1936), tendo renunciado ao mandato, para ocupar o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais durante o governo de Benedito Valladares, posto no qual manteve-se no transcurso do Estado Novo (1936-1945). Após a Constituinte de 1946, integrou a dissidência pessedista que apoiou a candidatura de Milton Campos ao Governo de Minas Gerais (1947) e foi candidato derrotado à Presidência da República pelo PSD (1950).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Conselho Consultivo do Clube 3 de Outubro (1932), tendo se desligado da entidade pouco depois.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais no Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de *Kerenski*.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 15^a Sessão, a 25 de abril de 1946 (II, 184). Em virtude de problemas de saúde, não pôde participar do processo de elaboração constitucional, tendo apenas efetuado breves apartes a discurso de Lopes Cançado (UDN/MG) sobre política mineira, aproveitando a ocasião para justificar sua ausência nos acirrados debates travados em plenário sobre o assunto (VIII, 41).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido, no entanto, signatário de várias delas apresentadas por membros da Bancada do PSD/MG.

FRANCISCO DUQUE DE MESQUITA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 23 de fevereiro de 1896, Três Pontas, MG.

Genro de Camilo Soares de Moura, Prefeito de Caxambu, Juiz de Direito, Deputado Estadual e Federal, Interventor em Minas Gerais e Ministro do Tribunal de Contas da União (sem data).

Falecimento: 15 de março de 1979.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF (1919), após o que tornou-se Promotor de Justiça em seu estado (1920).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual por várias legislaturas na República Velha (1923-1930). Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte (1933) e a Deputado Federal (1934) pelo PRM. Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, assim como grande parte dos membros da bancada mineira, optou por proferir o "discurso do silêncio", tendo apenas efetuado intervenções tópicas nos debates sobre política regional mineira, para defender o Interventor de Minas Gerais, João Beraldo (PSD/MG), das acusações de parlamentares da UDN e do PR acerca de arbitrariedades cometidas pelo governante mineiro, quando da nomeação de Prefeitos em cidades do interior do Estado.

Apresentou apenas 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 2.093, regulamentando a reintegração em seus mandatos dos Deputados ou Senadores que desempenhassem outros cargos públicos.

GUSTAVO CAPANEMA FILHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de agosto de 1900, Pitangui, MG.

Neto de Guilherme Schuch de Capanema, Barão de Capanema, engenheiro e físico, responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do Brasil, durante o Império escravista brasileiro (1885).

Falecimento: 10 de março de 1985.

Profissão: Advogado-funcionário público e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1924), após o que exerceu a

advocacia e lecionou na Escola Normal de Pitangui (1924-1929), dedicando-se a partir de então às atividades políticas.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Pitangui, MG (1926-1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Minas Gerais, aderindo à plataforma tenentista (1929-1930). Oficial de gabinete de Olegário Maciel, Governador de Minas Gerais (1930). Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, em substituição a Cristiano Machado, político então ligado à facção bernardista do PRM (1931-1933). Juntamente com Francisco Campos, foi um dos organizadores da Legião Liberal Mineira (1931). Envolveu-se em inúmeras lutas políticas regionais e nacionais no período. Um dos principais articuladores, Vice-Presidente e membro da Comissão Executiva do PP — Partido Progressista, de Minas Gerais (1933). Com a morte de Olegário Maciel, tornou-se Interventor interino de Minas Gerais (1933-1934). Nomeado Ministro da Educação e Saúde Pública, manteve-se no cargo durante todo o Estado Novo (1934-1945); segundo o Dicionário *CPDOC*,

"após o golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo e a Constituição de 1937, da qual Capanema foi um dos signatários, a ação do Ministério da Educação e Saúde foi marcada pelo caráter fortemente centralizador e autoritário do novo regime" (CPDOC, 1984 : 610).

No contexto da redemocratização, tornou-se membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945). Após a Constituinte de 1946, integrou a ala dissidente pessedista que apoiou a candidatura vitoriosa de Milton Campos ao Governo de Minas Gerais (1947) e foi favorável à cassação do PCB (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Ainda na República Velha, foi um dos representantes de Minas Gerais na III Conferência Nacional de Educação (1929). No início da década de 1930, grandemente influenciado pelas idéias de Francisco Campos, foi um dos principais dirigentes da *Legião de Outubro* ou *Legião Liberal Mineira*, organização de inspiração fascista que travou a luta pelo desmantelamento da antiga máquina política perremista em Minas Gerais.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Um dos principais dirigentes ideológicos do Estado Novo, durante sua gestão no Ministério da Educação realizou a chamada "Reforma Capanema" do ensino público, além de ter

sido o responsável por inúmeras outras iniciativas, mormente no campo educacional. Publicou *Os grandes dias do Brasil novo* (em colaboração com Francisco Campos e João Marques dos Reis (1939); *A educação e a saúde no decênio getuliano* (1941); *Algumas notas documentárias sobre o projeto da Constituição* (1946), dentre inúmeros outros trabalhos esparsos e discursos políticos.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Subcomissão Poder Legislativo, da Comissão de Constituição. Concentrou sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, onde foi um dos Constituintes mais influentes e teve participação decisiva na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, apenas interveio de maneira mais intensa na fase final dos trabalhos constituintes, quando da votação do Projeto Revisto no recinto da Assembléia, efetuando a defesa articulada de várias propostas contidas em suas emendas. Assim, polarizou a atenção do plenário ao ocupar a tribuna para pedir destaque para o "Substitutivo Capanema", contendo várias sugestões de sua autoria (quase todas aprovadas) ao capítulo "Da Educação e Cultura" da Carta Constitucional (XXIII, 333 e segs.), e para argumentar a favor de sua proposição (parcialmente aprovada; XXI, 151), regulamentando a intervenção federal nos Estados. Além disso, manifestou-se favorável à representação eleitoral que favorecesse os pequenos Estados em detrimento dos grandes, ao sistema de governo presidencialista e à manutenção do Senado, tendo sido ainda contrário ao sistema unicameral e ao direito do Congresso Nacional de requerer prestação de contas aos Ministros de Estado.

Apresentou 89 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 800, suprimindo a expressão "justiça social" do art. 1º do título "Da Ordem Econômica e Social" e sugerindo nova redação ao mesmo, estipulando que "a ordem econômica conciliará a liberdade de empresa com a valorização do homem no trabalho" (XIII, 122); nº 1.481, fixando com maior precisão no texto constitucional o conceito de autonomia municipal, e favorável à nomeação dos Prefeitos das capitais, nos Municípios de águas minerais naturais e nos de importância militar estratégica; nº 2.250, sugerindo nova redação a todo um longo artigo regulamentando a competência legislativa privativa da União; nº 3.225 (aprovada; XXIII, 333 e *passim*), sugerindo nova redação a todo o capítulo "Da Educação e da Cultura" e posteriormente transformado em plenário no "Substitutivo Capanema" sobre matéria educacional; nº 3.346 (aprovada; XXIII, 397), estipulando que "as ciências, as letras e as artes são livres e terão constante

amparo dos Poderes públicos" (XVI, 125); e a de nº 3.507 (aprovada; XXIV, 213), estabelecendo uma série de regras para o processo de reforma e apresentação de emendas à Carta Constitucional.

ISRAEL PINHEIRO DA SILVA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 4 de janeiro de 1896, Caeté, MG.

Descendente de tradicional família mineira que controlava politicamente o Município de Caeté, MG. Filho de João Pinheiro da Silva, Secretário de Estado, Deputado Constituinte (1890), Senador (1905) e Presidente de Minas Gerais (1906-1908). Irmão de João Pinheiro da Silva Filho, Prefeito de Poços de Caldas, MG (1928) e Deputado classista à Assembléia Nacional Constituinte, na condição de representante dos empregadores mineiros (1933-1934).

Falecimento: 6 de julho de 1973.

Profissão: Industrial, proprietário de terras e engenheiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Engenharia pela Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, MG (1919), após o que realizou estudos de aperfeiçoamento na área siderúrgica na França, Inglaterra e Alemanha. Retornando ao Brasil, trabalhou nas obras de instalação da Usina de Ferro Genspacher e da Usina Gorceix e foi Diretor-Proprietário da Companhia de Mineração Juca Vieira, da Usina de Tubos Centrifugados Barbará S.A. e da Companhia de Cerâmica João Pinheiro, de propriedade de sua família e fundada por seu pai. Foi também fazendeiro de gado no interior mineiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador, Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo de Caeté, MG, PRM (1922-1924). Militou no PRM, na década de 1920, tendo apoiado a Revolução de 30, em Minas Gerais. Presidente do Conselho Consultivo de Minas Gerais no governo de Olegário Maciel (1930-1933). Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais na gestão do Interventor Benedito Valladares (1933-1935). Membro da Comissão Executiva do PNM — Partido Nacionalista Mineiro, agremiação fundada por Benedito Valladares para apoiar a candidatura presidencial de José Américo de Almeida (1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas

Gerais, cargo que havia assumido já antes da instauração do regime (1935-1942); foi também o primeiro Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal de mineração diretamente subordinada à Presidência da República (1942-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Vice-Presidente do PSD/MG e Secretário-Geral do PSD nacional (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o Estado Novo, acompanhou o Ministro da Fazenda Sousa Costa em viagens de negociação a Washington, EUA, visando à encampação, pelo Governo brasileiro, das Companhias de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração, remanescentes do antigo grupo "Itabira Iron Ore Company" (1942).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar atuante e bastante influente em plenário, concentrou-se na defesa de sua gestão à frente da Companhia Vale do Rio Doce, durante o Estado Novo, e na participação nos debates referentes ao título "Da Ordem Econômica e Social" da Constituição, mormente àqueles seus dispositivos que regulamentavam a entrada de capital estrangeiro na economia, da qual foi um articulado e ferrenho defensor. Assim, ocupou a tribuna para proferir longos e importantes discursos, nos quais buscou fazer a defesa detalhada de sua administração à frente da empresa Vale do Rio Doce (IX, 265-279) e responder a críticas efetuadas à mesma por outros parlamentares em plenário, aproveitando a ocasião para posicionar-se a favor da necessidade de planejamento para promover o desenvolvimento econômico do País e expressar sua postura no tocante ao capital estrangeiro, afirmando que "(...) tendo em vista a deficiência de capital nacional, desejo encarecer a necessidade de que sejam abolidas, de vez, as restrições ao capital estrangeiro, fruto de um nacionalismo mal compreendido" (IX, 277), afirmação esta que provocou veementes apartes contrários do Senador comunista Luís Carlos Prestes (PCB/DF). Também efetuou importante pronunciamento emitindo o parecer da Bancada do PSD/MG ao título "Da Ordem Econômica e Social" do projeto constitucional (XIX, 210-219), onde, dentre outras coisas, manifestou-se amplamente favorável à entrada de capital estrangeiro na economia brasileira, enfatizando, mais uma vez, a necessidade de se flexibilizar os dispositivos constitucionais que regulamentavam tal entrada, tendo ainda combatido veementemente a necessidade de reforma agrária e

feito a apologia da grande propriedade rural, afirmando que "a grande propriedade é um bem e o latifúndio um benemérito (...) Não há brasileiros que queiram terras e não as tenham. A terra é que precisa de brasileiros e não encontra braços" (XIX, 218). Além disso, manifestou-se contra a adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público, em caso de desapropriação, e amplamente favorável à mudança da Capital Federal para a região compreendida entre os rios Parnaíba e Grande, no Triângulo mineiro.

Apresentou dez emendas, a maior parte delas ao título "Da Ordem Econômica e Social" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.135, assinada por todo o PSD mineiro e ferrenhamente contrária à nacionalização progressiva dos bancos de depósito e das empresas de seguro e capitalização e contendo longa "justificação", onde são dados vários argumentos contrários à proposta de nacionalização das instituições financeiras estrangeiras (XIII, 293-294); nº 1.136 (aprovada; XXIII, 171), suprimindo dispositivo do primitivo projeto que reservava apenas a brasileiros natos o exercício das profissões liberais; nº 1.137, dificultando, ainda mais que no projeto inicial, a desapropriação de terras não aproveitadas ou beneficiadas por obras públicas; nº 1.138, eliminando dispositivo que recomendava a nacionalização das empresas de serviço público; nº 1.218 (aprovada; XXIII, 171), dando à União competência privativa para legislar sobre energia hidro e termelétrica; nº 1.344, assegurando aos estrangeiros igualdade de condições com os brasileiros, no tocante ao direito de aquisição de propriedade que ocupassem por mais de dez anos; e a de nº 1.961, obrigando a União, os Estados e os Municípios a aplicarem pelo menos 5% de sua renda tributária na conservação, recuperação e desenvolvimento das riquezas naturais do País.

JOÃO HENRIQUE SAMPAIO VIEIRA DA SILVA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de junho de 1896, Fortaleza, CE.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1917), exercendo,

em seguida, a profissão de médico em Uberaba, MG. Foi também pecuarista na região do Triângulo mineiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador e Prefeito de Uberaba, MG (1923-1926). Deputado Estadual, PRM (1927-1930). Deputado Federal na legenda do PP — Partido Progressista (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba, MG (sem data), e líder rural na região do Triângulo mineiro.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou, dentre outras obras: *Do conceito eugênico no habitat brasileiro; Angina de Vincent no Rio de Janeiro; Objetivos de política pragmática; e A aspiração do mar na Constituinte mineira de 91* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Concentrou sua atuação na defesa da gestão do Interventor mineiro João Beraldo (PSD/MG) das acusações feitas por oposicionistas em plenário e na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária no Brasil Central. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu discurso sobre a questão da pecuária (III, 434-438), no qual atribuiu a crise por que estava passando o setor a um "erro de política econômica" do Banco do Brasil ao restringir o crédito aos produtores, e condenou veementemente os frigoríficos estrangeiros por estarem forçando a baixa do preço do gado de corte e prejudicando o funcionamento do mercado de carne, afirmado que "o interesse do capital estrangeiro empregado em frigoríficos está prejudicando a economia nacional, representada pela classe dos fazendeiros" (III, 435). Além disso, adquiriu notoriedade durante os trabalhos constituintes ao subir à tribuna para protestar veementemente contra a atitude do Líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) de beijar a mão do General Eisenhower, quando da visita deste ao recinto constituinte, qualificando o ato de "gesto de servidão política", posicionamento este que causou grande celeuma dentro e fora do plenário e provocou incontáveis manifestações de desagravo ao político baiano por parte de Constituintes de diversos partidos (XX, 254 e segs.).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 395, que criava dispositivo assegurando assistência médica, dentária e farmacêutica a todos os brasileiros.

JOAQUIM LIBÂNIO LEITE RIBEIRO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 16 de maio de 1894, Guaxupé, MG.

Falecimento: 14 de junho de 1949.

Profissão: Proprietário de terras, empresário (industrial e banqueiro) e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Medicina (1916). Foi Presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Diretor do Banco Mercantil de São Paulo e fazendeiro nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Fundador e primeiro Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Minas Gerais.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JOSÉ MARIA ALKMIM — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de junho de 1901, Bocaiúva, MG.

Falecimento: 22 de abril de 1974.

Profissão: Advogado, empresário e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Funcionário dos Telégrafos (1919-1924). Repórter e, posteriormente, Diretor do jornal *Minas Gerais*, órgão oficial do Estado (1925-1930). Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1929). Subdiretor e Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (1929-1930). Reitor do Ginásio Mineiro

de Belo Horizonte (1930-1932). Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (1932). Exerceu a advocacia em Minas Gerais, tendo trabalhado no escritório de Abílio Machado. Durante o Estado Novo, tornou-se professor catedrático de Economia Política na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (1939); advogado do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1942); Diretor das Empresas Granjas Reunidas S.A., pertencentes ao Grupo Matarazzo, em Bocaiúva, MG (1944).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da campanha da Aliança Liberal, em Minas Gerais, ligando-se politicamente ao Governador eleito Olegário Maciel (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pelo PPM — Partido Progressista Mineiro (1933-1935). Reeleito Deputado Federal (1935), renunciou ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (1935-1936). Secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais na gestão de Benedito Valladares (1936-1939). Apoiou a candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, além de Secretário de Estado, foi Diretor da Penitenciária Agrícola de Neves, MG (1939-1942). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores e membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Instituto e da Ordem dos Advogados do Brasil (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na participação nos debates sobre política regional mineira e na abordagem de questões referentes à organização do sistema penal brasileiro. Parlamentar de postura governista, logo no início dos trabalhos constituintes, realizou pronunciamento de *homenagem ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Valdemar Falcão* (I, 27), no qual procurou desqualificar as acusações de parlamentares da bancada comunista, segundo as quais a presença do Ministro na presidência das sessões preparatórias de instalação da Assembléia seria um ato atentatório à soberania da Constituinte. Assim como a maior parte dos pessedistas mineiros, ocupou a tribuna diversas vezes para defender a figura de lideranças do PSD mineiro (principalmente o Interventor João Beraldo e o ex-Governador Benedito Valladares) das freqüentes e violentas acusações efetuadas da tribuna por

Constituintes da UDN e do PR, tendo também tomado a palavra para proferir discurso sobre a *questão dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo* (XII, 380-386), onde procurou contestar afirmações da capixaba acerca da invasão do território do Espírito Santo por tropas da polícia militar de Minas Gerais. Finalmente, tomou parte nos debates sobre o problema da organização do sistema penitenciário, manifestando-se favorável à individualização da pena e à concessão à União da competência privativa para estabelecer normas gerais sobre o sistema penal.

Apresentou seis emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.094, instaurando na Carta Constitucional o princípio da individualização da pena; nº 1.494 (rejeitada; XXI, 352), transferindo para as Constituições Estaduais a regulamentação dos impostos sobre propriedade territorial e de indústria e profissões; e a de nº 2.767, estipulando que "a União poderá conceder portos fracos a Estados não litorâneos".

JUSCELINO KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 12 de setembro de 1902, Diamantina, MG.

Pelo lado paterno, descendeu de uma família de *capangueiros*, como eram denominados os pequenos comerciantes que negociavam com diamantes adquiridos aos garimpeiros no interior mineiro. Genro de Jaime G. de Lemos, comerciante, Deputado Federal (1915-1924), Juiz Municipal de Paz, Presidente da Câmara e agente executivo municipal, em Passos, MG.

Falecimento: 22 de agosto de 1976.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Telegrafista dos Correios, em Belo Horizonte, MG (1921-1928). Formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (1927). Após formar-se, abriu consultório em sociedade com Júlio Soares (seu futuro cunhado), ao mesmo tempo em que exerceu a medicina em estabelecimentos públicos. Por intermédio de José Maria Alkmim, foi nomeado médico da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial (1928). Após viagens de estudos à Europa, retornou ao Brasil, tendo sido nomeado médico do Hospital Militar da Força Pública de Minas Gerais (1931-1932). Capitão-Médico nos combates contra o movimento

constitucionalista paulista (1932). Durante o Estado Novo, foi chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar e chefe do Serviço de Urologia da Santa Casa de Misericórdia (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe do Gabinete Civil do Interventor mineiro Benedito Valladares (1933-1934). Secretário do Partido Progressista de Minas Gerais (1935-1937). Deputado Federal, PP/MG (1935-1937), tendo sido o parlamentar mais votado de seu estado. Durante o Estado Novo, foi nomeado Prefeito de Belo Horizonte, MG (1940-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Primeiro-Secretário da Seção Mineira do PSD, firmando-se como uma das principais lideranças políticas do Estado (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante sua gestão na Prefeitura de Belo Horizonte, organizou inúmeros "comitês de bairro", que, posteriormente, no contexto da redemocratização, foram transformados em seções do PSD (1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi uma das principais lideranças de Minas Gerais no pós-guerra. Durante o regime estado-novista, implantou sólida base política em seu estado, que lhe permitiu, posteriormente, eleger-se Governador de Minas Gerais (1950).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Concentrou sua atuação no enfoque de temas referentes à questão social, na defesa da ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados e na participação nas acirradas discussões travadas em plenário sobre a política regional mineira. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando *o problema da residência dos trabalhadores* (VII, 83-92), onde fez um relato de várias medidas tomadas durante sua gestão na Prefeitura de Belo Horizonte para o equacionamento da questão da habitação popular; sobre *a mudança da Capital Federal* (IX, 325-326), no qual defendeu a mudança da Capital Federal para a região do pôntal do Triângulo mineiro, em Minas Gerais, seguindo parecer do engenheiro Lucas Lopes em trabalho sobre o assunto; e analisando brevemente o projeto constitucional (XII, 216-218), aproveitando a ocasião para justificar diversas emendas de sua autoria assegurando na Constituição vários direitos sociais dos trabalhadores. Evitando posicionar-se explicitamente sobre os temas mais polêmicos debatidos durante a Constituinte, além da defesa de

lideranças políticas do PSD mineiro, interveio nos debates realizados em plenário para manifestar-se contrário à política governamental de liquidação do déficit através da paralisação de obras públicas.

Apresentou dezenas de emendas ao Projeto de Constituição, sendo que nenhuma delas foi posta em votação em plenário. Destacam-se as de nº 1.032, favorável à organização paritária da Justiça do Trabalho; nº 1.150 a 1.157, acrescentando ao título "Ordem Econômica e Social" da Constituição uma série de direitos sociais dos trabalhadores (aviso prévio, higiene e segurança do trabalho, concessão de salário integral ao trabalhador afastado por motivo de doença, férias anuais remuneradas, indenização ao trabalhador dispensado por justa causa, repouso semanal remunerado aos domingos, obrigatoriedade do seguro de trabalho e participação obrigatória do trabalhador no lucro das empresas); nº 1.158, obrigando a União, os Estados e os Municípios a fiscalizarem a aplicação da legislação trabalhista; nº 1.160, obrigando as empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de duzentos trabalhadores a manterem restaurantes para seus empregados; nº 1.168, estabelecendo várias normas para a votação do *Estatuto dos Funcionários Públicos* pelo Congresso Nacional; nº 1.188, garantindo aos militares e funcionários públicos civis a contagem integral do tempo de serviço federal, estadual e municipal, para fins de reforma e aposentadoria; e a de nº 3.465, determinando nova redação a todo o capítulo "Dos Funcionários Públicos Civis", a ser acrescentado à Constituição e sugerida pela Casa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais.

LAIR PALETA DE RESENDE TOSTES — 1º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de janeiro de 1912, Juiz de Fora, MG.

Filho de João de Resende Tostes, político e Deputado Federal por Minas Gerais (1935-1937). Além disso, possuía laços de parentesco com inúmeras outras lideranças políticas mineiras.

Profissão: Advogado-funcionário público e proprietário de terras.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Direito (sem data). Foi advogado da Companhia Telefônica Brasileira (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Foi secretário particular de Odilon Braga no Ministério da Agricultura (1933-1937). Segundo Hélio Silva (SILVA, 1976

: 75), durante o Estado Novo, foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, documento de oposição ao regime (1943). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, integrou a ala dissidente do PSD mineiro que apoiou a candidatura vitoriosa do udenista Milton Campos para o Governo de Minas Gerais (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado Federal, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição a Carlos Luz (PSD/MG), que não tomou posse por ter sido nomeado Ministro da Justiça do governo Dutra. Pouco atuante em plenário, apenas efetuou intervenções tópicas em debates sobre política regional mineira e proferiu discursos de "voto de pesar" a personalidades falecidas.

Apresentou duas emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 2.175, regulamentando o aproveitamento de ex-Juízes dos Tribunais Federais de Recursos, e a de nº 2.370, permitindo a conservação dos mandatos aos Deputados e Senadores que fossem nomeados Secretários de Estado.

LUÍS MILTON PRATES — 2º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 7 de janeiro de 1888, Montes Claros, MG.

Descendente de tradicional família mineira, composta de inúmeros políticos.

Falecimento: 1º de setembro de 1974.

Profissão: Jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem informação sobre curso universitário. Exerceu a profissão de jornalista em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá (1922-1926). Sem informação sobre sua atuação política a partir de então. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi editor e fundador de vários periódicos em Minas Gerais.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 2º Suplente de Deputado pelo PSD, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao titular, Luiz Martins Soares, que renunciou ao posto. Foi membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light, embora não tenha se manifestado nenhuma vez durante os trabalhos constituintes sobre problemas de interesse dos trabalhadores. Concentrou sua atuação na luta pela aprovação da única emenda de sua autoria ao Projeto de Constituição, a de nº 443 (aprovada; XXII, 158), suprimindo dispositivo do primitivo projeto que dava ao Ministro da Fazenda a competência para organizar a proposta geral do orçamento, e determinando a transferência para legislação ordinária de uma regulamentação mais detalhada sobre o assunto.

NORALDINO LIMA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 12 de janeiro de 1885, São Sebastião do Paraíso, MG.

Filho de Francisco Martiniano de Sousa, funcionário fiscal do Estado de Minas Gerais.

Falecimento: 30 de novembro de 1951.

Profissão: Advogado-funcionário público, jornalista e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Amanuense da Prefeitura de Belo Horizonte, MG (1909-1910). Escriturário da Secretaria das Finanças (1910-1915). Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1914). Exerceu a advocacia e o jornalismo em Minas Gerais, tendo sido redator e Diretor do jornal *Diário de Minas*, na capital mineira (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário particular e oficial de gabinete de Teodomiro Carneiro Santiago, Secretário de Finanças de Minas Gerais, na

gestão de Delfim Moreira (1914-1918). Membro do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (1920-1922). Eleito Suplente de Deputado Estadual, assumiu o mandato em substituição a Francisco Campos (1922-1923). Diretor da Imprensa Oficial e redator-chefe do *Minas Gerais*, diário oficial do Estado, nos governos de Raul Soares e Olegário Maciel, em Minas Gerais (1922-1926). Secretário particular do Presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel (1924-1926). Diretor da Instrução Pública de Minas Gerais (1927). Diretor da Instrução Pública no governo de Olegário Maciel, mantendo-se no cargo após a vitória da Revolução de 30 (1930-1931). Secretário da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, nos governos de Olegário Maciel e Benedito Valladares (1931-1935). Membro da Comissão Executiva do PP — Partido Popular, em Minas Gerais (1933). Diretor da Imprensa Oficial do Estado na gestão do Interventor Benedito Valladares (1933-1935). Deputado Federal, PP/MG (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Diretor do Departamento Nacional do Café (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores e membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945). No decorrer da Constituinte de 1946, foi nomeado Diretor da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (março de 1946) e, logo a seguir, Interventor Federal em Minas Gerais (novembro a dezembro de 1946). Membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro de várias instituições culturais em Minas Gerais.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de exercer o jornalismo em Minas Gerais, publicou *Albores* (poemas, 1903); *Meridianas* (poemas, 1910); *No vale das maravilhas* (1925); *O elogio dos mortos* (1926); *Raul Soares* (1928); *O momento pedagógico* (1934); e *O café no Estado nacional* (1944).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Participou dos trabalhos constituintes por um curto período, tendo renunciado ao mandato na 15^a Sessão, a 25 de fevereiro de 1946, para assumir o cargo de Diretor da Caixa Econômica Federal (II, 184). Em sua curta atuação, ocupou a tribuna para defender o DNC — Departamento Nacional do Café, das críticas efetuadas por Carlos Pinto (PSD/RJ), segundo as quais a autarquia estaria prejudicando os lavradores do café em detrimento dos comerciantes do produto (I, 81), tendo também proferido discursos de "voto de pesar" a parlamentares falecidos.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

OLINTO FONSECA FILHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de março de 1908, Formiga, MG.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, MG (sem data). Médico da Força Pública de Minas Gerais e assistente de Clínica Urológica do Hospital Militar (1934). Exerceu o jornalismo em diversos periódicos na imprensa mineira.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Auxiliar de gabinete do Interventor de Minas Gerais, Olegário Maciel (1930-1933). Durante o Estado Novo, foi secretário particular e chefe de gabinete do Interventor mineiro Benedito Valladares e Diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais (1940-1944). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente do Conselho Regional de Desportos, tendo pertencido a diversas outras instituições desportivas.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Um dos parlamentares mais ferrenhamente governistas do PSD mineiro, concentrou sua atuação na participação nos debates travados em plenário sobre política regional de Minas Gerais, sempre na defesa da gestão do ex-Governador Benedito Valladares e da figura de próceres pessedistas dos freqüentes ataques efetuados por oposicionistas da tribuna constituinte. Assim, posicionou-se ao lado de Benedito Valladares em apartes a discursos de Coelho Rodrigues (UDN/PI), Monteiro de Castro (UDN/MG), José Bonifácio (UDN/MG), Rezende Passos (UDN/MG), Magalhães Pinto (UDN/MG), Lopes Cançado (UDN/MG), dentre outros Constituintes, nos quais os oradores endereçaram

críticas veementes a inúmeros aspectos da atuação política de Benedito Valladares em Minas Gerais, no que eram sempre contestados pelo aparteante. Além disso, ocupou a tribuna para proferir breve discurso justificando emenda de sua autoria referente ao amparo à infância e à maternidade (XIII, 214) e para defender os interesses de Minas Gerais no litígio territorial com o Espírito Santo, manifestando-se contrário à adoção do laudo do Serviço Geográfico do Exército como critério para a resolução da "questão dos limites" entre os dois Estados.

Apresentou três emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 507, estipulando que "a maternidade, a infância e a adolescência serão objeto de proteção especial" (XIII, 320), e a de nº 3.598, recomendando à União a elaboração de um "plano nacional de profilaxia e assistência médica-sanitária a ser executado dentro do período que a lei determinar" (XVI, 214).

PEDRO DUTRA NICÁCIO NETO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de abril de 1893, Cataguases, MG.

Filho de Astolfo Dutra Nicácio, advogado e Juiz Municipal em Cataguases; Deputado Estadual e Federal (1903-1911 e 1915-1920) por Minas Gerais na República Velha. Neto do Coronel Pedro Dutra Nicácio, chefe político em Cataguases, durante o Império.

Falecimento: 28 de novembro de 1965.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1921). Sem informação sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ingressou na política por intermédio de seu pai, elegendo-se Vereador em Cataguases, MG (sem data). Deputado Estadual por várias legislaturas, MG (1923-1930). Após a Revolução de 30, foi nomeado Prefeito de Cataguases (1930-1933). Eleito Suplente de Deputado Federal pelo PP — Partido Progressista, de Minas Gerais, assumiu o mandato após o término dos trabalhos constituintes (1935). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para efetuar breves apartes nas discussões sobre política mineira e para posicionar-se a favor da emenda de Israel Pinheiro (PSD/MG), concedendo a técnicos estrangeiros o direito de explorarem minério em território nacional.

Apresentou sessenta emendas ao Projeto de Constituição, boa parte delas regulamentando a carreira dos funcionários públicos. Destacam-se as de nº 1.701, favorável à simultaneidade das eleições presidenciais e legislativas; nº 1.753, aumentando de 8 para 12 anos os mandatos de Senadores e de 3 para 4 o número de eleitos por Estado; nº 1.754, aumentando de 4 para 6 anos os mandatos dos Deputados Federais; nº 1.884, aumentando os salários dos Juízes; nº 1.968, sugerindo critérios para a nomeação dos Ministros dos Tribunais de Contas; e a de nº 2.044, estabelecendo a taxa máxima de juros de 9% ao ano e em cuja "justificação" se afirma que "muitos capitalistas que vivem dos juros passarão a interessar-se pelo desenvolvimento da indústria, do comércio etc." (XIV, 458).

FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA JÚNIOR — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de outubro de 1894, Carandaí, MG.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1916). Sem informação sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador e Presidente da Câmara de Conselheiro Lafaiete, MG (1927-1930). Eleito Deputado Federal pela Concentração Conservadora, teve seu mandato interrompido, em razão da

Revolução de 30 (1930). Vereador em Conselheiro Lafaiete (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No final da República Velha, militou no movimento Concentração Conservadora, formado por dissidentes do PRM com o objetivo de apoiar as candidaturas de Júlio Prestes à Presidência da República e de Fernando de Melo Viana à Presidência do Estado de Minas Gerais (1930).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas apresentado 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 3.587, estabelecendo normas para a organização do *Estatuto das Profissões Liberais* por parte do Poder Legislativo e visando a retirar da Consolidação das Leis do Trabalho a prerrogativa de regulamentar as relações trabalhistas dos profissionais liberais.

JOSÉ RODRIGUES SEABRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de setembro de 1896, Niterói, RJ.

Falecimento: 15 de abril de 1976.

Profissão: Engenheiro eletricista e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, MG (1917). Diretor do Instituto Eletrotécnico de Itajubá e do Colégio de Itajubá (1924-1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Itajubá, MG (1932-1934). Deputado Estadual Constituinte na legenda do PP — Partido Progressista, de Minas Gerais (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, tornou-se membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945). Após a Constituinte de 1946, foi nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, no governo de Milton Campos (1947-1950).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da Sociedade Mineira de Engenharia.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes. Apresentou cinco emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 801, reservando verba do orçamento da União para a manutenção e o desenvolvimento de um "Instituto Nacional de Pesquisas, destinado a investigação científica de natureza teórica e aplicada" (XIII, 122).

WELLINGTON BRANDÃO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 6 de agosto de 1895, Rio Branco, MG.

Falecimento: 3 de maio de 1965.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista), advogado-funcionário público e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1918), após o que exerceu a advocacia e foi Promotor de Justiça no interior de Minas Gerais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/MG (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Como literato, participou do movimento modernista mineiro e de diversos outros acontecimentos literários no seu estado.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou trabalhos literários, livros de poemas e ensaios políticos, dentre os quais *O tratador de pássaros* (1935) e *Finale* (poemas, 1942).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação

na defesa da autonomia municipal, na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária no Brasil Central e na participação nos acirrados debates travados no recinto da Assembléia sobre política regional mineira. Assim, ocupou a tribuna diversas vezes para abordar cada um destes temas, tendo proferido discursos defendendo o Interventor pessedista João Beraldo (PSD/MG) dos violentos ataques realizados por oposicionistas em plenário (IV, 147; IV, 200-202); justificando diversas propostas de sua autoria, visando a concretizar a autonomia dos Municípios (VI, 6-13; XIII, 207-213), analisando longamente a questão da pecuária (V, 107-113; XX, 187-194), afirmando estar na tribuna "sob a pressão justa, razoável e explicável das Associações Rurais do Brasil Central — mineiras, paulistas, goianas, mato-grossenses" (XX, 189), e aproveitando a ocasião para criticar com veemência a política creditícia da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil no tocante à pecuária e sugerir várias medidas reivindicadas pelo pecuaristas, dentre as quais a formação de um Banco Rural, o término do "arrocho financeiro" e a baixa da taxa de juros.

Também ocupou a tribuna para apoiar a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (X, 290) e para declarar voto contra a "Moção Otávio Mangabeira", louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas, a 29 de outubro de 1945 (XI, 277). Além disso, manifestou-se favorável à emenda de Rezende Passos (UDN/MG), isentando o pequeno produtor rural do pagamento do imposto territorial, à conservação do Território de Ponta Porã, tendo sido ainda contrário à proibição da imigração japonesa, ao confisco de bens, em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos públicos, e declarado voto contra emenda de Hermes Lima (ED/DF), determinando o parcelamento, por 25 anos, das indenizações em caso de desapropriação por interesse social, posicionando-se, na ocasião, veementemente a favor da justa e prévia indenização em dinheiro, em caso de desapropriação para fins de reforma agrária (XXV, 94).

Apresentou quinze emendas ao Projeto de Constituição, a maior delas sugerindo pequenas alterações de redação a dispositivos constitucionais. Destacam-se a de nº 1.556 (rejeitada; XXIII, 219), distinguindo juridicamente o trabalhador urbano do rural, para fins de aplicação da legislação trabalhista, e a de nº 1.703 (aprovada; XXII, 256), fixando as datas de funcionamento do Congresso Nacional para o período compreendido entre os dias 15 de março e 15 de dezembro.

BANCADA DA UDN — MG

A Bancada da UDN/MG à Constituinte de 1946 era composta, na maior parte, por advogados com ampla atuação em várias instituições desta categoria de profissionais liberais (OAB, Instituto dos Advogados do Brasil etc.). Uma ampla e profunda análise da origem social dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, da "ala dos bacharéis" udenista e das principais lideranças políticas que se agruparam em torno da UDN, no contexto da redemocratização, encontra-se no texto de Sérgio Miceli *Carne e osso da elite brasileira no pós-trinta*, que afirma, dentre outras coisas, que

"uma parcela considerável de signatários do *Manifesto dos Mineiros* (24 de outubro de 1943) se constituía de diretores-acionistas, executivos, consultores jurídicos e altos funcionários de grupos financeiros privados que detinham o controle acionário de alguns dos principais bancos sediados em Minas Gerais e no Distrito Federal. (...) como, por exemplo, José de Magalhães Pinto, ex-funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, gerente, depois Diretor do Banco da Lavoura de Minas Gerais, fundou o Banco Nacional de Minas Gerais S.A., em 1944" (MICELI, 1986 : 579).

GABRIEL DE REZENDE PASSOS — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 17 de março de 1901, Itapecerica, MG.

Filho de Ignácio Ferreira de Rezende Passos, Coronel e chefe político.

Falecimento: 19 de junho de 1962.

Profissão: Advogado e professor secundário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1924), após o que exerceu a advocacia na comarcas de São João del Rei, Oliveira e Belo Horizonte, MG. Professor da Escola Normal (1924-1928). Redator forense do jornal *O Estado de Minas*, em Belo Horizonte (1928).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de gabinete do Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Cristiano Machado (1930). Participou da Revolução de 30, em Minas Gerais, tendo ocupado o posto de Major da

Força Pública (1930). Secretário de gabinete do Interventor Olegário Maciel, até o falecimento deste (1930-1933). Deputado Constituinte e Federal pelo PP — Partido Progressista, de Minas Gerais (1933-1935). Reeleito Deputado Federal (1935), renunciou ao mandato para ocupar o cargo de Secretário do Interior e Justiça na gestão de Benedito Valladares (1935-1936). Durante o Estado Novo, foi Procurador-Geral da República, cargo para o qual havia sido nomeado um ano antes do início do regime (1936-1945). No contexto da redemocratização, renunciou ao posto de Procurador-Geral para participar da campanha de Eduardo Gomes à Presidência da República (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de diversos trabalhos sobre assuntos jurídicos impressos em várias revistas jurídicas, publicou *Código de minas e taxa de aproveitamento* (coletânea de julgamentos na Procuradoria-Geral da República, 1940).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Estudo das Indicações. Um dos parlamentares mais ativos em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao regime estado-novista e na defesa da distribuição da pequena propriedade como forma mais eficaz de fazer frente à expansão do "comunismo" no campo. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discursos — que tiveram grande repercussão em plenário — sobre a *reestruturação democrática* (I, 79-80), onde denunciou veementemente a reposição de Prefeitos pessedistas afastados após 29 de outubro de 1945 pelo Interventor mineiro João Beraldo, e sobre a *prerrogativa da Assembléia Constituinte* (II, 199-213), no qual argumentou longamente contra a vigência da Constituição de 1937 e defendeu a capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e censurar atos do Executivo durante o processo de elaboração constitucional, tendo afirmado, dentre outras coisas, que

"É impossível que uma Assembléia Constituinte comece sua vida sem afirmar seus poderes constituintes. E poderes constituintes são os que dizem respeito aos alicerces dos Estados, à realização dos estados de Direito. Esses fundamentos jurídicos só podem ter força, ser acatados e obedecidos, quando emanam do poder legitimamente constituído, isto é, constituído pela vontade do povo" (II, 200),

e em defesa da indicação udenista substituindo a Carta de 1937 por um projeto de normas gerais que regesse a vida legal.

Também tomou a palavra para realizar longos pronunciamentos endereçando *críticas à administração do Sr. Benedito Valladares, em Minas Gerais* (IX, 128-142), onde combateu múltiplos aspectos da "desastrada gestão" do ex-Interventor mineiro, principalmente a intervenção efetuada durante seu governo no Banco Hipotecário e Agrícola, e justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional, visando a dar proteção ao pequeno produtor rural com o fito de evitar a expansão da doutrina comunista no campo (XIII, 166-168; XIII, 340-344). Na condição de membro da Comissão de Estudos das Indicações, emitiu vários pareceres a indicações formuladas por outros Constituintes, destacando-se seu parecer contrário (VI, 270-274) à Indicação nº 29-A da bancada comunista propondo a desaprovação, pela Assembléia, do Decreto-Lei nº 9.070, baixado pelo governo Dutra contra o direito de greve. Além disso, tomou parte em diversos debates sobre "matéria constitucional", mormente os referentes à organização do aparelho judiciário, manifestando-se, em suas intervenções, favorável à nacionalização das minas, quedas d'água e bancos de depósito, ao sistema de governo presidencialista, e contrário ao mandato presidencial de 6 anos e à adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público, em caso de desapropriação.

Apresentou 54 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 320, determinando a execução no prazo de um ano, pela União, de um "plano de alfabetização popular"; nº 593 (rejeitada; XXI, 550), transferindo dos Estados para os Municípios a prerrogativa de arrecadação do imposto territorial; nº 627, suprimindo dispositivo que facultava apenas a brasileiros natos e proibia a estrangeiros o exercício das profissões liberais em território nacional; nº 715, extinguindo o imposto de exportação; nº 719-A (aprovada; XXII, 127), estipulando que "o imposto territorial não incidirá sobre sítios menores de vinte hectares, quando o proprietário o trabalhe pessoalmente ou com sua família e outro imóvel não possua"; nº 1.450 (rejeitada; XXII, 204), retirando do STF — Supremo Tribunal Federal, a competência para julgar, em recurso ordinário, decisões sobre mandatos de segurança e "habeas corpus"; nº 1.455 (rejeitada; XXII, 229), regulamentando vários aspectos da competência do Supremo Tribunal Federal para julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais; nº 2.476, favorável ao mandato de 8 anos para Senador e de 4 anos para todos os demais cargos eletivos,

inclusive o de Presidente da República; nº 2.590 (rejeitada; XXII, 206), transferindo do Supremo Tribunal Federal para o Tribunal Federal de Recursos a competência para julgar crimes políticos; nº 2.750, sugerindo nova redação a todo um capítulo intitulado "Do Ministério Público" da Constituição; e a de nº 2.786 (rejeitada; XXIII, 292), determinando o julgamento de crimes cometidos por policiais militares pela Justiça comum e contrária à criação das Justiças Militares Estaduais.

JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1º de maio de 1904, Barbacena, MG.

Fertencente a tradicional família mineira, que, desde o Império, produziu destacadass lideranças políticas. Filho de José Bonifácio de Andrada e Silva, Deputado Federal pelo PRM na República Velha (1891-1930). Sobrinho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente de Minas Gerais, Presidente do Estado de Minas Gerais (1926-1930) e Presidente da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Neto de Lafayette Rodrigues Pereira, Ministro da Justiça do gabinete do Visconde de Sinimbu, no Segundo Reinado.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, DF (1927), após o que exerceu intermitentemente a advocacia em meio às suas atividades políticas.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, Bias Fortes, com quem, posteriormente, travou famosa disputa pelo domínio político municipal em Barbacena (1927-1930). Participou ativamente da Revolução de 30, em Minas Gerais, tendo sido Diretor do *Jornal Revolucionário* no decorrer do movimento. Vitoriosa a Revolução, foi nomeado Prefeito de Barbacena, MG (1931-1934). Deputado Estadual Constituinte, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, exerceu a advocacia e foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* (1943). No contexto da redemocratização, da qual participou ativamente, foi um dos fundadores da UDN (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na crítica a diversos aspectos do regime estado-novista e na participação nos acirrados debates sobre política regional mineira travados no recinto da Assembléia. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se várias vezes contra a vigência da Constituição de 1937 e realizou pronunciamento posicionando-se *contra o art. 76 do Projeto de Regimento* (III, 32-34), que proibia a Assembléia de elaborar legislação ordinária e censurar atos do Executivo. Também ocupou a tribuna para proferir discursos sobre *as contas do Governador Valadares, em Minas Gerais* (VIII, 268-284), no qual procurou refutar, ponto a ponto, a longa defesa desse governo realizada anteriormente por Benedito Valladares; para denunciar a dissolução pela Polícia Política do Distrito Federal de manifestação realizada no Palácio Tiradentes (X, 39); e para apoiar entusiasticamente a atitude do Líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) de beijar as mãos do General Eisenhower, aproveitando a ocasião para fazer elogios à *espada invicta do grande general americano* (XX, 255); tendo ainda realizado outros pronunciamentos, denunciando a continuidade da máquina administrativa estado-novista em Goiás e Minas Gerais. Além disso, manifestou-se a favor da autonomia do Distrito Federal, da mudança da Capital Federal para a região do Triângulo mineiro, da realização de eleição direta para Vice-Presidente, após o término dos trabalhos constituintes, tendo sido ainda contrário à proposta de Ataliba Nogueira (PSD/SP) de se estabelecer a dupla contagem para os votos dos bacharéis em Direito e à prerrogativa presidencial de nomear os Juízes do Tribunal Superior Eleitoral.

Apresentou treze emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.041-B, sugerindo nova redação a toda uma sessão da Carta Constitucional, regulamentando o funcionamento da Justiça nos Estados; nº 3.644, anistiando do pagamento de impostos diretos atrasados os contribuintes que foram presos ou deportados em consequência dos acontecimentos políticos de 1930, 1932 e do golpe de Estado de 1937; e a de nº 3.666, determinando a criação de uma comissão para apreciar as reclamações de funcionários afastados de seus cargos em decorrência de perseguições políticas no pós-trinta.

LICURGO LEITE FILHO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de julho de 1914, Muzambinho, MG.

Filho de Licurgo Leite, proprietário de terras, chefe político no interior mineiro, Prefeito de Muzambinho (1909) e Deputado à Constituinte de 1934. Sobrinho de Aureliano Leite, um dos líderes do movimento constitucionalista paulista de 1932 e também eleito Deputado à Constituinte de 1946 (UDN/SP).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (1936), após o que exerceu a advocacia em Muzambinho.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Apoiou a candidatura de Armando Sales de Oliveira à Presidência da República, militando na UDB — União Democrática Brasileira (1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou-se na participação nos debates sobre política regional mineira e na defesa da autonomia político-administrativa dos Municípios. Ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *a administração do Sr. Benedito Valladares, em Minas Gerais* (VII, 161-165), no qual criticou violentamente diversos aspectos da gestão do ex-Governador mineiro, mormente dos campos da educação e saúde pública. Também tomou a palavra para realizar pronunciamento abordando o tema da *autonomia dos Municípios* (XX, 105-113), criticando o projeto constitucional por eliminar a autonomia municipal ao interditar a certas categorias de Municípios o direito de elegerem seus prefeitos, aproveitando a ocasião para manifestar-se favorável à autonomia do Distrito Federal e fazer várias denúncias de malversação de fundos públicos pelo

ex-Governador Benedito Valladares e seus auxiliares diretos durante o Estado Novo.

Apresentou quatro emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de nº 1.055, determinando a perda dos direitos políticos por cinco anos dos Prefeitos que não tiverem suas contas aprovadas "por motivo de abuso na gestão de dinheiros públicos", e a de nº 1.289, eliminando dispositivo que proibia as eleições diretas para Prefeitos nas cidades onde se situassem estâncias hidrominerais.

JOSÉ MARIA LOPES CANÇADO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1º de novembro de 1901, Pitangui, MG.

Filho de Agenor Lopes Cançado, farmacêutico e chefe político em Pitangui. Genro do Major Josias de Mascarenhas, proprietário de terras e chefe político no interior mineiro.

Falecimento: 13 de julho de 1982.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, DF (1924), após o que exerceu a advocacia em Araguari, Pitangui e Belo Horizonte, MG. Durante o Estado Novo, foi aposentado compulsoriamente do cargo de Inspetor Federal de Ensino por ter sido um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, e manteve banca de advocacia em Belo Horizonte (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Pitangui, PRM (1926-1930). Na década de 1930, militou no PRM. Deputado Estadual Constituinte, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* (1943).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Quando estudante, participou do movimento de ação social católica liderado por Jackson de Figueiredo e foi um dos fundadores do Centro Dom Vital (1921).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, assim como os demais membros da bancada udenista mineira, concentrou-se nos debates sobre política regional de Minas Gerais, secundando as veementes críticas efetuadas por oposicionistas a lideranças políticas do PSD mineiro. Ocupou a tribuna para proferir longo discurso (VIII, 39-45), fazendo várias denúncias de violências policiais e arbitrariedades cometidas contra oposicionistas por ordens de Benedito Valladares e do Interventor mineiro João Beraldo, inovando em relação aos seus correligionários por ter incluído como alvo de suas críticas o Ministro da Justiça, Carlos Luz (PSD/MG), assim se referindo ao Ministro dutrista: "Esse aluno de Maquiavel, que é o atual Ministro da Justiça, escancara o sorriso demoníaco que trouxe de Minas Gerais e vai prendendo, no laço de suas gravatas coloridas, a rudeza de Caliban" (VIII, 45). Além de secundar as críticas realizadas por parlamentares da UDN e do PR a Benedito Valladares, interveio nos debates constituintes para declarar voto a favor da eleição direta dos Prefeitos das capitais dos Estados e dos Municípios onde se localizassem estâncias hidrominerais.

Apresentou quatro emendas ao Projeto de Constituição, destacando a de nº 2.565, proibindo aos Juízes o desempenho de qualquer outra função estranha à carreira judiciária.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 28 de junho de 1909, Santo Antônio do Monte, MG.

Filho do comerciante e Coronel José Caetano de Magalhães Pinto.

Falecimento: 3 de março de 1996.

Profissão: Banqueiro e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Escriturário, contador e Procurador do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (1926-1929). Transferiu-se para o Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais, tornando-se gerente e Diretor da matriz do Banco em Belo Horizonte (1929-1935). Durante o Estado Novo, exerceu múltiplas atividades empresariais, mormente no setor bancário: Diretor da filial do Banco da Lavoura no Rio de Janeiro (1938); Diretor da Companhia Níquel Tocantins, da Mineradora e Usina Wigg, e da Companhia de Seguros Minas-Brasil, tendo sido um dos fundadores das duas últimas firmas; fundador e

Diretor-Proprietário do Banco Nacional de Minas Gerais (1944), que tinha como acionistas Virgílio de Melo Franco e Bilac Pinto. Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, DF (1944).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Iniciou sua atuação política ligando-se a lideranças políticas liberais que se opunham à ditadura estado-novista, tais como Virgílio de Melo Franco e Odilon Braga (1937). Durante o Estado Novo, opôs-se à Interventoria de Benedito Valladares em Minas Gerais, tendo sido signatário e um dos principais idealizadores do *Manifesto dos Mineiros* (1943); por sua participação nesse movimento, foi afastado da diretoria do Banco da Lavoura e de outros cargos que ocupava em diversas empresas. No contexto da redemocratização, foi um dos principais organizadores da UDN em Minas Gerais (1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário da Fazenda de Minas Gerais no governo de Milton Campos (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, tendo sua reeleição ao posto sido vetada pelo Interventor Benedito Valladares (1938-1939). Foi ainda um dos organizadores e primeiro Presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais (1939) e Presidente do Sindicato Nacional dos Exportadores de Ferro e Metais Básicos (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Na condição de banqueiro, financiou e estimulou atividades ideológicas de diversos intelectuais liberais mineiros.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar influente em plenário, concentrou sua atuação na crítica à política econômico-financeira implementada por Benedito Valladares em Minas Gerais, tendo ocupado a tribuna para proferir longo discurso (VII, 440-448) criticando duramente vários aspectos da gestão de Valladares em Minas Gerais, afirmando, dentre outras coisas, que "o mal-estar generalizado causado pela permanência do Sr. Valladares no poder só era atenuado em Minas Gerais pela sua ausência permanente do Estado" (VII, 444), queixando-se ainda em seu pronunciamento de que

"(...) uma casa como a Associação Comercial de Minas Gerais, onde os problemas da economia mineira sempre foram debatidos num clima de elevado patriotismo, foi duramente hostilizada pelo Governo.

Simplesmente porque sua diretoria ousou divergir da orientação econômica oficial, várias vezes teve que repelir a intromissão indébita do ex-Governador, que tudo queria submeter à sua própria vontade. As sugestões propostas e a colaboração que as classes produtoras tentavam emprestar ao seu governo, em virtude mesmo da natureza de sua função pública, reconhecida em lei, foram não só desdenhadas, mas contrariadas, com grave prejuízo para o bem-estar da coletividade mineira" (VIII, 446).

Além disso, tomou parte nos debates sobre o "Caso Borghi" do algodão, secundando as críticas e denúncias efetuadas por oposicionistas à atuação do Governo Federal e do Banco do Brasil no episódio.

Apresentou oito emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.685, restringindo o direito dos trabalhadores a folgas e feriados; nº 1.907, proibindo a elevação dos impostos acima de 20% de seu valor ao tempo do aumento; nº 2.026, suprimindo dispositivo que assegurava repouso remunerado aos domingos e feriados e em cuja "justificativa" se afirma que

"Ultimamente os feriados imprevistos proliferaram assustadoramente. (...) De tudo isso resultou o desfalecimento da produção, refletindo-se a situação de modo imediato no preço das utilidades, principalmente levando-se em conta que o feriado, remunerados os empregados, constitui uma forma onerosa de custo da produção" (XIV, 416);

e a de nº 3.646, determinando a reabertura por doze meses do prazo para que os guarda-livros práticos requeressem à repartição do Ensino Comercial um exame de habilitação, através do qual pudessem exercer legalmente a profissão.

MILTON SOARES CAMPOS — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 16 de agosto de 1900, Ponte Nova, MG.

Filho de Francisco de Castro Rodrigues Campos, Desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação de Minas Gerais. Sobrinho de Luís Martins Soares, chefe político de Ponte Nova, no pós-trinta, Deputado Estadual Constituinte, MG (1935) e Deputado Federal (1935-1937). Neto de Manuel Olímpio Soares, Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, durante 25 anos (sem data), e chefe político na cidade.

Falecimento: 15 de janeiro de 1972.

Profissão: Advogado, jornalista e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Minas Gerais (1922). Exerceu a advocacia no interior mineiro (1922-1924) e, após este último ano, em Belo Horizonte (1924). A partir de 1925, colaborou em diversos periódicos mineiros e de outros Estados (*O Jornal*, *O Estado de Minas*, *Diário de Minas* etc.). Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais (1932-1933). Durante o Estado Novo, advogou em Belo Horizonte; foi também professor de Política na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais e advogado da Caixa Econômica Federal, tendo sido exonerado deste último cargo em virtude de ter assinado o *Manifesto dos Mineiros* (1944). No contexto da redemocratização, foi outra vez nomeado Advogado-Geral de Minas Gerais (1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Na década de 1920, atuou no movimento estudantil em Minas Gerais. Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Minas Gerais (1929-1930). Membro da Legião Mineira, organização política influenciada pela doutrina fascista (1931). Membro e Presidente do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais (1932-1934). Deputado Estadual Constituinte pelo PP — Partido Progressista, de Minas Gerais (1935-1937). Indicado por Benedito Valladares, presidiu a Comissão Mista encarregada de resolver as questões dos limites entre Minas Gerais e São Paulo (1936). Durante o Estado Novo, foi um dos principais idealizadores e signatário do *Manifesto dos Mineiros* (1943). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN (1945). Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Governador de Minas Gerais pela coligação UDN/PR/PTN, derrotando o candidato pessedista Bias Fortes (1947), e foi um dos principais articuladores do acordo interpartidário PSD/UDN/PR de sustentação ao governo Dutra (1948-1950).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Na década de 1920, participou do movimento literário modernista em Minas Gerais. Foi um dos fundadores, Secretário e Presidente da OAB/MG. Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Militou na Sociedade Amigos da América, tendo participado da Semana Antifascista, promovida pela entidade (1943).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo, tendo

também participado de diversos movimentos literários em Minas Gerais e colaborado em vários periódicos de outros Estados. Foi também Diretor da sucursal dos *Diários Associados*, em Minas Gerais, e um dos mais destacados intelectuais liberais mineiros. Durante o Estado Novo, colaborou no jornal clandestino *Liberdade*, em Minas Gerais.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi relator da Subcomissão Poder Judiciário, da Comissão de Constituição, tendo concentrado sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, onde teve uma atuação mais discreta, apenas ocupou a tribuna para emitir pareceres a inúmeras emendas aos dispositivos sobre o Poder Judiciário da Constituição (XXII, *passim*), e para participar dos debates sobre política regional mineira. Assim, pronunciou discurso abordando a *política de Minas Gerais* (VII, 257-260), onde criticou veementemente a reposição de Prefeitos afastados após a derrubada de Vargas pelo Interventor João Beraldo, e fez várias outras censuras à atuação do ex-Governador, Benedito Valladares, em Minas Gerais, entre as quais a de ter "entupido os cargos públicos com a sua parentela" (VIII, 202), acusações essas que causaram grande celeuma em plenário.

Apresentou seis emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 2.511, dando ao Presidente da República a capacidade para exercer o direito de graça, ou seja, comutar e indultar penas criminais, e a de nº 3.063, suprimindo dispositivos regulamentando patentes, marcas de fábrica e direitos autorais sobre obras literárias do artigo sobre os "Direitos Individuais" da Constituição, sob a alegação de não serem matéria constitucional. Durante os debates da Comissão de Constituição, foi autor da emenda determinando que a intervenção estatal e o direito do Estado de monopolizar determinado ramo ou setor industrial teriam como limite os direitos fundamentais assegurados na Constituição.

JOSÉ MONTEIRO DE CASTRO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 28 de junho de 1908, Sabará, MG.

Filho do comerciante e político Adolfo Monteiro de Castro.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Minas Gerais (1932), após o que exerceu a advocacia no Estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete e secretário particular do Secretário Estadual da Educação Cristiano Machado, de quem era primo (1936-1939). No contexto da redemocratização, foi um principais organizadores da UDN em Minas Gerais (1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, tornou-se Subsecretário do Diretório Nacional da UDN (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Integrou a delegação de Minas Gerais ao Congresso Jurídico Nacional, organizado pelo Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro (1943). Foi Diretor da OAB/MG.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Durante o Estado Novo, foi Diretor da *Revista Forense* em Minas Gerais.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Concentrou sua atuação na participação nos debates sobre política regional mineira travados em plenário, ocupando a tribuna várias vezes para fazer veementes críticas a múltiplos aspectos da atividade política de Benedito Valladares e de seus aliados em Minas Gerais. Assim, também ocupou a tribuna para proferir seu discurso sobre *política mineira* (VII, 358-367), onde fez várias denúncias de violências policiais cometidas por prepostos do ex-Governador Benedito Valladares e do Interventor João Beraldo, em Minas Gerais, responsabilizando-os pela "restauração da máquina ditatorial" e pela reposição ilegal de Prefeitos em várias cidades do interior mineiro. Além disso, manifestou-se a favor do mandato presidencial de 4 anos e declarou voto contra emenda de Silvestre Péricles (PSD/AL) determinando o confisco dos bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias e demais empresas públicas.

Apresentou quatro emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.727, regulamentando a organização do Ministério Público dos Estados e os vencimentos dos respectivos Procuradores-Gerais, e a de nº 3.599, permitindo o reingresso dos Juízes avulsos ao quadro das magistraturas estaduais.

BANCADA DO PR — MG

A Bancada do PR/MG era formada por 6 parlamentares dos 11 eleitos pelo partido a nível nacional, a maior parte deles estreitamente ligados com diversos setores dominantes mineiros e nacionais: o ex-Presidente da República (1922-1926), **Artur Bernardes**, ele mesmo cafeicultor e usineiro na Zona da Mata mineira; **Bernardes Filho**, banqueiro e ex-signatário do *Manifesto dos Mineiros*; **Daniel de Carvalho**, banqueiro, um dos mais influentes Constituintes de 1946, era Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial do Rio de Janeiro; **Felipe Balbi**, médico e chefe político no interior do Estado; **Jaci Figueiredo**, ex-Prefeito de Varginha (1936-1937) antes da implantação do Estado Novo; e **Mário Brant**, banqueiro, ex-Secretário da Fazenda de Minas Gerais na República Velha (1922-1925) e também um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* durante o Estado Novo. Segundo Sérgio Miceli algumas

"figuras de relevo nos círculos financeiros de oposição ao regime tinham assento nos conselhos de importantes companhias de seguro, algumas delas filiadas aos grupos econômicos controlados acionariamente pelas famílias Guinle, Paula Machado, Boavista, Larragoiti: Augusto **Mário Caldeira Brant** era Diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, cujos fundadores controlavam acionariamente o grupo Sul-América de Companhias de Seguro; Artur **Bernardes Filho**, afora inúmeros cargos e interesses no setor privado, era Diretor do Departamento Legal e Contencioso da Companhia de Seguros Eqüitativa" (MICELI, 1986 : 580).

ARTUR DA SILVA BERNARDES — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de agosto de 1875, Viçosa, MG.

Filho de Antônio da Silva Bernardes, Coronel da Guarda Nacional, chefe político e Promotor de Justiça no interior mineiro, e de Maria Aniceta da Silva Bernardes, pertencente à família Vieira de Sousa, da nobreza do café da Zona da Mata mineira. Casado com a filha de Carlos Vaz de Melo, Senador e Deputado durante o Império, proprietário de terras e chefe político em Viçosa.

Falecimento: 23 de março de 1955.

Profissão: Proprietário de terras (cafeicultor e usineiro) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Ainda estudante, empregou-se como revisor no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (1898). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1900), após o que montou escritório de advocacia em Viçosa. Colaborou no semanário *Cidade de Viçosa*, de propriedade do chefe político local e seu futuro sogro Carlos Vaz de Melo (1901). Após a morte de Vaz de Melo, assume a direção do jornal *Cidade de Viçosa* (1905). Foi também cafeicultor e usineiro na região da Zona da Mata mineira e diretor-proprietário de uma usina de açúcar em Ponte Nova, MG.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda aluno da Faculdade de Direito, participou de um movimento para enviar um batalhão de estudantes mineiros para reprimir os camponeses rebelados em Canudos, BA (1897). Estabelece laços matrimoniais com Clélia Vaz de Melo, filha do Senador Carlos Vaz de Melo (1903). Vereador pelo Distrito de Teixeiras, PRM (1904-1906). Tornou-se chefe político em Viçosa, MG, após o falecimento de seu sogro, Carlos Vaz de Melo (1904). Presidente da Câmara Municipal de Viçosa (1906). Deputado Estadual, PRM (1907-1909). Deputado Federal, PRM (1909-1910). Secretário de Finanças de Minas Gerais na gestão de Júlio Bueno Brandão (1910-1914). Deputado Federal, PRM (1915-1917). Presidente do Estado de Minas Gerais (1918-1922), consolidando sua posição como principal liderança do PRM a nível estadual. Presidente da República (1922-1926); durante sua gestão promoveu intensa repressão a diversos movimentos populares, tendo governado a maior parte do tempo sob estado de sítio. Senador Federal, PRM (1927-1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Minas Gerais (1930). Opôs-se ao Governo Provisório revolucionário, procurando rearticular o PRM no Estado (1930-1931). Um dos principais articuladores do malogrado golpe de Estado destinado a derrubar o Governador mineiro Olegário Maciel (1931). Aderiu ao movimento constitucionalista paulista (1932). Preso por sua adesão ao movimento, exilou-se em Lisboa (1932-1934). Ainda no exílio, foi eleito Presidente de Honra da Comissão Executiva do PRM (1933). Anistiado, retornou ao Brasil, elegendo-se Deputado Federal pelo PRM (1935-1937). Embora na oposição, apoiou o estado de sítio decretado pelo governo Vargas para liquidar a ANL (1935-1936). Juntamente com Otávio Mangabeira e outros líderes

conservadores, foi eleito membro da Comissão Executiva da UDB — União Democrática Brasileira, organização de apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* (1943). No contexto da redemocratização, tornou-se membro do primeiro Diretório Nacional da UDN, afastando-se da agremiação pouco depois para fundar o PR — Partido Republicano, do qual veio a ser o primeiro Presidente (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi proprietário de jornal na região de Viçosa, Município situado na Zona da Mata mineira.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Líder da Bancada do Partido Republicano na Constituinte e Presidente da Subcomissão Declaração de Direitos, da Comissão de Constituição, tendo sido o único representante de seu partido neste órgão. Em plenário, onde teve atuação discreta, concentrou-se na crítica ao intervencionismo estatal e na defesa da extinção de todas as autarquias criadas no pós-trinta e durante o Estado Novo. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre o *funcionamento e prejuízos das instituições autárquicas* (V, 288-289; V, 318-327) nos quais combateu virulentamente a política das autarquias em geral e do DNC — Departamento Nacional do Café, e IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, em particular, e, baseando-se em seu próprio exemplo pessoal (era cafeicultor e usineiro na Zona da Mata mineira), criticou particularmente o sistema de cotas de sacrifício aplicado pelo DNC, acusando o órgão de recolocar no mercado as cotas cobradas aos cafeicultores e de distribuí-las a "apaniguados do governo", baixando assim ainda mais os preços do café. Em seus pronunciamentos, reivindicou a extinção imediata de todas as autarquias (IAA, DNC, Instituto do Mate e do Sal etc.), tendo afirmado que

"em nome de quarenta e tantos milhões de consumidores faço, desta tribuna, veemente protesto contra a continuação dos institutos e dirijo caloroso apelo ao Sr. Presidente da República para que extinga as autarquias, que são, talvez, a nossa maior vergonha" (V, 327).

Além disso, participou nos debates sobre política regional mineira e tomou a palavra para defender sua gestão presidencial das acusações do ex-Tenente Rui Almeida (PTB/DF) de que em seu governo teriam vigorado

"quatro anos de estado de sítio" e de repressão (II, 91-96), tendo ainda se manifestado a favor do presidencialismo, da dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em Direito e contra a autonomia do Distrito Federal.

Apresentou dezenove emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam matéria tributária e a concessão de serviços públicos por parte da União. Destacam-se as de nº 730 (rejeitada após ser defendida em plenário por Caires de Brito, PCB/SP) (XXI, 255), suprimindo dispositivo que permitia à União dar em concessão a particulares serviços públicos considerados estratégicos, e em cuja "justificativa" se faz um libelo contra a penetração do capital estrangeiro no setor de empresas concessionárias de serviços públicos (XIII, 86); nº 1.637, determinando a manutenção da representação diplomática brasileira na Santa Sé; nº 3.743, proibindo o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso e do potencial hidrelétrico do rio São Francisco por capitais estrangeiros; nº 2.940, reduzindo de 10% para 6%, *ad valorem*, o limite máximo permitido para a elevação do imposto de exportação pelo Estados; e a de nº 3.692, determinando a revisão, pelo Poder Legislativo, de todos os tratados e convênios internacionais e de concessões feitas a nacionais ou estrangeiros, a partir de 10 de novembro de 1937.

ARTUR DA SILVA BERNARDES FILHO — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 16 de setembro de 1906, Viçosa, MG.

Filho de Artur Bernardes, também Deputado à Constituinte de 1946 pelo PR/MG.

Falecimento: 21 de julho de 1981.

Profissão: Banqueiro, proprietário de terras, industrial e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, DF (1928), após o que montou escritório de advocacia no Rio de Janeiro. Depois da Revolução, foi nomeado fiscal do Governo mineiro junto ao Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, tendo sido afastado do cargo logo após, em virtude de ter acompanhado seu pai na oposição ao Governador de Minas Gerais, Olegário Maciel (1930). Durante o Estado Novo, dedicou-se às atividades empresariais: chefe do Departamento Legal do Contencioso da Companhia de Seguros Eqüitativa, sendo demitido do

cargo em razão de ter assinado o *Manifesto dos Mineiros*; Presidente do Banco do Comércio S.A. e da Companhia Boavista de Seguros, além de ter ocupado cargos de direção em diversas outras instituições financeiras. Foi também fundador e Presidente da firma Eletromar S.A. (1944).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário particular de seu pai, o Presidente da República Artur Bernardes (1924-1926). Após a Revolução de 30, opôs-se ao Governo Provisório tenentista, acompanhando a facção oposicionista do PRM liderada por seu pai, Artur Bernardes (1931). Participou ativamente do movimento constitucionalista paulista, tendo atuado como *pombo-correio* entre os revoltosos de São Paulo e a ramificação mineira do movimento (1932). Derrotado o movimento de oposição ao Governo Provisório, foi preso e exilou-se juntamente com seu pai (1932-1933). Deputado Federal, PRM (1935-1937). Apoiou a candidatura de Armando Sales de Oliveira à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, foi preso e exilado na Europa (1937-1939); retornando ao Brasil, foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* (1943). No contexto da redemocratização, destacou-se como um dos principais dirigentes do PR — Partido Republicano (1945). Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Senador pela coligação UDN/PR/PTN, derrotando o candidato pessedista Benedito Valladares (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Instituto e da Ordem dos Advogados do Brasil. Embora inexistam informações precisas sobre o período aqui enfocado, pertenceu a inúmeras associações empresariais, mormente instituições bancárias. Foi membro do Conselho Consultivo da União de Bancos Brasileiros (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de problemas econômico-financeiros e na feitura de críticas a vários aspectos da atividade política de Benedito Valladares em Minas Gerais. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso sobre *política mineira* (IX, 438-449), no qual buscou refutar ponto a ponto pronunciamento anterior de Benedito Valladares, defendendo sua gestão dos contínuos ataques feitos por oposicionistas em plenário, detendo-se principalmente na crítica à intervenção realizada pelo ex-Interventor mineiro no Banco Hipotecário e

Agrícola de Minas Gerais. Também enviou, à Mesa da Assembléia, Requerimento nº 81 (rejeitado após votação nominal; VI, 156), que gerou grande polêmica em plenário, solicitando ao Poder Executivo maior publicidade na elaboração dos decretos-lei, mormente os referentes ao alistamento eleitoral, ao tabelamento de preços e à lei sobre limitação de lucros extraordinários, tendo se manifestado ainda contra a vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, e contra a proposta de se taxar os lucros extraordinários para corrigir os efeitos da inflação sobre as classes pobres.

Apresentou quatro emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 2.021, suprimindo dispositivo que determinava a nacionalização progressiva dos Bancos de Depósito e das empresas de seguros e capitalização, e em cuja "justificativa" afirma-se ser

"(...) desaconselhável, para a política financeira do Brasil, que na Constituição fiquem visados os bancos e empresas de seguros ameaçados de nacionalização, tornando vacilante a estabilidade desses institutos e duvidosas as garantias que o Brasil deve oferecer ao capital estrangeiro" (XIV, 443).

DANIEL SERAPIÃO DE CARVALHO — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de outubro de 1887, Itabira, MG.

Filho de Antônio Serapião de Carvalho, Juiz de Direito. Casado com Alice Mibielli de Carvalho, filha de Pedro Mibielli, Ministro do Supremo Tribunal Federal (1912-1931).

Falecimento: 30 de março de 1966.

Profissão: Banqueiro, empresário, advogado e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, MG (1909). Funcionário da Secretaria da Agricultura (1909-1911). Inspetor da Fazenda Federal no Rio de Janeiro (1912). Consultor jurídico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais (1913). Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais para questões de terras públicas (1914). Assessor jurídico do Ministro da Marinha, Raul Soares (1919-1920). Durante o Estado Novo, foi consultor jurídico da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico e Diretor-Secretário da Companhia Siderúrgica Nacional, tendo sido afastado do cargo em razão de

sua assinatura ao *Manifesto dos Mineiros* (1943). Além disso, foi Presidente da Companhia Construtora Meridional S.A. e da filial do Banco Industrial de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, DF, e, juntamente com Morvan Dias Figueiredo (Ministro do Trabalho de Dutra) e João Daudt de Oliveira (Presidente da Confederação Nacional do Comércio), grande acionista da Companhia Nacional de Gás Esso, subsidiária da norte-americana Standart Oil (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Ministro da Fazenda Francisco Antônio de Sales (1910-1913). Chefe de gabinete do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Raul Soares (1915-1917). Participou ativamente na "campanha eleitoral" de Artur Bernardes à Presidência do Estado de Minas Gerais (1918). Eleito Deputado Estadual, PRM (1921-1922), renunciou ao mandato logo depois para assumir o posto de Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, cargo que exerceu nos governos de Raul Soares e Melo Viana (1922-1926). Deputado Federal, PRM (1927-1929 e 1930). Apoiou a Aliança Liberal em Minas Gerais (1930). Militou no PRM após a Revolução de 30, tentando reorganizar o Partido em Minas Gerais (1930-1933). Deputado Constituinte e Federal, PRM (1933-1935). Deputado Federal, PRM (1935-1937). Apoiou a decretação do estado de sítio pelo governo Vargas (1936). Durante o Estado Novo, foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* (1943). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Ministro da Agricultura do governo Dutra no bojo das articulações necessárias à concretização do acordo interpartidário PSD/UDN/PR (1946-1950).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Consultor jurídico e membro do Conselho da OAB. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e de várias associações culturais. Durante o Estado Novo, foi Delegado da Associação Comercial do Rio de Janeiro ao I Congresso Brasileiro de Economia (novembro de 1943) e participou do Congresso Interamericano de Advogados, realizado no Rio de Janeiro (1943), tendo participado ainda do Congresso Brasileiro de Indústria, em São Paulo (1944), e da I Conferência Nacional das Classes Produtoras, em Teresópolis, RJ (1945). Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (1943-1945). Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1942-1945). Diretor e Presidente do Instituto de Economia e de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1943-1946).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Um dos mais destacados ideólogos do "neoliberalismo" na conjuntura de redemocratização, defendeu seus pontos de vista em vários periódicos da época ligados a instituições empresariais, tais como *O Economista*, *O Observador Econômico* e *Financeiro* etc. Além dessa intensa atividade ideológica no período, publicou: *Notícia histórica sobre o algodão em Minas Gerais* (1916); *Convênio entre Minas Gerais e São Paulo* (1917); *Pareceres* (1919); *A contribuição de Minas Gerais para os cofres da União* (1928); *O imposto sobre a renda no Brasil* (1929); *Traços de uma grande vida — Teófilo Otoni, campeão da liberdade* (1934); *Discursos e conferências* (1941); *A missão da professora* (1942); *Estudos de economia e finanças* (com prefácio de Eugênio Gudin, 1946), dentre outros trabalhos nas áreas de economia e finanças. Segundo Ricardo Bielschowsky, Daniel de Carvalho foi "provavelmente o economista liberal mais radical de sua época" (BIELSCHOWSKY, 1988 : 315).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Estudos das Indicações. Um dos mais influentes Constituintes em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao intervencionismo estatal e à política econômica implementada durante o Estado Novo e na participação nos debates sobre política regional mineira. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para realizar tumultuado discurso (I, 158-164) criticando duramente a reposição de Prefeitos depostos após a derrubada de Vargas pelo Interventor mineiro João Beraldo, pronunciamento este que provocou violentas réplicas por parte de pessedistas mineiros e que terminou por ocasionar a suspensão da sessão pelo Presidente da Assembléia, Melo Viana (I, 163). Também ocupou a tribuna para proferir discursos analisando a *situação econômico-financeira do País* (VI, 143-149; VII, 196-205), onde criticou vários aspectos da política econômica estado-novista e preconizou a adoção de medidas liberais e antiintervencionistas para fazer frente à nova situação econômica vigente no pós-guerra, argumentando a favor da mudança da Capital Federal para a região do Triângulo mineiro (X, 258-261) e analisando longamente o projeto constitucional (XIX, 119-124; XX, 376-381), nos quais justificou emendas de sua autoria ao capítulo sobre o "Poder Judiciário" da Constituição, e posicionou-se a favor do "presidencialismo temperado", do federalismo, e da "autonomia municipal", afirmando ainda que "não dou o meu aplauso, principalmente, a vários pontos do capítulo 'Ordem Econômica e Social', e não o dou à

'Discriminação de Rendas', como consta no projeto" (XX, 378).

Na condição de membro da Comissão de Estudo das Indicações, emitiu pareceres a várias indicações sugeridas por outros parlamentares, nos quais preconizou uma política de redução dos gastos públicos e de emissões monetárias para conter a inflação e combateu veementemente o intervencionismo estatal e o "nacionalismo exacerbado" vigentes no pós-trinta, recorrendo a estudos do "professor Eugênio Gudin" para fundamentar seus pontos de vista. Nesse sentido, destacam-se seu parecer à Indicação nº 9-A, de Daniel Faraco (PSD/RS), sugerindo medidas para conter a inflação (VI, 132-134), e seu parecer negativo à Indicação nº 173-A (XX, 329-331), do industrial paulista Horácio Lafer (PSD/SP), sugerindo a criação de um órgão estatal destinado a estimular a cultura do trigo no País, tendo afirmado, como justificativa para a rejeição da indicação, que

"(...) ela aconselha a criação de mais um órgão paraestatal de economia dirigida, mais um instituto, mais uma intervenção direta do Estado na economia nacional, mais um aparelho de compressão da liberdade econômica com inevitável reflexo no campo das liberdades políticas" (XX, 329), acrescentando ainda que "A indicação não teve em vista a situação em que se encontra o Brasil de *pleno emprego dos fatores de produção* (grifos do parecerista — SSB), objeto de pacientes estudos do professor Eugênio Gudin" (XX, 330).

Além disso, manifestou-se contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária, à proposta da bancada comunista de se instaurar o Congresso Nacional como poder supremo da Nação ao qual se subordinariam os demais e à transferência do imposto de exportação dos Estados para a União, tendo sido ainda favorável à extinção da Coordenação da Mobilização Econômica e das autarquias criadas no pós-trinta.

Apresentou 24 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas regulamentando vários aspectos do funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de nº 72 (rejeitada; XXII, 441), transferindo para lei ordinária a regulamentação sobre a extradição de brasileiros; nº 396, suprimindo dispositivo que limitava a trinta anos o prazo para proteção alfandegária à indústria nacional e sugerindo nova redação ao preceito elaborado por Eugênio Gudin; nº 1.143, reduzindo de 14 para 12 anos a fixação do limite de idade para o início do trabalho infantil; nº 1.144, contrária à nacionalização das empresas concessionárias de serviço público e à adoção do critério do custo histórico para a avaliação destas empresas em caso de desapropriação; nº 1.258 (prejudicada; XXII, 208), favorável à unidade da Justiça; e a de nº 2.183 (rejeitada; XXV, 73), determinando a

mudança da Capital Federal para o Triângulo mineiro e proibindo a construção de quaisquer repartições públicas, autarquias federais ou demais "obras suntuárias" no Rio de Janeiro, a partir da promulgação da Constituição. Além disso, foi signatário de inúmeras emendas enviadas por Gaston Englert (PSD/RS), sugerindo uma reformulação global ao título "Da Ordem Econômica e Social" da Constituição.

FELIPE BALBI — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de março de 1886, Guidoval, MG.

Falecimento: dezembro de 1970.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais (1912), após o que exerceu a profissão de médico. Durante o Estado Novo, foi inspetor de ensino por um curto período.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Na República Velha, foi Vereador em Ubá, MG (1927). Deputado Estadual Constituinte pelo PP — Partido Progressista, em Minas Gerais (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política, durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PR mineiro (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante a República Velha, integrou a Comissão Rockefeller, executora de diversos programas de saúde pública (1919-1920).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JACI DE FIGUEIREDO — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de setembro de 1901, Três Pontas, MG.

Filho de Domingos de Figueiredo, proprietário de terras, Promotor Público e Deputado Federal na República Velha.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1925). Sem informação sobre atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Candidato derrotado a Deputado Federal, MG (1935). Prefeito de Varginha, MG (1936-1937). Sem informação sobre sua atuação política, durante o Estado Novo. Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na participação nos debates sobre política regional mineira e na abordagem de questões referentes à matéria fiscal. Logo no início dos trabalhos constituintes, pronunciou longo discurso abordando *a ação do Desembargador Nísio Batista de Oliveira na Interventoria de Minas Gerais* (I, 289-295), no qual defendeu a figura do Interventor mineiro durante o governo José Linhares das insinuações endereçadas ao mesmo da tribuna da Assembléia por Benedito Valladares, aproveitando a ocasião para denunciar veementemente a continuidade da máquina administrativa estado-novista em Minas Gerais e para censurar a reposição de Prefeitos depostos após a queda de Vargas pelo Interventor mineiro João Beraldo. Também ocupou a tribuna para ler *protesto da Associação Rural de Varginha, MG* (VII, 367) contra a cobrança do imposto sobre vendas e consignações aos produtores rurais, manifestando-se ainda favorável ao sistema eleitoral proporcional, ao decreto governamental que proibia o jogo e à "autonomia municipal".

Apresentou treze emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.268, dando à União competência privativa para estabelecer normas gerais sobre o destino e o aperfeiçoamento das terras devolutas; nº 2.888 (rejeitada; XXI, 246), proibindo a cobrança de impostos interestaduais ou intermunicipais que impedissem a livre circulação de mercadorias; e a de nº 2.936 (rejeitada; XXI, 250), determinando a isenção do imposto sobre vendas e consignações para gêneros de primeira necessidade.

AUGUSTO MÁRIO CALDEIRA BRANT — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de dezembro de 1876, Diamantina, MG.

Descendente de tradicional família de contratadores de diamantes no interior mineiro. Filho do Coronel da Guarda Nacional Augusto Afonso Caldeira Brant.

Falecimento: 2 de dezembro de 1968.

Profissão: Banqueiro, empresário, advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1898). Advogado e Promotor de Justiça em Diamantina, MG (1899-1903). Delegado de Polícia no Rio de Janeiro, DF (1905-1907). Chefe do Serviço de Informações da Diretoria de Povoamento do Ministério da Agricultura (1907-1911). Diretor do *Boletim do Ministério da Viação* (1911-1917). Diretor do Banco do Brasil, em Minas Gerais (1925-1929). Diretor da Companhia Sul América de Seguros (1926). Durante o Estado Novo, além de dirigir a empresa citada foi "(...) Diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, cujos fundadores controlavam acionariamente o grupo Sul América de Companhias de Seguro" (MICELI, 1986 : 580), tendo sido afastado do cargo em consequência de sua participação no *Manifesto dos Mineiros* (1943).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, PRM (1921). Deputado Federal, PRM (1921-1922). Secretário de Finanças de Minas Gerais nos governos de Raul Soares e Melo Viana (1922-1925). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Minas Gerais (1929-1930). Eleito Deputado Federal pelo PRM, teve seu mandato interrompido em virtude da Revolução (1930). Presidente do Banco do Brasil por um curto período, exonerando-se do cargo por causa da crise

política gerada pela malograda tentativa de deposição de Olegário Maciel (1931). Na condição de membro da facção "bernardista" do PRM, foi encarregado de elaborar os estatutos do PNS — Partido Nacional Socialista (1932). Preso e exilado por causa de seu apoio ao movimento constitucionalista paulista (1932-1934). Suplente de Deputado Federal, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* e atuou na oposição liberal ao regime (1943). No contexto da redemocratização, participou da primeira reunião do Diretório Nacional da UDN, tendo sido nomeado membro da Comissão de Estudos Administrativos e Financeiros, encarregada de elaborar o anteprojeto de estatutos da agremiação; pouco depois, abandonou o partido filiando-se ao PR (1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais no governo de Milton Campos (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Minas Gerais, tendo sido colaborador e/ou fundador de diversos periódicos no Estado, dentre os quais *O Imparcial* e *O Estado de Minas*. Além disso, publicou: *Viagem a Buenos Aires* (1917); *Catecismo cívico* (sem data) e *Ilusões financeiras* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao intervencionismo estatal implementado durante o Estado Novo e na participação nos debates sobre política regional mineira. Embora não tivesse pronunciado nenhum discurso durante os trabalhos constituintes, realizou vários apartes e intervenções tópicas nas quais procurou expressar seus pontos de vista sobre os assuntos debatidos na Assembléia. Crítico ferrenho da intervenção do Estado na economia, manifestou-se várias vezes para criticar as "obras suntuárias" e os gastos perdulários realizados durante a ditadura estado-novista e para opor-se aos dispositivos do título "Da Ordem Econômica e Social" que consagravam o intervencionismo estatal; numa de suas intervenções, chegou a qualificar os três primeiros parágrafos do primitivo projeto, favoráveis à ampliação da capacidade regulatória do Estado, de "quase comunistas" (XIII, 364). Além disso, ocupou a tribuna para apoiar a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca (X, 197), para declarar voto a favor do sistema de governo parlamentarista

(XXII, 172) e para manifestar-se veementemente contrário à nacionalização dos serviços públicos e das empresas de seguro e capitalização.

Apresentou três emendas ao Projeto de Constituição: as de nº 981, sujeitando à homologação do Senado Federal a nomeação dos Ministros de Estado e dos Diretores de entidades autárquicas e de economia mista; nº 1.127, eliminando os §§ 2º e 3º do título "Da Ordem Econômica e Social" do primitivo projeto, favoráveis ao intervencionismo estatal, e em cuja "justificativa" se afirma, dentre outras coisas, que

"as disposições dos §§ 2º e 3º do projeto autorizam o Congresso a intervir no domínio econômico até os confins, a limitar 'o trabalho, a produção e o consumo', a 'monopolizar, mediante lei especial, determinada indústria ou atividade', sob o critério impreciso, incerto, do interesse público. Não há critério mais subjetivo e variável do que esse do interesse público. A faculdade conferida ao Estado de intervenção sem critério preciso investe-o do poder de suprimir de fato a liberdade econômica. O projeto abre uma estrada, sem variante, para o totalitarismo, porque da ditadura econômica à ditadura política não medeia senão um passo. E esse passo é inevitável. Aí estão os exemplos da Itália, Rússia e Alemanha. (...) Os §§ 2º e 3º estabelecem, inadvertidamente, no Brasil, o comunismo potencial. Os signatários pedem, para a gravidade deste assunto, a atenção da ilustre comissão" (XIII, 289);

e a de nº 1.202, reintegrando em seus cargos os funcionários demitidos ou aposentados compulsoriamente por atos decorrentes dos poderes conferidos pelo art. 177 da Carta de 1937.

BANCADA DO PTB — MG

A Bancada do PTB/MG constituía-se de dois parlamentares sem projeção nacional e que se elegeram no rastro do prestígio eleitoral obtido por Vargas em Minas Gerais: o ferroviário **Ezequiel Mendes** e o jornalista **Leri Santos**, que tiveram atuação discreta no transcurso dos trabalhos constituintes.

EZEQUIEL DA SILVA MENDES — 1º Suplente - PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de fevereiro de 1913, Rio de Janeiro, DF.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Ferroviário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Trabalhou como ferroviário na Leopoldina Railway (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, atuou no movimento sindical ligado ao Ministério do Trabalho. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Delegado e tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PTB/MG, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes no lugar do Senador Getúlio Vargas (PSD/RS), também eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso justificando "requerimento de informações sobre o dissídio coletivo dos funcionários da Leopoldina Railway" (IX, 250-251), que se constitui numa violenta denúncia contra a atuação da empresa ferroviária inglesa no Brasil; em sua justificação, protestou veementemente contra os baixos salários pagos pela firma aos trabalhadores que, segundo o orador, se encontravam

"em estado de fome forçada e duramente explorados por uma empresa que nada mais tem feito em nossa terra do que procurar tirar para seus acionistas o máximo proveito possível e seu capital, indiferente sempre aos reclamos de nossas aspirações",

tendo finalizado seu discurso sugerindo ao Executivo que decretasse a intervenção na empresa.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JARBAS DE LERI SANTOS — PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de novembro de 1897, Rio Novo, MG.

Falecimento: 3 de janeiro de 1962.

Profissão: Jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi inspetor federal do ensino secundário e jornalista, tendo exercido a profissão em vários periódicos, em Minas Gerais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da Associação Mineira de Imprensa (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi Diretor do *Jornal do Comércio* e redator dos *Diários Associados*, em Juiz de Fora, MG (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Um dos dois Constituintes eleitos pelo PTB/MG, foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Pouco atuante em plenário, concentrou-se na participação nas manobras visando ao isolamento político-ideológico do PCB na Assembléia e à ulterior cassação do partido e na feitura de críticas à atuação política de Benedito Valladares em Minas Gerais. Embora petebista, através de apartes e intervenções tópicas, secundou as veementes críticas realizadas em plenário por parlamentares da UDN e do PR a múltiplos aspectos da gestão do ex-Interventor Valladares. Também ocupou a tribuna para proferir discurso fazendo a "crítica à situação econômica do Partido Comunista do Brasil e de seu Secretário-Geral" (IX, 327-328), onde acusou o Senador Luís Carlos Prestes (PCB/DF) de estar auferindo benefícios pessoais e ilícitos, por figurar como principal acionista do diário comunista *Tribuna Popular*, e de estar "recebendo dinheiro de uma potência estrangeira para fomentar a desordem no Brasil" (IX, 328), tendo recebido "palmas prolongadas" em plenário em virtude de tais acusações, que não o estimularam, no entanto, a retornar à tribuna para fornecer provas das mesmas. Além disso, efetuou

pronunciamento sobre *o destino dos impostos sobre o jogo* (VII, 24-26), justificando requerimento de sua autoria sobre o assunto, no qual acusou Benedito Valladares de ter se beneficiado ilegalmente do jogo em Minas Gerais.

Apresentou duas emendas ao Projeto de Constituição, as de nºs 424 e 433, ambas regulamentando a competência privativa da União para legislar sobre diversos assuntos.

BANCADA DO PARÁ

- 1) ÁLVARO ADOLFO (Senador/PSD);
- 2) MAGALHÃES BARATA (Senador/PSD);
- 3) CARLOS NOGUEIRA (PSD);
- 4) DUARTE D'OLIVEIRA (PSD);
- 5) JOÃO BOTELHO (PSD);
- 6) LAMEIRA BITTENCOURT (PSD);
- 7) MOURA CARVALHO (PSD/1º Suplente);
- 8) NELSON PARIJÓS (PSD);
- 9) ROCHA RIBAS (PSD/3º Suplente);
- 10) AGOSTINHO MONTEIRO (UDN);
- 11) EPÍLOGO DE CAMPOS (UDN);
- 12) DEODORO DE MENDONÇA (PPS).

9 PSD + 2 UDN + 1 PPS = 12

BANCADA DO PSD — PA

No Pará, o PSD também foi o partido político vitorioso, beneficiando-se amplamente da máquina política montada pelo Interventor **Magalhães Barata** no Estado Novo, que iria originar o fenômeno político do "Baratismo" no pós-guerra. Dentre os integrantes da bancada pessedista paraense, destacam-se **Álvaro Adolfo**, ex-Deputado Estadual (1912-1916) e Senador Estadual (1924-1930) na República Velha; o próprio **Magalhães Barata**, ex-líder tenentista e Interventor Federal no Pará, na vigência do regime estado-novista (1943-1945); o industrial paraense **Carlos Nogueira**; **João Botelho**, membro do Conselho Administrativo durante o Estado Novo (1937-1945); **Lameira Bittencourt**, Secretário-Geral do Estado (1937-1945); e **Moura Carvalho**, Diretor-Geral do Departamento de Segurança Pública na gestão de Magalhães Barata (1943-1945). Segundo Sérgio Miceli,

"(...) No Pará, a bancada pessedista comportava prepostos do poder central que haviam assumido uma gama variada de encargos, inclusive aqueles Interventores que se saíram relativamente bem no trabalho de conciliar as facções dirigentes locais, seus ajudantes-de-ordens militares ou civis que haviam se incumbido de missões políticas espinhosas e mais alguns elementos da magistratura federal que, tanto por essa razão como pelo fato de serem por vezes

originários dos Estados por onde haviam sido eleitos, estavam em situação vantajosa para enfrentar a campanha eleitoral" (MICELI, 1986 : 570).

ÁLVARO ADOLFO DA SILVEIRA — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de outubro de 1882, São Benedito, CE.

Neto de Antônio Joaquim da Silva Carapeba, Deputado Provincial pelo Ceará (sem data).

Falecimento: 14 de janeiro de 1959.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista), advogado-funcionário público e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Belém, PA (1908). Advogado da Prefeitura Municipal de Belém e Consultor-Geral do Estado (sem data). Professor catedrático de Economia Política e Finanças na Faculdade de Direito do Pará (1919). Além disso, dedicou-se à criação de gado zebu na Ilha de Marajó.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual (1912-1916) e Senador Estadual (1924-1930) pelo Partido Conservador do Pará. Após a Revolução de 30, aproximou-se politicamente do Interventor paraense Magalhães Barata. Membro do Partido Liberal do Pará, agremiação fundada por Magalhães Barata (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/PA (1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Presidente da Comissão de Finanças do Senado (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da OAB/PA.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Substituiu interinamente o titular, Senador Magalhães Barata (PSD/PA), na Subcomissão Segurança Nacional, da Comissão de Constituição, a partir de 15 de julho de 1946 (*Diário do Congresso Nacional*, 1946 : 3490). Em plenário, concentrou sua atuação na

abordagem de questões referentes à região amazônica, tendo participado de vários debates travados no recinto da Assembléia sobre o assunto e ocupado a tribuna para proferir longo discurso sobre a *recuperação da Amazônia* (X, 322-331), onde defendeu propostas contidas em suas emendas no tocante à organização de um plano nacional de valorização, recuperação e aproveitamento do vale amazônico. Defensor assumido do latifúndio, também tomou a palavra para, em nome da Comissão de Constituição, emitir parecer negativo à Emenda nº 2.987 (rejeitada), de Trifino Correia (PCB/RS), destinando verba do orçamento da União para a execução de um plano de distribuição de lotes aos camponeses sem terra da região amazônica, afirmando, em seu parecer, que "se há região onde o problema da divisão da propriedade não pode se apresentar, essa região é a da Amazônia, devido justamente à sua extensão territorial" (XXIV, 183). Além disso, manifestou-se contrário à transferência para o Estado-Maior do Exército da incumbência de regulamentar a organização das polícias militares estaduais e tomou parte nos debates sobre o domínio patrimonial dos rios e lagos navegáveis, quando da votação de matéria sobre o tema ocorrida em plenário.

Apresentou onze emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.686, dando à União competência privativa para legislar sobre as normas gerais do regime penitenciário; nº 1.869, estipulando que "cada Estado reger-se-á pela Constituição e leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União" (XIV, 389); nº 2.103, suprimindo dispositivo que permitia a estabilidade de membros do Ministério Público não concursados; e a de nº 2.967, regulamentando a arrecadação e aplicação das taxas de pedágio.

JOAQUIM MAGALHÃES CARDOSO BARATA — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de junho de 1889, Belém, PA.

Filho do Major do Exército Marcelino Cardoso Barata.

Falecimento: 29 de maio de 1959.

Profissão: Militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, DF, formando-se Aspirante-a-Oficial (1911). Segundo-Tenente (1915). Primeiro-Tenente

(1920). Comandante da 3^a Companhia do 27º BC em Manaus, AM (1924). Após a Revolução de 30, foi promovido a Capitão (1930) e a Major (1931). Comandante do 6º Batalhão de Caçadores em Ipameri, GO (1936). Tenente-Coronel (1936). Durante o Estado Novo, comandou o 22º BC em João Pessoa, PB (1938-1939); Coronel (1939); Comandante do 15º BC em Curitiba, PR (1939-1940); chefe da 21^a Circunscrição Militar em Recife, PE (1940-1943); reformado no posto de General-de-Brigada (1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou ativamente do movimento tenentista no início da década de 1920. Membro da Junta Governativa que tomou o poder por um mês no Amazonas, tendo sido preso por sua participação na revolta (1924). Após fugir da prisão, refugiou-se no Uruguai (1925-1930). Voltou clandestinamente ao Pará, a fim de participar da Revolução de 30, da qual foi um dos principais dirigentes no Estado. Vitoriosa a Revolução, tornou-se Interventor Federal no Pará (1930-1935). Um dos fundadores do Partido Liberal, agremiação de apoio ao Governo Provisório e filiada à União Cívica Nacional (1931). Candidato ao Governo do Pará em conturbadas eleições que provocaram a intervenção federal no Estado e a anulação do pleito (1935). Durante o Estado Novo, foi Interventor Federal no Pará (1943-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos principais organizadores do PSD/PA, tendo se tornado Presidente do Diretório Regional do Partido e membro da Direção Nacional da agremiação (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Na década de 1930 foi membro do Clube 3 de Outubro, no Pará, e um dos fundadores e Presidente de Honra do Clube Político Beneficente 24 de Outubro, organização que congregava revolucionários do Estado do Pará. No contexto da redemocratização, emergiu como uma das principais lideranças políticas de seu estado, dando origem, no Pará, ao fenômeno político que ficou conhecido como "Baratismo".

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Também eleito Deputado Federal pelo PSD/PA, optou pelo mandato de Senador em 4 de fevereiro de 1946 (I, 17). Foi membro da Subcomissão Segurança Nacional, da Comissão de Constituição, tendo sido substituído na mesma pelo Senador Álvaro Adolfo (PSD/PA) a partir de 15 de julho de 1946 (*Diário do Congresso Nacional*,

1946 : 3490). Assim como outros ex-Interventores ao tempo da ditadura estado-novista, teve atuação discreta em plenário, limitando-se a enviar à Mesa da Assembléia dois requerimentos, um deles congratulando-se com a nomeação de Felinto Epitácio Maia para o cargo de Diretor da Casa da Moeda (XXIV, 79), e outro manifestando seu "voto de pesar" pelo falecimento do padre paraense, Monsenhor Argemiro Pautgi (XXI, 102).

Apresentou duas emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 2.088, favorável à adoção dos critérios alternados de merecimento e antigüidade para a promoção dos oficiais das Forças Armadas a partir do posto de capitão, e a de nº 2.089, possibilitando a transferência para a reserva de "todo oficial que conte mais de três anos no quadro de acesso" (XIV, 469). Além disso foi signatário de praticamente todas as emendas apresentadas pela bancada pessedista paraense ao projeto constitucional.

CARLOS PEREIRA NOGUEIRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de abril de 1909, Belém, PA.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público, empresário e dentista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Odontologia (1930), exercendo a seguir a profissão de cirurgião-dentista. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, DF (1941). Durante o Estado Novo, foi inspetor do Ministério do Trabalho, funcionário da Prefeitura do Distrito Federal e da Caixa Econômica Federal (sem data). Segundo Gastão Pereira da Silva, foi também Diretor da CICA, Diretor-Presidente da IMEBRA S.A. e Diretor-Secretário dos Sanatórios Kock S.A. (SILVA, 1947 : 35-36).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, dedicou-se às atividades empresariais e ocupou postos na burocracia de Estado. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para declarar seu apoio à dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na Capital Federal (X, 185) — acontecimento que ficou conhecido durante os trabalhos constituintes como a "chacina do Largo da Carioca".

Além de apoiar a "chacina do Largo da Carioca", apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 2.824, equiparando os salários dos magistrados e funcionários da Justiça do Distrito Federal aos dos demais servidores da mesma categoria nos Estados.

ANÍBAL DUARTE D'OLIVEIRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1890, Salvador, BA.

Filho de Manuel Duarte de Oliveira, usineiro, Senador Estadual (sem data), Diretor do Tesouro Estadual e chefe político no interior da Bahia.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Industrial e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Odontologia de Salvador, BA (sem data), exerceu por pouco tempo a profissão de dentista. Redator dos jornais *Diário da Tarde* e *O Liberal*, no Pará. Diretor-Gerente do *Diário do Estado*, órgão oficial do Governo paraense (1935). Foi também sócio-proprietário da Fábrica Cerâmica Brasileira do Pará e Diretor-Proprietário da firma Expansão Jornalística Nacional (1946-1947).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual Constituinte pelo Pará (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi superintendente dos serviços externos da Prefeitura de Belém, PA (1943). No contexto da redemocratização, tornou-se Segundo-Secretário da Comissão Executiva e Presidente do Diretório Municipal do PSD, em Belém, PA (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo e foi proprietário de jornal no Pará.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes.

Apresentou seis emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.755, que ampliava a competência do Senado para, além de suas funções normais de controle de constitucionalidade, ter também a prerrogativa de suspender os dispositivos ilegais dos regulamentos expedidos pelo Poder Executivo, e a de nº 3.237, sugerindo redação mais flexível a dispositivo do projeto inicial que restringia a entrada de imigrantes.

JOSÉ JOÃO DA COSTA BOTELHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de abril de 1908, Belém, PA.

Falecimento: maio de 1976.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Pará (1932). Sem informação sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda estudante, participou de manifestações de apoio ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo sido preso por um curto período (1932). Deputado Estadual (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Pará (1937-1945), tendo exercido algumas vezes o cargo de Interventor interino durante a ausência do titular (sem data).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Pará.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Relator-Geral da Comissão

Parlamentar da Casa Popular e membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Parlamentar bastante ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à região amazônica e ao problema da habitação popular. Participando de vários debates travados em plenário sobre problemas da Amazônia, ocupou a tribuna para proferir longo discurso fazendo *a defesa da campanha da borracha* (XVII, 356-365), no qual colocou-se veementemente contrário à "campanha alarmista" efetuada por membros da UDN cearense contra as Interventorias responsáveis pela realização da chamada "Batalha da Borracha" durante o Estado Novo, contestando dados apresentados por Egberto Rodrigues (UDN/CE) sobre a ocorrência da morte de 23.000 trabalhadores nordestinos durante a realização da campanha. Também ocupou a tribuna para defender o Requerimento nº 92, de sua autoria (aprovado), sugerindo a formação de uma Comissão da Casa Popular para estudar o problema da habitação (VII, 81-83), e para apoiar a indicação de Horácio Lafer (PSD/SP) sugerindo a formação de um órgão estatal para estimular a cultura do trigo no País (VII, 250), tendo ainda efetuado várias intervenções em debates de interesse dos agrupamentos dominantes de seu estado. Parlamentar de postura governista, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 6 anos e à extinção do Território do Iguaçu e foi contra o direito dos habitantes das capitais dos Estados e do Distrito Federal de elegerem diretamente seus governantes. Além disso, apresentou à Mesa da Assembléia incontáveis requerimentos e indicações solicitando ao Poder Executivo obras e serviços em sua região de origem.

Apresentou 33 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 134, determinando a indenização, pela União, aos Estados que tiveram suas áreas desmembradas para a criação de novos territórios no pós-trinta; nº 480 (rejeitada; XXII, 375), suprimindo dispositivos que restringiam a inelegibilidade dos ocupantes de cargos burocráticos e respectivos parentes até pouco tempo antes da realização de eleições; nº 487 (rejeitada; XXIV, 223), acrescentando dispositivo que assegurava facilidades para a aquisição e locação de habitações nas zonas urbanas e rurais; nº 492, instituindo o imposto territorial progressivo para as terras particulares não aproveitadas para exploração agrícola ou pecuária; nº 2.223, dando à União competência privativa para elaborar e executar um plano nacional de aproveitamento da siderurgia e do petróleo; nº 3.265, favorável à nacionalização progressiva das minas, quedas d'água e demais fontes de energia hidráulica julgadas essenciais à defesa econômica ou militar do País; nº 3.316 (rejeitada; XXIII, 70), ampliando o poder de auxílio da União aos Estados para a feitura de

estudos referentes às jazidas minerais e fontes de energia hidráulica; nº 3.317 (rejeitada; XXIII, 71), condicionando ao assentimento prévio dos Estados o aproveitamento das jazidas minerais e fontes de energia hidráulica que se situassem em seu território; e a de nº 3.521, determinando a passagem das minas e demais riquezas minerais à órbita da propriedade dos Estados.

JOÃO GUILHERME LAMEIRA BITTENCOURT — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de agosto de 1908, Belém, PA.

Falecimento: 26 de janeiro de 1960.

Profissão: Advogado-funcionário público e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Pará, especializando-se em Direito Penal e Constitucional (1929). Promotor Público em Belém, PA (1931-1933). Chefe da Assistência Jurídica Cível em Belém, PA (1931-1933). Procurador interino da República e Procurador-Geral do Estado (1933-1934). Durante o Estado Novo, tornou-se professor de Direito Penal na Faculdade de Direito do Pará (1940).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Atuou no movimento estudantil, tendo sofrido prisão política em consequência de sua participação na greve nacional dos estudantes ocorrida durante o governo de Artur Bernardes (1924). Participou na campanha da Aliança Liberal e foi Presidente do Comitê Acadêmico Paraense pró-Getúlio Vargas (1929). Apoiou a Revolução de 30. Participou como voluntário nas operações militares do Governo contra o movimento constitucionalista paulista (1932). Vereador em Belém pelo Partido Liberal (1936). Durante o Estado Novo, foi Secretário-Geral do Pará (1937-1945), tendo assumido a Interventoria por apenas um dia, sendo deposto em consequência do Golpe de 29 de outubro de 1945.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no

Pará. Publicou *Da eutanásia* (tese para concurso, sem data) e *Da intervenção do Estado no domínio econômico* (tese para a Primeira Convenção Nacional do PSD, 1945).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões de interesse dos agrupamentos dominantes de sua região de origem, tendo ocupado a tribuna várias vezes para, através de apartes e pronunciamentos, defender ex-Interventores da Região Norte (principalmente Álvaro Maia e Magalhães Barata), das acusações efetuadas em plenário por oposicionistas referentes ao desaparecimento de trabalhadores nordestinos por ocasião da "Batalha da Borracha", organizada pelo Governo brasileiro em virtude dos "Acordos de Washington". Além da defesa de próceres estado-novistas, efetuou intervenções manifestando-se a favor da indenização aos Estados pela União das áreas desapropriadas aos mesmos para a criação de novos territórios, da transferência para os Estados da prerrogativa de autorizar a concessão da exploração de minas e quedas d'água, tendo sido ainda contrário à emenda de Trifino Correia (PCB/RS) reservando verba no orçamento da União para a distribuição de lotes aos camponeses sem terra da região amazônica.

Apresentou 51 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 414 (aprovada; XXI, 409), acrescentando ao art. 1º da Carta Constitucional a expressão "Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido", omitida pelos redatores do primitivo projeto; nº 508 (rejeitada; XXIV, 128), proibindo as unidades da Federação de possuírem hinos, bandeiras e armas próprias, distintas das nacionais; nº 562, punindo com a perda de mandato o cometimento de "traição partidária"; nº 1.288 (rejeitada em plenário e parcialmente aprovada na Comissão de Constituição; XXI, 234), regulamentando vários aspectos da intervenção dos Estados nos Municípios; nº 3.272, equiparando os crimes cometidos contra a economia popular aos crimes cometidos contra o Estado para efeito de pena, processo e julgamento; e a de nº 3.274, proibindo a admissão de trabalhadores estrangeiros em indústrias consideradas básicas ou essenciais para a defesa militar da Nação.

LUÍS GEOLÁS DE MOURA CARVALHO — 1º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de julho de 1906, Belém, PA.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Militar e proprietário de terras (pecuarista).

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, DF; após concluir o Curso Especial das Armas de Infantaria, foi declarado Aspirante, sendo enviado para o 26º Batalhão de Caçadores sediado em Belém (1930). Segundo-Tenente (1930). Comandante da Guarda Civil e Inspetor do Corpo de Bombeiros Municipais, em Belém (1931-1933). Tenente-Coronel e Comandante do 26º BC (1932). Serve no 27º BC em Manaus, AM (1935). Capitão (1937). Durante o Estado Novo, ocupou postos militares no Rio de Janeiro e em Belém (1937-1945). Durante os trabalhos da Constituinte de 1946, foi promovido a Major (setembro de 1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou dos combates da Revolução de 30, no Pará e no Maranhão, aproximando-se politicamente de Magalhães Barata. Foi Comandante-Geral da Brigada Militar do Estado do Pará e assistente militar interino do então Capitão Magalhães Barata (1930). Tomou parte das operações militares no Vale do Paraíba durante a repressão ao movimento constitucionalista paulista (1932). Assessor militar do Major Magalhães Barata, Interventor do Pará (1933). Deputado Constituinte e Federal pelo PL — Partido Liberal, PA (1933-1935). Durante o Estado Novo, foi Comandante da Força Policial do Pará e Diretor-Geral do Departamento de Segurança Pública na gestão de Magalhães Barata (1943-1945). Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Governador do Pará (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao Senador Magalhães Barata, também eleito Deputado pelo PSD/PA. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo se licenciado do cargo por sessenta dias a partir de 1º de julho de 1946, não mais voltando a exercer o mandato constituinte, tendo sido substituído pelo Suplente Rocha Ribas (PSD/PA).

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 790, proibindo a concessão de "habeas corpus" para as transgressões disciplinares; nº 3.092, contrária à aplicação do princípio da analogia em matéria penal, e cuja "justificação" contém longas considerações sobre o assunto (XVI, 35); nº 3.421, assegurando a garantia do montepio à família do militar que for demitido ou expulso das Forças Armadas; e a de nº 3.651 (prejudicada; XXI, 163), determinando a transferência da União para os Estados do produto do imposto penitenciário.

NELSON DA SILVA PARIJÓS — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de abril de 1884, Cametá, PA.

Falecimento: 5 de janeiro de 1970.

Profissão: Proprietário de terras, advogado e agrônomo.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Superior de Agronomia de Gembloux, na Bélgica (sem data). Formado pela Faculdade de Direito do Pará (sem data). Tesoureiro do Município de Cametá, PA (1911). Tabelião em Abaeté, PA (1912-1920). Diretor da Estação de Cacau, em Cametá, tendo se dedicado à cacaicultura e à exploração de castanhas neste município. Foi ainda Promotor Público e Chefe de Polícia em Marabá, PA (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Atuou no Partido Republicano Federal durante a República Velha. Após a Revolução de 30, atuou na FUP — Frente Única Paraense, agremiação de oposição ao Interventor Magalhães Barata (1934). Prefeito de Cametá, PA (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para

manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 524, dando à União competência privativa para legislar sobre *trabalho, produção e consumo, sem prejuízo da legislação estadual ou municipal supletiva ou complementar* (XXI, 524); nº 585, autorizando à União, aos Estados e aos Municípios a criação de outros impostos além daqueles consignados na Constituição; e a de nº 590, concedendo também aos Municípios a prerrogativa de cobrar o imposto sobre propriedade territorial.

JOSÉ DA ROCHA RIBAS — 3º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de julho de 1895, Rio de Janeiro, DF.

Falecimento: 18 de setembro de 1964.

Profissão: Funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi delegado fiscal da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, DF (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 3º Suplente de Deputado pelo Pará, tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 98ª Sessão, a 5 de julho de 1946 (XVII, 340), no lugar do titular licenciado Luís Geolás de Moura Carvalho, em virtude do fato de o 2º Suplente, Antônio Teixeira Gueiros, não ter podido assumir o mandato por estar ocupando o cargo de Secretário-Geral do Estado do Pará. Pouco atuante em plenário, não se manifestou sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BANCADA DA UDN — PA

A Bancada da UDN/PA era formada por **Agostinho Monteiro**, médico e pecuarista, militante em antigos movimentos de oposição ao chefe político paraense Magalhães Barata, e pelo médico **Epílogo de Campos**, então em sua primeira legislatura parlamentar.

AGOSTINHO DE MENESES MONTEIRO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de julho de 1891, Ilha de Marajó, PA.

Falecimento: 1º de setembro de 1976.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista), médico, jornalista e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1912). Foi fundador e professor da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (sem data). Como proprietário de terras, dedicou-se à pecuária na Ilha de Marajó.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, PA (1926-1930). Deputado Federal pela FUP — Frente Única Paraense, agremiação de oposição ao Interventor Magalhães Barata (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN, tornando-se membro do Diretório Nacional e da Comissão de Orientação Política do Partido; foi também Presidente do Diretório da UDN/PA (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Pará e publicou trabalhos sobre problemas econômicos da região amazônica.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório sobre o tema *Alimentação*. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica veemente a múltiplos aspectos do governo de Getúlio Vargas e da política

econômico-financeira implementada durante o Estado Novo, tendo ocupado a tribuna seguidas vezes para, munido de cifras e estatísticas, detalhar suas críticas à política econômica varguista, pronunciamentos estes que provocaram incontáveis réplicas de Constituintes do PSD e do PTB ligados a Vargas. Assim, tomou a palavra para proferir longos discursos, que tiveram grande repercussão durante a Constituinte, abordando a *situação econômica do País* (IV, 37-52), no qual culpou a ditadura estado-novista pela *situação de subfome crônica* (IV, 38) que atingia a imensa maioria da população brasileira; analisando a *economia do Brasil e a desorganização dos transportes* (VII, 426-440), onde enumerou vários dados e culpou a "catastrófica atuação econômico-financeira do Estado Novo" pela situação precária dos portos e estradas de ferro brasileiros; fazendo a *análise da situação financeira do País* (XII, 235-239; XII, 337-343), quando forneceu mais dados estatísticos para reforçar suas críticas anteriores, discursos estes que provocaram inúmeras polêmicas em plenário. Também tomou parte nas discussões sobre o problema da pecuária, tendo efetuado longo pronunciamento sobre a *situação dos fazendeiros e invernistas* (VI, 88-103), no qual secundou as críticas endereçadas por outros Constituintes à atuação do Governo e do Banco do Brasil em relação ao setor, tendo, no entanto, se posicionado contra a nacionalização dos frigoríficos estrangeiros, medida reivindicada por alguns parlamentares para a solução da crise da pecuária. Além disso, declarou voto a favor da indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) que ampliava a anistia para os militares punidos por motivos políticos durante o Estado Novo e manifestou-se contra o dispositivo constitucional que permitia ao Estado monopolizar determinada indústria ou ramo de atividade, sob o argumento de que tal dispositivo afugentaria os capitais estrangeiros necessários ao desenvolvimento do País.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição, a de nº 2.690, estabelecendo normas para uma nova divisão territorial do País, e a de nº 3.373, regulamentando a desapropriação de terras não aproveitadas até três anos depois de beneficiadas por obras de viação, irrigação ou saneamento.

EPÍLOGO GONÇALVES DE CAMPOS — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de maio de 1915, Rio Branco, AC.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico e fazendeiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (1939). Sem informação sobre o exercício da profissão.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal e de outras associações.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro interino da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na remessa à Mesa da Assembléia de inúmeros requerimentos e indicações abordando questões referentes à organização da administração pública e a problemas geoeconômicos de sua região de origem. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso defendendo a Indicação nº 176, de sua autoria (XVIII, 122), na qual sugeriu ao Poder Executivo a imediata extinção do DASP e criticou veementemente o inchaço da máquina administrativa no pós-trinta, tendo ainda apresentado vários outros requerimentos e indicações "solicitando ao Executivo" obras e serviços em seu estado. Além disso, manifestou-se a favor da proposta do Deputado pessedista Ataliba Nogueira (PSD/SP) de se estabelecer a dupla contagem para os votos dos bacharéis em Direito e declarou voto a favor da "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945.

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 321, equiparando os extranumerários aos demais funcionários públicos; nº 2.746, isentando do pagamento de impostos as associações de classe representativas dos médicos e jornalistas; nº 3.412, criando batalhões de instrução militar nos Municípios do interior com o objetivo de promover a fixação do homem do campo; e a de nº 3.659, regulamentando o reaproveitamento dos funcionários públicos afastados no pós-trinta por atos do Governo Provisório.

BANCADA DO PPS-PSP/PA

A Bancada do PPS/PA compunha-se de um dos dois Deputados pepessistas que não foram eleitos pelo Estado do Ceará: **Deodoro de Mendonça**, antigo Secretário-Geral do Pará na gestão do Interventor José da Gama Malcher (1937-1943).

DEODORO MACHADO DE MENDONÇA — PPS

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 23 de agosto de 1889, Cametá, PA.

Filho do Coronel Basílio Lopes Correia de Mendonça.

Falecimento: 16 de agosto de 1968.

Profissão: Proprietário de terras, advogado-funcionário público, professor e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Pará (1912). Promotor Público em Belém, PA (sem data). Durante a década de 1930 dedicou-se à extração e ao comércio de castanhas.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de gabinete do Prefeito de Belém, seu tio Virgílio Martins Lopes de Mendonça (1913). Prefeito de Cametá, PA (1923). Secretário-Geral do Estado do Pará nos governos de Antônio Emiliano de Souza Castro (1921-1925), Dionísio Ausur Bentes (1925-1929) e Eurico Vale (1929-1930). Deputado Federal, PA (1928-1929 e 1930). Opôs-se à Revolução de 30. Preso por ser simpatizante do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Deputado Federal pela FUP — Frente Única Paraense (1935-1937). Delegado pela União Popular à convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário-Geral do Pará na gestão do Interventor José da Gama Malcher (1937-1943); integrou a Comissão de Estudos Econômicos e assessorou Malcher na reunião de Interventores da 1ª Região Geoeconômica (que englobava o Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PPS — Partido Popular Sindicalista (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e do Instituto dos Advogados do Pará.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu atividades jornalísticas, tendo sido Diretor de *O Estado do Pará* e do *Jornal do Comércio*, em seu estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Discriminação de Rendas, da Comissão de Constituição, tendo sido o único representante de seu partido neste órgão. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes a problemas geoeconômicos da região amazônica e na defesa da denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no País. Assim, ocupou a tribuna constituinte para proferir discurso sobre *o problema da borracha* (XIX, 202-205), onde argumentou a favor da Indicação nº 53, de sua autoria, solicitando a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Produção com o objetivo de promover a diversificação agrícola e a industrialização da Amazônia, tendo feito em seu pronunciamento um veemente apelo à intervenção do poder central e da União na Região Norte para evitar o colapso de sua economia após o término da vigência dos *Acordos de Washington*. Também pronunciou discursos comunicando a fusão dos Partido Popular Sindicalista, Partido Republicano Progressista e Partido Agrário para a formação do PSP — Partido Social Progressista (XIV, 576-579), aproveitando a ocasião para justificar suas emendas ao projeto constitucional; e defendendo a denominação de "língua brasileira" para o idioma nacional (XIX, 142-146), tendo ainda efetuado intervenções tópicas em debates sobre política regional maranhense e manifestando-se veementemente favorável à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos.

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição: as de nº 1.431, assegurando a representação de todos os partidos nacionais na Comissão Permanente do Congresso Nacional; nº 1.504, determinando a gratuidade do ensino público na União, Estados e Municípios em todos os seus graus e ramos; nº 1.517, assegurando o direito de voto aos analfabetos; e a de nº 1.518, eliminando dispositivo que interditava o direito de voto aos soldados e sargentos.

BANCADA DA PARAÍBA

- 1) ADALBERTO RIBEIRO (Senador/UDN);
- 2) VERGNAUD VANDERLEI (Senador/ UDN);
- 3) ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (UDN);
- 4) ERNÂNI SÁTIRO (UDN);
- 5) FERNANDO NÓBREGA (UDN);
- 6) JOÃO AGRIPINO (UDN);
- 7) JOÃO ÚRSULO (UDN);
- 8) JOSÉ GAUDÊNCIO (UDN/1º Suplente);
- 9) OSMAR AQUINO (UDN);
- 10) PLÍNIO LEMOS (UDN);
- 11) JANDUÍ CARNEIRO (PSD);
- 12) JOSÉ JOFFILY (PSD);
- 13) SAMUEL DUARTE (PSD).

10 UDN + 3 PSD = 13

BANCADA DA UDN — PB

Na Paraíba, a UDN obteve sua maior vitória eleitoral a nível nacional, elegendo 10 Constituintes (77%) de uma bancada de 13 parlamentares, beneficiando-se amplamente do prestígio eleitoral do ex-Interventor **Argemiro de Figueiredo** (1937-1940), afastado do cargo durante o Estado Novo em virtude de divergências com o poder central. De acordo com Sérgio Miceli,

"Em Sergipe, na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas, a maioria dos parlamentares udenistas provinha de clãs familiares que repartiam entre si a direção e a propriedade das principais atividades econômicas. (...) O caso da Paraíba confirma o papel desempenhado pelas dissensões entre facções políticas no âmbito estadual antes e depois de 1930 e o empenho de setores importantes da oligarquia em resistir aos avanços do poder central, como os fatores responsáveis pelo alinhamento partidário em 1945. A bancada udenista congregava as principais lideranças rurais mobilizadas pelo 'partido' do ex-Interventor e Governador **Argemiro de Figueiredo** (1901, Campina Grande, PB), ele próprio chefe político em sua cidade natal antes de 1930 e membro do comitê regional de apoio ao programa aliancista, sendo que pelo menos seis dentre os nove parlamentares eleitos em 1945 eram herdeiros de ricos proprietários rurais que haviam aderido à Aliança Liberal. Esses Deputados eram herdeiros de usineiros perrepistas e aliados de João Pessoa na campanha da Aliança

Liberal: **João Agripino Filho** (João Agripino, Brejo da Cruz), **Ernâni Ayres Sátiro e Sousa** (Coronel Miguel Sátiro, Patos), **Osmar de Araújo Aquino** (Modesto de Aquino, Guarabira), **Plínio Lemos** (Coronel Murilo Lemos), **João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho** (João Úrsulo Ribeiro Coutinho), **Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega** (Coronel Claudino Nóbrega, Soledade; Cleodon Nóbrega, Santa Luzia), este último também banqueiro e dono de uma fábrica de torrefação de milho" (MICELI, 1986 : 571).

Ainda segundo Sérgio Miceli,

"Na Paraíba (...), o partido oposicionista se escorou ainda no potencial de mobilização daqueles Interventores que acabaram rompendo o contrato de serviço que mantinham com o Governo Central. Sentindo-se suficientemente amparados em virtude das alianças celebradas com grupos dirigentes locais ou por terem logrado êxito no projeto de pacificação das facções em litígio em âmbito estadual, êxito para o qual contribuiu bastante o fato de serem originários daqueles estados onde passaram a operar, de terem se casado com mulheres das famílias oligárquicas, de terem, em suma, um perfil social semelhante às lideranças pessedistas emergentes, por exemplo, em Minas Gerais e Pernambuco, esses Interventores passaram à ofensiva em prol da restauração da autonomia estadual, postura que lhes valeu a confiança dos núcleos de oposição" (MICELI, 1986 : 572).

ADALBERTO JORGE RODRIGUES RIBEIRO — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 23 de abril de 1885, Recife, PE.

Falecimento: 24 de março de 1975.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1908), após o que exerceu a advocacia em Recife, PE, e Vitória, ES (sem data). Foi também inspetor federal de ensino na Paraíba (1934).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual Constituinte, PB (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, votou contra a cassação do PCB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da OAB/PB e membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 9 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.191, favorável à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, mas sugerindo nova redação ao mesmo; nº 2.484, determinando a duração de 4 anos para os mandatos legislativos e presidencial; e a de nº 2.880, isentando de impostos a pequena propriedade rural e em cuja "justificação" se afirma que "o fisco, na sua tríplice expressão — União, Estado e Município —, tem sido no Brasil o maior entrave ao desenvolvimento da pequena propriedade e, consequentemente, o maior criador de latifúndios" (XV, 365).

VERGNIAUD VANDERLEI — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de agosto de 1905, Campina Grande, PB.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1929). Promotor Público e Juiz de Direito em Blumenau, SC (1930-1935).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de Polícia e Secretário interino da Produção, Comércio, Viação e Obras Públicas da Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1935). Eleito Prefeito de Campina Grande, PB (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi novamente Prefeito de Campina Grande (1940-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *matéria constitucional* (XVIII, 55-60), onde fez considerações sobre o "pacto federativo" e defendeu a "autonomia municipal", e para congratular-se com Hamilton Nogueira (UDN/DF) por seu pronunciamento combatendo o racismo, tendo feito o seguinte aparte ao Senador udenista: "V. Ex^a. é um espírito tão livre que, demonstrando a cosmogonia mosaica (*sic*), adotou, na semana passada, ponto de vista da origem simiesca do homem." Ao que replicou Hamilton Nogueira: "— Nunca aceitei a origem simiesca do homem. Defender o negro, absolutamente, não é aceitar essa origem" (IV, 314).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 2.119, suprimindo dispositivo que determinava a consulta aos Estados em caso de elaboração de emendas ao texto constitucional.

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de março de 1901, Campina Grande, PB.

Filho do Coronel Silvino Gonçalves de Figueiredo, chefe político em Campina Grande, PB. Neto de Bento José Alves Viana, Constituinte de 1891 e Deputado Federal (sem data) na República Velha.

Falecimento: 14 de dezembro de 1982.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1924), após o que montou escritório de advocacia em Campina Grande, PB, e dedicou-se à pecuária no interior do Estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Um dos fundadores do PD — Partido Democrático, na Paraíba (1928). Deputado Estadual, PD (1929-1930). Como dirigente do PD, engajou-se na campanha da Aliança Liberal, divergindo de seu pai, que apoiou a chapa Júlio Prestes-Vital Soares (1929-1930). Participou da Revolução de 30, na Paraíba. Por interferência de José Américo de Almeida, foi nomeado Secretário do Interior e Justiça da Paraíba (1932-1935); durante sua gestão, assumiu interinamente a

Interventoria do Estado, nomeando o então Tenente Ernesto Geisel para o posto de Secretário de Finanças. Um dos organizadores e Presidente do PP — Partido Progressista, liderado por José Américo de Almeida (1933). Governador da Paraíba, tendo sido o primeiro a ser eleito no pós-trinta (1935-1937). Apoiou a candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, foi Interventor Federal na Paraíba (1937-1940), tendo sido afastado do cargo pela burocracia central em virtude de divergências políticas como o Governo. No contexto da redemocratização, ingressou na UDN, embora estivesse rompido politicamente com o prócer udenista paraibano José Américo de Almeida (1945). Após a Constituinte de 1946, votou a favor da cassação do PCB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Organização Federal, da Comissão de Constituição, tendo sido substituído no órgão por João Agripino (UDN/PB) a partir de 2 de julho de 1946 (*Diário do Congresso Nacional*, 1946 : 3270). Tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 20^a Sessão, a 7 de março de 1946 (III, 109). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo se licenciado do mandato na 76^a Sessão, a 4 de junho de 1946 (XI, 233), sendo substituído no mesmo dia pelo Suplente José Gaudêncio (UDN/PB).

ERNÂNI AYRES SÁTIRO E SOUSA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de setembro de 1911, Patos, PB.

Descendente de família de criadores de gado e plantadores de algodão na Paraíba. Filho de Miguel Sátiro e Souza, Coronel e chefe político em Patos, e Deputado Estadual pelo Partido Republicano Libertador (sem data). Irmão de Clóvis Sátiro, Prefeito de Patos no início da década de 1930.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1933), após o que exerceu a advocacia em Campina Grande e Patos, e administrou as fazendas da família no interior paraibano.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual na legenda do Partido Republicano Liberal, PB (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Chefe de Polícia na Paraíba (1939) e Prefeito de João Pessoa (1940) na gestão do Interventor Argemiro de Figueiredo, tendo sido exonerado do cargo após a nomeação de Rui Carneiro para a Interventoria do Estado (1940). No contexto da redemocratização, participou das reuniões de criação da UDN, tendo sido signatário da ata de fundação do partido (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo na Paraíba.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional e da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional paraibana e na defesa das prerrogativas dos proprietários de terras no tocante à exploração de jazidas minerais situadas em solo de sua propriedade. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre a *situação política da Paraíba* (II, 11-17), onde criticou veementemente a atuação do Interventor paraibano Odon Bezerra (PSD/PB) e denunciou a continuidade da "máquina administrativa estado-novista" na Paraíba. Também tomou a palavra para realizar pronunciamentos abordando o tema da *política a ser adotada em relação ao subsolo* (IX, 305-309; XIV, 304-308) nos quais se posicionou ferrenhamente favorável à concessão de preferência aos proprietários do solo para a exploração e pesquisa de jazidas minerais situadas no subsolo de terras a eles pertencentes, argumentando longamente a favor de proposta contida em emenda de sua autoria (posteriormente aprovada) sobre o assunto. Defensor ativo dos interesses de sua classe de origem, ainda

reivindicou em plenário a imediata revogação de decreto-lei baixado pelo governo Dutra cancelando a moratória anteriormente concedida às dívidas dos pecuaristas para com os banqueiros (XXV, 212-214), aproveitando a ocasião para denunciar veementemente a exploração dos produtores pecuaristas pelos banqueiros.

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 394 (aprovada; XXIII, 251), assegurando ao proprietário do solo preferência para a exploração e pesquisa das minas do subsolo situadas em terras a eles pertencentes; nº 403, contrária à concessão do poder de voto parcial ao Presidente da República; nº 1.589, reconhecendo como função pública, para fins de aposentadoria, a profissão de jornalista em jornal diário; e a de nº 3.441, efetivando servidores públicos extranumerários.

FERNANDO CARNEIRO DA CUNHA NÓBREGA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de agosto de 1904, João Pessoa, PB.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1927), após o que exerceu a advocacia e o jornalismo em João Pessoa.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Governador João Suassuna na República Velha (1924-1928). Como Diretor do jornal *Diário da Paraíba*, promoveu intensa campanha oposicionista ao governo de João Pessoa na Paraíba (1928-1930). Opôs-se à campanha da Aliança Liberal e à Revolução de 30, na Paraíba (1929-1930). Após o assassinato de João Pessoa, o jornal *Diário da Paraíba* foi empastelado pelas massas populares, que também incendiaram uma firma comercial de sua propriedade (1930). Deputado Estadual Constituinte pelo PP — Partido Progressista, PB (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Prefeito de João Pessoa na Interventoria de Argemiro de Figueiredo (1937-1940) e Secretário da Fazenda, permanecendo no cargo por apenas nove dias, tendo sido exonerado pouco depois em consequência do afastamento do Interventor Argemiro de Figueiredo (1940). No contexto da redemocratização, foi por

um curto período Secretário-Geral da Interventoria da Paraíba, após a deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da seção paraibana da OAB (1944-1946) e Primeiro-Secretário do Conselho Seccional da OAB/PB.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de exercer o jornalismo na Paraíba, publicou: *Dom Vital — o revolucionário* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 20^a Sessão, a 7 de março de 1946 (III, 109). Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização do aparelho judiciário, tendo participado de vários debates travados em plenário sobre o assunto. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar longo discurso sobre o *Projeto de Constituição* (XI, 450-459), onde defendeu seus pontos de vista sobre o *Poder Judiciário* na Carta Constitucional e justificou diversas emendas de sua autoria sobre o assunto, posicionando-se em defesa da unidade e da federalização da Justiça, e contra a Justiça paritária, tendo sugerido ainda várias propostas relativas à organização dos Tribunais Federais de Recursos. Também tomou a palavra para combater veementemente o intervencionismo estatal e a política econômica implementada durante o Estado Novo, manifestando-se ferrenhamente contrário à proposta de Daniel Faraco (PSD/RS) de criação do Conselho Nacional de Economia, com o objetivo de estimular o planejamento da economia brasileira, por considerar o estabelecimento da planificação econômica próprio dos regimes totalitários e incompatível com as instituições democráticas, tendo inclusive afirmado, dentre outras coisas, que "(...) dentro da realidade brasileira, da democracia em que vivemos, só há uma lei econômica: a lei da oferta e da procura" (V, 101). Além disso, efetuou críticas à *política ruinosa* (VI, 15) posta em prática por Barbosa Lima Sobrinho (PSD/PE) em sua gestão à frente do IAA e solicitou ao Executivo várias providências de amparo à pecuária, tendo ainda declarado voto a favor da emenda de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista.

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos do mesmo que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de nº 1.783, atribuindo exclusivamente ao Presidente da República a competência para comutar e perdoar penas

criminais; nº 1.796, favorável à unidade e federalização da Justiça; nº 1.845, regulamentando o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos; nº 1.854, contrária à criação de Tribunais Regionais do Trabalho em todas as unidades da Federação e que suprimia a Justiça do Trabalho paritária; e a de nº 1.879, favorável à instituição do júri.

JOÃO AGRIPINO FILHO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1º de março de 1914, Brejo da Cruz, PB.

Descendente de tradicional família de latifundiários e de chefes políticos na Paraíba. Filho de João Agripino Vasconcelos Maia, fazendeiro, advogado, Deputado Federal por cinco legislaturas na República Velha (1915-1930). Sobrinho de José Mariz, Interventor interino, Procurador e Secretário Estadual da Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Ainda estudante, foi Procurador da Prefeitura de Brejo da Cruz e Adjunto de Procurador (1934-1937). Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1937). Durante o Estado Novo, foi Promotor Público em Jardim do Seridó, RN (1938) e Promotor Fiscal de Brejo da Cruz (1938-1945), tendo também se dedicado à administração das terras de sua família no interior paraibano.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da campanha de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, manteve-se afastado das lutas políticas, dedicando-se a suas atividades profissionais. No contexto da redemocratização, aliou-se a Argemiro de Figueiredo na oposição ao grupo político organizado em torno do Interventor Rui Carneiro, tendo sido eleito Presidente do Diretório Regional da UDN/PB (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro interino da Subcomissão Organização Federal, da Comissão de Constituição, tendo substituído o titular, Argemiro de Figueiredo (UDN/PB), a partir de 2 de julho de 1946 (*Diário do Congresso Nacional*, 3 de julho de 1946 : 3270). Em plenário, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *problemas de economia e finanças* (VIII, 68-76), onde abordou a questão da inflação, atribuindo suas causas ao aumento da oferta de moeda e ao decréscimo da produção agrícola, posicionando-se ainda contra a elevação dos salários para remediar os efeitos da inflação sobre o nível de vida das classes trabalhadoras. Também tomou parte nas discussões sobre política regional paraibana e sobre a organização do aparelho judiciário, tendo se manifestado contra a proposta de unificação da Justiça defendida por seu companheiro de bancada Fernando Nóbrega (UDN/PB), e a favor da emenda de Ermâni Sátiro (UDN/PB) que assegurava preferência aos proprietários na exploração e pesquisa de jazidas minerais situadas no subsolo de terras a eles pertencentes.

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.865, sugerindo uma série de dispositivos constitucionais com o fito de disciplinar a organização jurídica dos Estados; nº 2.800, determinando nova redação a toda uma seção "Da Intervenção dos Estados" na Constituição, e estabelecendo uma série de normas que restringiam e disciplinavam as prerrogativas da União de intervir nos Estados; e a de nº 3.393, favorável à adoção alternada dos critérios da antigüidade e do merecimento para a promoção de Juízes de uma entrância a outra.

JOÃO ÚRSULO RIBEIRO COUTINHO FILHO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de setembro de 1915, Santa Rita, PB.

Filho de João Úrsulo Ribeiro Coutinho, usineiro na Paraíba.

Falecimento: 6 de outubro de 1970.

Profissão: Banqueiro, proprietário de terras e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1937). Foi Diretor do Banco Aliança no Rio de Janeiro, DF (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Sapé, PB (1938-1945). No contexto da redemocratização, participou da primeira reunião do Diretório Nacional da UDN, tendo sido designado membro da Comissão de Direito Eleitoral e Organização Partidária da agremiação (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas interveio nos trabalhos constituintes para declarar voto a favor do sistema de governo parlamentarista (XXII, 148), não tendo apresentado emendas ao Projeto de Constituição.

JOSÉ GAUDÊNCIO CORREIA DE QUEIROZ — 1º Suplente - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 13 de setembro de 1881, São José do Cariri, PB.

Filho do Coronel e chefe político Manuel Gaudêncio Correia de Queiroz.

Falecimento: 1º de agosto de 1953.

Profissão: Advogado, jornalista e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1903). Promotor Público em São João do Cariri, PB (1903). Juiz de Direito em São João do Cariri, PB (1911). Procurador-Geral do Estado da Paraíba (1926-1928). Advogado do Lóide Brasileiro (sem data). Professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro (1935-1938). Foi também Diretor de *O Jornal*, diário de grande circulação em João Pessoa, PB.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Militou no PRC — Partido Republicano Conservador, na década de 1920. Participou ativamente na *Revolta da Princesa*, movimento de oposição ao governo de João Pessoa (1930). Eleito Senador na legenda do PRC (7 de junho a 11 de novembro de 1930). Após o assassinato de João Pessoa, teve sua residência depredada pela revolta

popular que se seguiu ao acontecimento (julho de 1930). Opôs-se à Aliança Liberal e à Revolução de 30. Após a Revolução, perdeu o mandato de Senador e exilou-se em Portugal (1930-1934). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo e foi Diretor de jornal de grande circulação em João Pessoa.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado, assumiu o mandato na 76ª Sessão, a 4 de junho de 1946, em substituição ao titular licenciado Argemiro de Figueiredo (UDN/PB). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.750, dando à Câmara dos Deputados competência privativa para autorizar a intervenção federal nos estados; nº 2.031, equiparando os filhos legítimos aos filhos de pais desquitados para fins de direito; e a de nº 2.179, contando "para fins de aposentadoria e outros fins" o tempo de serviço dos funcionários públicos afastados no pós-trinta, em decorrência de perseguições políticas.

OSMAR DE ARAÚJO AQUINO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de dezembro de 1916, Guarabira, PB.

Falecimento: 8 de maio de 1980.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1938). Sem informação sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Guarabira, PB (1940). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN/PB. Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Conselho Consultivo da OAB/PB.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar de postura independente em plenário, concentrou sua atuação na participação nos debates referentes à política regional de seu estado e ao problema da pecuária. Ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *interesses da pecuária nacional* (IV, 244-246), no qual censurou veementemente a política de restrição de crédito aos pecuaristas implementada pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, e para justificar emendas de sua autoria ao projeto constitucional (VIII, 374), aproveitando a ocasião para posicionar-se favorável ao mandato de 4 anos para Presidente da República. Além disso, manifestou-se contra a vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, a fixação da indissolubilidade do vínculo matrimonial na Constituição, tendo também ocupado a tribuna para protestar contra os excessos cometidos pela Polícia Política do Distrito Federal ao dissolver a tiros comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (X, 205).

Apresentou 5 emendas, todas elas ao capítulo sobre os "Direitos Individuais" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 601, suprimindo dispositivo do primitivo projeto que assegurava a liberdade de expressão desde que usada apenas *para fins lícitos*, e a de nº 1.381, permitindo o exercício de censura para coibir a propaganda de guerra ou de "revolução interna", e em cuja "justificativa" se afirma que

"O § 8º fala em ordem política e social. Não seria tolerada propaganda tendente a subverter a ordem política e social. A expressão em apreço é equívoca, sujeita a interpretações doutrinárias e tem servido para toda sorte de abusos e violências a propósito da defesa daquela ordem. Preferimos assim usar uma expressão mais concisa — *revolução interna*" (XIII, 440).

PLÍNIO LEMOS — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de abril de 1903, Areia, PB.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Recife, PE (1928). Foi Promotor Público em Patos, Cajazeiras e Ituiutaba, PB (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Engajou-se na campanha da Aliança Liberal em Minas Gerais (1929-1930). Participou da Revolução de 30, tendo sido Comandante do 4º Batalhão da Força Pública no decorrer do movimento. Oficial de gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida (1931-1934). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais nos Estados de Minas Gerais e na Paraíba.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na remessa à Mesa da Assembléia de inúmeros requerimentos e indicações sobre vários assuntos e na participação nos debates sobre política regional de seu estado. Assim, ocupou a tribuna para justificar requerimentos e indicações de sua autoria e para secundar críticas efetuadas por outros parlamentares sobre a continuidade da máquina administrativa estado-novista na Paraíba, tendo se destacado durante os trabalhos constituintes por opor-se veementemente à proposta de seu correligionário Ernâni Sátiro (UDN/PB) favorável à concessão de privilégios aos proprietários de terra na pesquisa e exploração de riquezas do subsolo, tendo apoiado a proposta do pessedista José Joffily (PSD/PB) que impunha restrições aos interesses dos proprietários de terras, afirmando ainda que

"A política defendida pelo nobre colega, Sr. Ernâni Sátiro, tem sido prejudicial ao aproveitamento do subsolo do País. Nas diversas fases por que passou o Código de Minas, desde o regime inicial até o atualmente adotado, ficou perfeitamente provado que, onde o superficiário tem direito à exploração, a produção mineral desaparece. E apenas consegue subsistir, somente o interesse nacional foi defendido, depois que o superficiário perdeu o direito, para se valorizar o trabalho daqueles que diuturnamente pesquisam o subsolo" (XV, 37).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entanto, sido signatário de várias delas elaboradas por Constituintes de sua bancada.

BANCADA DO PSD — PB

A Bancada do PSD/PB era formada por três parlamentares, todos eles pertencentes à cúpula do governo de Rui Carneiro, Interventor Federal da Paraíba durante o Estado Novo (1940-1945): **Janduí Carneiro**, ex-Secretário do Interior e Saúde Pública do Estado (1942-1945), era irmão do Interventor Rui Carneiro; **José Joffily**, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas da Paraíba durante o Estado Novo (1942-1945); e **Samuel Duarte**, Secretário do Interior e Segurança Pública na gestão de Rui Carneiro, tendo assumido algumas vezes o cargo de Interventor interino no Estado (1940-1945). Segundo Sérgio Miceli, na Paraíba,

"(...) o PSD buscou amparo junto aos grupos ligados ao Interventor Rui Carneiro cujas bases eram o eleitorado da capital e os pequenos proprietários da zona açucareira. A bancada paraibana do PSD se constituía de três Deputados, todos intimamente entrosados com a máquina administrativa estadual: **Samuel Vital Duarte** (1904, Alagoa Nova, PB), bacharel que assumiu em 1931 a direção da Imprensa Oficial e do jornal governista *A União*; **José Janduí Carneiro** (1903, Pombal, PB), médico e chefe político em sua cidade natal, alinhado com a facção João Pessoa, irmão do Diretor do *Correio da Manhã*, do Estado da Paraíba, e futuro Senador Rui Carneiro; **José Joffily Bezerra de Melo** (1914, Campina Grande, PB), sobrinho de Irineu Joffily que fora Deputado Estadual (1928), Chefe de Polícia do governo João Pessoa e participante da campanha da Aliança Liberal" (MICELI, 1986 : 571).

JOSÉ JANDUÍ CARNEIRO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de julho de 1903, Pombal, PB.

Irmão de Rui Carneiro, uma das principais lideranças políticas da

Paraíba no pós-trinta. Ajudante-de-ordens de Juarez Távora na Revolução de 30; oficial de gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida (1931-1935); Deputado Federal (1935-1937) e Interventor Federal na Paraíba, durante o Estado Novo (1940-1945). Sobrinho de Daniel Vieira Carneiro, Deputado Federal pelo Ceará (1921-1923) e pela Paraíba (1927-1929) na República Velha.

Falecimento: 7 de junho de 1975.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, DF (1926), especializando-se em Neuropsiquiatria e Saúde Pública. Exerceu a profissão de médico na Paraíba.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Pombal, PB (1930-1934). Durante o Estado Novo, foi Diretor do Departamento de Saúde e Secretário do Interior e Saúde Pública da Paraíba na gestão de seu irmão, o Interventor Rui Carneiro (1942-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de trabalhos técnicos na área de medicina, publicou *Democratização do uso da medicina no Brasil* (1947).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da saúde pública e no combate furibundo à existência legal do MUT — Movimento Unificador dos Trabalhadores. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu violentíssimo discurso contra o MUT (III, 393-395), acusando-o de ser uma organização clandestina a serviço de potências estrangeiras e uma mera fachada para a atuação ilegal do PCB no movimento sindical, exigindo, por isso, a imediata liquidação desta organização dos trabalhadores, posicionamento este que provocou veementes reações de parlamentares da bancada comunista. Também ocupou a tribuna para realizar pronunciamento sobre a *racionalização da medicina em bases econômicas e sociais* (VIII, 95-103), no qual defendeu a

estatização da medicina e a implantação mais eficaz de órgãos de seguridade social, e para justificar emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XVII, 220-227) com vistas a ampliar e tornar mais eficaz a intervenção do Estado no campo da saúde pública.

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de nº 560, obrigando a União e os Municípios a empregarem 10%, e os Estados, 15% das respectivas receitas tributárias no custeio da organização e administração da saúde pública; e a de nº 729, dando à União competência privativa para estabelecer normas fundamentais de defesa e proteção da saúde.

JOSÉ JOFFILY BEZERRA DE MELO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de março de 1914, Campina Grande, PB.

Sobrinho de Irineu Joffily, Deputado Estadual (1924-1928), Chefe de Polícia do governo de João Pessoa (1928-1930), revolucionário de 30, Interventor Federal no Rio Grande do Norte (1930-1931) e Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1938). Durante o Estado Novo, foi Diretor da Comissão de Serviços Elétricos da Paraíba (1937-1941); assistente técnico do Departamento de Cooperativismo da Paraíba (1939-1941); Promotor Público na Paraíba (1940); Diretor da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (1941-1942).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda estudante secundarista, participou da Revolução de 30 na Paraíba. Preso em consequência da repressão que se abateu sobre o movimento popular em meados da década de 30, sob a acusação de ter participado do levante comunista de novembro de 1935 (1935-1936). Durante o Estado Novo, foi Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas da Paraíba na gestão do Interventor Rui Carneiro (1942-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/PB (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS:
Representante da Paraíba no Congresso de Estudos dos Vales Úmidos do Nordeste (1943).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Industrialização da Paraíba* (1945) e *O Plano Salte* (1948).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a política de exploração do subsolo e na defesa combativa e veemente do desenvolvimento econômico e da industrialização da região nordestina. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando o problema da *mecanização da lavoura* (VI, 173), no qual atribuiu a crise por que passava a agricultura aos lucros exorbitantes auferidos pelos intermediários e à falta de crédito ao produtor agrícola, tendo reivindicado a abertura de novas linhas de crédito para estimular a mecanização da agricultura nacional; fazendo longas considerações sobre *o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira de Paulo Afonso* (X, 370-375), onde defendeu entusiasticamente a necessidade de intervencionismo estatal e de planificação econômica para a promoção da industrialização da Região Nordeste e do Brasil como um todo, tendo afirmado, dentre outras coisas, que

"Enquanto nos embalamos com a cantilena conformista de que o Brasil é um país jovem, esquecemos que a produção nacional já é, em seu maior valor, de origem industrial, e constatamos com a maior melancolia que esse desenvolvimento industrial não se opera dentro de um ritmo econômico que permita esperar uma continuidade produtiva no seu processo. E essa decepção deriva precisamente do fato de não termos ainda no Brasil um mercado interno com capacidade de consumo que corresponda ao almejado desenvolvimento industrial" (X, 370).

Também participou ativamente dos debates sobre os dispositivos constitucionais referentes à exploração das riquezas minerais do subsolo, tendo realizado longo e minucioso pronunciamento sobre *o problema das minas* (XV, 33-42), onde se posicionou veementemente contrário à proposta de Ermâni Sátiro (UDN/PB) de se conceder preferência para os proprietários do solo na pesquisa e exploração das riquezas minerais situadas em suas propriedades, afirmando enfaticamente que tal postura implicava um retrocesso em relação ao dispositivo da Carta de 1934 que dispunha sobre a matéria. No entanto, sua posição foi derrotada em plenário em virtude da

aprovação da Emenda nº 394 de Ernâni Sátiro (UDN/PB), que concedia tal privilégio aos proprietários. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia requerimentos "solicitando ao Executivo" obras e serviços em seu estado e medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico da Região Nordeste.

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 493, que isentava de tributos o imóvel rural de área inferior a dez hectares que constituísse a principal fonte de subsistência do pequeno produtor rural, e a de nº 2.028 (rejeitada; XXIII, 251), contrária à concessão de preferência aos proprietários do solo para a exploração e pesquisa de jazidas minerais situadas no subsolo de terras a eles pertencentes.

SAMUEL VITAL DUARTE — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de dezembro de 1904, Alagoa Nova, PB.

Filho de Joaquim José Duarte, proprietário de terras no interior da Paraíba.

Falecimento: 3 de dezembro de 1979.

Profissão: Advogado-funcionário público, jornalista e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Revisor de *A União*, órgão oficial do Estado da Paraíba (1922-1924). Auxiliar dos Correios na Paraíba (1924). Formado pela Faculdade de Direito do Recife, PE (1931). Diretor da Imprensa Oficial da Paraíba (1931-1934). Professor de Francês e Português no Liceu Paraibano (1933). Durante o Estado Novo, tornou-se membro do contencioso e advogado do Banco do Brasil, em Recife, PE (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Apoiou a campanha da Aliança Liberal na Paraíba (1929-1930). Participou da Revolução de 30, tendo combatido nas tropas comandadas por Agildo Barata, que efetuaram a deposição dos governos de Alagoas, Sergipe e Bahia (1930). Deputado Federal pelo PP — Partido Progressista, da Paraíba (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário do Interior e Segurança Pública da Paraíba na gestão do Interventor Rui Carneiro (1940-1945), tendo assumido interinamente o cargo de Interventor do Estado em algumas ocasiões. No contexto da

redemocratização, ocupou por dois dias o posto de Interventor da Paraíba (27 a 29 de outubro de 1945), em substituição a Rui Carneiro, tendo sido, no entanto, afastado do cargo em decorrência do golpe que derrubou Vargas (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo, tendo colaborado em jornais da Paraíba e do Distrito Federal.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Um dos parlamentares mais intolerantemente reacionários da Constituinte de 1946, apenas ocupou a tribuna para apoiar e justificar medidas repressivas tomadas pela Polícia Política do governo Dutra contra o movimento reivindicatório e popular. Assim, foi um dos poucos Constituintes a possuir os atributos necessários para ocupar a tribuna a fim de proferir discurso fazendo a explícita *defesa da ação da polícia* (XI, 227-232), onde manifestou-se favorável ao empastelamento da União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal e defendeu entusiasticamente as figuras do "Coronel Imbassai", Diretor de Polícia Política e Social, e do Chefe de Polícia do Distrito Federal e advogado da Light, Pereira Lira, das acusações efetuadas em plenário por Constituintes de várias bancadas de terem sido os responsáveis por espancamentos e prisões contra operários grevistas. Encerrou seu pronunciamento solicitando a inserção nos *Anais da Assembléia* de entrevista concedida por Pereira Lira justificando a adoção de medidas repressivas contra os trabalhadores (XI, 229). Além disso, realizou declaração de voto a favor da moção apresentada pelo Líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) louvando a Polícia Política do Distrito Federal pela dissolução a tiros de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na Capital Federal, acontecimento esse que ficou conhecido à época como "chacina do Largo da Carioca".

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 514, incluindo no art. 1º da Constituição a expressão "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido", omitida pelos redatores do primitivo projeto; nº 674, proibindo o Judiciário de tomar conhecimento (*sic*) "de questões exclusivamente políticas" (XII, 457); e a de nº 2.154, tornando obrigatório nas escolas públicas e privadas o ensino de educação física.

BANCADA DO PARANÁ

- 1) FLÁVIO GUIMARÃES (Senador/PSD);
- 2) ROBERTO GLASSER (Senador/PSD);
- 3) ARAMIS ATAÍDE (PSD);
- 4) FERNANDO FLORES (PSD);
- 5) GOMY JÚNIOR (PSD);
- 6) JOÃO AGUIAR (PSD);
- 7) LAURO LOPES (PSD);
- 8) MUNHOZ DE MELO (PSD);
- 9) ERASTO GAERTNER (UDN);
- 10) MUNHOZ DA ROCHA (PR);
- 11) MELO BRAGA (PTB/1º Suplente).

8 PSD + 1 UDN + 1 PR + 1 PTB = 11

BANCADA DO PSD — PR

No Paraná, a bancada pessedista era integrada por políticos ligados à máquina governamental montada pelo ex-Interventor Manuel Ribas (1937-1945) durante o Estado Novo. A Bancada do PSD/PR era composta por **Flávio Guimarães**, membro do Conselho Administrativo do Estado do Paraná no regime estado-novista (1937-1945); **Roberto Glasser**, também membro do Conselho Administrativo (1937-1945); o médico do Exército **Aramis Ataíde**; **Fernando Flores**, Chefe de Polícia (1939-1941) e Secretário do Interior e Justiça do Paraná (1941-1945); o industrial e jornalista paranaense **Gomy Júnior**; **João Aguiar**, cafeicultor e líder rural no interior paranaense, ex-Prefeito de Jacarezinho (1928-1930) e ex-Deputado Estadual; **Lauro Lopes**, ex-Chefe de Polícia (1930-1934) e Deputado Federal no Paraná (1935-1937); e **Munhoz de Melo**, Prefeito nomeado de Londrina, durante o Estado Novo (1937-1945).

FLÁVIO CARVALHO GUIMARÃES — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de abril de 1891, Ponta Grossa, PR.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1916). Durante o Estado Novo, foi Diretor (1938-1945) e Diretor-Presidente da Caixa Econômica Federal do Paraná (1945). Foi também grande proprietário rural no interior paranaense.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Após a Revolução de 30, foi Secretário da Fazenda do Paraná (sem data). Senador, PR (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Estado do Paraná (1937-1945). No contexto da redemocratização, nomeado Interventor do Paraná em substituição a Manuel Ribas, não chegou a assumir o cargo devido ao golpe que derrubou Vargas (29 de outubro de 1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Pertenceu a associações culturais no Paraná.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou: *Etnia brasileira* (1935); *Festa da amizade* (1935); *A ortografia simplificada* (1936); *Sistema monetário brasileiro* (1937); e *Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá* (1938).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Subcomissão Família, Educação e Cultura, da Comissão de Constituição, tendo centrado sua participação nos debates travados neste órgão. Em plenário, onde foi pouco atuante, apenas manifestou-se para declarar voto "contra a Emenda nº 3.663, que objetiva a denominação de "língua brasileira" à opulenta língua portuguesa, por achar que é uma manifestação inconsistente da cultura indígena" (XXV, 376).

Apresentou uma emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 1.378, determinando que "a União incentivará, por todos os meios, a universalização da língua portuguesa, com o objetivo de assegurar a unidade lingüística, sintática e ortográfica do Brasil" (XIII, 461).

ROBERTO GLASSER — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 12 de maio de 1878, Canguçu, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e industrial.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Sem informações precisas sobre suas atividades profissionais. Segundo o Dicionário *CPDOC*, "dedicou-se à pecuária, ao comércio e à indústria no Paraná" (CPDOC, 1986 : 1464).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, PR (1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no Paraná (1929-1930). Um dos fundadores e membro da Comissão Executiva do PLP — Partido Liberal Paranaense, agremiação de oposição ao Interventor Manuel Ribas (1933). Candidato derrotado a Deputado Constituinte pelo PLP (1933). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Estado do Paraná (1937-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante a República Velha, pertenceu à Liga de Defesa Nacional do Paraná e foi oficial da Guarda Nacional, chegando à patente de Coronel (sem data). Foi também Secretário-Geral da Associação Comercial do Paraná.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar de postura independente e progressista em plenário, destacou-se durante os trabalhos constituintes por assumir uma atitude rebelde em relação às diretrizes políticas do PSD, ao posicionar-se veementemente contra a vigência da Constituição de 1937 e ao ocupar a tribuna reiteradas vezes para denunciar violências e arbitrariedades cometidas pela Polícia Política contra o movimento popular. Logo no início dos trabalhos constituintes, declarou voto a favor da indicação udenista propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um projeto de normas gerais que substituisse a Carta de 1937 (II, 251). Também ocupou a tribuna várias vezes para protestar veementemente contra espancamentos e prisões impingidos a cidadãos de vários setores sociais, tendo proferido discursos (XIX, 380; XXII, 176) nos quais leu telegramas de diversas associações de classe, denunciando e protestando contra violências políticas e supressão das liberdades individuais efetuadas por autoridades governamentais. Além disso, solidarizou-se com as denúncias de Jorge Amado (PCB/SP) sobre a ocorrência de torturas contra operários da Light em greve e com os protestos de Rui Santos (UDN/BA) contra a apreensão do diário comunista *Tribuna Popular* pela polícia, tendo ainda

declarado voto a favor da emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entanto, enviado à Mesa da Assembléia os Requerimentos de nº 278 (XVIII, 64) e nº 325 (XIX, 392), solicitando informações sobre "os motivos determinantes da prisão, em São Paulo, de líderes sindicais".

ARAMIS TABORDA DE ATAÍDE — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 12 de dezembro de 1900, Curitiba, PR.

Filho do Capitão Aristides Ataíde.

Falecimento: 27 de março de 1971.

Profissão: Militar, médico e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Paraná (1924). Médico do Exército (1925). Livre-docente de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Paraná (1927). Professor catedrático de Patologia Médica na Faculdade de Medicina do Paraná (1928). Tenente-Coronel-Médico do Exército (1931-1934). Major-Médico do Exército (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/PR (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de ter colaborado em diversos periódicos no Paraná, escreveu *Sinais de morte* (tese de livre-docência, 1927); *Icterícia hemolítica* e *Diagnóstico da insuficiência hepática* (teses de concurso, 1928).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discursos sobre *questões de educação e saúde* (IV, 347-353), reivindicando obras e serviços para seu estado, e sobre "língua brasileira" (XVIII, 113-117), onde defendeu esta denominação

para o idioma falado no Brasil.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

FERNANDO FLORES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de outubro de 1908, Montenegro, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Estudou na Escola Militar do Realengo, RJ (1927-1930). Aspirante da Arma de Infantaria (1930). Segundo-Tenente (1930). Primeiro-Tenente (1931). Capitão (1936). Durante o Estado Novo, participou do Conselho Censitário do Paraná no Censo Nacional de 1940 e tornou-se Major de Infantaria do Exército (1942).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Chefe de Polícia no Paraná (1939-1941) e Secretário do Interior e Justiça do Estado (1941-1945), na gestão do Interventor Manuel Ribas. No contexto da redemocratização, continuou como Secretário Estadual no Paraná, exonerando-se do posto para assumir o mandato de Deputado Constituinte (1945-1946). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JOÃO TEÓFILO GOMY JÚNIOR — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 7 de abril de 1889, Curitiba, PR.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Industrial, advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Paraná (1917). Promotor Público em Palmeira, PR (1918). Promotor Público em Porto União, SC (1920). Retornando ao Paraná, foi Promotor Público em União da Vitória (1921-1924). Delegado Regional de Polícia do Paraná (1928). Diretor do jornal *O Estado do Paraná* (1934-1936). Foi também proprietário de uma fábrica em Porto União, SC (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante a República Velha, foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal em União da Vitória, PR (sem data). Deputado Estadual Constituinte pelo PSD — Partido Social Democrático, PR (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário do Interior, Justiça e Segurança do Paraná no governo de Moisés Lupion (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Paraná e publicou *Elementos para a história financeira do Paraná* (1936).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na defesa da restituição ao Paraná das áreas desapropriadas, durante o Estado Novo, para a criação do Território do Iguaçu. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso *a propósito do Território do Iguaçu* (XVII, 420-427), onde reivindicou veementemente a imediata extinção desta unidade da Federação e a conseqüente reintegração de suas áreas ao Paraná, tendo ainda tomado parte nos acirrados debates travados em plenário sobre o assunto, polemizando, freqüentemente, com Hugo Carneiro (PSD/AC), o mais destacado defensor da manutenção dos territórios criados durante o Estado Novo. Também realizou pronunciamentos sobre *o regime presidencialista e o regime parlamentar* (VIII, 378-386; IX, 188-194) nos quais, embora discorresse longamente sobre os "males do presidencialismo" na história republicana brasileira, evitou posicionar-se explicitamente favorável ao parlamentarismo, sistema de governo ao qual era simpático.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 2.475, estipulando que "o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da

República, com seus ministros" (XV, 194).

JOÃO AGUIAR — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de julho de 1893, Ribeirão Preto, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista, usineiro e fazendeiro de café) e agrônomo.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Agrícola de Piracicaba, SP (1918). Foi usineiro, cafeicultor e pecuarista no Paraná.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Jacarezinho (1928-1930). Deputado Estadual, PR (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre *o problema rural* (XVIII, 210-213), no qual abordou a questão da imigração e defendeu a supressão do dispositivo constitucional que condicionava a entrada de novos emigrantes à *garantia de sua assimilação cultural* e sobre *a criação do Território do Iguaçu* (XX, 23-25), onde secundou os reclamos de seus companheiros de bancada em prol da imediata extinção desta unidade da Federação. Manifestou-se, ainda, contra a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas agrícolas, embora fosse favorável a essa mesma participação nas firmas comerciais e industriais.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

LAURO SODRÉ LOPES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de fevereiro de 1898, Curitiba, PR.

Falecimento: 7 de março de 1964.

Profissão: Advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Paraná (1920). Promotor Público em Ouro Verde, SC (1921-1924). Promotor Público em Curitiba, PR (1929). Na década de 1930, foi Curador de Órfãos, Ausentes e Interditos no Paraná (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de Polícia do Paraná (1930-1934). Deputado Federal na legenda do PSD — Partido Social Democrático, PR (1935-1937). Delegado do PSD na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Durante seu mandado de Deputado Federal, foi co-autor do projeto de lei da nova organização judiciária do Paraná (1935-1937). Publicou *Território do Iguaçu na Constituinte* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Segundo-Secretário da Mesa da Assembléia, tendo ocupado a tribuna várias vezes para cumprir suas atribuições regimentais. Em plenário, participou ativamente da campanha empreendida pela bancada paranaense, objetivando a extinção do Território do Iguaçu, tendo tomado parte de inúmeros debates travados sobre o assunto no recinto constituinte. Assim, tomou a palavra para pronunciar discurso (XI, 437-444) justificando emenda de sua bancada que determinava a imediata restituição ao Paraná das áreas que lhe foram desmembradas para a formação do Território do Iguaçu, tendo ainda estabelecido acirradas discussões com seu correligionário Hugo Carneiro (PSD/AC), que arrogou-se no principal defensor da manutenção dos territórios durante os trabalhos constituintes. Além disso, interveio nos debates sobre o IAA —

Instituto do Açúcar e do Álcool, criticando a política da autarquia de não permitir a instalação de novas usinas em seu estado, manifestando-se, ainda, contra a proibição da imigração japonesa e a favor do decreto-lei baixado pelo governo Dutra que proibia o jogo.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 178, que determinava nova redação a toda uma seção "Do Ministério Público" da Carta Constitucional e incorporava sugestões da Associação do Ministério Público de São Paulo.

JOSÉ MUNHOZ DE MELO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de julho de 1912, Curitiba, PR.

Falecimento: 1995.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Paraná (1936). Foi Promotor Público e Juiz de Direito em Londrina, PR (1936-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Londrina, PR (1937-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Assim como boa parte dos membros da bancada paranaense, concentrou sua atuação na participação na campanha pela restituição ao Paraná das áreas que lhe foram desmembradas para a formação do Território do Iguaçu, situadas em terras contíguas ao Estado. Parlamentar de postura independente, logo no início dos trabalhos constituintes, destacou-se por acompanhar seu correligionário Roberto Glasser (PSD/PR) no repúdio à Carta de 1937, tendo declarado voto a favor da indicação udenista propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituisse a Constituição estado-novista (II, 250). Também ocupou a tribuna para pronunciar

discursos sobre a *extinção dos territórios federais* (XVIII, 285-287), onde buscou descontruir argumentos dados anteriormente por Hugo Carneiro (PSD/AC), favoráveis à manutenção dos territórios, em geral, e do Território do Iguaçu, em particular, e realizando "considerações sobre o Poder Judiciário, direitos individuais e direitos sociais" (XII, 164-172), no qual justificou de forma sistemática várias emendas apresentadas pela bancada pessedista do Paraná ao projeto.

Foi o primeiro signatário de 12 emendas apresentadas por sua bancada ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se a de nº 689, ampliando a competência da Justiça do Trabalho para julgar dissídios coletivos que envolvessem trabalhadores do campo; a de nº 705, assegurando aos posseiros de nacionalidade brasileira preferência na concessão de terras devolutas; e a de nº 706, favorável à participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas comerciais, industriais e agrícolas.

BANCADA DA UDN — PR

A bancada udenista paranaense era composta pelo médico **Erasto Gaertner**, militante em várias associações profissionais dos médicos.

ERASTO GAERTNER — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 24 de abril de 1900, Curitiba, PR.

Neto de Luís Gaertner, pastor luterano de origem alemã e fundador da Igreja Evangélica do Paraná.

Falecimento: 19 de março de 1953.

Profissão: Médico e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Funcionário dos Correios e Telégrafos (1920). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1925). Livre-docente de Clínica Cirúrgica na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná (1927). Professor catedrático de Clínica Urológica na Faculdade de Medicina do Paraná (1931). Foi também

Diretor do Departamento Médico-Legal do Estado do Paraná, Diretor do Leprosário São Roque e Diretor do Instituto de Medicina e Criminologia do Paraná.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Coronel-Médico no movimento constitucionalista paulista (1932). Deputado Estadual Constituinte, PR (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN/PR (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Pertenceu a inúmeras associações médicas no Brasil e no exterior. Foi fundador e Diretor do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná; membro da Associação Médica do Paraná, do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, da Associação Argentina de Cirurgia e de várias outras associações da categoria dos médicos.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Dirigiu publicações científicas na área de Medicina e escreveu vários trabalhos científicos na sua especialidade, dentre os quais: *Das incisões da parede abdominal* (tese); *Tratamento das infecções puerperais* (tese); *Desordens nervosas e psíquicas do puerpério* (tese); *Etiopatologia da litíase urinária; Fleimão perinefóico; Dilatação cística do colédoco; Alguns aspectos da cirurgia arterial* (1947); *Considerações sobre o Plano Salte* (1948) etc.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da educação e na defesa da reintegração ao Paraná das áreas que lhe foram retiradas para a formação do Território do Iguaçu, situado em terras contíguas ao Estado. Assim, pronunciou longo discurso *a propósito do Território do Iguaçu* (XIX, 29-36), no qual criticou veementemente a política territorial implementada durante o Estado Novo e reivindicou a imediata extinção daquela unidade da Federação, com a correspondente reincorporação de suas áreas ao Paraná. Também ocupou a tribuna para realizar pronunciamento a favor do direito de participação dos militares na política (IX, 320-323), onde defendeu a supressão dos dispositivos do primitivo projeto que restringiam tal participação, mormente o preceito que vedava a contagem dos anos de exercício de mandato legislativo para fins de promoção na carreira militar. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia diversos requerimentos e indicações tratando de interesses regionais do Paraná e manifestou-se contrário à "economia

dirigida" e ao intervencionismo estatal posto em prática durante o Estado Novo.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.395, dando à União competência privativa para legislar sobre ensino comercial; nº 1.400, favorável à extinção do Senado e que instituía o sistema unicameral; nº 1.626 (parcialmente aprovada; XXV, 228), fixando o limite mínimo de 30 e máximo de 100 para o número de Deputados às Assembléias Legislativas estaduais; e a de nº 1.628, estimulando a construção de "Casas de Estudante" em todas as capitais onde se situassem sedes de universidades.

BANCADA DO PR — PR

A Bancada do PR paranaense era composta por **Munhoz da Rocha**, ex-professor substituto de Sociologia na UFPR e filho de Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Conselho Administrativo do Paraná durante o Estado Novo.

BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 17 de dezembro de 1905, Paranaguá, PR.

Filho de Caetano Munhoz da Rocha, Governador do Paraná na República Velha (1920-1928) e Presidente do Conselho Administrativo do Paraná, durante o Estado Novo (1939-1944).

Falecimento: 12 de novembro de 1973.

Profissão: Engenheiro civil e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Engenharia do Paraná (1927). Engenheiro da Caixa Econômica Federal (1931). Durante o Estado Novo, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes do Paraná, onde foi professor catedrático de História da América e professor substituto de Sociologia (1938).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná e Secretário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), no Paraná.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Postulados e fórmulas* (sem data); *O Território do Iguaçu na Constituinte* (1946); e *Uma interpretação das Américas* (1948).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na participação na campanha pela extinção do Território do Iguaçu e na abordagem de questões referentes ao problema dos sistemas de governo. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar discursos enfocando o tema da *extinção dos territórios federais* (X, 128-136; XVIII, 30-36), nos quais procurou refutar vários argumentos favoráveis à manutenção dos territórios e exigiu a imediata restituição aos Estados do Paraná e Santa Catarina das áreas desapropriadas durante o regime estado-novista; discorrendo sobre *parlamentarismo e presidencialismo* (VII, 260-262; VII, 323-330), onde examinou detidamente os prós e contras de cada sistema de governo e argumentou a favor da instauração do parlamentarismo; e defendeu uma postura mais flexível no tocante ao problema imigratório (XVIII, 381-385), que não discriminasse imigrantes em virtude de eventuais dificuldades de assimilação cultural. Além disso, notabilizou-se durante os trabalhos constituintes por enviar à Mesa da Assembléia inúmeras declarações de voto explicitando seus pontos de vista sobre diversos assuntos debatidos em plenário; assim, declarou voto a favor da invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, da denominação de "língua portuguesa" para o idioma nacional, da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e das eleições diretas para Prefeito no Distrito Federal, nas capitais dos Estados e nos Municípios onde se situassem bases militares, tendo se posicionado ainda veementemente contrário ao divórcio e à existência de partido político "cujo programa ou ação contrarie o regime democrático".

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 325 (aprovada e transformada do art. 8º das "Disposições Transitórias"), determinando a extinção do Território do Iguaçu e a reintegração aos

Estados do Paraná e de Santa Catarina das áreas que lhes foram desmembradas para a formação do mesmo; a de nº 214 (prejudicada após rejeição de outra emenda com conteúdo análogo; XXIV, 128), proibindo o uso de bandeiras, hinos e armas estaduais e municipais; e a de nº 2.162, facultando aos Estados a criação de órgãos de assistência técnica aos Municípios.

BANCADA DO PTB — PR

A Bancada do PTB/PR era composta por um dos dois Constituintes petebistas eleitos na Região Sul do País, **Melo Braga**, atuante em movimentos de pequenos produtores rurais paranaenses desde a década de 1930.

RUBENS DE MELO BRAGA — 1º Suplente - PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de outubro de 1910, Curitiba, PR.

Falecimento: 30 de maio de 1979.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e comerciante.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi proprietário de terras e comerciante no Paraná.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Um dos organizadores do PNT — Partido Nacional do Trabalho, dirigiu a seção estadual da agremiação no Paraná (1933). Um dos fundadores do Partido Reivindicador Proletário e da Concentração Trabalhista no Paraná (1933). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, participou da União dos Trabalhadores do Paraná, que, a seguir, transformou-se na Seção Paranaense do PTB (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No início da década de 1930, participou da fundação de inúmeros sindicatos e associações de classe no Paraná. Delegado do Paraná ao Congresso Sindical (1932). Fundou o Sindicato dos Leiteiros, que entrou em greve contra a lei

de pasteurização do produto, tendo sido preso na penitenciária e solto logo a seguir em virtude de manifestação dos leiteiros exigindo sua libertação (1934). Durante o Estado Novo, desenvolveu luta ideológica contra o integralismo e o nazi-fascismo no Paraná. No contexto da redemocratização, foi um dos dirigentes da Federação Regional dos Trabalhadores do Paraná (1945-1946).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou no *Diário Popular*, periódico do PTB, em Curitiba, PR.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição ao Senador Getúlio Vargas (PSD/RS), também eleito Deputado pelo PTB/PR. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para fazer um breve aparte a discurso de Galeno Paranhos (PSD/GO), sobre o problema da pecuária, e para declarar voto a favor da moção do Líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC), que apoiava a dissolução a tiros, pela Polícia Política do Distrito Federal, de comício organizado pelo PCB, no Largo da Carioca, tendo argumentado em sua justificação de voto que

"(...) Assim me expresso porque, se, no dia de ontem, tendo a população, como tinha, conhecimento de estar proibida pela polícia a reunião no Largo da Carioca, minha família viesse à cidade e fosse minha esposa morta pelos policiais, eu não iria procurar o autor direto do assassinio, mas o responsável pelo mesmo, e o mataria em sua própria casa" (X, 204).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 3.239, estipulando, dentre outras coisas, que "a União e os Estados promoverão a mecanização da lavoura" (XVI, 84).

BANCADA DE PERNAMBUCO

- 1) ETELVINO LINS (Senador/PSD);
- 2) NOVAIS FILHO (Senador/PSD);
- 3) AGAMENON MAGALHÃES (PSD);
- 4) BARBOSA LIMA SOBRINHO (PSD);
- 5) COSTA PORTO (PSD);
- 6) FERREIRA LIMA (PSD);
- 7) GERCINO PONTES (PSD);
- 8) JARBAS MARANHÃO (PSD);
- 9) OSCAR CARNEIRO (PSD);
- 10) OSVALDO LIMA (PSD);
- 11) PAULO GUERRA (PSD);
- 12) ULISSES LINS (PSD);
- 13) ALDE SAMPAIO (UDN);
- 14) GILBERTO FREYRE (UDN);
- 15) JOÃO CLEOFAS (UDN);
- 16) LIMA CAVALCANTI (UDN);
- 17) AGOSTINHO DE OLIVEIRA (PCB);
- 18) ALCEDO COUTINHO (PCB/1º Suplente);
- 19) GREGÓRIO BEZERRA (PCB);
- 20) SOUZA LEÃO (PR);
- 21) ARRUDA CÂMARA (PDC).

12 PSD + 4 UDN + 3 PCB + 1 PR + 1 PDC = 21

BANCADA DO PSD — PE

Em Pernambuco, o PSD elegeu 12 Constituintes, todos eles intimamente entrosados com a máquina estatal montada durante a Interventoria de **Agamenon Magalhães** em Pernambuco, uma das principais figuras do regime estado-novista. Dentre os integrantes da bancada pessedista pernambucana, destacam-se: **Etelvino Lins**, ex-Secretário de Segurança Pública (1937-1945) e Interventor Federal (1945) em Pernambuco, durante o Estado Novo; **Novais Filho**, Secretário de Agricultura (1937), Prefeito de Recife (1938-1945) e líder patronal dos senhores-de-engenho pernambucanos; **Agamenon Magalhães**, ex-Interventor Federal em Pernambuco (1937-1945), ex-Ministro da Justiça (1945) e uma das mais destacadas lideranças civis do regime; **Barbosa Lima Sobrinho**, Presidente do IAA até sua posse como Deputado Constituinte (1937-1946); **Costa Porto**, Secretário da Prefeitura de Recife

(1938-1942) e Diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas de Pernambuco (1942-1945); **Ferreira Lima**, pecuarista, plantador de cana e líder rural no Estado; **Gercino Pontes**, Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco na gestão de Agamenon Magalhães (1937-1945); **Jarbas Maranhão**, oficial de gabinete de Agamenon Magalhães (1940-1945), Diretor-Presidente da LBA em Pernambuco (1942-1945) e Diretor regional do SENAI no mesmo Estado (1944-1945); **Paulo Guerra**, Prefeito de Orobó (1938-1940), de Bezerros, PE (1940-1941), e Delegado Regional do DIP (1941-1942), durante o Estado Novo; e **Ulisses Lins**, pai do ex-Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins. Embora fosse composta por uma bancada formada por políticos experientes, 7 dos 12 Constituintes pessedistas pernambucanos estavam em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares.

Segundo o Dicionário *CPDOC*,

"Gravitando em torno dos Interventores e com o apoio de Vargas, e formado, principalmente, por membros da burocracia estatal, o PSD contou, em Pernambuco, com a adesão dos 'Coronéis' do agreste e do sertão, principalmente da oligarquia algodoeira e pecuarista. Como membro da Comissão Executiva do partido, chefiada por **Etelvino Lins** — que substituía **Agamenon Magalhães** na Interventoria de Pernambuco —, **Barbosa Lima Sobrinho** foi incumbido de promover a articulação das bases com os chefes políticos municipais" (CPDOC, 1984 : 1876). "(...) Formado principalmente por membros da burocracia estatal, o PSD naquele Estado contava também com o apoio dos 'Coronéis' do agreste e do sertão, principalmente da oligarquia algodoeira e pecuarista. Dentro do partido, a tendência conservadora era equilibrada pela postura modernizante da burocracia estado-novista" (CPDOC, verbete *Etelvino Lins* : 1890).

Já de acordo com João Almino,

"(...) Com a ditadura passara a haver dois tipos de oligarquias, que eram o produto da preocupação que teve Vargas em centralizar as decisões em detrimento da autonomia dos poderes locais oligárquicos e ao mesmo tempo em estabelecer alianças com os poderes locais através da nomeação de Interventores de sua confiança em condições de rearticular o poder regional. O exemplo do Estado de Pernambuco ilustra bem este fato: 'Em Pernambuco', afirma Aspásia Camargo¹, 'a restruturação do jogo político se faz pelo deslocamento das elites açucareiras, que controlavam a máquina do Estado até 1930, em favor

¹ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. Autoritarismo e populismo : bipolaridade no sistema político brasileiro. *DADOS*, Rio de Janeiro, n.12, p. 22-45, 1976.

dos *Coronéis* do Sertão, ligadas ao setor marginal da economia pernambucana. Ao mesmo tempo, o Interventor Agamenon Magalhães articula novas alianças com os grupos urbanos menos favorecidos, estimulando a sindicalização dos trabalhadores e dos funcionários públicos, e tomando iniciativas favoráveis aos mesmos. Isto é, o eixo de sustentação política se diversifica reunindo, paradoxalmente, as oligarquias decadentes do sertão às camadas populares do Recife' (p. 28). Após a ditadura, os usineiros e fornecedores de cana 'integrarão o partido de oposição a Vargas — a UDN — e os *Coronéis* do Agreste e do Sertão serão arregimentados pelo partido oficial, o PSD.' (...) 'Usineiros e fornecedores de cana terão uma representação reduzida no Congresso Nacional e na Assembléia do Estado, ao contrário dos *Coronéis* do Agreste e do Sertão, mas não ficarão excluídos do sistema de poder: usineiros e fornecedores de cana, no mais das vezes pernambucanos, alternam-se no Ministério da Agricultura e infiltram-se no IAA, exercendo atenta vigilância à política governamental'" (ALMINO, 1981 : 320-321).

ETELVINO LINS DE ALBUQUERQUE — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de novembro de 1908, Sertânia, PE.

Filho de Ulisses Lins de Albuquerque, Deputado Federal à Constituinte de 1946 pelo PSD/PE e descendente de clãs de latifundiários no interior pernambucano.

Falecimento: 18 de outubro de 1980.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1930). Nomeado Promotor Público em Goiana, PE, pelo então Interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1931-1933). Promotor Público em Caruaru, PE (1933-1934). Segundo Delegado-Auxiliar de Pernambuco, responsabilizando-se pela chefia das delegacias dos Municípios de Pernambuco, exceto a capital, Recife (1934). Primeiro-Delegado-Auxiliar em Recife, PE, durante a repressão ao movimento popular ocorrida no período que antecedeu a implantação da ditadura estado-novista (1935-1937). Durante o Estado Novo, ocupou cargos na cúpula burocrática estadual.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda estudante, participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em Pernambuco, tendo proferido discursos defendendo a luta armada contra o governo Washington Luís (1929-1930). Como Delegado-Auxiliar do Governo de Pernambuco, teve participação destacada na repressão que se seguiu ao malogrado levante comunista de 1935, inclusive interrogando pessoalmente presos políticos que eram objeto de torturas na Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, na gestão do Interventor Agamenon Magalhães, tendo assumido algumas vezes, interinamente, o posto de Interventor (1937-1945); na fase final do regime, foi nomeado Interventor de Pernambuco, em consequência da transferência de Agamenon Magalhães para o Ministério da Justiça (março de 1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores e Vice-Presidente do Diretório Regional do PSD/PE (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MÓVIMENTOS SOCIAIS: Dois dias antes de assumir a Interventoria de Pernambuco, mandou dissolver a tiros uma manifestação estudantil em prol da redemocratização; durante a repressão, morreram o estudante Demócrito de Sousa e o carvoeiro Elias, acontecimentos estes que tiveram grande repercussão no contexto da crise do regime estado-novista (3 de março de 1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Combateu o comunismo, ideológica e fisicamente.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar de atuação discreta em plenário, ocupou a tribuna para participar dos debates sobre o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e para proferir discursos sobre *matéria constitucional* (XII, 385-387), no qual procurou refutar críticas endereçadas por outros Constituintes ao projeto constitucional, e sobre *a consolidação do regime democrático no Brasil* (XVII, 116-125), onde justificou várias propostas de sua autoria à feitura da Constituição. Concentrou-se, em seus pronunciamentos, na defesa dos dispositivos do capítulo "Os Direitos Sociais" do primitivo projeto (posteriormente transformado no título "Da Ordem Econômica e Social" do Projeto Revisto), redigidos por seu companheiro de bancada, Agamenon Magalhães (PSD/PE); assim, criticou os princípios doutrinários do liberalismo econômico e posicionou-se veementemente favorável à

intervenção estatal na economia, preconizando a "ação positiva do Estado" (XVII, 119), com o fito de promover a industrialização e o desenvolvimento econômico do País, e de regular as relações entre capital e trabalho, tendo afirmado a certa altura de sua fala que

"O capítulo sobre a ordem econômica e social é, todo ele, um grito contra a violência e a luta de classes. É um esforço patriótico e corajoso para manter o equilíbrio social, para salvar, inclusive, a classe média da proletarização. Combate a hipertrofia do capitalismo, os seus abusos e os seus erros, sem condenar a expansão da riqueza individual" (XVII, 119), acrescentando ainda que "ao lado do problema da produção, urge dar ao Estado os meios necessários para disciplinar a distribuição, grave problema, este último, que o liberalismo jamais ressolveria" (XVII, 120).

Além da defesa do intervencionismo estatal, manifestou-se em seus discursos a favor da duração de 6 anos para o mandato do Presidente Dutra e de 5 anos para os demais mandatos presidenciais, da indissolubilidade do vínculo matrimonial e dos dispositivos constitucionais que limitavam a atuação dos partidos de esquerda.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 99, reduzindo da maioria absoluta dos Deputados para a maioria dos membros presentes em sessão o *quorum* necessário para a derrubada de veto presidencial; nº 281, determinando a aplicação do mínimo de 4% do orçamento da União para a execução de planos de defesa da Região Nordeste contra os efeitos da seca e para o aproveitamento hidráulico da cachoeira de Paulo Afonso; nº 1.993, possibilitando à União o pagamento de indenização em títulos da dívida pública em caso de desapropriação por interesse social; e a de nº 2.173, reservando 1% da renda tributária da União para a recuperação econômica do vale do São Francisco e o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

ANTÔNIO DE NOVAIS FILHO — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de julho de 1898, Município do Cabo, PE.

Falecimento: 23 de março de 1978.

Profissão: Proprietário de terras (senhor-de-engenho) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1926). Não exerceu a profissão de

advogado, tendo se dedicado à administração de engenho de cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte (1933). Durante o Estado Novo, foi Secretário de Agricultura de Pernambuco (1937) e Prefeito de Recife, PE (1938-1945), na gestão do Interventor Agamenon Magalhães. No contexto da redemocratização, participou da fundação do PSD/PE (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte de 1946, ingressou no PL — Partido Liberal, devido à divergências com o PSD pernambucano sobre a sucessão estadual (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi publicamente apoiado por movimento de cerca de 150 senhores-de-engenho em sua malograda candidatura à Assembléia Constituinte (1933), tendo ainda liderado vários movimentos reivindicatórios dos fornecedores de cana pernambucanos.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Estudo das Indicações. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discurso defendendo veementemente a política implementada pelo IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, das críticas endereçadas ao mesmo em plenário (V, 214-219), tendo também contestado afirmações de outros parlamentares que atribuíam à autarquia a responsabilidade pela falta de açúcar nos centros urbanos; colocando-se explicitamente na defesa dos interesses dos fornecedores de cana, fez a apologia da monocultura da cana-de-açúcar e do latifúndio em sua região de origem, encerrando seu pronunciamento fazendo uma "(...) evocação àquela classe, de que me orgulho de ser representante — a classe dos velhos senhores-de-engenho de Pernambuco" (V, 219).

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 523, dando à União competência privativa para tratar do ensino comercial e industrial, e a de nº 721-A, obrigando a União a reservar 2% de sua renda tributária, durante 10 anos, para a execução do plano de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso.

AGAMENON SÉRGIO DE GODÓI MAGALHÃES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 5 de novembro de 1893, Serra Talhada, PE.

Filho de Sérgio Nunes Magalhães, Juiz de Direito e Deputado Federal (1914-1915) por Pernambuco, na República Velha.

Falecimento: 24 de agosto de 1952.

Profissão: Advogado-funcionário público, jornalista e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1916). Promotor Público em São Lourenço da Mata, PE (1917-1919). Redator-chefe de *A Ordem* e redator de *A Província*, jornais da capital pernambucana. Professor de Geografia Geral do Ginásio Pernambucano (1924-1932). Aprovado em concurso para professor de Direito Público e Constitucional na Faculdade de Direito de Recife, não exerceu a atividade docente em razão dos cargos políticos que ocupou (1934).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual pelo PRD — Partido Republicano Democrata, PE (1918-1922). Deputado Estadual, PRD (1923-1924). Deputado Federal, PRD (1924-1927). Deputado Federal, PRD (1928-1929). Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal e foi um dos principais dirigentes civis da Revolução de 30, em Pernambuco (1929-1930). Um dos fundadores do PSD — Partido Social Democrático, de Pernambuco (1932). Deputado à Assembléia Nacional Constituinte pelo PSD/PE (1933-1934). Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Vargas (1934-1937). Ministro interino da Justiça e Negócios Interiores (1937). Foi um dos principais articuladores civis do golpe que instaurou o Estado Novo (1937). Durante o Estado Novo, foi Interventor Federal em Pernambuco e um dos mais destacados dirigentes nacionais do regime (1937-1945). No contexto da crise da ditadura estado-novista, tornou-se Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em substituição a Marcondes Filho (março a outubro de 1945). Um dos principais organizadores do PSD, integrou o primeiro Diretório Nacional do Partido e foi Presidente do Diretório Regional do PSD/PE (1945-1946). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Líder do PSD na Câmara e Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante sua gestão no ministério, participou da elaboração do anteprojeto de criação da Justiça do Trabalho, tendo ainda sido o principal responsável pela criação do IAPI — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (1936). Pouco antes do golpe que instaurou o Estado Novo, reuniu-se com grande número de gerentes de fábrica no Rio de Janeiro para transmitir instruções governamentais sobre o combate ao comunismo (1937).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Durante o Estado Novo, fundou o jornal *Folha da Manhã* (1937), no qual mantinha coluna diária intitulada *Agamenon Magalhães Escreve*. Publicou *O Nordeste brasileiro* (tese de concurso, 1922) e *O Estado na realidade contemporânea* (tese de concurso, 1934). Um dos mais destacados dirigentes políticos e ideológicos da ditadura estado-novista, foi um dos signatários da Constituição de 1937 e, no contexto da crise do regime, decretou o novo Código Eleitoral (conhecido como "Lei Agamenon") que regulamentou as eleições de 2 de dezembro de 1945, tendo ainda elaborado e redigido a "Lei Antitruste" (ou "Lei Malaia"), que causou grande oposição nos meios empresariais e foi um dos fatores básicos que precipitaram a queda do regime (junho de 1945).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi relator da Subcomissão Ordem Econômica e Social, da Comissão de Constituição. Concentrou sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, onde foi um dos parlamentares mais influentes, tendo participação decisiva na redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os que compunham o título "Da Ordem Econômica e Social" do Projeto Revisto. Em plenário, centrou-se na defesa ferrenha dos princípios programáticos que nortearam sua atuação na *Grande Comissão*, combatendo o liberalismo econômico por julgá-lo incapaz de resolver os problemas sociais colocados aos governantes no pós-guerra, tendo sido um dos mais articulados defensores do intervencionismo estatal e do legado do Estado Novo na Constituinte. Logo no início dos trabalhos constituintes, em meio aos ataques efetuados por parlamentares da UDN e do PR à ditadura estado-novista e à Carta de 1937, posicionou-se em defesa de ambos, tendo afirmado que "fui teorizante e praticante do Estado Novo. Não fujo aos meus compromissos, nem à responsabilidade de meus atos" (II, 72), manifestando-se ainda contra a atribuição à Assembléia de poderes de legislação ordinária.

Na condição de Relator-Geral da Subcomissão Ordem Econômica e Social, quando da votação do Projeto Revisto em plenário, ocupou a tribuna

inúmeras vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros Constituintes, defendendo energicamente os dispositivos do título citado que consagravam o princípio da intervenção estatal e disciplinavam a entrada de capital estrangeiro na economia nacional; assim, posicionou-se favorável ao direito de o Estado monopolizar determinado ramo ou setor da economia, à nacionalização progressiva dos bancos e empresas de seguro e capitalização, à utilização do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público e contra a concessão a estrangeiros do direito de explorarem minas em território brasileiro. Manifestou-se ainda a favor do sistema de governo parlamentarista, da necessidade de planificação da economia e contra a representação proporcional que favorecesse os Estados industrializados da Região Sudeste em detrimento das demais unidades da Federação.

Embora tivesse apresentado inúmeras sugestões e emendas durante os trabalhos da Comissão de Constituição, não enviou emendas ao Projeto de Constituição, optando por defender em plenário o texto dos dispositivos do título "Ordem Econômica e Social" da Constituição, do qual foi o principal redator.

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA SOBRINHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de janeiro de 1897, Recife, PE.

Sobrinho de Alexandre José Barbosa Lima, Governador de Pernambuco (1892-1896) e Senador pelo Amazonas (1923-1929) na República Velha.

Profissão: Jornalista, advogado-funcionário público e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1917). Adjunto de Promotor Público em Recife (1918). Exerceu o jornalismo, colaborando em inúmeros periódicos em Pernambuco (*Jornal de Recife*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*) e em outros Estados (*Revista de Direito*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta de São Paulo* etc.) (1918-1921). Mudando-se para o Rio de Janeiro, foi repórter e redator político no *Jornal do Brasil* (1921-1924), tornando-se, posteriormente, redator-chefe no mesmo (1924-1934). Nos anos seguintes, exerceu o jornalismo em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Absteve-se de participar da Revolução de 30 por considerá-la uma simples disputa entre oligarquias. Filiou-se ao PSD — Partido Social Democrático, de Pernambuco (1934). Deputado Federal, PSD/PE (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Presidente do IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool (1938-1946); membro da Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941-1945); e membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/PE, tendo sido eleito membro da Comissão Executiva Estadual do Partido e participado de inúmeras articulações com chefes políticos municipais para a consolidação da agremiação no Estado (1945). Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Governador de Pernambuco por uma diferença de apenas 565 votos, empossando-se no cargo após atribulado processo no TRE (1947-1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da Associação Brasileira de Imprensa — ABI. Presidente da ABI por duas gestões consecutivas (1926-1929). Além disso, pertenceu a inúmeras associações culturais e científicas.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Como jornalista militante, manteve desde 1927 uma coluna dominical sobre temas sócio-políticos no *Jornal do Brasil* que se tornou uma das mais tradicionais da imprensa brasileira. Publicou *A ilusão do direito de guerra* (1922); *O problema da imprensa* (1923); *A árvore do bem e do mal* (1926); *Pernambuco e o rio São Francisco* (1929); *Ensaio sobre o devassamento do Piauí* (1929); *A verdade sobre a Revolução de Outubro* (1934); *O vendedor de discursos* (1935); *Interesses e problemas do sertão pernambucano* (1937); *A responsabilidade pelo dissídio político em Pernambuco* (1937); *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira* (1941); *Álcool motor* (1944); *Os fundamentos nacionais da política do açúcar* (1944); e *Oito anos de administração no Instituto do Açúcar e do Álcool* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 40ª Sessão, a 4 de abril de 1946 (VI, 19). Concentrou sua atuação na defesa das autarquias, em geral, e do IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, em particular, das freqüentes críticas efetuadas aos "órgãos de economia dirigida" por Constituintes ligados à agroindústria da cana-de-açúcar. Assim, logo após tomar posse, ocupou a tribuna para proferir longo discurso fazendo a defesa do *Instituto do Açúcar*

e do Álcool (VII, 151-161), no qual efetuou um balanço de sua gestão na Presidência do IAA e rebateu críticas endereçadas por opositores a vários aspectos de sua administração na autarquia, principalmente a de ter prejudicado os pequenos produtores de açúcar em detrimento dos grandes usineiros e fornecedores de cana da Região Nordeste. Também realizou pronunciamento de cunho doutrinário sobre *matéria constitucional* (XVII, 405-413), no qual posicionou-se contrário à doutrina liberal e a favor do intervencionismo do Estado para promover a superação da miséria e do atraso econômico vigentes no País, tendo, além disso, defendido o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e o desenvolvimento do vale do São Francisco com o objetivo de promover a atenuação das desigualdades econômicas existentes entre as várias regiões do País (XI, 72-77).

Apresentou 26 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.282, suprimindo dispositivo que proibia aos poderes delegarem funções uns aos outros; nº 2.481, fixando regras para o processo de escolha do Presidente e Vice-Presidente da República que beneficiasse eleitoralmente os Estados menos populosos; nº 3.122, contrária às expressões "justa" e "em dinheiro" para qualificar a indenização prévia em caso de desapropriação por utilidade pública; nº 3.189 (rejeitada; XXIII, 286), condicionando a adoção e o aumento das tarifas alfandegárias a uma investigação prévia dos custos de produção das indústrias beneficiadas pela proteção; e a de nº 3.190 (aprovada com redação modificada), assegurando estabilidade no emprego aos trabalhadores rurais "nos casos e condições que a lei estabeleça" (XVI, 70).

JOSÉ DA COSTA PORTO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 13 de junho de 1909, Canhotinho, PE.

Filho de José Vitorino da Costa, proprietário de terras. Genro de Aprígio Ramos de Lima, senhor-de-engenho e industrial.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (senhor-de-engenho) e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Após casar-se com Evane Ramos da Costa Porto, tornou-se senhor-de-engenho no interior de

Pernambuco (1936). Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1941). Promotor Público em Recife (1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi oficial de gabinete do Secretário da Agricultura de Pernambuco (1937-1938); Secretário da Prefeitura de Recife (1938-1942) e Diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado (1942-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Pernambuco, tendo colaborado em vários periódicos no Estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Concentrou sua atuação na abordagem de problemas regionais de Pernambuco e na remessa à Mesa da Assembléia de inúmeros requerimentos e indicações solicitando ao Poder Executivo a feitura de obras e serviços em seu estado. Também interveio várias vezes nos debates travados em plenário sobre a questão da pecuária, secundando as críticas efetuadas por outros parlamentares à política de restrição ao crédito implementada pelo Banco do Brasil e ao controle do mercado de carne pelos frigoríficos estrangeiros. Além disso, manifestou-se a favor da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, da denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil, tendo sido ainda contrário à emenda de Maurício Grabois (PCB/DF) ao Regimento Interno, proibindo os advogados de trutes e monopólios de exercerem o mandato de Deputado ou Senador Constituinte.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 128, dando aos Estados o direito de legislar supletivamente sobre o cooperativismo, com o objetivo de suprir as lacunas cometidas pela legislação da União na regulamentação do setor.

JOÃO FERREIRA LIMA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 18 de novembro de 1895, Nazaré, PE.

Falecimento: 21 de março de 1959.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista e plantador de cana), industrial e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1919). Sem informações precisas sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Federal Classista, como representante profissional dos empregadores da lavoura e da pecuária (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Diretor do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal de Pernambuco (sem data).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Diretor do Conselho Administrativo da Cooperativa Central dos Bangüzeiros de Pernambuco e membro do Sindicato dos Médicos de Recife (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Da emetina no tratamento das esplenomegalias* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para apoiar pronunciamento de Oscar Carneiro (PSD/PE), defendendo o Instituto do Açúcar e do Álcool, e para proferir discurso sobre *distribuição de rendas aos Municípios* (XVII, 176-181), no qual posicionou-se a favor da "autonomia municipal" e justificou emendas de sua autoria ao projeto.

Apresentou 3 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 53, determinando a aplicação de 20% do imposto de renda arrecadado pelos Municípios na proteção à maternidade e à infância.

GERCINO MALAGUETA DE PONTES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de dezembro de 1894, Caruaru, PE.

Filho de João Guilherme de Pontes, chefe político em Pernambuco e Senador estadual durante a República Velha (sem data).

Falecimento: 31 de março de 1967.

Profissão: Engenheiro e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola de Engenharia de Recife, PE (1918). Diretor da filial da Companhia Construtora em Concreto Armado, em Recife, PE (1918-1919). Diretor da Usina Cacaú, em Pernambuco (1919-1932). Inspetor da Caixa Econômica Federal (1932), exerceu simultaneamente a profissão de engenheiro, em Pernambuco.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Diretor da Repartição de Obras Públicas e Saneamento de Pernambuco no governo de José Bezerra (sem data). Durante o Estado Novo, foi Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco na gestão de Agamenon Magalhães (1937-1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, tornou-se novamente Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco, dessa feita na gestão de Barbosa Lima Sobrinho (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi um dos fundadores e primeiro Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco (1933).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Pernambuco e foi um dos fundadores do *Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco*, durante sua gestão na Secretaria da Viação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, tendo apresentado, na mesma, relatório intitulado *Habitação e suas relações com a carestia de vida, inflação e greves*. Em plenário, concentrou sua atuação na defesa do aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e na abordagem de problemas geoeconômicos de sua região de origem. Assim, ocupou a tribuna para justificar requerimento "solicitando informações" sobre o andamento das obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (X, 295-299), onde, após fazer o elogio de sua própria gestão à frente da Secretaria de Obras Públicas de Pernambuco, defendeu entusiasticamente a eletrificação da cachoeira de Paulo Afonso como meio de alavancar o processo de industrialização e de desenvolvimento econômico do Nordeste. Também enviou à Mesa da Assembléia vários requerimentos e indicações solicitando obras e serviços no interior pernambucano, tendo ainda feito intervenções louvando a "obra social" do ex-Interventor Agamenon Magalhães (PSD/PE) em seu estado.

Apresentou 3 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 61, fixando nova data para a elaboração do orçamento, e a de nº 1.070, suprimindo a obrigatoriedade do pagamento da contribuição de melhoria para os proprietários que doassem áreas de terra para obras públicas.

JARBAS CARDOSO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de janeiro de 1916, Nazaré da Mata, PE.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1940), após o que ocupou cargos no governo pernambucano. Foi ainda Suplente da Presidência do Conselho Regional do Trabalho da 6ª Região (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi oficial de gabinete do Interventor Agamenon Magalhães (1940-1945). No contexto da redemocratização, foi nomeado Secretário para os Negócios do Interior, Justiça, Educação e Saúde na gestão do Interventor Etelvino Lins (1945); um dos fundadores e Presidente do Diretório Regional do PSD/PE (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Quando universitário, militou intensamente no movimento estudantil da Faculdade de Direito, tendo sido Presidente do Diretório Acadêmico. Durante o Estado Novo, foi fundador, Diretor-Secretário e Diretor-Presidente da LBA — Legião Brasileira de Assistência, em Pernambuco (1942-1945). Diretor regional do SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em Pernambuco (1944-1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Pernambuco e publicou *Diretrizes da democracia social: análise do programa do Partido Social Democrático* (In: *Revista de Direito do Trabalho*, 1945) e *Considerações sobre o Projeto de Constituição e um programa de democracia social* (1947).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar de atuação discreta em plenário, ocupou a tribuna para fazer breves apartes a discursos de outros

parlamentares e para manifestar-se contra a "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945, tendo afirmado, em defesa do ex-Presidente da República, que a referida moção era "uma afronta a um Senador do Brasil, eleito pelo povo do Brasil, nas urnas, numa eleição livre" (XI, 240), intervenção esta que causou celeuma nas hostes antagetulistas. Além disso, elaborou longo discurso tecendo *considerações sobre o Projeto da Constituição* (*Diário da Assembléia*, 28 de agosto de 1946), onde fez várias observações críticas ao projeto, manifestando-se favorável à coincidência dos mandatos legislativos e presidencial, à eleição direta para Prefeitos das capitais, dos Municípios de águas minerais, onde se situassem bases militares, à realização de uma reforma agrária para promover a distribuição de terras aos trabalhadores rurais, à extensão da legislação trabalhista ao campo, à participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas, tendo se posicionado ainda contrário ao liberalismo econômico e amplamente favorável à intervenção do Estado na economia, louvando os dispositivos do projeto que asseguravam tal intervenção com o fito de promover a justiça social.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas regulamentando a "competência privativa da União" para executar obras e serviços. Destacam-se as de nº 2.231, dando à União competência privativa para "organizar a defesa permanente contra os efeitos da seca na Região Nordeste e, em todo o País, contra os efeitos das inundações e endemias"; nº 3.096, assegurando o direito de opinião política e de associação aos funcionários públicos; e a de nº 3.248, sugerindo dispositivo fixando normas gerais de prestação mais eficaz de assistência e serviços sociais por parte das empresas públicas e privadas.

OSCAR NAPOLEÃO CARNEIRO DA SILVA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de abril de 1900, Pau d'Alho, PE.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (fornecedor de cana), banqueiro e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1922). Foi advogado da Caixa Econômica Federal de Pernambuco e Presidente do Banco Agrícola e Comercial de Pernambuco (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da Revolução de 30, em Pernambuco. Vereador em Pau d'Alho, PE (sem data). Prefeito de Olinda, PE (sem data).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente do Instituto do Café de Pernambuco e membro do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional, por um curto período, em substituição a seu companheiro de bancada Osvaldo Lima (PSD/PE). Um dos mais atuantes e combativos defensores das autarquias em plenário, ocupou a tribuna várias vezes para defender o IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, e o DNC — Departamento Nacional do Café, das freqüentes e veementes críticas efetuadas ao órgão por parlamentares de diversos partidos ligados à agroindústria da cana-de-açúcar. Assim, proferiu um dos mais importantes discursos sobre o IAA realizados durante o processo constituinte (V, 255-261), no qual defendeu ferrenhamente o Instituto, rebateu as acusações de Carlos Pinto (PSD/RJ) e de outros parlamentares de que o IAA estaria prejudicando os pequenos produtores de cana e derivados, em detrimento dos grandes usineiros e fornecedores de cana da Região Nordeste. Parlamentar de postura governista, interveio várias vezes nos debates constituintes para defender o Estado Novo e a figura de alguns de seus próceres (Benedito Valladares, Agamenon Magalhães etc.) das críticas efetuadas por oposicionistas, tendo ainda declarado voto contra a "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas. Além disso, manifestou-se contra o divórcio e a favor da emenda de Ernâni Sátiro (UDN/PB) assegurando aos proprietários de terras preferência na exploração de riquezas minerais situadas em área de sua propriedade.

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.536, eliminando a necessidade de autorização governamental para o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida para uso exclusivo dos proprietários, e a de nº 1.538 (prejudicada; XXIII, 254), assegurando aos proprietários e ribeirinhos preferência ou co-participação nos lucros auferidos pela exploração de quedas d'água situadas em terras de sua propriedade.

OSVALDO CAVALCANTI DA COSTA LIMA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de março de 1894, Igaraçu, PE.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Ainda estudante de Direito, foi repórter e redator comercial do *Jornal do Recife* e do *Diário de Pernambuco*. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1916). Durante o Estado Novo, foi Promotor de Justiça em Cabo, PE, e Juiz municipal da Comarca de Bom Jardim, PE.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da campanha da Aliança Liberal, em Pernambuco (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal na legenda do PSD — Partido Social Democrático, PE (1933-1935). Deputado Federal, PSD/PE (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi nomeado, pelo Interventor Agamenon Magalhães, Procurador dos Feitos da Fazenda de Pernambuco (1937). Após a Constituinte de 1946, atuou como advogado do PSD/PE na disputada batalha jurídica que se seguiu ao pleito estadual pernambucano, vencido pelo pessedista Barbosa Lima Sobrinho (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi redator político de vários jornais pernambucanos e publicou *O Estado soviético* (sem data) e *Contratos em Direito romano* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Encarregada de Elaborar o Regimento Interno e membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar ativo em plenário, interveio em debates travados sobre vários assuntos no recinto constituinte, concentrando sua atuação na defesa do intervencionismo estatal e das realizações governamentais do regime estado-novista. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso sobre *lucros extraordinários* (X, 425-435), no qual

buscou refutar pronunciamento anterior do "amável udenista e modesto milionário Sr. João Cleofas", onde o parlamentar da UDN pernambucana tecia considerações sobre as causas da inflação e opunha-se à taxação dos lucros extraordinários para corrigir os efeitos da inflação sobre as classes pobres; em sua fala, Osvaldo Lima posicionou-se veementemente contra a proposta de João Cleofas de se combater a inflação através do corte das despesas públicas. Parlamentar de postura governista, também ocupou a tribuna para emitir parecer contrário ao requerimento (rejeitado) de Bernardes Filho (PR/MG) solicitando maior transparência na divulgação dos decretos-lei baixados pelo Governo, tendo afirmado em seu parecer que "o Executivo tem o poder de expedir decretos-lei, e a Câmara não tem o de ditar regras à expedição de tais decretos. Por isso, sou contra o requerimento" (VI, 110). Além disso, manifestou-se contra o divórcio, a instituição do júri, a individualização da pena e a representação eleitoral que favorecesse os grandes Estados.

Apresentou 16 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 200, contrária à criação da Justiça de paz eletiva e da Justiça militar estadual; nº 206 (rejeitada; XXIII, 394), validando em todo o território nacional os títulos expedidos pelas Escolas Normais oficiais, com o objetivo de permitir aos professores primários lecionar em todo o território nacional; nº 599 (indeferida após parecer contrário do Presidente da Constituinte, Melo Viana, PSD/MG; XXIII, 20), concedendo o direito de voto aos analfabetos; e a de nº 698, tornando inelegíveis os eleitores analfabetos.

PAULO PESSOA GUERRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de dezembro de 1916, Nazaré da Mata, PE.

Falecimento: 9 de junho de 1977.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1939). Durante o Estado Novo, além dos cargos políticos que ocupou, foi Diretor da Penitenciária Agrícola de Itamaracá, PE (1942-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Orobó, PE (1938-1940), Prefeito de Bezerros, PE (1940-1941) e Delegado

Regional do DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda, de Recife (1941-1942). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Delegado Regional do DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda, durante o Estado Novo (1941-1942).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro interino da Comissão Encarregada de Elaborar o Regimento Interno e membro da Comissão de Defesa e Amparo da Pecuária. Concentrou sua atuação constituinte na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária, tendo tomado parte de vários debates e enviado à Mesa da Assembléia requerimentos e indicações sobre o assunto. Também ocupou a tribuna para proferir discurso sobre a *crise da produção e encarecimento de vida* (IX, 422) onde, em meio às costumeiras lamentações sobre as agruras do "produtor rural" e das "classes agrárias", atribuiu a inflação vigente ao déficit de financiamento à produção agrícola, afirmando, num esforço adicional para persuadir o Governo a afrouxar o crédito aos pecuaristas: "Como pode o Governo combater o comunismo se não procura estancar as nossas fontes de miséria?".

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

ULISSES LINS DE ALBUQUERQUE — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de maio de 1889, Sertânia, PE.

Pai de Etevino Lins, Senador à Constituinte de 1946, também pelo Estado de Pernambuco.

Falecimento: 29 de dezembro de 1979.

Profissão: Proprietário de terras e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1927), após o que foi Coletor Estadual e Agente Fiscal do Imposto de Consumo, em Pernambuco e em São Paulo, tendo também se dedicado à advocacia e à pecuária no interior de seu estado de origem.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou: *Pendúnculos* (1916); *Ao sol do sertão* (poemas, 1922); *Mestres e discípulos* (1927); *De joelhos* (1930); e *Livro de Inach* (1933).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discurso sobre *o andamento das obras empreendidas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco* (XI, 61-64), no qual, "em nome dos sertanejos que para aqui me enviaram com os seus sufrágios" (XI, 61), realizou um dramático apelo ao Presidente Dutra para que se comprometesse em público a continuar as obras de aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, solicitando ao Presidente da República que desmentisse os boatos divulgados pela imprensa acerca da paralisação das obras, aproveitando a ocasião para reafirmar enfaticamente a importância da eletrificação do Nordeste para o futuro do desenvolvimento econômico e industrial da região.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BANCADA DA UDN — PE

Segundo Sérgio Miceli,

"Em Pernambuco o udenismo também se converteu na legenda de setores agrários, elegendo plantadores de cana que eram, ao mesmo tempo, dirigentes de organizações patronais. (...) Em Pernambuco, os 4 Deputados eleitos pela UDN possuíam, em graus e a títulos diversos, amplas ligações com a agroindústria açucareira: **Carlos de Lima Cavalcanti** (1892, Escada, PE); **Gilberto de Melo Freyre** (1900, Recife, PE); **Alde Feijó Sampaio** (1894, Catende, PE), usineiro militante em organizações patronais do Estado (Sindicato dos Usineiros, Associação Comercial, etc.); e o usineiro **João Cleofas de Oliveira**" (MICELI, 1986 : 571-572).

Ainda de acordo com o mesmo autor, em Pernambuco,

"(...) o partido oposicionista se escorou ainda no potencial de mobilização daqueles Interventores que acabaram rompendo o contrato de serviço que mantinham com o Governo Central. Sentindo-se suficientemente amparados em virtude das alianças celebradas com grupos dirigentes locais ou por terem logrado êxito no projeto de pacificação das facções em litígio em âmbito estadual, êxito para o qual contribui bastante o fato de serem originários daqueles estados onde passaram a operar, de terem se casado com mulheres das famílias oligárquicas, de terem, em suma, um perfil social semelhante às lideranças pessedistas emergentes, por exemplo, em Minas Gerais e em Pernambuco, esses Interventores passaram à ofensiva em prol da restauração da autonomia estadual, postura que lhes valeu a confiança dos núcleos de oposição" (MICELI, 1986 : 572).

ALDE FEIJÓ SAMPAIO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 13 de maio de 1894, Catende, PE.

Filho de Mendo Sá Barreto, senhor-de-engenho em vários Municípios no interior pernambucano.

Falecimento: 13 de maio de 1987.

Profissão: Proprietário de terras (usineiro), industrial, engenheiro civil e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola de Engenharia de Pernambuco (1917). Diretor da Usina Roçadinho, em Pernambuco (1917-1933). Um dos fundadores e professor catedrático de Economia Política e Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, DF (1936-1945). Foi também sócio da firma Mendo Sampaio & Cia. Ltda. (sem data) e Diretor do Banco Nacional do Trabalho (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Catende pelo Partido Republicano de Pernambuco (1927-1929). Prefeito de Catende, PR/PE (1930). Apoiou a Revolução de 30, tornando-se membro do Conselho Consultivo do Estado de Pernambuco (1931-1933). Foi contrário ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Deputado Constituinte e Federal na legenda do PSD — Partido Social Democrático, de Pernambuco (1933-1935). Deputado Federal, PSD (1935-1937). Durante o

Estado Novo, foi representante dos usineiros pernambucanos na Comissão Executiva do IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool (1938-1941), e participou da campanha clandestina de coleta de assinaturas para o malogrado *Manifesto de Pernambuco* em apoio ao *Manifesto dos Mineiros*, lançado em Minas Gerais (1943). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN e membro da Comissão Responsável pela Elaboração do Programa do Partido (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Representante dos Empregadores na Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho (1932). Membro e Diretor do Sindicato dos Usineiros de Pernambuco (1933-1945). Delegado da FIEP — Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, no CNI — Conselho Nacional de Indústria (1943). Participou do I Congresso Nacional de Economia (1943). Suplente do Conselho Fiscal da CNI (1944). Representante da Associação Comercial de Pernambuco e da FIEP na I Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis, RJ (maio de 1945). Foi também sócio-fundador do Clube de Engenharia e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Instituto de Economia da mesma entidade.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de ter colaborado em inúmeros jornais e periódicos ligados à instituições empresariais (*Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo; Observador econômico e financeiro etc.*), publicou: *Pequena monografia sobre o álcool motor* (1932); *Problemas básicos na Constituição* (1933); *Contribuições em matéria política e financeira* (1934); *A proporcionalidade na reforma do código eleitoral* (1935); *O crédito à produção e a reforma Banco do Brasil* (1937); *Sistema monetário brasileiro* (1942); *Fundamentos naturais da economia política* (1942); e *Observações sobre a convenção de um fundo-ouro internacional* (1944).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Um dos parlamentares mais influentes e atuantes em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à matéria fiscal e tributária, e no combate veemente ao intervencionismo estatal e ao modelo de desenvolvimento econômico posto em prática durante o Estado Novo. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se contra a vigência da Carta de 1937 e declarou voto a favor da indicação udenista (rejeitada), propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a

Constituição estado-novista, afirmando que assim o fazia para "retirar do Presidente, legitimamente eleito pelo povo, os poderes de corrupção, tirania e violência de que dispunha o Estado Novo, sob a égide da infamatória Carta de 1937" (II, 359); ainda nessa fase inicial dos trabalhos da Assembléia, teve aprovado (III, 157) requerimento de sua autoria e de Lima Cavalcanti (UDN/PE) manifestando "voto de pesar" pelo primeiro ano da morte de Demócrito de Souza e de Manuel Elias dos Santos, assassinados durante comício a favor da redemocratização realizado pelos estudantes pernambucanos a 3 de março de 1945. Também ocupou a tribuna para pronunciar discurso tecendo considerações *a propósito do regime de divisão de rendas* (VI, 391-397), no qual justificou várias propostas de sua autoria aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a "discriminação das rendas", tendo anexado a seu pronunciamento extenso estudo sobre *a discriminação de rendas na Constituição* (VI, 399-422), contendo uma apresentação sistemática de suas propostas ao projeto. Além disso, interveio diversas vezes nos debates constituintes para criticar a política econômico-financeira da ditadura estado-novista, responsabilizando o excesso de emissão monetária e os "gastos excessivos com obras suntuárias" pela inflação e pelo "desequilíbrio econômico" vigentes no País, sugerindo a redução imediata das despesas públicas como ponto fundamental para a consecução da estabilização econômica nacional. Finalmente, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de quatro anos e à sua coincidência com os mandatos legislativos, à autonomia municipal e ao sistema de governo presidencialista, tendo sido ainda contrário à tributação dos lucros extraordinários para corrigir os efeitos da inflação sobre as classes pobres.

Apresentou 47 emendas, a maior parte delas aos dispositivos sobre "Discriminação de Rendas" e "Ordem Econômica e Social" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 108 (rejeitada; XXI, 315), regulamentando múltiplos aspectos da competência tributária da União e favorável à arrecadação unificada dos impostos de venda mercantil e de consumo; nº 110 (rejeitada; XXI, 163), retirando à União a competência privativa de criar impostos sobre a circulação, importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos e gasosos; nº 112 (prejudicada; XXI, 163), isentando os proprietários de imóveis do pagamento do imposto cedular de renda à União; nº 125, proibindo o aumento de qualquer imposto acima de 20% de seu valor; nº 127, determinando a criação de um Tribunal Técnico Monetário com o fito de auxiliar o Legislativo na formulação de propostas sobre matéria tributária; nº 202, sugerindo nova redação a todo um capítulo sobre "Discriminação Constitucional das Rendas Públicas"

sistematizando o conjunto de suas propostas sobre matéria tributária enviadas à Comissão de Constituição (XI, 474-478); nº 276, isentando os proprietários de imóveis do pagamento da contribuição de melhoria; nº 490 (rejeitada; XXIII, 109), determinando que a ordem econômica e social se baseasse na "liberdade de ação particular", e não na "justiça social", conforme constava no primitivo projeto, e em cuja "justificação" se afirma que "a ordem econômica não pode ter por base os princípios da justiça social, porque então deixaria de ser ordem econômica" (XII, 313); nº 491 (aprovada; XXIII, 105), suprimindo dispositivo do primitivo projeto que estipulava que "a lei que regular o trabalho, a produção e o consumo poderá estabelecer as limitações exigidas pelo bem público", e cuja "justificativa" constitui-se num libelo contra a intervenção do Estado na economia; nº 803, contrária à subordinação do direito e do uso da propriedade ao "bem-estar social"; nº 1.133, eliminando dispositivo que determinava a nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; nº 1.550, contrária à participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas e transferindo para "lei ordinária" a regulamentação sobre o assunto; e a de nº 2.099 (rejeitada; XXIV, 46), estipulando que "é vedada a acumulação de qualquer cargo, exceto o de magistério".

GILBERTO DE MELO FREYRE — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de março de 1900, Recife, PE.

Filho de Alfredo Freyre, magistrado e professor catedrático de Humanidades e de Direito na Faculdade de Direito do Recife.

Falecimento: 18 de julho de 1987.

Profissão: Professor universitário, escritor e cientista social.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Baylos, Texas, EUA (1920). Pós-graduado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais pela Universidade de Colúmbia, EUA (1922). Após viagens de estudos à Europa, retornou ao Brasil (1923). Professor de Sociologia na Escola Normal de Pernambuco (1928-1930). Professor visitante na Universidade de Standford, EUA (1932). Professor de Sociologia da Faculdade de Direito de Recife (1935). A convite de Anísio Teixeira, foi professor na Universidade do Distrito Federal (1935-1938). Consultor técnico do Patrimônio Nacional (1937).

Durante o Estado Novo, foi professor-conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, em Portugal, e na Universidade de Londres, Inglaterra (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário particular do Governador de Pernambuco Estácio Coimbra, durante a República Velha (1926-1930). Acompanhou o ex-Governador pernambucano em seu exílio na Europa (1930-1932). Durante a vigência da ditadura estado-novista, na condição de intelectual liberal, participou de vários movimentos de oposição ao regime. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Participou de diversos movimentos literários em Pernambuco e foi membro de inúmeras associações culturais e de pesquisa, no Brasil e no exterior.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Um dos principais intelectuais brasileiros no pós-trinta, exerceu intensa atividade literária e jornalística, tendo escrito e publicado diversos trabalhos literários e científicos, destacando-se: *Social life in the middle of the 19th century* (tese de mestrado, 1922); *A propósito de Pedro II* (1925); *Bahia de todos os santos e todos os pecados* (1926); *Casa grande & senzala* (1933); *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife* (1934); *Sobrados e mucambos* (1936); *Nordeste* (1937); *Açúcar* (1939); *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira* (1939); *Um engenheiro francês no Brasil* (1940); *O mundo que o português criou* (1940); *Problemas brasileiros de Antropologia* (1943); *Perfil de Euclides e outros perfis* (1944); *Sociologia I: introdução ao estudo dos seus princípios* (1945); e *Interpretação do Brasil* (1945).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 40ª Sessão, a 4 de abril de 1946 (VI, 19). Foi Vice-Presidente da Comissão de Investigação Econômica e Social por um curto período, tendo sido substituído no posto por Plínio Barreto (UDN/SP), a 15 de maio de 1946 (*Diário do Congresso Nacional*, 16 de maio de 1946 : 1775). Em plenário, ocupou a tribuna para proferir longo discurso (XIII, 193-203), justificando suas propostas ao projeto constitucional, onde defendeu a adoção de uma Constituição sintética, a redação de dispositivo que assegurasse ao português um *status jurídico privilegiado* em comparação com outras nacionalidades, e combateu veementemente o artigo

que concedia apenas a brasileiros natos a permissão para a revalidação de diploma de universidades estrangeiras e o preceito que condicionava a entrada de imigrantes à possibilidade de sua assimilação cultural. Embora adepto do sistema de governo presidencialista, tomou a palavra para ler "discurso escrito, e não pronunciado pelo Senador Esmaragdo de Freitas (UDN/PI), falecido subitamente" (XVIII, 409-413), onde o Senador piauiense efetuava o elogio do sistema de governo parlamentarista. Além disso, durante a votação do Projeto Revisto em plenário, realizou pronunciamento combatendo veementemente o art. 1º (aprovado) do título "Da Ordem Econômica e Social" da Constituição que estipulava que a mesma deveria basear-se na "justiça social" (XXIII, 107-109).

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.333 (rejeitada; XXIII, 115), eliminando a expressão "justiça social" do art. 1º do título "Da Ordem Econômica e Social" da Constituição e sugerindo nova redação ao preceito; nº 1.340, suprimindo preceito constitucional que condicionava a aceitação do imigrante à garantia de sua assimilação cultural; e a de nº 1.353, eliminando dispositivo que permitia somente a brasileiros natos a revalidação dos diplomas obtidos em universidades estrangeiras.

JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de setembro de 1899, Vitória de Santo Antão, PE.

Falecimento: 17 de agosto de 1987.

Profissão: Proprietário de terras (usineiro) e engenheiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, DF (1920), após o que dedicou-se à profissão de engenheiro, em Pernambuco. Foi também proprietário de engenho, em Vitória de Santo Antão, e usineiro, em Pernambuco.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Vitória de Santo Antão, PE (1922-1925). Deputado Estadual, PE (1926-1928). Após a Revolução de 30, tornou-se Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Pernambuco na gestão do Interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1931-1934). Eleito Deputado Federal pela Dissidência Pernambucana (1935-1937). Durante o Estado Novo, dedicou-se às atividades empresariais

e à militância em associações de classe dos usineiros pernambucanos, não tendo ocupado cargos políticos na burocracia estatal (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN, tendo sido nomeado membro da Comissão de Orientação Política, que participou da elaboração dos estatutos do partido (1945). Após a Constituinte de 1946, votou a favor da cassação do PCB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o Estado Novo, foi representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco no I Congresso Brasileiro de Economia, organizado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde apresentou trabalho intitulado *Organização da agricultura no Nordeste brasileiro* (1943).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Estudos de economia pernambucana* (1933) e *Desorganização financeira do País* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, tendo apresentado, na mesma, relatório sobre o tema *Finanças*. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à matéria fiscal e na crítica à política econômico-financeira implementada durante o Estado Novo. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir longo discurso fazendo a *análise da situação econômica e financeira do País* (II, 271-279), onde endereçou duras críticas ao "caos econômico" ocasionado pela ditadura estado-novista, atribuindo a inflação e o "desequilíbrio econômico" vigentes no País à excessiva emissão monetária e às despesas sumptuárias e improdutivas realizadas pelo governo Vargas, tendo também realizado extenso pronunciamento (IV, 28-37) protestando desesperadamente contra o anunciado decreto-lei governamental (posteriormente desmentido), prometendo a taxação dos lucros extraordinários com o objetivo de controlar a inflação. Também se posicionou veementemente contra qualquer tentativa de aumento dos impostos ou congelamento dos lucros extraordinários para atenuar os efeitos da inflação sobre as classes de baixa renda, ocupando a tribuna seguidas vezes para protestar contra a excessiva carga fiscal que pesava sobre os ombros das "classes produtoras", a seu ver, as grandes prejudicadas pelo aumento dos gastos governamentais ocorrido durante o regime estado-novista. Além disso, manifestou-se favorável à emenda de Gilberto Freyre (UDN/PE) impedindo que a ordem econômica e

social se baseasse na *justiça social* e sugerindo a substituição desta última expressão por outra mais adequada: *liberdade de iniciativa*.

Apresentou 6 emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido ainda co-signatário da maior parte das emendas sugeridas por seu companheiro de bancada Alde Sampaio (UDN/PE). Destacam-se a de nº 203, contrária à isenção de impostos para a importação e produção de livros, periódicos e papel de impressão, e a de nº 205, regulamentando a destinação de verbas para a execução do plano de defesa da Região Nordeste.

CARLOS DE LIMA CAVALCANTI — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 7 de junho de 1892, Amaraji, PE.

Filho de Artur Siqueira Cavalcanti, proprietário de terras em Pernambuco e pertencente a tradicional clã de latifundiários no Estado.

Falecimento: 19 de setembro de 1967.

Profissão: Proprietário de terras (usineiro), advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1914). Retornando a Pernambuco, tornou-se Administrador da Usina Pedrosa, de propriedade de seu pai, no Município de Cortês, PE (1918-1937).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Militou no PRD — Partido Republicano Democrata, tendo apoiado o governo de Manuel Borba, em Pernambuco (1915-1919). Deputado Estadual, PE (1922-1925; 1926-1927). Um dos fundadores dos jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, periódicos de oposição ao situacionismo estadual pernambucano (1927-1930). Um dos dirigentes da seção pernambucana da Caravana Democrática, movimento de oposição ao governo de Washington Luís, liderado por Maurício de Lacerda e Assis Brasil (1928). Participou ativamente da Revolução de 30, em Pernambuco, tendo sido uma das principais lideranças civis do movimento no Estado (1930). Vitoriosa a Revolução, tornou-se Interventor Federal em Pernambuco (1930-1935). Governador eleito de Pernambuco (1935-1937). Juntamente com Juraci Magalhães (BA) e Flores da Cunha (RS), foi um dos Governadores eleitos a se oporem ao golpe de Estado que instaurou a ditadura estado-novista (1937). Durante o Estado Novo, foi Embaixador do Brasil na Colômbia (1938-1939), no México (1939-1945) e em Cuba

(1945). No contexto da redemocratização, tornou-se membro da Comissão de Orientação Política da UDN e foi eleito membro da Comissão Executiva do Partido (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante sua gestão na Interventoria, organizou o Comitê Central Revolucionário de Pernambuco, que enviou cerca de 6.000 soldados para combater o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Pernambuco e participou da comissão que elaborou os estatutos da UDN — União Democrática Nacional, quando de sua fundação (1945).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discurso justificando "requerimento da UDN solicitando a nomeação de uma comissão de 11 membros para estudar vários casos de interesse nacional" (X, 52-66), comissão da qual veio a ser integrante, aproveitando a ocasião para fazer violentas denúncias de irregularidades e malversação de verbas em diversos setores da administração pública estado-novista (DNC, DASP, DIP etc.).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BANCADA DO PCB — PE

A Bancada do PCB/PE era formada por três dos quatro Constituintes eleitos pelo partido na Região Nordeste: **Agostinho de Oliveira**, antigo militante comunista e um dos mais destacados organizadores do PCB durante o Estado Novo; o médico **Alcedo Coutinho**, considerado o membro mais moderado da bancada comunista; e o histórico dirigente comunista **Gregório Bezerra**, uma das principais lideranças populares pernambucanas no pós-trinta.

AGOSTINHO DIAS DE OLIVEIRA — PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 28 de agosto de 1903, sem informação sobre a cidade, PE.

Falecimento: 1966.

Profissão: Ferroviário e operário mecânico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Ainda adolescente, começou a trabalhar na Usina Santa Rita, PE (1919). Empregado nas obras do Porto de Cabedelo, PB (1921-1923). Trabalhou na montagem da Fábrica de Tecidos de Rio Pinto e nas obras do Porto de Recife, PE (1923-1926). Caldeireiro na Great Western (1926), iniciando então sua longa militância política. Durante o Estado Novo, trabalhou como ajustador mecânico na Ford (1941-1943).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ingressou no PCB (1929). Um dos organizadores do Socorro Vermelho, em Pernambuco, motivo pelo qual foi preso pela primeira vez (1932). Candidato derrotado a Deputado Federal (1934). Dirigente e membro da Comissão de Finanças da ANL em Pernambuco, tendo sido preso por diversas vezes em razão de sua atuação no movimento (1935). Novamente preso após a repressão que se seguiu à malograda tentativa de insurreição promovida pelo PCB (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi preso político (1937); deportado para o Pará (1937-1938); novamente detido (1940-1941), conseguiu fugir da prisão, após o que atuou clandestinamente em vários Estados; eleito membro da Direção Nacional do PCB na *Conferência da Mantiqueira*, embora não tenha podido comparecer pessoalmente ao encontro (agosto de 1943); reorganizou clandestinamente o PCB no Rio Grande do Sul (1944-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se membro da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Ainda funcionário da Great Western, participou de movimento reivindicatório dos ferroviários, sendo eleito Delegado da União Geral dos Ferroviários e Diretor da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco (1927). Delegado ao I Congresso de Luta Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo no Rio de Janeiro, DF (1934). Militou na ANL em Pernambuco (1935). Durante o

Estado Novo, quando de sua deportação no Pará, foi Delegado do Sindicato dos Metalúrgicos de Belém junto à União Geral dos Proletários de Belém (1938-1939).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Como dirigente comunista e militante em organizações sindicais, colaborou em inúmeros jornais ligados à defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, tendo ocupado a tribuna várias vezes para apoiar reivindicações de diversas categorias de trabalhadores e denunciar violências e arbitrariedades cometidas pela Polícia Política contra o movimento popular. Logo no início dos trabalhos constituintes, destacou-se por ter sido o primeiro parlamentar a enviar à Mesa da Assembléia um requerimento solicitando a imediata formação de uma comissão para elaborar um anteprojeto de Regimento Interno com o objetivo de afirmar a soberania da Constituinte (I, 47). Também tomou a palavra para proferir discurso sobre "o direito de greve" (V, 296-299), no qual protestou energicamente contra decreto-lei baixado pelo governo Dutra, restringindo o direito de greve, tendo ainda realizado vários pronunciamentos denunciando violências policiais contra o movimento popular (IX, 329; XVIII, 342; XIX, 330 etc.) e/ou apoiando reivindicações dos trabalhadores (X, 409; XIX, 394 etc.). Além disso, manifestou-se favorável à industrialização da Amazônia e à realização de uma reforma agrária na região, à concessão do direito de voto aos sargentos, soldados e analfabetos, tendo sido ainda contrário à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.813 (rejeitada; XXIII, 160), transferindo da Presidência da República para a Câmara dos Deputados a prerrogativa de nomear Interventores Federais nos Estados; nº 3.174-A, estipulando que "a lei facilitará a fixação do homem no campo, tomando as medidas necessárias para o fracionamento dos latifúndios" e para o desenvolvimento da pequena propriedade (XVI, 66); e a de nº 3.207 (rejeitada; XXIII, 219), propondo a extensão dos preceitos da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo.

ALCEDO DE MORAIS COUTINHO — 1º Suplente - PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de março de 1906, Nazaré da Mata, PE.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF, após o que exerceu a profissão de médico, em Recife, PE (sem data). Primeiro-Assistente do Hospital Pedro II e da Faculdade de Medicina de Recife (1935). Cirurgião do Pronto-Socorro de Recife (1935).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou do movimento tenentista em Pernambuco, na década de 1920. Tomou parte na Revolução de 30, participando da marcha das forças revolucionárias no Estado da Bahia. Participou da ANL e do levante comunista em Recife, PE (1935), sendo preso logo em seguida (1935-1937). Durante o Estado Novo, após ser solto através de "habeas corpus", foi deportado para o Rio de Janeiro, onde retomou sua militância clandestina no PCB (1937). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o Estado Novo, participou ativamente do movimento em prol da entrada do Brasil na II Guerra Mundial (1942) e atuou clandestinamente no movimento sindical.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, no lugar do Senador Luís Carlos Prestes (PCB/PE), também eleito Deputado pelo Estado de Pernambuco. Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, na qual apresentou relatório sobre *problema sanitário no Brasil*, que teve grande repercussão durante os trabalhos constituintes. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes aos problemas da saúde pública e da autonomia municipal. Assim, proferiu discurso sobre *as endemias e parasitos que assolam o interior do País* (XI, 356-365), no qual atribuiu às péssimas condições sanitárias da população trabalhadora e

"ao nosso arcaico e anti-social conceito de propriedade privada" as causas do elevado índice de endemias e parasitoses na população rural, preconizando uma reforma agrária que liquidasse os latifúndios improdutivos e uma série de medidas governamentais objetivando a melhoria das condições de vida e de saúde do povo brasileiro. Também ocupou a tribuna para denunciar violências policiais contra o movimento grevista (IX, 183), e para manifestar-se a favor das eleições diretas para Prefeitos das capitais e do Distrito Federal, da representação proporcional que favorecesse os Estados mais industrializados e da nacionalização das empresas estrangeiras concessionárias de serviço público, em geral, e da Light, em particular, tendo sido ainda contrário à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.847 (rejeitada; XXII, 132), suprimindo dispositivo que possibilitava a isenção tributária às empresas concessionárias de serviço público; nº 2.890 (aprovada; XXI, 132) determinando a transferência para os Municípios de 10% do total do imposto de renda arrecadado pela União; nº 2.949 (rejeitada; XXI, 349), transferindo para os Municípios a cobrança do imposto territorial; nº 2.968, determinando a substituição progressiva dos impostos indiretos pelos diretos na política tributária do País; nº 2.985 (rejeitada; XXIV, 209), reservando um terço da verba destinada às obras do vale do rio São Francisco para a distribuição de terras em pequenos lotes ao camponês sem terra; e a de nº 3.056, contrária à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

GREGÓRIO LOURENÇO DE BEZERRA — PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 13 de março de 1900, Panelas de Miranda, PE.

Filho de Lourenço Bezerra e de Belarmina Conceição, camponeses pobres no sertão pernambucano. Irmão de José Lourenço Bezerra, militante político morto em consequências das torturas que sofreu na prisão durante o governo de Lima Cavalcanti, em Pernambuco (1936).

Falecimento: 21 de outubro de 1983.

Profissão: Camponês pobre e militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Começou a trabalhar aos quatro anos de idade para ajudar a família no interior pernambucano

(1904). Ocupou uma série de empregos temporários até trabalhar na construção civil (1917). Soldado do Exército, serviu no 21º BC, em Recife, e na 1ª Companhia de Carros de Assalto, no Rio de Janeiro (1922-1924). Cursou a Escola de Sargentos de Infantaria, tornando-se Sargento-Instrutor na 9ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria no Distrito Federal (1924-1927). Serve no 21º BC, em Recife, PE (1927) e no 28º BC, em Aracaju, SE (1928). Instrutor de Educação Física do Colégio Militar de Fortaleza (1931). Instrutor do CPOR — Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva, de Recife (1935).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Preso pela primeira vez em razão de ter participado de uma passeata dos operários da construção civil em Recife (1917-1922). Filiou-se ao PCB (1930). Participou dos combates da Revolução de 30, em Juiz de Fora, MG (1930). Durante a década de 30, desenvolveu intensa militância clandestina no meio militar, organizando células comunistas no Exército. Participou ativamente da organização da ANL e dos combates militares decorrentes da insurreição organizada pelo PCB, em Recife (1935). Preso político, tendo sido severamente torturado na prisão (1935-1937). Durante o Estado Novo, permaneceu no cárcere, primeiramente na Casa de Detenção, em Recife (1937-1939), sendo, em seguida, transferido para Fernando de Noronha (1939-1942) e Ilha Grande, RJ (1942-1945). No contexto da redemocratização, após ser anistiado, desenvolveu intensa militância comunista em Pernambuco, tornando-se uma das lideranças comunistas mais temidas pelas forças conservadoras de seu estado e mais prestigiadas pelas massas trabalhadoras pernambucanas (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Um dos mais destacados e combativos líderes rurais do Estado de Pernambuco, exerceu intenso trabalho de agitação e propaganda das idéias de seu partido nas massas trabalhadoras de Pernambuco.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Ao longo de sua trajetória propagou ativamente os valores comunistas no seio de várias categorias de trabalhadores e das Forças Armadas, sendo por isso impiedosamente perseguido pelos agrupamentos dominantes de seu estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Um dos mais ativos defensores dos interesses das massas exploradas em plenário, concentrou sua atuação na

defesa da concessão do direito de voto aos soldados, sargentos e analfabetos, tendo também ocupado a tribuna várias vezes para denunciar violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular e para apoiar reivindicações de diversas categorias de trabalhadores. Assim, proferiu discursos lendo "moção dos republicanos espanhóis protestando contra o fuzilamento do militante democrata Cristiano Garcia pelo regime franquista" (II, 366-370); defendendo enfaticamente a concessão do direito de voto para os analfabetos e soldados (IX, 223-230; XVII, 125-129; XVII, 152-159), nos quais justificou emenda de sua autoria e da bancada comunista regulamentando a concessão de tal direito; denunciando as precárias condições de vida das crianças pobres na cidade de Recife, PE (XX, 20); e emitindo o parecer geral da bancada comunista ao título "Das Forças Armadas" do Projeto Revisto (XXIII, 398-403), onde posicionou-se a favor da necessidade de autorização do Senado Federal para a nomeação dos chefes militares pelo Presidente da República, da estabilidade funcional para os praças de pré, após 5 anos de serviço militar, e contra a assistência religiosa às Forças Armadas e a dispensa dos eclesiásticos do serviço militar. Além disso, ocupou a tribuna para protestar contra a presença do Embaixador salazarista português em território brasileiro, para denunciar o assassinato do Presidente da Liga Camponesa da cidade de Iputinga, PE (X, 356), e para protestar contra várias outras modalidades de violências cometidas contra o movimento popular, atribuindo-as sempre, assim como os demais membros da Bancada do PCB, "a meia dúzia de elementos fascistas infiltrados no Governo".

Apresentou 6 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.509, condicionando à autorização da Câmara dos Deputados a decretação da mobilização das Forças Armadas pelo Presidente da República; nº 2.634 (rejeitada; XXII, 236), proibindo a extensão dos tribunais militares aos civis em tempo de paz ou em caso de crimes contra a segurança interna; nº 3.032 (que teve destaque solicitado, mas foi indeferida pelo Presidente da Constituinte Melo Viana, PSD/MG; XXII, 236), concedendo o direito de voto aos soldados, sargentos e analfabetos; nº 3.430, assegurando aos praças de pré o direito à estabilidade após 5 anos de serviço; e a de nº 3.431, facilitando o acesso ao oficialato dos praças de pré que revelassem qualidades de comando.

Gregório Bezerra narrou sua atuação na conjuntura política da época e na Assembléia Constituinte de 1946 nos dois volumes de suas *Memórias*, editadas pela Civilização Brasileira (1980).

BANCADA DO PR — PE

A Bancada do PR/PE era composta pelo velho político pernambucano **Souza Leão**, Chefe de Polícia e Deputado Federal na República Velha.

EURICO DE SOUZA LEÃO — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 17 de fevereiro de 1889, Engenho de Laranjeiras, PE.

Filho de Manuel de Sousa Leão, proprietário de terras e integrante de tradicional família de chefes políticos no interior de Pernambuco.

Falecimento: 10 de maio de 1960.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1919), após o que exerceu a advocacia em Pernambuco.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de Polícia de Pernambuco no governo de Estácio Coimbra, Líder do Partido Republicano no Estado (1926-1930). Deputado Federal, PR/PE (1927-1929). Deputado Federal, PR/PE (1930). Preso durante a Revolução de 30, em Pernambuco, à qual se opôs (1930). Participou do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo feito parte do Estado-Maior do Coronel Euclides Figueiredo (1932). Filiou-se ao PRS — Partido Republicano Social, agremiação de oposição ao Interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1933). Deputado Federal, PRS/PE (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN, tendo sido nomeado membro da Comissão de Orientação Política do Partido; afastando-se em seguida da UDN, tornou-se Presidente do Diretório Estadual do PR/PE e membro do 1º Diretório Nacional do PR, partido do qual foi um dos principais organizadores (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Instituto da OAB.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, tendo apresentado, na mesma, relatório intitulado *Panorama da indústria de tecidos e o problema do vestuário*. Em plenário, concentrou sua atuação na crítica à figura de Vargas e ao legado da ditadura estado-novista e na defesa do sistema de governo presidencialista. Assim, pronunciou discurso de cunho doutrinário sobre *presidencialismo e parlamentarismo* (IX, 194), no qual argumentou longamente contra o regime parlamentarista e a favor da adoção do presidencialismo. Além disso, secundou as veementes críticas realizadas por oposicionistas à atuação do Banco do Brasil e do governo Vargas no "Caso Borghi" da exportação do algodão, tendo ainda se manifestado contra a vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes e contra a proposta da bancada comunista de se incluir dispositivo constitucional determinando a separação entre Igreja e Estado.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.808, suprimindo dispositivo que proibia aos Juízes em disponibilidade o exercício de qualquer outra função pública, e a de nº 3.339, favorável à autorização do exercício das profissões liberais somente a brasileiros natos.

BANCADA DO PDC — PE

A Bancada do PDC em Pernambuco era formada pelo padre católico **Arruda Câmara**, um dos parlamentares mais conservadores de toda a história do parlamento brasileiro, desde o Império.

ALFREDO DE ARRUDA CÂMARA — PDC

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de dezembro de 1905, Ingazeira, PE.

Falecimento: 21 de fevereiro de 1970.

Profissão: Sacerdote (padre católico) e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Direito Canônico pelo Seminário de Olinda, PE (1925). Doutor em Filosofia pela

Academia São Tomás de Aquino, Roma, Itália (1927). Doutor em Teologia Dogmática pela Universidade Gregoriana de Roma (1928). De volta ao Brasil, tornou-se vigário da Paróquia de Pesqueira, PE (1929), exercendo a profissão de sacerdote católico em várias localidades do interior pernambucano, após essa data. Foi também reitor do Seminário de Pesqueira e professor de Latim e História da Filosofia no Seminário de Olinda (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Pernambuco, tendo inclusive tomado parte em operações militares no interior do Estado (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pelo PSD — Partido Social Democrático, PE (1933-1935). Deputado Federal, PSD/PE (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo de Pernambuco e Diretor e Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, em Pernambuco (1938). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PDC, Presidente de seu diretório em Pernambuco (1945). Pouco antes dos trabalhos da Constituinte de 1946, elegeu-se Presidente Nacional do PDC na convenção nacional do Partido (janeiro de 1946).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Como recompensa por sua colaboração à repressão ao movimento social em Pernambuco recebeu os títulos de Major Honorário do Exército e Tenente-Coronel Honorário da Polícia Militar de Pernambuco (1934).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Como destacado líder católico exerceu intensa atividade de difusão das superstições religiosas nas massas populares e publicou *Guia do seminarista* (sem data) e *Contra o comunismo* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Família, Educação e Cultura, da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada no combate ao divórcio e a várias outras medidas progressistas. Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação na defesa de vários preceitos constitucionais que consagravam a manutenção da dominação ideológica do clero católico mais tradicional sobre as massas trabalhadoras e no combate ao "comunismo" e ao PCB. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu longo discurso sobre os *postulados religiosos e o problema social* (IV, 8-19), no qual enunciou, de

forma sistemática, diversas propostas do PDC à Constituinte, tais como, a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, a manutenção da indissolubilidade do vínculo matrimonial e a proibição do divórcio, o ensino religioso facultativo nas escolas, a assistência religiosa permanente às classes armadas e o combate ao interventionismo estatal, além de sua função supletiva à "livre iniciativa" e à propriedade privada. Também ocupou a tribuna para realizar um dos mais longos e obscurantistas pronunciamentos feitos durante os trabalhos constituintes, no qual procurou abordar o problema da *separação entre a Igreja e o Estado* (XIX, 239-256), que na verdade é um enorme e furibundo libelo contra o divórcio. Além disso, promoveu em plenário uma intensa campanha contra o "comunismo" e o PCB, participando das manobras visando a criar as precondições ideológicas para a liquidação do Partido, chegando a afirmar, num de seus arroubos, que "o Diabo é comunista" (V, 303), para fornecer argumentos à sua proposta de cassação da agremiação. Finalmente, na condição de membro da Comissão de Constituição, ocupou a tribuna várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros Constituintes quando da votação do Projeto Revisto em plenário, tendo se manifestado a favor da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, da manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais, da conservação das Polícias Políticas criadas durante o Estado Novo e do pagamento em dinheiro da assistência religiosa prestada nos quartéis.

Apresentou 3 emendas ao Projeto de Constituição: as de nº 93 (aprovada; XXV, 309), às "Disposições Transitórias" da Carta Constitucional, determinando a construção da estrada de rodagem Rio—Nordeste pelo Governo Federal, dentro do prazo de dois anos; nº 94, regulamentando a concessão de nacionalidade brasileira a sacerdotes estrangeiros; e a de nº 95 (rejeitada; XXV, 152), concedendo anistia aos cidadãos considerados insubmissos e desertores. Além disso, apresentou emenda (sem número) estabelecendo a necessidade de prévia e justa indenização *em dinheiro* em caso de desapropriação por interesse social (emenda aprovada; XXII, 436).

BANCADA DO PIAUÍ

- 1) ESMARAGDO DE FREITAS (Senador/ UDN);
- 2) MATHIAS OLÍMPIO (Senador/UDN);
- 3) ADELMAR ROCHA (UDN);
- 4) ANTÔNIO CORREIA (UDN);
- 5) COELHO RODRIGUES (UDN);
- 6) JOSÉ CÂNDIDO (UDN);
- 7) AREIA LEÃO (PSD);
- 8) RENAULT LEITE (PSD);
- 9) SIGEFREDO PACHECO (PSD).

6 UDN + 3 PSD = 9

BANCADA DA UDN — PI

O Piauí foi a unidade da Federação onde a UDN obteve seu segundo melhor resultado eleitoral a nível nacional, elegendo 6 Constituintes (66,7%) de um total de 9. A Bancada da UDN era formada por **Esmaragdo de Freitas**, político que iniciou sua carreira de advogado em Pernambuco, durante a República Velha, e ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (1934-1937), tendo ocupado ainda diversos outros cargos na burocracia judiciária piauiense e pernambucana; **Mathias Olímpio**, ex-Secretário de Estado (1907-1914) e Governador do Piauí (1924-1928) na República Velha; **Adelmar Rocha**, Tenente-Coronel do Exército e Presidente da Cruz Vermelha do Piauí (1942-1945) durante o Estado Novo; o médico piauiense **Antônio Correia**, Presidente da Associação Piauiense de Medicina; **Coelho Rodrigues**, Oficial da Marinha e representante do Ministério da Marinha no Conselho Nacional do Petróleo na vigência do Estado Novo (1938-1945); e **José Cândido**, médico, membro da Comissão de Estudos da Saúde Pública da UDN e um dos principais assessores políticos do candidato presidencial udenista, o Brigadeiro Eduardo Gomes (1945).

ESMARAGDO DE FREITAS E SOUSA — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de julho de 1887, Floriano, PI.

Filho de Esmaragdo José de Sousa e Lucialina Maria de Freitas, descendentes de tradicionais famílias de proprietários de terras e fazendeiros no Piauí. Neto de Francisco Emigdio de Freitas, Coronel da Guarda Nacional e chefe político no interior do Piauí.

Falecimento: 12 de julho de 1946.

Profissão: Advogado-funcionário público, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1911). Delegado de polícia em Recife (1911-1915). Subsecretário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (1915-1916). Promotor Público em Recife (1917). Consultor jurídico do Estado de Pernambuco (1920-1922). Juiz do Crime e Casamentos em Recife (1923-1925). Juntamente com Carlos de Lima Cavalcanti e José de Sá, fundou o *Diário da Manhã*, jornal oposicionista em Pernambuco (1927). Após a Revolução de 30, transferiu-se para o Piauí, tornando-se Desembargador da Corte de Apelação no Estado (1931-1939). Professor catedrático de Direito Internacional na Faculdade de Direito do Piauí (1933).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário de Governo na gestão de Manuel de Borba em Pernambuco (1917-1920). Na década de 1920, juntamente com Carlos de Lima Cavalcanti, militou na oposição ao Governo Estadual em Pernambuco (1925-1930). Apoiou a Revolução de 30, tornando-se Chefe de Polícia em Pernambuco na gestão do Interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1931). Presidente do Tribunal Eleitoral Regional do Piauí (1934-1937). Durante o Estado Novo, foi Presidente do Tribunal de Apelação do Piauí (1938). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores e Presidente da UDN/PI, e membro do Diretório Nacional da Comissão de Defesa Partidária da UDN (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da Ordem dos Advogados, seção do Piauí.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais em Pernambuco, no Piauí e no Rio de Janeiro, além de ter publicado inúmeros trabalhos sobre temas jurídicos e historiografia regional. Além disso, publicou *O Visconde de Parnaíba* (obra póstuma, 1947).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 4^a Sessão, a 11 de fevereiro de 1946 (I, 118). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, vindo a falecer repentinamente, em pleno processo de elaboração constitucional, no dia 11 de julho de 1946. Em sua homenagem foi dedicada a 103^a Sessão da Assembléia, realizada a 12 de julho de 1946 (XVIII, 157 e segs.). Logo após seu falecimento, o Deputado Gilberto Freyre (UDN/PE) ocupou a tribuna para ler "discurso escrito, e não pronunciado pelo Senador Esmaragdo de Freitas" (XVIII, 409-413), no qual o falecido Senador efetuava a defesa do sistema de governo parlamentarista.

Apresentou 8 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de nº 1.516, favorável ao direito de voto dos soldados e contrária à concessão do mesmo direito aos analfabetos; a de nº 1.622 (rejeitada; XXIV, 281), obrigando o Presidente da República e várias outras autoridades do Executivo a enviarem ao Supremo Tribunal minuciosa declaração dos bens que possuíssem por ocasião da posse nos respectivos cargos; e a de nº 2.312, contrária à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional.

MATHIAS OLÍMPIO DE MELO — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de setembro de 1882, Barras, PI.

Filho de José Olímpio de Melo, proprietário de terras no Piauí.

Falecimento: 28 de junho de 1967.

Profissão: Advogado-funcionário público, jornalista e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1904). Promotor Público em Teresina, PI (1905-1907). Administrador dos Correios e Telégrafos (1914-1915). Juiz de Direito em Tarauacá, AC (1917-1920). Juiz Federal em Teresina (1920-1924). Juiz Federal na Bahia e em Pernambuco (1931-1938). Foi também professor de História e Português no Ateneu Piauiense e jornalista no Piauí.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário de Justiça em Teresina, PI (1907-1914). Governador do Piauí na legenda do PR — Partido Republicano (1924-1928). Participou da Aliança Liberal e da Revolução de 30, no Piauí (1929-1930). Sem informação sobre sua atuação política no pós-trinta e durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente da UDN/PI (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte de 1946, abandonou a UDN tornando-se Vice-Presidente do CEDPEN — Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, e Presidente do PTB/PI (1949).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Piauí, tendo sido Diretor do jornal *O Estado do Piauí*.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na defesa do parlamentarismo e na abordagem de questões referentes à política regional de seu estado. Ocupou a tribuna para proferir longos discursos de cunho doutrinário abordando o tema dos *regimes políticos* (VI, 143-151; XI, 162-166), nos quais argumentou a favor da implantação do sistema de governo parlamentarista para fazer frente à "hipertrofia do Executivo" que se instaurou no Brasil no pós-trinta. Também tomou parte nos acirrados debates sobre política piauiense travados em plenário, secundando as críticas realizadas por seus colegas de bancada às atividades políticas do ex-Interventor piauiense, o pessedista Leônidas Melo, responsabilizando-o por violências e perseguições políticas cometidas contra militantes oposicionistas no Estado. Além disso, declarou voto a favor da emenda de José Augusto (UDN/RN), proibindo a imigração japonesa e foi o primeiro signatário do Requerimento nº 159, "solicitando informações ao Poder Executivo sobre os motivos determinantes das prisões efetuadas nos últimos dias, inclusive sobre a intervenção no Sindicato dos Bancários" (IX, 436).

Apresentou 8 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.092, regulamentando vários aspectos da contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria do funcionalismo público; nº 2.462 (rejeitada; XXII, 82), dando ao Senado Federal competência privativa para aprovar a nomeação de Ministros de Estado, do Supremo Tribunal Militar e de uma série de outros órgãos da cúpula burocrática; e a de nº 2.479, contrária à

eleição direta para Presidente e Vice da República e determinando a eleição dos mesmos pela Câmara dos Deputados. Além disso, apresentou destaque ao Projeto Revisto (aprovado; XXI, 302), estipulando que "é vedado aos poderes delegar suas atribuições", expressão posteriormente transformada do § 2º do art. 36 da Carta Constitucional.

ADELMAR SOARES DA ROCHA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1º de janeiro de 1892, Bertolina, PI.

Filho do Coronel Bertolino Alves da Rocha Filho.

Falecimento: 11 de janeiro de 1973.

Profissão: Militar e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1916). Segundo-Tenente do Serviço de Saúde do Exército (1921). Primeiro-Tenente (1922). Capitão (1931). Durante o Estado Novo, foi promovido a Major (1941); exerceu o cargo de Diretor do Hospital Militar de Campo Grande, MT (1942-1945); Tenente-Coronel (1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou do levante tenentista no 26º Batalhão de Caçadores, em Belém, PA (1924). Em consequência de sua participação na rebelião, foi afastado do Exército, exilando-se na Bolívia, Argentina e Uruguai (1924-1930). Diretor da Saúde Pública do Estado do Piauí (1933-1934). Deputado Federal, PI (1935-1937). Durante o Estado Novo, ocupou postos na burocracia militar e foi Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, em Mato Grosso (1942-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à política regional de seu estado. Participando nos debates travados em plenário principalmente

através de apartes a pronunciamentos de outros Constituintes, em suas breves intervenções, secundou as denúncias de seus correligionários acerca da ocorrência de violências e arbitrariedades policiais contra oposicionistas no Piauí, e manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 4 anos e às eleições diretas para Prefeito no Distrito Federal e nas capitais dos Estados.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.380 (aprovada e posteriormente transformada no art. 7º das "Disposições Transitórias" da Carta Constitucional), transferindo para o Piauí a propriedade das fazendas de gado remanescentes de confisco aos jesuítas no Brasil Colonial situadas no Estado.

ANTÔNIO MARIA DE RESENDE CORREIA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de janeiro de 1909, União, PI.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, DF (1930), após o que exerceu a medicina no Piauí. Durante o Estado Novo, foi professor da Escola Normal Oficial de Teresina, PI (1938-1944).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da Associação Piauiense de Medicina e membro da Associação Piauiense de Imprensa.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Escreveu *Do determinismo sexual* (tese de concurso, 1938).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na participação nos debates travados em plenário sobre política piauiense e na denúncia de violências policiais cometidas pelo governo Dutra contra o movimento popular. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos sobre *a política do Piauí* (XVII, 366-375; XVIII, 343; XX, 136-137), onde criticou a nomeação

do Interventor piauiense Major Vitorino Correia pelo Presidente Dutra, tendo ainda feito várias denúncias sobre o clima repressivo vigente no Estado e sobre a continuidade da "máquina administrativa" estado-novista no Piauí. Também efetuou pronunciamentos protestando veementemente contra medidas repressivas tomadas pelo governo Dutra em outros Estados e, já no final dos trabalhos constituintes, sofreu acidente automobilístico ao dirigir-se, juntamente com outros parlamentares, para a sede do PCB, em subúrbio do Rio de Janeiro, quando ia apurar pessoalmente as denúncias feitas por Deputados comunistas sobre a depredação das sedes do partido pela Polícia Política do Distrito Federal.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 2.979, regulamentando a aplicação de verbas para os serviços de assistência à maternidade e à infância, e a de nº 3.479, determinando a aposentadoria compulsória dos funcionários públicos aos 70 anos de idade.

HELVÉCIO COELHO RODRIGUES — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: Sem informação sobre dia e mês, 1905, Suíça.

Filho do jurisconsulto Coelho Rodrigues.

Falecimento: 18 de janeiro de 1959.

Profissão: Militar da Marinha e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Concluiu o curso na Escola Naval (1912), após o que seguiu carreira na Marinha. Durante o Estado Novo, comandou um navio mercante nas manobras realizadas na costa brasileira por ocasião da II Guerra Mundial (agosto de 1942 a setembro de 1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, PI (1935-1937). Durante o Estado Novo, segundo o Dicionário *CPDOC* (CPDOC, 1984 : 3002), foi representante do Ministério da Marinha no Conselho Nacional do Petróleo (1938-1943).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi proprietário e redator-chefe dos jornais *O Parnaíba* e *O Piauí* (sem data). Na condição de redator-chefe de *O Piauí*, foi um dos principais propagandistas, no Piauí, da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes às eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na participação nos violentos debates sobre política regional mineira e piauiense travados em plenário e na abordagem de questões referentes ao "litígio territorial" envolvendo os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Assim, ocupou a tribuna inúmeras vezes para proferir discursos criticando veementemente as atitudes políticas do Interventor mineiro João Beraldo (PSD/MG) e de seu mentor político Benedito Valladares (IV, 65-67; IV, 191-194), nos quais protestou contra a reposição de Prefeitos do PSD depostos após a queda do Estado Novo e o afastamento de autoridades municipais ligadas à UDN, afirmando ter trazido ao "(...) conhecimento da Assembléia a derrubada de Minas Gerais, como um padrão de organização partidária que se está processando em todo o Brasil, como a preparação da cama eleitoral para as eleições estaduais e municipais" (IV, 191). Também realizou pronunciamentos denunciando a repressão perpetrada pelo governo de Benedito Valladares aos signatários do *Manifesto dos Mineiros* durante o Estado Novo (IV, 241-244); protestando veementemente contra a invasão do Espírito Santo por tropas da polícia militar mineira e denunciando as ambições expansionistas de Minas Gerais (VI, 149-151; VII, 291; XIV, 280-283 etc.); e justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XI, 134-137; XI, 214-221). Segundo o testemunho de Gastão Pereira da Silva, Coelho Rodrigues

"(...) abordou, quase diariamente (*sic*), a questão das fronteiras entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo que — ao que disse e repetiu — estava enviando tropas que invadiam as terras capixabas. Quando, certo dia, rumou para o Espírito Santo, a fim de observar, *in loco*, o referido caso de fronteiras, foi vítima de um desastre de automóvel, não mais tomando parte dos trabalhos da Assembléia. Mesmo assim, em maca, compareceu ao recinto do Palácio Tiradentes e colocou a sua assinatura na promulgação da Carta Magna brasileira" (SILVA, 1947 : 53).

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.557, favorável à unificação do Judiciário e da magistratura; nº 3.240, facilitando a concessão para capitais estrangeiros da exploração de minas e

jazidas que não interessassem a capitais nacionais; e a de nº 3.435, garantindo a vitaliciedade aos funcionários públicos com mais de 10 anos de "efetivo exercício" da função.

JOSÉ CÂNDIDO FERRAZ — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de outubro de 1915, Teresina, PI.

Falecimento: 23 de setembro de 1975.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1939). Durante o Estado Novo, foi chefe do Serviço de Clínica Tisiológica do Hospital Getúlio Vargas, no Piauí.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, tornou-se membro da Comissão de Estudos da Saúde Pública da UDN e assessor político do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato udenista à Presidência da República (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Piauí, centrando-se na feitura de veementes críticas às *indébitas e capciosas* (VII, 279) intervenções efetuadas pelo General Dutra na política piauiense, acusando o Presidente da República e ex-Ministro da Guerra estado-novista de querer implantar uma "genrocracia" no Piauí ao nomear vários de seus genros e parentes para postos-chave no Estado. Assim, participou de vários debates travados em plenário sobre política piauiense, tendo proferido discursos sobre *violências policiais no Piauí* (IV, 202; IV, 271-279; XIX, 49-52), nos quais efetuou diversas denúncias de arbitrariedades ocorridas nesta unidade da Federação, e lavrou "(...) veemente protesto contra o reinício dos tiroteios e vinganças policiais contra correligionários da UDN no Piauí" (VII, 271);

responsabilizando os Interventores pessedistas Leônidas de Castro Melo e Vitorino Freire por esses acontecimentos, criticou ainda veementemente o papel desempenhado por Dutra na nomeação dessas autoridades. Além disso, manifestou-se contra a presença do Embaixador salazarista português no Brasil, a vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, e a favor do sistema de governo parlamentarista, da autonomia do Distrito Federal, tendo ainda declarado voto favorável à "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945. Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entanto, sido signatário de várias delas enviadas por seus companheiros de bancada.

BANCADA DO PSD — PI

A Bancada do PSD/PI era formada por três Deputados, todos eles em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares: **Areia Leão**, Prefeito de Teresina (1930-1931) e Secretário da Viação e Obras Públicas do Piauí durante o Estado Novo; **Renault Leite**, engenheiro, genro do Presidente Dutra e representante do Distrito Federal no Conselho Nacional do Petróleo (1942-1945); e **Sigefredo Pacheco**, Prefeito nomeado de Campo Maior (1935-1937), no interior piauiense.

RAIMUNDO DE AREIA LEÃO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 23 de abril de 1894, Teresina, PI.

Filho de Raimundo de Areia Leão, Deputado Provincial (1874-1879) e Governador do Piauí (1885) durante o Império escravista brasileiro. Irmão de Humberto de Areia Leão, Vice-Governador do Piauí (1927-1930) e Interventor Federal no Estado, após a Revolução de 30.

Falecimento: 1º de fevereiro de 1958.

Profissão: Engenheiro civil.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, DF (1922), após o que exerceu a profissão de engenheiro, no Piauí.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Após a Revolução de 30, foi nomeado Prefeito de Teresina no governo de seu irmão, o Interventor Humberto de Areia Leão (1930-1931). Foi também Secretário da Fazenda e Secretário da Viação e Obras Públicas, no Piauí (sem data). Membro da Comissão Executiva do Partido Nacionalista Piauiense (1933). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas efetuou rápidas intervenções nos debates travados no recinto da Assembléia, para defender próceres do PSD de seu estado e o Presidente Dutra das violentas acusações feitas da tribuna por parlamentares udenistas.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

MAURO RENAULT LEITE — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1º de março de 1911, Barbacena, MG.

Genro de Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República (1946-1951) e Ministro da Guerra durante a vigência do Estado Novo (1937-1946). Primo de Bias Fortes, também Deputado à Constituinte de 1946 na legenda do PSD/MG.

Profissão: Engenheiro civil e funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, DF (1933). Engenheiro da Prefeitura do Distrito Federal (1934-1938). Engenheiro-chefe de divisão da Prefeitura do Distrito Federal (1938-1945). Perito do Banco do Brasil (1939-1945). Engenheiro da Central do Brasil (1943-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi representante do Distrito Federal no Conselho Nacional do Petróleo (1942-1945) e

representante do Estado do Piauí junto ao Ministério da Viação no Distrito Federal (1938-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para responder às acusações feitas por seus adversários políticos sobre a ocorrência de violências policiais no Piauí. Assim, realizou pronunciamentos sobre a *política do Piauí* (IV, 290-293; XVII, 144-146; XIX, 311-313), nos quais buscou defender as figuras dos Interventores piauienses Leônidas Melo e Vitorino Freire das críticas feitas por seus adversários udenistas, e procurou refutar as acusações segundo as quais seu sogro, o Presidente Dutra, estaria implantando uma "genrocacia" no Estado do Piauí.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

SIGEFREDO PACHECO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de maio de 1904, Campo Maior, PI.

Filho de Vicente Pacheco, Vereador e Prefeito de Campo Maior, PI (sem data).

Falecimento: 11 de fevereiro de 1980.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista), médico e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Farmácia (1927) e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1930). Médico do Pronto-Socorro do Hospital Paula Cândido, em Niterói, RJ (sem data). Professor de Histologia da Faculdade Fluminense de Medicina (sem data). Foi também farmacêutico e oficial de reserva do Corpo Médico do Exército, no Piauí (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte (1933). Prefeito nomeado de Campo Maior (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Assim como os demais membros da Bancada do PSD piauiense, teve discreta atuação em plenário, apenas tomando parte nos debates sobre a política do Piauí, nos quais buscou refutar as críticas endereçadas por parlamentares da UDN a próceres pessedistas do Piauí e à intervenção indébita do Presidente Dutra na política do Estado. Também ocupou a tribuna para, devidamente autorizado pela Comissão de Constituição, emitir parecer contrário a destaque supressivo de Luís Carlos Prestes (PCB/DF) ao art. 7º das "Disposições Transitórias" determinando a transferência para o Piauí da propriedade das fazendas de gado da União remanescentes do confisco aos jesuítas no Brasil colonial.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE

- 1) GEORGINO AVELINO (Senador/PSD);
- 2) DIOCLÉCIO DUARTE (PSD);
- 3) AUGUSTO VARELA (PSD);
- 4) MOTA NETO (PSD);
- 5) WALFREDO GURGEL (PSD);
- 6) FERREIRA DE SOUSA (Senador/UDN);
- 7) ALUÍSIO ALVES (UDN);
- 8) JOSÉ AUGUSTO (UDN);
- 9) CAFÉ FILHO (PRP-PSP).

$$5 \text{ PSD} + 3 \text{ UDN} + 1 \text{ PRP} = 9$$

BANCADA DO PSD — RN

A bancada do Rio Grande do Norte era composta por 5 Deputados, estreitamente entrosados com a máquina governamental montada durante o Estado Novo: **Georgino Avelino**, também conhecido como *Senador pif-paf*, político com diversas ligações no Governo Federal e nomeado Interventor no Rio Grande do Norte, pouco antes da derrubada de Vargas (1945), não obstante estar há mais de vinte anos afastado do Estado; **Dioclécio Duarte**, Deputado Estadual por várias legislaturas na República Velha, consultor técnico no Instituto Nacional do Sal durante o Estado Novo e substituto de Georgino Avelino na Interventoria do Rio Grande do Norte, um dia antes da derrubada de Vargas; **Augusto Varela**, membro do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Norte e Prefeito nomeado de Natal durante o Estado Novo (1943-1945); **Mota Neto**, também Prefeito nomeado de Mossoró durante o regime estado-novista (1943-1945); e **Walfredo Gurgel**, líder católico no Rio Grande do Norte.

JOSÉ GEORGINO ALVES E SOUZA AVELINO — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 31 de julho de 1888, Anjicos, RN.

Filho de Celestino da Costa Avelino, jornalista e fundador dos jornais *A Gazeta do Comércio* e *Diário da Tarde*, no Rio Grande do Norte.

Falecimento: 2 de abril de 1959.

Profissão: Jornalista e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF (1911). Adido Consular em Gênova, Itália (1912). Nas décadas de 1930 e 1940, exerceu o jornalismo no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro, colaborando no *Jornal do Comércio*, no *Correio da Manhã* e em *O Globo*, dentre outros periódicos. Durante o Estado Novo, foi Secretário-Geral da Universidade do Distrito Federal (1937).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Na condição de jornalista, militou na campanha da candidatura de Artur Bernardes à Presidência da República (1922). Apoiado por Artur Bernardes, elegeu-se Deputado Federal, RN (1924-1928). Opôs-se à Revolução de 30. Apoiou o movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo, participando dos combates como voluntário no Batalhão Ferroviário (1932). Durante o Estado Novo, foi Diretor de Turismo e Propaganda da Prefeitura do Distrito Federal na gestão do Prefeito Henrique Dodsworth (1941-1945). No contexto da crise da ditadura estado-novista, aproximou-se politicamente do General Dutra, tendo sido nomeado Interventor Federal no Rio Grande do Norte, de onde havia se afastado há mais de vinte anos (agosto de 1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Líder do governo Dutra no Senado (1947-1951).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em vários periódicos no Rio de Janeiro e publicou: *Caxias para a juventude* (biografia, 1941) e *Biografia para a gente nova* (sobre a personalidade de Getúlio Vargas, sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Primeiro-Secretário da Mesa da Assembléia, tendo ocupado a tribuna, várias vezes, para cumprir as atribuições regimentais de seu cargo estratégico. Em plenário, embora tivesse atuação discreta, foi um dos mais destacados defensores da política do governo Dutra de aproximação com a oposição conservadora, por um lado, e de repressão sistemática às classes populares, por outro, tendo

ocupado a tribuna várias vezes para defender diversas medidas governamentais, mormente as que visavam ao combate ao "comunismo" e à liquidação dos movimentos reivindicatórios das massas trabalhadoras. Assim, manifestou-se contra a greve dos bancários e foi a favor da dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na Capital Federal (X, 193). Além disso, participou das violentas discussões travadas no recinto constituinte sobre política norte-rio-grandense, envolvendo-se em acirradas trocas de acusações e pugilatos com parlamentares da bancada potiguar, principalmente Café Filho (PRP/RN) e o udenista José Augusto, tendo afirmado, em um desses entreveros, que "sou um dos líderes políticos do Estado, com maioria, que irá esmagar, nas próximas eleições, os partidos conjugados de V. Ex.^{as} Sou candidato e vou vencê-los, estrondosamente" (XVIII, 143).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de outubro de 1894, Natal, RN.

Filho de Dioclécio Duarte, descendente de tradicional família de proprietários de terra e *coronéis* no Rio Grande do Norte.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Banqueiro, jornalista e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1918). Exerceu o jornalismo e a advocacia no Rio Grande do Norte e foi Presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro e do Banco Central-Mercantil (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual na legenda do PRF — Partido Republicano Federal, no Rio Grande do Norte (1918-1920). Diretor do jornal *A República*, órgão oficial do PRF (1919-1920). Secretário de Joaquim Ferreira Chaves, Ministro da Marinha, e, posteriormente, Ministro da Justiça durante a República Velha (1920-1922). Deputado Estadual Constituinte pelo PR — Partido Republicano (1924-1926). Deputado Federal, RN (1927-1929). Deputado Federal, RN (1930). Sem informação sobre sua atuação política na década de 1930. Durante o Estado Novo, foi consultor técnico do Instituto Nacional do Sal e ocupou cargos de direção na

autarquia. No contexto da crise do regime, tornou-se Secretário-Geral do Rio Grande do Norte na gestão do Interventor Georgino Avelino, assumindo interinamente o cargo de Interventor quando do afastamento de Getúlio Vargas (28 de outubro a 3 de novembro de 1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No início da década de 1930, representou o Brasil na Conferência Internacional de Comércio, em Berlim. Foi ainda observador do Instituto Nacional do Sal na Conferência Nacional de Legislação Tributária, onde apresentou tese intitulada *Considerações em torno dos impostos que oneram o sal* (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em diversos jornais no Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte e publicou: *Para os que ficam...* (1919); *Problemas contemporâneos* (1921); *Como exerci o meu mandato* (sem data); *Estudos de economia brasileira* (1929); *A indústria extrativa do sal na economia do Brasil* (1942); e *O sal na economia do Brasil* (1943).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar bastante ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa do sistema de governo presidencialista e na abordagem de questões referentes ao desenvolvimento socioeconômico da região nordestina. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos argumentando longamente a favor do presidencialismo e combatendo argumentos de Constituintes adeptos do parlamentarismo (XVII, 414-419; XVIII, 288-292); abordando o tema da *industrialização do sertão do Nordeste* (X, 299-307), no qual defendeu entusiasticamente o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso com o fito de estimular o desenvolvimento industrial e econômico do interior nordestino, tendo qualificado tal empreendimento como um "fator de libertação nacional"; e analisando extensamente a *política do Rio Grande do Norte* (XX, 42-55), onde buscou refutar, ponto a ponto, as críticas endereçadas a suas atividades políticas no Rio Grande do Norte por seu adversário José Augusto (UDN/RN). Também tomou a palavra para efetuar importante e bem elaborado discurso sobre a *extinção do Instituto Nacional do Sal* (XX, 163-177), onde protestou veementemente contra os boatos divulgados pela imprensa acerca da ameaça de fechamento da autarquia, aproveitando a ocasião para ler "memorial dos pequenos e médios produtores de sal do Rio Grande do Norte", que reivindicava a manutenção do instituto e o desmentido dos boatos sobre o seu fechamento. Além de envolver-se em

numerosos debates sobre política potiguar e contra defensores do sistema de governo parlamentarista, manifestou-se a favor da vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, do mandato presidencial de 6 anos e contrário à extinção do DNC e das autarquias em geral, tendo ainda tomado parte nas manobras visando ao isolamento do PCB na Constituinte, posicionando-se, freqüentemente, contra o "regime comunista" vigente na Rússia e combatendo vários pontos de vista defendidos por parlamentares da bancada pecebista em plenário.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 180, sugerindo critério para o provimento de cátedras no ensino secundário e superior.

JOSÉ AUGUSTO VARELA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 28 de novembro de 1896, Ceará-Mirim, RN.

Falecimento: 14 de junho de 1976.

Profissão: Proprietário de terras, médico e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1922), após o que clinicou em Natal (1922-1930). Professor da Escola de Farmácia de Natal (sem data). Inspetor sanitário nos Portos de Macau, RN (1931-1942). Durante o Estado Novo, foi Diretor do Hospício de Alienados de Natal (1942-1945), além de exercer a medicina em diversas outras instituições de saúde. Foi também fazendeiro e plantador de algodão no Rio Grande do Norte.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Eleito Deputado Estadual pelo Rio Grande do Norte, não chegou a exercer o mandato em virtude da Revolução de 30. Deputado Estadual Constituinte pelo PP — Partido Popular, no Rio Grande do Norte (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Norte e Prefeito de Natal (1943-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Vice-Presidente da Comissão Executiva do PSD (1946). Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Governador do Rio Grande do Norte (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Sindicato dos Médicos, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande

do Norte e de várias outras associações médicas. Foi também Secretário da Legião Brasileira de Assistência — LBA, no Rio Grande do Norte, durante o Estado Novo.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Câncer e fibromas uterinos* (tese, sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na defesa da política social implementada durante o regime estado-novista no Rio Grande do Norte e na participação nas violentas polêmicas e trocas de acusações sobre política regional norte-rio-grandense ocorridas no recinto da Assembléia, nas quais seu nome esteve freqüentemente envolvido. Assim, ocupou a tribuna várias vezes para proferir discursos sobre *assistência social no Rio Grande do Norte* (IV, 228-230; IV, 258; IV, 266), nos quais fez o elogio da "obra social" realizada durante o Estado Novo no Rio Grande do Norte e no curso de sua própria gestão à frente da Prefeitura de Natal; analisando a *situação dos meios de transporte no Estado do Rio Grande do Norte* (XI, 57-58), onde, em meio à enumeração das dificuldades sofridas pelo setor, aproveitou a ocasião para ler telegramas de seus correligionários das cidades de Macau e Areia Branca "solicitando ao Executivo" verbas e a feitura de obras e serviços em seus municípios e justificando várias emendas de sua autoria ao projeto constitucional, mormente aos itens que regulamentavam o problema da saúde pública (XVII, 306-310). Parlamentar de postura governista, manifestou-se a favor da vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes e defendeu várias vezes o governo Dutra das acusações feitas por oposicionistas referentes às ocorrências de perseguições a oposicionistas em diversos Estados. Além disso, foi um dos principais personagens envolvidos nas violentas polêmicas sobre política regional potiguar ocorridas em plenário, tomando a palavra diversas vezes para trocar acusações com parlamentares da oposição (mormente Café Filho e José Augusto) e para realizar pronunciamentos que são capítulos do extenso pugilato sobre política norte-rio-grandense ocorrido durante os trabalhos constituintes.

Apresentou 25 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas co-assinadas por seu companheiro de bancada Dioclécio Duarte (PSD/RN). Destacam-se as de nº 1.437, aumentando de 25 para 30 anos a idade mínima exigida para o exercício do cargo de Ministro de Estado; nº 1.624, obrigando o Governo a criar um Ministério da Saúde independente

do Ministério da Educação e Cultura; nº 1.630, concedendo estabilidade aos funcionários públicos interinos e extranumerários; e a de nº 1.502, proibindo o aumento dos impostos acima de 20% de seu valor.

VICENTE DA MOTA NETO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 6 de novembro de 1914, Mossoró, RN.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Industrial (produtor de sal) e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Ceará (1936). Foi Promotor Público em Mossoró, RN (1936). Foi também proprietário de firma produtora de sal no Rio Grande do Norte.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Secretário da Prefeitura de Mossoró (sem data) e Prefeito de Mossoró (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à política regional de seu estado e na defesa explícita e veemente dos interesses dos pequenos e médios produtores de sal do Rio Grande do Norte, tendo realizado diversos pronunciamentos e enviado à Mesa da Assembléia vários requerimentos e indicações "solicitando ao Executivo" medidas de amparo aos produtores de sal. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos analisando a política do INS — Instituto Nacional do Sal (VII, 369-373; XIV, 539-540), nos quais, embora endereçasse críticas à "administração gestapiana do Instituto do Sal" (VII, 371) por não comportar em sua comissão executiva número suficiente de representantes dos pequenos e médios produtores do interior, posicionou-se veementemente contrário à extinção da autarquia, a seu ver, um órgão indispensável para proteger os pequenos e médios produtores do

domínio dos grandes comerciantes citadinos que controlavam a comercialização do sal (XIV, 539). Também tomou a palavra para focalizar a *política do Rio Grande do Norte* (XIX, 47-49), onde defendeu sua gestão à frente da Prefeitura de Mossoró, tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia diversos requerimentos e indicações "solicitando ao Executivo" a feitura de obras e serviços no interior de seu estado. Além disso, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes e declarou voto a favor do requerimento de Bernardes Filho (PR/MG) exigindo do Poder Executivo maior publicidade e divulgação prévia da expedição de decretos-lei.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

WALFREDO GURGEL — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de dezembro de 1908, Caicó, RN.

Falecimento: 4 de novembro de 1971.

Profissão: Sacerdote (padre católico), professor e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Filosofia (1928) e Teologia (1932) pela Universidade Gregoriana de Roma, Itália, após o que exerceu a profissão de padre católico no Rio Grande do Norte. Professor de Filosofia e Teologia no Seminário de Natal, RN (1932). Reitor do Seminário de São Pedro, Natal (1933-1935). Vigário nas paróquias de Acari (1935) e de Caicó (1936-1942), RN. Durante o Estado Novo, foi fundador e Diretor do Ginásio Diocesano Seridoense, em Caicó, RN (1942-1945); Monsenhor e Vigário-Geral da Diocese de Caicó, RN (1943).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Militou no Partido Integralista, na década de 1930. Durante o Estado Novo, exerceu atividades políticas na hierarquia da Igreja Católica. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/RN, tornando-se membro do Diretório Regional do Partido. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Atuou em diversas instituições católicas e foi membro do Centro de Imprensa de Natal.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Rio Grande do Norte, tendo colaborado regularmente no jornal *A Ordem*, no mesmo Estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema educacional e na defesa dos direitos dos ex-combatentes da FEB — Força Expedicionária Brasileira. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso tecendo *considerações sobre o ensino* (XIX, 76-83), no qual sustentou várias propostas sobre o assunto, dentre as quais a redação de um dispositivo constitucional determinando a obrigatoriedade do ensino primário como forma mais adequada de solucionar o problema do analfabetismo no Brasil, tendo ainda tomado a palavra (VIII, 190) para defender o Requerimento nº 118, de sua autoria, "solicitando informações" ao Executivo sobre as medidas que foram tomadas para amparar os ex-combatentes da FEB que retornaram da guerra. Parlamentar conservador, posicionou-se veementemente contrário à inclusão de preceito constitucional determinando a separação entre a Igreja e o Estado e manifestou-se contra a greve dos trabalhadores da Light.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 122, favorável à freqüência obrigatória às aulas de ensino religioso nas escolas públicas, e a de nº 410, concedendo estabilidade aos funcionários públicos que tivessem participado das Forças Expedicionárias.

BANCADA DA UDN — RN

A Bancada da UDN/RN era composta por **Ferreira de Sousa**, antigo político potiguar, com ativa militância em diversas associações profissionais dos advogados; **José Augusto**, descendente de tradicional família de oligarcas no Rio Grande do Norte, empresário do ramo de seguros e Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; e **Aluísio Alves**, ex-Presidente da LBA no Rio Grande do Norte e o mais jovem Deputado eleito à Constituinte de 1946, com 24 anos naquele então. Segundo Sérgio Miceli,

"no Ceará e no Rio Grande do Norte, as bancadas udenistas reúnem políticos ilustres da República Velha — **Fernandes Távora**, **José de Borba Vasconcelos**, **José Augusto Bezerra de Medeiros** — a jornalistas e magistrados vinculados à Igreja" (MICELI, 1986 : 571-572).

JOSÉ FERREIRA DE SOUSA — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de setembro de 1899, Santa Cruz, RN.

Neto do Coronel Felipe Ferreira, chefe político e Prefeito de diversas cidades no interior do Rio Grande do Norte (sem data). Filho de Ezequiel Mergelino de Sousa, Coronel da Guarda Nacional, Prefeito e Deputado Estadual pelo Rio Grande do Norte (1915). Seus irmãos também ocuparam inúmeros cargos políticos no Estado.

Falecimento: 14 de maio de 1975.

Profissão: Advogado, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1920), após o que exerceu a advocacia no Rio Grande do Norte. Professor e Vice-Presidente da Escola de Comércio de Natal (1922-1928). Consultor da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Norte. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, DF, onde exerceu a profissão de advogado (1928). Auxiliar do consultor jurídico do Ministério da Fazenda. Professor de Economia Política na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1934). Durante o Estado Novo, foi professor de Direito Internacional Público e de Direito Comercial na Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro (1938-1939); Procurador-Adjunto do Ministério da Fazenda (1939-1941); professor catedrático de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito (1941).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, RN (1921-1923). Deputado Estadual Constituinte, RN (1924-1928). Sem informação sobre sua atuação na Revolução de 30. Deputado Constituinte e Federal pelo PP — Partido Popular, no Rio Grande do Norte (1935-1937). Deputado Federal, PP/RN (1935-1937). Sem informação sobre sua atividade política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, participou da fundação da UDN e elegeu-se Deputado Federal com o apoio da Liga Eleitoral Católica (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Representou o Estado do Rio Grande do Norte no Congresso de Cooperativas de Crédito no Rio de Janeiro (1928 e 1930-1931). Indicado pela Federação das Associações Comerciais do Brasil, integrou a Comissão

de Reforma do Imposto de Consumo (1931). Representante da Associação Comercial do Rio Grande do Norte na Federação das Associações Comerciais do Brasil (1932). Representante do Rio Grande do Norte no Congresso de Direito Processual realizado no Rio de Janeiro (1936). Participou do III Congresso de Juristas Brasileiros (1943). Foi também membro do Conselho Federal da OAB e Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro (sem data) e primeiro Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Aeronáutico (1946).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Intelectual católico, exerceu o jornalismo no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro e colaborou em diversas revistas jurídicas.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Família, Educação e Cultura, da Comissão da Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema da educação e a diversos aspectos da organização do aparelho judiciário. Crítico veemente do legado do regime estado-novista, logo no início dos trabalhos constituintes manifestou-se contra a vigência da Carta de 1937 e amplamente favorável à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo, tendo polemizado freqüentemente com lideranças pessedistas que negavam tais prerrogativas à Assembléia.

Parlamentar ativo em plenário, na condição de membro da Comissão da Constituição, ocupou a tribuna diversas vezes para proferir discursos nos quais emitiu pareceres a inúmeros destaques solicitados por outros Constituintes quando da votação do Projeto Revisto em plenário, mormente aos dispositivos do capítulo "Da Educação" da Constituição. Assim, realizou pronunciamentos defendendo a manutenção do Senado e combatendo emenda (rejeitada) de Nestor Duarte (UDN/BA) favorável à extinção desta Casa legislativa (XXII, 76) e dando pareceres contrários às emendas de Hermes Lima (ED/DF) que determinava a laicidade do ensino público; de Brígido Tinoco (PSD/RS) obrigando a União a aplicar 15% de seu orçamento no estímulo à educação primária; de Dário Cardoso (PSD/GO) que proibia o ensino de língua estrangeira na escolas de 1º e 2º graus; e de Carlos Pinto (PSD/RJ) que isentava de tributos o pequeno produtor rural, todas elas rejeitadas em plenário. Além disso, manifestou-se favorável ao sistema de governo parlamentarista e à concessão do direito de

voto aos soldados, tendo sido contra a desapropriação de terras localizadas próximas a centros populosos para fins de revenda aos pequenos agricultores e contra a nacionalização das empresas estrangeiras situadas em território nacional.

Apresentou 64 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos constitucionais que regulamentavam o funcionamento do Poder Judiciário. Destacam-se as de nº 2.602, regulamentando a organização e o funcionamento dos Tribunais Federais de Recursos; nº 3.229 (rejeitada; XXIII, 246), favorável à "liberdade e autonomia sindicais" e transferindo para "lei ordinária" regulamentação mais detalhada da intervenção nos sindicatos; nº 3.247, eliminando preceito constitucional que recomendava a nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; e a de nº 3.101 (rejeitada; XXIII, 34), incluindo preceito constitucional assegurando o direito sobre criações intelectuais em vários ramos de atividade.

ALUÍSIO ALVES — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de agosto de 1921, Angicos, RN.

Profissão: Jornalista e estudante.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Redator político do jornal *A República*; Diretor do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social e Diretor da Biblioteca Norte-Rio-Grandense de História, em Natal, RN (1940-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, atuou no movimento estudantil. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o Estado Novo, foi Secretário e Presidente da Seção da LBA — Legião Brasileira de Assistência, no Rio Grande do Norte (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Rio Grande do Norte e publicou *Angicos* (1939) e *São José dos Angicos* (1940).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar mais jovem dentre os 338 Constituintes que participaram do processo de elaboração constitucional, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Rio Grande do Norte, especializando-se na remessa à Mesa da Assembléia de incontáveis requerimentos e indicações "solicitando ao Executivo" obras e serviços no interior de seu estado. Além disso, ocupou a tribuna para participar dos acirrados debates sobre política regional potiguar travados no recinto constituinte, tendo também proferido discursos sobre *o problema da valorização humana* (VI, 376-384; VII, 266-273), nos quais, após citar uma série de dados estatísticos atestando as precárias condições da saúde pública e os altos índices de mortalidade infantil em vários Municípios brasileiros, advertiu a maioria conservadora da Assembléia sobre a "necessidade de valorização do homem brasileiro".

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 207, destinando 1% da renda tributária da União, Estados e Municípios para o "amparo à maternidade, à infância e à adolescência", e a de nº 762, fixando regras para a composição e o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos.

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de outubro de 1884, Caicó, RN.

Descendente de tradicional família de oligarcas no Rio Grande do Norte. Neto de José Bernardo de Medeiros, chefe político do Seridó no Império escravista brasileiro e na República Velha, Deputado Estadual e Senador por várias legislaturas (sem data). Neto pelo lado paterno de Silvino Bezerra de Araújo Galvão, Líder do Partido Republicano Federal e Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte (1892-1896). Foi ainda parente de inúmeros outros chefes políticos no Rio Grande do Norte.

Falecimento: 18 de maio de 1971.

Profissão: Empresário (ramo de seguros), advogado, escritor e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1905), após o que montou escritório de advocacia em Natal, RN. Professor de História Geral e do Brasil no Ateneu

Norte-Rio-Grandense (1906). Juiz de Direito em Caicó, RN (1911). Colaborou nos periódicos *Diário de Notícias*, *A Manhã* e *O Jornal*, no Rio de Janeiro, a partir de 1917. Após a Revolução de 30, abriu escritório de advocacia no Rio de Janeiro e atuou como empresário no ramo de seguros (1931-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Chefe de Polícia interino no Rio Grande do Norte (1912). Deputado Estadual pelo PRF — Partido Republicano Federal, no Rio Grande do Norte (1913-1914). Secretário-Geral do Rio Grande do Norte no governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914). Deputado Estadual Constituinte, PRF/RN (1915). Deputado Federal, RN (1916-1918). Deputado Federal, PRF/RN (1918-1921). Deputado Federal, PRF/RN (1921-1923). Governador do Estado do Rio Grande do Norte (1924-1927). Senador Federal (1928-1930). Opôs-se à Revolução de 30, tendo sido incluído pelos líderes do movimento na categoria de políticos denominados de *carcomidos* (1930). Apoiou o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Fundador do PP — Partido Popular, no Rio Grande do Norte (1933). Deputado Federal, PP/RN (1935-1937); no curso de seu mandato foi Vice-Líder da Oposição na Câmara. Durante o Estado Novo, foi Vice-Presidente da Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal (1940-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN, tornando-se membro do Diretório Nacional Provisório, da Comissão de Orientação Política e da Comissão Executiva do Partido (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da Comissão Diretora e Presidente da Subcomissão de Legislação Social e do Departamento Cultural da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1940). Presidente da Associação Brasileira de Educação (1942). Presidente da Comissão *Atividades Econômicas do Estado* e Delegado da Associação Comercial de Natal no I Congresso Brasileiro de Economia realizado no Rio de Janeiro (novembro a dezembro de 1943). Participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, tendo integrado a comissão encarregada de elaborar a *Declaração* ao término do Congresso (janeiro de 1945). Vice-Presidente e sócio-benemérito da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1946-1947). Além disso, pertenceu a inúmeras outras associações culturais e educacionais.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Escreveu artigos sobre o problema educacional em diversos periódicos, tendo sido Diretor das

revistas *A Educação* (1922-1924) e *Revista Brasileira de Educação* (1929-1930). Publicou: *Liga de ensino* (1911); *Pela educação nacional* (1918); *Eduquemo-nos* (1922); *Aos homens de bem* (1926); *A representação profissional nas democracias* (1932); *O Anteprojeto de Constituição em face da democracia* (1933); *Porque sou parlamentarista* (1934); *Famílias seridoenses* (1940); e *O sal e o algodão na economia potiguar* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Vice-Líder da UDN na Assembléia Constituinte. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa doutrinária dos princípios do Estado liberal e do "social liberalismo" e na luta pela adoção do sistema de governo parlamentarista, do qual foi um dos mais ardorosos propugnadores na Assembléia, juntamente com o Deputado gaúcho Raul Pilla (PL/RS). Assim, ocupou a tribuna para proferir longos e bem articulados discursos efetuando a defesa doutrinária dos princípios do "social liberalismo", do Estado liberal e da *Federação* (I, 250-260; IV, 351-356; V, 5-16), nos quais polemizou longamente com Agamenon Magalhães (PSD/PE) e outros defensores do legado do regime estado-novista, do centralismo e da intervenção estatal na economia, argumentando longamente em prol da adoção do sistema de governo parlamentarista (I, 250-260; XVII, 160-170; XIX, 184-196) e enumerando vários aspectos positivos do regime, o principal deles o de proporcionar a estabilidade necessária à consolidação das instituições políticas democráticas no País para fazer frente à "hipertrofia do Executivo" que se instaurou no pós-trinta; e fazendo longa declaração de voto a favor da emenda (rejeitada) de Raul Pilla que instaurou o parlamentarismo quando da votação do Projeto Revisto em plenário (XXII, 187-192).

Também tomou a palavra para realizar extensos pronunciamentos sobre a *política do Rio Grande do Norte* (XVIII, 110-113; XIX, 272-284), nos quais procurou defender sua figura política e a de seus correligionários das violentas críticas efetuadas em plenário por seu adversário político Augusto Varela (PSD/RN), aproveitando a ocasião para fazer várias denúncias de violências políticas e arbitrariedades cometidas por pessedistas em seu estado. Segundo Osny Duarte Pereira,

"Em 10 de julho de 1946, sobre as liberdades nas eleições no Rio Grande do Norte, houve um violento diálogo entre José Augusto e Augusto Varela (PSD/RN). José Augusto dizia: 'Nas eleições de 1935, o diploma dos Deputados Café Filho e Monteiro Vieira tinham manchas de sangue dos meus conterrâneos e mostrei o assassinio de sete amigos meus trucidados pelo Governo do Estado'. Desencadeou-se então um charvari

tremendo, muito elucidativo sobre práticas eleitorais, de parte a parte" (XVIII, 110) (PEREIRA, 1964 : 146).

Além disso, foi um dos principais adversários da imigração japonesa em plenário e defendeu da tribuna constituinte emenda de sua autoria e de Miguel Couto (PSD/RJ) proibindo terminantemente a imigração japonesa, tendo ainda se posicionado a favor da emenda (aprovada) de Daniel Faraco (PSD/RS) criando o Conselho Nacional de Economia, órgão subordinado ao Congresso Nacional e encarregado de promover o planejamento da economia brasileira.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.769, assegurando a posse de terras aos "silvícolas" que nela se achassem permanentemente localizados; nº 3.605, efetivando funcionários públicos extranumerários; nº 3.622, regulamentando a criação de uma comissão para apurar as reclamações e denúncias daqueles que tivessem sido afastados de seus cargos em decorrência da Revolução de 30; e a de nº 3.685, assegurando aos funcionários aposentados em decorrência da aplicação do art. 177 da Constituição de 1937 o direito de reassumirem seus cargos.

BANCADA DO PRP-PSP — RN

A Bancada do PSP/RN era composta por um dos dois Deputados eleitos pela legenda do antigo Partido Republicano Progressista — PRP, o futuro Presidente da República, **Café Filho**, então um irrequieto parlamentar, buscando utilizar-se do processo constituinte para alavancar sua carreira política.

JOÃO FERNANDES CAMPOS CAFÉ FILHO — PRP-PSP

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de fevereiro de 1899, Natal, RN.

Falecimento: 20 de fevereiro de 1970.

Profissão: Jornalista e funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Mesmo assim, trabalhou como advogado do Tribunal de

Justiça do Rio Grande do Norte. Fundador do *Jornal do Norte*, no Rio Grande do Norte (1921). Diretor do jornal *A Noite*, em Recife, PE (1925). Redator do jornal *A Manhã*, no Rio de Janeiro, DF (1929). Após um período de militância política, trabalhou como inspetor do Ministério do Trabalho (1933-1934). Durante o Estado Novo, perseguido politicamente, foi diretor de uma empresa de transportes ferroviários (1938-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante a década de 1920, atuou em vários movimentos sociais no Rio Grande do Norte, chegando a ser preso por escrever artigo no jornal *A Noite* favorável à Coluna Prestes (1927-1928). Em razão de sua militância política no movimento sindical, foi obrigado a deixar o Rio Grande do Norte devido a perseguições políticas, transferindo-se para o Rio de Janeiro (1929). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 na Paraíba e no Rio Grande do Norte (1929-1930). Chefe de Polícia no Rio Grande do Norte (1930-1933). Fundador do PSN — Partido Social Nacionalista, no Rio Grande do Norte (1933). Deputado Federal, PSN/RN (1935-1937). Apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à Presidência da República (1937). Opôs-se ao golpe que instaurou o Estado Novo, exilando-se na Argentina (1937-1938). Retornando ao Brasil, afastou-se da política, tendo se dedicado às atividades profissionais (1938-1945). No contexto da redemocratização, juntamente com Ademar de Barros e outros, foi um dos fundadores do PRP — Partido Republicano Progressista (1945). Durante os trabalhos constituintes, filiou-se ao PSP — Partido Social Progressista, agremiação formada pela fusão do Partido Agrário Nacional — PAN, Partido Republicano Progressista — PRP, e Partido Popular Sindicalista — PPS. Após a Constituinte de 1946, tornou-se Líder do PSP na Câmara por um curto período, renunciando, logo a seguir, ao posto em virtude de divergências com Ademar de Barros (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante a década de 1920, no início de sua carreira política, atuou como advogado de várias categorias de trabalhadores no Rio Grande do Norte, tendo participado de diversos movimentos reivindicatórios das massas populares. Participou das rebeliões de 1922 e 1924 no Rio Grande do Norte. Na década de 1930, recusou-se a atuar na ANL em virtude da participação dos comunistas na organização.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Rio

Grande do Norte e no Distrito Federal, tendo sido Diretor do periódico potiguar *O Jornal*.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Ordem Econômica e Social da Comissão da Constituição, e da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Um dos Constituintes mais atuantes em plenário, teve intensa participação nas diversas etapas do processo de elaboração constitucional, tomando a palavra freqüentemente para manifestar-se sobre os mais variados assuntos. Logo no início dos trabalhos constituintes, ainda nas sessões preparatórias de instalação da Assembléia, protestou veementemente contra a presença do Ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, na Presidência dos trabalhos iniciais da Constituinte (I, 6), ocupando a seguir a tribuna para proferir discurso que teve grande repercussão em plenário defendendo a imediata revogação da Carta de 1937 (II, 151-170); efetuou ainda diversas outras intervenções e apresentou várias sugestões ao Regimento Interno durante essa etapa inicial dos trabalhos constituintes.

Também ocupou a tribuna para proferir discursos justificando requerimento de sua autoria no qual solicitava informações ao Governo sobre o destino a ser dado aos "saldo em divisas-ouro" retidos no estrangeiro (V, 20-30); defendendo requerimento em que pedia informações sobre as atividades da Companhia Vale do Rio Doce durante o Estado Novo (X, 47-52), aproveitando a ocasião para denunciar veementemente os termos da concessão feita pelo Governo brasileiro à Hanna Exploration Company para a exploração de minério de ferro na região amazônica; protestando contra a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca e contra várias outras medidas repressivas tomadas pelo governo Dutra (X, 206-209); analisando longamente o projeto constitucional (XIII, 348-356) e censurando o mesmo por concentrar excessivos poderes nas mãos do Poder Executivo e por não conceder autonomia ao Distrito Federal; tendo ainda efetuado incontáveis pronunciamentos sobre os mais variados assuntos. Além disso, manifestou-se favorável à ampliação da anistia para os militares punidos por motivos políticos durante o Estado Novo, à criação do Estado da Guanabara, ao mandato de 6 anos para Senadores, contra o "estado de sítio preventivo", e declarou voto a favor da "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945.

Apresentou 27 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 408, reintegrando em seus cargos os funcionários civis e militares

aposentados em decorrência do art. 177 da Constituição de 1937; nº 958, determinando a duração de 3 anos para os mandatos de Deputados Federais; nº 979, favorável ao mandato de 3 anos e à reeleição para Presidente e Vice-Presidente da República; nº 1.200, concedendo anistia ampla e irrestrita a todos os que tivessem cometido crimes políticos ou que tivessem sido condenados pelo extinto Tribunal de Segurança Nacional; nº 1.205-A (rejeitada; XXV, 108), determinando a aplicação imediata e independente de legislação complementar dos dispositivos constitucionais referentes aos vencimentos dos membros das Justiças dos Estados; nº 1.357 (aprovada e transformada no art. 27 das *Disposições Transitórias*), isentando dos impostos de transmissão e predial os imóveis destinados à residência de jornalistas; nº 1.383 (rejeitada; XXV, 8), criando o Estado da Guanabara, ao lado do Distrito Federal; nº 1.385 (aprovada; XXI, 324), dando à União competência privativa para explorar ou dar em concessão os serviços de radiodifusão; nº 1.505, reservando 6% da receita tributária da União para a execução de obras nas regiões nordestina e amazônica; e a de nº 1.641 (rejeitada; XXI, 53), suprimindo a invocação à "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição. Parlamentar "eternamente vigilante" em relação aos atos do Poder Executivo, apresentou ainda incontáveis requerimentos e indicações "solicitando informações" sobre os mais variados aspectos da política governamental.

Café Filho narrou suas atividades políticas no período e alguns aspectos de sua atuação na Assembléia Constituinte de 1946 no volume 1 de seu livro de memórias *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas* (Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966).

BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL

- 1) ERNESTO DORNELLES (Senador/PSD);
- 2) GETÚLIO VARGAS (Senador/PSD);
- 3) ADROALDO COSTA (PSD);
- 4) ANTERO LEIVAS (PSD);
- 5) BATISTA LUZARDO (PSD);
- 6) BAYARD LIMA (2º Suplente/PSD);
- 7) BITTENCOURT AZAMBUJA (PSD);
- 8) BROCHADO DA ROCHA (PSD);
- 9) DÂMASO ROCHA (PSD);
- 10) DANIEL FARACO (PSD);
- 11) ELÓI ROCHA (PSD);
- 12) GASTON ENGLERT (PSD);
- 13) GLICÉRIO ALVES (PSD);
- 14) HERÓFILO AZAMBUJA (1º Suplente/PSD);
- 15) MANUEL DUARTE (PSD);
- 16) MÉRCIO TEIXEIRA (PSD);
- 17) NICOLAU VERGUEIRO (PSD);
- 18) PEDRO VERGARA (PSD);
- 19) SOUSA COSTA (PSD);
- 20) TEODOMIRO FONSECA (PSD);
- 21) FLORES DA CUNHA (UDN);
- 22) OSÓRIO TUIUTI (UDN);
- 23) ABÍLIO FERNANDES (1º Suplente/PCB);
- 24) TRIFINO CORREIA (2º Suplente/PCB);
- 25) ARTUR FISCHER (PTB);
- 26) RAUL PILLA (PL).

20 PSD + 2 UDN + 2 PCB + 1 PTB + 1 PL = 26

BANCADA DO PSD — RS

No Rio Grande do Sul, o PSD obteve seu terceiro melhor resultado eleitoral a nível nacional, elegendo 20 Constituintes (77%) de uma bancada de 26, resultado esse que nunca mais viria a ser repetido pelo partido no pós-Segunda Guerra Mundial. Dentre os integrantes da Bancada do PSD/RS destacam-se: **Ernesto Dornelles**, primo de Getúlio Vargas, Coronel do Exército e ex-Interventor Federal no Rio Grande do Sul, em substituição a Cordeiro de Farias (1943-1945); **Getúlio Vargas**, ex-Presidente da República e principal figura da política nacional no pós-trinta (1930-1945); **Adroaldo Costa**, líder católico no Rio Grande do Sul e membro do

Conselho Administrativo do Estado durante o regime estado-novista (1944-1945); **Antero Leivas**, ex-Deputado Estadual no Rio Grande do Sul durante a República Velha; **Batista Luzardo**, ex-Chefe de Polícia do Distrito Federal após a Revolução de 30 (1930-1932) e Embaixador do Brasil no Uruguai e na Argentina durante o Estado Novo (1937-1945); **Bayard Lima**, Prefeito nomeado de Uruguaiana (1939-1945); **Brochado da Rocha**, Tenente-Coronel do Exército e Prefeito de Viamão durante o Estado Novo (1938-1945); **Dâmaso Rocha**, diretor de vários jornais em Porto Alegre; **Elói Rocha**, professor catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre (1939-1945); **Gaston Englert**, comerciante e membro do Conselho Administrativo do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1939-1945); **Mércio Teixeira**, Prefeito de Bagé durante o Estado Novo (1937-1945); **Pedro Vergara**, irmão de Luís Fernando Vergara, o qual foi "secretário de Getúlio Vargas" durante o Estado Novo (1937-1945); **Sousa Costa**, Ministro da Fazenda no pós-trinta e durante o Estado Novo (1934-1945); e **Teodomiro Fonseca**, militar e Prefeito nomeado de São Leopoldo (1937-1945) na vigência do regime estado-novista.

ERNESTO DORNELLES — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de setembro de 1897, São Borja, RS.

Descendente de família de proprietários rurais no Rio Grande do Sul, era filho do General Ernesto Francisco Dornelles. Era também primo de Getúlio Vargas, ex-Presidente da República (1930-1945), e cunhado do ex-Interventor mineiro Benedito Valladares, também Constituinte de 1946, pelo PSD/MG.

Falecimento: 30 de julho de 1964.

Profissão: Militar e proprietário de terras.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, formando-se Aspirante da Arma de Cavalaria (1921). Segundo-Tenente (1921). Primeiro-Tenente (1922). Cursou a Escola Provisória de Cavalaria (1922-1924). Estudou na Escola de Estado-Maior no Rio de Janeiro, DF (1925-1928). Capitão (1931). Major (1937). Durante o Estado Novo, foi promovido a Tenente-Coronel (1943). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Coronel (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Atuou ao lado das forças governistas na repressão ao movimento tenentista do Rio Grande do Sul (1924). Participou da Revolução de 30, no Rio Grande do Sul. Atuou como elemento de pressão da burocracia militar central junto ao Interventor mineiro Benedito Valladares (1933-1935). Instrutor da Força Pública Mineira (1934). Durante o Estado Novo, foi Chefe de Polícia de Minas Gerais, cargo para o qual foi nomeado um ano antes da instauração do regime (1936-1943); assessor do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (1942-1943); Interventor Federal no Rio Grande do Sul em substituição a Cordeiro de Farias (1943-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/RS (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, adotando o procedimento também seguido por outros ex-Interventores de não se expor a críticas de oposicionistas em plenário.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 2.668, regulamentando vários aspectos das eleições gerais subsequentes à Constituinte de 1946 e favorável ao mandato de 6 anos para Governadores e Presidente da República.

GETÚLIO DORNELLES VARGAS — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de abril de 1882, São Borja, RS.

Descendente de tradicional família de políticos e estancieiros de São Borja, RS. Filho de Manuel do Nascimento Vargas, Tenente-Coronel na Guerra do Paraguai, fazendeiro em São Borja, chefe político do Partido Republicano Rio-Grandense na mesma cidade e participante dos combates contra a Revolução Federalista ao lado de Júlio de Castilhos (1893). Vários de seus irmãos e tios tiveram participação decisiva nas políticas do Rio Grande do Sul e nacional, após a proclamação da República.

Falecimento: 24 de agosto de 1954.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1907). Por influência de Borges de Medeiros, foi nomeado Segundo-Promotor Público do Tribunal de Porto Alegre (1908). Logo em seguida, transferiu o cargo para seu colega de turma, João Neves da Fontoura, e retornou a São Borja, onde abriu banca de advocacia (1908). Após essa data, exerceu a profissão de advogado e dedicou-se à administração de suas propriedades no Rio Grande do Sul em meio às atividades políticas.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Juntamente com outros líderes estudantis gaúchos pertencentes à chamada "geração de 1907", organizou o Bloco Acadêmico Castilhista, agrupamento de apoio ao candidato do PRR — Partido Republicano Rio-Grandense, Carlos Barbosa, à Presidência do Estado do Rio Grande do Sul (1907). Deputado Estadual, PRR (1909-1912). Eleito Deputado Estadual pelo PRR, renunciou ao mandato em virtude de divergências políticas com Borges de Medeiros (1913). Após um período afastado da política, foi novamente eleito Deputado Estadual (1917-1921). Participou da campanha da *Reação Republicana* a favor da candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República (1922). Deputado Federal, PRR/RS (1923-1924). Deputado Federal, PRR (1924-1926); durante seu mandato, foi Líder da bancada de seu estado na Câmara. Ministro da Fazenda, no governo de Washington Luís (1926-1927). Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1928-1930). Candidato derrotado à Presidência da República pela Aliança Liberal (1929-1930), tendo se tornado uma das principais lideranças políticas nacionais e tomado parte de inúmeras articulações políticas no período. Após muitas vacilações, engajou-se na Revolução de 30, tornando-se uma das mais destacadas lideranças civis do movimento (1930). Chefe do Governo Provisório que subiu ao poder em decorrência da Revolução (3 de novembro de 1930 a 20 de julho de 1934); durante sua gestão foram tomadas inúmeras medidas importantes e foi derrotado o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Presidente da República eleito pela Assembléia Nacional Constituinte (20 de julho de 1934 a 10 de novembro de 1937); durante seu governo, implementaram-se várias medidas repressivas ao movimento popular e à Aliança Nacional Libertadora, tendo sido decretado o estado de guerra para intensificar a repressão política (1936-1937). Um dos principais

organizadores do golpe de Estado que instaurou a ditadura militar estado-novista (10 de novembro de 1937). Durante o Estado Novo, foi Presidente da República (1937-1945), até ser afastado por um golpe articulado por Góis Monteiro e Dutra (29 de outubro de 1945). No contexto da crise do regime, emergiu como a principal liderança política a nível nacional, tendo sido eleito Presidente do PSD e do PTB, e personagem central de vários acontecimentos políticos do período (1945). Após ter sido afastado da Presidência da República, "exilou-se" em sua fazenda em São Borja, de lá intervindo na cena política brasileira, até o seu retorno à Capital Federal para tomar posse no cargo de Senador à Assembléia Constituinte de 1946.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Na condição de principal liderança política nacional do pós-trinta, foi o personagem central de inúmeros acontecimentos políticos do período. No contexto da redemocratização, estimulou e liderou o movimento "queremista", objetivando a convocação da Assembléia Nacional Constituinte sem a realização de novas eleições presidenciais (1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Além de inúmeros manifestos, discursos e entrevistas, amplamente divulgados pela imprensa ao longo de sua trajetória política, publicou *A nova política do Brasil* (1938-1947), coletânea de seus discursos em 11 volumes, editada pela José Olympio.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Também eleito Deputado pelo PTB nos Estados da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, e Senador pelo PTB/SP, optou pelo mandato de Senador pelo PSD/RS em comunicação apresentada à Assembléia, em 4 de fevereiro de 1946 (I, 17). Assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 76ª Sessão, a 4 de maio de 1946 (XI, 221). No mesmo dia de sua posse, foi aprovada em plenário, após tumultuado processo de votação, a moção apresentada pelo Líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA), louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945 (XI, 224-255). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas tomou a palavra para declarar voto apoioando a emenda favorável às eleições diretas para Prefeitos das capitais dos Estados e para responder ao violento libelo endereçado a sua pessoa por Aliomar Baleeiro (UDN/BA), que o responsabilizou pelo conjunto das desgraças

ocorridas no Brasil no pós-trinta, tendo afirmado, em sua réplica ao udenista baiano, que

"(...) Quando for votada a Constituição, falarei ao povo para definir minha posição perante a história de minha pátria. Mas, para que não suponham que haja nesta minha atitude qualquer vislumbre de receio, venho declarar que, se alguém tiver contra mim motivos de ordem pessoal ou se julgar com direitos a desagravo, fora do recinto desta assembléia estarei à sua disposição. (*Aplausos e protestos, estabelecendo-se tumulto. Soam os timpanos.*)" (XXIII, 372).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição e foi o único, dentre todos os Constituintes de 1946, a não assinar a Carta Constitucional ao término dos trabalhos da Assembléia.

ADROALDO MESQUITA DA COSTA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de junho de 1894, Taquari, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, RS (1917), após o que exerceu a advocacia no Rio Grande do Sul. Promotor Público interino em Taquari, RS (1918). Procurador interino da República em Porto Alegre, RS (1919). Professor de Direito Comercial na Escola Superior de Comércio de Porto Alegre (1920). Professor de História do Brasil e História Universal na Faculdade de Filosofia de Porto Alegre (1920). Procurador da República no Rio Grande do Sul (1927). Um dos fundadores e membro do Conselho Fiscal da VARIG S.A. (1927). Professor de Direito Comercial da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1938-1942).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Após a Revolução de 30, foi nomeado membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio Grande do Sul (1931). Filiou-se ao PRR — Partido Republicano Rio-Grandense (1932). Eleito Deputado à Assembléia Nacional Constituinte pela FUG — Frente Única Gaúcha, renunciou ao mandato logo após o término dos trabalhos de elaboração constitucional (1934). Deputado Estadual Constituinte, RS (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho

Administrativo do Rio Grande do Sul (1944-1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Dutra, em substituição a Benedito Costa Neto (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Intelectual e líder católico no Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores e Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Também pertenceu a várias outras instituições culturais e foi membro da OAB/RS.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais no Rio Grande do Sul e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Publicou *A cambial* (1923) e *A falência* (1941).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Subcomissão Ordem Econômica e Social, da Comissão da Constituição, e Presidente da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação na defesa intransigente dos postulados da Igreja Católica, no combate ao divórcio e na abordagem de questões referentes aos temas "da nacionalidade e da cidadania". Logo no início dos trabalhos constituintes, definiu-se pela manutenção da Carta de 1937 e declarou voto contra a indicação udenista propondo a nomeação de uma comissão para redigir um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição estado-novista. Também ocupou a tribuna para proferir discursos sobre *matéria constitucional* (XII, 152-164; XIV, 568-576), nos quais justificou várias propostas de sua autoria ao projeto constitucional, mormente aos dispositivos que tratavam do problema da nacionalidade e da cidadania. Em suas intervenções, manifestou-se a favor da invocação da "proteção de Deus" e da Santíssima Trindade no preâmbulo da Constituição, do sistema de governo presidencialista, da perda de mandato dos Deputados e Senadores que ocupassem o cargo de Ministro de Estado, da indissolubilidade do vínculo matrimonial, tendo sido ainda veementemente contrário ao divórcio, ao parcelamento por 25 anos das indenizações em caso de desapropriação por interesse social com o fito de facilitar a reforma agrária, à proposta da bancada comunista de se extinguir a representação diplomática brasileira na Santa Sé, à ampliação da anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, e à imigração japonesa, tendo afirmado em defesa de seu ponto de vista que "(...) os japoneses são,

como o enxofre, insolúveis, não se deixando assimilar" (XXIII, 72).

Apresentou 39 emendas ao Projeto de Constituição, várias delas encampando sugestões das "classes produtoras" ao título "Ordem Econômica e Social", elaborado pela própria subcomissão da qual foi o Presidente. Destacam-se as de nº 506, regulamentando a sucessão de bens de estrangeiros residentes no Brasil; nº 3.306, contrária ao reconhecimento à União do direito de monopolizar determinado ramo industrial ou atividade econômica; nº 3.307, eliminando do texto constitucional o preceito que recomendava a nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; nº 3.309, suprimindo dispositivo que determinava a participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas; nº 3.310, reduzindo de 14 para 12 anos o limite mínimo de idade para a proibição do trabalho de menores a ser fixado na Constituição.

ANTERO MOREIRA LEIVAS — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 5 de outubro de 1899, Pelotas, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1922). Exerceu a advocacia e foi Promotor Público em Pelotas (sem data). Diretor do Colégio Pelotense e professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito de Pelotas, RS (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Eleito Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, perdeu o mandato em virtude da Revolução de 30. Sem informação sobre sua atuação política no pós-trinta.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas

ocupou a tribuna para proferir *discurso de congratulações com o Governo da República pelo decreto de extinção do jogo de azar* (VIII, 148-151), para justificar a Indicação nº 168, de sua autoria, "solicitando ao Executivo" obras no interior do Rio Grande do Sul (XVII, 260), e para manifestar-se favorável à emenda de Dário Cardoso (PSD/GO) proibindo o ensino de idioma estrangeiro nas escolas secundárias brasileiras. Além disso, juntamente com Elói Rocha (PSD/RS), enviou à Mesa da Assembléia declaração de voto a favor da indissolubilidade do vínculo matrimonial e da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido co-signatário de várias delas sugeridas por seu companheiro de bancada Elói Rocha.

JOÃO BATISTA LUZARDO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de dezembro de 1892, Uruguaiana, RS.

Descendente de tradicional família de comerciantes e proprietários de terras na região fronteiriça com o Uruguai. Filho de Severo Luzardo, Coronel da Guarda Nacional, comerciante e latifundiário (pecuarista) no Rio Grande do Sul.

Falecimento: 1º de janeiro de 1982.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista), advogado e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, DF (1916). Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF (1918). Retornando à sua cidade natal, abriu consultório de medicina em Uruguaiana, RS (1919). Participou ativamente do combate ao surto de peste bubônica em Uruguaiana, pelo que obteve grande popularidade junto à população local (1919).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Colaborou no jornal oposicionista *A Nação*, tendo sido preso pelo intendente municipal Flores da Cunha em virtude de críticas endereçadas ao mesmo (novembro de 1922). Participou da malograda rebelião organizada por oposicionistas contra o Presidente do Estado Borges de Medeiros (1923); na condição de chefe do estado-maior da coluna rebelde, tomou parte em vários combates travados contra tropas

governamentais. Delegado de Uruguaiana no congresso de fundação da organização oposicionista Aliança Libertadora (1924). Deputado Federal pela legenda Aliança Libertadora, RS (1924-1928); durante o exercício de seu mandato chegou a ser preso por um curto período por ter pronunciado discursos apoiando a Coluna Prestes e por tentar organizar uma rebelião contra o governo de Artur Bernardes (1925). Deputado Federal, Aliança Libertadora, RS (1927-1929). Membro do Diretório Central do PL — Partido Libertador, do qual foi um dos principais organizadores, juntamente com Assis Brasil, Raul Pilla e outros líderes oposicionistas (1928). Membro do Diretório Nacional do Partido Democrático Nacional (1928-1929). Membro da Comissão Executiva da Aliança Liberal (1929-1930), participou da campanha de Getúlio Vargas à Presidência da República e de várias articulações oposicionistas no período. Participou ativamente da Revolução de 30, tendo sido comandante do destacamento de Uruguaiana e nomeado Coronel durante a mesma (1930). Após a vitória da Revolução, tornou-se Chefe de Polícia do Distrito Federal (1930-1932); durante sua gestão, reprimiu duramente o movimento popular e o PCB. Divergindo a seguir dos rumos do Governo Provisório, procurou organizar levante armado em Vacaria, RS, em apoio ao movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo (1932). Após a derrota do levante, exilou-se no Uruguai e em Portugal (1932-1934). Deputado Federal, FUG — Frente Única Gaúcha (1935-1937). Presidente do PL — Partido Libertador (1935). Durante o exercício de seu mandato de Deputado Federal, aproximou-se progressivamente de Vargas, até ser nomeado, pelo mesmo, Presidente do Comitê Organizador da Campanha de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, foi Embaixador do Brasil no Uruguai (1937-1945). No contexto da crise do regime, foi nomeado Embaixador do Brasil na Argentina, permanecendo no cargo até a derrubada de Vargas (maio a outubro de 1945), tendo ainda participado ativamente das articulações, visando a obter o apoio do Presidente deposto à candidatura Dutra. Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946, foi novamente nomeado Embaixador do Brasil na Argentina (maio de 1946 a março de 1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário,

exerceu o mandato por um curto período, licenciando-se do posto na 56ª Sessão, a 6 de maio de 1946, para assumir o cargo de Embaixador do Brasil na Argentina (VIII, 176). Mesmo assim, ainda teve tempo de defender o Governo e a figura de Getúlio Vargas das acusações feitas em plenário pelo Líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) e de participar das manobras visando ao isolamento político-ideológico do PCB na Assembléia, secundando as provocações feitas por outros Constituintes ao Senador comunista Luís Carlos Prestes (PCB/DF) sobre o eventual posicionamento dos comunistas numa hipotética "guerra imperialista" contra a Rússia (V, 38).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

ARISTÓTELES BAYARD LUCAS DE LIMA — 2º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 18 de março de 1906, Bagé, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Militar e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Cursou a Escola Militar do Realengo, tendo sido expulso da mesma em virtude de ter participado de movimento de apoio à revolta tenentista dos *18 do Forte* (1921-1922). Formado pelo Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1930). Após a Revolução de 30, anistiado, tornou-se Primeiro-Tenente-Médico (1930). Capitão-Médico (1934).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: No início da década de 1920, participou do movimento tenentista, motivo pelo qual foi expulso do Exército (1922). Anistiado após a Revolução de 30 (1930). Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Uruguaiana, RS (1939-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 2º Suplente de Deputado pelo PSD/RS, assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 60ª Sessão, a 10 de maio de 1946, em substituição ao titular Batista Luzardo, que licenciou-se do posto para assumir o cargo de Embaixador do Brasil na Argentina (VIII, 423). Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso defendendo a única emenda de sua autoria ao Projeto de Constituição, a de nº 722, estipulando que "a União auxiliará os Municípios e cidades de fronteira, visando à valorização dessas zonas e os interesses internacionais da Nação" (XII, 367-371).

ANTÔNIO BITTENCOURT AZAMBUJA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1º de março de 1900, Encruzilhada, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem informação sobre atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à legislação eleitoral e no combate ao "comunismo" e ao PCB. Assim, ocupou a tribuna para fazer a *crítica a um discurso do Sr. Luís Carlos Prestes* (X, 422-423), no qual apoiou a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca (episódio que ficou conhecido durante os trabalhos constituintes como a "chacina do Largo da Carioca"), aproveitando a ocasião para apelar à Assembléia

"(...) diante de um futuro sombrio que nos aguarda, a que tudo façamos para que se reproduza e amplie o dispositivo constitucional, para

o efeito de alcançar, na cassação dos direitos políticos, o brasileiro que receber auxílio pecuniário, ou apreciável soma em dinheiro, com o fim de desenvolver e propagar no País doutrinas subversivas da Pátria e do regime" (X, 423).

Também ocupou a tribuna para realizar pronunciamento sugerindo ao Governo um projeto de lei que visasse a reformular a legislação eleitoral a fim de que esta permitisse candidaturas avulsas e a formação de partidos de emergência para concorrer às eleições em diversos níveis (XIX, 425-431). Parlamentar de postura governista, manifestou-se ainda contrário à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e à realização de eleições diretas para a escolha de Vice-Presidente da República após o término dos trabalhos constituintes.

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a carreira do funcionalismo público. Destacam-se as de nº 1.859, sugerindo nova redação a toda uma seção "Do Ministério Público", regulamentando vários aspectos do funcionamento da instituição; nº 2.091 (rejeitada; XXIV, 227), estabelecendo remuneração igual para cargos ou funções de igual responsabilidade; nº 2.811, dando ao Presidente da República a prerrogativa exclusiva de nomear os Interventores federais; e a de nº 3.491, determinando a decretação do estado de sítio pelo Presidente da República, *ad referendum* do Congresso Nacional.

JOSÉ DIOGO BROCHADO DA ROCHA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de agosto de 1904, Porto Alegre, RS.

Filho de Otávio Francisco da Rocha, engenheiro militar. Irmão de Francisco de Paula Brochado da Rocha, revolucionário de 30 e Secretário da Educação e Cultura na gestão do Interventor Cilon Rosa (1946).

Falecimento: 21 de maio de 1981.

Profissão: Engenheiro militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Cursou a Escola Militar do Realengo, tendo sido expulso da instituição em virtude de ter participado da revolta tenentista ocorrida a 5 de julho, no Rio de Janeiro (1922). Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, DF (1926). Engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do Rio

Grande do Sul (1927-1930). Após ser anistiado, tornou-se Primeiro-Tenente (1935). Capitão (1937). Durante o Estado Novo, foi promovido a Major (1938) e a Tenente-Coronel (1943), tendo ainda desempenhado inúmeras outras funções no Exército.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Expulso do Exército por ter participado do movimento tenentista (1922). Filiou-se ao PRR — Partido Republicano Rio-Grandense (1927). Membro da Comissão Central e Secretário-Geral do PRR (1928-1937). Secretário-Geral do Comitê da Campanha da Aliança Liberal no Rio Grande do Sul (1929-1930). Após a Revolução de 30, tornou-se Prefeito de São Pedro, RS (1930-1931), e Prefeito de Viamão, RS (1931-1932). Durante o Estado Novo, segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981 : 166), foi novamente Prefeito de Viamão, RS (1938-1944); Diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1944-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/RS, tendo sido eleito Vice-Presidente da Comissão Executiva do Partido no Estado (1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, renunciou ao mandato para ocupar uma cadeira de Deputado Estadual no Rio Grande do Sul (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Na década de 1920, participou do movimento tenentista no Rio de Janeiro. Foi também Presidente do Círculo Militar de Porto Alegre e membro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 32ª Sessão, a 25 de março de 1946 (IV, 383). Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional gaúcha e na defesa da autonomia administrativa do Estado e dos Municípios. Assim, ocupou a tribuna várias vezes para proferir discursos congratulando-se com o governo Dutra pelo término da greve dos ferroviários na Estrada de Ferro Leopoldina no Rio Grande do Sul (X, 421); justificando de forma sistemática várias emendas de sua autoria enviadas ao projeto constitucional (XII, 356-367; XVII, 212-216); defendendo-se das acusações efetuadas por oposicionistas contra sua gestão na direção da Viação Férrea Rio-Grandense (XVIII, 255-268); e protestando contra decreto-lei governamental que proibia a exportação de

madeira em cidades da Região Sul do País (XXIV, 115). Em seus pronunciamentos e intervenções, manifestou-se favorável à instituição do júri, à transferência do imposto territorial dos Estados para os Municípios, à manutenção do Senado Federal, à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, à participação do trabalhador nos lucros das empresas, à eleição direta para Prefeitos das capitais, das estâncias de águas minerais e nos Municípios onde se situassem portos ou bases militares, e à federalização das polícias militares estaduais. Posicionou-se, ainda, contra o regime unicameral, o voto de qualidade do Vice-Presidente da República no Senado, e a proibição do exercício de profissões liberais a técnicos estrangeiros.

Apresentou 24 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.513 (aprovada; XXII, 360), regulamentando a aquisição de nacionalidade brasileira por filhos de pais brasileiros nascidos em território estrangeiro; nº 1.587 (aprovada; XXIII, 427), proibindo ao militar que exercesse simultaneamente cargo estranho à carreira de optar pelos vencimentos ou proventos militares; nº 1.736 (rejeitada; XXII, 64), determinando a contagem de tempo de serviço para fins de promoção e aposentadoria dos funcionários civis ou militares que ocupassem mandatos legislativos; nº 3.494 (aprovada; XXIV, 265), proibindo a detenção de presos políticos em prisões comuns; nº 3.691 (aprovada e convertida do art. 28 das "Disposições Transitórias" da Constituição; XXV, 154), concedendo anistia aos trabalhadores que tivessem sofrido penas disciplinares em consequência de greves ou dissídios trabalhistas.

DÂMASO ROCHA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de dezembro de 1909, Porto Alegre, RS.

Falecimento: 14 de outubro de 1963.

Profissão: Jornalista e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1932), após o que se tornou Promotor Público na cidade. Dirigiu os periódicos *Jornal da Manhã* e *Correio da Noite*, em Porto Alegre, e foi fundador e Diretor do jornal *A Nação*, na mesma cidade (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da Revolução de 30, no Rio Grande do Sul. Sem informação sobre sua atuação política no pós-trinta. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo e foi poeta no Rio Grande do Sul, tendo publicado trabalhos jurídicos e literários, dentre os quais *O canto que eu ouvi* (poesia, 1931); *Festa da luz e da cor* (poesia, 1933); *O sistema penitenciário brasileiro* (sem data); *Sistema correcional russo* (sem data); *Menores abandonados e delinqüentes* (sem data); e *Reforma penitenciária do Uruguai* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação no combate ao *comunismo* e ao direito de greve dos trabalhadores. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *articulação de greves* (II, 182), no qual apoiou a adoção de medidas repressivas pelo Interventor gaúcho Cilon Rosa (PSD/RS) contra o movimento grevista no Rio Grande do Sul, e denunciou veementemente "a intervenção do Partido Comunista na articulação das greves como instrumento de desagregação e desarmonia social" (II, 182), o que gerou acirrados apertos de parlamentares da Bancada do PCB. Além disso, realizou pronunciamentos solicitando a transcrição nos *Anais da Assembléia* de entrevista concedida a jornais da Capital pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, Pereira Lira, justificando a postura governamental de repressão violenta ao movimento popular (XII, 12), e tomou a palavra para desmentir afirmações divulgadas na imprensa acerca de suas ligações com o partido integralista de Plínio Salgado (XXII, 182).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

DANIEL AGOSTINHO FARACO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de agosto de 1911, Florianópolis, SC.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Funcionário público e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Funcionário do Banco do Brasil (1928). Gerente da agência do Banco do Brasil em Lajeado, RS (1940). Gerente da agência do Banco do Brasil em Tubarão, SC (1942). Chefe do Serviço de Gerência do Banco do Brasil em Porto Alegre, RS (1943). Foi professor de Economia Política na Escola de Comércio de Santa Catarina e na Escola de Serviço Social de Porto Alegre (sem data). Sem curso universitário.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, seguiu carreira no Banco do Brasil (1937-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em vários jornais no Rio Grande do Sul e publicou *Elementos de economia política* (1938) e *Preços, salários, crises e a economia organizada* (1943).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório intitulado *Problema da alimentação no Brasil*. Um dos parlamentares mais ativos em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema das relações entre "capital e trabalho" e na defesa veemente do planejamento econômico e do intervencionismo estatal para estimular o desenvolvimento da economia do País, tendo ocupado a tribuna várias vezes para sustentar de maneira sistemática seus pontos de vista sobre estes assuntos. Assim, proferiu discursos fazendo várias considerações de cunho doutrinário sobre o tema das *relações entre o capital e o trabalho* (VI, 318-337), no qual justificou longamente diversas propostas de sua autoria aos dispositivos constitucionais que regulamentavam os direitos sociais dos trabalhadores; defendendo sua indicação na qual sugeriu ao Governo Federal medidas de combate à inflação (III, 429-436) e preconizando entusiasticamente a adoção do planejamento e do intervencionismo estatal para solucionar as questões fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro (V, 95-106; IX, 203-209; XII, 350-356), aproveitando a ocasião para argumentar a favor de sua emenda (posteriormente aprovada) que instituía o Conselho Nacional de Economia, e para criticar as soluções "liberal e totalitária" (fascista e comunista) para os problemas

socioeconômicos do mundo moderno.

Em seus inúmeros pronunciamentos e intervenções nos debates constituintes, posicionou-se a favor da participação dos trabalhadores nos lucros, na administração e na propriedade das empresas, do sistema de governo presidencialista, do mandato presidencial de 6 anos, da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e da indissolubilidade do vínculo matrimonial, tendo ainda se manifestado contra o recurso à greve pelos trabalhadores para fazer frente à deterioração do poder de compra do salário, e veementemente contra o divórcio. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia várias indicações sugerindo ao *Poder Executivo* medidas para enfrentar a inflação e a crise econômica vigentes no pós-guerra, destacando-se sua Indicação de nº 9 (III, 161-164), sugerindo diversas medidas "transitórias e permanentes" de combate à inflação e contrária à proposta amplamente difundida em certos meios empresariais de se combater a inflação através do corte das despesas públicas e da paralisação das "obras suntuárias" construídas pelo Governo.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.616, estipulando que "a lei incentivará a participação do trabalhador no capital das empresas em que trabalhar"; nº 1.618 (aprovada; XXIV, 230), regulamentando a criação, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Economia, órgão consultivo subordinado ao Congresso Nacional e destinado a fornecer subsídios para o planejamento da economia brasileira; nº 3.025, determinando a perda da nacionalidade de brasileiro que "receber de entidades estrangeiras subsídios para propagar ideologias antidemocráticas" (XV, 17); e a de nº 3.322 (aprovada; XXV, 125), permitindo a navios estrangeiros a navegação de cabotagem para transporte de mercadorias, em caso de necessidade pública.

ELÓI JOSÉ DA ROCHA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de junho de 1907, São Leopoldo, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1928). Juiz Municipal em São Francisco de Paula, RS (1928-1930). Professor de Direito Trabalhista, Civil

e Comercial na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre (sem data). Professor e Diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Porto Alegre (sem data). Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1939). Professor catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre (1939-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Apoiou a Revolução de 30 e o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, em 1932. Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário da Educação do Rio Grande do Sul na gestão do Governador eleito Válter Jobim (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Escreveu *Extinção do contrato de trabalho no Direito brasileiro* (tese de doutorado, 1939).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema dos direitos sociais dos trabalhadores e na apresentação de inúmeras emendas aos dispositivos do projeto constitucional que regulamentavam os direitos trabalhistas. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar longo discurso examinando a *legislação sobre Direito do Trabalho* (XVII, 227-235), onde justificou diversas propostas contidas em suas emendas sobre o assunto e criticou o projeto constitucional por ter se omitido em relação a vários aspectos importantes dos direitos trabalhistas e da organização da Previdência Social. Também enviou à Mesa da Assembléa inúmeras *declarações de voto* explicitando seu posicionamento em relação a temas debatidos em plenário; assim, votou a favor da vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, da indissolubilidade do vínculo matrimonial, da equiparação jurídica do casamento religioso ao civil, da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, do mandato de 2 anos para Deputados e de 4 anos para Senadores, e da adoção do princípio dos mandatos curtos.

Apresentou 44 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.266, dando à União competência privativa para legislar sobre Direito do Trabalho; nº 2.652, fixando normas gerais para a organização da Justiça do Trabalho; nº 2.597 (aprovada; XXII, 333), regulamentando a competência do Supremo Tribunal Federal para dirimir conflitos entre os

Tribunais Federais dos Estados; nº 2.662 (aprovada; XXII, 219), transferindo da Justiça do Trabalho para a Justiça Comum a competência para julgar os dissídios relativos a acidentes de trabalho; nº 3.161 (rejeitada; XXIII, 219), favorável à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais; nº 3.234 (rejeitada; XXIII, 290), elevando de 10 para 20 hectares o limite da gleba de terra a ser incorporada aos posseiros em caso de apropriação por usucapião; nº 3.350 (rejeitada; XXIII, 292), incluindo na Carta Constitucional dispositivo que proibia expressamente o emprego de fundos das instituições de seguro social em atos estranhos à sua finalidade; nº 3.352, favorável à nacionalização progressiva das empresas concessionárias de serviços públicos federais; nº 3.358, proibindo a greve nos serviços públicos e acrescentando várias outras restrições ao direito de greve; e a de nº 3.527 (rejeitada; XXIV, 162), elevando da metade para dois terços o *quorum* necessário para a declaração da inconstitucionalidade das leis por parte dos tribunais.

GASTON ENGLERT — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de março de 1895, Porto Alegre, RS.

Falecimento: 8 de novembro de 1965.

Profissão: Comerciante e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (sem data). Sem informação sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Rio Grande do Sul (1939-1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul na gestão do Governador Válder Jobim (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social. Um dos parlamentares mais conservadores em plenário, concentrou sua atuação na apresentação de emendas aos capítulos "Discriminação de Rendas" e "Dos Direitos Sociais" do projeto constitucional, nas quais procurou defender os pontos de vista das "classes produtoras" no tocante à elaboração da Constituição. Assim, combateu veementemente a redação formulada por Agamenon Magalhães (PSD/PE) ao título "Da Ordem Econômica e Social" da Constituição, tendo ocupado a tribuna diversas vezes para combater vários direitos sociais dos trabalhadores consagrados no texto constitucional, pelo que se envolveu em acirrados debates com parlamentares das bancadas do PTB e do PCB quando da votação do Projeto Revisto em plenário.

Apresentou 44 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.939, transferindo dos Estados para os Municípios a arrecadação do imposto territorial; nº 4.072, baseando a "Ordem Econômica e Social" na "iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo" (XVI, 359) e não na "justiça social", conforme constava no primitivo projeto; nº 4.074 (rejeitada; XXIII, 105), suprimindo dispositivo que reconhecia à União a faculdade de intervir no domínio econômico e de monopolizar determinado ramo ou setor de atividade; nº 4.076, contrária à nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; nº 4.077, assegurando ao capital estrangeiro tratamento jurídico igual ao capital nacional; nº 4.077, eliminando dispositivo que assegurava a todos trabalho que possibilitesse existência digna; nº 4.085, contrária à participação obrigatória do trabalhador no lucro das empresas; nº 4.087 (rejeitada; XXIII, 143), suprimindo dispositivo que assegurava repouso semanal remunerado aos domingos.

GLICÉRIO ALVES DE OLIVEIRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de setembro de 1893, Rio Pardo, RS.

Filho de Manuel Alves de Oliveira, proprietário de terras (pecuarista), Coronel da Guarda Nacional e chefe político no interior do Rio Grande do Sul.

Falecimento: 10 de setembro de 1967.

Profissão: Advogado-funcionário público e proprietário de terras (pecuarista).

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Juiz Distrital em Ijuí, RS (1915-1917). Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1917). Promotor Público em Cachoeira, RS (1918). Subchefe de Polícia na 4^a Região no Rio Grande do Sul (1923). Foi também pecuarista no interior do Rio Grande do Sul.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Filiou-se ao PRR — Partido Republicano Rio-Grandense (1923). Membro da Comissão Executiva do PRR e Conselheiro Municipal em Cachoeira, RS (sem data). Deputado Estadual, PRR/RS (1929-1930). Militou na FUG — Frente Única Gaúcha, agremiação fundada no Rio Grande do Sul para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República (1929-1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, no Rio Grande do Sul. Segundo David Fleischer "parlamentou em Itararé na Revolução de 30, como emissário das forças revolucionárias, evitando a batalha que deveria realizar-se entre estas e as de Washington Luís" (FLEISCHER, 1981 : 314) (1930). Participou dos combates realizados no Rio Grande do Sul em apoio ao movimento constitucionalista paulista (1932), após o que se exilou no Uruguai (1932-1934). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária e no combate ao "comunismo" e ao PCB. Ferrenhamente conservador e governista, logo no início dos trabalhos constituintes, interveio várias vezes para defender a vigência da Constituição de 1937 e declarou voto contra a moção da UDN propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um projeto de normas gerais que substituísse a Carta de 1937. Também ocupou a tribuna para proferir longo discurso abordando a questão da pecuária (VI, 228-240), no qual criticou veementemente a atuação dos frigoríficos estrangeiros no mercado de carne de seu estado e apresentou várias reivindicações dos pecuaristas do Rio Grande do Sul para libertar os produtores de carne do domínio dos "magnatas dos frigoríficos

estrangeiros", tendo ainda realizado pronunciamento defendendo o sistema de governo parlamentarista e justificando emendas de sua autoria (XIII, 53-61). Além disso, manifestou-se a favor da invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição e contra a anistia, o "comunismo", as greves e os aumentos salariais para os trabalhadores, tendo também sido um dos mais ferrenhos adversários dos comunistas em plenário, motivo pelo qual entabulou acirradas polêmicas com parlamentares da Bancada do PCB no recinto da Assembléia.

Apresentou 8 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 1.109 (rejeitada; XXIII, 204), substituindo a participação obrigatória do trabalhador nos lucros das empresas pela criação de um imposto social a ser regulamentado por "legislação ordinária", e a de nº 2.217, extinguindo as polícias militares estaduais. Além disso, apresentou destaque (rejeitado; XXV, 147) supressivo ao art. 32 das "Disposições Transitórias" da Constituição, que isentava os jornalistas do pagamento dos impostos de transmissão e predial urbano.

HERÓFILO CARVALHO DE AZAMBUJA — 1º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 28 de setembro de 1899, Caxias do Sul, RS.

Filho do Desembargador Armando Azambuja, militante do Partido Republicano Rio-Grandense na República Velha.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1923). Juiz Distrital em Dom Pedrito, RS (1921), tendo também montado escritório de advocacia nesta última cidade.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda estudante, foi um dos fundadores e Diretor do Centro dos Acadêmicos Republicanos, organização dedicada ao estudo e divulgação do pensamento de Júlio de Castilhos, histórico Líder do PRR — Partido Republicano Rio-Grandense, no Rio Grande do Sul (1923). Prefeito de Dom Pedrito, RS (1924-1928). Comissionado no posto de Tenente-Coronel, tomou parte nos combates aos levantes deflagrados no Rio Grande do Sul (1924-1926). Na condição de Presidente da Comissão

Executiva do PRR em Dom Pedrito, participou da Revolução de 30, no Rio Grande do Sul (1930). Segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981 : 336), durante o Estado Novo foi Procurador do Estado do Rio Grande do Sul (1938); Secretário da Educação do Rio Grande do Sul (1939-1942), na gestão do Interventor Cordeiro de Farias; Secretário do Interior do Rio Grande do Sul (1942-1943) e Presidente do IPASE no Rio Grande do Sul (1943-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PSD/RS, tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 31ª Sessão, a 22 de março de 1946 (IV, 289), em substituição ao titular João Neves da Fontoura, que renunciou ao mandato para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra. Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.248, contrária ao comparecimento dos Ministros de Estado nas sessões do Congresso Nacional, por considerar tal procedimento incompatível com o presidencialismo, "sistema de governo mais condizente com a índole do povo brasileiro"; nº 1.356 (rejeitada; XXIII, 293), ampliando o seguro social compulsório aos funcionários públicos; e a de nº 2.904, sugerindo nova redação a todo um capítulo "Dos Funcionários Públicos Civis", a ser acrescentado ao texto constitucional.

MANUEL DUARTE — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 18 de setembro de 1884, Vacaria, RS.

Filho de Amândio de Sousa Duarte, fazendeiro e pecuarista no interior do Rio Grande do Sul.

Falecimento: 20 de novembro de 1957.

Profissão: Advogado-funcionário público e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1909), após o que exerceu a advocacia e foi Promotor Público em Vacaria, RS.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda estudante, atuou no Bloco Acadêmico Castilhista (1918). Foi Intendente municipal e Presidente do Conselho Municipal de Vacaria, RS (sem data). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Diretor da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Além de vários trabalhos sobre história regional rio-grandense, publicou *Carlos Peixoto e seu presidencialismo* (1918); *No planalto* (1930); *Doutrina contra doutrina* (1940); *Brasileiro ou brasileira* (estudo sobre o patronímico dos filhos no Brasil; sem data); e *Província e nação* (1949).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na defesa do sistema de governo presidencialista e da autonomia político-administrativa dos Estados. Assim, citando freqüentemente as obras de Alberto Torres para fundamentar seus pontos de vista, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *a função da Constituinte* (XIII, 191-193), no qual defendeu o federalismo e justificou várias propostas de sua autoria regulamentando a autonomia administrativa e financeira dos Estados em relação à União, e realizou pronunciamento defendendo o presidencialismo e argumentando contra a adoção do sistema de governo parlamentarista (XIV, 176-179).

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 935, suprimindo dispositivo que dava à União competência privativa para legislar sobre as polícias militares e favorável à conservação das polícias militares estaduais; nº 1.159 (rejeitada; XXIII, 298), acrescentando preceito constitucional recomendando explicitamente a necessidade de se estimular a "fixação do homem no campo"; e a de nº 1.189 (rejeitada; XXIII, 429), transferindo do Congresso Nacional para o Estado-Maior do Exército a competência de regulamentar o tipo de organização das unidades da polícia militar.

LUÍS MÉRCIO TEIXEIRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 26 de dezembro de 1889, Dom Pedrito, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1915), após o que exerceu a profissão de médico em Bagé, RS.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Tomou parte na Revolução Gaúcha ao lado dos federalistas, grupamento de oposição ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros (1923). Apoiou a Revolução de 30, no Rio Grande do Sul. Membro do Diretório Central do PL — Partido Libertador, agremiação liderada por Assis Brasil (sem data). Durante o Estado Novo, foi Prefeito de Bagé, RS, posto para o qual havia sido nomeado um ano antes da instauração do regime (1936-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro da Sociedade de Medicina de Bagé, do Sindicato dos Médicos Brasileiros e da Associação Comercial e Rural de Bagé.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou trabalhos sobre Medicina na imprensa de Bagé e defendeu a tese *Contribuição ao estudo da enurese* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso de cunho doutrinário sobre a *redemocratização e os problemas da organização nacional* (V, 391-395), onde justificou de maneira genérica suas propostas à feitura da Constituição, e para fazer um "veemente apelo ao nobre Presidente Ex.^{mo} General Eurico Gaspar Dutra, para que S. Ex.^a autorize a construção da rodovia Bagé — Aceguá" no interior do Rio Grande do Sul (XVIII, 146-149).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 695, estipulando que "a lei estabelecerá um plano nacional de combate à tuberculose e à lepra" (XXII, 466).

NICOLAU DE ARAÚJO VERGUEIRO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 7 de março de 1882, Passo Fundo, RS.

Filho de João de Campos Vergueiro, proprietário de terras e líder político durante o Império. Sobrinho de Gervásio Araújo Annes, chefe político e Presidente do Partido Republicano em Passo Fundo, RS, na República Velha.

Falecimento: 16 de março de 1956.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Farmácia (1903) e em Medicina (1905) pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, RS. Exerceu a medicina em Passo Fundo, RS.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Presidente do Núcleo Municipal do PRR — Partido Republicano Rio-Grandense, em Passo Fundo, RS (1908). Deputado Estadual por cinco legislaturas seguidas na legenda do PRR (1909-1928). Prefeito de Passo Fundo (1921-1924). Lutou ao lado de Borges de Medeiros na Revolução Gaúcha de 1923. Deputado Federal, PRR (1930). Participou ativamente da Revolução de 30, no Rio Grande do Sul. Apoiou o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo sido preso e exilado em consequência de seu apoio à rebelião (1932-1933). Deputado Federal na legenda da FUG — Frente Única Gaúcha, no Rio Grande do Sul (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PDS/RS, tornando-se membro do Diretório Regional do partido e Presidente de seu Diretório Municipal em Passo Fundo (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em jornais de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo escrito vários trabalhos técnicos na área de Medicina.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem

apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

PEDRO LEÃO FERNANDES ESPINOSA VERGARA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 18 de junho de 1895, Porto Alegre, RS.

Primo de Luís Fernando Vergara, "secretário de Getúlio Vargas" durante o Estado Novo (1936-1945).

Falecimento: 29 de julho de 1979.

Profissão: Advogado-funcionário público e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Pelotas, RS (1917). Promotor Público em Camaquã, RS (1919), e em Santo Antônio, RS (1920). Promotor Público em São Leopoldo, RS (1922-1923). Promotor Público em Porto Alegre, RS (1927-1928). Promotor Público no Rio de Janeiro, DF (1929). Durante o Estado Novo, foi Procurador-Adjunto do Ministério Público Federal (1943-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Diretor do *Diário Popular*, jornal controlado por Borges de Medeiros em Pelotas, RS (1923). Diretor do jornal *A Federação*, órgão do PRR — Partido Republicano Rio-Grandense (1932). Secretário-Geral do PRL — Partido Republicano Liberal (1933). Deputado Constituinte e Federal, PRL/RS (1933-1935). Deputado Federal, PRL (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, participou da fundação do PSD/RS (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Conselho Federal da OAB e do Instituto dos Advogados do Brasil.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de ter exercido o jornalismo e de ter colaborado em revistas jurídicas no Rio Grande do Sul, publicou trabalhos literários e na área de Direito, destacando-se *Lampejos* (poesias, 1912); *Melopéia dos bosques* (poesias, 1913); *A reeleição* (1923); *Da legítima defesa subjetiva: legislação, doutrina e jurisprudência* (1929); *Contra o parlamentarismo* (1933); *A organização dos poderes políticos* (1933); *Dos motivos determinantes do Direito Penal* (1937); *Da liberdade*

civil (1940); *A poesia moderna rio-grandense* (1943); *Delito de homicídio: o dolo no homicídio* (1943); *Getúlio Vargas: orador e escritor* (1945).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na defesa do legado do Estado Novo dos ataques de oposicionistas e na apologia da figura de Vargas e da legislação trabalhista implantada no pós-trinta, a seu ver, "a maior e mais fecunda tentativa realizada no Ocidente, para impor ao problema social os imperativos da justiça e da previdência" (VII, 197). Parlamentar conservador e de postura ultragovernista, notabilizou-se durante os trabalhos constituintes por enviar à Mesa da Assembléia "para serem dados como lidos" longos discursos expondo seus pontos de vista sobre várias questões discutidas em plenário. Assim, realizou pronunciamentos argumentando extensamente contra a concessão à Assembléia Constituinte da capacidade de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo (II, 323-330); discorrendo longamente sobre o problema do *federalismo* e comparando os sistemas federativos brasileiro e norte-americano (IX, 335-346); defendendo a política econômica implementada durante o Estado Novo dos ataques feitos da tribuna pelo udenista paraense Agostinho Monteiro (V, 395-417; XVII, 43-53; XX, 401-409), aproveitando a ocasião para enaltecer a figura e a obra de Getúlio Vargas e para fazer a defesa doutrinária do "capitalismo católico", a seu ver, o sistema social mais adequado para conter a expansão do comunismo no pós-guerra; abordando o tema do *ensino primário particular* (VIII, 123-126) etc. Além disso, ocupou a tribuna para participar das manobras visando ao isolamento político-ideológico do PCB na Assembléia, tendo tomado a palavra para advertir o plenário contra a *expansão do comunismo no Brasil* (VII, 186-192), aproveitando a ocasião para preconizar o aprofundamento da legislação trabalhista instituída no pós-trinta como forma mais eficaz de fazer frente à expansão do "comunismo" no País.

Apresentou 33 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 789 (aprovada; XXIII, 36), proibindo "a prisão civil por dívidas, multas ou custas, salvo as exceções previstas em lei"; nº 1.349, permitindo o exercício do direito de greve e o *lockout* pacífico apenas como "medidas tendentes a fazer cumprir decisões da Justiça do Trabalho", e em cuja "justificação" se afirma que é "absurdo que se admita o direito de greve, pura e simplesmente, como está no projeto, num país como o nosso, em que existe uma Justiça especializada para dirimir os conflitos entre o capital e o trabalho" (XIII, 449); e a de nº 1.371, favorável à reeleição do Presidente da República.

ARTUR DE SOUSA COSTA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 26 de março de 1893, Pelotas, RS.

Falecimento: 12 de abril de 1957.

Profissão: Banqueiro e funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Auxiliar de balcão em Porto Alegre, RS (1909). Desempenhou vários cargos no Banco da Província do Rio Grande do Sul até tornar-se gerente da agência do banco em Cachoeira do Sul, RS (1909-1929). Diretor do Banco da Província do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (1930). Após a Revolução de 30, ingressou no Banco do Brasil (1931).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Presidente do Banco do Brasil (16 de janeiro de 1931 a 23 de julho de 1934). Ministro da Fazenda do governo Vargas em substituição a Osvaldo Aranha (1934-1937). Durante o Estado Novo, continuou a ocupar o cargo de Ministro da Fazenda (1937-1945), tendo sido o Ministro a permanecer mais tempo no cargo em toda a história do Brasil. No contexto da redemocratização, participou e estimulou, através da concessão de verbas, o movimento queremista no Rio Grande do Sul e em São Paulo (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o Estado Novo, participou, em nome do Governo brasileiro, de várias missões econômicas no exterior: chefiou a missão responsável pela negociação dos *Acordos de Washington* nos Estados Unidos da América (1942) e a delegação brasileira enviada à Conferência de Bretton Woods (1944). Após a Constituinte de 1946, foi Delegado do Brasil à II Conferência da Organização das Nações Unidas realizada nos Estados Unidos da América (1947).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de ter escrito inúmeros trabalhos sobre matéria econômico-financeira divulgados em diversos órgãos de imprensa, publicou: *Orçamento e contas públicas de 1935 a 1939* (1940); *Os estudos econômico-administrativos e sua importância para o Estado Novo* (1940); e *Panorama econômico e financeiro da República* (1941) etc.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Subcomissão Discriminação de Rendas, da Comissão da Constituição, onde teve participação decisiva na redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os que regulamentavam matéria fiscal e tributária. Em plenário, concentrou sua atuação na defesa da política econômico-financeira implementada durante sua gestão no Ministério da Fazenda dos ataques efetuados por oposicionistas e na participação nos violentos debates travados no recinto da Assembléia sobre o "Caso Borghi" de exportação do algodão. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 e contra a atribuição à Assembléia da prerrogativa de elaborar legislação ordinária, tendo ainda efetuado várias intervenções defendendo a política econômica estado-novista das violentas críticas endereçadas à mesma por Constituintes da UDN e do PR, tais como Alde Sampaio (UDN/PE), João Cleofas (UDN/PE), Aliomar Baleeiro (UDN/BA), Mário Brant (PR/MG) etc., tendo defendido especialmente a política de gastos públicos e de emissão monetária implementada em sua gestão no Ministério da Fazenda.

Um dos parlamentares mais visados pelas críticas dos oposicionistas, ocupou a tribuna para proferir longos discursos sobre *o financiamento do algodão* (IV, 94-124; IV, 360-383), nos quais, acompanhado atentamente pelo plenário e em meio a inúmeros e veementes apartes, procurou defender o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil das violentas acusações feitas por udenistas de favorecimento ilícito ao petebista Hugo Borghi (PTB/SP) em negociações envolvendo a comercialização de algodão perpetradas sob o amparo da ditadura estado-novista, tendo ainda realizado pronunciamento fazendo a *defesa da política econômica do governo Getúlio Vargas* (XII, 347-350), onde procurou rebater as críticas de Agostinho Monteiro (UDN/PA) sobre o excesso de emissão monetária ocorrido durante o Estado Novo. Além disso, declarou voto contra a "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas e manifestou-se amplamente favorável à entrada de capital estrangeiro em todos os ramos e setores da economia brasileira, ao "beijo" de Otávio Mangabeira na mão do General Eisenhower e à necessidade de indenização prévia e justa em dinheiro em caso de desapropriação por "interesse social". Foi ainda veementemente contrário a qualquer limitação do direito de propriedade, à isenção de impostos aos bens indispensáveis à sobrevivência das classes pobres, ao sistema eleitoral proporcional que favorecesse os Estados mais industrializados e a que a "Ordem Econômica e Social" se baseasse nos

princípios da "justiça social". Na condição de membro da Subcomissão Discriminação de Rendas, da Comissão da Constituição, emitiu inúmeros pareceres a destaques solicitados por outros Constituintes quando da votação do Projeto Revisto em plenário, tendo dado parecer contrário às emendas de Rezende Passos (UDN/MG), isentando a pequena propriedade do pagamento de imposto territorial; de Jurandir Pires (UDN/DF), criando o imposto de herança progressivo; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), determinando a nacionalização progressiva das empresas concessionárias de serviços públicos; de Vieira de Melo (PSD/BA), favorável à adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação; e à de Hermes Lima (UDN/DF), determinando o parcelamento por 25 anos das indenizações em caso de desapropriação para fins de reforma agrária.

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 709, transferindo para lei ordinária a regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; nº 1.335, transferindo para o Congresso Nacional a prerrogativa de autorizar à União o direito de monopolizar determinado ramo ou setor industrial; e a de nº 2.913 (aprovada; XXI, 206), regulamentando a tributação da União sobre as dívidas públicas municipais e estaduais.

TEODOMIRO PORTO DA FONSECA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de novembro de 1897, Cachoeira do Sul, RS.

Irmão de Gregório Porto da Fonseca, Diretor da Secretaria da Presidência da República no Governo Provisório pós-revolucionário (1930-1934).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Militar e funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi escrivão da Coletoria Federal em São Leopoldo, RS (1902), tornando-se posteriormente coletor no mesmo estabelecimento (1916). Após a Revolução de 30, foi promovido a Coronel do Exército (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante a República Velha, atuou no PRR — Partido Republicano Rio-Grandense, e foi Prefeito de São Leopoldo (1928-1930). Participou da Revolução de 30 e dos combates militares ocorridos durante o movimento. Vitoriosa a Revolução, manteve-se no cargo de Prefeito de São Leopoldo (sem data). Filiou-se ao PRL — Partido Republicano Liberal, tendo sido chefe local da agremiação em São Leopoldo (1934). Durante o Estado Novo, foi Prefeito de São Leopoldo (1937-1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Participou do Congresso dos Coletores realizado no Rio de Janeiro (1925) e foi porta-voz da categoria junto ao Ministério da Fazenda.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas interveio nos debates constituintes para proferir discurso sobre a *autonomia dos Municípios* (XXII, 98-103), no qual relatou as agruras de sua atuação junto ao "Executivo" para a obtenção de financiamento para a construção de uma barragem hidrelétrica em São Leopoldo, RS, para manifestar-se favorável à cobrança da taxa de pedágio pelos Municípios e de sua aplicação na manutenção das estradas e para declarar voto a favor da emenda de Silvestre Péricles (PSD/AL) determinando o confisco dos bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias e empresas públicas.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 723, determinando a contagem integral e recíproca, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço prestado pelos funcionários públicos civis à União, aos Estados e aos Municípios.

BANCADA DA UDN — RS

A Bancada da UDN/RS era composta por **Flores da Cunha**, uma das principais personalidades da política republicana gaúcha, ex-Interventor (1930-1935) e Governador eleito do Rio Grande do Sul (1935-1937), e por **Osório Tuiuti**, militar e professor universitário no Rio Grande do Sul, que teve participação ativa no movimento oposicionista gaúcho, no contexto da redemocratização.

JOSÉ ANTÔNIO FLORES DA CUNHA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 5 de março de 1880, Santana do Livramento, RS.

Descendente de tradicional família de proprietários de terras e estancieiros gaúchos. Bisneto de José Antônio Martins, militar agraciado por Dom Pedro I com a doação da sesmaria de Boa Vista, onde dedicou-se à pecuária. Irmão de Guilherme Flores da Cunha, morto durante os combates contra a rebelião armada deflagrada por oposicionistas a Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul (1923), e de Francisco Flores da Cunha, Deputado Federal (1930) e Senador (1935-1937) pelo Rio Grande do Sul.

Falecimento: 4 de novembro de 1959.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista), advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1902). Delegado de polícia no Rio de Janeiro, DF (1903). Retornando ao Rio Grande do Sul, montou concorrida banca de advocacia no Estado, tendo exercido a profissão de advogado em várias cidades do interior gaúcho (1904-1910). Nomeado Delegado Auxiliar no Rio de Janeiro, DF (1910). De volta ao Rio Grande do Sul, foi Subchefe de Polícia em Uruguaiana, RS (1917). Foi ainda pecuarista e proprietário de estâncias no interior gaúcho.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Filiou-se ao PRR — Partido Republicano Rio-Grandense, elegendo-se Deputado Estadual no Rio Grande do Sul (1909), tendo, no entanto, renunciado ao mandato logo a seguir para exercer o cargo de Delegado Auxiliar no Rio de Janeiro, DF (1910). Eleito Deputado Federal pelo PRR/RS, sem sequer ter ido ao Estado para participar da campanha eleitoral (1912-1914). Intendente (Prefeito) provisório de Uruguaiana, RS (1917). Deputado Federal, PRR (1918-1920). Intendente de Uruguaiana, RS (1920-1924), tendo se tornado o principal chefe político da cidade durante o exercício de seu mandato. Apoiou o líder gaúcho Borges de Medeiros às eleições para a Presidência do Estado, combatendo ao lado das tropas governamentais durante a revolta militar que se seguiu à vitória de Borges de Medeiros (1923); foi Coronel e Comandante da 2ª Brigada Provisória e uma das principais lideranças militares das forças governistas durante os combates. Deputado Federal,

PRR (1924-1927); interrompeu várias vezes o seu mandato para participar de combates contra rebeldes tenentistas eclodidas no Rio Grande do Sul. Devido à sua atuação destacada na repressão a movimentos armados de oposição, foi nomeado General de Brigada por Artur Bernardes (1925). Deputado Federal, PRR (1927-1928). Participou ativamente das articulações visando a eleger Getúlio Vargas Presidente do Rio Grande do Sul (1927). Senador, PRR (1928-1930). Participou intensamente da criação da FUG — Frente Única Gaúcha, entidade de apoio à candidatura de Vargas à Presidência, e da campanha da Aliança Liberal, da qual foi um dos mais destacados organizadores (1929-1930). Um dos principais líderes políticos e militares da Revolução de 30, tomou parte em inúmeras articulações visando à deflagração do movimento; foi membro do Estado-Maior da Região Sul durante as batalhas (1930). Após a Revolução de 30, tornou-se Interventor Federal no Rio Grande do Sul (1930-1935); durante sua gestão, envolveu-se em inúmeras articulações políticas em nível nacional e foram tomadas diversas medidas básicas para a reorganização da política gaúcha; apoiou o Governo Provisório nos combates contra o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Fundador e Presidente do PRL — Partido Republicano Liberal, que congregava ex-integrantes da FUG sob sua liderança (1932). Através da Bancada do PRL, exerceu grande influência nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República (1933-1934). Governador eleito do Rio Grande do Sul (1935-1937); no transcurso de seu mandato envolveu-se em inúmeros conflitos com o Governo Central e tomou parte de diversas articulações políticas no período, apoiando, inicialmente, a candidatura de Osvaldo Aranha e, posteriormente, a de Armando de Sales Oliveira à Presidência da República. No contexto das articulações preparatórias à deflagração do golpe que instaurou o Estado Novo, renunciou ao Governo do Rio Grande do Sul em protesto contra o decreto do Ministro da Guerra federalizando a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (novembro de 1937). Opôs-se a seguir ao golpe de Estado, exilando-se no Uruguai (1937-1942). Durante o Estado Novo, participou de movimentos de oposição ao regime: apoiou o malogrado levante integralista contra Vargas (1938); retornando ao Brasil para participar do esforço de guerra ao lado do Governo brasileiro, foi preso, permanecendo na condição de preso político na Ilha Grande por nove meses (1942). No contexto da crise do regime, engajou-se na campanha pela redemocratização, tendo sido um dos fundadores da UDN (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Ao longo de sua trajetória, pronunciou vários discursos políticos de importância e divulgou inúmeros manifestos pela imprensa expressando suas opiniões políticas. Além disso, publicou *A campanha de 1923: subsídios para a História* (1943).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi relator da Subcomissão Poder Executivo, da Comissão da Constituição, e Presidente da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Teve atuação destacada nas várias etapas do processo constituinte, notabilizando-se pelas intervenções irônicas que efetuava durante os debates travados em plenário. Concentrou sua atuação na defesa da autonomia estadual e na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária e à política regional de seu estado. Parlamentar atuante nas diversas fases do processo de elaboração constitucional, logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para contestar "expressões desairosas" à Assembléia Constituinte publicadas por órgãos da imprensa do Distrito Federal (II, 195), e para manifestar-se veementemente contrário à vigência da Carta de 1937 e à supressão da palavra "reacionário" dos *Anais da Assembléia*, tendo ainda declarado voto a favor da moção da UDN propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituisse a Constituição estado-novista. Também ocupou a tribuna para proferir discursos abordando o problema da pecuária e elogiando as potencialidades do gado zebu na Região Sul do País (II, 446-448); defendendo os pecuaristas das acusações de serem responsáveis pela falta de carne nos centros urbanos (V, 207-212) e colocando a responsabilidade nos proprietários dos frigoríficos pela escassez do produto; protestando veementemente contra a retenção de cabeças de gado brasileiro exportadas para o México (XVIII, 413-416); defendendo a figura do General Ismar de Góis das acusações feitas da tribuna constituinte pelo *palhaço queremista* Barreto Pinto (PTB/DF); e, em nome da Comissão da Constituição, emitindo parecer contrário à emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista (XXII, 147). Também interveio várias vezes para protestar contra violências cometidas pela Polícia Política contra o movimento oposicionista, tendo inclusive declarado voto contra a moção do Líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) apoiando a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca e protestado

veementemente contra a apreensão do diário comunista *Tribuna Popular* pelo Governo. Além disso, declarou voto a favor da indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia aos punidos por crimes políticos durante o Estado Novo e manifestou-se a favor do sistema de governo presidencialista, da manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais e do direito à existência legal do PCB, tendo sido ainda contrário ao divórcio e ao "estado de sítio preventivo".

Apresentou 3 emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 814, possibilitando aos funcionários públicos aposentados compulsoriamente aos 68 anos de idade solicitarem a volta ao cargo no caso de gozarem de boa saúde; nº 2.900, dando à União competência privativa para criar impostos sobre a produção, a distribuição e o fornecimento de energia elétrica; e a de nº 3.638, assegurando o direito de regresso à ativa dos Oficiais-Generais punidos pela "revolução constitucional de 1932".

OSÓRIO TUIUTI DE OLIVEIRA FREITAS — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 24 de março de 1900, São Borja, RS.

Filho de João de Oliveira Freitas, general e engenheiro militar.

Falecimento: 22 de setembro de 1968.

Profissão: Militar, professor universitário e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, DF (1918-1922). Oficial da Arma de Cavalaria (1922). Segundo-Tenente (1922). Primeiro-Tenente (1923). Delegado militar nos Municípios de São Luís Gonzaga e Santo Ângelo quando da passagem da Coluna Prestes pelo Rio Grande do Sul (1924). Instrutor da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1929-1935). Capitão (1933). Comandante do Regimento João Manuel em São Borja (1935). Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1937). Durante o Estado Novo, tornou-se Major-Professor e Tenente-Coronel-Professor (1940); professor catedrático de Português da Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre (1940); foi também professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e da Faculdade Católica de Filosofia. Após a Constituinte de 1946, foi promovido a Coronel-Professor (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante a Revolução de 30, chefiou a 1ª Seção do Estado-Maior do comandante-geral das forças revolucionárias, General Ismar de Góis (1930). Membro da Comissão Central do PRR — Partido Republicano Rio-Grandense, e Presidente da Comissão Executiva da agremiação em Porto Alegre, na década de 30. Durante o Estado Novo, exerceu atividades profissionais na burocracia de Estado (1937-1945). No contexto da redemocratização, teve participação ativa no processo de derrubada do regime estado-novista, tornando-se membro do Diretório Nacional da UDN (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Clube Militar.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Escreveu vários artigos de combate doutrinário ao "comunismo" na imprensa e publicou trabalhos fazendo a apologia da campanha do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, tais como *A invasão de São Borja* (1930) e *Epopéia mato-grossense* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à política regional gaúcha e na crítica ao legado do regime estado-novista. Assim, ocupou a tribuna para criticar vários aspectos da gestão do Interventor pessedista Cilon Rosa em seu estado e para proferir discurso sobre *assuntos econômicos e sociais* (IV, 113-118), no qual elencou as agruras legadas à economia nacional pela ditadura estado-novista. Também participou da campanha ideológica efetuada contra o PCB, tendo realizado pronunciamento analisando "a atuação das missões religiosas da catequese" (IX, 323), no qual procurou refutar as críticas do Senador comunista Luís Carlos Prestes (PCB/DF) ao trabalho das missões salesianas, acusando o líder comunista de ter sido o responsável por várias atrocidades contra as populações rurais por ocasião da passagem da Coluna Tenentista pelo interior do País, afirmando ainda que "Prestes não pôde observar detidamente os trabalhos das missões salesianas em Mato Grosso, porque ia em desabalada carreira perseguido pelas tropas legais" (IX, 324). Além disso, manifestou-se favorável à anistia aos militares punidos no pós-trinta e contrário à distribuição de propriedade aos camponeses sem terra para evitar o êxodo rural.

Apresentou 3 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de

nº 1.382, regulamentando a promoção ao posto de General de Brigada dos Coronéis beneficiados pela anistia.

BANCADA DO PCB — RS

A Bancada do PCB/RS era composta por **Abílio Fernandes**, operário metalúrgico e líder sindical no Estado, e por **Trifino Correia**, ex-líder tenentista e integrante da Coluna Prestes, que participou dos trabalhos constituintes por um curto período na condição de 2º Suplente.

ABÍLIO FERNANDES — 1º Suplente - PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 5 de maio de 1901, Pelotas, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Operário metalúrgico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem informação sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Tesoureiro da ANL — Aliança Nacional Libertadora, em Pelotas, RS (1935). Durante o Estado Novo, devido à sua intensa atuação na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, foi preso e processado diversas vezes (1937-1945); participou da "Conferência da Mantiqueira" e foi eleito membro da Direção Nacional do PCB ao término do encontro (agosto de 1943). No contexto da redemocratização, tornou-se Secretário-Geral do Comitê Estadual do PCB/RS e suplente do Comitê Central do partido (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Iniciou sua militância no movimento sindical, atuando nos "sindicatos livres", no Rio Grande do Sul (1931). Filiou-se ao Sindicato dos Operários Metalúrgicos organizado pelo Ministério do Trabalho (1932). Representante do Sindicato dos Operários Metalúrgicos nas eleições para a escolha de Deputado classista à Constituinte de 1934 (1933). Tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos (1934). Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pelotas

(1936). Eleito Presidente da União Sindical Pelotense; nessa condição, foi um dos principais dirigentes da greve do Sindicato dos Graniteiros de Capão do Leão, RS, na qual tomaram parte cerca de 600 trabalhadores (1937). Em virtude destas atividades, foi preso e processado por diversas vezes durante o Estado Novo (1937-1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Foi ativo militante e dirigente comunista no Rio Grande do Sul.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PCB, tomou posse desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição a Luís Carlos Prestes, também eleito Deputado pelo PCB/RS e que optou pelo mandato de Senador (PCB/DF). Licenciado durante grande parte das atividades da Assembléia, entre os dias 18 de março e 18 de junho de 1946, cedeu lugar a seu companheiro de bancada Trifino Correia (PCB/RS). Concentrou sua atuação na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, tendo se pronunciado várias vezes para apoiar greves e reivindicações trabalhistas e para denunciar violências e arbitrariedades cometidas pelo Governo de seu estado contra o movimento popular. Assim, ocupou a tribuna protestando contra a apreensão do jornal *Tribuna Popular* pela Polícia Política do Distrito Federal (XIX, 238); efetuando *protesto contra a polícia* (XIX, 408), no qual leu vários telegramas reivindicando a libertação dos operários da Comissão dos Trabalhadores da Light presos no Rio de Janeiro, e denunciando várias modalidades de arbitrariedades (prisões, demissões, espancamentos etc.) perpetradas contra ferroviários gaúchos em greve pelo governo do Interventor pessedista Cilon Rosa no Rio Grande do Sul (XXIV, 152). Além disso, manifestou-se favorável ao rompimento de relações diplomáticas com a ditadura franquista, à realização de reforma agrária para conter o êxodo rural, ao direito de greve para os funcionários públicos, e contra o predomínio dos oligopsonios estrangeiros no mercado brasileiro de produtos primários e a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 3.538 (rejeitada; XXIV, 218), condicionando os processos referentes à concessão de terras devolutas a parecer do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e visando a "resguardar os silvícolas da longa série de espoliações de que têm sido vítimas".

ANDRÉ TRIFINO CORREIA — 2º Suplente - PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1900, Alegrete, RS. Sem informação sobre o dia e o mês.

Falecimento: 4 de julho de 1976.

Profissão: Militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Freqüentou o curso da Arma de Infantaria na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, DF (sem data). Após a Revolução de 30, tornou-se Primeiro-Tenente (1933) e Capitão do Exército (1934). Serviu no 10º Batalhão de Caçadores, em Ouro Preto, MG (1935), e trabalhou como engenheiro agrônomo nas obras de saneamento urbano da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro (1935).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou do movimento tenentista no Rio Grande do Sul (1924). Participou da grande marcha da Coluna Tenentista, conhecida como Coluna Prestes, tendo sido durante a mesma Subcomandante do 3º Destacamento, sob as ordens de Siqueira Campos (1924-1927). Após o término da Coluna, exilou-se na Argentina (1927-1929). Retornou clandestinamente ao Brasil para integrar-se aos preparativos para a revolução contra o governo de Washington Luís (1930). Participou ativamente da Revolução de 30, tendo comandado uma coluna encarregada da ocupação militar dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Atuou na ANL — Aliança Nacional Libertadora, em meados da década de 30 (1935). Preso e expulso do Exército sob a acusação de ter participado do levante comunista de 35 (1936-1937). Após fugir da prisão, deslocou-se para o Rio Grande do Sul, aliando-se a Flores da Cunha nos preparativos militares para a resistência (malograda) ao golpe que instaurou a ditadura estado-novista (1937). Durante o Estado Novo, foi novamente preso político, permanecendo na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, onde sofreu torturas e foi submetido a isolamento (1937-1945). No contexto da redemocratização, após a anistia, reintegrou-se ao movimento popular e ao PCB (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Em meados da década de 30, foi punido pelo Exército por organizar um debate sobre a

Lei de Segurança Nacional no Clube Militar (1935). Membro do Diretório Nacional da ANL (1935).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 2º Suplente de Deputado pelo PCB/RS, participou dos trabalhos constituintes de 18 de março de 1946 (27ª Sessão; IV, 76) a 16 de julho de 1946 (105ª Sessão; XVIII, 252), em substituição ao 1º Suplente, Abílio Fernandes (PCB/RS). Parlamentar intransigente na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, por sua postura combativa envolveu-se em violentas polêmicas com parlamentares de outros partidos (mormente do PTB), tendo se notabilizado durante os trabalhos constituintes por ter feito o gesto de endereçar uma banana a Barreto Pinto (PTB/DF), quando este tomou a palavra para defender a cassação do PCB e lançar acusações contra o líder comunista Luís Carlos Prestes (PCB/DF). Também ocupou a tribuna para proferir discursos preconizando veementemente a necessidade de realização de uma reforma agrária para aumentar o poder aquisitivo do povo brasileiro, criando assim um mercado interno mais vasto para promover um crescimento industrial mais equilibrado (X, 435-441), e para manifestar-se a favor da indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF), favorável à ampliação da anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo. Após licenciar-se de seu mandato, foi preso em pleno processo constituinte, por ter reagido a uma revista da Polícia Política do Distrito Federal em sua residência.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.583, favorável à eleição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Congresso Nacional; nº 2.873, proibindo aos Estados, aos Territórios e aos Municípios a tomada de empréstimos a instituições financeiras estrangeiras; nº 2.987 (rejeitada; XXIV, 185), destinando 4% da renda tributária da União para a execução de um plano de valorização da Amazônia e para a distribuição de lotes de terra aos trabalhadores da região; nº 3.490, condicionando a decretação do estado de sítio pelo Presidente da República à prévia autorização da Câmara dos Deputados; e a de nº 3.539, proibindo a expropriação ou alienação de terras pertencentes às tribos indígenas.

BANCADA DO PTB — RS

A Bancada do PTB/RS era formada por **Artur Fischer**, um dos dois Constituintes petebistas eleitos pela Região Sul do País e também suplente de Getúlio Vargas.

ARTUR FISCHER — PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 27 de agosto de 1901, Venâncio Aires, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras, advogado e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1935), após o que exerceu a advocacia no Rio Grande do Sul. Fundador da Escola Técnica de Cooperativismo, onde foi professor de História do Cooperativismo.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, atuou no movimento dos produtores rurais no Rio Grande do Sul e foi membro da Comissão Organizadora do Instituto Nacional de Carnes (1937-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi líder rural e um dos mais destacados propugnadores do cooperativismo no interior rio-grandense. Fundador e Presidente da União Sul-Brasileira de Cooperativas, uma das maiores cooperativas do País, com sede em Porto Alegre, RS. Além disso, participou e organizou inúmeros congressos de agricultores e pequenos produtores no Rio Grande do Sul.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Fervoroso propagandista do cooperativismo no Rio Grande do Sul, pronunciou discursos e palestras sobre o tema no interior do Estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado, tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 24ª Sessão, a 13 de

março de 1946 (III, 380), em substituição a Getúlio Vargas (PSD/RS), também eleito Deputado pelo PTB/RS, mas que optou pela cadeira de Senador. Concentrou sua atuação no combate ao "comunismo" e ao PCB e na abordagem de questões referentes à pequena produção agrícola de seu estado. Assim, ocupou a tribuna várias vezes para denunciar as atividades "antipatrióticas" dos comunistas e para realizar pronunciamentos criticando veementemente múltiplos aspectos da atuação do PCB, tendo também participado da campanha pela liquidação das greves e das saúvas, exigindo da Assembléia

"medidas coercitivas para obrigar a todos a combaterem a formiga, pois se alguns o fazem, outros assim não o procedem. Além disso, a maioria não dispõe de recursos para a aquisição de formicida, que está por preço absurdo, ficando assim impossibilitados de participar da campanha" (VI, 315).

Além disso, enviou à Mesa da Assembléia diversos requerimentos e indicações "solicitando ao Executivo" medidas favoráveis aos pequenos produtores da Região Sul, combatendo energeticamente a atuação dos frigoríficos estrangeiros no mercado de carne, tendo se posicionado favorável à proibição aos frigoríficos de participarem das atividades invernadoras e criadoras de gado.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 332, sugerindo dispositivo obrigando a União a "incrementar o cooperativismo" e em cuja "justificação" se faz o elogio dessa forma de organização das atividades econômicas (XII, 182), e a de nº 1.301, isentando o pequeno produtor agrícola do pagamento do imposto sobre vendas e consignações.

BANCADA DO PL — RS

A Bancada do PL/RS era formada pelo único representante eleito pelo partido para a Assembléia Constituinte, **Raul Pilla**, revolucionário de 30 e destacado político liberal gaúcho.

RAUL PILLA — PL

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de janeiro de 1892, Porto Alegre, RS.

Falecimento: 7 de junho de 1973.

Profissão: Médico, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, RS (1915). Professor interino de Patologia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1917). Livre-docente de Fisiologia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1924) e professor titular de Fisiologia na mesma faculdade (1926). Durante o Estado Novo, após um período de intensa atividade política, retomou as atividades docentes na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Com apenas 17 anos, foi Secretário do Diretório Central do Partido Federalista em Porto Alegre (1909). Na década de 1920, atuou intensamente no movimento oposicionista ao domínio político de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Apoiou Assis Brasil na sua candidatura de oposição a Borges de Medeiros para o governo gaúcho (1922). Participou da Revolução Gaúcha de 1923. Juntamente com Assis Brasil, foi um dos fundadores e Vice-Presidente do PL — Partido Libertador, no Rio Grande do Sul (1928). Participou ativamente da Revolução de 30 no Rio Grande do Sul. Após a nomeação de Assis Brasil para o Ministério da Agricultura, tornou-se Presidente do PL (1930). Opôs-se à influência tenentista no Governo Provisório pós-revolucionário, tendo sido uma das principais lideranças do movimento constitucionalista rio-grandense (1931). Participou dos levantes ocorridos no Rio Grande do Sul em apoio ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Derrotado o movimento, exilou-se na Argentina e no Uruguai (1933-1934). Após a anistia, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte na legenda do PL (1935-1937). Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul na gestão de Flores da Cunha (1936-1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, afastou-se das atividades políticas (1937-1945). No contexto da redemocratização, integrou a Comissão de Orientação Política encarregada de elaborar os estatutos da UDN, tendo, no entanto, abandonado o partido para tornar-se Presidente do PL — Partido Libertador (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Uma das mais destacadas lideranças políticas de seu estado, participou de inúmeros movimentos políticos no Rio Grande do Sul.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Rio Grande do Sul e foi colaborador assíduo de diversos periódicos no Estado. Durante o funcionamento da Constituinte de 1946, manteve colunas políticas regulares em *O Globo*, no Rio de Janeiro, no *Diário de Notícias* (do qual foi um dos fundadores, em 1925) e no *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Além disso, publicou: *O som no tratamento da surdez* (tese de doutoramento, 1916); *Da correlação de funções* (1925); *Funções da linguagem* (1926); *Concepção filosófica da Medicina* (1938); e *Linguagem médica* (1942).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Poder Executivo, da Comissão da Constituição, onde teve participação ativa nas discussões referentes à redação de vários dispositivos constitucionais. Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na defesa ferrenha do sistema de governo parlamentarista para fazer frente à "hipertrofia do Executivo" e à instabilidade política instauradas no pós-trinta, ocupando a tribuna seguidas vezes para, através de pronunciamentos e apartes, propugnar pela adoção do parlamentarismo. Assim, proferiu inúmeros discursos fazendo a defesa do parlamentarismo e apontando os *males do presidencialismo* (III, 55-66; III, 118-121; III, 311-316; VI, 384-390; VII, 182-186; XI, 289-299; XXI, 55-60; XXII, 137-140), tendo tomado parte em vários debates travados em plenário sobre o assunto. Também ocupou a tribuna para pronunciar discurso sobre *sistema eleitoral proporcional* (XXI, 395-400), no qual justificou emenda de sua autoria estabelecendo o princípio da proporcionalidade na organização do sistema eleitoral e combateu o "mecanismo das sobras" adotado nas eleições para a Constituinte. Além disso, manifestou-se favorável à adoção do princípio dos mandatos curtos para o preenchimento dos cargos legislativos e executivos, da denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no País, tendo sido ainda contrário à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional durante o recesso dos órgãos legislativos.

Apresentou 16 emendas ao Projeto de Constituição, principalmente aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento das instituições representativas. Destacam-se as de nº 478 (rejeitada; XXII, 400), implantando o sistema eleitoral proporcional favorável aos Estados mais populosos e contrária ao "mecanismo das sobras"; nº 504, regulamentando o

processo de elaboração de emendas ao texto constitucional e favorável à ratificação das emendas aprovadas por um referendo popular; nº 954, reduzindo de um terço para um quinto o *quorum* de parlamentares necessário à formação de Comissões de Inquérito no Congresso Nacional; e a de nº 2.474 (rejeitada após longos debates em plenário; XXII, 149), instituindo no Brasil o parlamentarismo e regulamentando vários aspectos de seu funcionamento.

BANCADA DO RIO DE JANEIRO

- 1) ALFREDO NEVES (Senador/PSD);
- 2) PEREIRA PINTO (Senador/PSD);
- 3) ACÚRCIO TORRES (PSD);
- 4) AMARAL PEIXOTO (PSD);
- 5) BASTOS TAVARES (PSD);
- 6) BRÍGIDO TINOCO (PSD);
- 7) CARLOS PINTO (PSD);
- 8) EDUARDO DUVIVIER (PSD);
- 9) GETÚLIO MOURA (PSD);
- 10) HEITOR COLLET (PSD);
- 11) MIGUEL COUTO (PSD);
- 12) PAULO FERNANDES (PSD);
- 13) JOSÉ LEOMIL (UDN);
- 14) PRADO KELLY (UDN);
- 15) ROMÃO JÚNIOR (UDN);
- 16) SOARES FILHO (UDN);
- 17) ALCIDES SABENÇA (PCB);
- 18) CLAUDINO SILVA (PCB);
- 19) ABELARDO MATA (PTB/1º Suplente).

12 PSD + 4 UDN + 2 PCB + 1 PTB = 19

BANCADA DO PSD — RJ

A Bancada do PSD/RJ agrupava políticos intimamente entrosados com a máquina governamental, montada pelo ex-Interventor Amaral Peixoto, e lideranças políticas reconhecidas de vários setores dominantes do Estado do Rio de Janeiro. A Bancada do PSD/RJ era formada por **Alfredo Neves**, médico e Presidente do Conselho Administrativo do Rio de Janeiro (1940-1945), durante o Estado Novo, tendo assumido algumas vezes a Interventoria em caráter interino devido a ausências do titular; **Pereira Pinto**, líder patronal dos usineiros fluminenses e representante dos usineiros do Rio de Janeiro no IAA (1933-1945); **Acúrcio Torres**, ex-Deputado à Constituinte de 1933-1934 e com várias legislaturas em órgãos parlamentares; **Amaral Peixoto**, genro de Getúlio Vargas, Interventor Federal no Rio de Janeiro, durante o Estado Novo, e uma das mais influentes lideranças políticas do regime; **Bastos Tavares**, usineiro da região de Campos, RJ; **Brígido Tinoco**, oficial de gabinete do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho (1942-1945), e Prefeito nomeado de Niterói

(1945) na vigência do regime estado-novista; **Carlos Pinto**, cafeicultor, plantador de cana e líder rural dos pequenos e médios proprietários de terra do Rio de Janeiro; **Eduardo Duvivier**, banqueiro, pecuarista e com intensa militância em várias associações de classe dos produtores rurais a nível estadual e nacional; **Getúlio Moura**, líder dos citricultores do interior fluminense e Prefeito de Nova Iguaçu, RJ (1945), durante o Estado Novo; **Heitor Collet**, membro do Conselho Administrativo do Rio de Janeiro e Secretário do Interior e da Justiça do Interventor Amaral Peixoto (1937-1945); **Miguel Couto**, médico, proprietário de uma firma exportadora de sal em Cabo Frio, RJ, e representante do Estado do Rio de Janeiro na Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal durante o Estado Novo; e **Paulo Fernandes**, Prefeito nomeado de Barra do Piraí (1939-1945).

Segundo o Dicionário *CPDOC*, nas eleições de dezembro de 1945,

"O PSD foi o grande vitorioso no Estado do Rio, com a eleição de dois Senadores e dez Deputados Federais contra os quatro Deputados da UDN, o segundo partido mais votado. De acordo com Badger da Silveira, a destacada força do PSD no território fluminense fundava-se basicamente no prestígio alcançado por **Amaral Peixoto** durante sua Interventoria, quando fez profundas amizades nos diversos Municípios. Segundo a revista *Veja* (5 de junho de 1974), muitas décadas depois, **Amaral Peixoto** ainda era capaz de citar de memória os nomes de todos os *coronéis* e famílias importantes do Estado, o que explicaria, de certo modo, o fato de Marcelino Paiva, decano de seus cabos eleitorais, ter deixado 'duas recomendações à família' ao morrer: que não brigassem por herança e seguissem sempre o 'Comandante' Amaral Peixoto para qualquer lado que ele fosse. Por outro lado, a máquina administrativa estadual, que viria a se tornar a base da estrutura partidária, fora formada pelo próprio Amaral Peixoto quando Interventor, através da criação de novos cargos e nomeações" (CPDOC, 1984, verbete *Amaral Peixoto* : 2653).

ALFREDO DA SILVA NEVES — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 27 de novembro de 1887, Barra Mansa, RJ.

Falecimento: 24 de junho de 1975.

Profissão: Médico, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Tipógrafo do jornal *O País*, no Rio de Janeiro (1904), após o que exerceu o jornalismo em vários periódicos nesta cidade; redator e Diretor de *O País*, redator de *A Reação* e Diretor de *O Estado*. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1912). Médico-assistente no Hospital José Carlos Rodrigues (1913-1927). Chefe do Serviço Neuropsiquiátrico Infantil do Ambulatório Rivadávia Correia de Assistência a Psicopatas (1918-1937). Professor catedrático de Clínica Neurológica da Faculdade Fluminense de Medicina (1929). Perito da Secretaria de Assistência e Saúde do Distrito Federal (1931-1934). Chefe do Serviço de Pediatria do Hospital Jesus (1934-1937).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, RJ (1923-1926). Deputado Estadual, RJ (1927-1930). Durante o Estado Novo, foi Secretário Estadual na gestão do Interventor Amaral Peixoto (1937-1939); Presidente do Conselho Administrativo do Rio de Janeiro (1940-1945), tendo assumido o cargo de Interventor interino por ocasião de viagem do titular (1939). No contexto da crise do regime estado-novista, tornou-se Interventor do Rio de Janeiro pouco antes do afastamento de Getúlio Vargas (27 de outubro a 5 de novembro de 1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Presidente da ABI — Associação Brasileira de Imprensa (1929). Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Rio de Janeiro e publicou trabalhos técnicos na área de Medicina, destacando-se *Leishmaniose das mucosas* (tese, 1921).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Comissão de Investigação Econômica e Social. Concentrando sua atuação nos trabalhos realizados nesse órgão, teve pouca atuação em plenário. Nas poucas vezes em que interveio nos debates constituintes, entretanto, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 e à manutenção dos Conselhos Administrativos dos Estados até a elaboração das Constituições Estaduais e declarou voto contra a "Moção Otávio Mangabeira", louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945 (XI, 257). Além disso, ocupou a tribuna para informar sobre o andamento dos trabalhos da

comissão que presidia (VIII, 4; IX, 418) e efetuou intervenções tópicas em debates sobre problemas agrícolas, posicionando-se contra a extinção do IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, medida preconizada por alguns setores que se sentiam prejudicados pela política da autarquia.

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 407, regulamentando o auxílio governamental às Ligas de Higiene Mental; nº 2.906, proibindo o acúmulo de cargos públicos ou paraestatais remunerados na União, nos Estados e nos Municípios; nº 2.664, dando à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões suscitadas por motivos de fixação de salários; e a de nº 3.324, colocando novas limitações ao direito de greve, além daquelas já impostas pelo *bem público* contidas no primitivo projeto.

JOSÉ CARLOS PEREIRA PINTO — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de agosto de 1882, Campos, RJ.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (usineiro) e comerciante.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi proprietário de usina e fazendeiro na região de Campos, RJ.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante as décadas de 1930 e 1940, foi representante dos usineiros do Estado do Rio de Janeiro no IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, nas gestões de Leonardo Truda e Barbosa Lima Sobrinho (1933-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi líder rural no Rio de Janeiro, Presidente da Associação Comercial de Campos (sem data) e Delegado do Estado do Rio de Janeiro, no Conselho de Fomento Agrícola (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Líder patronal dos usineiros de seu estado, foi um dos mais veementes e combativos defensores da política implementada pelo IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, em plenário.

Assim, participou de vários debates travados sobre a política da autarquia e proferiu discursos abordando o tema da *produção açucareira* (VI, 13-19; XX, 198-200), nos quais combateu energicamente os argumentos dos Constituintes que propugnavam pela extinção do IAA, sob o argumento de que a autarquia beneficiava os usineiros em detrimento dos pequenos produtores e fornecedores de cana, afirmando, em seus pronunciamentos, que

"Às vozes contrárias ao IAA, às opiniões favoráveis à sua extinção, oponho em nome do meu estado e em nome dos industriais de açúcar do Estado do Rio de Janeiro o protesto mais veemente. (...) Não será com engenhos e com bangüês que nos projetaremos ante as nações do mundo" (IX, 17-19).

Devido a essa postura de defesa das autarquias e das grandes usinas, envolveu-se em acirradas polêmicas com seu companheiro de bancada, Carlos Pinto (PSD/RJ), um dos mais acerbos críticos do IAA e da classe dos usineiros em plenário.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

ACÚRCIO FERNANDES TORRES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 12 de abril de 1897, Cantagalo, RJ.

Falecimento: 24 de agosto de 1976.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1916), após o que exerceu a advocacia em Niterói e no Rio de Janeiro. Foi Promotor Público, em Niterói, e Adjunto de Promotor Público no Rio de Janeiro, DF (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Niterói, RJ (1919-1923). Participou da campanha da *Reação Republicana*, organização de apoio à candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República (1921-1922). Deputado Estadual, RJ (1926-1928). Membro da Comissão do Estado, da Assembléia Constituinte Estadual do Rio de Janeiro (1928). Deputado Estadual (1930). Opôs-se à campanha da Aliança Liberal e à Revolução de 30, no Rio de Janeiro, permanecendo ao lado do Presidente do Estado, Manuel Duarte, a quem era ligado politicamente (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pela *Legenda Constitucionalista*, RJ (1933-1935).

Deputado Federal pelo Partido Evolucionista, RJ (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, na condição de Líder do PSD no Congresso Nacional, foi um dos principais articuladores do processo de cassação do PCB — Partido Comunista do Brasil, e do *acordo interpartidário PSD/UDN/PR* (1947-1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Conselho da OAB/RJ e do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Segundo Gastão Pereira da Silva, "tem publicado teses jurídicas, discursos e conferências" (SILVA, 1947 : 177). Ainda segundo o mesmo autor, "exaltado, sempre nervoso, irrequieto, falta a Acúrcio Torres a serenidade exigida a um verdadeiro parlamentar" (Id., 178).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Vice-Líder do PSD na Constituinte e membro da Subcomissão Poder Executivo, da Comissão da Constituição. Um dos parlamentares mais influentes e conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação no combate ao "comunismo" e ao PCB e na defesa incondicional e intransigente de todas as medidas tomadas pelo governo Dutra, principalmente aquelas que visavam à repressão violenta ao movimento popular e às suas organizações. Parlamentar atuante em todas as etapas do processo de elaboração constitucional, logo no início dos trabalhos constituintes pugnou por um Regimento Interno que conservasse o controle do Executivo sobre a Assembléia e foi um dos mais ativos defensores da vigência da Carta de 1937 em plenário, posicionando-se energicamente contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo e à adoção do processo de votação nominal e aberto pela Constituinte, opondo-se ainda a qualquer tentativa de flexibilizar o regimento, visando a aumentar as liberdades políticas usufruídas pelos parlamentares.

Em plenário, ocupou a tribuna várias vezes para apoiar e justificar as mais diversas medidas tomadas pelo governo Dutra que eram objeto de críticas e questionamentos no seio da Constituinte; assim, realizou pronunciamentos apoiando o Decreto-Lei nº 9.070 baixado pelo governo Dutra, restringindo o direito de greve; contestando o direito à existência legal do MUT — Movimento Unificador dos Trabalhadores (III, 393); declarando voto contra a indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) que ampliava a anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o

Estado Novo (IV, 92); justificando a repressão governamental à greve da Light; defendendo a prerrogativa do governo Dutra de baixar decretos-lei sem prestar contas à Assembléia (VI, 104); apoiando a medida governamental de proibir manifestações por ocasião do Primeiro de Maio (VIII, 84); posicionando-se contra a nomeação de uma Comissão Parlamentar para investigar a intervenção no Sindicato dos Bancários (XIII, 12); e apoiando o fechamento e apreensão pela Polícia Política do Distrito Federal do diário comunista *Tribuna Popular* (XXI, 197), tendo efetuado ainda inúmeras outras intervenções, sempre na defesa da figura do General Dutra e das medidas implementadas por seu governo. Além disso, declarou voto a favor da moção de Nereu Ramos (PSD/SC) que aprovava a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, e contra a "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945. Foi também um dos mais aguerridos defensores do mandato presidencial de 6 anos na Comissão da Constituição e na Assembléia, manifestando-se ainda favorável à proibição da imigração japonesa, à criação de "tiros de guerra" no interior do País para resolver o problema do êxodo rural e à nomeação dos Interventores Federais nos Estados pelo Presidente da República, sendo contrário à concessão de tal prerrogativa ao Congresso Nacional. Após o término dos trabalhos constituintes, com a eleição de Nereu Ramos (PSD/SC) para a Vice-Presidência da República, tornou-se Líder do PSD no Congresso Nacional.

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 1.512 (rejeitada; XXII, 368), equiparando aos brasileiros naturalizados os cidadãos portugueses com mais de 5 anos de residência no Brasil; nº 2.296, possibilitando a brasileiros não natos com título declaratório de cidadania brasileira candidatarem-se a cargos eletivos; e a de nº 2.827-A, elevando os vencimentos dos Desembargadores do Estado do Rio de Janeiro.

ERNÂNI DO AMARAL PEIXOTO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 14 de julho de 1905, Rio de Janeiro, DF.

Casado com Alzira do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas. Irmão de Augusto do Amaral Peixoto Júnior, revolucionário em 1924 e

1930, um dos principais líderes do Clube 3 de Outubro, Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934) e Deputado Federal pelo Distrito Federal (1935-1937).

Falecimento: 12 de março de 1989.

Profissão: Militar (Oficial da Marinha) e engenheiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: Aluno da Escola Naval do Rio de Janeiro (1923-1927). Segundo-Tenente (1927). Primeiro-Tenente (1929). Secretário do Encouraçado Minas Gerais (1929). Ajudante-de-ordens dos Almirantes Otávio Perry e Augusto Burlamaqui (1930-1931). Capitão-Tenente e ajudante-de-ordens do Almirante Ferraz e Castro, Comandante da 1^a Divisão Naval (1932). Após realizar o Curso de Aperfeiçoamento na Escola de Especialização da Marinha, ocupou vários cargos políticos (1933). Formado Engenheiro Geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, DF (1934). No início do governo Dutra, foi para a reserva no posto de Capitão-de-Fragata (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Influenciado por seu irmão, líder tenentista, participou da Revolução de 30. Tomou parte nas manobras militares contra o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Após desempenhar várias missões militares como Oficial da Marinha, tornou-se ajudante-de-ordens do Presidente da República, Getúlio Vargas (1933-1937). Ingressou no Partido Autonomista, agremiação liderada pelo Interventor Pedro Ernesto (1933). Durante o Estado Novo, foi nomeado Interventor Federal no Rio de Janeiro (1937-1945); casou-se com Alzira Vargas, filha do Presidente Getúlio Vargas (1939); Chefe do Serviço de Abastecimento da Coordenação da Mobilização Econômica (1942-1944). No contexto da redemocratização, foi um dos principais organizadores do PSD a nível nacional, tornando-se membro do Diretório Nacional do Partido e Presidente de seu Diretório Estadual (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Clube 3 de Outubro (1931). No início do Estado Novo, foi um dos idealizadores da malograda Legião Cívica Nacional, entidade organizada por alguns setores da cúpula burocrática do regime para fazer frente ao avanço do integralismo (1938). Participou ativamente no movimento a favor da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, tendo sido Presidente de Honra do Comitê Interaliado (1943-1945).

Membro do Diretório Central da LDN — Liga de Defesa Nacional (1943).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Participou de vários comícios a favor da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, tendo sido um dos principais propugnadores por uma política externa de "boa vizinhança" com os Estados Unidos da América, no seio da cúpula burocrática estado-novista.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Ex-Interventor do Rio de Janeiro durante o Estado Novo, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional fluminense e na defesa de sua gestão e de seus aliados políticos à frente de vários órgãos burocráticos do regime estado-novista. Assim, aparteou, freqüentemente, discursos de outros Constituintes para responder a críticas por eles efetuadas em plenário, destacando-se a esse respeito a polêmica que entabulou com o udenista Soares Filho (UDN/RJ) sobre a construção do hotel-cassino Quitandinha, em Petrópolis, RJ. Além disso, participou dos debates sobre a escassez de gêneros alimentícios nos centros urbanos, fazendo a defesa das medidas tomadas no transcurso de sua gestão na chefia da Secretaria de Abastecimento da CME para enfrentar o problema, e manifestou-se favorável à mudança da Capital Federal para o interior do País e contrário à extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool e das demais autarquias.

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.643, dando à União competência privativa para explorar ou dar em concessão os serviços referentes à execução do Plano Nacional de Viação; nº 1.933, determinando a aplicação exclusiva da renda resultante dos tributos sobre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais na conservação, no melhoramento e na expansão das estradas de rodagem; e a de nº 2.023, reduzindo de 5 para 3 anos o prazo para a desapropriação de terras beneficiadas por obras públicas e que não fossem aproveitadas economicamente.

SÍLVIO BASTOS TAVARES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de julho de 1893, Campos, RJ.

Falecimento: 25 de março de 1960.

Profissão: Proprietário de terras (usineiro e plantador de cana) e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1918). Foi Diretor de Higiene Municipal de Campos e Presidente da Companhia Usinas Nacionais, na mesma cidade (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual (1935-1937). Prefeito de Campos (1936). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa da classe dos usineiros e da política implementada pelo IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, dos veementes ataques efetuados a ambos por seu companheiro de bancada, Carlos Pinto (PSD/RJ), tendo participado de vários debates sobre problemas agrícolas e sobre a comercialização da cana-de-açúcar travados no recinto da Assembléia. Assim, ocupou a tribuna diversas vezes para pronunciar discursos defendendo a política posta em prática pelo IAA (V, 261-267; XVIII, 287), nos quais se posicionou energicamente contrário à extinção da autarquia, aproveitando a ocasião para manifestar o posicionamento dos grandes plantadores de cana e usineiros da região de Campos, RJ, amplamente favoráveis às diretrizes impostas pelo instituto. Parlamentar conservador e de postura governista, tomou parte da campanha contra o "comunismo" e manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, ao mandato presidencial de 6 anos, tendo ainda feito questão de declarar voto a favor da moção do Líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) apoiando a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na Capital Federal. Além disso, participou dos debates ocorridos em plenário sobre o problema da saúde pública e causou sensação no recinto da Assembléia por ter sido o primeiro pessedista a ocupar a tribuna para apoiar "o beijo" dado pelo Líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) na mão do General

Eisenhower (XX, 258).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BRÍGIDO FERNANDES TINOCO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 28 de setembro de 1910, Niterói, RJ.

Falecimento: 22 de outubro de 1982.

Profissão: Advogado-funcionário público e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Niterói, RJ (1933). Professor de Direito Constitucional e de Economia, e Diretor da Faculdade Fluminense de Comércio (sem data). Durante o Estado Novo, foi Procurador da Justiça do Trabalho em São Paulo, SP (1941).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Niterói, RJ (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi nomeado Delegado-Geral da Polícia Municipal de Niterói na gestão do Interventor Amaral Peixoto (1937-1938); Secretário da Prefeitura de São Gonçalo, RJ (1938-1941); Prefeito de São Gonçalo (1940-1941); oficial de gabinete do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho (1942-1945); Prefeito de Niterói (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o Estado Novo, participou do I (1942) e do II (1944) Congressos do Trabalho. Membro do Conselho de Recursos de Propriedade Industrial do Brasil (1944). Foi também membro da Comissão do Imposto Sindical e da Comissão da Consolidação das Leis do Trabalho, órgãos ligados ao Ministério do Trabalho (1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de ter colaborado em jornais e revistas no Rio de Janeiro, publicou *Versos tristes* (1930); *Uma porção de folhas mortas* (1932); *Comunismo, fascismo e democracia* (1934); *O momento mundial e as diretrizes nacionais* (1936); *Alvorada e ressurreição* (1938).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar de postura governista, concentrou sua atuação na defesa da legislação social implementada durante

o Estado Novo e na abordagem de questões referentes ao problema educacional. Assim, ocupou a tribuna para proferir longos discursos sobre a *história social do Brasil* (IV, 213-224) e sobre o *combate ao analfabetismo* (VII, 216-226), nos quais teceu extensas considerações sobre cada um desses temas, sem, no entanto, explicitar de maneira clara suas propostas no tocante a esses assuntos. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937, tendo ainda participado dos debates sobre sistemas de governo, defendendo energicamente o presidencialismo e a figura de Vargas dos ataques endereçados a ambos da tribuna constituinte.

Apresentou 9 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 441, obrigando as empresas com mais de 50 trabalhadores a manterem ensino primário gratuito para seus empregados; nº 473 (rejeitada; XXIII, 378), obrigando a União a aplicar 15%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o mínimo de 25% da receita arrecadada na manutenção e no desenvolvimento do ensino primário; e a de nº 537, contrária ao comparecimento dos Ministros de Estado no Congresso Nacional, sob a alegação de esse ser um procedimento de cunho "parlamentarista", incompatível com o presidencialismo, sistema de governo do qual era adepto.

CARLOS PINTO FILHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 24 de janeiro de 1904, Porciúncula, RJ.

Falecimento: novembro de 1968.

Profissão: Proprietário de terras (cafeicultor e plantador de cana).

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi cafeicultor e plantador de cana na região norte do Estado do Rio de Janeiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981 : 181), foi Vereador em Itaperuna, RJ, e Prefeito de Porciúncula (sem data). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi líder rural em seu estado, tendo representado os fazendeiros do Rio de Janeiro em

vários convênios cafeeiros e em conselhos do Departamento Nacional do Café (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões de interesse dos proprietários de terras do Rio de Janeiro, principalmente dos cafeicultores e dos pequenos produtores de cana do interior do Estado, tendo tomado a palavra, inúmeras vezes, para reivindicar ao Governo medidas de proteção à "lavoura" e para censurar veementemente a política das autarquias em relação ao setor. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos criticando duramente as diretrizes implementadas pelo IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, durante o Estado Novo (V, 246-255; VII, 162-168; XVIII, 367-369; XX, 97-105 etc.), nos quais, citando seu próprio exemplo pessoal de pequeno produtor de açúcar que teve seu engenho lacrado pelo instituto, acusou o IAA, dentre outras coisas, de ser um órgão controlado pelos grandes plantadores de cana e usineiros, interessados em limitar a produção do açúcar com o fito de conservar e aumentar suas margens de lucro. Também realizou pronunciamentos analisando vários aspectos das atividades do DNC — Departamento Nacional do Café (I, 80-81; IV, 211-213; XVII, 253; XX, 280), nos quais acusou esse órgão governamental de favorecer os intermediários (comerciantes e comissários de café), em detrimento dos lavradores; e reivindicando a formação de um banco de crédito rural (III, 113-118; IV, 211-213), com o objetivo de libertar os fazendeiros de algodão e de café do domínio dos grandes comerciantes e financistas que, devido à fragilidade financeira dos produtores, se apropriavam dos estoques dos produtos agrícolas e os revendiam em condições de mercado mais favoráveis, auferindo, assim, "lucros extraordinários", tendo ainda argumentado longamente a favor de sua emenda (rejeitada) que isentava de tributos o pequeno produtor rural (XI, 309-315). Ao ocupar a tribuna reiteradas vezes para atacar as atividades das autarquias, em geral, e do IAA e do DNC, em particular, desencadeou acirrados debates no recinto da Assembléia sobre o assunto, provocando veementes reações dos defensores da política das autarquias, inclusive de pessedistas de seu estado, como Pereira Pinto e Bastos Tavares.

Também enviou à Mesa da Assembléia inúmeros requerimentos e indicações "solicitando informações" sobre as atividades do DNC e do IAA, e foi um dos poucos Constituintes pessedistas a ocupar a tribuna para

protestar contra o espancamento de grevistas da Light pela Polícia Política do Distrito Federal, tendo, inclusive, sido de sua iniciativa o requerimento que solicitava a nomeação de uma Comissão Parlamentar para apurar os espancamentos cometidos por autoridades governamentais contra os grevistas da Light (XI, 427). A certa altura dos trabalhos constituintes, exasperado com a pouca repercussão de sua defesa dos pequenos e médios produtores agrícolas em plenário, afirmou "(...) não sei mesmo se me será possível suportar quatro anos desta Assembléia, porque já sinto uma saudade imensa das minhas vacas e dos meus porcos" (XI, 314). Noutra ocasião, ao defender emenda de sua autoria favorável aos pequenos proprietários, desabafou: "Tal tem sido a reação contra as medidas que visam a beneficiar as classes pobres que já subo à tribuna certo de que minha emenda será rejeitada" (XXI, 352).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 57 (rejeitada; XXI, 356), isentando do pagamento do Imposto sobre Vendas e Consignações os produtos beneficiados por pequenas máquinas agrícolas, como forma de favorecer e estimular a mecanização da lavoura.

EDUARDO DUVIVIER — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 1890, Rio de Janeiro, DF (sem informação sobre dia e mês).

Falecimento: 1958.

Profissão: Banqueiro, proprietário de terras (pecuarista) e industrial.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi banqueiro, presidente de uma cooperativa de leite e sócio de firmas construtoras no Rio de Janeiro. Segundo Osny Duarte Pereira, "Duvivier era dono de grande fortuna constituída especialmente pela especulação imobiliária e atividades bancárias" (PEREIRA, 1963 : 215).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Membro do Conselho Econômico do Estado do Rio de Janeiro (1932-1934). Deputado Federal na legenda da União Progressista Fluminense (1935-1937). Membro da Comissão Diretora Provisória do PSR — Partido Social Republicano (1937). Representante do PSR na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, atuou

em associações de classe dos proprietários rurais (1937-1945). Após a Constituinte de 1946, posicionou-se ao lado da facção liderada por Acúrcio Torres, que se opôs à orientação implementada na sucessão estadual pelo Presidente do Diretório do PSD/RJ, Amaral Peixoto (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro da Comissão Organizadora do 4º Congresso Nacional da Agricultura e Pecuária, realizado no Rio de Janeiro, DF (fevereiro de 1945). Segundo Eli Diniz,

"Em 1947, foi estabelecida a Cooperativa Central dos Produtores de Leite — CCPL, sucessora da Comissão Executiva do Leite — CEL, mas que tinha características distintas. Enquanto esta era um órgão oficial, aquela era uma organização de criadores e industriais de laticínios. Seu primeiro Presidente, Eduardo Duvivier, era homem das classes rurais, membro atuante da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira" (DINIZ, 1978 : 187).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *As diretrizes sociais da futura Constituição* (1933).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Declaração de Direitos, da Comissão da Constituição, e membro da Comissão de Defesa e Amparo à Pecuária. Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação nos trabalhos da "Grande Comissão" constitucional, onde foi um ferrenho adversário do intervencionismo estatal na economia e da ampliação das liberdades políticas e de associação. Em plenário, concentrou-se na defesa do sistema de governo presidencialista e no enfoque de questões relacionadas ao problema da pecuária. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos tecendo considerações de cunho doutrinário sobre a *elaboração constitucional e o respeito à tradição* (II, 52-56), no qual fez a defesa do bipartidarismo e preconizou o "respeito à tradição" como o princípio doutrinário básico, a norma fundamental, que deveria nortear o pensamento dos parlamentares Constituintes; analisando o *desenvolvimento do gado indiano no Brasil* (III, 438-446), no qual criticou veementemente a "economia dirigida" e a política creditícia do Banco do Brasil em relação à pecuária; e fazendo a defesa do sistema de governo presidencialista (VI, 24-28). Além disso, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 6 anos, à adoção de medidas coercitivas para conter a expansão do comunismo no Brasil e declarou voto contra a "Moção

Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.286, favorável à cassação dos mandatos dos parlamentares que "conspirarem ou agirem contra as instituições democráticas" (XV, 145); nº 2.851, vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o recurso à cobrança do imposto de exportação com o fito de estabelecer barreiras alfandegárias; nº 3.155 (prejudicada; XXIII, 22), ameaçando com punição qualquer propaganda ou processo tendente a suprimir o regime democrático e os direitos individuais estabelecidos na Constituição; nº 3.162 (rejeitada; XXIII, 137), instituindo salário proporcional à produtividade do trabalhador; nº 3.226-A (rejeitada; XXIII, 241), assegurando o direito à pluralidade sindical; e a de nº 3.369 (rejeitada; XXIII, 219), vedando a extensão de determinados direitos trabalhistas ao trabalhador rural.

GETÚLIO BARBOSA DE MOURA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de junho de 1903, Itaguaí, RJ.

Falecimento: 10 de junho de 1981.

Profissão: Proprietário de terras (citricultor) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil (1924). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1931), especializando-se em Direito Criminal. Exerceu a advocacia e foi plantador de laranja no interior do Estado do Rio de Janeiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Um dos principais dirigentes da Revolução de 30, em Nova Iguaçu, RJ. Vitoriosa a Revolução, tornou-se Prefeito de Nova Iguaçu, sendo logo a seguir destituído do cargo devido a divergências com o Governo Provisório tenentista (1930-1931). Candidato derrotado à Constituinte de 1934 pela União Progressista Fluminense (1933). Vereador em Nova Iguaçu, tendo sido Presidente da Câmara Municipal no exercício de seu mandato (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi novamente Prefeito de Nova Iguaçu (março a outubro de 1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Líder dos produtores rurais no interior do Estado, foi fundador da Associação Rural de Nova Iguaçu, RJ (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao desenvolvimento econômico da região da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e na defesa de sua emenda, estabelecendo a gratuidade do ensino público em todos os graus para os filhos de pais pobres. Defensor dos interesses dos produtores de laranja de seu estado, ocupou a tribuna para proferir discursos sobre *o problema da citricultura nacional* (IX, 309-311; IX, 406-415), nos quais criticou o decreto expedido pelo Governo aumentando os impostos para a produção e comercialização de laranja, e reivindicou medidas urgentes "para salvar a citricultura e os opulentos laranjais da Baixada Fluminense, do Distrito Federal e de São Paulo" (IX, 309), tendo ainda justificado da tribuna várias emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XIII, 357-363). Parlamentar de postura governista, embora no início dos trabalhos constituintes tenha adotado uma postura crítica em relação às diretrizes partidárias do PSD, ocupando a tribuna para protestar contra a censura policial às radiodifusoras (I, 51) e para apoiar a greve dos bancários (I, 113), posteriormente interveio para defender várias medidas repressivas baixadas pelo Governo contra o PCB e o movimento popular. Além disso, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 6 anos, à instituição do júri, e contra a manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.251, dando ao Presidente da República competência privativa para nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal e contrária à concessão de tal prerrogativa ao Congresso; nº 1.319, regulamentando a gratuidade do casamento civil e sua equivalência em relação ao casamento religioso; e a de nº 1.358 (rejeitada; XXIII, 392), estabelecendo a gratuidade do ensino em todos os graus, em estabelecimentos oficiais, para os filhos de pais pobres.

HEITOR BARCELOS COLLET — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 27 de março de 1898, São Fidélis, RJ.

Filho de Agnelo Gérarque Collet, Presidente do Estado do Rio de Janeiro durante a República Velha (1917-1918).

Falecimento: 30 de janeiro de 1974.

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1922), após o que exerceu a advocacia no interior do Estado. Foi também professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual Constituinte pelo PPR — Partido Popular Radical, no Rio de Janeiro (1935-1937); no exercício de seu mandato, foi Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Rio de Janeiro e Secretário do Interior e da Justiça na gestão do Interventor Amaral Peixoto (1939-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/RJ (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo no Rio de Janeiro.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, efetuou poucas intervenções durante os trabalhos constituintes, tendo ocupado a tribuna para realizar pronunciamento sobre *matéria constitucional* (XIX, 224-229), onde justificou seus pontos de vista e os de sua bancada em relação ao Projeto de Constituição; em seu discurso, posicionou-se a favor da redação dos dispositivos do título "Ordem Econômica e Social" que consagravam a intervenção estatal na economia e os direitos sociais dos trabalhadores, reivindicou a extensão de certos aspectos da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais e manifestou-se favorável à organização das polícias de carreira nos Estados e à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, com o fito de combater a difusão de "concepções materialistas" no seio das massas. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia inúmeros requerimentos de "voto de pesar" a personalidades falecidas.

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 3.634,

regulamentando o reaproveitamento de ex-contratados pela Secretaria da Câmara Federal, que foram dispensados a partir da vigência da Constituição de 1937.

MIGUEL COUTO FILHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de maio de 1900, Rio de Janeiro, DF.

Filho de Miguel de Oliveira Couto, médico, Presidente da Academia Nacional de Medicina e Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934).

Falecimento: 2 de maio de 1969.

Profissão: Médico, industrial e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, DF (1921). Assistente da II Medizinische Klinik da Charite, em Berlim, Alemanha (1923). Foi professor da cadeira de Doenças Tropicais e Infecciosas, assistente de Clínica Médica e auxiliar-preparador da cadeira de Anatomia Cirúrgica na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (sem data). Médico da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital São Francisco de Assis. Além disso, exerceu atividades empresariais no Rio de Janeiro, tendo sido fundador e Diretor da Companhia Salinas Perinas, da Navegação Cabofriense Ltda. e da Companhia Exportadora de Sal Angra (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Foi Vereador e Vice-Prefeito de Cabo Frio, RJ (sem data). Deputado Estadual, RJ (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi representante do Rio de Janeiro na Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal (sem data). No contexto da redemocratização, tornou-se membro do Diretório do PSD/RJ (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Medicina Militar, da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia e da Sociedade Brasileira de Tuberculose, tendo participado de inúmeros congressos e simpósios médicos. Foi também Presidente da Federação de

Consórcios Salineiros Fluminenses e do Centro de Comércio de Sal Fluminense.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou: *Extrasistoles e extrasistolia* (1921); *Tratamento da taquicardia paroxísmica* (1926); *O problema médico da aviação* (1928); *A vacina BCG e seus resultados na França* (1928); *A dieta de Whipple nas anemias de origem palustre e verminose* (1929); *Beribéri — moléstia infecciosa — estudo clínico* (1933); *A onda U nas crises prolongadas da doença de Boufeferet* (1938); *A doença de Chagas* (1938); *O coração na difteria* (1940); e *Alocuções* (1945).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação no combate veemente à imigração japonesa e na abordagem de questões referentes aos problemas da saúde pública e da fixação do "homem do campo" no interior do País. Assim, ocupou a tribuna várias ocasiões para proferir violentos discursos denunciando o expansionismo japonês (VII, 9-11; XIX, 55-58; XX, 183-189), nos quais se posicionou radicalmente contrário a qualquer modalidade de imigração japonesa, e argumentou a favor de emenda de sua autoria e de José Augusto (UDN/RN), proibindo a entrada de imigrantes japoneses e a formação de "quistos raciais" no País, tendo feito o elogio, a certa altura de seu discurso, da

"(...) sábia lei que restringiu, na Constituinte de 1934, a imigração japonesa e nos defendeu em tempo de uma verdadeira avalanche de amarelos belicosos, que o Imperador Divino pretendia nos enviar em sucessivos *Marus*, para aqui formar um outro exército, no propósito de nos enfraquecer e colocar os Estados Unidos da América entre dois fogos, como profetizara Miguel Couto" (VII, 11).

Também realizou pronunciamentos abordando o tema da *saúde pública* (XVIII, 234-235), no qual reivindicou a formação de um Ministério da Saúde desvinculado da pasta da Educação e interveio várias vezes nos debates constituintes para defender o governo do ex-Interventor Amaral Peixoto (PSD/RJ) dos ataques realizados por oposicionistas em plenário. Além disso, manifestou-se a favor da criação de "tiros de guerra" no interior do País para evitar o êxodo rural.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 132, determinando a aplicação compulsória de 4% da renda arrecadada pela União no amparo à maternidade, à infância e à adolescência; nº 3.165

(rejeitada, após voto de desempate do Presidente da Assembléia Constituinte Melo Viana; XXIII, 76), proibindo a entrada no País de imigrantes japoneses de qualquer idade e procedência, e cuja "justificação" se constitui num libelo contra a imigração japonesa; e a de nº 3.315, estipulando que

"A lei providenciará no sentido de serem absorvidos os quistos raciais ora existentes no País, bem como os núcleos territoriais seriados e isolados dos nacionais, pertencentes a conglomerados humanos de uma ou mais nacionalidades estrangeiras" (XVI, 111).

PAULO DA SILVA FERNANDES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 30 de outubro de 1915, Porto Alegre, RS.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (pecuarista) e agrônomo.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Superior de Agricultura em Viçosa, MG (1935), após o que dedicou-se à administração de suas fazendas no interior do Rio de Janeiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Prefeito nomeado de Barra do Piraí, RJ (1939-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente do PSD em Barra do Piraí e membro do Diretório Estadual do partido (1945). Primeira legislatura em órgãos parlamentares.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da Federação das Associações Rurais no Estado do Rio de Janeiro e pertenceu a várias associações culturais em Barra do Piraí, RJ.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema da *casa*

popular, tendo ocupado a tribuna para proferir discurso analisando o assunto (VII, 211-216), no qual atribuiu a crise da habitação nos centros urbanos à "política industrializante" implementada após a I Guerra Mundial e durante o governo Vargas, responsabilizando tal política pelo êxodo rural e pelo excedente populacional gerado nas grandes cidades. Além disso, manifestou-se contra a atribuição à Constituinte da prerrogativa de elaborar legislação ordinária e enviou à Mesa da Assembléia requerimentos e indicações "solicitando ao Executivo" a feitura de obras em sua região eleitoral, na cidade de Barra do Piraí, RJ.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.578, que proibia a tributação das primeiras operações de venda de produtos agropecuários, e a de nº 1.585, que restringia a prestação de serviço militar obrigatório nos centros urbanos com o fito de estancar o "êxodo rural" em direção às grandes cidades.

BANCADA DA UDN — RJ

A Bancada da UDN/RJ era formada por profissionais liberais da alta classe média com ampla atuação em diversas associações profissionais dos advogados e médicos no Estado: **José Leomil**, advogado, era membro do Instituto dos Advogados Fluminenses e Conselheiro da OAB/RJ; **Prado Kelly**, uma das principais lideranças políticas udenistas do pós-guerra, também era advogado com intensa atuação em diversas associações profissionais da categoria; **Romão Júnior**, médico e ex-Prefeito de Petrópolis; e **Soares Filho**, advogado e jornalista fluminense, também integrante da "ala dos bacharéis" do partido. De acordo com Maria Vitória Benevides,

"A UDN fluminense era muito heterogênea, contando com nomes de bacharéis no velho estilo liberal, como Raul Fernandes, **Prado Kelly** e **Soares Filho**, ao lado de inexpressivos reacionários de *linha dura*, como Raimundo Padilha (que, posteriormente, viria a ser nomeado Governador, em 1970)" (BENEVIDES, 1981 : 234).

JOSÉ DE CARVALHO LEOMIL — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de abril de 1909, Niterói, RJ.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, DF (1932), após o que exerceu a advocacia no Estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Instituto dos Advogados Fluminenses e Conselheiro da OAB/RJ.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Concentrou sua atuação na defesa da restauração das liberdades políticas e democráticas suprimidas durante a ditadura estado-novista e na feitura de críticas à administração do ex-Interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto (PSD/RJ). Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se veementemente contrário à vigência da Carta de 1937 e leu declaração de voto a favor da indicação udenista que propunha a nomeação de uma comissão para redigir um "projeto de normas gerais" que substituisse a Constituição de 1937, afirmando ser esta o "corpo de delito do maior crime até hoje praticado no Brasil contra a democracia" (II, 354). Defensor ferrenho das liberdades políticas, ocupou várias vezes a tribuna para protestar contra violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular e oposicionista, tendo inclusive tomado a palavra para denunciar a invasão do próprio Palácio Tiradentes por tropas de choque da Polícia Especial do Distrito Federal com o fito de intimidar manifestação dos bancários no recinto da Assembléia (X, 36). Estas denúncias causaram repercussão em plenário. Também proferiu discurso abordando *o problema da tuberculose no Brasil* (VI, 179-193), onde criticou a política estado-novista em relação à saúde pública e declarou voto contra o dispositivo constitucional que instituía o "estado de sítio preventivo". Além

disso, juntamente com seus companheiros de bancada, Romão Júnior (UDN/RJ) e Soares Filho (UDN/RJ), encaminhou à Comissão da Constituição diversas sugestões aos dispositivos sobre "Discriminação de Rendas" do projeto (VII, 229-231).

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 543, regulamentando vários aspectos dos salários dos Juízes e Desembargadores e favorável à irredutibilidade e à isenção tributária do salário dos magistrados; nº 612, assegurando ao proprietário amplo direito de defesa judiciária com o fito de garantir o direito de propriedade em toda sua plenitude e condicionando a desapropriação por interesse público à prévia e justa indenização em dinheiro; nº 1.044, regulamentando vários aspectos do funcionamento do Ministério Público; e a de nº 1.204, assegurando a várias categorias de funcionários públicos, afastados de seus cargos a partir de 10 de novembro de 1937, "a faculdade de pleitear judicialmente a reparação de seus direitos, excetuando o da percepção de vencimentos já prescritos" (XIII, 321).

JOSÉ EDUARDO DO PRADO KELLY — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de setembro de 1904, Niterói, RJ.

Filho de Otávio Kelly, Deputado Estadual no Rio de Janeiro (1907-1909) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1934-1943).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado, jornalista e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1925), após o que abriu escritório de advocacia no Rio de Janeiro e exerceu o jornalismo em diversos periódicos na mesma cidade. Redator de *A Noite* (1925-1930). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Diretor Vice-Presidente da Companhia Docas de Santos (1948).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Apoiou a campanha da Aliança Liberal e a Revolução de 30 (1929-1930). Membro da Comissão de Sindicância do Ministério da Agricultura (1930-1931). Nomeado redator-chefe do Departamento Oficial de Publicidade pelo Interventor do Rio de Janeiro, Ari Parreiras (1931-1932). Secretário da Imprensa Nacional (1932-1933).

Filiou-se à UPF — União Progressista Fluminense (1932). Deputado Constituinte e Federal, UPF/RJ (1933-1935). Deputado Federal, UPF/RJ (1935-1937). Membro do Comitê Diretor da União Popular, agremiação suprapartidária de oposição ao governo Vargas (1936). Presidente da Aliança Autonomista Fluminense (1937), organização que logo a seguir fundiu-se com a UDB — União Democrática Brasileira. Membro do Diretório Nacional da UDB, organização de apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, dedicou-se às atividades profissionais em seu escritório de advocacia (1937-1945). No contexto da redemocratização, na qual teve destacada atuação, foi um dos principais articuladores da candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República; signatário da ata de fundação da UDN, membro da comissão encarregada de elaborar os estatutos da UDN, tendo sido ainda eleito Secretário do Partido (1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Líder da UDN na Câmara e foi um dos principais articuladores do acordo interpartidário UDN/PR/PSD (1947-1948), sendo ainda eleito Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional da UDN, em substituição a José Américo de Almeida (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Além de ter pertencido a inúmeras associações culturais, foi membro do Instituto da OAB, da Associação Brasileira de Imprensa, da Associação Fluminense de Imprensa e da Associação Brasileira de Educação. No contexto da redemocratização, foi Presidente da Comissão de Assuntos Políticos durante o I Congresso Brasileiro de Escritores, tendo sido ainda orador oficial na seção de encerramento do evento e membro da comissão encarregada de redigir a *Declaração de Princípios*, ao término do encontro (27 de janeiro de 1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em inúmeros jornais e periódicos, tais como a *Revista Forense*, *Revista da Academia Fluminense de Letras* etc., e publicou diversos trabalhos literários e sobre assuntos jurídicos, destacando-se: *Tumulto* (poemas, 1919); *Alma das coisas* (poemas, 1921); *Limitações do arbitrio policial* (1923); *Sociedade brasileira de empresários teatrais* (1928); *O monopólio da gasolina* (1928); *Das pessoas jurídicas e da validade dos estatutos* (1929); *Usufruto e fideicomisso* (1931); *Do auto da arrematação* (1932); *A honra dos magistrados e o dano social da calúnia* (1933); *Crônicas de nossos dias*

(1937); *Correição e poder disciplinar* (1938); *Exceções de suspeição e incompetência* (1939); *Réplica: as observações da corregedoria* (1939); *Filiação adulterina: incapacidade para suceder* (1939); *Renovação e contrato de sublocação predial* (1941), dentre outras obras.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Vice-Líder da UDN na Assembléia Constituinte, Vice-Presidente da Comissão da Constituição e membro da Subcomissão Disposições Transitórias, da mesma comissão, onde teve participação ativa na redação de vários dispositivos constitucionais. Um dos Constituintes mais influentes em plenário, além dos vários postos-chave que ocupou, teve intensa atuação nas diversas etapas do processo de elaboração constitucional, tendo sido a mais destacada figura da Bancada da UDN durante os trabalhos constituintes. Na fase de elaboração regimental, juntamente com Nereu Ramos (PSD/SC) e Osvaldo Lima (PSD/PE), ocupou o cargo estratégico de membro da Comissão Encarregada da Elaboração do Regimento Interno, tendo sido um dos principais responsáveis pela redação do Regimento, ocupando a tribuna inúmeras vezes para pronunciar-se sobre questões de ordem e indagações levantadas por outros Constituintes. Assim, deu parecer favorável à emenda (rejeitada) de Paulo Sarasate (UDN/CE), suprimindo o art. 76 do projeto de regimento que proibia à Assembléia a elaboração de legislação ordinária e a censura de atos do Executivo, posicionando-se ainda contrário à proposta da bancada comunista de criação de uma "comissão de técnicos" para elaborar o Projeto de Constituição, e à emenda de Maurício Grabois (PCB/DF), proibindo os Deputados e Senadores de serem advogados de empresas estrangeiras, trustes ou monopólios. Além disso, efetuou longo pronunciamento (II, 281-298) defendendo a indicação udenista (rejeitada; II, 350) que propunha a nomeação de uma comissão para elaborar um *projeto de normas gerais* que substituísse a Constituição de 1937, onde argumentou extensamente acerca da ilegitimidade da Carta estado-novista, tendo também tomado a palavra para ler *apelo da União Nacional dos Estudantes* favorável à imediata revogação da Constituição de 1937 (II, 213-215).

Também ocupou a tribuna para proferir discursos censurando veementemente a atuação do Governo e do Banco do Brasil por ocasião do "Caso Borghi" das exportações de algodão (IV, 398-400); declarando voto a favor da "Moção Otávio Mangabeira" que louvava as Forças Armadas pela deposição de Vargas (XI, 239-241) e protestando energicamente contra o fechamento do diário comunista *Tribuna Popular* (XXI, 376-380). Na condição de membro da Comissão da Constituição, ocupou a tribuna várias

vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros parlamentares, quando da votação do Projeto Revisto em plenário; assim, emitiu pareceres contrários às emendas de Rezende Passos (UDN/MG), isentando o pequeno proprietário do pagamento do imposto territorial, e de Artur Bernardes (PR/MG), proibindo à União dar em concessão a empresas estrangeiras a exploração de serviços de telégrafo e de comunicações, tendo sido ainda contrário ao requerimento de Campos Vergal (PSP/SP), propondo a nomeação de uma comissão para investigar a intervenção do Governo no sindicato dos bancários e a prisão de seu presidente. Além disso, manifestou-se favorável ao sistema de governo parlamentarista, à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional, ao "beijo" dado por Otávio Mangabeira na mão do General Eisenhower, ao mandato presidencial de 4 anos, à denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil, à indissolubilidade do vínculo matrimonial e à autonomia do Distrito Federal.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 2.232, sugerindo pequena alteração de redação no preceito constitucional que regulamentava a competência privativa da União para explorar ou dar em concessão os serviços de telégrafos, de radiocomunicação e de navegação aérea, e a de nº 3.640, acrescentando às "Disposições Transitórias" vários dispositivos que regulamentavam as eleições a serem realizadas após o término dos trabalhos constituintes, e instituindo a eleição conjunta e a coincidência dos períodos de mandato para todos os cargos — federais, estaduais e municipais — de origem popular (XVI, 239-241).

ANTÔNIO JOSÉ ROMÃO JÚNIOR — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de junho de 1895, Magé, RJ.

Falecimento: 24 de abril de 1964.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1916), após o que exerceu a profissão de médico no Estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador e Prefeito de Petrópolis, RJ (sem data). Chefe de Polícia do Estado do Rio de Janeiro (sem data). Deputado

Estadual Constituinte, RJ (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN, tendo sido signatário da ata de fundação do partido (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na apresentação de emendas ao projeto constitucional e na abordagem de questões relacionadas à política municipal da cidade de Petrópolis, RJ. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *revisão nos lançamentos do imposto predial no Estado do Rio de Janeiro* (VI, 226-233), onde criticou veementemente decreto-lei baixado pelo Governo regulamentando o imposto territorial e justificou várias propostas da bancada udenista fluminense no tocante à "discriminação de rendas" e à organização fiscal dos Municípios, tendo se pronunciado ainda para protestar contra a intervenção governamental no mercado do leite em Petrópolis (XXI, 105-108).

Apresentou 31 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.620, aumentando para 10% a renda tributária dos Municípios e cuja "justificação" consiste num longo documento elaborado pela Sociedade Amigos de São Gonçalo a favor da autonomia municipal; nº 2.468, dando à Comissão Permanente do Congresso Nacional competência privativa para decretar a intervenção federal nos Estados; e a de nº 2.632, regulamentando a composição do Tribunal Federal de Recursos.

JOSÉ MONTEIRO SOARES FILHO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de agosto de 1894, Vassouras, RJ.

Falecimento: 24 de maio de 1952.

Profissão: Advogado, jornalista e proprietário de terras.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, DF (1916), após o que exerceu a profissão de advogado no Rio de Janeiro. Também se dedicou ao jornalismo, colaborando em vários periódicos no Rio de Janeiro e no Distrito Federal: fundador do *Correio de Vassouras* e de *A Voz da Barra*; Diretor de *O Estado do Rio* e de *O Vassourense*; redator de *O Estado*, em Niterói, e do *Diário Carioca*, no Distrito Federal (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da Campanha de Nilo Peçanha à Presidência do Estado do Rio de Janeiro (1914). Deputado Estadual pelo PR — Partido Republicano, no Rio de Janeiro (1915-1917). Deputado Estadual, PR/RJ (1918-1921). Vereador em Vassouras, RJ (1929-1930). Após a Revolução de 30, tornou-se membro do Conselho Consultivo do Município de Vassouras (1932). Deputado Constituinte e Federal na legenda do PPR — Partido Popular Radical, no Rio de Janeiro (1933-1935). Deputado Federal, PPR/RJ (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, tornou-se membro da Comissão Executiva da UDN (1945). Após a Constituinte de 1946, foi Líder da UDN na Câmara dos Deputados (1947-1950).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro do Instituto da Ordem dos Advogados Fluminenses. Sócio-fundador da Sociedade Amigos de Alberto Torres (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Durante a República Velha, foi autor da Lei Orgânica das Municipalidades e membro da Comissão Elaboradora do Código Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na gestão do Presidente Estadual Raul Veiga (1918-1921). Além de ter exercido o jornalismo, colaborou em revistas jurídicas.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi relator da Subcomissão Poder Legislativo, da Comissão da Constituição, e membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica ferrenha a vários aspectos da ditadura estado-novista e na abordagem de questões referentes à autonomia dos Municípios e à organização do sistema eleitoral. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu longos discursos (II, 170-177; II, 193-198), que tiveram grande

repercussão na Assembléia, criticando veementemente a Constituição de 1937 e defendendo a indicação udenista (rejeitada; II, 350), que propunha a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Carta de 1937. Crítico ferrenho do Estado Novo e das atividades políticas do ex-Interventor Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, ocupou a tribuna para proferir discursos efetuando extensas críticas à atuação do Governo e do Banco do Brasil por ocasião do "Caso Borghi" de exportação do algodão (IV, 383-402) e analisando "o contrato firmado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Sociedade Anônima Hotel Cassino Quitandinha" (X, 12-20; X, 79-86), nos quais criticou duramente o governo de Amaral Peixoto (PSD/RJ), responsabilizando o ex-Interventor por negociações e irregularidades ocorridas em sua gestão, o que provocou veementes reações em plenário por parte do acusado e de seus correligionários da bancada pessedista fluminense.

Na condição de relator da Subcomissão Poder Legislativo, da Comissão da Constituição, ocupou a tribuna várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros Constituintes quando da votação do Projeto Revisto em plenário, tendo sido ainda autor de várias propostas sobre a organização do sistema eleitoral e um dos principais defensores em plenário do que viria a ser o controverso art. 58 da Constituição, que regulamentava o critério da representação parlamentar das várias unidades da Federação. Além disso, manifestou-se contra a desapropriação por interesse social e favorável ao sistema de governo presidencialista, ao divórcio, à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, tendo ainda declarado voto a favor da "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945 (XI, 243-245).

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.414 (rejeitada; XXII, 82), atribuindo ao Senado Federal competência privativa para nomear Ministros de Estado; nº 1.519, determinando a adoção do sistema eleitoral que favorecesse os Estados menos populosos nas eleições para o Congresso Nacional; nº 3.577 (rejeitada; XXII, 78), estipulando ser o Poder Legislativo exercido conjuntamente pela Câmara e pelo Senado e ampliando as atribuições deste último órgão; e a de nº 3.666 (rejeitada após extensíssimas polêmicas em plenário; XXV, 238), favorável à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil.

BANCADA DO PCB — RJ

A Bancada do PCB/RJ era formada por **Alcides Sabença**, operário metalúrgico em Volta Redonda e fundador de vários sindicatos no Rio de Janeiro, e por **Claudino Silva**, único Constituinte negro dentre os 338 parlamentares que participaram dos trabalhos da Assembléia de 1946.

ALCIDES RODRIGUES SABENÇA — PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 12 de dezembro de 1915, Barra do Piraí, RJ.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Operário metalúrgico e carpinteiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Iniciou suas atividades profissionais exercendo a profissão de carpinteiro em Barra do Piraí, no início da década de 1930. Ao ser eleito Deputado Constituinte, trabalhava como operário metalúrgico na CSN — Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, RJ (1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Filiou-se ao PCB (1931), após o que exerceu intensa atividade política em vários movimentos sociais dos trabalhadores. Membro da Juventude Estudantil Operária Popular (1934). Militou na ANL — Aliança Nacional Libertadora (1935). No contexto da redemocratização, foi eleito Secretário Político do Comitê Distrital do PCB, em Volta Redonda (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Secretário do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Barra do Piraí (1933-1934). Participou do Congresso Trabalhista, em Niterói, RJ (1936). Durante o Estado Novo, atuou intensamente no movimento a favor da entrada do Brasil na guerra, tendo sido Secretário da Comissão de Ajuda à FEB — Força Expedicionária Brasileira (1942-1945). Foi ainda um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa, RJ (1946).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar de atuação discreta em plenário, concentrou-se na denúncia das más condições de vida das classes trabalhadoras e na defesa de uma reforma agrária radical que distribuísse terras aos camponeses pobres e liquidasse as relações de produção semifeudais existentes no campo brasileiro. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando a questão agrária no Brasil (VI, 296-305; XIX, 139-140), nos quais apoiou várias reivindicações de camponeses sem terra e preconizou a realização urgente de uma reforma agrária como forma mais eficaz de evitar o êxodo rural para as grandes cidades e de propiciar a formação de um mercado interno que possibilitasse a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico que reduzisse a miséria e as desigualdades sociais que vitimavam o povo brasileiro. Também ocupou a tribuna várias vezes para denunciar violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular, tendo inclusive protestado em plenário contra o assassinato político de militante comunista na cidade de Macaé, RJ (XIII, 340). Além disso, manifestou-se favorável ao reconhecimento incondicional do direito de greve e contra a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional.

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 3.191, condicionando a concessão de terras públicas de área superior a 10 mil hectares à autorização prévia da Câmara dos Deputados.

CLAUDINO JOSÉ DA SILVA — PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 23 de julho de 1902, Natividade, MG.

Filho de camponeses pobres.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Ferroviário e carpinteiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Aprendiz de carpinteiro em Niterói, RJ (1918). Trabalhou como ferroviário na Estrada de Ferro Leopoldina (1929-1931).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ingressou no PCB (1928). Primeiro-Secretário do PCB na Liga Operária da Construção Civil de Niterói, RJ (1928). Por sua atuação política em defesa dos interesses das classes trabalhadoras, foi preso (1931). Posto em liberdade, a seguir, voltou

a atuar no PCB e no movimento operário, sofrendo inúmeras outras prisões no período (1932); deportado para Recife e para o Rio de Janeiro, onde chegou gravemente enfermo em função de maus-tratos e torturas que sofreu nas sucessivas prisões de que foi vítima (1932-1934). Após restabelecer-se, foi designado pelo PCB para organizar o partido em Juiz de Fora e Belo Horizonte, MG (1935-1936). Preso político, novamente foi transferido para a Casa de Correção e para o presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro (1936-1937). Libertado, retornou a Minas Gerais, a fim de retomar sua militância no PCB, pelo que foi novamente preso durante oito meses (1937). Solto mais uma vez, atuou clandestinamente no PCB durante o Estado Novo; em razão disso, foi preso político na vigência do regime (1940-1943); após sair da cadeia, participou da Conferência da Mantiqueira, tendo sido eleito, durante o encontro, membro do Diretório Nacional do PCB e responsável pelo trabalho do partido na Região Norte do País (agosto de 1943). No contexto da redemocratização, tornou-se Secretário Político do Comitê Executivo do PCB/RJ e membro do Comitê Central do PCB (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Diretor do Centro dos Carpinas e Classes Anexas de Mar e Terra (1927). Membro da Liga Operária da Construção Civil em Niterói, RJ (1928). Participou do movimento grevista na Companhia Leopoldina (1931). Delegado da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil ao Congresso da União dos Trabalhadores, em Recife, PE (1931).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Único parlamentar negro dentre os 338 Constituintes, concentrou sua atuação na denúncia da prática de preconceitos raciais no Brasil e na defesa dos interesses dos ex-combatentes da FEB em situação de dificuldade econômica, após o término da guerra. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu longo discurso em homenagem à campanha da FEB durante a II Guerra Mundial (I, 203-211), no qual denunciou a situação de abandono em que se encontravam os ex-pracinhas pobres e leu várias reivindicações de associações de ex-combatentes. Além disso, participou dos debates sobre o problema da discriminação racial, declarando apoio à emenda de Hamilton Nogueira (UDN/DF), que declarava a igualdade de todos perante a lei "sem distinção de raça" e punindo a prática do racismo em território nacional, manifestando-se ainda favorável à realização imediata de uma reforma

agrária no País e à extinção das Polícias Políticas remanescentes do Estado Novo.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 3.488, "estipulando que o estado de sítio não poderá ser decretado por mais de trinta dias, prorrogáveis por períodos iguais" (XVI, 170); nº 3.600, determinando a punição por lei de práticas de discriminação racial e propaganda de luta religiosa; e a de nº 3.601 (rejeitada; XXV, 15), determinando a dissolução imediata de todas as Polícias Políticas e especiais ainda existentes.

BANCADA DO PTB — RJ

A Bancada do PTB/RJ era formada pelo único Constituinte petebista eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, o ex-ajudante-de-ordens de Getúlio Vargas e Oficial da Marinha, **Abelardo Mata**.

ABELARDO DOS SANTOS MATA — 1º Suplente - PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de abril de 1906, Rio de Janeiro, DF.

Filho do Almirante Francisco dos Santos Mata.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Militar (Oficial da Marinha), proprietário de terras e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado Guarda-Marinha pela Escola Naval (1930). Segundo-Tenente (1931). Primeiro-Tenente (1932). Capitão-Tenente (1935). Comandante do navio *Uiapoque* (1937). Durante o Estado Novo, foi professor de Eletricidade na Escola Naval (1938-1941) e Comandante do navio mineiro *Itajaí*, em operações de combate na II Guerra Mundial (1942-1943); Capitão-de-Corveta (1944). Foi também pequeno proprietário de terras e pecuarista no interior do Rio de Janeiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi ajudante-de-ordens de Getúlio Vargas (1943-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PTB (1945). Primeira legislatura. Segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981 : 57), após a Constituinte de 1946, foi candidato a Vice-Governador pelo PTB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao titular Getúlio Vargas, também eleito Deputado pelo PTB/RJ e que optou pelo mandato de Senador (PSD/RS). Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório sobre o tema *Greves*. Concentrou sua atuação na defesa do legado do Estado Novo e da figura de Vargas dos ataques dirigidos contra ambos da tribuna constituinte por udenistas. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso (VIII, 53-62), no qual procurou contestar as críticas endereçadas por Agostinho Monteiro (UDN/PA) à política econômica e social implementada pelo regime estado-novista, envolvendo-se em freqüentes e acirradas polêmicas com o udenista paraense sobre a figura de Vargas e o legado do Estado Novo. Parlamentar de postura governista, foi favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes e, numa conjuntura marcada pela violenta repressão ao movimento grevista, ocupou a tribuna para defender o Ministro do Trabalho, Negrão de Lima (PTB), das acusações efetuadas contra o mesmo pela bancada comunista (XI, 40). Além disso, realizou pronunciamentos louvando o esforço de guerra das Forças Armadas brasileiras e manifestou-se favorável à autonomia do Distrito Federal.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento das Forças Armadas. Destacam-se as de nº 2.361 (aprovada; XXII, 62), sugerindo alteração de redação num dado preceito constitucional com o fito de distinguir "militar" de funcionário público militar, e a de nº 3.035, favorável à concessão de direito de voto aos soldados e praças de pré.

BANCADA DE SANTA CATARINA

- 1) IVO D'AQUINO (Senador/PSD);
- 2) NEREU RAMOS (Senador/PSD);
- 3) ADERBAL SILVA (PSD);
- 4) ALTAMIRO GUIMARÃES (PSD);
- 5) HANS JORDAN (PSD/1º Suplente);
- 6) ORLANDO BRASIL (PSD);
- 7) OTACÍLIO COSTA (PSD);
- 8) ROBERTO GROSSENBACKER (PSD);
- 9) ROGÉRIO VIEIRA (PSD/2º Suplente);
- 10) TAVARES D'AMARAL (UDN);
- 11) TOMÁS FONTES (UDN).

9 PSD + 2 UDN = 11

BANCADA DO PSD — SC

O Estado de Santa Catarina foi a unidade da Federação onde o PSD obteve seu segundo melhor resultado eleitoral no pleito para a Constituinte de 1946, elegendo 9 parlamentares (81,8%) de um total de 11. A Bancada do PSD/SC era composta por lideranças políticas entrosadas com o ex-Interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia Constituinte e estreitamente ligado à cúpula do governo Dutra: **Ivo d'Aquino** foi Secretário da Justiça, Educação e Saúde (1937-1945) durante o Estado Novo, tendo assumido algumas vezes a Interventoria em caráter interino; **Nereu Ramos**, descendente de tradicional oligarquia catarinense, foi Governador eleito de Santa Catarina (1935-1937) e Interventor Federal do Estado na vigência do regime estado-novista (1937-1945); **Aderbal Ramos da Silva** era "sobrinho de seu tio" Nereu Ramos; **Altamiro Guimarães**, Secretário da Fazenda de Nereu Ramos (1937-1945), também ocupou a Interventoria em caráter interino durante ausências do titular; **Hans Jordan**, industrial e ex-Diretor do Instituto Nacional do Mate; **Orlando Brasil**, Secretário de Finanças de Santa Catarina (1937-1945) na gestão de Nereu Ramos; **Otacílio Costa**, descendente de tradicional família de latifundiários catarinenses e Deputado Estadual por várias legislaturas na República Velha; **Roberto Grossenbacker**, advogado, industrial e ex-Chefe de Polícia em Blumenau,

após a Revolução de 30 (1930-1931); e **Rogério Vieira**, Secretário da Viação e Obras Públicas de Santa Catarina (1937-1945) no governo do Interventor Nereu Ramos.

IVO D'AQUINO FONSECA — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 5 de agosto de 1895, Florianópolis, SC.

Falecimento: 28 de outubro de 1974.

Profissão: Advogado-funcionário público, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF (1916), após o que exerceu a advocacia em Florianópolis. Professor de Português e Literatura no Ginásio Catarinense (1917). Consultor jurídico (1917-1920) e Procurador Fiscal (1917-1918) do Estado de Santa Catarina. Juiz de Direito na Comarca de Canoinhas, SC (1919). Redator e Diretor dos jornais *O Dia* e *A República de Florianópolis* (1924-1930). Professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Santa Catarina (1935).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Governador de Santa Catarina, Filipe Schmidt (1917). Deputado Estadual por três legislaturas, SC (1922-1930). Prefeito de Canoinhas, SC (1926-1928). Secretário do Interior e da Justiça de Santa Catarina no governo de Fúlvio Aducci (1930). Opôs-se à Revolução de 30, tendo sido preso logo após a vitória da mesma (1930). Liderou em Santa Catarina manifestação de apoio ao movimento constitucionalista paulista, sendo obrigado a permanecer refugiado por dois anos em virtude do malogro de ambos (1932-1934). Posteriormente, aproximou-se politicamente de seu tradicional adversário, Nereu Ramos, tornando-se Secretário de Viação de Santa Catarina em seu governo (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário da Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina na gestão do Interventor Nereu Ramos (1937-1945), tendo assumido o cargo de Interventor interino em algumas ocasiões. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/SC, assumindo a Interventoria do Estado pouco depois da deposição de Getúlio Vargas (31 de outubro a 5 de novembro de 1945). Após a

Constituinte de 1946, tornou-se Líder do PSD no Senado (1946), em substituição a Nereu Ramos (PSD/SC), eleito Vice-Presidente da República; foi também encarregado pela burocracia de Estado de apresentar no Senado projeto regulamentando a cassação do PCB, da qual foi um dos principais defensores no Congresso Nacional (1947-1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Representou o Estado de Santa Catarina no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo (janeiro de 1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Durante o Estado Novo, em sua gestão na Secretaria de Educação, promoveu campanha pela nacionalização do ensino, visando à substituição das inúmeras escolas alemãs existentes em Santa Catarina por escolas estatais brasileiras. Publicou: *O Município: sua conceituação histórica e jurídico-constitucional* (1940) e *Nacionalização do ensino: aspectos políticos* (1942).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Declaração de Direitos, da Comissão da Constituição, onde teve atuação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os que restringiam as liberdades políticas usufruídas pelas classes trabalhadoras. Em plenário, onde foi um dos parlamentares mais conservadores, concentrou sua atuação no combate ao "comunismo" e na defesa intransigente das diretrizes políticas implementadas pelo governo Dutra. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discurso que causou grande celeuma em plenário (II, 27-31), onde procurou defender a figura do Embaixador salazarista Teotônio Pereira dos Santos das críticas endereçadas por parlamentares de vários partidos à sua presença no Brasil, tendo ainda se posicionado a favor da vigência da Carta de 1937 e contra a capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo. Encarregado pela burocracia do governo Dutra de liderar a campanha pela cassação do PCB, no recinto da Assembléia, realizou longo pronunciamento (V, 327-349), no qual se propôs a "responder ponto por ponto ao discurso proferido pelo ilustre líder comunista" (V, 327), Luís Carlos Prestes (PCB/DF), acerca do eventual posicionamento dos comunistas brasileiros numa hipotética "guerra imperialista" promovida pelo Governo brasileiro contra a Rússia, pronunciamento este que constituiu um dos mais violentos ataques dirigidos ao PCB, dentre os muitos endereçados contra o partido durante os trabalhos constituintes.

Na condição de membro da Subcomissão Declaração de Direitos, ocupou a tribuna várias ocasiões para emitir pareceres a destaques solicitados por outros Constituintes, quando da votação do Projeto Revisto em plenário. Assim, posicionou-se contrário ao sistema eleitoral proporcional que favorecesse os Estados mais populosos, à autonomia do Distrito Federal, à soberania do júri e à emenda de Rezende Passos (UDN/MG) isentando o pequeno proprietário do pagamento do imposto territorial. Além disso, manifestou-se favorável à Justiça do Trabalho paritária, contra o direito de voto para os soldados e analfabetos e, embora simpático ao divórcio, não tomou a palavra para definir-se explicitamente a favor do mesmo. Segundo Osny Duarte Pereira, Ivo d'Aquino,

"(...) vítima da escravidão eleitoreira do clero, não quis enfrentar o problema do divórcio com a erudição de que dispunha. É um desses intelectuais brilhantes, mas sem coragem para dizer o que sentem e dos quais as classes dominantes se servem para seus fins de manutenção no poder" (PEREIRA, 1963 : 256).

Apresentou 6 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 3.160, que suprimia o termo "concessão" para designar a natureza da autorização governamental para empresas explorarem minas e jazidas minerais, e a de nº 3.271, que possibilitava a brasileiros não natos tornarem-se proprietários e armadores de navios nacionais, eliminando, assim, restrição contida no projeto que reservava apenas a brasileiros natos tal direito.

NEREU DE OLIVEIRA RAMOS — Senador - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de setembro de 1888, Lajes, SC.

Descendente de tradicional clã de latifundiários e pecuaristas em Santa Catarina. Filho de Vidal José de Oliveira Ramos, Deputado Provincial no Império, Deputado Estadual por várias legislaturas, Deputado Federal, Senador e Governador de Santa Catarina (1902-1905; 1910-1914) durante a República Velha.

Falecimento: 16 de junho de 1958.

Profissão: Advogado, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1909), após o que exerceu a advocacia e o jornalismo em Santa Catarina. Fundador dos jornais *A Noite* (1914) e *A República* (1921) em Santa Catarina. Um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1932), onde também foi professor de Teoria do Estado e de Direito Constitucional, a partir de então.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual, SC (1911-1912). Secretário da Delegação Brasileira às Conferências Internacionais de Direito Marítimo e Letras de Câmbio, realizadas em Bruxelas e Haia (1912). Oficial de gabinete do Presidente do Estado de Santa Catarina, Vidal de Oliveira Ramos, seu pai (1914). Redator-chefe de *O Dia*, órgão do PRC — Partido Republicano Catarinense (1914-1917). Candidato derrotado a Deputado Estadual (1916). Deputado Estadual, PRC/SC (1919-1924). Militou na oposição aos governos de Antônio Pereira da Silva (1924-1926) e Adolfo Konder (1926-1930), em Santa Catarina. Fundador e Presidente do PLC — Partido Liberal Catarinense (1927-1932). Deputado Federal, PLC/SC (1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Santa Catarina (1929-1930). Apoiou o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Deputado Constituinte e Federal pelo PLC/SC, partido de oposição ao Governo Central (1933-1935). Governador eleito de Santa Catarina (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Interventor Federal em Santa Catarina (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos principais organizadores do PSD em nível nacional (1945). Após o término dos trabalhos constituintes, foi eleito Presidente do Senado Federal e Vice-Presidente da República pela Assembléia (1946-1950), tornando-se, ainda, Presidente Nacional do PSD em substituição a Benedito Valladares (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Após a Constituinte de 1946, juntamente com Prado Kelly (UDN/RJ) e Artur Bernardes (PR/MG), foi membro da Comissão de Líderes encarregada de implementar o acordo interpartidário PSD/UDN/PR (1948).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Santa Catarina. Durante sua gestão na Interventoria de Santa Catarina, empreendeu campanha contra a influência alemã no Estado.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Líder do PSD na Assembléia Constituinte, Presidente da Comissão da Constituição e membro da Subcomissão Disposições Gerais e Transitórias, da mesma comissão. Uma das mais destacadas figuras do PSD durante os trabalhos constituintes, além dos cargos estratégicos que ocupou, teve atuação destacada nas várias etapas do processo de elaboração constitucional, concentrando sua atuação na defesa intransigente e articulada das diretrizes fundamentais de seu partido e do governo Dutra na Assembléia. Logo no início dos trabalhos constituintes, ainda na fase de elaboração regimental, juntamente com Prado Kelly (UDN/RJ) e Osvaldo Lima (PSD/PE), foi membro da Comissão Encarregada de Elaborar o Regimento Interno, tendo sido o principal responsável pela redação do mesmo e pela defesa, em plenário, de seu conteúdo; assim, ocupou a tribuna várias vezes para combater propostas de outros parlamentares, visando a aumentar as liberdades usufruídas pelos Constituintes durante o processo de elaboração constitucional, tendo se posicionado contrário à adoção da Constituição de 1934 como anteprojeto da nova Carta Constitucional, à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária, ao comparecimento de Ministros de Estado para prestar contas de seus atos à Assembléia, tendo sido ainda favorável à supressão da palavra "reacionário" dos *Anais da Constituinte* e à adoção de medidas cerceadoras da liberdade de manifestação das galerias. Também se destacou, nessa fase inicial do funcionamento da Assembléia, por ter sido o mais aguerrido e articulado defensor da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, ocupando a tribuna para proferir longo discurso argumentando extensamente a favor da Carta de 1937 (II, 111-135), pronunciamento este que teve papel decisivo na manutenção da mesma no curso do processo de elaboração constitucional.

Na condição de Líder do PSD na Assembléia Constituinte, ocupou a tribuna inúmeras vezes para defender e justificar diversas medidas governamentais que eram objeto de críticas e reprovação por parte de outros parlamentares. Assim, realizou pronunciamentos combatendo o requerimento de urgência da bancada comunista que apoiava a greve dos bancários (II, 125-129); posicionando-se veementemente contrário à greve da Light e acusando os grevistas de buscarem "estabelecer no País a subversão da ordem, dirigidos pelo Partido Comunista" (XI, 144); justificando moção de sua autoria (aprovada; X, 205) que apoiava a dissolução a tiros pela Polícia Política do Distrito Federal de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (X, 193-196); manifestando-se contrário à "Moção Otávio Mangabeira" que louvava as

Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945, e apresentando moção substitutiva (aprovada), de sua autoria, que eliminava a referência ao papel dos militares na derrubada de Getúlio (XI, 239-250); justificando o fechamento do diário comunista *Tribuna Popular* pela polícia do Distrito Federal e a prisão do Deputado Constituinte Trifino Correia (PCB/DF), aproveitando a ocasião para declarar apoio antecipado ao Governo em todas as medidas que julgassem necessárias para a manutenção da ordem pública (XXI, 229; XXIII, 365), tendo ainda justificado e defendido várias outras medidas governamentais. Além disso, manifestou-se favorável à presença do Embaixador salazarista português no Brasil, à extinção do Território do Iguaçu, à qualificação da greve da Light como "criminosa", ao mandato presidencial de 5 anos, à indissolubilidade do vínculo matrimonial e à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição. Foi ainda contrário à indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia dos militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, ao divórcio, à inclusão de dispositivo constitucional proibindo a imigração japonesa, à isenção do imposto territorial para os pequenos proprietários rurais, à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, à adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviços públicos, à nacionalização dos bancos e à unicidade sindical. Após o encerramento dos trabalhos constituintes, foi eleito e proclamado Vice-Presidente da República por 178 votos, contra 139 dados a seu adversário José Américo de Almeida (XXVI, 344-345).

Apresentou 42 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 888, aumentando de um terço para a metade o *quorum* de parlamentares necessário à aprovação da formação de Comissões de Inquérito pelo Congresso Nacional; nº 893, contrária à capacidade do Congresso de deliberar sobre a execução e a manutenção de obras e serviços de competência privativa da União; nº 897, que suprimia dispositivo que determinava a criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional; nº 915, transferindo do Senado para o Presidente da República a competência para nomear Interventores Federais nos Estados; nº 1.198 (aprovada; XXV, 228), regulamentando vários aspectos das eleições suplementares a serem realizadas noventa dias após a promulgação da Constituição; e a de nº 3.334, favorável à adoção de uma legislação mais flexível sobre a imigração. Além disso, apresentou destaque supressivo (aprovado; XXV, 192) eliminando os arts. 34, 35, 37 e 38 das "Disposições Transitórias" favoráveis à concessão de anistia aos funcionários públicos militares e civis punidos por crimes

políticos no pós-trinta.

ADERBAL RAMOS DA SILVA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 18 de janeiro de 1910, Florianópolis, SC.

Filho do Desembargador João Pedro da Silva. Sobrinho de Nereu Ramos, Senador à Constituinte de 1946 por Santa Catarina. Descendente de tradicional família de oligarcas e latifundiários em Santa Catarina.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Industrial, banqueiro e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, DF (1932). Inspetor Federal de Ensino junto à Faculdade de Direito de Santa Catarina e ao Ginásio Catarinense (1933). Foi também Diretor-Presidente da firma Carlos Hoepcke (1942-1945) e do Banco Paraná-Santa Catarina (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Indicado por seu tio Nereu Ramos, tornou-se Diretor do diário *A República*, órgão doutrinário do PLC — Partido Liberal Catarinense (1932). Presidente do Diretório Municipal do PLC de Florianópolis (1932). Deputado Estadual Constituinte, PLC/SC (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Governador de Santa Catarina pela coligação PSD/PTB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Segundo o Dicionário CPDOC, "um dos mais destacados banqueiros do sul do País, foi Diretor-Presidente do Banco Paraná-Santa Catarina e da firma Carlos Hoepcke, detentora do maior parque industrial de Florianópolis" (CPDOC, 1984 : 3135).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, "o sobrinho de seu tio" não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas apresentado 15 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o

funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se a de nº 458, transferindo para lei ordinária a regulamentação do funcionamento do Ministério Público, e a de nº 989, vedando aos Juízes o desempenho de qualquer atividade político-partidária.

ALTAMIRO LOBO GUIMARÃES — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de março de 1899, Tubarão, SC.

Falecimento: 16 de agosto de 1946.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Chefe de Tráfego e Primeiro-Oficial dos Correios e Telégrafos em Santa Catarina (1917-1919). Formado pela Faculdade de Direito de Santa Catarina (1932), após o que ocupou diversos cargos políticos em seu estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Membro do Diretório Central do PLC — Partido Liberal Catarinense, liderado por Nereu Ramos (1927-1929). Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Santa Catarina (1929-1930). Membro do Conselho Consultivo de Santa Catarina (1930-1931). Acompanhou Nereu Ramos em seu apoio ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, pelo que foi preso por um breve período (1932). Presidente do Conselho Consultivo de Santa Catarina (1933). Deputado Estadual Constituinte pelo PLC/SC, tendo sido Presidente da Assembléia Legislativa durante sua gestão (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário da Fazenda de Santa Catarina na gestão do Interventor Nereu Ramos, tendo exercido o cargo de Interventor interino algumas vezes durante ausências do titular (1937-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Vice-Presidente da Comissão Executiva Regional do PSD/SC (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes devido à enfermidade de que foi vítima, vindo a falecer em pleno processo constituinte, a 16 de agosto de 1946, tendo sido realizada no mesmo dia a 132ª Sessão Extraordinária em homenagem à sua memória (XXI, 333 e segs.).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

HANS JORDAN — 1º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de março de 1892, Joinville, SC.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Industrial.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi industrial em Santa Catarina.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vice-Prefeito de Joinville, SC (sem data). Diretor do Instituto Nacional do Mate (sem data). Deputado Estadual, SC (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PSD/SC, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição a Ivo d'Aquino, também eleito Deputado por Santa Catarina e que optou pelo posto de Senador. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

ORLANDO BRASIL — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de março de 1902, Laguna, SC.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Contador e funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem informação sobre curso universitário. Foi Contador-Geral do Estado de Santa Catarina (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Segundo o Dicionário *CPDOC*, foi Contador-Geral de Santa Catarina e Secretário de Finanças do Estado durante a Interventoria de Nereu Ramos (1937-1945) (*CPDOC*, 1984 : 473). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo se limitado à apresentação de 8 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 2.261, que obrigava a União a declarar quais são os símbolos nacionais, e a de nº 2.999, que possibilitava aos contadores profissionais o exercício do cargo de Ministro do Tribunal de Contas.

OTACÍLIO VIEIRA DA COSTA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de dezembro de 1893, Lajes, SC.

Filho do Coronel João José Teodoro da Costa.

Falecimento: 13 de setembro de 1950.

Profissão: Proprietário de terras (fazendeiro), advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS (1915). Exerceu a advocacia no interior de Santa Catarina, tendo sido também Promotor Público, delegado escolar e jornalista no Estado (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual Constituinte, SC (1910-1912). Secretário Municipal em Lajes, SC (1911-1919). Deputado Estadual, SC (1913-1915). Superintendente Municipal (cargo equivalente ao de Prefeito) de Lajes (1920-1924). Deputado Estadual, SC (1927-1930). Após a Revolução de 30, foi nomeado Presidente do Conselho Consultivo de Santa Catarina (1931-1935). Durante o Estado Novo, afastou-se da política, dedicando-se às atividades profissionais de advogado e fazendeiro em Santa Catarina.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo e foi diretor de jornais em Santa Catarina.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da autonomia municipal, tendo ocupado a tribuna para proferir discursos abordando o assunto (VII, 289-291; XI, 33-37), nos quais reivindicou medidas de "amparo aos Municípios", aproveitando a ocasião para fazer o elogio da administração do ex-Interventor Nereu Ramos (PSD/SC) em seu estado e louvar a sua própria gestão "por três quadriênios" (VII, 290) à frente da Prefeitura de Lajes, SC. Também realizou pronunciamento analisando o problema da *desanalfabetização do País* (XV, 32-33), onde reivindicou a aplicação de percentagem x da arrecadação pública para solucionar a questão educacional no interior do País. Além disso, tomou a palavra para defender requerimento de "voto de pesar" pelo falecimento de seu amigo e conselheiro, o advogado Acácio (XIX, 54).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entanto, sido signatário de várias delas sugeridas por seus companheiros de bancada.

ROBERTO GROSSENBACKER — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de outubro de 1890, Joinville, SC.

Falecimento: 2 de agosto de 1972.

Profissão: Industrial.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem informação sobre curso universitário. Juiz de Paz em Blumenau, SC (1915-1919). Durante o Estado Novo, tornou-se Diretor-Gerente da Indústria Têxtil Hering (1941). Foi também Vice-Presidente da Companhia de Força e Luz de Santa Catarina (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou ativamente da Campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em Santa Catarina (1929-1930). Chefe de Polícia em Blumenau (1930-1931). Participou da repressão ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Presidente do PL — Partido Liberal, em Santa Catarina (1935). Vereador em Blumenau (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

ROGÉRIO VIEIRA — 2º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de junho de 1903, São Francisco do Sul, SC.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Santa Catarina (1942), após o que dedicou-se às atividades políticas.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou da Campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, em Santa Catarina (1929-1930). Vitoriosa a Revolução, tornou-se Prefeito de São Francisco e, posteriormente, da capital do Estado, Florianópolis, SC (1931-1934). Deputado Estadual Constituinte na legenda do PLC — Partido Liberal Catarinense (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário da Viação e Obras Públicas e Secretário da Agricultura de Santa Catarina na gestão do Interventor Nereu Ramos (1937-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente da Comissão do Salário Mínimo de Santa Catarina e Diretor do Serviço de Defesa Civil no mesmo estado (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 2º Suplente de Deputado pelo PSD/SC, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição ao titular Nereu Ramos (PSD/SC), também eleito Deputado por Santa Catarina e que optou pelo mandato de Senador (PSD/SC). Não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado duas emendas ao Projeto de Constituição: a de nº 1.243, transferindo do Congresso Nacional para o Presidente da República a prerrogativa de mudar a localização da sede do Governo Federal, e a de nº 3.314, objetivando "dar todas as garantias normais e tranqüilidade ao capital estrangeiro" (XVI, 111) na exploração de minas e jazidas minerais em território brasileiro.

BANCADA DA UDN — SC

A Bancada da UDN/SC era composta por dois parlamentares sem a menor expressão política a nível nacional e que, segundo as informações disponíveis, eram originários da região do Vale do Itajaí: o advogado

Tavares d'Amaral e Tomás Fontes, um dos dois sacerdotes udenistas eleitos para a Assembléia Constituinte de 1946.

MAX TAVARES D'AMARAL — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de junho de 1906, Itajaí, SC.

Falecimento: agosto de 1972.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1930). Promotor Público em Santa Catarina (1931), abandonou o cargo para dedicar-se à advocacia no interior do Estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Durante o Estado Novo, foi Diretor do jornal alemão *Der Urwaldsboote*, em Blumenau, SC. Apresentou tese sobre a colonização do Vale do Itajaí no I Congresso Catarinense de História (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à autonomia municipal e na defesa da extinção do Território do Iguaçu e da denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil, tendo participado de diversos debates travados em plenário sobre esses assuntos. Ocupou a tribuna para proferir discursos justificando emendas de sua autoria que concediam maior autonomia financeira e administrativa aos Municípios (XIV, 25-34) e realizando longas considerações sobre a *criação dos Territórios Federais* (XIX, 366-375), nas quais reivindicou veementemente a imediata extinção do Território do Iguaçu e a pronta reincorporação das áreas desapropriadas para sua formação aos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Além disso, posicionou-se contrário à denominação de "língua brasileira" para o idioma

vigente no País, à proibição da imigração japonesa e alemã, e foi favorável à realização de eleição direta para a escolha de Prefeito no Distrito Federal e nos Municípios considerados de "segurança nacional".

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de nº 2.833, suprimindo dispositivo que vedava a eleição direta para Prefeito nos Municípios onde se localizassem águas minerais naturais e portos de importância militar; a de nº 2.984, obrigando a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal a aplicarem de 10 a 20% das respectivas arrecadações tributárias na manutenção e desenvolvimento do ensino; e a de nº 3.360, suprimindo restrições constantes no primitivo projeto à entrada de imigrantes.

TOMÁS ADALBERTO DA SILVA FONTES — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 23 de abril de 1891, Itajaí, SC.

Filho do industrial açoriano Manuel Antônio Fontes.

Falecimento: 16 de fevereiro de 1961.

Profissão: Sacerdote (padre católico), jornalista e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Concluiu o curso de Teologia e ordenou-se padre católico em Florianópolis, SC (1912). Diretor da revista *A Época*, em Florianópolis (1917-1919). Diretor da *Revista de Cultura* (1927) e das revistas *Terra e Céu* e *O Brasileirinho* (1929-1934), editadas no Estado do Rio de Janeiro.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Pertenceu a instituições culturais em Santa Catarina.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou obras de filosofia e gramática, dentre elas *A gramática alemã* (1922).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Juntamente com Luís Cláudio (UDN/SC), foi um dos dois sacerdotes a fazerem parte da Bancada da UDN na Constituinte de 1946. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas

ocupou a tribuna para proferir discursos preconizando a denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no País (X, 44-46; XVII, 109-111), nos quais contestou energicamente os adeptos da "língua brasileira".

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BANCADA DE SÃO PAULO

- 1) ALVES PALMA (PSD);
- 2) ANTÔNIO FELICIANO (PSD);
- 3) ATALIBA NOGUEIRA (PSD);
- 4) BATISTA PEREIRA (PSD/2º Suplente);
- 5) CÉSAR COSTA (PSD);
- 6) CIRILO JÚNIOR (PSD);
- 7) COSTA NETO (PSD);
- 8) GOFFREDO TELLES (PSD);
- 9) HONÓRIO MONTEIRO (PSD/1º Suplente);
- 10) HORÁCIO LAFER (PSD);
- 11) JOÃO ABDALA (PSD);
- 12) JOSÉ ARMANDO (PSD);
- 13) LOPES FERRAZ (PSD);
- 14) MACHADO COELHO (PSD/3º Suplente);
- 15) MARTINS FILHO (PSD);
- 16) NOVELLI JÚNIOR (PSD);
- 17) SAMPAIO VIDAL (PSD);
- 18) SÍLVIO DE CAMPOS (PSD);
- 19) MARCONDES FILHO (Senador/PTB);
- 20) BERTO CONDÉ (PTB);
- 21) EUZÉBIO ROCHA (PTB/ 1º Suplente);
- 22) GUARACI SILVEIRA (PTB);
- 23) HUGO BORGHI (PTB);
- 24) PEDROSO JÚNIOR (PTB);
- 25) ROMEU FIORI (PTB);
- 26) AURELIANO LEITE (UDN);
- 27) MÁRIO MASAGÃO (UDN);
- 28) PAULO NOGUEIRA (UDN);
- 29) PLÍNIO BARRETO (UDN);
- 30) ROMEU LOURENÇÃO (UDN);
- 31) TOLEDO PIZA (UDN);
- 32) CAIRES DE BRITO (PCB/1º Suplente);
- 33) JORGE AMADO (PCB);
- 34) JOSÉ CRISPIM (PCB);
- 35) OSVALDO PACHECO (PCB);
- 36) ALTINO ARANTES (PR);
- 37) CAMPOS VERGAL (PRP/PSP);
- 38) MANUEL VÍTOR (PDC).

18 PSD + 7 PTB + 6 UDN + 4 PCB + 1 PR + 1 PRP/PSP + 1 PDC = 38

BANCADA DO PSD — SP

A Bancada do PSD/SP compunha-se de parlamentares estreitamente ligados à máquina governamental estado-novista, lideranças políticas e corporativas reconhecidas de várias frações das classes dominantes paulistas e professores da Faculdade de Direito da USP com ampla atuação em diversas instituições culturais do Estado e em associações profissionais dos advogados. Dentre os integrantes da Bancada do PSD/SP, destacam-se, além daqueles mencionados por Sérgio Miceli na passagem citada a seguir: **Antônio Feliciano**, ex-membro do Conselho Administrativo de São Paulo durante o Estado Novo (1941-1945); **Ataliba Nogueira**, intelectual católico com intensa atuação em diversas associações culturais e membro do Conselho Fiscal das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo; **Batista Pereira**, ex-Chefe da Casa Civil e Secretário dos Negócios Interiores de São Paulo na gestão do Interventor Ademar de Barros (1939-1941); **César Costa**, também membro do Conselho Administrativo de São Paulo na vigência do regime estado-novista (1941-1945); **Cirilo Júnior**, antiga liderança do PRP na República Velha, membro do Conselho Administrativo de São Paulo (1939-1945), Secretário-Geral do PSD/SP e político de estrita confiança do Presidente Dutra, tendo participado de inúmeras articulações políticas no período; **Costa Neto**, Procurador-Geral do Estado de São Paulo na gestão do Interventor Fernando Costa (1941-1943) e um dos parlamentares mais influentes da Constituinte; **Goffredo Telles**, filho de Goffredo da Silva Telles, Presidente do Conselho Administrativo de São Paulo (1940-1943) no regime estado-novista e um dos políticos mais influentes do Estado; **Gastão Vidigal**, proprietário do Banco Mercantil de São Paulo e Presidente da Associação Comercial de São Paulo durante o Estado Novo (1942-1943), que renunciou ao mandato de Deputado Constituinte para assumir o posto de Ministro da Fazenda do governo Dutra; **Lopes Ferraz**, médico e ex-Prefeito da cidade de Olímpia, SP, durante o Estado Novo (1941-1945); **Sampaio Vidal**, líder do cafeicultores paulistas, Presidente da Sociedade Rural Brasileira e membro da Coordenação da Mobilização Econômica durante o Estado Novo (1943-1945); e **Sílvio de Campos**, uma das mais destacadas lideranças do antigo Partido Republicano Paulista e que, no contexto da redemocratização, ressurgiu do ostracismo, filiando-se ao PSD paulista.

Segundo Sérgio Miceli,

"Em São Paulo, a composição de ambas as chapas difere consideravelmente dos padrões anteriormente referidos. As clivagens que orientam o realinhamento de forças políticas remontam às dissensões internas ao situacionismo oligárquico que acabaram se reforçando ao longo das décadas de 30 e 40, através da aliança que líderes de peso do empresariado industrial firmaram com o regime de Vargas. (...) A bancada pessedista inclui elementos próximos dos círculos palacianos, representantes do empresariado industrial, em companhia de uma ala de catedráticos da Faculdade de Direito da USP, esses últimos pinçados entre a elite da própria fração intelectual que o grupo Mesquita se empenhou em consolidar. São Paulo foi, praticamente, o único Estado da Federação onde o PSD se valeu do apoio de elementos pertencentes à mesma fração da classe dirigente que contribuiu com as figuras de maior destaque para a 'ala dos bacharéis' (...).

Luís Gonzaga Novelli Júnior (1906, Itu, SP) era genro torto do General Eurico Gaspar Dutra, e **José Armando Affonseca** (1908, Santos, SP), advogado que ocupou inúmeros cargos de confiança no Governo Estadual durante a década de 30, era sobrinho do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores (1934-1937). A ala dos representantes patronais incluía o empresário rural e industrial **João Gomes Martins Filho** (1908, São Paulo, SP), Vice-Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, o industrial e banqueiro **José João Abdala** (1903, Guaratinguetá, SP), da Companhia Brasileira de Cimento Portland e do Banco Central de São Paulo, o capitalista e industrial (*sic*) **Joaquim A. Sampaio Vidal** (1897, São Carlos, SP) e o industrial **Horácio Lafer** (1900, São Paulo, SP), que fora representante profissional de sua categoria à Assembléia Constituinte de 1933, membro de conselhos econômicos no regime Vargas e representante brasileiro no exterior. **Honório Fernandes Monteiro** (1894, Araraquara, SP), **Goffredo da Silva Telles Júnior** (1915, São Paulo, SP) e **José Carlos de Ataliba Nogueira** (1901, Campinas, SP) eram catedráticos de Direito Comercial, de Teoria do Direito e de Direito Público e Constitucional, respectivamente" (MICELI, 1986 : 572-573).

JOSÉ ALVES PALMA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 4 de novembro de 1892, Cajuru, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Direito. Sem informação sobre atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Federal pelo PRP — Partido Republicano Paulista, em São Paulo (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, votou a favor da cassação do PCB (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para proferir longos e prolixos discursos justificando suas sugestões ao projeto constitucional (XII, 29-41; XX, 261-269), e para combater a emenda de Mário Brant (PR/MG) favorável à reintegração de funcionários públicos punidos em decorrência da aplicação do art. 177 da Constituição de 1937 (XIX, 118). Além disso, também se manifestou para requerer inserção nos *Anais da Constituinte* de estudo do Desembargador José Duarte, intitulado *A Igreja católica e o projeto constitucional* (XXV, 163-173).

Apresentou 7 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 1.745 (rejeitada; XXII, 53), determinando a adoção do critério estritamente proporcional para a organização do sistema eleitoral, e a de nº 2.015 (parcialmente aprovada; XXIII, 28), regulamentando o direito do réu à defesa quando objeto de instrução criminal.

ANTÔNIO EZEQUIEL FELICIANO DA SILVA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de abril de 1899, Paraibuna, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919), após o que especializou-se em

Direito Penal e exerceu a advocacia em Santos, SP.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Santos, SP (1926-1928). Deputado Estadual, SP (1928-1930). Participou da Revolução de 30, tendo sido membro da Junta Governativa Provisória que assumiu o poder em Santos, SP (1930). Eleito membro do Diretório do PD — Partido Democrático, durante o 7º Congresso da agremiação (1931). Vereador em Santos pelo PD (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo de São Paulo (1941-1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No início da década de 1930, por ocasião da agitação político-ideológica que precedeu a eclosão do movimento constitucionalista paulista, foi um dos signatários de um "Manifesto" protestando contra a atuação do Interventor João Alberto no Estado de São Paulo (1931). Foi também Presidente do Santos Futebol Clube (1944-1945) e da Federação Paulista de Futebol (1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Presidente da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional e membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Em plenário, concentrou sua atuação na defesa da autonomia dos Municípios e na abordagem de questões referentes à sua cidade de origem, Santos, SP. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos justificando indicação que reivindicava melhorias salariais para os trabalhadores marítimos (VIII, 46-53); abordando o tema da "autonomia municipal" (IX, 172-183), onde defendeu emendas de sua autoria determinando a adoção de medidas favoráveis aos Municípios; e analisando os dispositivos do projeto constitucional que regulamentavam a autonomia municipal (XI, 145-153). Também realizou pronunciamentos enfocando *a situação do Porto de Santos* (X, 33-34), no qual apoiou a atuação repressiva da Polícia Política contra os trabalhadores santistas, e defendendo a prisão pela polícia de São Paulo do Suplente de Deputado Federal pelo PCB/SP, Diógenes de Arruda Câmara (IV, 285-287), pelo que entrou em violentos debates com parlamentares da bancada comunista. Além disso, destacou-se em plenário por sua defesa veemente da manutenção dos Conselhos Administrativos criados durante o Estado Novo até a promulgação das Constituições Estaduais, manifestando-se ainda favorável às eleições diretas para os

Prefeitos das capitais e à conservação da instituição do júri.

Apresentou 6 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas transferindo recursos tributários para os Municípios. Destaca-se a de nº 2.843 (rejeitada; XXI, 399), suprimindo dispositivo constitucional que proibia as eleições diretas para Prefeitos nos Municípios de águas minerais naturais, em que se situassem base ou porto de importância militar, e nas capitais dos Estados. Além disso, defendeu em plenário destaque para a emenda nº 3.565 (rejeitada; XXIV, 333), de Vargas Neto (PTB/DF), determinando o "auxílio do poder público" às entidades desportivas.

JOSÉ CARLOS DE ATALIBA NOGUEIRA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de março de 1901, Campinas, SP.

Neto, pelo lado paterno, dos barões de Ataliba Nogueira, tradicional família de cafeicultores e comerciantes no Estado de São Paulo.

Falecimento: 22 de outubro de 1983.

Profissão: Advogado, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Redator da edição paulista do *Jornal do Comércio* (1920), após o que colaborou em diversos periódicos no interior de São Paulo. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1925). Promotor Público em Itapetininga, SP (1926). Fundador e Diretor do *Diário Paulista* (1926). Quinto Promotor Público em São Paulo, SP (1927). Colaborador da rede jornalística *Diários Associados*, a partir de 1928. Doutor pela Faculdade de Direito de São Paulo (1932). Professor catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (1936). Durante o Estado Novo, foi professor catedrático e livre-docente de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Paulo (1937); professor de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito da USP, SP (1939); professor de Direito Internacional na Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas, SP (1939); professor catedrático de Teoria do Estado na USP (1940); professor catedrático de Legislação de Imprensa e Ética da Faculdade de Jornalismo da PUC, SP (1940). Segundo o Dicionário *CPDOC* (1984 : 2395), foi também Diretor das Empresas Cinzano, Labofarma, Indústria Brasileira de Aço e membro do Conselho Fiscal das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Um dos principais dirigentes do movimento integralista em São Paulo, no início da década de 1930. Militou na SEP — Sociedade de Estudos Políticos, organização integralista fundada por Plínio Salgado (1932). Após a derrota do movimento constitucionalista, tornou-se secretário particular do Governador militar e Interventor de São Paulo, General Valdomiro Castilho de Lima (1932-1933). Membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo (1935). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/SP (1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, foi favorável à cassação do PCB (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Participou do I Congresso da Mocidade Católica e do I Congresso de Medicina Legal e Criminologia (1929). No início da década de 1930, militou intensamente no movimento integralista. Tomou parte de inúmeros congressos jurídicos, dentre os quais o I Congresso Jurídico Nacional realizado no Rio de Janeiro, DF (1942), da II Conferência Interamericana de Advogados (1942), e do I Congresso Nacional do Ministério Público realizado em São Paulo (1943). Foi membro de várias instituições culturais e científicas. Sócio da Associação dos Jornalistas Católicos e do Centro Dom Vital de São Paulo. Foi ainda membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e de outras associações corporativas desta categoria profissional.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em São Paulo e colaborou em diversas revistas culturais e científicas, dentre as quais a *Revista dos Tribunais* e a *Revista da Ordem dos Advogados*. Além disso, publicou: *A reforma da Constituição Federal* (1926); *A instrução moral e cívica e a sua utilidade* (1926); *Vadiagem* (1928); *Combate às publicações imorais* (1929); *As loterias estaduais e o fisco* (1930); *Santo Antônio na tradição brasileira* (1933); *Penas e medidas de segurança* (1936); *A arte de pregar do padre Antônio Vieira* (1936); *Medidas de segurança* (1937); *Penas sem prisão* (1938); *O Estado é um meio e não um fim* (1940); *As medidas de segurança em espécie* (1941); *Estabelecimento e regimes de execução para medidas de segurança* (1943); *Elogio histórico de D. João Neri, 1º bispo de Campinas* (1945); *Os Municípios e os municípios de Campinas* (1947); *A Constituição e os partidos antidemocráticos: o mandato dos representantes comunistas* (1947); *O pan-americanismo e o superestado* (1947), dentre inúmeros outros trabalhos.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi relator das Subcomissões Organização Federal e Família, Educação e Cultura, da Comissão da Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, onde foi um dos Constituintes mais conservadores, foi também um dos mais assíduos freqüentadores da tribuna, intervindo freqüentemente nos debates travados no recinto da Assembléia para manifestar-se sobre os mais variados assuntos. Anticomunista ferrenho, concentrou sua atuação na defesa veemente da autonomia municipal, da descentralização administrativa e dos princípios do "federalismo" e da Federação, tendo sido ainda um dos mais combativos defensores dos postulados da Igreja Católica e do alto clero mais tradicional na Constituinte, manifestando-se diversas vezes para sustentar os pontos de vista da instituição no tocante a vários tópicos debatidos em plenário. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos justificando longamente a polêmica indicação de sua autoria, propondo a instauração do voto censitário e a dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em Direito (V, 359-370); felicitando o Governo por ter "dominado" as greves das Estradas de Ferro Sorocabana e Cantareira, e por ter controlado as "desordens" promovidas por comunistas (XI, 160-162); e analisando vários aspectos do projeto constitucional (XII, 42-55), onde sustentou algumas de suas propostas ao mesmo, dentre as quais a recomendação da instauração de um "superestado" que transpusesse para o plano das relações internacionais os princípios que organizavam os Estados nacionais federativos. Combateu também energicamente a proposta de Gustavo Capanema (PSD/MG) de se centralizar a organização do ensino nas mãos da União e preconizou ardorosamente a adoção da descentralização administrativa em diversos ramos da administração pública (ensino, discriminação de rendas, organização do Judiciário etc.), com o fito de transferir maior poder e autonomia político-administrativa aos Estados e Municípios. Também realizou pronunciamentos discorrendo sobre *o fanatismo dos japoneses em São Paulo* (XIX, 126-130), onde defendeu o Interventor paulista José Carlos de Macedo Soares das acusações publicadas na imprensa de que estaria sendo conivente com atentados terroristas cometidos por adeptos da seita japonesa *Shindo Remmei*; tecendo considerações sobre *a intervenção da União no domínio econômico* (XXVI, 12-16), no qual combateu a "concepção liberal de Estado" e posicionou-se amplamente favorável à intervenção estatal na economia, e apoiando a medida governamental de encampação da ferrovia São Paulo Railway, de propriedade de capitais

ingleses, posicionamento este que provocou veementes apartes contrários do Senador comunista Luís Carlos Prestes (PCB/DF), que denunciava a encampação como um ato contrário aos interesses nacionais (XXVI, 98-100).

Na condição de membro da Comissão da Constituição, quando da votação do Projeto Revisto em plenário, pronunciou-se várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros Constituintes, destacando-se seus pareceres contrários às emendas de Aloísio de Carvalho (UDN/BA), dando à União competência privativa para legislar sobre direito penitenciário; de Albérico Fraga (UDN/BA), possibilitando aos Estados a criação de órgãos de assistência técnica e financeira aos Municípios; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), instaurando a Assembléia Nacional eleita pelo povo como poder supremo do Estado ao qual se subordinariam os demais (XXI, 292); de Nestor Duarte (UDN/BA), eliminando a expressão *indissolubilidade do vínculo matrimonial* do texto constitucional; e de Cláudio Silva (PCB/DF), suprimindo as Polícias Políticas criadas durante o Estado Novo (XXV, 15). Além disso, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, ao sistema de governo presidencialista, ao mandato presidencial de 6 anos, à denominação de "língua portuguesa" para o idioma vigente no Brasil, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional, à imunidade fiscal dos templos e das igrejas, à representação proporcional que favorecesse os Estados mais populosos, ao "estado de sítio preventivo", à manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais, à censura prévia à imprensa para impedir a difusão de doutrinas subversivas, à indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social, e aos feriados nos dias santos, tendo afirmado, como justificativa a essa sua última postura, que "(...) saibam V. Ex.^{as} que o povo não obediente às leis de Deus termina não obedecendo às autoridades, ao próximo. E o povo é um caldo propício a qualquer revolução social" (XXIII, 139). Posicionou-se ainda contrário à necessidade de realização de reforma agrária para se resolver o problema da distribuição de riquezas no País, à autonomia do Distrito Federal, à nacionalização progressiva das empresas de serviços públicos, ao reconhecimento dos filhos adulterinos, à unidade da magistratura e do Judiciário, à emenda de Hermes Lima (ED/DF) determinando o parcelamento pelo prazo de 25 anos das indenizações a serem pagas aos proprietários em caso de desapropriação por interesse social, e reiteradamente contra o divórcio, tendo inclusive enviado à Mesa da Assembléia abaixo-assinado de "quinze mil senhoras católicas"

ferrenhamente contrárias ao mesmo (XXI, 27).

Apresentou 67 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.383, veementemente contrária à existência de Comissões de Inquérito do Congresso Nacional e em cuja "justificativa" se afirma que "não há necessidade de comissões de inquérito. Algumas delas já deixaram a Assembléia Constituinte em posição delicada, nestes poucos meses" (XV, 169); nº 2.462, eliminando dispositivos favoráveis à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional; nº 2.471, contrária ao comparecimento de Ministros de Estado ao Legislativo com o fito de prestarem contas de seus atos; nº 2.710 (rejeitada; XXIII, 299), permitindo aos Estados a criação de Tribunais de Justiça; nº 2.835, proibindo as eleições diretas para Prefeitos em todos os Municípios considerados "normalmente nacionais" (*sic*; XV, 349) pelo poder público; nº 3.294, transferindo para lei estadual a regulamentação sobre a concessão de serviços públicos; e a de nº 3.574, concedendo "preferência limitada, nas eleições federais, estaduais e municipais, para os candidatos diplomados em política e administração" e favorável à dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em Direito (XVI, 200).

EDGARD BATISTA PEREIRA — 2º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de março de 1900, São Paulo, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (sem data), após o que exerceu a advocacia no interior de São Paulo.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal em Taquaritinga, SP, durante a República Velha (sem data). Participou do movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo, tendo sido um dos fundadores do MMDC, organização civil paramilitar surgida no decorrer dos conflitos contra o Governo Provisório (1932). Exilou-se após a derrota do movimento (1933-1934). Durante o Estado Novo, foi Chefe da Casa Civil e Secretário dos Negócios de São Paulo na gestão do Interventor Ademar de Barros (1938-1941). No contexto da redemocratização, foi um

dos fundadores do PSD/SP (1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário de Justiça de São Paulo, na gestão do Interventor José Carlos de Macedo Soares (1946-1947) e, após reassumir seu mandato de Deputado Federal, votou a favor da cassação do PCB (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Diário da capela* (1933); *A casa de São Clemente* (sem data); e *Prefácio à oração dos moços* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 2º Suplente de Deputado, assumiu o mandato quase ao término dos trabalhos constituintes, na 162ª Sessão, a 5 de setembro de 1946 (XXIV, 217), em substituição a seu companheiro de bancada, Lopes Ferraz (PSD/SP), falecido em pleno processo de elaboração constitucional. Pouco atuante em plenário, apenas interveio para declarar voto contra o art. 8º das "Disposições Transitórias", que extinguia os Territórios de Ponta Porã e do Iguaçu, e contra o art. 41, também das "Disposições Transitórias", que tornava insuscetível de apreciação judicial a incorporação ao patrimônio da União dos bens dados em penhor pelos beneficiados com o financiamento das safras algodoeiras de 1942 a 1946.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JOSÉ CÉSAR DE OLIVEIRA COSTA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de março de 1891, Taubaté, SP.

Falecimento: 6 de maio de 1951.

Profissão: Proprietário de terras e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1912). Promotor Público em São Manuel, SP (1914-1917), demitindo-se do cargo para exercer a advocacia em Taubaté.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Prefeito de Taubaté (1917-1926). Deputado Estadual pelo PRP — Partido Republicano Paulista (1921-1923; 1923-1925;

1925-1927). Prefeito de Taubaté (1928-1930). Afastou-se da política partidária na década de 1930. Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo de São Paulo (1941-1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se membro do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal (1946).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *o problema do ensino primário* (IV, 150-153), onde justificou emendas de sua autoria sobre o assunto, e para efetuar *declarações sobre uma empresa de asfalto* (VI, 67-69), defendendo-se das acusações publicadas no jornal *Correio da Manhã*, acerca de seu envolvimento em negociações referentes à firma Asfalto Nacional S.A., organizada pelo Governo para explorar arenito betuminoso no subsolo paulista. Além disso, realizou outras intervenções tópicas nos debates constituintes, sempre na defesa de próceres pessedistas atacados por parlamentares da oposição.

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 2.067, estipulando que "o ensino primário, nas escolas públicas, será gratuito e de freqüência obrigatória" (XIV, 462).

CARLOS CIRILO JÚNIOR — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de dezembro de 1886, Curitiba, PR.

Falecimento: 31 de março de 1965.

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1908), após o que exerceu a advocacia em São Paulo. Foi também professor de Direito Civil, Comercial e Criminal na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual por várias legislaturas seguidas pelo PRP/SP (1912-1929). Deputado Federal, PRP/SP (1930). Teve sua residência e seu escritório de advocacia depredados por ocasião da Revolução de 30, à qual se opôs. Participou ativamente do movimento constitucionalista paulista de oposição ao Governo Provisório, tendo sido um dos signatários do *Manifesto* divulgado por lideranças do PRP — Partido Republicano Paulista, contra o mesmo (1932). Com a derrota do movimento constitucionalista, exilou-se em Lisboa, Portugal (1932-1934). Deputado Estadual Constituinte, PRP/SP (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo de São Paulo (1939-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Secretário-Geral do PSD/SP, tendo sido um dos principais articuladores da obtenção do apoio do PTB para a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República (1945). Após a Constituinte de 1946, foi candidato derrotado a Vice-Governador de São Paulo (novembro de 1947) e um dos mais virulentos defensores da cassação do PCB (1947-1948); Presidente da Câmara dos Deputados (1948); ligado politicamente ao Presidente Dutra, tornou-se Presidente Nacional do PSD em substituição a Nereu Ramos (1949).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Atuou em diversas associações de classe dos advogados e foi membro do Instituto da OAB.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou: *Títulos ao portador* (1908); *Terceiro prejudicado no processo civil* (1914); *A dor no romance e no teatro* (1916); *Reparação cível para ato ilícito* (1934); *A campanha revolucionária de 1932* (1934); e *Política latino-americana* (1948).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Relator-Geral da Comissão da Constituição e membro da Subcomissão Disposições Gerais e Transitórias, da mesma Comissão. Nomeado pelo governo Dutra para integrar a delegação do Brasil à Conferência de Paz realizada em Paris, licenciou-se do mandato de Deputado Constituinte, tendo sido substituído nos cargos que ocupava na comissão por Costa Neto (PSD/SP) e Honório Monteiro (PSD/SP), respectivamente (*Diário do Congresso Nacional*, 23 de julho de 1946 : 3610). Não obstante o pouco tempo de exercício de mandato, teve tempo de revelar seu conservadorismo, ocupando a tribuna para pronunciar-se em defesa da vigência da Constituição de 1937, durante os

trabalhos constituintes, e para combater a Indicação nº 25, formulada pela bancada comunista, propondo a imediata revogação da Carta estado-novista (II, 370).

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 1.689, dando à União competência privativa para legislar sobre "alimentação pública"; nº 1.948, regulamentando a arrecadação, pelos Estados, do imposto de transmissão *inter vivos*; e a de nº 1.988, favorável à equivalência jurídica dos casamentos religioso e civil.

BENEDITO COSTA NETO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 26 de setembro de 1895, Macaé, RJ.

Falecimento: 11 de agosto de 1981.

Profissão: Advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1916). Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro (1916-1920) e, posteriormente, em São José do Rio Preto, SP (1923). Estabelecendo-se em São Paulo, foi advogado e jornalista nesse estado.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Foi Subcomandante no Batalhão Piratininga, liderado pelo Coronel Euclides Figueiredo, durante o movimento constitucionalista paulista (1932). Membro da Comissão Coordenadora do PRP — Partido Republicano Paulista (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi Procurador-Geral de São Paulo na gestão do Interventor Fernando Costa (1941-1943). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Ministro da Justiça e Negócios Interiores na gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946-1947) e foi um dos principais articuladores da campanha pela liquidação do MUT — Movimento Unificador dos Trabalhadores, e pela cassação do PCB (1947). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Na década de 1920, foi Diretor da Associação Comercial de São José do Rio Preto, SP (1923-1927). Membro do Conselho da OAB/SP (1936). Tesoureiro da OAB/SP (1941). Presidente do I Congresso Nacional do Ministério Público (1942). Vice-Presidente da Comissão de Direito Civil do II Congresso

Nacional de Direito; membro da Comissão do Código Judiciário do Estado de São Paulo; e representante paulista no Congresso Jurídico Nacional realizado no Rio de Janeiro, DF (1943). Foi também membro da Associação dos Advogados de São Paulo e do Instituto dos Advogados de São Paulo (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de inúmeros trabalhos jurídicos, publicou *Unificação do Direito Privado* (1943), tese apresentada ao I Congresso Jurídico Nacional, realizado no Rio de Janeiro. No contexto da redemocratização, manteve uma coluna semanal sobre temas políticos no jornal *O Estado de S. Paulo* (1945-1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Inicialmente membro da Subcomissão Poder Legislativo, posteriormente substituiu Cirilo Júnior (PSD/SP) nos cargos estratégicos de Relator-Geral da Comissão da Constituição, e de membro da Subcomissão Disposições Gerais e Transitórias da mesma Comissão (*Diário do Congresso Nacional*, 23 de julho de 1946 : 3610). Um dos Constituintes mais influentes e conservadores da Assembléia, teve papel-chave e intensa atuação em todas as etapas do processo de elaboração constitucional, tendo sido um dos principais responsáveis pela concretização das diretrizes programáticas e estratégicas do PSD na Constituinte. Logo no início dos trabalhos constituintes, posicionou-se a favor da vigência da Carta de 1937 e contrário à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo, tendo ainda realizado pronunciamentos justificando e apoioando medidas repressivas tomadas pelo Interventor Macedo Soares e pela polícia de São Paulo contra o movimento grevista e popular no Estado (II, 96-98; IV, 286). Também ocupou a tribuna para proferir discursos justificando emenda de sua autoria favorável à nomeação dos Juízes do Supremo Tribunal Eleitoral, exclusivamente, pelo Presidente da República (XVII, 98-108), e para declarar voto contra a "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945, aproveitando a ocasião para refutar as acusações de ter se convertido ao "queremismo" em virtude dessa postura, afirmando que

"(...) desde que irrompeu no Estado de São Paulo o movimento de simpatia que passou a ser denominado de *queremismo*, coloquei-me, modesta, mas decididamente, contra ele. (...) A minha opinião foi manifestada em artigos que publiquei em *O Estado de S. Paulo* e, principalmente, em um, denominado 'A terceira candidatura', creio que

em julho ou agosto do ano passado. (...) Por isso mesmo, eu não poderia ser contrário ao golpe de 29 de outubro. (*Muito bem!*) O *queremismo* prejudicava principalmente o PSD e a candidatura do General Dutra, e não à UDN, porque não angariava prosélitos no seio desta" (XI, 257).

Na fase final dos trabalhos constituintes, durante a votação do Projeto Revisto em plenário, desempenhou um papel decisivo na votação e na feitura da Constituição, tendo sido um dos principais responsáveis pela redação final de vários de seus dispositivos. Na condição de Relator-Geral da Comissão da Constituição, ocupou a tribuna inúmeras ocasiões para requerer a aprovação em bloco dos diversos capítulos que compunham a Carta Constitucional e para emitir incontáveis pareceres — que, geralmente, eram fundamentais para a aprovação ou rejeição das propostas — a destaque e emendas solicitados por outros Constituintes ao Projeto Revisto. Dentre essas incontáveis intervenções, destacam-se seus pareceres contrários às emendas de Albérico Fraga (UDN/BA), criando o Conselho Municipal; de Artur Bernardes (PR/MG), vedando à União a prerrogativa de dar em concessão para capitais estrangeiros a exploração de serviços públicos; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), instituindo a Assembléia eleita pelo povo como o poder supremo da Nação, ao qual se subordinariam os demais poderes; de Alcedo Coutinho (PCB/PE), transferindo para os Municípios a arrecadação do imposto territorial urbano; de Lauro Montenegro (PSD/AL), criando o *Consócio de Municípios*, como unidade administrativa intermediária entre estes e os Estados; de Antônio Feliciano (PSD/SP), favorável às eleições diretas para Prefeitos das capitais e de outras cidades consideradas de "segurança nacional"; de Berto Condé (PTB/SP), criando a Comissão Interparlamentar de Planejamento; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), extinguindo o Senado Federal e instituindo o unicameralismo; de Caires de Brito (PCB/SP), determinando a criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional no intervalo das sessões do Legislativo; de Maurício Grabois (PCB/DF), estendendo aos Suplentes as imunidades usufruídas pelos parlamentares; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), eliminando a necessidade de indenização prévia em caso de desapropriação por interesse social; de Gilberto Freyre (UDN/PE), contrária a que a ordem econômica se baseasse na *justiça social*; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), favorável à nacionalização progressiva dos bancos e empresas de seguro e capitalização; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), eliminando a figura jurídica do "estado de sítio preventivo"; de Abílio Fernandes (PCB/RS), criando dispositivo determinando a proteção dos silvícolas pelo poder público; e de Carlos Marighela (PCB/BA), extinguindo

a representação diplomática brasileira na Santa Sé. Além disso, posicionou-se favorável às emendas de Aloísio de Carvalho (UDN/BA), dando à União competência privativa para elaborar normas gerais sobre o regime penitenciário; de Clemente Mariani (UDN/BA), vedando o funcionamento de organizações cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático; e de Galeno Paranhos (PSD/GO), determinando a criação do Banco de Crédito Rural.

Aludindo à sua grande influência no comando das votações em plenário e ao fato de a quase totalidade do conteúdo de seus pareceres corresponder ao resultado das votações finais, afirma Osny Duarte Pereira que:

"(...) Mereceria, dentro do ambiente de pressão em que foi votada a Constituição, um capítulo especial, a personalidade do Relator-Geral Benedito de Costa Neto. Sabia de cor a Constituição dos Estados Unidos da América, quis a adoção do preâmbulo dela na nossa Carta Magna e a cada passo opinava, contra ou a favor de qualquer coisa, acrescentando que era a norma norte-americana. (...) Comandava com absoluta firmeza o plenário, onde a maioria tinha os olhos fixos nele. Quando se levantava para aprovar, a maioria se levantava. Quando permanecia sentado, a maioria, que durante as justificações ficava conversando sobre os mais variados assuntos, sem dar atenção ao que se estava decidindo, também permanecia sentada. Costa Neto defendeu com absoluta fidelidade os interesses dos monopólios estrangeiros e dos grandes empresários nacionais a eles ligados, bem como os privilégios do latifúndio, como teremos oportunidade de observar no correr deste comentário" (PEREIRA, 1964 : 38-39).

Ainda de acordo com o mesmo autor, Costa Neto foi "o mais fiel defensor do imperialismo norte-americano na Constituinte" (Id. : 170).

Apresentou 42 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de nº 1.640, sugerindo nova redação ao preâmbulo da Carta Constitucional com base na Constituição norte-americana; nº 1.983, favorável à reeleição de Prefeitos; nº 2.009, proibindo a propaganda de doutrinas destinadas a "subverter a ordem econômica e social" (XIV, 441); nº 2.049, determinando ser o trabalho um "dever social"; nº 2.063, restringindo o exercício do direito de greve e transferindo sua regulamentação para a "legislação ordinária"; nº 3.159 (posteriormente aprovada, após ter sido "fundida" com outra de conteúdo análogo do udenista baiano Clemente Mariani; XXIII, 24), vedando a

organização, o registro e o funcionamento de partidos ou associações que objetivassem modificar o regime político e a ordem econômica e social estabelecida na Constituição, emenda também assinada pelos próceres pessedistas Nereu Ramos (PSD/SC), Acúrcio Torres (PSD/RJ), Gustavo Capanema (PSD/MG) e Benedito Valladares (PSD/MG).

GOFFREDO DA SILVA TELLES JÚNIOR — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 16 de maio de 1915, São Paulo, SP.

Descendente de tradicional família de proprietários de terras e cafeicultores no interior paulista. Filho de Goffredo Teixeira da Silva Telles, Prefeito de São Paulo, SP, por ocasião da eclosão do movimento constitucionalista (1932), e Presidente do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo durante o Estado Novo (1940-1943).

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, SP (1937). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP (1938). Livre-docente de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da USP (1940).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Na década de 1930, foi um dos principais dirigentes da AIB — Ação Integralista Brasileira, em São Paulo. Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Penitenciário de São Paulo (sem data). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, votou contra a cassação do PCB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Quando estudante, pertenceu durante cinco anos à linha de centro da AIB (1933-1937). Durante a década de 1930, percorreu o interior paulista divulgando a doutrina integralista com o auxílio de padres locais. Foi membro do Instituto dos Advogados do Brasil e da OAB (1935).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em várias revistas jurídicas e publicou *Justiça e júri no Estado moderno* (tese, 1938); *A definição do Direito* (1941); *O sistema brasileiro de discriminação de*

rendas (1946); *A lei dos homens* (1946); e *Tratado da consequência* (1949).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Membro do Partido de Representação Popular — PRP, agremiação liderada por Plínio Salgado e que agrupava os ex-integralistas, elegeu-se pela legenda do PSD em virtude de acordo eleitoral entre as duas agremiações, embora na Constituinte se manifestasse sempre em nome do PRP. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização do aparelho fiscal e tributário, na defesa da autonomia municipal e no combate doutrinário ao *comunismo* e ao PCB. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos justificando extensamente várias propostas de sua autoria aos capítulos sobre "Discriminação de Rendas" do projeto (VI, 49-60), onde combateu as sugestões apresentadas anteriormente por seu correligionário Horácio Lafer (PSD/SP) sobre o assunto, a seu ver, prejudiciais à autonomia dos Municípios; solicitando inserção nos *Anais da Assembléia* de longo estudo de sua autoria sobre matéria tributária contendo uma apresentação sistemática de suas sugestões ao projeto constitucional (IX, 372-400) e examinando o *materialismo marxista, dialético* (IX, 240-247), no qual procurou refutar ponto a ponto a doutrina marxista e afirmar princípios doutrinários alternativos à mesma, declarando o marxismo "morto" e ultrapassado, pontos de vistas estes que provocaram veementes apartes contrários de parlamentares da bancada comunista. À certa altura dos trabalhos de elaboração constitucional, causou sensação em plenário ao realizar pronunciamento sobre *matéria constitucional* (XVIII, 298-306) onde, em nome do PRP, combateu veementemente a emenda nº 3.159, assinada por várias lideranças pessedistas (Costa Neto, Nereu Ramos, Acúrcio Torres, Benedito Valladares e Gustavo Capanema), vedando o funcionamento de qualquer organização, cujo programa visasse a modificar o regime político e a ordem social estabelecidos na Constituição. Além disso, manifestou-se contrário ao direito de greve e foi favorável à concessão de anistia ampla aos punidos por crimes políticos durante o Estado Novo e à manutenção dos Conselhos Administrativos até a promulgação das Constituições estaduais.

Apresentou 8 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nºs 1.765 e 1.766, regulamentando vários aspectos do papel do Presidente da República no processo de elaboração de leis, e a de nº 1.954, condicionando o pagamento da contribuição de melhoria à valorização da propriedade particular beneficiada por obras públicas. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia requerimento solicitando que

"seja remetida à Comissão da Constituição, como afirmação do conceito espiritualista de vida e de destino, e em repúdio a todas as formas de materialismo, a sugestão de que conste, do preâmbulo do novo diploma constitucional, a declaração de que ele é 'decretado e promulgado em nome de Deus'" (IV, 249).

HONÓRIO FERNANDES MONTEIRO — 1º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de junho de 1894, Araraquara, SP.

Falecimento: 2 de fevereiro de 1968.

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919), após o que exerceu a advocacia na mesma cidade. Livre-docente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de São Paulo (1929). Doutor em Direito (1929). Professor de Direito Comercial do curso de doutorado na Faculdade de Direito de São Paulo (1932). Professor catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP (1934). Juntamente com Mário Masagão e Antônio Sampaio Dória, fundou a Escola Paulista de Direito, fechada logo a seguir pela burocracia estado-novista (1937-1939). Diretor da Faculdade de Direito da USP (1943). Foi também professor universitário em outras universidades paulistas.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, seguiu carreira e exerceu cargos administrativos em diversas universidades paulistas (1937-1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, elegeu-se Presidente da Câmara dos Deputados (setembro de 1946 a março de 1947), foi favorável à cassação do PCB (1947) e tornou-se Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Dutra (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Conselho Técnico e Administrativo da USP (1934-1943).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Escreveu *Da mulher casada comerciante; Dos efeitos de falência sobre o contrato de conta-corrente quanto à cláusula, salvo reembolso* (teses de livre docência, 1929); e *Do*

crédito bancário confirmado (tese de professor catedrático, 1933), além de inúmeros outros trabalhos sobre temas jurídicos.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro interino da Subcomissão Poder Legislativo, da Comissão da Constituição, em substituição ao titular Costa Neto (PSD/SP), nomeado Relator-Geral da mesma comissão no lugar de Cirilo Júnior (PSD/SP). Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PSD/SP, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, substituindo o titular Gastão Vidigal (PSD/SP), que renunciou ao posto para assumir o cargo de Ministro da Fazenda do governo Dutra (I, 18). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas interveio de forma mais intensa na fase final dos trabalhos constituintes, quando da votação em plenário do Título I "Da Organização Federal" do Projeto Revisto. Assim, ocupou a tribuna para, em nome do PSD, proferir discursos discorrendo sobre *o regime bicameral* (XXII, 32-36), no qual defendeu energicamente a manutenção do Senado Federal e deu parecer contrário às emendas de Luís Carlos Prestes (PCB/DF) e de Nestor Duarte (UDN/BA) extinguindo este órgão e instituindo o unicameralismo; e justificando destaque da Emenda nº 1.745 (rejeitada; XXII, 53), de Alves Palma (PSD/SP), determinando a adoção do critério estritamente proporcional para a organização do sistema eleitoral. Além disso, interveio em debates sobre o problema fiscal e manifestou-se favorável à capacidade dos Estados de elaborarem legislação suplementar sobre Justiça do Trabalho, tendo sido ainda contrário à isenção da cobrança do imposto territorial aos pequenos produtores rurais, à isenção tributária às atividades desportivas e ao confisco dos bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias e entidades paraestatais.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.918, contrária à imunidade fiscal das entidades paraestatais e autárquicas; nº 1.937 (aprovada; XXI, 173), regulamentando a arrecadação e a distribuição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis entre as várias unidades da Federação (União, Estados e Municípios); nº 2.050, limitando a intervenção do Estado na economia apenas com o objetivo de "suprir as deficiências da iniciativa individual", e em cuja "justificação" se afirma que "o regime democrático não se coaduna com a livre intervenção do Estado na economia" (XIV, 459); e a de nº 2.059, contrária à "participação direta" dos trabalhadores nos lucros das empresas.

HORÁCIO LAFER — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de maio de 1900, São Paulo, SP.

Filho de Miguel Lafer, imigrante judeu de origem lituana e fundador da fábrica de papel Klabin Irmãos e Cia. (1906).

Falecimento: 29 de junho de 1965.

Profissão: Industrial e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1920). Realizou cursos de especialização em Economia e Finanças, diplomando-se pela Universidade de Berlim (sem data). Retornando ao Brasil, passou a administrar os negócios da família até tornar-se um dos principais dirigentes do grupo Klabin-Lafer, conglomerado industrial com investimentos concentrados nos ramos de papel e celulose.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Assessor do Ministro das Relações Exteriores de Washington Luís, Otávio Mangabeira, tendo integrado a delegação do Brasil à Liga das Nações (1928-1929). Apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República (1929-1930). Sem informação sobre sua atuação durante a Revolução de 30 e o movimento constitucionalista paulista. Deputado Constituinte e Federal Classista na condição de representante dos empregadores industriais (1933-1934). Deputado Federal na legenda do Partido Constitucionalista, SP (1935-1937). Durante o Estado Novo, integrou a delegação brasileira à III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, que formalizou o rompimento do Governo brasileiro com os países do Eixo (1942), foi também membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1943-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos principais articuladores do apoio de vários setores do empresariado paulista à candidatura de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Um dos fundadores e membro da 1ª Diretoria do CIESP — Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, associação de classe criada após cisão com a Associação Comercial de São Paulo e presidida pelo industrial paulista

Francisco Matarazzo (1928). Segundo-Secretário da FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, quando de sua fundação (1931), tornando-se, posteriormente, diretor da entidade. Primeiro-Secretário da CIB — Confederação Industrial Brasileira (1933). Ao longo de sua atuação em várias associações de classe, destacou-se como uma das principais lideranças industriais paulistas e nacionais do pós-trinta. No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente da Associação Brasileira de Municípios (1945-1946).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de inúmeros relatórios e artigos, publicou: *Tendências filosóficas contemporâneas* (1929); *Aspectos da legislação social* (sem data); *Discriminação de rendas* (1946); *O crédito e o sistema bancário no Brasil* (1948).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Relator-Geral da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde teve atuação destacada, apresentando na mesma relatório intitulado *Potencial monetário*; na qualidade de relator da citada comissão, foi encarregado de elaborar um extenso *relatório-geral sobre a situação econômico-financeira do País*, que foi lido na 169ª Sessão (extraordinária) da Assembléia Constituinte, a 9 de setembro de 1946 (XXV, 38-58). Em plenário, concentrou sua atuação na defesa da "autonomia municipal" e na abordagem de questões referentes aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a "discriminação de rendas" entre as diversas unidades da Federação. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre os *rumos da economia pública* (II, 38-43), no qual preconizou a necessidade de fortalecimento fiscal dos Municípios e da organização de um sistema tributário que não inibisse o investimento privado, tendo ainda solicitado a inserção nos *Anais da Assembléia* de longo estudo de sua autoria analisando o problema da *discriminação das rendas* (IV, 403-417) entre União, Estados e Municípios, contendo uma apresentação sistemática de várias de suas sugestões ao projeto constitucional sobre o assunto. Parlamentar de postura governista, também ocupou a tribuna várias vezes para defender a figura do Ministro da Fazenda Gastão Vidigal, "este competente e preclaro homem público que hoje enfrenta, com esforço sobre-humano, os complexos problemas econômico-financeiros de nossa terra" (V, 85), das críticas que lhe eram endereçadas por outros parlamentares, tendo ainda realizado pronunciamentos protestando veementemente contra a exclusão do Brasil do acordo feito pelas potências aliadas, visando à partilha das indústrias

removidas da Alemanha no pós-guerra (X, 403) e justificando, veementemente, em meio a entusiásticos apartes de apoio, a Indicação nº 173, de sua autoria, sugerindo a criação de um órgão governamental destinado a incrementar a cultura do trigo no Brasil com o fito de livrar o País da importação do produto argentino (XVIII, 25-29). Além disso, deu parecer contrário à emenda (aprovada) de Jorge Amado (PCB/SP), isentando do pagamento do imposto de importação o papel adquirido para a fabricação de livros, e efetuou intervenções tópicas em vários outros debates sobre matéria fiscal quando da votação do Projeto Revisto em plenário.

Apresentou 29 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam a "discriminação de rendas" entre Estados, União e Municípios. Destacam-se as de nº 1.939, determinando a transferência para os Municípios de 10% do imposto de renda arrecadado pela União; nº 1.941, suprimindo dispositivo que isentava do pagamento do imposto de consumo os artigos que a lei classificasse como mínimo indispensável à satisfação das necessidades básicas das pessoas de menor capacidade econômica; nº 2.051, eliminando dispositivo que recomendava a distribuição da propriedade; nº 2.052, suprimindo dispositivo que estipulava o prazo máximo de 30 anos para a concessão de proteção alfandegária às indústrias; nº 2.053 (rejeitada; XXIII, 124), estipulando que "a lei promoverá o fomento de capitais brasileiros em fontes de produção" (*sic*) (XIV, 419); nº 2.058, condicionando o pagamento do salário mínimo aos empregados à sua freqüência e à sua produtividade no trabalho; e a de nº 2.066 (rejeitada; XXIII, 62), determinando a aplicação das contribuições para assistência e previdência social nos locais onde tivessem sido arrecadadas.

JOSÉ JOÃO ABDALA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 16 de setembro de 1903, Guaratinguetá, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Industrial, banqueiro, proprietário de terras e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1927), após o que foi médico em Birigui, SP. Também exerceu múltiplas e tumultuadas atividades empresariais no Estado de São Paulo, tendo respondido a

freqüentes processos envolvendo acusações a suas várias empresas, que abrangiam os setores industrial, bancário e agropecuário. Foi proprietário de inúmeras firmas industriais, bancárias e agropecuárias em São Paulo, dentre elas a Companhia de Cimento Portland Perus; a Fábrica de Papel Carioca e o Lanifício Paulista em Jundiaí, SP; o Banco Interestadual do Brasil S.A., em São Paulo, dentre vários outros empreendimentos.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador e Presidente da Câmara Municipal em Birigui, SP (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi nomeado Prefeito de Birigui pelo Interventor Ademar de Barros, a quem era ligado politicamente (1937-1941). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/SP (1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo na gestão do Governador Ademar de Barros, tendo sido também favorável à cassação do PCB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Indiciado por transporte clandestino de gasolina e por crime contra a economia popular em Andradina, SP, durante a II Guerra Mundial (1944). Foi também enquadrado na Lei de Segurança Nacional por irregularidades cometidas em Penápolis, SP (1944). Segundo o Dicionário CPDOC, "em consequência do reiterado desrespeito às leis trabalhistas, as empresas de J. J. Abdala foram afetadas por repetidos movimentos grevistas" (1984 : 2).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, por via das dúvidas optou por não se manifestar sobre assuntos relevantes, nem apresentar emendas ao Projeto de Constituição.

JOSÉ ARMANDO DE MACEDO SOARES AFFONSECA — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de novembro de 1908, Santos, SP.

Sobrinho de José Eduardo de Macedo Soares, Deputado Federal pelo PRP/SP (1915-1923), Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934) e Senador (1935-1937), e de José Carlos de Macedo Soares, Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934), Ministro das

Relações Exteriores (1934-1937), Ministro da Justiça (1937) e Interventor Federal em São Paulo (1945-1947).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da USP — Universidade de São Paulo (1935), após o que exerceu a advocacia em São Paulo. Foi também fundador e Diretor da sucursal do jornal *Diário Carioca*, em São Paulo. Embora tivesse sido ligado a inúmeras empresas ao longo de sua carreira, inexistem informações precisas sobre suas atividades empresariais no período pré-1950.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Oficial de gabinete do Chefe de Polícia em São Paulo, SP (1932-1933). Oficial de gabinete do Secretário de Imprensa Pública de São Paulo (1933). Chefe de gabinete do Secretário da Fazenda de São Paulo na gestão do Governador Armando de Sales Oliveira (1934-1935). Vereador em São Paulo, SP (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi chefe de gabinete do Prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia (1938-1939), e Diretor do IAPC — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, em São Paulo (1939-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PSD/SP (1945). Após a Constituinte de 1946, foi favorável à cassação do PCB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Fundador e Presidente da Coligação Acadêmica da Faculdade de Direito da USP (1933-1934).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de exercer o jornalismo em São Paulo, publicou vários artigos sobre temas jurídicos na *Revista dos Tribunais* e em outros periódicos.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre o *problema da habitação* (VII, 352-358), no qual argumentou a favor da criação de Institutos Regionais de Habitação, para emitir parecer contrário à emenda de Horácio Lafer (PSD/SP), determinando a aplicação das verbas da Previdência Social nos locais onde fossem arrecadadas (XXIII, 60), e para louvar o ato do governo Dutra de encampar a Estrada de Ferro Leopoldina Railway, de propriedade de

capitais ingleses (XXVI, 97). Além disso, manifestou-se contra o movimentos dos portuários santistas de se recusarem descarregar navios espanhóis em protesto contra a ditadura franquista e foi favorável à realização de eleições diretas para a escolha de Prefeitos em cidades portuárias.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JOSÉ LOPES FERRAZ NETO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 19 de janeiro de 1901, Barra Bonita, SP.

Falecimento: 1º de setembro de 1946.

Profissão: Médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (sem data). Após viagem de estudos à Europa, exerceu a medicina no interior paulista, tendo montado consultório médico e sido proprietário de uma clínica de saúde em Olímpia, SP (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi Prefeito do Município de Olímpia, SP (1941-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário por motivo de saúde, veio a falecer em pleno processo constituinte, a 1º de setembro de 1946. A 158ª Sessão da Assembléia Constituinte, realizada a 2 de setembro de 1946, foi dedicada a sua memória, em homenagem à qual discursaram parlamentares de vários partidos (XXIV, 4-15).

Apresentou 1 emenda ao Projeto de Constituição, a de nº 1.804, reduzindo de 72 para 70 anos a idade-limite para aposentadoria compulsória dos Juízes, tendo sido ainda signatário de várias emendas apresentadas pela Bancada do PSD paulista.

JOSÉ MACHADO COELHO E CASTRO — 3º Suplente - PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: Sem informação sobre data de nascimento, Lorena, SP.

Falecimento: 17 de maio de 1975.

Profissão: Industrial e advogado-funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, SP (1910). Promotor Público em Cunha, SP (sem data). Delegado de Polícia no Rio de Janeiro, DF (sem data). Foi também Presidente da Companhia de Cimento do Vale do Paraíba.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Federal, DF (1927-1929). Deputado Federal, DF (1930). Opôs-se à Revolução de 30, permanecendo ao lado do Presidente Washington Luís, a quem era ligado politicamente (1930). Vitoriosa a Revolução, exilou-se em Lisboa, Portugal (1930-1934). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, votou a favor da cassação do PCB (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 3º Suplente de Deputado pelo PSD/SP, assumiu o mandato já no final dos trabalhos constituintes, na 112ª Sessão, a 25 de julho de 1946, em substituição ao titular licenciado Cirilo Júnior (PSD/SP). Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JOÃO GOMES MARTINS FILHO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de agosto de 1908, São Paulo, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1933). Grande proprietário de terras no interior paulista, foi também Diretor da Cerâmica Anhangüera-Jundiaí e Presidente da Colonização Martins.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, participou de diversas associações de classe dos proprietários rurais do Estado de São Paulo (1937-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Líder rural em São Paulo, militou em várias associações rurais. Foi Vice-Presidente da FARESP — Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Vice-Presidente da Associação Rural de Martinópolis, SP; Presidente da Associação Rural do Vale do Paranapanema, em Presidente Prudente, SP (sem data); e Vice-Presidente da Federação das Associações Agropecuárias do Brasil Central (1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar pouco atuante em plenário, logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para apresentar proposta solicitando a eliminação da expressão "corpo estranho" dos *Anais da Assembléia* (I, 27-29), empregada por membros da bancada comunista e por Café Filho (PRP/RN) para referir-se ao Presidente das sessões preparatórias à instalação da Constituinte, o Ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão (II, 27). Além disso, tomou a palavra para justificar requerimento recomendando punição exemplar aos praticantes do câmbio negro e para fazer uma veemente declaração de voto contra o art. 41 das "Disposições Transitórias", determinando a insusceptibilidade de apreciação judicial da incorporação ao patrimônio da União dos bens penhorados pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras entre os anos de 1942 e 1945 (XXVI, 6).

Apresentou 4 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 1.737, contrária à perda do mandato de Deputado ou Senador investido nas funções de Ministro de Estado ou Secretário de Governo, e a de nº 1.945, transferindo para os Municípios a competência para arrecadar o

imposto sobre propriedade territorial.

LUÍS GONZAGA NOVELLI JÚNIOR — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 22 de janeiro de 1906, Itu, SP.

Segundo Sérgio Miceli, era "genro torto do General Eurico Gaspar Dutra, eleito Presidente em 1945" (MICELI, 1986 : 572).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico, advogado e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF (1931). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (sem data). Exerceu a medicina em Itu, SP, no início da década de 1930. Professor de Sociologia na Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu (1934). Médico da Assistência Pública e do Departamento Nacional do Café, no Rio de Janeiro, DF (1935-1937). Inspetor Federal de Ensino no Rio de Janeiro (1937-1941). Titular do 3º Registro de Imóveis no Rio de Janeiro (1941-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou do movimento constitucionalista paulista (1932). Ingressou no Partido Constitucionalista de São Paulo (1934). Membro do Conselho Consultivo da Câmara Municipal de Itu (1934-1935). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, foi Secretário de Educação e Saúde de São Paulo na gestão do Governador eleito Ademar de Barros, afastando-se do cargo logo após a posse em razão de divergências com o Governador (1947); em seguida, elegeu-se Vice-Governador de São Paulo pelo PSD (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Após a derrota do movimento paulista de 1932, foi membro da *Federação dos Voluntários*, organização dos ex-revoltosos (1932).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir longos discursos analisando o

problema dos Municípios e enumerando as agruras do *homem do campo* (VI, 166-173; IX, 92-96; XII, 244-250; XVIII, 213-216), nos quais sugeriu várias medidas em prol dos Municípios e preconizou insistente o revigoramento dos "tiros-de-guerra" como forma mais eficaz de estancar o êxodo rural para as cidades, silenciando quanto à possibilidade da realização de uma reforma agrária produzir o mesmo efeito.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 1.905, acrescentando as "estâncias sanitárias" ao leque de Municípios a terem seus prefeitos nomeados por autoridades superiores, e não eleitos diretamente.

JOAQUIM DE ABREU SAMPAIO VIDAL — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de novembro de 1897, São Carlos, SP.

Descendente de tradicional família de cafeicultores e proprietários de terras no interior paulista. Filho de Bento de Abreu Sampaio Vidal, banqueiro e Senador pelo PRP — Partido Republicano Paulista (sem data). Irmão de Rafael de Abreu Sampaio Vidal, Deputado Federal (1918-1922), Ministro da Fazenda no governo de Artur Bernardes (1922-1925) e Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934).

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (cafeicultor), industrial e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1918). Diretor da Companhia de Armazéns Gerais de São Paulo. Foi também Presidente da Fábrica de Tecidos Pindorama, em São Paulo, e cafeicultor no mesmo Estado (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Atuou na Liga Nacionalista, entidade fundada por Olavo Bilac (1917-1924). Membro da Direção do PD — Partido Democrático, de São Paulo, desde o congresso de fundação da agremiação (1926). Um dos fundadores e patrocinador financeiro do *Diário Nacional*, órgão do PD (1926). Secretário-Geral e Diretor do *Diário Nacional* (1928-1932). Participou da convenção da Aliança Liberal (1929). Membro da Comissão de Estatutos do 1º Congresso Nacional do PDN — Partido Democrático Nacional (1929). Apoiou a Revolução de 30, em São

Paulo, opondo-se, a seguir, ao Governo Provisório tenentista (1930-1932); durante o período, assinou vários manifestos de oposição à gestão do Interventor paulista, o *Tenente* João Alberto. Um dos principais organizadores da FUP — Frente Única Paulista, congregando opositores do PD e do PRP ao Governo Provisório (1932). Participou ativamente do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo sido chefe do Departamento de Administração Municipal, membro do gabinete do Governador revolucionário Pedro de Toledo e ocupante de vários postos militares no transcorrer da rebelião paulista (1932). Preso após a derrota do movimento, exilou-se em Portugal (1932-1934). Retornando ao Brasil, ingressou no Partido Constitucionalista, de São Paulo, liderado por Armando de Sales Oliveira (1934). Deputado Federal na legenda do Partido Constitucionalista (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi membro da CME — Coordenação da Mobilização Econômica, do Conselho de Expansão Econômica de São Paulo e do Conselho Consultivo do DNC — Departamento Nacional do Café (1942-1945). Após a Constituinte de 1946, votou a favor da cassação do PCB (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No transcurso do movimento constitucionalista paulista, do qual foi um dos principais líderes, foi Presidente da convenção realizada no Clube Comercial da qual se originou a Milícia Paulista, posteriormente transformada no MMDC, organização civil paramilitar dos rebeldes, tendo sido o primeiro signatário da ata de fundação da entidade (1932). Durante o Estado Novo, foi Vice-Presidente da SRB — Sociedade Rural Brasileira (1938-1942); Presidente da Sociedade Rural Brasileira (1943-1945); membro da Delegação Brasileira à Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, que recomendou a ruptura diplomática com os países do Eixo (1942) e representante paulista no Convênio dos Estados Cafeeiros (1943). Foi também Diretor do IDORT — Instituto de Organização Racional do Trabalho, e Diretor do Conselho da Bolsa de Mercadorias de São Paulo. Líder reconhecido de sua classe em São Paulo, encabeçou vários movimentos de defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo, tendo sido colaborador de vários periódicos de diversas associações de classe, tais como a *Revista Rural Brasileira*, da SRB. Publicou *Síntese do pensamento de Armando de Sales Oliveira* (1937).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 15^a Sessão, a 25 de fevereiro de 1946 (II, 184). Foi membro da Comissão de Estudos das Indicações, tendo se destacado durante os trabalhos da mesma por ter divergido do parecer contrário dado pelo relator Daniel de Carvalho (PR/MG) à indicação de Horácio Lafer (PSD/SP), sugerindo a criação de um órgão governamental com o fito de estimular a cultura do trigo no País (XX, 332-334). Em plenário, teve atuação discreta, optando por manifestar seus pontos de vista através de emendas enviadas ao projeto constitucional. Assim, apenas ocupou a tribuna para proferir discursos louvando o governo Dutra pela encampação da estrada de ferro Leopoldina Railway (XXVI, 95-96) e para justificar energicamente (XXV, 296-299) seu destaque (rejeitado após longas discussões em plenário; XXV, 308) supressivo ao art. 41 das "Disposições Transitórias" determinando a insusceptibilidade de apreciação judicial da incorporação ao patrimônio da União dos bens penhorados pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras entre os anos de 1942 e 1945; em seu pronunciamento contra o dispositivo, que causou grande celeuma no recinto constituinte, além de ler vários telegramas de associações de classe de plantadores de algodão e elogiar a intervenção do Governo no mercado do produto, afirmou sentir-se

"(...) perfeitamente à vontade para discutir a matéria, porquanto, não sendo cultivador, nem maquinista de algodão e, tão pouco, comerciante, tive, no entanto, oportunidade de, no exercício da Presidência da Sociedade Rural Brasileira, acompanhar, dia a dia, as negociações que levaram a termo a salutar medida de defesa desse produto" (XXV, 296),

denunciando, em seguida, as manobras especulativas contra os fazendeiros de "cinco firmas imperialistas internacionais que se locupletavam, cada ano, com o produto do esforço brasileiro". Além disso, manifestou-se contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e à concessão de anistia aos punidos em decorrência da aplicação do art. 177 da Constituição estado-novista.

Apresentou 30 emendas ao Projeto de Constituição, sendo que nenhuma delas foi votada em plenário. Destacam-se as de nº 1.282, instituindo os cargos de Presidente e Vice-Presidente dos Estados e regulamentando vários aspectos de seu funcionamento; nº 1.290, contrária à eleição direta dos Prefeitos das capitais e nos Municípios onde se situassem "estâncias sanitárias de cura climativa" e bases ou portos de importância

militar; nº 1.302, suprimindo o imposto de exportação e em cuja "justificação" se afirma que

"a tributação da exportação constitui entrave clássico, notório e quase tangíveis (*sic*) ao desenvolvimento econômico do Brasil, País produtor de matérias-primas e produtos da agricultura, em geral, cujos mercados de exportação asseguram o enriquecimento do erário nacional pela obtenção de letras de exportação e cambiais" (XIII, 424);

nº 1.322, favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social; nº 1.324, eliminando dispositivo que previa a participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros das empresas, sob o argumento de que "o preceito não consta do programa político do PSD, nem da UDN e é contrário às reivindicações comunistas de caráter oficial — mas, na realidade, é a maior arma de introdução do comunismo no País" (XIII, 442); nº 1.331, suprimindo dispositivo que estipulava que a "Ordem Econômica e Social" deveria basear-se na *justiça social*; nº 1.337, suprimindo preceito que recomendava a "justa distribuição" da propriedade com "oportunidades iguais para todos" (XIII, 445); nº 1.338, contrária à nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, e em cuja "justificativa" se afirma que

"a nacionalização das empresas concessionárias dos serviços públicos não pode constituir princípio constitucional das nações sul-americanas, fracamente capitalizadas. O capital estrangeiro deve, pelo contrário, sofrer a solicitação da lei brasileira, para concorrer com seu auxílio para o fomento da riqueza e do bem-estar social. A redação traduz o temor ridículo do chamado *capital colonizador estrangeiro*, quando a verdade é que o capital estrangeiro somente se transforma em colonizador quando se sente apoiado pela força das armas das chamadas grandes potências. Estas dominam com capital ou sem ele, pela força de seus canhões e, nestas condições, é mais inteligente aproveitar, pelo menos, a utilidade de seu dinheiro" (XIII, 446);

nº 1.339, supressiva a dispositivo que estipulava que "nenhum ramo da produção nacional poderá receber proteção alfandegária por mais de trinta anos", e em cuja "justificação" se faz uma apologia do protecionismo; nº 1.346, veementemente contrária ao reconhecimento do direito de greve, mesmo com as "limitações impostas pelo bem público", sob o argumento de que "não podemos admitir que uma Constituição consagre a violência como forma de exercício de direito" (XIII, 448); nº 1.347, favorável à autonomia e pluralidade sindicais; e a de nº 1.359, restringindo a aplicação dos preceitos da legislação trabalhista apenas aos trabalhadores urbanos e contrária à

extensão dos mesmos aos empregados rurais.

SÍLVIO DE CAMPOS — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 11 de janeiro de 1884, Amparo, SP.

Originário de tradicional família de políticos paulistas. Filho de Bernardino de Campos, Deputado Federal (1881-1893) e Presidente do Estado de São Paulo (1902-1904). Irmão de Carlos de Campos, também Presidente de São Paulo (1924-1927), na República Velha.

Falecimento: 25 de abril de 1962.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1903). Foi Promotor Público e Curador Fiscal das Massas Falidas em São Paulo, tendo se exonerado de ambos os cargos para abrir escritório de advocacia no Estado (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Na década de 1920, foi membro da Comissão Diretora do PRP — Partido Republicano Paulista. Deputado Federal, PRP/SP (1924-1927). Deputado Federal, PRP/SP (1927-1930). Participou da malograda tentativa de empastelamento do *Diário Nacional*, órgão do Partido Democrático, agremiação que apoiava a Aliança Liberal em São Paulo (1930). Opôs-se à Revolução de 30. Em seguida, militou na oposição ao Governo Provisório revolucionário (1930-1932). Signatário, em nome do PRP, do *Manifesto da Frente Única Paulista* que selaria a unidade entre o PRP e o PD na oposição ao Interventor João Alberto (1932). Participou ativamente e foi uma das principais lideranças perrepistas do movimento constitucionalista paulista; no curso da rebelião, foi um dos fundadores do grupamento paramilitar MMDC (1932). Com a derrota do movimento, exilou-se em Portugal (1932-1934). De volta ao Brasil, retomou sua militância no PRP, tendo sido membro da Comissão de Reorganização do Partido (1934). Líder da facção do PRP que apoiou a candidatura de Armando Sales de Oliveira à Presidência da República, renunciando ao cargo de membro da comissão diretora do Partido em virtude desse apoio, que foi responsável por uma cisão no PRP (1937). Durante o Estado Novo, afastou-se da política, tendo se dedicado às atividades profissionais de advogado (1937-1945). No contexto da redemocratização, filiou-se ao PSD

após uma breve passagem pela UDN (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 65^a Sessão, a 17 de maio de 1946 (IX, 263). Parlamentar pouco atuante, embora participando de várias articulações políticas fora do plenário, não ocupou a tribuna constituinte para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

BANCADA DO PTB — SP

Como demonstra M. V. Benevides (1985)², o PTB paulista se caracterizava pelo clientelismo e por suas dissensões internas, que impediram a agremiação de ter em São Paulo a mesma influência política que detinha em outros Estados. A Bancada do PTB/SP era composta por **Marcondes Filho**, ex-Ministro do Trabalho e uma das principais figuras do regime estado-novista; **Berto Condé**, advogado e ex-membro do CNPIC; **Euzébio Rocha**, advogado trabalhista e então iniciando sua carreira política; **Guaraci Silveira**, pastor protestante e líder religioso metodista; **Hugo Borghi**, acusado de envolver-se em negociações referentes à exportação de algodão e um dos principais organizadores do "movimento queremista"; **Pedroso Júnior**, jornalista e ex-Vereador na região de Campinas, SP; e **Romeu Fiori**, que teve atuação destacada na organização do Partido em São Paulo.

ALEXANDRE MARCONDES MACHADO FILHO — Senador - PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 31 de agosto de 1892, São Paulo, SP.

² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo: partidos e sindicatos em São Paulo : 1945-1964*. São Paulo : Brasiliense, 1989. 297p.

Filho de Alexandre Marcondes Machado, industrial do ramo de seda.

Falecimento: 16 de outubro de 1974.

Profissão: Advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1914). Promotor Público em São Paulo (1915), exonerando-se, posteriormente, do cargo para montar um dos escritórios de advocacia mais prestigiados pelas classes dominantes da cidade de São Paulo na área de Direito Comercial.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário particular do líder perrepista Bernardino de Campos (1914). Vereador à Câmara Municipal de São Paulo pelo PRP — Partido Republicano Paulista, e líder da bancada situacionista (1926). Deputado Federal, PRP/SP (1927-1929). Fundador e Diretor do *São Paulo Jornal*, órgão do PRP (1927). Deputado Federal, PRP/SP (1930). Apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República e opôs-se à Revolução de 30. Fez oposição ao Governo Provisório revolucionário, tendo sido um dos signatários do *Manifesto* divulgado pelo PRP contra o mesmo (1932). Após a derrota do movimento constitucionalista paulista, do qual tomou parte, afastou-se das atividades políticas (1932). Durante o Estado Novo, foi Vice-Presidente do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo (1939-1941); Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1941-1945); Ministro interino da Justiça e Negócios Interiores (1942-1943); Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1943-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos principais dirigentes e organizadores do PTB, tendo sido eleito Vice-Presidente de Honra do Partido (1945). Após a Constituinte de 1946, tornou-se membro da Comissão Interparlamentar de Direito Social durante o exercício de seu mandato de Senador (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Um dos fundadores e membro do Instituto dos Advogados de São Paulo. Membro do Conselho da OAB/SP. Participou do Congresso de Direito Internacional Privado, realizado em Montevidéu, Uruguai (1940). Durante o Estado Novo, foi um dos principais organizadores da Conferência dos Conselhos Administrativos dos Estados, realizada no Rio de Janeiro, DF (1943), e um dos idealizadores e Presidente do CNPIC — Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944-1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Um dos mais destacados dirigentes ideológicos do Estado Novo, durante sua gestão no Ministério do Trabalho coordenou os trabalhos que resultaram na implantação da CLT — Consolidação das Leis do Trabalho, um dos principais instrumentos de dominação ideológica dos trabalhadores brasileiros, a partir de sua vigência (1943). Responsável pela criação de várias instituições trabalhistas destinadas a aprofundar os efeitos ideológicos do populismo no seio das massas trabalhadoras. No curso de sua gestão ministerial, implantou um programa radiofônico semanal (*Hora do Brasil*) destinado a propagar a ideologia oficial do regime estado-novista. Além disso, publicou várias coletâneas de seus discursos, dentre os quais *Vocações de unidade* (1941) e *O momento constitucional brasileiro* (1943).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Único Senador eleito pelo PTB para a Assembléia, assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 61^a Sessão, a 13 de maio de 1946 (IX, 18). Embora, de acordo com João Almino (ALMINO, 1980 : 342), Marcondes Filho, "segundo a correspondência pessoal de Vargas (CPDOC), teria sido designado para coordenar a posição do PTB na Constituinte", em virtude de enfermidade, o Senador petebista foi pouco atuante em plenário, não ocupando a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentando emendas ao Projeto de Constituição. Também em virtude da doença que lhe acometeu durante o processo de elaboração constitucional, não pôde exercer de fato a liderança da bancada petebista na Constituinte para a qual havia sido indicado, que foi exercida na prática pelo Deputado Gurgel do Amaral (PTB/DF).

BERTO CONDÉ — PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 7 de fevereiro de 1895, Petrópolis, RJ.

Falecimento: janeiro de 1966.

Profissão: Advogado-funcionário público, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, DF (1916). Promotor Público em São Paulo, SP (sem data). Durante o Estado Novo, foi

professor de *Direito Comercial Internacional* e de *Política Comercial e Aduaneira Comparada*, na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, foi membro do CNPIC — Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944-1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Sociedade de Criminologia e Medicina Legal de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Direito Internacional. Foi também secretário da Sociedade Brasileira de Criminologia e Assessor Técnico da Associação Comercial de São Paulo (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou em vários periódicos, tais como a *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Revista de Direito*; foi fundador e Diretor da *Revista de Direito Penal*. Além disso, publicou: *Ensaios de política espiritualista* (1927); *Propugnando um governo isento de personalismo* (1928); *Política brasileira: novos rumos* (1936); *Estudos de política comercial* (sem data); e *Princípios de Direito Comercial Internacional* (1938).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembléia Constituinte. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa veemente e articulada do planejamento econômico e do intervencionismo estatal como meios para conduzir o desenvolvimento industrial brasileiro e a instauração de uma "democracia social" no pós-guerra, tendo ocupado a tribuna várias vezes para fazer a defesa doutrinária e político-prática de seus pontos de vista. Assim, proferiu discursos justificando a Indicação nº 26, de sua autoria e de toda a bancada petebista, recomendando a imediata intervenção governamental nos mercados de subsistência, a fim de conter a alta de preços nos centros urbanos (III, 298-303); argumentando a favor da necessidade de adoção do planejamento econômico para organizar a economia brasileira (VII, 249-255; VIII, 251-254), onde, citando Karl Manheim e Harold Laski, preconizou a construção de uma "democracia planificadora" como o regime mais adequado para fazer frente às exigências do desenvolvimento social do País no pós-guerra; e realizando a crítica doutrinária do liberalismo e do

individualismo econômicos (X, 110-119). Também ocupou a tribuna para justificar emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XIV, 21-25) e para emitir o parecer da bancada petebista ao capítulo "Poder Legislativo" do Projeto Revisto (XXII, 29-32); nesses pronunciamentos, manifestou-se favorável à criação da Comissão Interparlamentar de Planejamento, da gratuidade do ensino público em todos os níveis e graus, à eleição direta para os cargos executivos e legislativos nas capitais dos Estados, ao direito de voto para os soldados e sargentos, à redução de 25 para 18 anos do limite de idade para a eleição para cargos legislativos, tendo sido ainda contra as eleições diretas para Prefeitos nos Municípios com *status* de "estâncias hidrominerais".

Apresentou 18 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 220, sugerindo nova redação a dispositivos que regulamentavam a competência privativa da União para legislar sobre vários setores de atividade; nº 264, favorável à eleição dos Prefeitos das capitais; nº 273, extinguindo os impostos de exportação interestaduais; nº 293, eliminando a necessidade de indenização prévia em caso de desapropriação por necessidade pública; nº 370, condicionando a criação de novos impostos pela União e pelos Estados a parecer da Comissão Interparlamentar de Planejamento Econômico e Social; e a de nº 400 (rejeitada; XXII, 47), regulamentando a criação e o funcionamento da Comissão Interparlamentar de Planejamento Econômico e Social, e em cuja "justificação" faz-se o elogio da "democracia planificada e a crítica da livre iniciativa".

EUZÉBIO MARTINS DA ROCHA FILHO — 1º Suplente - PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de dezembro de 1917, São Paulo, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado trabalhista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (sem data), especializando-se na área de Direito Trabalhista. Sem informação sobre suas atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos

fundadores e Presidente do PTB/SP (1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, tornou-se membro da Comissão Diretora do CEDPEN — Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (1948), engajando-se ativamente na campanha pelo monopólio estatal do petróleo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PTB/SP, assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, na 11ª Sessão, em substituição ao titular Getúlio Vargas, que renunciou ao posto para ocupar a cadeira de Senador pelo PSD/RS (II, 10). Foi membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha e da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Em plenário, concentrou sua atuação na defesa do legado do Estado Novo e na remessa à Mesa da Assembléia de diversos requerimentos denunciando as atividades das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos e solicitando obras no interior de seu estado, tendo ocupado a tribuna para justificar seus requerimentos e para proferir discurso sobre *matéria constitucional* (IX, 449-456), onde defendeu emenda de sua autoria reivindicando medidas de amparo à lavoura e ao produtor rural. Também enviou à Mesa da Assembléia "para ser dado como lido" longo discurso fazendo a apologia da ação do DASP durante o Estado Novo e argumentando enfaticamente a favor de sua emenda (posteriormente rejeitada) solicitando a criação de um órgão sob o controle do Legislativo para elaborar o orçamento da União (XXII, 308-313). Dentre os diversos requerimentos que apresentou acompanhando a execução de serviços estatais, destaca-se o de nº 260, "solicitando ao Poder Executivo" informações sobre o funcionamento das empresas de transporte na capital paulista, e cuja "justificação" constitui-se num libelo contra a atuação da empresa Light & Power nos setores de transporte e energia elétrica (XVIII, 197-202). Além disso, manifestou-se favorável às eleições diretas para Prefeito nas capitais federais e à nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, tendo sido ainda contra a proibição da imigração japonesa e a realização de uma reforma agrária que desapropriasse os latifúndios produtivos.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos do título "Da Ordem Econômica e Social". Destacam-se as de nº 189 (prejudicada após rejeição de emenda com conteúdo análogo; XXII, 308), regulamentando a criação de um "Departamento Administrativo", órgão consultivo junto à Presidência da República, destinado a elaborar a proposta orçamentária da União e atuar como supervisor das atividades de administração geral; nº 2.953, isentando de tributos as companhias teatrais e circenses; nº 3.336, favorável ao prazo limite de 30 anos para a concessão de proteção alfandegária às indústrias nascentes, "desde que tal não importe em excessivo ônus ao mercado consumidor"; e a de nº 3.365, restringindo a prerrogativa da União de intervir no domínio econômico ou de monopolizar determinada indústria ou ramo de atividade.

GUARACI SILVEIRA — PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 27 de setembro de 1893, Franca, SP.

Falecimento: 5 de agosto de 1953.

Profissão: Sacerdote (pastor protestante) e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (1915). Atuou como ministro metodista em várias cidades do interior paulista (1916-1928). Diácono da Igreja Metodista (1920). Presbítero da Igreja Metodista (1921). Presidente da Igreja Metodista do Brasil (1926). Primeiro pastor protestante brasileiro a servir como Capitão-Capelão de tropas regulares durante o movimento constitucionalista paulista (1932). Durante o Estado Novo, após aposentar-se como "Ministro do Evangelho", exerceu cargos na burocracia ligada ao Ministério do Trabalho (1940-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Constituinte e Federal pelo Partido Socialista Cristão, de São Paulo (1933-1934), tendo sido expulso do partido, logo a seguir, por se recusar assinar documento de filiação do mesmo à II Internacional (1934). Durante o Estado Novo, foi Diretor do Departamento Estadual do Trabalho em Taubaté, SP (1940-1942); Diretor do Escritório do Departamento Nacional do Trabalho em Sorocaba, SP (1945) e Chefe da Subdelegacia do Trabalho em Santos, SP (1945). No contexto da

redemocratização, foi um dos principais articuladores do PTB em São Paulo, elegendo-se membro do Diretório Estadual do Partido (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Presidente da Igreja Metodista do Brasil, foi um dos líderes do movimento emancipador desse grupo religioso no Brasil (1926-1930). Secretário-Geral das missões da Igreja Metodista no Brasil (1930-1938). Participou do movimento "Coligação dos Independentes", cujo objetivo básico era combater a influência ideológica do comunismo nas massas trabalhadoras (1935). Presidente do Concílio Regional do Centro, organização de propaganda da legislação trabalhista no seio das classes populares (1937). Após aposentar-se como "Ministro do Evangelho", foi contratado pelo Governo estado-novista para realizar propaganda das leis trabalhistas nas escolas secundárias paulistas (1942-1944).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em periódicos protestantes e foi redator da *Revista de Ensino Religioso para Adultos*, da Confederação das Igrejas Evangélicas do Brasil (1926-1928) e também da revista *Expositor Cristão* (1930-1942). Além disso, publicou: *Evangelho, patologia e razão* (1920); *Memórias do Coronel Simplicio* (romance, 1933); *Lutero, Loiola e o totalitarismo* (1943); *História das emendas religiosas na Constituinte de 1934* (sem data), *Mensagem do protestantismo brasileiro ao povo e autoridades* (sem data) e *Religião oficial* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Família, Educação e Cultura da Comissão da Constituição, onde teve intensa atuação na luta pela aprovação das "emendas religiosas" e dos dispositivos que conservavam a legislação sindical estado-novista. Em plenário, onde foi bastante ativo, concentrou-se no combate à indissolubilidade do vínculo matrimonial e na defesa dos postulados da Igreja Protestante. Parlamentar de postura governista, logo no início dos trabalhos constituintes declarou voto contra a Indicação nº 25 da bancada comunista, determinando a revogação da Carta de 1937 (II, 347-349), manifestou-se a favor da supressão da expressão "reacionário" dos *Anais da Constituinte* e tomou a palavra para ler telegrama do Secretário de Segurança Pública de São Paulo justificando violências cometidas pela Polícia Política contra trabalhadores em greve (III, 34). Ativo na defesa dos princípios doutrinários da Igreja da qual fazia parte, ocupou a tribuna várias ocasiões para proferir

extensíssimos discursos combatendo energicamente a inclusão do princípio da indissolubilidade do vínculo matrimonial na Constituição e posicionando-se favorável ao divórcio (XI, 104-126; XX, 144-152); argumentando longamente a favor de várias de suas "emendas religiosas" enviadas ao projeto constitucional (XIII, 168-188; XIV, 238-273); e recapitulando o conteúdo de várias de suas propostas incluídas na Carta Constitucional durante os trabalhos da Comissão da Constituição (XXVI, 84-92), aproveitando a ocasião para fazer o elogio à sua própria atuação durante os trabalhos constituintes e para preconizar ardorosamente uma aliança com o clero católico para o combate ao agnosticismo, ao materialismo e ao "*comunismo*", encerrando seu pronunciamento afirmando dever

"essas explicações aos irmãos para dizer aos tímidos, que se sentem tentados pelas promessas comunistas, em face dos muitos abusos e erros das autoridades governamentais: sempre acreditei que vinha ao Congresso para ajudar a edificar, dentro do cristianismo, a felicidade do nosso povo. Mas, que isso seria contra as doutrinas do comunismo, bem o sabia, desde 1934, quando fui expulso do partido (*sic*) por não assinar um documento de filiação à II Internacional" (XXVI, 92).

Além disso, manifestou-se favorável à unicidade sindical, à reeleição do Presidente da República, ao mandato presidencial de seis anos e à eliminação das bandeiras e símbolos estaduais, tendo ainda declarado voto contra a "Moção Otávio Mangabeira" louvando as Forças Armadas pela deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945 (XI, 258).

Apresentou 23 emendas ao Projeto de Constituição, todas elas visando, segundo suas próprias palavras, ao "estabelecimento da democracia e ao combate ao comunismo materialista e contrário aos princípios da civilização cristã" (XIII, 169). Destacam-se as de nº 76 (rejeitada; XXIII, 322), suprimindo dispositivo que consagrava a indissolubilidade do vínculo matrimonial; nº 384, concedendo aos cidadãos, em geral, e aos adventistas de sétimo dia, em particular, a liberdade de não matar, no caso de serem convocados para a guerra; nº 393, obrigando as empresas com mais de 100 empregados a manterem ensino primário gratuito para os trabalhadores e seus filhos; nº 1.534, regulamentando a validação civil do casamento religioso; nº 1.614, autorizando o Executivo a proceder ao levantamento do censo econômico do País com o fito de facilitar o controle da difusão do *comunismo*; e a de nº 2.879, regulamentando a tributação das entidades religiosas.

HUGO BORGHI — PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de setembro de 1910, Campinas, SP.

Filho de Frederico Borghi, comerciante, proprietário de uma firma importadora e representante de firmas italianas em Campinas, SP.

Profissão: Banqueiro, comerciante, industrial e proprietário de terras.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado em Economia Política pelo Instituto Técnico Paolo Serpi em Veneza, Itália (1930). Durante as décadas de 1930 e 1940, após retornar ao Brasil, exerceu múltiplas atividades empresariais destacando-se as de: Diretor da Companhia Brasileira de Óleos e Caroços de Algodão (1937); Diretor-Superintendente do Banco Continental de São Paulo (1937-1946); Diretor e grande acionista da Companhia Fiação e Tecidos Nossa Senhora do Carmo, uma das maiores fábricas de tecido do Estado de São Paulo (1939-1945); proprietário da Companhia Nacional de Anilinas Comércio e Indústria, empresa que atuava no comércio atacadista de algodão (1939-1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, participou das negociações no gabinete do Ministro da Fazenda, Sousa Costa, envolvendo a regulamentação do mercado de exportação de algodão. No contexto da redemocratização, tornou-se um dos principais organizadores e dirigentes do movimento "queremista" e do PTB em São Paulo (1945); foi também um dos mais destacados e insistentes articuladores do apoio de Vargas à candidatura de Eurico Dutra à Presidência da República (novembro a dezembro de 1945), tendo sido, a seguir, eleito Presidente do Diretório do PTB/SP (1946). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, foi candidato derrotado ao Governo de São Paulo na legenda do PTN (1947), tendo sido expulso do PTB, logo a seguir, em razão de divergências com a direção estadual do Partido; favorável à cassação do PCB (1947); Secretário da Agricultura na gestão de Ademar de Barros (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi um dos mais destacados idealizadores e dirigentes do movimento "queremista" em São Paulo. No comício de encerramento da campanha de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República, foi encarregado de ler manifesto escrito

por Getúlio Vargas apoiando o candidato do PSD à Presidência da República (28 de novembro de 1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Favorecido por membros da cúpula burocrática estado-novista, tornou-se proprietário das rádios *Clube* e *Cruzeiro do Sul*, no Rio de Janeiro, e *Cruzeiro do Sul*, em São Paulo, a partir das quais liderou intensa campanha de apoio ao movimento "queremista" e de divulgação do legado do "getulismo". Além disso, colaborou em diversos periódicos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna na fase inicial dos trabalhos constituintes, para defender-se como pôde da tempestade de acusações que lhe foram endereçadas por Constituintes da UDN e do PR (Amando Fontes, Prado Kelly, Soares Filho, Aliomar Baleeiro etc.), referentes ao seu envolvimento em falcaturas e negociatas com o Governo e com o Banco do Brasil, nas operações de compra e exportação de algodão durante a guerra (episódio que ficou conhecido na época como o "Caso Borghi" do algodão). Em meio ao bombardeiro oposicionista, ocupou a tribuna para proferir discurso que consta no índice como "o caso do algodão, na palavra do Deputado Hugo Borghi" (IV, 153-158), onde, autodefinindo-se como político de "mentalidade socialista", procurou defender sua própria figura política dos ataques de oposicionistas e definir as linhas gerais de sua proposta programática a favor das "classes pobres". No meio dos acirrados debates travados sobre o assunto no recinto da Assembléia (*Anais*, IV, *passim*.), o Líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) chegou a qualificar o "Caso Borghi" como "o maior escândalo político-administrativo da História do Brasil" (IV, 176), o que levou ao delírio os antipetebistas presentes na sessão, provocando um tremendo charivari em plenário. Além disso, quase ao término dos trabalhos constituintes, Hugo Borghi enviou à Mesa da Assembléia, "para ser dado como lido", discurso por ele proferido na rádio Cruzeiro do Sul (da qual era proprietário), intitulado *O restabelecimento da verdade sobre os negócios do algodão* (XXIV, 90-103), no qual analisou longamente o funcionamento do mercado de exportação de produto, buscando contestar as afirmações de seus opositores sobre o cometimento de irregularidades pela firma Companhia Nacional de Anilinas Comércio e Indústria, da qual era proprietário.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

JOSÉ CORREIA PEDROSO JÚNIOR — PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de dezembro de 1907, Aguai, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Jornalista, ferroviário e contador.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Cronista social do *Diário do Povo* de Campinas, SP (1924), após o que colaborou em vários periódicos no interior do Estado de São Paulo. Redator-chefe do *Diário do Povo* (1934-1944). Fundador do jornal *A Defesa* (1935). Durante o Estado Novo, foi funcionário da Companhia Mojiana das Estradas de Ferro (sem data) e Diretor da sucursal do *Correio Paulistano* em Campinas, SP (1938-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador em Campinas pelo PRP — Partido Republicano Paulista (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Vogal dos Empregados na Junta de Conciliação e Julgamento, em Campinas, integrando-se ao aparelho sindical populista montado na vigência do regime (1937-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente da Comissão Organizadora do PTB/SP e Secretário do Partido no Estado (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Companhia Mojiana de Campinas, SP (1935-1945). Membro do Conselho Fiscal da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários da Companhia Mojiana (1936). Durante o Estado Novo, foi membro da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadorias e Pensões (sem data) e representante dos trabalhadores na 1ª Comissão de Salário Mínimo de São Paulo, tendo tomado parte na fixação do primeiro salário mínimo do Estado (1939).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de exercer o jornalismo em Campinas, publicou *Do direito ao trabalho* (1939).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização da Previdência Social, intervindo freqüentemente nos debates travados na

Assembléia sobre o assunto. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos analisando a *legislação de previdência social* (III, 159-161), no qual justificou requerimento de sua autoria recomendando a revogação de decreto-lei baixado pelo governo Linhares reorganizando o Departamento de Previdência Social e defendendo suas propostas no tocante à organização das Caixas de Aposentadorias e Pensões (IV, 304-313; XIX, 321-322), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia inúmeros requerimentos e indicações "solicitando ao Executivo" a execução de obras e serviços em seu estado e pedindo informações sobre o funcionamento de diversos organismos previdenciários. Além disso, manifestou-se contra a concessão de anistia aos punidos por crimes políticos durante o Estado Novo e favorável à vigência da Carta de 1937 e à realização de eleições diretas para a escolha de Prefeitos das capitais, tendo ainda declarado voto a favor da emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista (XXII, 170).

Apresentou 3 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 1.392 (aprovada; XXI, 277), dando à União competência privativa para legislar sobre previdência social; nº 1.508, regulamentando a competência do Tribunal de Contas da União para julgar a legalidade dos contratos e das aposentadorias e pensões dos servidores públicos; e a de nº 1.552 (rejeitada; XXIII, 291), separando os dispositivos referentes à Previdência Social dos preceitos regulamentadores dos demais direitos trabalhistas e sugerindo uma redação mais sistemática dos mesmos no título "Ordem Econômica e Social" do projeto constitucional.

ROMEU JOSÉ FIORI — PTB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 24 de maio de 1912, São Simão, SP.

Falecimento: 18 de novembro de 1980.

Profissão: Advogado-funcionário público, engenheiro e economista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Politécnica de São Paulo, SP (1937). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (sem data), após o que exerceu a profissão de economista no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendo ocupado vários cargos na burocracia estatal.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vogal na Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo (1934). Eleito Deputado Federal Classista, foi impedido de exercer o mandato em razão de ter menos de 25 anos de idade (1934). Durante o Estado Novo, foi membro da Comissão Federal de Preços da Coordenação da Mobilização Econômica em São Paulo (1942-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores e principais organizadores do PTB, elegendo-se membro da Comissão Executiva Nacional e Tesoureiro-Geral do Partido (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Fundador e 1º Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Massas Alimentícias de São Paulo (1934). Membro do Conselho Fiscal do IAPI — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, sediado no Rio de Janeiro (1937-1946). Foi também Presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou estudos sobre temas econômicos e questões relativas à Previdência Social.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 8ª Sessão, a 15 de fevereiro de 1946 (I, 298). Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na remessa à Mesa da Assembléia de indicações sugerindo ao "Executivo" a adoção de medidas referentes à organização da Previdência Social, tendo ainda ocupado a tribuna para proferir breve discurso denunciando o despejo de famílias de trabalhadores rurais da Baixada Santista pela polícia local (XXV, 349-350).

Apresentou 6 emendas ao Projeto de Constituição, todas elas regulamentando os "Direitos Sociais" dos trabalhadores. Destacam-se as de nº 1.577 (rejeitada; XXIII, 209), sugerindo nova redação aos preceitos constitucionais que regulamentavam a Previdência Social e o pagamento do salário-família dos trabalhadores; nº 3.319, estendendo à família do empregado, no caso de seu falecimento, a indenização paga ao trabalhador em virtude de demissão; e a de nº 3.345, acrescentando norma constitucional instituindo o seguro desemprego no Brasil.

BANCADA DA UDN — SP

Segundo Sérgio Miceli,

"A presença de pelo menos três elementos pertencentes à cúpula do estado-maior da facção Mesquita, na bancada udenista, se explica não apenas em função das bandeiras liberais e das tomadas de posição em prol da autonomia estadual, assumidas por essa facção de empresários culturais, mas também pela intervenção federal imposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*, tornando irreversível a adesão do grupo Mesquita às hostes oposicionistas" (MICELI, 1986 : 572).

Já de acordo com Maria V. M. Benevides,

"a UDN paulista, eleitoralmente fraca, era forte em termos de notáveis, remanescentes do Partido Democrático, do Partido Constitucionalista e da União Democrática Brasileira, de Armando de Sales Oliveira. Henrique Bayma, **Aureliano Leite**, Ernesto Leme, Fábio da Silva Prado eram udenistas vinculados ao antigo PD" (BENEVIDES, 1981 : 236).

Mais à frente, aludindo à grande influência ideológica do jornal *O Estado de S. Paulo* na postura político-programática da UDN paulista, afirma a autora que

"*O Estado de S. Paulo*, além da tradição antitetulista, expressava aquilo que poderia significar o 'liberalismo restrito' dos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda freqüência, algumas posições constantes na retórica udenista: a denúncia da irresistível tendência das massas para o "pulha", no exemplo extremado de **Plínio Barreto**; a defesa dos proprietários rurais, especialmente os cafeicultores (a denúncia do confisco cambial); a condenação da "hegemonia" estatal na economia; a defesa da intervenção "salvadora" das Forças Armadas e, aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas dos "estados de exceção"; e a ambígua representação das aspirações das "classes médias" na mitificação de seus temores de "proletarização" (BENEVIDES, 1981 : 237).

AURELIANO LEITE — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de novembro de 1886, Ouro Fino, MG.

Falecimento: 4 de dezembro de 1976.

Profissão: Advogado, comerciante, escritor e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1910), após o que exerceu a advocacia em São Paulo. Trabalhou como jornalista em vários periódicos paulistas, dentre os quais o *Diário Nacional*, a *Folha da Manhã*, o *Diário Popular* e o *Jornal do Comércio* (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Opôs-se à revolta tenentista deflagrada em São Paulo (1924). Um dos fundadores do PD — Partido Democrático (1926). Participou da Revolução de 30, em São Paulo. Delegado de polícia em São Paulo (1930-1931). Membro do Diretório do PD (1931). Opôs-se ao Governo Provisório revolucionário e ao governo do Interventor João Alberto em São Paulo, tendo sido signatário de vários manifestos contra os mesmos (1931-1932). Um dos principais organizadores e dirigentes da FUP — Frente Única Paulista, organização que agrupava opositores do PD e do PRP ao Governo Provisório tenentista (1932). Participou ativamente do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Após a derrota do movimento, exilou-se na Europa (1932-1934). Deputado Federal pelo Partido Constitucionalista (1935-1937). Durante o Estado Novo, permaneceu na oposição ao regime, tendo sido preso diversas vezes na vigência do mesmo (1937-1945). Após a Constituinte de 1946, engajou-se na campanha do candidato derrotado da UDN ao Governo de São Paulo, Antônio de Almeida Prado (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o movimento constitucionalista paulista, foi um dos fundadores e membro da primeira direção da MMDC, organização paramilitar dos revoltosos (1932). Foi membro da Sociedade de Amigos da América, do Conselho Federal da OAB, sócio-fundador do Instituto dos Advogados de São Paulo e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de ter colaborado em diversos periódicos, em São Paulo, foi também escritor, tendo publicado

inúmeros trabalhos, dentre os quais: *Dias de pavor — pessoas e cenas da Revolução de 1924*; *Por águas e terras* (contos, 1925); *Terra de cacique* (romance satírico, 1926); *Brio de caboclo* (contos, 1929); *Retratos a pena* (nova série, 1930); *Memórias de um revolucionário — Revolução de 1930: pródromos e consequências* (1931); *Martírio e glória de São Paulo — Revolução Constitucionalista de 1932* (1934); *O Brigadeiro Couto Magalhães — sentido nacionalista de sua obra* (1936); *Episódios do exílio — Portugal, Espanha, França* (1938); *Amador Bueno, o aclamado* (romance histórico, 1938); *O cabo maior dos paulistas na guerra com os emboabas* (1942); *A história de São Paulo em breve resumo cronológico* (1944); *O Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho* (1945); *História da civilização paulista em breve resumo* (1946) etc.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Vice-Presidente da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Um dos parlamentares mais assíduos na tribuna constituinte, através de apartes e pronunciamentos interveio freqüentemente nos debates travados na Assembléia, não se utilizando, no entanto, de suas múltiplas intervenções para posicionar-se de maneira clara em relação aos temas mais candentes discutidos durante os trabalhos constituintes. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema imigratório, à denominação do idioma a ser adotado no País, e na crítica ferrenha a vários aspectos do regime estado-novista e à figura de Vargas, responsabilizando o ex-ditador pelo conjunto das desgraças ocorridas no Brasil no pós-trinta. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando *o problema da imigração estrangeira* (VI, 241-251; VII, 373-380), onde defendeu a necessidade de adoção de uma legislação mais flexível em relação aos imigrantes, mormente os de origem portuguesa, e combateu os argumentos dos adeptos da proibição à imigração japonesa; justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XI, 444-450), dentre as quais a de se consignar a expressão "implorando a bênção de Deus..." no preâmbulo da Constituição; combatendo energeticamente a proposta de Soares Filho (UDN/RS) de se denominar de "língua brasileira" o idioma falado em território nacional (XIX, 83-106); e criticando veementemente a atuação parlamentar de Vargas (XIX, 410-412), tendo afirmado, referindo-se às atividades constituintes do ex-Presidente da República, que

"(...) esse homem incrível não propôs nunca uma indicação, não pronunciou nunca uma oração, não articulou nunca uma emenda ao Projeto de Constituição, não deu nunca um aparte, nunca fez nada senão

sorrir, resmungar e receber subsídios presentes e atrasados, os a que tem direito e os a que não tem direito (...)" (XIX, 411),

o que provocou apartes contrariados de getulistas presentes à sessão. Também ocupou a tribuna para justificar requerimentos (aprovados) de homenagem ao centenário de nascimento da Princesa Isabel (XIX, 259) e de louvor à participação da delegação brasileira à Conferência de Paz de Paris (XIX, 303), que tiveram grande repercussão durante os trabalhos constituintes, sendo amplamente comentados pela imprensa da época.

Além disso, manifestou-se favorável à censura de "termos impróprios ao parlamento" nos *Anais da Assembléia*, à indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) recomendando a ampliação da anistia aos militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, à proibição do jogo, ao sistema de governo presidencialista, à autonomia tributária dos Municípios, às eleições diretas para Prefeito do Distrito Federal e à manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais. Foi ainda contrário ao reconhecimento do direito de greve para os funcionários públicos e nos serviços considerados de "utilidade pública" e à emenda de seu correligionário José Augusto (UDN/RN) proibindo a imigração japonesa.

Apresentou 22 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 217 (rejeitada; XXI, 43), sugerindo nova redação ao preâmbulo que incluísse a expressão "implorando a bênção de Deus"; nº 285 (aprovada; XXII, 365), facilitando a aquisição de nacionalidade brasileira a imigrantes portugueses; nº 292 (rejeitada; XXII, 376), incluindo as esposas dos ocupantes de cargos públicos nos casos de inelegibilidade; nº 2.264, dando à União competência privativa para elaborar normas gerais sobre direito tributário; nº 3.095, vedando a extradição para o país de origem de estrangeiro acusado de crime político ou de opinião; nº 3.228, sugerida pela Comissão de Estudos Constitucionais da UDN e proibindo a "interrupção coletiva do trabalho" nos serviços públicos; e a de nº 3.541, interditando aos partidos políticos o recebimento de "verba secreta".

Aureliano Leite relatou sua participação na Assembléia Constituinte de 1946, no capítulo X: "Dentro e Fora da Constituinte" (p. 311-360) de seu livro de memórias *Páginas de uma longa vida* (São Paulo, Martins Editora, s.d.).

MÁRIO MASAGÃO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de dezembro de 1899, São Carlos, SP.

Falecimento: 11 de novembro de 1979.

Profissão: Advogado e professor universitário.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1919), após o que exerceu a advocacia em São Paulo. Livre-docente de Direito Administrativo e Ciência da Administração na Faculdade de Direito de São Paulo (1928). Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi obrigado a renunciar ao cargo em virtude de dispositivo da Constituição estado-novista (1930-1937). Professor de Economia Política e Ciência das Finanças na Faculdade de Direito de São Paulo (1931). Professor catedrático de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de São Paulo (1933).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário de Justiça e Segurança Pública de São Paulo na gestão de Armando de Sales Oliveira (1933); nessa condição, foi encarregado de organizar a participação da bancada paulista na Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, dedicou-se às atividades docentes (1937-1945). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, renunciou ao mandato de Deputado Federal e foi nomeado Ministro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo* e na *Revista dos Tribunais*. Publicou *Conceito de Direito Administrativo* (1925); *O projeto do código de processo* (1926); *Em face da Constituição, não existe no Brasil o contencioso administrativo* (1927); *Natureza jurídica da concessão do serviço público* (1933), dentre outros trabalhos sobre temas jurídicos.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi relator da Subcomissão Declaração de Direitos, da Comissão da Constituição, onde teve participação destacada na

redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, onde foi um dos parlamentares mais conservadores e intolerantemente reacionários, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da "discriminação de rendas", no combate veemente ao interventionismo estatal e na defesa da descentralização administrativa e da "Federação". Assim, logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discurso abordando *o problema da distribuição de rendas* (II, 274-278), no qual combateu a excessiva centralização do aparelho administrativo e fiscal nas mãos da União em detrimento de outras unidades da Federação e criticou a proposta do pessedista Horácio Lafer (PSD/SP) de se fortalecer os Municípios através do aumento da contribuição de melhoria, tendo ainda tomado a palavra para "solicitar inserção em ata de uma carta do professor Sampaio Dória sobre matéria constitucional" (VI, 371-376), no qual o ilustre jurista defendia a tese dos mandatos curtos para cargos eletivos, e a duração de 4 e 2 anos para os mandatos de Presidente da República e de Deputados Federais, respectivamente.

Na condição de membro da Comissão da Constituição, durante a votação do Projeto Revisto em plenário, interveio várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros Constituintes e para manifestar-se sobre uma série de assuntos. Destacam-se seus pareceres contrários às emendas de Lauro Montenegro (PSD/AL), concedendo licença especial aos funcionários públicos; de Carlos Marighela (PCB/BA), assegurando direitos sociais aos serventuários de Justiça; de Nestor Duarte (UDN/BA), determinando a unificação da Justiça; de Jorge Amado (PCB/SP), favorável à concessão do direito de asilo; e de Brochado da Rocha (PSD/RS), concedendo anistia aos trabalhadores que tivessem sido punidos em consequência de greves ou dissídios trabalhistas. Crítico ferrenho da intervenção do Estado na economia, manifestou-se contrário à nacionalização progressiva dos bancos e das empresas concessionárias de serviço público, ao reconhecimento do direito de desfile, à desapropriação por interesse social e à competência privativa da União de legislar sobre Direito Financeiro. Foi ainda um dos mais ferrenhos opositores de qualquer tentativa de aprovação de dispositivos constitucionais que pudessem abrir uma brecha jurídica para a realização de reforma agrária, posicionando-se ardorosamente favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por utilidade pública e veementemente contrário à figura jurídica da desapropriação por interesse social, tendo afirmado, durante os debates da Comissão da Constituição, que "(...) se declararmos como motivo de desapropriação o 'interesse social', além da 'utilidade pública', abriremos

brecha vastíssima, dentro da qual não saberemos o que possa caber" (*Anais da Comissão*; III, 118).

Apresentou 28 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 29 (aprovada; XXII, 152), dando ao Presidente da República competência para baixar leis regulamentando os decretos por ele expedidos; nº 470 (rejeitada; XXI, 384), estabelecendo várias restrições à cobrança e arrecadação da contribuição de melhoria; nº 1.122, contrária à adoção do critério do "custo histórico" para a avaliação dos capitais das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação; nº 1.123 (rejeitada; XXIII, 197), suprimindo a expressão "concessão" para caracterizar a natureza da autorização governamental para a exploração de minas e jazidas minerais por capitais privados; nº 1.124, contrária ao reconhecimento do direito de greve; e a de nº 1.748, determinando a adoção do sistema eleitoral proporcional para a eleição dos Deputados Federais. Logo após o encerramento dos trabalhos de elaboração constitucional, renunciou ao mandato de Deputado Federal Constituinte, a 19 de setembro de 1946, na 1ª sessão da legislatura ordinária que se seguiu à Constituinte de 1946 (*Diário do Congresso Nacional*, 1946 : 5117).

PAULO NOGUEIRA FILHO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 16 de novembro de 1898, São Paulo, SP.

Descendente de tradicional família de burgueses e proprietários rurais paulistas. Neto de José Paulino Nogueira, Coronel da Guarda Nacional, proprietário de terras e comerciante em São Paulo. Filho de Paulo Nogueira, industrial e cafeicultor.

Falecimento: 29 de outubro de 1969.

Profissão: Industrial, proprietário de terras (cafeicultor) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1919), após o que exerceu a advocacia juntamente com suas atividades empresariais em São Paulo. Proprietário da Companhia de Tecidos de Seda Santa Branca em São Paulo (1922).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Um dos fundadores e Secretário-Geral do PD — Partido Democrático (1926-1930). Tomou parte nas articulações que resultaram na formação do PDN — Partido Democrático Nacional (1927). Como dirigente do PD, participou intensamente na campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 (1929-1930). Delegado do PD junto ao Governo Provisório (1931). Foi signatário de vários "manifestos" contra a atuação de João Alberto na Interventoria paulista (1931-1932). Um dos principais organizadores da FUP — Frente Única Paulista, agremiação que unificou o PD e o PRP em torno de um programa de oposição ao Governo Provisório (1932). Participou ativamente e foi um dos mais destacados dirigentes civis do movimento constitucionalista paulista (1932). Com a derrota do movimento, exilou-se na Europa (1932-1934). Deputado Federal na legenda do Partido Constitucionalista (1935-1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, foi preso e deportado para os Estados Unidos da América, juntamente com Armando de Sales Oliveira e outras lideranças paulistas (1937-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Subsecretário da Comissão Executiva do Diretório Nacional e membro do Secretariado Nacional e do Departamento Social da UDN (1945). Após a Constituinte de 1946, juntamente com uma facção dissidente, abandonou a UDN, ingressando no PSP — Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros (1948).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante a década de 1930, foi representante dos usineiros paulistas no IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool (sem data). Embora se autodenominasse "burguês progressista", foi favorável ao fechamento da ANL — Aliança Nacional Libertadora (1935). Durante o Estado Novo, pertenceu a organizações de apoio ao esforço de guerra do Governo norte-americano, como membro da "Associação Mundo Livre" e Vice-Presidente da União Republicana Latina (sem data).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Na República Velha, foi destacado Diretor do *Diário Nacional*, órgão do PD (1927-1930). Publicou *Discursos sobre a organização do Estado* (1946); *Emendas ao Projeto de Constituição* (1946); *Em defesa da autonomia de São Paulo* (1947); *Em defesa das instituições* (1947); e *Fundamentos do regime representativo* (1947).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na feitura de longos e prolixos pronunciamentos de cunho doutrinário, nos quais buscou estabelecer os alicerces de vários aspectos do "regime de liberdade", que, segundo seu ponto de vista, deveria nortear a elaboração da nova Carta Constitucional. Assim, ocupou a tribuna ou enviou à Mesa da Assembléia "para serem dados como lidos" discursos abordando *matéria constitucional* (V, 178-189), nos quais procurou expor as "cinco estipulações básicas e assimétricas de cada regime: o regime de liberdade e o regime de opressão" (V, 189); fazendo *afirmação de princípios* (VI, 38-49), onde enunciou as "quatro estipulações básicas de um sistema ordenado que eu chamo de regime de liberdade" (VI, 38), tendo afirmado, à certa altura, preocupado com os possíveis agentes encarregados de implantar tal regime, que

"dentro de toda sociedade, os subjugados e oprimidos que se conformam constituem massa amorfa de cidadãos de vontade social atrofiada. Nesse estado, não porfiam contra o poder estabelecido, mas por outro lado não têm por que defender a existência da sociedade. São elementos que, antes, concorrem para a diluição de seus vínculos. Com esses abúlicos não pode contar normalmente uma coletividade para viver, defender ou expandir-se no seio das sociedades que integre" (VI, 47);

apresentando sua "contribuição para que seja instituído no Brasil um regime de cooperação social" (X, 330-342); preconizando a "instituição de um regime de liberdade social" (VIII, 386-397), no qual procurou elencar o "conjunto de normas fundamentais que sistematize no texto da Lei Básica a vigência do regime de liberdade social" (VIII, 386); examinando o *problema da liberdade* (XVIII, 90-95), no qual enumerou de forma mais sistemática suas propostas à feitura da Constituição; e tecendo considerações sobre o *aspecto externo dos regimes de liberdade* (XXIV, 249-260). Nesse conjunto de pronunciamentos, manifestou-se favorável ao sistema de governo parlamentarista, à coincidência de eleições para os cargos executivos e legislativos, à adoção do princípio da revocabilidade dos mandatos eletivos, à instituição do referendo popular para deliberar sobre questões controversas e aos mandatos de 2, 4 e 6 anos para Deputados, Presidente da República e Senadores, respectivamente. Crítico ferrenho do legado do regime estado-novista (que chegou a qualificar, a certa altura, como a "suprema desgraça do Brasil"; XIV, 42), posicionou-se ainda favorável à isenção do imposto territorial para os pequenos produtores rurais, à colaboração de todos os agentes de produção na gestão das firmas e à proposta de Jurandir Pires (UDN/DF) de se transitar ao "socialismo" através da taxação

progressiva do imposto sobre heranças, e foi contrário à concessão do direito de greve ao funcionalismo público.

Juntamente com Jurandir Pires (UDN/DF), apresentou 160 emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido o primeiro signatário de 38 delas. Destacam-se as de nº 3.715, favorável à duração de 2 anos para os mandatos de Deputados Federais; nº 3.721 (rejeitada; XXII, 119), inserindo preceito constitucional explicitando a classificação das leis em constitucionais, orgânicas e ordinárias; nº 3.796, transferindo para o "Poder Econômico" a prerrogativa de regulamentação da contribuição de melhoria; nº 3.819, condicionando a navegação de cabotagem por navios estrangeiros à autorização prévia do "Poder Econômico"; nº 3.849, criando dispositivo estipulando que "o Estado orientará suas atividades nacionais pelos princípios da organização racional do trabalho"; e a de nº 3.853 (aprovada; XXI, 237), determinando a aplicação em benefício da ordem rural de metade dos auxílios prestados pela União e pelos Estados aos Municípios.

PLÍNIO BARRETO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 20 de junho de 1882, Campinas, SP.

Falecimento: 28 de junho de 1958.

Profissão: Jornalista e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Começou a trabalhar como revisor no jornal *O Estado de S. Paulo* (1898). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1902). Por indicação de Júlio Mesquita, exerceu o jornalismo e a advocacia em Araras, SP (1903-1909). Retornando a São Paulo, trabalhou como advogado e jornalista na capital paulista, sempre no jornal *O Estado de S. Paulo*. Diretor do *Diário da Noite* (1926). Redator-chefe e advogado do jornal *O Estado de S. Paulo* (1927-1940). Durante o Estado Novo, após a intervenção do Governo nesse jornal, passou a colaborar no *Diário de São Paulo*, pertencente à cadeia Diários Associados, de Assis Chateaubriand (1940-1945). Com o término da intervenção, retomou suas atividades de jornalista e editorialista no jornal *O Estado de S. Paulo* (1946).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Apoiou a Revolução de 30, tornando-se Secretário de Justiça e Segurança Pública após a vitória do movimento (1930). Governador Provisório de São Paulo por um curto período (6 a 25 de novembro de 1930). Participou ativamente e foi uma das principais lideranças civis do movimento constitucionalista ocorrido em São Paulo, tendo sido chefe do Serviço de Censura durante a rebelião (1932). Derrotado o movimento, retomou suas atividades de jornalista político no jornal *O Estado de S. Paulo* (1932-1934). Apoiou a candidatura vitoriosa de Armando de Sales Oliveira ao Governo de São Paulo (1934). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, era redator-chefe do jornal *O Estado de S. Paulo*, quando da intervenção efetuada pelo Governo Federal no periódico paulistano (1940). Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, foi derrotado pelo candidato do PSD, Novelli Júnior, nas eleições suplementares para Vice-Governador de São Paulo (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Na condição de Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, participou ativamente do trabalho de agitação ideológica durante o movimento constitucionalista ocorrido em São Paulo (1932). Foi também membro da OAB/SP.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Durante a República Velha, fundou a *Revista dos Tribunais* (1912) e foi Diretor da *Revista do Brasil* (1916), juntamente com Júlio Mesquita e Alfredo Punjol. Além de ter sido editorialista e um dos principais dirigentes ideológicos do jornal *O Estado de S. Paulo*, durante um longo período, publicou diversos trabalhos sobre variados temas (jurídicos, políticos e literários), dentre os quais: *Crônicas forenses* (1912); *Vida forense* (1922); *Cem anos de cultura jurídica no Brasil* (1922); *Injúrias impressas* (1924); *Os acontecimentos de julho de 1924* (1925); *Questões criminais* (1927); *O público* (1931); *Um paranóico de grande tomo* (1932); e *O Convento de São Francisco e a Faculdade de Direito de São Paulo* (1933). Analisando o conteúdo de suas atividades ideológicas, afirma Maria Benevides que

"O melhor exemplo do elitismo da UDN, no sentido do desprezo pelo povo, encontra-se no artigo de Plínio Barreto (em *O Estado de S. Paulo*) inconformado com a vitória de Adhemar de Barros, em 1947, e a derrota (último lugar) do udenista Almeida Prado. A idéia de que 'o povo não sabe votar' é dominante, e o jornalista propõe uma lista de dez preceitos para que os futuros candidatos possam ganhar eleições

conquistando a plebe, as massas eleitorais que têm, 'como aquela personagem de Machado de Assis, uma irresistível tendência para o pulha' (...) (*OESP, 26 de janeiro de 1947*)" (BENEVIDES, 1981 : 253).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Vice-Presidente da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório sobre o tema *Serviços de Assistência Social*. Em plenário, foi um dos mais assíduos freqüentadores da tribuna constituinte, intervindo inúmeras vezes nos debates travados no recinto da Assembléia, manifestando-se sobre diversos assuntos. Crítico ferrenho tanto do legado do Estado Novo quanto da ideologia comunista, entabulou freqüentes polêmicas com os adeptos destas duas correntes políticas, sempre na defesa dos princípios liberais conservadores que nortearam sua atuação constituinte. Logo no início dos trabalhos constituintes, posicionou-se várias ocasiões contra a vigência da Carta de 1937 e argumentou a favor da indicação udenista, propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um projeto de normas gerais com o fito de substituir a Carta estado-novista, a seu ver, uma proposta mais abrangente que a indicação do PCB estipulando a revogação pura e simples da Constituição de 1937.

Intervindo principalmente através de apartes a pronunciamentos de outros Constituintes, ocupou a tribuna para proferir discursos sobre *matéria constitucional* (VI, 69-77), onde preconizou a elaboração de uma Constituição sintética e combateu veementemente a proposta, do Líder petebista Gurgel do Amaral (PTB/SP), de se instituir a Justiça do Trabalho paritária, tendo afirmado no início de sua oração que

"(...) a meu ver, um dos atos mais sábios dos redatores da Constituição americana foi o alvitre de elaborar aquele pacto, que é uma das peças jurídicas mais notáveis, dentro de recintos fechados, sem taquigrafia, nem repercussão dos debates que lá se travaram" (VI, 69);

traçando um *panorama da vida moderna do Brasil* (VII, 283-288), no qual combateu tanto "o tresloucado materialismo" quanto essa "ramificação de tolos que o Partido Comunista pitorescamente chama de burguesia progressista"; justificando "requerimento de saudade aos que pereceram na Revolução Constitucionalista de São Paulo" (XVIII, 19); e protestando veementemente contra a apreensão do diário comunista *Tribuna Popular* pela polícia do Distrito Federal (XXI, 380-384; XXIII, 11). Ao posicionar-se contra as presenças dos Vogais não togados na Justiça do Trabalho, entrou numa violenta polêmica com o Líder petebista na

Assembléia e defensor ferrenho da Justiça do Trabalho paritária, Gurgel do Amaral (PTB/DF).

Embora em suas incontáveis intervenções não tenha dito uma palavra sobre a implacável repressão perpetrada pelo governo Dutra ao movimento grevista e sindical, ocupou a tribuna para protestar contra a prisão do ilustríssimo advogado udenista Adauto Lúcio Cardoso, afirmado: "É inominável. Parece que a polícia perdeu a cabeça. O doutor Adauto Lúcio Cardoso, um dos homens mais dignos da profissão, foi vítima da polícia! (...) É o início da anarquia" (XXIII, 349-350). Além disso, manifestou-se contrário à emenda de Hermes Lima (ED/DF), parcelando por 25 anos o pagamento de indenização aos proprietários em caso de desapropriação por interesse social, à Justiça de paz eletiva, ao divórcio, à concessão ao Estado da prerrogativa de monopolizar determinado setor ou ramo de atividade e à emenda de Rui Almeida (PTB/DF) isentando os parlamentares do pagamento de passagens rodoviárias. Foi ainda favorável à indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) que ampliava a anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, ao estabelecimento de restrições à imigração japonesa, à coincidência da duração dos mandatos presidencial e legislativos e à indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social.

Apresentou 25 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 137, isentando os Juízes do pagamento de impostos; nº 144, assegurando para os Juízes togados a exclusividade na ocupação do cargo de Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento; nº 177, possibilitando a realização de *referendum* para a aprovação de certas leis de caráter orgânico; nº 1.083, contrária à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas primárias e secundárias; nº 1.368, favorável à conservação dos símbolos e bandeiras estaduais; e a de nº 1.466, eliminando os Vogais não togados da Justiça do Trabalho.

ROMEU DE ANDRADE LOURENÇÂO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 16 de agosto de 1908, São Paulo, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1931), após o que exerceu a advocacia na capital paulista e em Santos, SP.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Participou de manifestações em São Paulo contra o Governo Provisório revolucionário e a favor da nomeação de Plínio Barreto para o cargo de Interventor em São Paulo (1931). Apoiou o movimento constitucionalista paulista (1932). Após a derrota do movimento, abandonou as atividades políticas e dedicou-se à advocacia. Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura. Após a Constituinte de 1946, votou a favor da cassação do PCB (1948) e foi expulso da UDN por pertencer à facção udenista que se aproximou do Governador paulista Ademar de Barros (1949).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro da Associação dos Advogados de São Paulo.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *matéria constitucional* (XIX, 324-328), no qual defendeu suas propostas ao projeto e posicionou-se veementemente contrário ao reconhecimento do direito de greve aos funcionários públicos e aos "empregados em serviço de utilidade pública", chegando a afirmar, em defesa de seu ponto de vista, que "a greve nos serviços públicos equivale a uma verdadeira rebelião; equivale à revolução" (XIX, 325), posicionamento esse que causou veementes apartes contrários de parlamentares da bancada comunista. Além disso, interveio nos debates constituintes para lamentar-se de que o "Estado de São Paulo perdeu mais de 500.000.000 de pés de café na vigência do Estado Novo" (XII, 339), em aparte de apoio a pronunciamento de Agostinho Monteiro (UDN/PA) criticando vários aspectos da política econômica estado-novista.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 3.181, suprimindo dispositivo que determinava a punição da usura sob todas as formas; nº 3.183, contrária à outorga de preferência aos posseiros brasileiros no caso de apropriação de terras por usucapião; nº 3.205, reduzindo de 30 para 10 anos o prazo máximo de concessão de proteção alfandegária para indústrias nacionais, e em cuja "justificação" se afirma que

"(...) se uma indústria, em dez anos, não conseguir aparelhar-se de maneira a poder concorrer vantajosamente, em seu próprio mercado interno, com a indústria similar estrangeira, é porque se revela inviável e não deve, *ipso facto*, merecer amparo do poder público em detrimento da população" (XVI, 74);

e a de nº 3.206, de cunho antiintervencionista e suprimindo os cinco primeiros parágrafos do título "Da Ordem Econômica e Social", que consagravam a intervenção do Estado na economia e era assinada por toda a Bancada da UDN/SP.

LUÍS DE TOLEDO PIZA SOBRINHO — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 3 de setembro de 1888, São Paulo, SP.

Descendente de tradicional família de proprietários de terras e comerciantes paulistas.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras (cafeicultor) e advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1914). Promotor Público e advogado em várias comarcas do interior paulista. Foi também fazendeiro de café em Pirajuí, SP, e proprietário da fazenda Reunidas, no mesmo Município.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Vereador e Presidente da Câmara Municipal em Pirajuí, SP (sem data). Deputado Estadual por várias legislaturas na legenda do PRP — Partido Republicano Paulista (1918-1930). Sem informação sobre sua atuação na Revolução de 30. Participou do movimento constitucionalista ocorrido em São Paulo (1932). Após a derrota do movimento, exilou-se em Lisboa, Portugal (1932-1934). Retornando do exílio, tornou-se membro do Conselho Consultivo do Estado de São Paulo (1934). Eleito Deputado Federal pelo Partido Constitucionalista, renunciou ao mandato para assumir o cargo de Secretário de Agricultura, Comércio e Indústria de São Paulo na gestão do Governador Armando de Sales Oliveira (1935-1937). Membro da UDB — União Democrática Brasileira, apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à Presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, exilou-se na França e,

posteriormente, nos Estados Unidos da América, juntamente com vários outros ex-integrantes da UDB (1938-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se membro do Conselho Nacional da UDN (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi Presidente do Departamento Nacional do Café (1936-1937).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de exercer o jornalismo no interior paulista, publicou: *O problema político brasileiro* (1929); *Ação nacional* (discurso político, 1934); *O problema rural em São Paulo* (1936); *O problema do café* (sem data); e *O problema agrário no Brasil* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, através de apartes a discursos de outros Constituintes, interveio várias vezes nos debates ocorridos no recinto da Assembléia, concentrando sua atuação na crítica a diversos aspectos do legado do regime estado-novista e à centralização político-administrativa instaurada no pós-trinta. Ocupou a tribuna para proferir longo discurso abordando *assuntos econômicos e doutrinários* (XIV, 34-47), no qual, após tecer loas ao regime inglês e ao "grande, colossal, Winston Churchill", combateu veementemente a necessidade de realização de uma reforma agrária para solucionar o problema da produção agrícola no Brasil, atribuindo as dificuldades da agricultura à excessiva centralização e à "incúria administrativa da ditadura", responsáveis pelo "caos em que nos debatemos" (XIV, 36), tendo ainda reivindicado a "volta à Federação" e, na maior parte de seu pronunciamento, feito o elogio de sua própria gestão à frente da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio no governo de Armando de Sales Oliveira. Também ocupou a tribuna para justificar a Indicação nº 234, de sua autoria, louvando o Governo pela extinção do DNC — Departamento Nacional do Café, e sugerindo a aplicação de antigo patrimônio da autarquia na criação de um banco de crédito aos cafeicultores (XX, 276-278). Crítico ferrenho da política econômica do Estado Novo, atribuiu a inflação vigente do País à política governamental de tabelamento unilateral dos preços agrícolas, ao mesmo tempo que permitia os "lucros extraordinários" auferidos pelas indústrias, pelo que

"a gente do campo viu-se obrigada a produzir barato para a população parasitária das cidades, quando devia comprar, por preços exorbitantes, os produtos industriais de imediata utilidade. O Governo

não fazia a fiscalização, porque era sócio dos industriais nos lucros extraordinários" (VI, 174).

Além disso, manifestou-se favorável à extinção do jogo, à "autonomia municipal", à denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no País, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional, à extinção do Território do Iguaçu e ao sistema eleitoral proporcional. Posicionou-se ainda contrário à proposta de Ataliba Nogueira (PSD/SP) de dupla contagem para os votos dados aos advogados, à isenção do imposto territorial para os pequenos proprietários rurais, tendo ainda declarado voto contra a autonomia do Distrito Federal e a favor da emenda de Alfredo de Sá (PSD/MG) permitindo aos parlamentares conservarem seus mandatos no caso de serem nomeados Secretários de Estado.

Apresentou oito emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de nº 126, obrigando os membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a prestarem declaração jurada dos bens que possuíssem ao assumirem seus cargos, e em cuja "justificação" se alude à "onda de corrupção que invadiu todos os setores da vida nacional durante o período ditatorial" (XI, 337); a de nº 1.375, restaurando o art. 9º da Constituição de 1934, que permitia à União e aos Estados celebrarem acordos para o melhor desenvolvimento e execução dos respectivos serviços; e a de nº 2.161, incluindo nas "Disposições Transitórias" da Constituição o "princípio da cooperação intergovernamental" e regulamentando vários aspectos do mesmo.

BANCADA DO PCB — SP

A Bancada do PCB/SP era composta por 4 Deputados, todos eles originários de Estados da Região Norte e Nordeste do País: **Caires de Brito**, destacado militante comunista na Bahia e um dos principais responsáveis pela reorganização do PCB após a *Conferência da Mantiqueira*; **Jorge Amado**, então já conhecido como um dos principais escritores do País; o ex-sargento do Exército e ex-preso político, **José Crispim**; e o estivador e líder sindical da cidade de Santos, SP, **Osvaldo Pacheco**.

MILTON CAIRES DE BRITO — 1º Suplente - PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de janeiro de 1915, Paramirim, BA.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Médico e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1940), após o que exerceu a profissão de médico na Bahia e em São Paulo.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda estudante de medicina, ingressou na Juventude Comunista, organização do PCB (1935). Durante o Estado Novo, deslocou-se para São Paulo, onde foi um dos principais organizadores do PCB na clandestinidade, colaborando decisivamente para o soerguimento do Partido, duramente atingido pela repressão, tendo sido ainda um dos mais destacados dirigentes da CNOP — Comissão Nacional de Organização Provisória, do PCB (1942); eleito membro da Direção Nacional do PCB na *Conferência da Mantiqueira*, da qual foi um dos principais organizadores (1943). Primeira legislatura. No contexto da redemocratização, tornou-se membro do Comitê Central do PCB (agosto de 1945). Após a Constituinte de 1946, foi eleito Deputado Estadual em São Paulo na legenda do PCB, renunciando ao mandato de Deputado Federal (1947).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Um dos principais líderes da greve geral dos estudantes ocorrida na Bahia (1932). Militou na Frente Juvenil contra o fascismo (1936). Atuou intensamente no movimento estudantil baiano, tendo sido membro da Associação Universitária da Bahia e participado ativamente na luta contra o integralismo no Estado (1936-1937). Durante o Estado Novo, foi destacado dirigente da LDN — Liga de Defesa Nacional, em São Paulo (1943-1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou na revista *Continental*, porta-voz da CNOP — Comissão Nacional de Organização Provisória, do PCB (1942-1943). No contexto da redemocratização, foi também Diretor e um dos principais organizadores do jornal *Hoje*, órgão do PCB, em São Paulo (1945-1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Subcomissão Declaração de Direitos, da Comissão da Constituição, tendo sido o único representante de seu partido nesse órgão. Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PCB, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao titular, o ferroviário Mário Scott. Em plenário, teve destacada atuação na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, tendo ocupado a tribuna várias ocasiões para apoiar reivindicações populares e para apresentar sugestões formuladas pelo PCB à feitura da Carta Constitucional. Logo no início dos trabalhos constituintes, ainda nas sessões preparatórias à instalação da Assembléia, tomou a palavra para protestar veementemente contra a presença do Ministro do Supremo Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, na Presidência dos trabalhos de instalação da Constituinte, ato, a seu ver, atentatório à soberania da mesma, aproveitando a ocasião para apresentar "proposta para que a Presidência da Assembléia passe para um Senador ou Deputado Constituinte" (I, 7-8), sugestão essa que foi sumariamente rejeitada em plenário. Ainda nessa fase inicial dos trabalhos constituintes, posicionou-se veementemente contra a vigência da Constituição de 1937 e proferiu discurso (III, 35-41) justificando várias propostas do PCB ao Regimento Interno, tais como: (i) defesa de uma Comissão Constitucional formada por juristas especializados, e contra o princípio da representação proporcional que veio a ser adotado pela Assembléia; (ii) nomeação de um delegado de cada partido para acompanhar os trabalhos da Comissão; (iii) aprovação, capítulo por capítulo, e não em bloco, do projeto constitucional quando da votação do mesmo em plenário; (iv) aumento de meia para uma hora do tempo disponível para cada parlamentar justificar emendas à Constituição.

Após a elaboração do Regimento Interno, mesmo tendo sido eleito para a Comissão da Constituição, continuou a fazer intervenções em plenário para defender os pontos de vista do PCB no tocante a vários pontos básicos da elaboração constitucional. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso, lendo "declaração de voto" do PCB contra o Projeto de Constituição elaborado pela *Grande Comissão* (XI, 16-17), onde apontou vários aspectos, a seu ver, *reacionários* do projeto, dentre os quais: (i) negação do direito de voto aos soldados e analfabetos; (ii) o não-estabelecimento do critério proporcional que favorecesse os Estados mais populosos na organização do sistema eleitoral; (iii) a falta de autonomia política aos Municípios e a proibição da realização de eleições diretas para a escolha dos governantes em várias cidades importantes; (iv) ausência de separação entre a Igreja e o Estado e a excessiva influência do

clero católico conservador na redação dos dispositivos constitucionais; (v) o não-reconhecimento incondicional do direito de greve. Também tomou a palavra para ler da tribuna constituinte o *Manifesto da Comissão Executiva do Partido Comunista por uma Constituição Democrática* (XX, 340-344), apresentando dez sugestões básicas (todas elas rejeitadas) feitas pelo PCB à Constituição, tais como: (i) completa autonomia municipal com eleição direta pelo povo de todos os Prefeitos e conselhos municipais; (ii) direito de voto assegurado a todos, inclusive aos analfabetos, soldados e marinheiros; (iii) instituição do sistema parlamentarista de governo e imediata extinção do Senado Federal; (iv) mandatos de curta duração (4 anos para Presidente, 2 para Deputados e, em caso de permanência do Senado, 6 anos para Senador); (v) contra qualquer limitação ao direito de reunião e de associação política; (vi) pela definição clara e precisa, sem subterfúgios, dos "direitos sociais" e contra o estabelecimento de quaisquer restrições ao direito de greve; (vii) por um novo conceito de propriedade que colocasse os interesses sociais acima dos interesses privados, possibilitando assim a realização de uma ampla reforma agrária e a implementação de medidas contra os trustes e monopólios; (viii) revisão imediata de todos os contratos de exploração de minas e concessão de serviços públicos feitos pelo Governo brasileiro com empresas nacionais e estrangeiras; (ix) contra qualquer tentativa de se incluir da Constituição dispositivos que permitissem a decretação do "estado de sítio preventivo"; (x) anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares punidos por crimes políticos no Brasil.

Na etapa final do processo de elaboração constitucional, durante a votação do Projeto Revisto em plenário, realizou pronunciamentos manifestando-se contra a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional (XXI, 42-46), o que provocou reações furibundas e ameaças de excomunhão de parlamentares ligados ao clero; justificando a emenda nº 730 (rejeitada) de Artur Bernardes (PR/MG), proibindo a União de conceder a capitais estrangeiros o direito para exploração de serviços públicos (XXI, 252-253); expondo "o pensamento do Partido Comunista sobre o Poder Judiciário" (XXII, 160-163), no qual se posicionou favorável à eleição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal pela Câmara dos Deputados, da Justiça do Trabalho paritária e gratuita, e contra o julgamento dos civis pelos militares em tempo de paz; e denunciando veementemente o fechamento e a ocupação da sede do PCB no Distrito Federal pela polícia (XXIII, 313-316), onde protestou contra a violação às imunidades parlamentares de vários Deputados comunistas, atribuindo tais práticas aos "elementos fascistas que cercam o Presidente Dutra" (XXIII, 313), tendo

ainda protestado inúmeras outras ocasiões contra violências perpetradas pela Polícia Política contra o movimento popular (X, 408; XIII, 72; XVII, 143; XXIII, 356 etc.). Além disso, manifestou-se favorável ao divórcio, à inclusão de um dispositivo constitucional determinando a separação entre Igreja e Estado, ao direito de greve dos funcionários públicos, à eletividade dos Juízes, à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional, à nacionalização progressiva dos bancos e empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos e à possibilidade de um mesmo candidato concorrer a cargos eletivos por mais de um estado. Foi ainda contra a nomeação dos Ministros do Superior Tribunal Eleitoral pelo Presidente da República e o ensino religioso obrigatório nas escolas de 1º e 2º graus.

Apresentou 23 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas indeferidas ou prejudicadas durante a votação das mesmas em plenário. Destacam-se as de nº 2.193 (rejeitada; XXI, 54), sugerindo nova redação ao preâmbulo da Constituição, estipulando que

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Constituinte para organizar um regime livre e democrático, que assegure a unidade, o progresso e a soberania da Pátria, e o bem-estar do povo, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição" (XV, 113);

nº 2.306, eliminando a necessidade de sanção presidencial para os atos baixados pelo Congresso Nacional; nº 2.391, instituindo o critério estritamente proporcional na organização do sistema eleitoral; nº 2.430, favorável à aprovação das nomeações do alto comando das Forças Armadas pelo Congresso Nacional; nº 2.480, eliminando o cargo de Vice-Presidente da República; nº 2.526, condicionando à aprovação da Câmara dos Deputados a nomeação e demissão dos Ministros de Estado; nº 2.583, determinando a nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Congresso Nacional; nº 3.611, concedendo anistia ampla e irrestrita a todos os que tivessem sido condenados por crimes políticos até a data da promulgação da Constituição; e a de nº 3.614, obrigando a União a proceder à revisão de todos os contratos de concessão para exploração de jazidas minerais existentes. Finalmente, apresentou destaque (rejeitado) suprimindo as Polícias Políticas, criadas durante o Estado Novo, tendo afirmado, em resposta à defesa feita por Ataliba Nogueira (PSD/SP) e Arruda Câmara (PDC/PE) da conservação das Polícias Políticas sob o argumento de que na Alemanha e Rússia elas também existiam, que "nós apresentamos emenda suprimindo a Polícia Política. O nobre orador poderá apresentar outra

suprimindo a GPU, e o ilustre representante, Sr. Arruda Câmara, outra, eliminando a GESTAPO" (XXV, 15).

JORGE LEAL AMADO DE FARIA — PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 10 de agosto de 1912, Itabuna, BA.

Profissão: Escritor e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Repórter no jornal *Diário da Bahia* (1927). Nas décadas de 1920 e 1930, exerceu o jornalismo, tendo colaborado em vários periódicos na Bahia e em outros Estados. Redator-chefe da revista *Rio Magazine*, no Rio de Janeiro, DF (1933). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, DF (1935), não exerceu a profissão de advogado. Durante o Estado Novo, foi redator-chefe de *Dom Casmurro* e trabalhou na revista *Diretrizes* (1938-1945). Foi também escritor, tendo publicado, durante o período, inúmeros clássicos da literatura brasileira.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Filiou-se à Juventude Comunista e ao PCB (1932). Eleito membro do Comitê Dirigente da Juventude Comunista (1934). Redator de *A Manhã*, órgão da ANL — Aliança Nacional Libertadora, na qual militou intensamente (1935). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, teve um de seus romances, *Capitães de Areia*, apreendido em todo o País e queimado em praça pública (1937); embora já fosse um escritor famoso, seus livros foram retirados de circulação pela censura estado-novista; seu folheto *ABC de Castro Alves*, impresso em fascículos pela revista *Diretrizes*, teve sua publicação suspensa por ordem da Polícia Política (1940); exilou-se na Argentina e Uruguai, tendo sido preso por várias vezes (1941-1943). No contexto da crise do regime, foi Delegado pela Bahia e um dos Vice-Presidentes do I Congresso Brasileiro de Escritores (22 a 27 de janeiro de 1945), realizado em São Paulo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Ao longo de sua trajetória de escritor, participou de vários movimentos literários e populares na Bahia e no Brasil, destacando-se sua atuação na ANL, em meados dos anos 30.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de exercer o jornalismo e de ter colaborado em inúmeras publicações políticas e literárias, publicou: *O país do carnaval* (1931); *Cacau* (1933); *Suor* (1934); *Jubiabá* (1935); *Mar morto* (1936); *Capitães de areia* (1937); *A estrada do mar* (poemas, 1938); *Philadelpho* (comédia teatral, 1940); *O cavaleiro da esperança* (1942); *Terras do sem-fim* (1943); *São Jorge dos ilhéus* (1944); *Bahia de todos os santos* (1945); e *Seara vermelha* (1946). Foi também Diretor do jornal *Hoje*, diário do PCB, em São Paulo, no contexto da redemocratização (1945-1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão de Estudo das Indicações, onde elaborou vários pareceres a sugestões apresentadas por outros Constituintes. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na luta pela ampliação das liberdades individuais e políticas suprimidas durante o Estado Novo e na defesa das propostas do PCB referentes às questões cultural e religiosa. Logo no início dos trabalhos constituintes, interveio várias vezes para justificar propostas da bancada comunista ao Regimento Interno, tendo ocupado a tribuna para realizar pronunciamentos, nos quais leu documento de seu partido reivindicando a imediata revogação da Carta de 1937 (I, 136-140; III, 107-109), e justificou emenda de sua autoria (rejeitada) suprimindo dispositivo regimental que concedia ao Presidente da Assembléia a prerrogativa de censurar "expressões não-parlamentares" dos discursos de Constituintes (III, 41-46). Nas outras fases do processo de elaboração constitucional, ocupou a tribuna para proferir discursos denunciando o fechamento do sindicato dos estivadores e da União Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Santos (X, 360); protestando contra a apreensão de edições do diário comunista *Tribuna Popular*, por "esbirros da Ordem Política e Social" (XIX, 237-238; XXI, 376); e declarando voto contra o projeto constitucional, aproveitando a ocasião para justificar longamente uma série de emendas apresentadas pela bancada comunista ao projeto (XIX, 417-425). Além disso, foi encarregado pelo PCB de saudar, em nome da bancada comunista, várias personalidades de destaque em visita à Assembléia.

Na condição de membro da comissão acima citada, formulou diversos pareceres a indicações sugeridas por outros Constituintes; dentre estes, destacam-se seus pareceres positivos às indicações de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), propondo a desaprovação, pela Constituinte, do Decreto-Lei nº 9.070, baixado pelo governo Dutra, proibindo o direito de greve e protestando contra a presença de agentes da *Delegacia de Ordem Política e*

Social nas assembléias sindicais (VI, 274-276); de Horácio Lafer (PSD/SP), sugerindo a criação de um órgão governamental para estimular o plantio de trigo no sul do País (XX, 331); e da UDN baiana, solicitando a restituição aos cacaueiros da Bahia da diferença entre os preços de compra e exportação do cacau adquirido pelo Instituto do Cacau durante o Estado Novo (XVIII, 332). Além disso, declarou voto contra a moção do Líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC), louvando as Forças Armadas pela dissolução a tiros de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na Capital Federal, e manifestou-se favorável à ruptura de relações diplomáticas com a ditadura franquista e à supressão das Polícias Políticas. Foi ainda contrário à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, ao ensino religioso obrigatório nas escolas de 1º e 2º graus e ao "estado de sítio preventivo".

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.850 (aprovada; XXII, 130), isentando de tributos a importação e produção de livros, periódicos e papel de imprensa; nº 3.058 (rejeitada; XXIII, 42), garantindo direito de asilo a todos os perseguidos políticos por defenderem a causa da democracia; nº 3.059, facilitando a concessão de "habeas corpus" aos cidadãos que fossem objeto de arbitrariedades policiais; nº 3.062, contrária à obrigatoriedade do ensino religioso; nº 3.064, suprimindo a necessidade de censura prévia para a publicação de livros e periódicos; e a de nº 3.355, eliminando dispositivo que facultava apenas a brasileiros natos o exercício das profissões liberais.

Jorge Amado narrou alguns aspectos de sua atuação constituinte e de suas atividades no período, em seu livro *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei* (Rio de Janeiro, Record, 1992), onde inclusive conta sua luta pela aprovação de emenda de sua autoria e da bancada comunista assegurando no texto constitucional a liberdade religiosa e de crença.

JOSÉ MARIA CRISPIM — PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de maio de 1911, São Miguel do Gumiá, PA.

Filho de camponeses pobres.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Operário e militar.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Começou a trabalhar como servente de pedreiro aos 12 anos de idade (1923). Também exerceu as profissões de aprendiz de alfaiate e comerciário (sem data). Após transferir-se para o Rio de Janeiro, concluiu o curso de Monitor de Educação Física no Exército (1927). Sargento do Exército (1928). Sargento de Artilharia na guarnição da Vila Militar do Rio de Janeiro (1935). Sem curso universitário.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Ainda sargento do Exército, filiou-se ao PCB (1935). Preso político, em consequência da intensa repressão que se abateu sobre o movimento popular após o malogrado levante organizado pelo PCB (1935-1937). Durante o Estado Novo, após ter sido solto, organizou clandestinamente o PCB em São Paulo (1937-1941); preso em São Paulo, em razão desta atividade, foi duramente torturado na prisão, tendo sido, em seguida, transferido para a Ilha Grande, RJ, onde permaneceu na condição de preso político até ser anistiado (1941-1945). No contexto da redemocratização, foi eleito Secretário do Comitê Municipal do PCB/SP, tendo sido, ainda, várias vezes preso mesmo após a anistia (1945). Primeira legislatura. Durante os trabalhos da Constituinte de 1946, foi eleito membro do Comitê Central do PCB na III Conferência Nacional do Partido (julho de 1946).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o Estado Novo, atuou clandestinamente na organização dos trabalhadores ferroviários (1941). Deferiu o Sindicato dos Ferroviários, quando este foi empastelado por portaria do Ministério do Trabalho, tendo sido preso em razão desta atitude (1941).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: No contexto da redemocratização, tornou-se bastante conhecido após derrotar o padre Roberto Sabóia de Medeiros em debate radiofônico sobre a doutrina marxista (1945).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública e da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Um dos mais combativos parlamentares na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, ocupou a tribuna inúmeras vezes para apoiar reivindicações de várias categorias de trabalhadores e para denunciar violências policiais e arbitrariedades

cometidas contra às massas populares. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para ler *Mensagem do Congresso Sindical dos Trabalhadores* (I, 114-118) realizado em São Paulo, contendo reivindicações de várias categorias de trabalhadores, e para justificar longamente a Indicação nº 25 (rejeitada) do PCB, determinando a imediata revogação da Carta de 1937 (II, 298-312). Ainda durante essa fase inicial dos trabalhos constituintes, entrou em acirradas polêmicas com parlamentares das Bancadas do PSD e do PTB devido à sua defesa intransigente do direito à existência legal do MUT — Movimento Unificador dos Trabalhadores, e ao fato de ter tomado a palavra diversas vezes para apoiar greves e reivindicações trabalhistas.

Também ocupou a tribuna várias ocasiões para protestar energicamente contra violências policiais cometidas contra trabalhadores e militantes comunistas (IV, 252-255; X, 359; XI, 231), e para realizar pronunciamentos declarando voto contra o projeto constitucional e justificando emendas de sua autoria ao mesmo (XVII, 262-267); expondo perante a Assembléia as resoluções da Conferência Nacional do Partido Comunista, realizada a 18 de julho de 1946, no Rio de Janeiro (XIX, 153-163); lendo reivindicações de meeiros e camponeses da Alta-Araraquarense e denunciando suas más condições de vida e de trabalho (XX, 25-27); e expondo o parecer geral da bancada comunista ao Título IV "Da Declaração de Direitos" do Projeto Revisto (XXII, 334-341), aproveitando a ocasião para justificar várias sugestões de sua autoria ao mesmo. Além disso, manifestou-se contrário à proposta de Ataliba Nogueira (PSD/SP) de se estabelecer a dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em Direito, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, à extensão da Justiça militar aos civis em tempo de paz, e à possibilidade de decretação do "estado de sítio preventivo". Posicionou-se ainda favorável à proibição aos parlamentares de serem advogados de trustes e monopólios, às eleições diretas para Prefeitos das capitais, à instauração do unicameralismo e à extinção do Senado, à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos, à realização de eleições diretas para a Vice-Presidência da República após o término dos trabalhos constituintes e ao sistema eleitoral proporcional que favorecesse os Estados mais populosos.

Apresentou 8 emendas, todas elas ao título "Da Declaração de Direitos" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 3.019, facilitando a aquisição de nacionalidade brasileira para os filhos de pais brasileiros nascidos no exterior que ainda não tivessem atingido a

maioridade; nº 3.039, determinando a suspensão dos direitos políticos daqueles que difundissem idéias racistas e incitassem a luta religiosa; nº 3.117, assegurando a todos os cidadãos o direito de resistirem às violações de suas liberdades e de seus direitos assegurados em lei; nº 3.118, garantindo amplo direito de desfile e de reunião; e a nº 3.120, contrária ao estabelecimento de censura prévia por motivo de moralidade e de bons costumes. Além disso, defendeu destaque (sem número) estipulando na Constituição que "perderá o cargo ou função a autoridade ou funcionário que impedir o livre exercício dos direitos individuais assegurado pela Constituição" (destaque rejeitado; XXII, 407).

OSVALDO PACHECO DA SILVA — PCB

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 4 de setembro de 1918, Malhada dos Bois, SE.

Um dos 18 filhos de José Pacheco da Silva e Eudóxia Pacheco da Silva, camponeses pobres no sertão sergipano.

Falecimento: setembro de 1993.

Profissão: Estivador.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Após trabalhar no interior sergipano, migrou para Santos, SP, com 17 anos, a fim de procurar emprego (1935). Durante o Estado Novo, trabalhou como estivador no Porto de Santos (1937-1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Após longa militância clandestina junto aos estivadores santistas, filiou-se ao PCB (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Após a vitória do franquismo na Guerra Civil Espanhola, participou do movimento dos trabalhadores do Porto de Santos que se recusaram descarregar navios espanhóis (1940). Durante o Estado Novo, foi Diretor-Presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, tendo liderado vários movimentos reivindicatórios e grevistas da categoria (1941-1945).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi Vice-Líder do PCB na Assembléia e membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Um dos mais combativos e atuantes Constituintes na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, em geral, e dos estivadores santistas, em particular, participou ativamente das várias fases do processo de elaboração constitucional, utilizando-se da palavra, freqüentemente, para apoiar reivindicações dos trabalhadores e denunciar violências e arbitrariedades perpetradas contra os mesmos. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discursos justificando requerimento de sua autoria solicitando inserção em ata de um "voto de pesar" por todas as vítimas da reação e do fascismo (I, 280-284), onde enumerou longamente os nomes de vários militantes comunistas e lideranças populares que foram assassinados ou vítimas de torturas durante a vigência de regimes ditatoriais no Brasil e em outros países; e lendo telegramas de diversas categorias de trabalhadores reivindicando melhorias de suas condições de vida e denunciando violações de seus direitos individuais, de organização e de protesto por parte da Polícia Política (II, 99-104; II, 148-149), pronunciamentos estes que provocaram imediatas reações de Constituintes conservadores no sentido de restringir o direito à palavra aos parlamentares que fossem tratar de "assuntos não-constitucionais" na tribuna constituinte. Ainda nessa fase inicial do funcionamento da Constituinte, destacou-se por ter sido o primeiro signatário da maior parte das emendas apresentadas pela Bancada do PCB ao Regimento Interno, dentre as quais a de nº 252, supressiva ao art. 76, que proibia à Assembléia elaborar legislação ordinária e contestar atos do Executivo durante o processo de elaboração constitucional.

Também ocupou a tribuna para proferir discursos denunciando a precária situação da Previdência Social legada pelo Estado Novo e endereçando várias críticas à mesma (IV, 265-271); justificando requerimento, de sua bancada (aprovado), solicitando a "nomeação de uma comissão para dar sugestões à construção da casa popular" (VII, 233-238); contestando longa e veementemente, em nome dos trabalhadores do Porto de Santos, as declarações do Ministro do Trabalho, Negrão de Lima (PTB), justificando a necessidade de adoção de duras medidas punitivas contra os estivadores santistas que se recusavam descarregar navios espanhóis representantes da ditadura de Franco (VIII, 450-458); emitindo o parecer geral da bancada comunista ao Título VIII "Dos Funcionários Públicos" do Projeto Revisto (XXIII, 430-433); e denunciando várias modalidades de violências e arbitrariedades (espancamentos, prisões, torturas, demissões,

proibição de comícios e manifestações, espionagem de assembléias sindicais, interdição e invasão de sedes de partidos e sindicatos por policiais, proibição da circulação de jornais e panfletos etc.) perpetradas pela polícia contra o movimento grevista e popular (IV, 62; VI, 287; VIII, 33-35; X, 41; XVIII, 272; XIX, 329; XX, 276; XX, 359 etc.). Além disso, manifestou-se favorável à participação dos trabalhadores na gestão dos Institutos de Aposentadorias e de Pensões, à unicidade sindical, à concessão do direito de greve aos funcionários públicos e à realização de eleições diretas para Prefeitos em todos os Municípios brasileiros.

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.068-A, obrigando a União a "socorrer as famílias de prole numerosa" que não tivessem condições materiais de sustento; nº 2.508, condicionando a intervenção nos Estados à prévia autorização da Câmara dos Deputados; nº 2.553, assegurando a gratuidade das Justiças criminal, trabalhista e eleitoral; nº 2.893 (rejeitada; XXI, 205), isentando do pagamento do imposto de consumo os artigos que a lei classificasse como mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico da população de baixa renda; nº 2.972, condicionando a abertura de crédito extraordinário à aprovação expressa do Congresso Nacional; nº 3.378, estipulando que "a associação profissional ou sindical é livre"; e a de nº 3.602, às "Disposições Transitórias", equiparando os extranumerários com mais de dois anos de serviço aos demais funcionários públicos. Além disso, apresentou destaque (rejeitado; XXIV, 42), tornando estáveis os funcionários públicos não concursados depois de dois anos no exercício da função.

BANCADA DO PR — SP

A Bancada do PR em São Paulo era composta pelo Deputado **Altino Arantes**, antigo político paulista e ex-Presidente do Estado na República Velha (1916-1920).

ALTINO ARANTES MARQUES — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 29 de setembro de 1876, Batatais, SP.
Filho do Coronel Francisco Arantes Marques.

Falecimento: 5 de julho de 1965.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1895), após o que exerceu a advocacia no interior paulista. Foi também Diretor da Carteira Hipotecária do Banco do Estado de São Paulo (1945).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Federal pelo PRP — Partido Republicano Paulista (1906-1908). Deputado Federal, PRP (1909-1911). Secretário de Negócios Interiores de São Paulo na gestão de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1911). Secretário da Fazenda e da Agricultura no governo do Presidente Estadual Rodrigues Alves (1912-1915). Membro da Comissão Diretora do PRP. Presidente do Estado de São Paulo (1916-1920); em seu governo reprimiu violentamente o ciclo de greves operárias ocorrido em São Paulo (1917-1919). Deputado Federal por várias legislaturas consecutivas, sempre na legenda do PRP (1921-1930). Primeiro Presidente do Banco do Estado de São Paulo na gestão de Carlos de Campos (1925). Opôs-se à Revolução de 30 e ao Governo Provisório revolucionário, tendo sido signatário de inúmeros manifestos políticos contra o mesmo (1930-1932). Um dos principais dirigentes do movimento constitucionalista paulista de oposição ao Governo Provisório (1932). Após a derrota do movimento, exilou-se em Lisboa, Portugal (1932-1934). De volta ao Brasil, tornou-se Presidente do PRP (1934). Candidato derrotado nas eleições indiretas ao Governo de São Paulo (1934). Durante o Estado Novo, foi Diretor da Liga Nacional de São Paulo (1942-1945). Após a Constituinte de 1946, foi candidato derrotado à Vice-Presidência da República na chapa de Cristiano Machado (1950).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pertenceu a várias outras associações culturais no Estado.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Dentre outras obras, publicou: *Bonum opus: elogio do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo* (1929); *A educação, fator predominante da recuperação moral e cívica* (1934); *Saudades de Portugal* (1938); *O pan-americanismo e suas realizações na Conferência Pan-Americana de Lima* (1939); *O dever dos mestres* (1942); *Bons portugueses* (1943); *O culto das letras* (1943); *Cícero* (1944); *Elogio*

da imprensa (1944); *A ação social e política dos bispos de São Paulo* (1945); e *O sacerdote na igreja, na sociedade e na família* (1946).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Único Constituinte eleito pelo PR no Estado de São Paulo, concentrou sua atuação na defesa do sistema de governo presidencialista e na abordagem de questões referentes à autonomia municipal. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos apontando *as virtudes do municipalismo* (VIII, 370-374), no qual reivindicou a inclusão de dispositivos constitucionais que proporcionassem maior autonomia financeira e político-administrativa aos Estados e Municípios; pronunciando-se sobre *matéria constitucional* (XVIII, 419-428), quando criticou extensa e veementemente o parlamentarismo, pelo que entabulou longa polêmica com os adeptos deste sistema de governo; combatendo a denominação de "língua brasileira" para o idioma a ser adotado em território nacional (XVIII, 275-277); e justificando várias propostas de sua autoria visando a assegurar a autonomia fiscal e financeira dos Municípios (XXI, 48-52). Além disso, manifestou-se favorável à redação de uma Constituição sintética, à realização de eleições diretas para a escolha de Prefeitos das capitais e à reeleição dos Prefeitos.

Apresentou 26 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 404, obrigando o poder público a prestar assistência à maternidade e à infância e regulamentando o funcionamento do juizado de menores como instituição social; nº 570 (aprovada; XXIII, 286), reduzindo de um terço para um quinto o número de vagas a serem preenchidas nos tribunais de 2^a instância por advogados ou membros do Ministério Público; nº 587, regulamentando a arrecadação do imposto sobre combustíveis e lubrificantes pelos Municípios; nº 948 (aprovada; XXII, 62), ampliando os casos de incompatibilidade dos ocupantes de cargos executivos e judiciários; nº 1.776, obrigando os Ministros de Estado a comparecerem à Câmara e ao Senado para prestar contas de seus atos quando fossem solicitados; nº 1.885 (rejeitada; XXIII, 299), reconhecendo o direito de greve, "exceto nos serviços públicos ou de utilidade pública"; nº 1.857 (rejeitada; XXIII, 299), condicionando a concessão de terras públicas à prévia autorização das Assembléias Legislativas dos Estados; nº 1.894 (rejeitada; XXI, 252), favorável à reeleição dos Prefeitos; nº 2.069, permitindo aos partidos políticos serem proprietários de empresas jornalísticas e de radiodifusão para divulgarem seus programas; e a de nº 2.070, suprimindo dispositivo que assegurava "a todos" trabalho que possibilitesse "existência digna", sob a justificativa de que "a disposição é

inoperante e, portanto, inútil. Quem assegura o trabalho? E como o assegura?" (XIV, 463).

BANCADA DO PRP-PSp — SP

A Bancada do PSP/SP era composta por um dos dois Deputados (além do potiguar Café Filho) eleitos originalmente na legenda do Partido Republicano Progressista — PRP: o líder espírita paulista **Campos Vergal**, que se reelegeria por sucessivas legislaturas após a Constituinte.

ROMEU DE CAMPOS VERGAL — PRP/PSp

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 2 de maio de 1903; Serra Negra, SP.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Professor e funcionário público.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Foi professor de Português, Latim, História do Brasil e Geografia em vários colégios secundários de São Paulo, SP (1922-1947). Foi também escrevente habilitado da Justiça de São Paulo (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual Constituinte na legenda da Coligação Proletária, SP (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após a Constituinte de 1946, votou contra a cassação do PCB (1948) e integrou o Conselho Deliberativo do CEDPEN — Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (1949).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Foi membro de inúmeras associações espíritas.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou *Levanta-te e caminha* (1942); *Reencarnação ou pluralidade das existências* (sem data); *Bandeirantes da imortalidade* (sem data); e *Os navegantes do infinito* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular e da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Um dos parlamentares mais assíduos na tribuna constituinte, interveio diversas vezes ao longo do processo de elaboração constitucional para tomar parte em inúmeros debates travados em plenário, concentrando sua atuação na abordagem de questões referentes aos problemas da "lavoura" e da fixação do "homem do campo" no interior do País, no combate às propostas defendidas por Constituintes ligados ao clero católico e na remessa à Mesa da Assembléia de incontáveis requerimentos e indicações, "solicitando ao Executivo" a implementação das mais variadas medidas. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se contra a vigência da Constituição de 1937 e, em nome do Partido Republicano Progressista, declarou voto a favor da indicação udenista (rejeitada) propondo a nomeação de uma comissão que elaborasse um "projeto de normas gerais" que substituisse a Carta estado-novista (II, 349).

Parlamentar de postura eclética e sem uma linha de conduta muito definida, ocupou a tribuna para proferir discursos preconizando energicamente a nacionalização dos moinhos estrangeiros (III, 375-378); endereçando várias críticas à política implementada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool durante o Estado Novo (V, 121-129), sendo, no entanto, contrário à extinção da autarquia; reivindicando ao Poder Executivo providências para a resolução do *problema da habitação popular* (VII, 423-426) e do ensino secundário no País (XII, 125-129); e justificando o Requerimento nº 223 (rejeitado), "solicitando a nomeação de uma comissão para tratar da atual situação de intervenção no sindicato dos bancários" (XII, 177). Realizou ainda pronunciamentos protestando contra violências policiais cometidas contra o movimento popular e enumerando as agruras do "homem do campo" e do pequeno produtor rural, onde denunciou os "tubarões da indústria" responsáveis pelo êxodo rural, tendo chegado, num paroxismo de sua postura ruralista, a apresentar a Indicação nº 209, que, dentre outras medidas para evitar a fuga do trabalhador rural para as cidades, sugeria a "imediata proibição de instalação de novas indústrias nas zonas urbanas das duas grandes capitais estaduais" (XIX, 270), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia inúmeras outras sugestões destinadas "a fixar o homem do campo" no interior do País.

Além disso, manifestou-se veementemente contra a adoção da pena de morte, o protecionismo alfandegário, a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, os feriados religiosos, a realização de

plebiscito para a aprovação da Constituição, a representação diplomática na Santa Sé e a mudança da Capital Federal para o Planalto Central do País. Foi ainda favorável à separação entre Igreja e Estado, à implantação de tiros de guerra para fixar o homem do campo no interior do País, à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos, à eleição direta para Prefeito das capitais, à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, à extinção do Senado e à anistia ampla aos punidos por crimes políticos no pós-trinta. Finalmente, declarou voto a favor da indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia para militares punidos durante o Estado Novo; contra a indissolubilidade do vínculo matrimonial; contra a gratuidade do casamento civil; contra a emenda de Rui Almeida (PTB/DF) concedendo "passe livre" aos parlamentares nas empresas de transporte estaduais e federais; e contra a assistência religiosa remunerada aos militares, afirmando em sua "justificação" de voto que: "Usando duma expressão popular: a Igreja de Roma 'come de todos os lados'. É simplesmente lastimável e supinamente perigoso. O futuro o dirá" (XXII, 427).

Apresentou 31 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.600 (rejeitada; XXV, 221), efetivando em seus cargos os professores secundários interinos com mais de cinco anos de magistério; nº 2.189, contrária à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição; nº 2.395, favorável à adoção do critério proporcional para a organização do sistema eleitoral; nº 3.033, concedendo o direito de voto aos soldados e analfabetos; nº 3.065, vedando a equivalência do ensino religioso ao civil, sob a justificativa de que

"O Estado permite o casamento religioso e, entretanto, a religião católica não aceita, não reconhece o casamento civil! Separem-se os dois poderes! Até quando havemos de andar submetidos à Igreja de Roma? Isso aqui acaso é colônia do Vaticano? Por que esse poder espiritual insiste em imiscuir-se no poder temporal? Acaso não fracassou o religiosismo na Europa, permitindo que aquele continente fosse novamente afogado em sangue? Libertemo-nos dessas fracassadas imposições" (XVI, 29);

nº 3.071, determinando a laicidade do ensino nas escolas públicas, e em cuja "justificação" se afirma que

"as crianças não gostam das igrejas, não gostam de rezar, e a prova comprovada disso está em que a Igreja vai caçá-las, amedrontá-las nas escolas! Mas esse trabalho é inútil! A evolução rebentará essas cadeias que tentam aprisionar o espírito humano!" (XVI, 30);

nº 3.072, contrária à assistência religiosa às Forças Armadas em tempo de paz; nº 3.073 (rejeitada; XXIII, 319), suprimindo dispositivo que consagrava a gratuidade do casamento civil; nº 3.341 (rejeitada, XXIII, 143), eliminando os feriados religiosos remunerados; e a de nº 3.362 (prejudicada; XXIII, 392), estipulando ser "absolutamente livre a alfabetização e o ensino primário até o terceiro grau" (XV, 131).

BANCADA DO PDC — SP

A Bancada do PDC/SP era formada pelo radialista católico **Manuel Vítor**, um dos Constituintes eleitos pela legenda do partido.

MANUEL VÍTOR DE AZEVEDO — PDC

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 25 de maio de 1898, Juiz de Fora, MG.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Advogado-funcionário público, professor universitário e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Redator do *Correio Paulistano* (1914-1928). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, SP (1920). Funcionário do Banco do Brasil a partir de 1927. Delegado Regional do IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, em São Paulo (1933). Inspetor Federal do Ensino Secundário (1935). Diretor da revista *Dom Bosco* (1937-1940). Um dos fundadores e professor da Faculdade de Estudos Econômicos do Liceu Coração de Jesus (1938). Também exerceu atividades profissionais em vários outros estabelecimentos.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Durante o Estado Novo, ocupou cargos na burocracia de Estado e na hierarquia da Igreja Católica (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores do PDC — Partido Democrata Cristão (1945). Segundo o testemunho de Yvonne Miranda, Manuel Vítor "foi eleito em São Paulo com os votos de seus milhares de

ouvintes da *Hora da Ave Maria*, programa de rádio que apresentava na cidade de São Paulo" (MIRANDA, 1982 : 166). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Membro de várias associações culturais em São Paulo.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Além de seu programa de rádio, exerceu o jornalismo em vários periódicos e revistas em São Paulo: *A Vida Moderna*; *Correio da Noite*; *Diário de São Paulo* etc., e publicou: *Os dramas da floresta virgem* (1925); *Os três tinteiros* (1932); *Assombração* (1934); *Seis horas, Ave Maria* (1936); *O colecionador de sensações* (1938); *Noções de Direito Civil e Comercial* (1938); *Noções de Direito Comercial* (1938); *Seleta cristã* (1940) e *Salve Maria* (1941).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Embora mais discreto que seu companheiro de partido, Arruda Câmara (PDC/PE), também concentrou sua atuação na defesa dos postulados básicos da "democracia cristã" e da Igreja Católica e no combate veemente ao divórcio e ao "comunismo". Ao longo dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discursos comunicando os resultados da Convenção Nacional do PDC (XVIII, 74-78), no qual encareceu a

"urgente necessidade de unir o bloco democrático contra a infiltração das doutrinas eversoras. Vemos a cada passo o extremismo dilatando as garras e a avalanche continuada de idéias vermelhas solapando os alicerces da civilização cristã. Temos o sagrado dever de salvaguardar, nas próximas eleições, o arcabouço e a contextura do edifício moral de nossos antepassados, mantendo cristã nossa doutrina de vida e cristã a nossa democracia" (XVIII, 75);

e ameaçando argumentar contra o divórcio, afirmando, logo no início de sua fala, que "não estamos diante de uma questão de ordem civil, mas de ordem sobrenatural", sendo, no entanto, bruscamente interrompido, em seguida, pelo plenário aos gritos de "voto! voto!" (XXIII, 312-313).

Apresentou 35 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 212, regulamentando a destinação de verbas para a construção de estradas e rodovias, e a de nº 425, dando à União competência privativa para legislar sobre o ensino comercial em todos os graus.

BANCADA DE SERGIPE

- 1) DURVAL CRUZ (Senador/PR);
- 2) WÁLTER FRANCO (Senador/UDN);
- 3) AMANDO FONTES (PR);
- 4) HERIBALDO VIEIRA (UDN);
- 5) LEANDRO MACIEL (UDN);
- 6) GRACCHO CARDOSO (PSD);
- 7) LEITE NETO (PSD).

$$3 \text{ UDN} + 2 \text{ PR} + 2 \text{ PSD} = 7$$

BANCADA DA UDN-PR — SE

Em Sergipe, a UDN coligou-se com o PR para as eleições à Constituinte de 1946, sendo que este último partido elegeu dois representantes: **Durval Cruz**, usineiro e industrial no Estado, e **Amando Fontes**, escritor de destaque na época, autor de *Os corumbás*, e ligado ideologicamente às classes dominantes sergipanas. No tocante à UDN, segundo Sérgio Miceli,

"A bancada udenista em Sergipe se compunha de membros do reduzido círculo de famílias que possuíam mais de uma dezena de usinas no Estado, a saber: **Wálder do Prado Franco** (1908, Laranjeiras, SE), também industrial têxtil e proprietário do jornal *Correio de Aracaju*; **Heribaldo Dantas Vieira** (1903, Capela, SE), sobrinho do ex-Governador e usineiro Manuel Dantas, e o engenheiro civil **Leandro Maynard Maciel** (1897, Capela, SE), primo-irmão do Interventor Maynard Gomes, tendo sido Diretor do Departamento de Obras nos governos Cyro Azevedo (1926) e Manuel Dantas (1927), e Deputado à Assembléia Constituinte de 1934" (MICELI, 1986 : 570-571).

DURVAL RODRIGUES DA CRUZ — Senador - PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 6 de julho de 1902, Capela, SE.

Falecimento: 12 de julho de 1971.

Profissão: Proprietário de terras (usineiro), industrial e médico.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1924). Industrial e usineiro, foi sócio das firmas Cruz Irmão & Cia., da Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial e da Companhia Úsinas de Sergipe, no Estado de Sergipe, e da Agrícola Santa Luzia, em Campos, RJ.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Sem informação.

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre *distribuição de rendas a favor dos Municípios* (XX, 381-385), no qual preconizou a adoção de medidas em prol dos Municípios e defendeu proposta de sua autoria (incorporada ao texto constitucional) determinando a distribuição em partes iguais entre os Municípios dos 10% do imposto sobre a renda a eles destinado por preceito constitucional.

Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição, todas elas regulamentando aspectos da organização fiscal dos Municípios. Destacam-se as de nº 2.908 (aprovada), contendo a proposta acima citada, e a de nº 2.932, dando aos Estados competência privativa para arrecadar e fiscalizar a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

WÁLTER DO PRADO FRANCO — Senador - UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 21 de abril de 1908, Laranjeiras, SE.

Filho do Coronel Albano do Prado Pimentel Franco, de tradicional família de usineiros e proprietários de terras no Estado de Sergipe.

Falecimento: 16 de agosto de 1957.

Profissão: Proprietário de terras (usineiro e pecuarista) e banqueiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Sem curso universitário. Sem informação sobre atividades profissionais.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN/SE (1945). Primeira legislatura.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Sem informação.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Segundo Sérgio Miceli (1985 : 570), foi proprietário do jornal *Correio de Aracaju*, na capital de seu estado (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

AMANDO FONTES — PR

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 15 de março de 1889, Santos, SP.

Falecimento: 1º de dezembro de 1967.

Profissão: Advogado e escritor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Revisor do *Diário da Manhã*, em Aracaju, SE (1914). Agente Fiscal do Ministério da Fazenda (1922). Formado pela Faculdade de Direito da Bahia (1928). No início da década de 1930, exerceu a advocacia no Rio de Janeiro, DF (1930-1934).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Federal, SE (1935-1937). Nas eleições presidenciais de 1937, foi um dos principais articuladores de um *Manifesto dos Intelectuais* em apoio à candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo.

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: No início da década de 1930, freqüentou o círculo do ideólogo católico Jackson de Figueiredo, de quem tornou-se amigo pessoal.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou: *Os corumbás* (romance, 8^a ed., 1933) e *Rua do siriri* (romance, 1937).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao intervencionismo estatal na economia e no combate a múltiplos aspectos do regime estado-novista e da "hipertrofia do Executivo" vigente no pós-trinta. Logo no início dos trabalhos de elaboração constitucional, manifestou-se favorável à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e realizou longo pronunciamento, que teve grande repercussão na fase inicial de funcionamento da Assembléia, preconizando a "necessidade da promulgação de um ato institucional para substituir a Carta de 1937" (II, 75-82), no qual argumentou longamente contra a legitimidade da Constituição estado-novista, e justificou a Indicação nº 25 da UDN e do PR, propondo a nomeação de uma comissão com o fito de elaborar um "projeto de normas gerais" que anulasse aquele documento. Crítico ferrenho do Estado Novo, também ocupou a tribuna para proferir discursos analisando o caso do financiamento do algodão (IV, 159-173), onde causou sensação em plenário ao, com base em documentos oficiais, procurar demonstrar o favorecimento pelo Governo Federal e pelo Banco do Brasil da Companhia Nacional de Anilinas Comércio e Indústria, de propriedade de Hugo Borghi (PTB/SP); justificando várias sugestões de sua autoria ao projeto constitucional, objetivando atenuar a "hipertrofia do Executivo", a seu ver, consagrada no projeto (IX, 104-111); e combatendo veementemente os preceitos do título "Da Ordem Econômica e Social" do Projeto Revisto que consagravam o intervencionismo do Estado na economia e sua prerrogativa de monopolizar determinado ramo ou setor da indústria (XX, 200-207; XXIII, 94-96). Além disso, manifestou-se favorável ao sistema de governo presidencialista, à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, à participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas, às eleições diretas para Prefeitos das capitais, ao mandato presidencial de 4 anos, à pluralidade e autonomia sindicais e à isenção do imposto de importação para o papel estrangeiro usado na fabricação de livros e periódicos. Posicionou-se ainda contra a nomeação do Presidente do Superior Tribunal Eleitoral pelo Presidente da República e o "estado de sítio preventivo".

Apresentou 70 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 1.425, transferindo do Presidente da República para o Senado Federal a competência privativa para autorizar a intervenção federal nos Estados; nº 1.480 (rejeitada; XXI, 398), suprimindo dispositivo que proibia eleições

diretas para Prefeitos das capitais e nos Municípios de águas minerais e onde se situassem portos ou bases de importância militar; nº 1.560 (rejeitada; XXIII, 207), transferindo para lei ordinária a regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas; nº 1.562 (rejeitada; XXIII, 105), eliminando dispositivo que reconhecia à União a faculdade de intervir no domínio econômico e de monopolizar determinada indústria ou setor de atividade, e em cuja "justificação" se afirma que

"num regime em que o Estado tenha a faculdade de intervir mais ou menos, a seu talante, no domínio econômico, podendo até monopolizar determinada indústria ou atividade, está extinta a liberdade. Lembremo-nos que essa foi a mais poderosa e eficiente arma de que se valeram fascistas e nazistas para manterem em silêncio e escravidão seus aterrados patriotas" (XIV, 132);

nº 1.564, suprimindo dispositivo que assegurava a todos trabalho que possibilitesse existência digna; nº 1.569, de cunho antiprotecionista e contrária ao dispositivo que estipulava o prazo máximo de 30 anos para a concessão de proteção alfandegária à indústria nacional; e as de nºs 4.027 a 4.064, contendo um verdadeiro "Substitutivo Amando Fontes", com sugestões a praticamente todos os dispositivos do Projeto de Constituição.

HERIBALDO DANTAS VIEIRA — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 27 de março de 1903, Capela, SE.

Sobrinho de Manuel Dantas, usineiro e Governador de Sergipe durante a República Velha.

Falecimento: 21 de outubro de 1970.

Profissão: Advogado.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito de Recife, PE (1928). Promotor Público na comarca de Capela, SE (1928). Exerceu a advocacia em Aracaju, SE.

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Secretário de Educação de Sergipe na gestão do Governador Maurício Graccho Cardoso (1924). Deputado Estadual, SE (1928). Secretário de Segurança Pública de Sergipe, no governo de seu tio Manuel Dantas (1929-1930). Durante o Estado Novo, não ocupou cargos

políticos. No contexto da redemocratização, tornou-se Diretor de Instrução Pública de Sergipe (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante o período de crise da ditadura estado-novista, foi Presidente do Conselho da OAB/SE (1943-1946).

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Exerceu o jornalismo em Sergipe, tendo sido redator e Diretor do *Correio de Aracaju*, na capital do Estado (1934-1941).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas enviado à Mesa da Assembléia "pará ser dado como lido" discurso sobre *matéria constitucional* (XI, 52-56), onde defendeu a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

LEANDRO MAYNARD MACIEL — UDN

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 8 de dezembro de 1897, Capela, SE.

Filho de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, senhor-de-engenho em Sergipe, Deputado Provincial em várias legislaturas durante o Império, Deputado Constituinte (1891), Deputado Federal (1891-1893) e Senador por Sergipe (1894-1902) na República Velha.

Falecimento: Sem informação.

Profissão: Proprietário de terras e engenheiro.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Escola Politécnica da Bahia (1922). Como funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas, trabalhou nas obras do Porto de João Pessoa, PB, e no Departamento de Portos, Rios e Canais no Rio de Janeiro, DF (sem data).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Diretor do Departamento de Obras Públicas de Sergipe, no governo do Coronel Manuel Correia Dantas (1927-1929). Deputado Federal pelo PR — Partido Republicano, em Sergipe (1930). Após a Revolução de 30, manteve-se no cargo de Diretor de Obras Públicas no novo governo do Interventor Augusto Maynard Gomes (1930-1932).

Deputado Constituinte e Federal, PSD — Partido Social Democrático, em Sergipe (1933-1935). Senador eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa de Sergipe (1935-1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN, tendo participado da primeira reunião do Diretório Nacional e da Comissão de Estudo dos Problemas Estaduais e Municipais do Partido (1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Participou da campanha civilista durante a República Velha.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Apresentou tese de conclusão do curso de engenharia intitulada *O aproveitamento do potencial hidráulico do rio São Francisco na garganta de Paulo Afonso* (1922).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 4^a Sessão, a 11 de fevereiro de 1946 (I, 118). Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na remessa à Mesa da Assembléia de requerimentos e indicações, "solicitando ao Executivo" verbas para a execução de obras e serviços no interior de seu estado.

Apresentou 2 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de nº 121 (rejeitada; XXIV, 180), ampliando da "Região Nordeste" para a "Região Norte" o espaço geográfico beneficiado com os 3% da receita tributária da União reservados para a realização de obras sociais contra os efeitos da seca.

BANCADA DO PSD — SE

Segundo Sérgio Miceli,

"Em Sergipe (...) as bancadas pessedistas incorporaram herdeiros à testa de importantes clãs oligárquicos, muitos dos quais já haviam consolidado sua carreira política, desde a década de 20, como, por exemplo, **Maurício Graccho Cardoso**, filho de uma tradicional família de Estância, casado com uma Accioly, Deputado Federal desde 1921, Senador e Presidente do Estado no ano seguinte" (MICELI, 1986 : 569).

Ainda de acordo com o mesmo autor, algumas das lideranças políticas que se agruparam em torno do PSD

"começaram exercendo cargos subalternos no sistema judiciário ou em instituições de saúde, de onde eram promovidos a postos de maior responsabilidade nessas mesmas áreas, até que tivessem a oportunidade de serem convocados ao desempenho de seus primeiros mandatos de caráter propriamente político. (...) Francisco Leite Neto, advogado, foi Diretor da Penitenciária Estadual, Secretário da Fazenda e da Justiça, e, finalmente, Secretário-Geral do Interventor Maynard Gomes, aliando a esse envolvimento na máquina administrativa local seus trunfos de sangue, pertencendo à família Rolemberg pelo lado materno e ao clã político de seu sogro, o advogado, professor, jurista e membro do Conselho Consultivo de Sergipe, Antônio Manoel de Carvalho Neto (*op. cit.* : 573).

MAURÍCIO GRACCHO CARDOSO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 9 de agosto de 1874, Estâncio, SE.

Filho de Brício Cardoso, Deputado Estadual na República Velha (sem data).

Falecimento: 3 de março de 1950.

Profissão: Advogado e jornalista.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Fundador e proprietário de *O Republicano*, logo após a Proclamação da República (1891). Redator de *A República* (1892) e de *O Phonal*, no Ceará (1892). Formado pela Faculdade Livre de Direito do Ceará (1907), após o que exerceu a advocacia e o jornalismo no Ceará. Professor da Escola de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro (1916-1921).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Iniciou sua carreira política aproximando-se do clã familiar dos Acióli, grupamento de déspotas locais, no Ceará. Secretário da Fazenda do Ceará (1904-1906). Deputado Federal, CE (1906-1908). Deputado Federal, CE (1908-1909). Vice-Presidente do Ceará no governo de Antônio Nogueira Acióli (1909-1912). Em decorrência dos conflitos armados ocorridos no Ceará, quando da sucessão do governo Acióli, refugiou-se no Rio de Janeiro afastando-se da política cearense (1913). Secretário particular do Ministro da Agricultura, José Bezerra, no governo de Venceslau Brás (1915-1916). Consultor do Ministério da Agricultura (1917-1918). Deputado Estadual, SE (1921-1922). Senador, SE

(1922). Presidente do Estado de Sergipe (1922-1926). Deputado Federal, SE (1927-1928). Deputado Federal, SE (1929-1930). Opôs-se à campanha da Aliança Liberal e à Revolução de 30 (1929-1930). Candidato derrotado à Deputado Federal Constituinte pelo PRP — Partido Republicano Progressista, Sergipe (1933). Representou o PRP na convenção nacional que escolheu José Américo de Almeida candidato à Presidência da República (1937). Sem informação sobre sua atuação política durante o Estado Novo. Após o término dos trabalhos constituintes, presidiu a sessão inaugural de instalação da Câmara e do Senado por ser o parlamentar mais idoso da Assembléia Nacional Constituinte de 1946 (23 de setembro de 1946).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Durante a República Velha, foi redator do jornal *A Imprensa*, controlado pelo clã familiar dos Acióli, no Ceará.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Publicou: *Contos fantásticos* (1891); *A bordo do cruzador Niterói* (1894); *A camponesa* (1895); *Carta republicana* (1896); *Política do Ceará* (1897); *Assuntos agrícolas* (1897); e *Código penal dos Estados Unidos do Brasil* (1918).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Constituinte mais idoso dentre os 338 parlamentares que participaram do processo de elaboração constitucional, foi Presidente da Subcomissão Poder Executivo, da Comissão da Constituição, onde teve atuação destacada na defesa do mandato de 6 anos para Presidente da República e no combate a várias conquistas do movimento democrático e popular. Em plenário, desincumbiu-se da inglória tarefa de enviar à Mesa da Assembléia, "para serem dados como lidos", longos e prolixos discursos defendendo entusiasticamente o mandato presidencial de 6 anos (XX, 364-376) e combatendo a tese da reeleição para o cargo de Presidente da República (XIV, 15-18).

Apresentou 3 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de nº 1.125, de cunho antiintervencionista e contrária à faculdade da União de monopolizar determinada indústria ou ramo de atividade, e a de nº 1.636, estipulando que "é devolvida à União a posse das terras devolutas" e com uma longa "justificação" no qual o autor busca deixar claro "o patrocínio de Rui Barbosa à emenda que ora confiamos ao clarividente patriotismo da Assembléia" (XIV, 170-171).

FRANCISCO LEITE NETO — PSD

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES:

Nascimento: 14 de março de 1907, Riachuelo, SE.

Neto materno do Senador Gonçalo Faro Rollemburg. Neto paterno do Coronel Francisco Leite; genro de Antônio Manuel de Carvalho Neto, Deputado Federal durante a República Velha (1921-1926) e no pós-guerra (1947-1948). Irmão de Rollemburg Leite, Governador de Sergipe (1947-1951).

Falecimento: 10 de dezembro de 1964.

Profissão: Advogado, jornalista e professor.

CARREIRA (OU TRAJETÓRIA) PROFISSIONAL: Formado pela Faculdade de Direito da Bahia (1935), após o que exerceu a advocacia em Sergipe. Durante o Estado Novo, tornou-se professor de Economia e Finanças da Escola Técnica de Comércio de Sergipe (1938).

TRAJETÓRIA POLÍTICA: Deputado Estadual Constituinte, SE (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Diretor da Penitenciária de Sergipe (1938) e Secretário-Geral de Sergipe na Interventoria de Augusto Maynard Gomes (1941-1945). No contexto da redemocratização, assumiu por poucos dias o cargo de Interventor de Sergipe em substituição a Augusto Maynard Gomes (27 de outubro a 3 de novembro de 1945).

LIGAÇÕES COM ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: Participou do Congresso de Criminologia e Psiquiatria, onde apresentou tese intitulada *Profilaxia e terapêutica do crime* (1941). Foi membro e Presidente da Associação Sergipana de Imprensa.

ATIVIDADE IDEOLÓGICA OU TEÓRICA: Colaborou no *Observador Econômico e Financeiro* e no *Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças* do Ministério da Fazenda. Exerceu o jornalismo em Sergipe, tendo sido um dos fundadores dos periódicos *A República* e *O Estado de Sergipe* (sem data). Além disso, publicou *Estudos sobre economia e finanças — política, doutrina e crítica* (1933); *Sergipe e seus problemas* (1937); *Orações provincianas* (1940); *Estudos e afirmações* (1943); e *O sistema tributário na Constituição de 1946* (sem data).

ATUAÇÃO CONSTITUINTE: Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Estado de Sergipe e na feitura de sugestões ao dispositivos sobre "Discriminação de Rendas" da Constituição. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos expondo sistematicamente suas propostas ao projeto constitucional (XI, 431-434; XII, 131-139), nos quais criticou o projeto por transferir excessivos recursos tributários para a União e para os Municípios, em detrimento dos pequenos Estados da Federação, a seu ver, os grandes prejudicados pela "nova ordem fiscal" sedimentada na Constituição. Também ocupou a tribuna para justificar o Requerimento nº 314, de sua autoria, solicitando "o prosseguimento das obras de construção do açude de Ribeirópolis" em Sergipe (XIX, 264), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia diversos outros requerimentos e indicações do mesmo teor. Além disso, manifestou-se favorável à "federalização da Justiça" e à política implementada pelo IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool, na gestão de Barbosa Lima Sobrinho (PSD/PE), colocando-se ao lado do parlamentar pernambucano em sua defesa das atividades da autarquia durante o Estado Novo, tendo sido ainda contra a manutenção dos impostos intermunicipais e interestaduais na Constituição.

Apresentou 9 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 81, regulamentando a transferência gradativa do Imposto de Indústria e Profissões dos Estados aos Municípios; nº 118, atenuando os efeitos nas finanças dos pequenos Estados da transferência do imposto de transmissão *causa mortis* dos Estados para os Municípios; nº 263, determinando a criação do Departamento das Municipalidades, como órgãos de assistência técnico-financeira aos Municípios; nº 274, conservando sob a esfera de competência dos Estados a cobrança e arrecadação do Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial; e a de nº 495, obrigando as empresas com mais de 100 trabalhadores a manter ensino primário gratuito para seus empregados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES UTILIZADAS

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins. *Um sertanejo e o sertão : memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1978. 242p.

ALEM, Sílvio Frank. *Os trabalhadores e a redemocratização : estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato : 1942-1948*. Campinas : UNICAMP, IFCH, 1981. Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de, MARTINS, Carlos Estévan. *Modus in rebus : partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo : Mimeo, 1973. "não paginado".

ALMINO, João. *Os democratas autoritários : liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo : Brasiliense, 1980. 371p.

ALMINO, João. A ideologia autoritária no discurso democrático : o direito de greve, a autonomia sindical e a liberdade de organização partidária na Constituinte de 1946. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 187-194, 1980.

AMADO, Jorge. *Homens e coisas do Partido Comunista*. Rio de Janeiro : Horizonte, 1946. "não paginado".

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem : apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. Rio de Janeiro : Record, 1992. 638p.

ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). *Ciclo de conferências e debates sobre a Constituinte de 1946*. Recife : Massangana, 1985. "não paginado".

ANDRADE, Paes de, BONAVIDES, Paulo. *História constitucional do Brasil*. Brasília : Paz e Terra, 1989. 940p.

- ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder : o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro : Getúlio Vargas, 1996. 190p.
- AUDRÁ, Artur. *A Bancada do PTB no Congresso Nacional*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1952. "não paginado".
- BALEIRO, Aliomar. *Alguns andaimes da Constituição*. Rio de Janeiro : Livraria Principal, 1950. 199p.
- BASBAUM, Leônicio. *História sincera da República : 1930-1960*. 4. ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1976. "não paginado".
- BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro : 1930-1983*. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, FGV, CPDOC, 1984. 4 v.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo : partidos e sindicatos em São Paulo : 1945-1964*. São Paulo : Brasiliense, 1989. 171p.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo : ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. 297p.
- BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classes*. Rio de Janeiro : Zahar, 1979. 348p.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979. 2 v. il.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro : IPEA, 1988. (Série PNPE, n. 19).
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo : o caso do Rio Grande do Sul*. São Paulo : USP, 1984. 285p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BRAGA, Hilda Soares. *Sistemas eleitorais no Brasil : 1821-1988*. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1990. 170p.

BRASIL. Assembléia Constituinte. *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1946-1951. 26 v.

BRASIL. Congresso. *Diário da Assembléia Constituinte*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 2 fev. - 19 set. 1946.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Atuação parlamentar do ex-Deputado Carlos Marighela*. Pesquisador: Ângela Mancuso. Brasília : Coordenação de Estudos Legislativos, Seção de Documentação Parlamentar, 1985. 234p.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Atuação parlamentar do ex-Deputado Gregório Bezerra*. Pesquisador: Ângela Mancuso. Brasília : Coordenação de Estudos Legislativos, Seção de Documentação Parlamentar, 1985. 55p.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da sexta legislatura : 1967-1971. Brasília : Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968. 762p. il.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da sétima legislatura : 1971-1975. Brasília : Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971. 630p. il.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros* : repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da oitava legislatura : 1979-1983. Brasília : Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação Legislativa, 1975. 640p. il.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros* : repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da nona legislatura : 1979-1983. Brasília : Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação Legislativa, 1979. 625p. il.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros : repertório biográfico : 49ª legislatura. - 1991-1995.* Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1991. 819p.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Membros das Comissões da Assembléia Constituinte de 1946.* Brasília : Câmara dos Deputados, Departamento de Comissões, 1986. 32p.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Assembléias Constituintes Brasileiras : listagem nominal dos membros das Assembléias Constituintes de 1891, 1934 e 1946.* Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1987. "não paginado".

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Catálogo biográfico dos Senadores brasileiros : de 1826 a 1986.* Concepção, coordenação, organização e editoração: Leonardo Leite Neto. Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1986. 4 v. il.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil.* Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986. 495p.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete : memórias políticas e confissões humanas.* Rio de Janeiro : J. Olympio, 1966. 2 v. il. (Coleção Documentos Brasileiros, 125).

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *As interventorias regionais no Maranhão : um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-trinta.* Campinas : UNICAMP, IFCH, 1981. Dissertação de Mestrado.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. Autoritarismo e populismo : bipolaridade no sistema político brasileiro. *DADOS*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 22-45, 1976.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara et al. *Artes da política : diálogo com Amaral Peixoto.* 2. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986. 588p.

- CARNEIRO, José Queiroz. *O pessedismo e o baratismo no Pará*. Campinas : UNICAMP, IFCH, 1991. Dissertação de Mestrado.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo : 1937-1945*. 5. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1977. 387p. il.
- CARONE, Edgard. *A República liberal I : instituições e classes sociais : 1945-1964*. São Paulo : DIFEL, 1985. 2 v. il.
- CARONE, Edgard. *A República liberal II : evolução política : 1945-1964*. São Paulo : DIFEL, 1985. "não paginado".
- CARVALHO, Horácio Martins. O caráter de classe no sistema partidário brasileiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 117-151, 1979.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos no Brasil*. Brasília : Universidade de Brasília, 1981. "não paginado".
- COELHO, João Gilberto Lucas, OLIVEIRA, Antônio Carlos Nantes de. *A nova Constituição : avaliação do texto e perfil dos Constituintes*. Coordenação: Instituto de Estudos Socioeconômicos. Rio de Janeiro : REVAN, 1989. 455p.
- CORSI, Francisco Luiz. *Os rumos da economia brasileira no final do Estado Novo : 1942-1945*. Campinas : UNICAMP, IE, 1991. Dissertação de Mestrado.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. *Guia dos arquivos CPDOC*. Rio de Janeiro : CPDOC, 1985. 153p.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. *Guia dos arquivos CPDOC*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro : CPDOC, 1996.
- CYSNEIROS, Amador. *Parlamentares brasileiros*. Rio de Janeiro : Batista de Sousa, 1953. "não paginado" il.

DANTAS, José Ibare da Costa. *As políticas das interventorias em Sergipe : 1930-1945*. Campinas : UNICAMP, IFCH, 1982. "não paginado".

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O PTB : do getulismo ao reformismo : 1945-1964*. São Paulo : USP, 1988. Tese de Doutorado.

DINIZ, Eli. *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil : 1930-1945*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. "não paginado".

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses : um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil : 1930-1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. 399p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 4).

DUARTE, José. *A Constituição brasileira de 1946 : exegese dos textos à luz dos trabalhos da Assembléia Constituinte*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1947. 3 v.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte : UFMG, PROED, 1986. 230p. (Série Teses).

DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil : 1935-1945 : repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985. 366p. il. (Brasil Século 20).

OS ELEITOS : quem é quem na Constituinte. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 jan. 1987. Caderno especial.

FLEISCHER, David. *A bancada federal mineira : trinta anos de recrutamento político : 1945-1975*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 45, p. 7-59.

FLEISCHER, David. *Deputados brasileiros : repertório biográfico dos Senhores Deputados abrangendo o período de 1946-1967*. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1981. 858p.

FLEISCHER, David. *Do antigo ao novo pluripartidarismo : partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional : 1946-1984*. Brasília : Universidade de Brasília, CENDEC, 1986. "não paginado". Curso de Assessoria Parlamentar. Apostila xerocopiada.

FLEISCHER, David. As origens socioeconômicas e regionais das lideranças partidárias em Minas Gerais. In: FLEISCHER, David. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília : Universidade de Brasília, 1981. v. 2, p. 96-115.

FLEISCHER, David. Partidos políticos : a sua evolução histórica, abordagens teóricas e um exame do sistema partidário no Brasil. In: *Estudos da Universidade de Brasília*. Brasília : Universidade de Brasília, 1980. p. 59-138. Apostila.

FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília : Universidade de Brasília, 1981. 2v. il.

FLEISCHER, David. *Um perfil sócio-econômico, político e ideológico da Assembleia Constituinte de 1987*. Águas de São Pedro : ANPOCS, 1987. 25p. Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS no Grupo de Trabalho "Partidos, Eleições e Problemas Institucionais".

FLEISCHER, David. A redemocratização em Minas Gerais. *Cadernos do DCP*, UFMG, n. 4, p. 109-166, 1977.

FLEISCHER, David. *Thirty years of legislative recruitment in Brazil*. Brasília : Universidade de Brasília, 1976. 76p. il.

FONSECA, Pedro César Dutra da. *Vargas : o capitalismo em construção : 1906-1954*. São Paulo : Brasiliense, 1989. 482p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo*. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1981. 1263p.

FRANCO, Virgílio de Melo. *A campanha da UDN : 1944-1945*. Rio de Janeiro : Livraria Editora Zélio Valverde, 1946. "não paginado".

FREIRE, Vitorino. *A laje da raposa : memória*. Rio de Janeiro : Guavira, 1978. 299p. il.

FUNDAP. *Processo constituinte : a ordem econômica e social*. São Paulo : Fundação do Desenvolvimento Econômico, 1987. 148p.

GODINHO, Wanor, ANDRADE, Osvaldo S. *Constituintes brasileiros de 1934*. Rio de Janeiro : Santo Antônio, 1934. 304p. il.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Coord.). *Regionalismo e centralização política* : partidos e Constituintes nos anos 30. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980. 501p. il.

HENRIQUES, Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. São Paulo : Record, 1966. 3 v.

HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas* : o PSD e a experiência democrática brasileira. Petrópolis : Vozes, 1986. "não paginado".

IDÉIAS livros : em comemoração aos 50 anos da Assembléia Constituinte de 1946. *Jornal do Brasil*, 14-set. 1996. Caderno especial.

IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e Constituições brasileiras*. São Paulo : Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História, 105).

LASSWELL, Harold, KAPLAN, Abraham. *Poder e sociedade*. Brasília : Universidade de Brasília, 1976. 328p.

LEAL, Hamilton. *História das instituições políticas do Brasil*. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1962. "não paginado".

LEAL, Víctor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* : o município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1986. 276p.

LEITE, Aureliano. *Páginas de uma longa vida*. São Paulo : Martins, [19 ?]. 552p.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *Materiales para el libro 'un paso adelante, dos pasos atrás'*. In: OBRAS completas. Moscú : Editorial Progreso, 1983. v. 8, p. 493-509.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *Um passo em frente, dois passos atrás* : a crise no nosso partido. In: OBRAS escolhidas. 2. ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1982. v. 1, p. 215-376.

LIMA, Hermes. *Travessia : memórias*. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1974. 297p.

LIMA, Hermes *et al.* *Estudos sobre a Constituição brasileira*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1954. "não paginado".

LIMA, Paulo Mota. As ilusões da Constituinte de 1946 : depoimento ao repórter Gilberto Negreiros. *Folha de S. Paulo* : 7 jan. 1979, p. 4.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros : a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro : Graal, 1983. 157p.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Depoimento*. Rio de Janeiro : CPDOC, Departamento de História Oral, 1977. "não paginado".

MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias*. Coordenação: Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982. 337p. il.

MAGALHÃES, Juraci, GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. 2. ed. Rio de Janeiro : Record, 1996. 388p. il.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo : DIFEL, 1986. p. 557-596. Tomo III: O Brasil Republicano, v. 3 : Sociedade e Política (1930-1964).

MIRANDA, Yvonne R. de. *Homens e fatos da Constituinte de 1946 : memórias de uma repórter política*. Rio de Janeiro : Argus, 1982. 19lp.

MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais : período republicano : 1889-1991*. Belo Horizonte : Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 2 v.

MORAIS, Fernando. *Chatô : o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994. 732p. il.

MOREAU, Daniela M. *Clemente Mariani* : político e empresário. Campinas : UNICAMP, IFCH, 1992. Dissertação de Mestrado.

NETTO, Evaristo Giovannetti. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo : Novos Rumos, 1986. 210p.

NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar* : Deputados provinciais e estaduais do Paraná : 1854-1954. Curitiba : Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1954. 542p. il.

OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. Notas sobre o estudo do partido social democrático. *DADOS*, n. 10, p. 146-183, 1973.

OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. *Partidos políticos brasileiros* : o partido social democrático. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1973. Dissertação de Mestrado.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A construção da democracia no Brasil : avanços e retrocessos : 1946-1947. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 158-184, 1985. Trabalho apresentado no GT "Elites Políticas" da ANPOCS.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife : Massangana, 1985. "não paginado".

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A bancada comunista na Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro : Edições Horizonte, 1947.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. A criação do PTB . *Ensaios de Opinião*, n.1, p. 12-18.

PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a Constituição?* : crítica à Carta de 1946 com vistas a reformas de base. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1964. (Coleção Caderno do Povo Brasileiro, v. 23).

PEREIRA, Osny Duarte. *Quem faz as leis no Brasil?* 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1963. 155p. (Coleção Caderno do Povo Brasileiro, v. 3).

PERFIL da Constituinte. Brasília : SEMPLER, 1987. 173p. (Anuário Parlamentar Brasileiro, Ano I).

PERFIL da Constituinte. *Correio Braziliense*. Brasília, 18-21 jan. 1987.

PETERSON, Phyllis Jane. *Brazilian political parties* : formation, organization and leadership : 1945-1959. Michigan : University of Michigan, 1962.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais* : a UDN na Guanabara. Petrópolis : Vozes, 1980. 218p. il. (Coleção Sociologia Brasileira, 12).

QUEM foi quem na Constituinte : nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo : DIAP, 1988. 664p. il.

REALE, Miguel. *Memórias*. São Paulo : Saraiva, 1983. "não paginado". (Destinos Cruzados, v. 1).

RODRIGUES, Leônio Martins. O PCB : os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira* : o Brasil republicano : 1930-1964. 3. ed. São Paulo : Difel, 1986. v. 10, Tomo 2, p. 363-443.

RODRIGUES, Leônio Martins. *Quem é quem na Constituinte* : uma análise sociopolítica dos partidos e Deputados. São Paulo : OESP-Maltese, 1987. 368p.

SÁ, Cristina Isabel A. Campolina de. *O Partido Trabalhista Brasileiro e a Constituinte de 1946* : a questão do trabalho : formas de intervenção ao nível institucional. Belo Horizonte : UFMG, 1985. Dissertação (Mestrado) - Dept.º de Ciência Política.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo : Global, 1982. 183p. il. (Teses, 5).

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília : UnB, 1982. "não paginado".

SARTRE, Jean-Paul. *Questões de método*. 3. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1987. 191p. (Coleção Os Pensadores).

- SILVA, Hélio. *1945 : por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976. 562p.
- SILVA, Hélio. *29 de outubro : 1946-1950*. São Paulo : Três, 1975. (Coleção História da República Brasileira, n. 13).
- SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946 : dados biográficos*. Rio de Janeiro : Spinoza, 1947. 331p.
- SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo : Estado, interesses e poder*. Vitória : FCAA, SPDC, 1995. "não paginado".
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *El sistema electoral y la representación de los grupos sociales en Brasil : 1945-1962*. In: VVAA. *Teoría, metodología y política del desarrollo de América Latina : segundo seminario latinoamericano para el desarrollo*. Santiago de Chile : Ediciones Flacso-UNESCO, 1972. p. 403-421.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo : DIFEL, 1973. 237p. il.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil : 1930-1964*. 3. ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1990. 178 . (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais. Série 1, v. 3).
- SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo : análise da conjuntura da redemocratização*. São Paulo : Símbolo, 1980.
- TÁVORA, Manuel do Nascimento Fernandes. *Algo de minha vida : cumprindo uma velha promessa*. Fortaleza : Imp. Universitária do Ceará, 1961. 319p.
- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. 2. ed. Goiânia : Cultura Goiana, 1973. 319p.
- VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra e a redemocratização de 1945*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978. 210p. (Coleção Retratos do Brasil, 120).

VALLADARES, Benedito. *Tempos idos e vividos*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966. "não paginado".

VIANA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976. 288p. (Coleção Estudos Brasileiros, 12).

VIANA, Luís Werneck. *O sistema partidário brasileiro e o Partido Democrata Cristão*. In: FLEISCHER, David. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília : Universidade de Brasília, 1981. p. 131-171.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver : memórias de um repórter*. Rio de Janeiro : Record, 1987. 282p. il.

WAMBERTO, José. A Constituinte de 46 e os seus oradores. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 jul. 1993. p. 4.

WEBER, Max. *A política como vocação*. 4. ed. São Paulo : Cultrix, 1983.

WEFFORT, Francisco. *Dejemonos de farsas inutiles! História crítica ou história ideológica?* São Paulo : Mimeo, 1973. "não paginado".

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil : a conjuntura do após-guerra. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, p. 67-105, maio/jun. 1973.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

ABDALLA, José JOÃO, 101, 107, 114, 126, 132, 136, 154, 652, 654, **675-676**
ABELARDO dos Santos MATA, 95, 103, 119, 129, 140, 141, 153, 600, **633-634**
ABÍLIO FERNANDES, 103, 108, 121, 130, 142, 152, 553, **591-592**, 594, 667
ABREU, JOÃO D', 101, 106, 111, 113, 124, 133, 134, 136, 148, 319, **328-329**
Abreu SAMPAIO VIDAL, Joaquim, 95, 101, 105, 116, 127, 132, 133, 154, 652, 653, 654, **682-686**
ACÚRCIO Fernandes TORRES, 93, 101, 105, 106, 116, 127, 134, 153, 264, 600, **604-606**, 614, 669, 670
Adalberto da Silva FONTES, TOMÁS, 102, 129, 139, 153, 313, 635, 649, **650-651**
ADALBERTO Jorge Rodrigues RIBEIRO, 102, 107, 119, 129, 137, 150, 446, **447-448**
ADELMAR Soares da ROCHA, 102, 107, 119, 139, 140, 151, **525-526**
ADEODATO, JOÃO Nogueira, 40, 104, 122, 131, 143, 147, 234, 255, **257-258**
ADERBAL Ramos da SILVA, 101, 106, 116, 127, 132, 133, 153, 635, **642-643**
ADOLFO da Silveira, ÁLVARO, 94, 101, 105, 106, 116, 127, 132, 134, 150, 428, **429-430**, 431
ADROALDO Mesquita da COSTA, 94, 96, 101, 105, 106, 113, 125, 133, 134, 150, 227, 553, **558-560**
Affonsoca, JOSÉ ARMANDO de Macedo Soares, 96, 101, 107, 116, 127, 133, 135, 154, 652, 654, **676-678**
AFONSO da Silva MATOS, 100, 113, 125, 136, 148, 335, **338-339**
AFONSO DE CARVALHO, Francisco, 100, 110, 113, 125, 135, 145, 159, **162-164**
Afonso VIEIRA DE RESENDE, Paulo, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 302, **312-313**
AGAMENON Sérgio de Godói MAGALHÃES, 17, 58, 94, 101, 105, 106, 110, 112, 115, 123, 124, 126, 134, 135, 151, 214, 461, 482, 483,

484, 486, **487-489**, 494, 495, 497, 498, 548, 553, 758
AGOSTINHO de Meneses MONTEIRO, 95, 102, 107, 108, 119, 129, 137, 138, 139, 140, 150, 428, **441-442**, 581, 583, 634, 714
AGOSTINHO Dias DE OLIVEIRA, 98, 103, 108, 121, 130, 142, 151, 481, 510, **511-512**
Agostinho FARACO, DANIEL, 95, 100, 134, 135, 152, 348, 356, 419, 453, 549, 553, **568-570**
AGRÍCOLA Paes DE BARROS, 102, 107, 108, 119, 129, 139, 148, 350, **353-354**
AGRIPINO Maia Filho, JOÃO, 93, 102, 119, 129, 137, 138, 150, 446, 447, 450, **454-455**
AGUIAR, JOÃO, 101, 106, 114, 132, 150, 466, **472**
Aguiar SALES, EURICO de, 100, 111, 113, 124, 133, 134, 148, 302, **311-312**
ALARICO Nunes PACHECO, 102, 107, 119, 138, 139, 148, 335, 344, **345**
Albatênio CAIADO DE GODÓI, 101, 106, 111, 114, 124, 133, 134, 135, 148, 319, **323-324**
ALBÉRICO Pereira FRAGA, 102, 108, 118, 137, 138, 146, 186, 187, 188, **189-190**, 660, 667
Albuquerque, ETELVINO LINS de, 100, 110, 112, 123, 124, 134, 151, 481, 482, **483-484**, 495
ALBUQUERQUE, TEÓDULO Lins de, 40, 104, 122, 131, 143, 146, 186, 232, **233**
Albuquerque, ULISSES LINS de, 25, 100, 116, 127, 133, 134, 151, 481, 482, 483, **500-501**
Albuquerque MARANHÃO, JARBAS Cardoso de, 100, 112, 115, 124, 126, 134, 136, 151, 481, **482, 495-496**
ALCEDO de Moraes COUTINHO, 95, 103, 108, 121, 130, 142, 151, 481, 510, **513-514**, 667
ALCIDES Rodrigues SABENÇA, 103, 142, 153, 600, **630-631**
ALDE Feijó SAMPAIO, 102, 107, 108, 118, 128, 137, 138, 140, 151, 481, 501, **502-505**, 509, 583
ALEIXO, Renato Onofre de PINTO, 58, 100, 110, 123, 124, 128, 136, 146, 178, 186, 196, **213-214**, 216, 221, 225, 226
ALENCAR ARARIPE, Antônio de, 101, 137,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 138, 139, 146, 234, **236-237**
Alexandre José BARBOSA LIMA SOBRINHO, 25, 101, 105, 115, 126, 134, 135, 151, 453, 481, 482, **489-491**, 494, 603, 747
Alexandre MARCONDES Machado FILHO, 57, 103, 108, 113, 120, 125, 129, 140, 141, 154, 260, 268, 272, 487, 600, 610, 652, **687-689**
ALFREDO da Silva NEVES, 95, 101, 106, 110, 112, 113, 123, 124, 125, 134, 135, 136, 153, 600, **601-603**
Alfredo de ARRUDA CÂMARA, 94, 104, 109, 122, 131, 144, 151, 227, 481, **518-520**, 721, 722, 736
ALFREDO SÁ, 95, 101, 105, 110, 112, 114, 125, 133, 135, 149, 361, **367-369**, 717
ALIOMAR de Andrade BALEIRO, 16, 22, 93, 101, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 146, 186, **191-193**, 202, 557, 583, 697, 750
ALKMIM, JOSÉ Maria, 101, 105, 112, 115, 124, 126, 132, 133, 134, 149, 361, **384-386**
Almeida, GUILHERME XAVIER de, 101, 106, 113, 125, 132, 134, 148, 319, **327-328**
ALMEIDA, RUI da Cruz, 48, 92, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 147, 164, 259, 260, **270-271**, 413, 713, 734
Almeida MONTE, FRANCISCO de, 101, 106, 116, 127, 132, 146, 234, **250-251**
ALOÍSIO DE CASTRO, 100, 106, 116, 127, 133, 135, 146, 186, 213, **215-216**, 269
ALOÍSIO Lopes DE CARVALHO Filho, 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 186, **187-189**, 323, 660, 668
ALTAMIRANDO REQUIÃO, 100, 105, 111, 124, 133, 134, 135, 146, 186, 213, **216-217**
ALTAMIRO Lobo GUIMARÃES, 101, 106, 112, 116, 123, 124, 134, 153, 635, **643-644**
ALTINO ARANTES Marques, 104, 109, 111, 121, 142, 154, 652, **729-732**
ALUÍSIO ALVES, 67, 85, 102, 119, 128, 139, 152, 534, 542, **545-546**
ÁLVARO ADOLFO da Silveira, 94, 101, 105, 106, 116, 127, 132, 134, 150, 428, **429-430**, 431
ÁLVARO Botelho MAIA, 97, 101, 105, 110, 111, 114, 123, 133, 135, 145, **175-176**, 178, 180, 182, 235, 437
ÁLVARC CASTELO, 101, 106, 114, 125, 133, 135, 147, 302, **306-307**
ALVES, ALUÍSIO, 67, 85, 102, 119, 128, 139, 152, 534, 542, **545-546**
ALVES de Oliveira, GLICÉRIO, 101, 106, 116, 127, 133, 134, 152, 553, **573-575**
Alves e Sousa AVELINO, José GEORGINO, 92, 101, 105, 110, 115, 123, 127, 133, 135, 152, **534-536**
Alves FERREIRA Filho, COSME, 100, 116, 127, 132, 145, 175, **179-180**
ALVES LINHARES, José, 37, 40, 41, 67, 104, 122, 131, 143, 146, 234, 255, **256-257**
ALVES PALMA, José, 101, 105, 116, 127, 133, 154, 650, **654-655**, 672
AMADO de Faria, JORGE Leal, 25, 75, 95, 103, 108, 121, 130, 141, 154, 468, 652, 675, 676, 717, **722-724**, 749
AMANDO FONTES, 103, 109, 129, 142, 143, 155, 697, 737, **739-741**
AMARAL, Max TAVARES D', 102, 119, 129, 137, 153, 635, **649-650**
AMARAL PEIXOTO, Ermâni do, 25, 96, 100, 111, 112, 115, 123, 124, 127, 136, 153, 600, 601, 602, **606-608**, 610, 614, 617, 619, 622, 629
AMARAL Valente, Francisco GURGEL DO, 102-103, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **268-269**, 689, 712, 713
AMAZONAS de Sousa Pedroso, JOÃO, 96, 103, 108, 121, 130, 142, 147, 259, 286, **293-296**
Américo Mourão BOGÉA, ANTENOR, 96, 112, 117, 118, 128, 138, 148, 335, 344, **346-347**
Amorim da Silva NEVES, LEOPOLDO, 103, 108, 120, 140, 145, 175, 184, **185**
Andrade, JOSÉ BONIFÁCIO Lafayete de, 102, 107, 118, 119, 128, 137, 149, 361, 392, **401-402**
ANDRADE, DOLOR Ferreira de, 98, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 148, 350, **355-356**
Andrade, RAFAEL CINCRÁ de, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 146, 186, **210-211**
Andrade BALEIRO, ALIOMAR de, 16, 22, 93, 101, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 146, 186, **191-193**, 202, 557, 583, 697, 750
Andrade LOURENÇÃO, ROMEU de, 102, 129, 137, 154, 652, **713-715**
André TRIFINO CORREIA, 41, 103, 108, 121, 130, 141, 152, 269, 430, 437, 553, 591, 592, **593-594**, 641
Aníbal DUARTE D'OLIVEIRA, 101, 106, 115, 126, 132, 135, 150, 428, **433-434**
ANTENOR Américo Mourão BOGÉA, 96, 112, 117, 118, 128, 138, 148, 335, 344, **346-347**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- ANTERO Moreira LEIVAS, 97, 101, 106, 116, 127, 133, 134, 150, 553, 554, **560-561**
- Antônio BITTENCOURT AZAMBUJA, 100, 116, 127, 133, 152, 553, **564-565**
- Antônio da FROTA GENTIL, 100, 125, 132, 147, 234, 250, **251**
- Antônio de ALENCAR ARARIPE, 101, 137, 138, 139, 146, 234, **236-237**
- Antônio de FREITAS CAVALCANTI, 102, 107, 117, 138, 139, 144, 145, 159, **171-172**
- Antônio de NOVAIS FILHO, 95, 100, 112, 114, 124, 126, 132, 133, 151, 481, **485-486**
- ANTÔNIO Ezequiel FELICIANO da Silva, 96, 97, 101, 106, 107, 113, 125, 133, 154, 650, 653, **655-657**, 667
- Antônio FLORES DA CUNHA, José, 93, 98, 102, 107, 108, 116, 117, 118, 119, 122, 128, 137, 138, 139, 152, 509, 553, 561, 585, **586-589**, 592
- ANTÔNIO José da SILVA, 102, 120, 129, 141, 147, 259, **260-261**
- Antônio José PEREIRA JÚNIOR, 101, 103, 111, 133, 148, 335, **337-338**
- Antônio José ROMÃO JÚNIOR, 102, 107, 108, 117, 118, 139, 153, 600, 621, 623, **626-627**
- ANTÔNIO Maria de Resende CORREIA, 102, 119, 129, 138, 139, 151, 521, **526-527**
- ANTÔNIO Mário MAFRA, 41, 67, 100, 114, 125, 136, 145, 159, **164-165**
- AQUINO, OSMAR de Araújo, 67, 102, 118, 128, 137, 150, 446, 447, **457-458**
- AQUINO Fonseca, IVO D', 94, 101, 106, 111, 112, 113, 114, 123, 124, 134, 135, 153, 635, **636-638**, 644
- ARAMIS Taborda de ATAÍDE, 101, 106, 116, 127, 134, 136, 466, **469-470**
- ARANTES Marques, ALTINO, 104, 109, 111, 121, 142, 154, 652, **729-732**
- ARARIPE, Antônio de ALENCAR, 101, 137, 138, 139, 146, 234, **236-237**
- ARAÚJO, Gabriel MARTINIANO DE, 101, 106, 113, 125, 132, 135, 139, 149, 350, 357, **358-359**
- Araújo, LUÍS LAGO de, 102, 120, 129, 140, 146, 186, **228-229**
- Araújo AQUINO, OSMAR de, 67, 102, 118, 128, 137, 150, 446, 447, **457-458**
- Araújo MACHADO, CELSO Porfirio de, 95, 101, 105, 106, 112, 124, 133, 135, 149, 361, **374-375**
- Araújo VERGUEIRO, NICOLAU de, 101, 105, 106, 116, 127, 136, 152, 553, **579-580**
- AREIA LEÃO, Raimundo de, 100, 112, 114, 124, 136, 151, 521, **530-531**
- ARGEMIRO de Arruda FIALHO, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 350, **357-358**
- ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 47, 93, 102, 108, 116, 117, 128, 137, 138, 150, 446, 448, **449-450**, 451, 452, 454, 455, 457
- ARI de Siqueira VIANA, 100, 111, 114, 125, 135, 147, 302, **307-308**
- ARISTIDES MILTON da Silveira, 41, 100, 114, 125, 134, 136, 146, 186, 213, **218**
- Aristóteles BAYARD Lucas de LIMA, 41, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **563-564**
- ARMANDO de Macedo Soares Affonseca, JOSÉ, 96, 101, 107, 116, 127, 133, 135, 154, 652, 654, **676-678**
- ARRUDA, EDGAR Cavalcanti DE, 94, 102, 107, 119, 129, 138, 146, 234, **238-240**
- ARRUDA, João PONCE DE, 101, 106, 111, 114, 124, 136, 149, 350, 357, **359-360**
- ARRUDA CÂMARA, Alfredo de, 94, 104, 109, 122, 131, 144, 151, 227, 481, **518-520**, 721, 722, 736
- Arruda FIALHO, ARGEMIRO de, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 350, **357-358**
- ARTUR da Silva BERNARDES, 94, 108, 109, 121, 130, 142, 149, 157-158, 182, 191, 241, 245, 270, 279, 361, 367, **411-414**, 415, 417, 436, 535, 562, 587, 626, 639, 667, 682, 720
- Artur da Silva BERNARDES FILHO, 103, 109, 121, 122, 130, 142, 149, 361, 371, 411, **414-416**, 499, 541
- Artur de SOUSA COSTA, 47, 50, 64, 93, 100, 110, 123, 132, 135, 152, 326, 381, 553, 554, **582-584**, 696
- ARTUR FISCHER, 103, 120, 129, 140, 152, 553, **595-596**
- Artur NEGREIROS FALCÃO, 100, 105, 116, 127, 132, 134, 146, 186, 213, 221, **223-225**
- ASDRÚBAL Martins SOARES, 94, 101, 105, 111, 114, 135, 136, 147, 302, **308-309**
- ATAIDE, ARAMIS Taborda de, 101, 106, 116, 127, 134, 136, 466, **469-470**
- ATALIBA NOGUEIRA, José Carlos de, 93, 94, 100, 113, 116, 133, 134, 135, 154, 217, 402, 443, 652, 653, 654, **657-661**, 717, 721, 726
- ATÍLIO VIVÁCQUA, 93, 101, 106, 111, 114, 133, 134, 147, 302, **303-304**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- AUGUSTO Bezerra de Medeiros, JOSÉ, 56, 102, 107, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 139, 152, 224, 345, 365, 524, 534, 536, 537, 539, 542, **546-549**, 619, 704
- Augusto CARVALHO dos Santos, Benedito (BENI), 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 233, **237-238**
- AUGUSTO das Chagas VIEGAS, 101, 105, 106, 116, 127, 133, 149, 361, **369**
- Augusto MÁRIO Caldeira BRANT, 104, 109, 121, 130, 142, 149, 361, 411, **422-424**, 583, 655
- AUGUSTO VARELA, José, 101, 106, 114, 126, 133, 136, 152, 534, **538-540**, 548
- AURELIANO LEITE, 25, 97, 102, 107, 119, 128, 137, 139, 154, 403, 652, 701, **702-704**, 756
- AVELINO, José GEORGINO Alves e Sousa, 92, 101, 105, 110, 115, 123, 127, 133, 135, 152, **534-536**
- Ayres SÁTIRO e Sousa, ERNANI, 97, 98, 102, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 150, 446, 447, **450-452**, 455, 459, 463, 464, **497**
- AZAMBUJA, Antônio BITTENCOURT, 100, 116, 127, 133, 152, 553, **564-565**
- AZAMBUJA, HERÓFILO Carvalho de, 100, 112, 114, 124, 134, 150, 553, **575-576**
- Azevedo, MANUEL VÍTOR de, 96, 104, 122, 131, 143, 154, 652, **735-736**
- B**
- BAETA NEVES, Paulo, 94, 102, 120, 130, 140, 141, 147, 259, **261-262**
- BALBI, FELIPE, 103, 109, 122, 130, 143, 149, 361, 411, **420**
- BALEIRO, ALIOMAR de Andrade, 16, 22, 93, 101, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 146, 186, **191-193**, 202, 557, 583, 697, 750
- BARATA, Joaquim de MAGALHÃES Cardoso, 47, 94, 100, 110, 123, 136, 150, 214, 428, 429, **430-432**, 437, 438, 439, 441
- BARBOSA, RAUL, 100, 115, 126, 133, 147, 233, 250, **253-254**
- Barbosa de MOURA, GETÚLIO, 101, 107, 114, 126, 133, 153, 600, 601, **615-616**
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José, 25, 101, 105, 115, 126, 134, 135, 151, 453, 481, 482, **489-491**, 494, 603, 747
- Barbosa MARTINS, VESPASIANO, 102, 107, 118, 128, 137, 140, 148, 350, **352-353**
- Barcelos COLLET, HEITOR, 101, 106, 112, 113, 124, 125, 133, 134, 143, 600, 601, **616-618**
- BARREIRA, GENTIL Pinheiro, 102, 107, 117, 128, 138, 147, 234, **244-245**
- BARRETO, PLÍNIO, 94, 102, 116, 138, 139, 154, 266, 269, 652, 701, **710-713**
- BARRETO Filho, LUIS de Oliveira, 100, 115, 126, 132, 133, 146, 186, 213, 218, **222-223**
- BARRETO PINTO, Edmundo, 48, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 147, 161, 163, 259, 260, **262-265**, 588, 594
- BARROS, AGRÍCOLA Paes DE, 102, 107, 108, 119, 129, 139, 148, 350, **353-354**
- Barros, MÁRIO GOMES de, 102, 107, 137, 138, 145, 159, 171, **172-173**
- Barroso FRANCO, Romualdo CREPORY, 96, 100, 115, 126, 133, 134, 148, 335, **339-340**
- BASTOS TAVARES, Sílvio, 101, 106, 112, 114, 133, 136, 153, 600, **608-610**, 612
- BATISTA LUZARDO, João, 101, 105, 112, 115, 127, 133, 136, 152, 553, 554, **561-563**, 564
- BATISTA NETO, Joaquim, 96, 103, 142, 147, **259, 286, 291-293**
- BATISTA PEREIRA, Edgar, 41, 101, 107, 112, 125, 133, 154, 652, **661-662**
- BAYARD Lucas de LIMA, Aristóteles, 41, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **563-564**
- Benedito (BENI) Augusto CARVALHO dos Santos, 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 233, **237-238**
- Benedito COSTA NETO, 92, 93, 94, 100, 116, 127, 133, 135, 559, 652, 653, 664, **665-669**, 670, 672
- BENEDITO VALLADARES Ribeiro, 25, 68, 93, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 123, 124, 125, 133, 149, 361, 362, 364, 366, **370-372**, 373, 374, 375, 376, 380, 385, 387, 391, 392, 393, 394, 399, 400, 402, 403, 404, 405, 406, 408, 409, 410, 415, 421, 426, 427, 497, 528, 554, 555, 639, 669, 670, 761
- (BENI) Augusto CARVALHO dos Santos, Benedito, 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 233, **237-238**
- BENÍCIO FONTENELLE, Manuel, 96, 102, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **265-266**
- BENJAMIN Miguel FARAH, 102, 120, 130, 141, 147, 259, 260, **267-268**
- Bento MUNHOZ DA ROCHA Neto, 102, 103, 122, 130, 142, 143, 151, 466, **477-479**
- BERNARDES, ARTUR da Silva, 94, 108, 109,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 121, 130, 142, 149, 157-158, 182, 191, 241, 245, 270, 279, 361, 367, **411-414**, 415, 417, 436, 535, 562, 587, 626, 639, 667, 682, 720
- BERNARDES FILHO, Artur da Silva, 103, 109, 121, 122, 130, 142, 149, 361, 371, 411, **414-416**, 499, 541
- BERTO CONDÉ, 92, 103, 120, 129, 140, 141, 154, 652, 667, 687, **689-691**
- BEZERRA, GREGÓRIO Lourenço, 25, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 151, 481, 510, **514-516**
- Bezerra de Medeiros, JOSÉ AUGUSTO, 56, 102, 107, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 139, 152, 224, 345, 365, 524, 534, 536, 537, 539, 542, **546-549**, 619, 704
- Bezerra de Melo, JOSÉ JOFFILY, 100, 112, 124, 134, 150, 446, 459, 460, **462-464**
- Bezerra MONTENEGRO, LAURO, 92, 100, 111, 136, 145, 159, **166-167**, 667, 706
- BIAS FORTES, José Francisco, 101, 105, 106, 112, 114, 125, 132, 133, 149, 361, 362, **372-374**, 401, 408, 531
- Bittencourt, CLEMENTE MARIANI, 56, 102, 107, 119, 129, 136, 137, 138, 139, 146, 186, 190, **193-196**, 668, 747
- BITTENCOURT, João Guilherme LAMEIRA, 101, 106, 110, 112, 123, 124, 134, 150, 428, **436-437**
- BITTENCOURT AZAMBUJA, Antônio, 100, 116, 127, 133, 152, 553, **564-565**
- BOAS, JOÃO VILLAS, 47, 102, 107, 108, 117, 138, 139, 148, **350-352**
- BOGÉA, ANTENOR Américo Mourão, 96, 112, 117, 118, 128, 138, 148, 335, 344, 346-347
- BONIFÁCIO Lafayete de Andrade, JOSÉ, 102, 107, 118, 119, 128, 137, 149, 361, 392, **401-402**
- BORBA Vasconcelos, JOSÉ DE, 102, 107, 117, 138, 139, 147, 234, **245-246**, 542
- BORGHI, HUGO, 64, 103, 120, 130, 140, 154, 192, 267, 272, 407, 583, 625, 629, 652, 687, **696-697**, 740
- BOTELHO, José JOÃO da Costa, 96, 97, 101, 106, 110, 113, 123, 125, 133, 150, 428, **434-436**
- Botelho MAIA, ÁLVARO, 97, 101, 105, 110, 111, 114, 123, 133, 135, 145, **175-176**, 178, 180, 182, 235, 437
- BRAGA, Rubens de MELO, 97, 102, 120, 130, 140, 151, 466, **479-480**
- BRANCO Filho, Hermelindo de Gusmão
- CASTELO, 52, 66, 96, 97, 100, 116, 127, 133, **145, 156-157**
- BRANDÃO, WELLINGTON, 98, 100, 116, 127, 132, 134, 135, 149, 361, **396-397**
- BRANT, Augusto MÁRIO Caldeira, 104, 109, 121, 130, 142, 149, 361, 411, **422-424**, 583, 655
- BRASIL, ORLANDO, 100, 112, 125, 135, 153, **635, 645**
- BRÍGIDO Fernandes TINOCO, 101, 106, 113, 114, 115, 125, 126, 134, 153, 544, 600, **610-611**
- BRITO, Milton CAIRES DE, 94, 103, 141, 142, 154, 652, 667, 717, **718-722**
- Brito FREIRE, VITORINO de, 25, 100, 113, 125, 132, 135, 148, 335, **343-344**, 345, 349, 530, 532, 755
- BROCHADO DA ROCHA, José Diogo, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **565-567**, 706

C

- CAFÉ FILHO, João Fernandes Campos, 25, 40, 73, 94, 98, 104, 109, 122, 131, 143, 152, 353, 534, 536, 539, 548, **549-552**, 680, 732, 752
- CAIADO DE GODÓI, Albatênia, 101, 106, 111, 114, 124, 133, 134, 135, 148, 319, **323-324**
- CAIRES DE BRITO, Milton, 94, 103, 141, 142, 154, 652, 667, 717, **718-722**
- Caldeira BRANT, Augusto MÁRIO, 104, 109, 121, 130, 142, 149, 361, 411, **422-424**, 583, 655
- CÂMARA, Alfredo de ARRUDA, 94, 104, 109, 122, 131, 144, 151, 227, 481, **518-520**, 721, 722, 736
- CAMPOS, EPÍLOGO Gonçalves DE, 98, 102, 119, 129, 137, 139, 150, 428, 441, **442-443**
- CAMPOS, MILTON Soares, 93, 102, 107, 118, 119, 128, 137, 138, 139, 149, 361, 373, 376, 378, 389, 395, **407-409**, 423
- CAMPOS, SÍLVIO DE, 101, 105, 116, 127, 133, 154, 652, 653, **686-687**
- Campos CAFÉ FILHO, João Fernandes, 25, 40, 73, 94, 98, 104, 109, 122, 131, 143, 152, 353, 534, 536, 539, 548, **549-552**, 680, 732, 752
- CAMPOS VERGAL, Romeu de, 40, 96, 104, 109, 122, 131, 143, 154, 626, 652, **732-735**
- CANÇADO, José Maria LOPES, 102, 107, 108, 119, 128, 137, 149, 361, 376, 392, **404-405**
- CÂNDIDO Ferraz, JOSÉ, 102, 119, 129, 139,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 151, 521, **529-530**
CAPANEMA Filho, GUSTAVO, 93, 101, 106, 110, 112, 113, 123, 134, 149, 215, 216, 238, 323, 361, 373, **377-380**, 659, 669, 670
CARDOSO, CLODOMIR Serra Serrão, 93, 101, 105, 110, 111, 114, 123, 133, 135, 148, 335, **336-337**, 338
CARDOSO, DÁRIO Délio, 96, 97, 100, 115, 126, 133, 134, 135, 148, 319, **321-323**, 544, 561
CARDOSO, Maurício GRACCHO, 67, 93, 101, 105, 106, 111, 112, 133, 135, 155, 737, 741, 743, **744-745**
Cardoso BARATA, Joaquim de MAGALHÃES, 47, 94, 100, 110, 123, 136, 150, 214, 428, 429, **430-432**, 437, 438, 439, 441
Carlos CIRILO JÚNIOR, 92, 101, 105, 106, 113, 125, 133, 134, 154, 652, 653, **663-665**, 666, 672, 679
Carlos da Silva TELLES Júnior, GOFFREDO, 40, 67, 100, 116, 127, 133, 134, 154, 652, 653, **654-669-671**
Cardoso de Albuquerque MARANHÃO, JARBAS, 100, 112, 115, 124, 126, 134, 136, 151, 481, 482, **495-496**
Carlos de ATALIBA NOGUEIRA, José, 93, 94, 100, 113, 116, 133, 134, 135, 154, 217, 402, 443, 652, 653, 654, **657-661**, 717, 721, 726
Carlos de LIMA CAVALCANTI, 97, 102, 108, 116, 117, 118, 128, 137, 138, 139, 151, 481, 501, 504, 507, **509-510**, 514, 517, 522
CARLOS Fernando Monteiro LINDEMWERG, 101, 105, 111, 124, 132, 133, 148, 302, **310-311**
CARLOS MARIGHELA, 92, 103, 108, 121, 130, 141, 146, 186, **229-232**, 294, 297, 667, 706
CARLOS Pereira NOGUEIRA, 100, 116, 127, 134, 150, 428, **432-433**
Carlos PEREIRA PINTO, José, 100, 115, 127, 132, 133, 153, 600, **603-604**, 612
CARLOS PINTO Filho, 101, 106-107, 114, 133, 153, 391, 497, 544, 600, 601, 604, 609, **611-613**
CARLOS PRESTES, LUÍS, 17, 18, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 147, 201, 259, 273, 274, 283, 286, **287-291**, 292, 364, 381, 426, 513, 533, 562, 563, 564, 584, 589, 590, 592, 594, 637, 660, 667, 672, 723
CARNEIRO, HUGO Ribeiro, 92, 100, 105, 111, 132, 134, 145, 156, **157-158**, 471, 473, 475
CARNEIRO, José JANDUÍ, 97, 100, 112, 114, 124, 150, 446, **460-462**
Carneiro da Cunha NÓBREGA, FERNANDO, 102, 107, 117, 118, 128, 137, 139, 150, 446, 447, **452-454**, 455
Carneiro da Rocha MARBACK, GUILHERME, 100, 106, 111, 113, 124, 133, 134, 146, 186, 213, 216, **220-221**
CARNEIRO da Silva, OSCAR Napoleão, 97, 101, 106, 114, 126, 132, 133, 151, 481, 493, **496-498**
Carpinteiro PERES, LEOPOLDO, 101, 106, 113, 125, 133, 134, 141, 145, 175, **180-181**
CARVALHO, DANIEL Serapião DE, 95, 104, 109, 121, 130, 142, 143, 149, 361, 374, 411, **416-420**, 684
CARVALHO, Francisco AFONSO DE, 100, 110, 113, 125, 135, 145, 159, **160-164**
CARVALHO, LUÍS, 101, 105, 106, 111, 133, 135, 148, 335, **341-342**
Carvalho de AZAMBUJA, HERÓFILO, 100, 112, 114, 124, 134, 150, 553, **575-576**
CARVALHO dos Santos, Benedito (BENI) Augusto, 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 233, **237-238**
CARVALHO Filho, ALOÍSIO Lopes DE, 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 186, **187-189**, 323, 660, 668
Carvalho GUIMARÃES, FLÁVIO, 94, 101, 105, 110, 113, 123, 125, 132, 133, 150, **466-467**
Carvalho LEOMIL, JOSÉ de, 96, 102, 119, 129, 137, 153, 600, 621, **622-623**
CARVALHO, Luís Geolás de MOURA, 101, 105, 115, 126, 133, 136, 150, 428, **437-439**, 440
CASTELO, ÁLVARO, 101, 106, 114, 125, 133, 135, 147, 302, **306-307**
CASTELO BRANCO Filho, Hermelindo de Gusmão, 52, 66, 96, 97, 100, 116, 127, 133, 145, **156-157**
CASTRO, ALOÍSIO DE, 100, 106, 116, 127, 133, 135, 146, 186, 213, **215-216**, 269
Castro, José MACHADO COELHO de, 41, 52, 66, 101, 105, 116, 127, 132, 134, 154, 652, 679
CASTRO, José MONTEIRO DE, 90, 108, 118, 128, 137, 149, 361, 392, **409-410**
Castro PIRES Ferreira, JURANDIR de, 97, 102, 117, 128, 138, 140, 147, 259, 274, 276, **284-286**, 304, 584, 709, 710
CAVALCANTI, Antônio de FREITAS, 102, 107,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 117, 138, 139, 144, 145, 159, **171-172**
 CAVALCANTI, Carlos de LIMA, 97, 102, 108, 116, 117, 118, 128, 137, 138, 139, 151, 481, 501, 504, 507, **509-510**, 514, 517, 522
 Cavalcanti da Costa LIMA, OSVALDO, 97, 101, 105, 115, 126, 134, 135, 151, 481, 497, **498-499**, 625, 639
 Cavalcanti DE ARRUDA, EDGAR, 94, 102, 107, 119, 129, 138, 146, 234, **238-240**
 Cavalcanti de NOVAES, MANUEL, 102, 107, 118, 139, 146, 186, **203-204**
 CELSO Porfírio da Araújo MACHADO, 95, 101, 105, 106, 112, 124, 133, 135, 149, 361, **374-375**
 CÉSAR de Oliveira COSTA, José, 101, 106, 113, 114, 125, 133, 154, 652, 653, **662-663**
 Chagas VIEGAS, AUGUSTO das, 101, 105, 106, 116, 127, 133, 149, 361, **369**
 Cícero TEIXEIRA DE VASCONCELOS, 100, 125, 134, 135, 145, 159, **161-162**
 CINCURÁ de Andrade, RAFAEL, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 146, 186, **210-211**
 CIRILO JÚNIOR, Carlos, 92, 101, 105, 106, 113, 125, 133, 134, 154, 652, 653, **663-665**, 666, 672, 679
 CLAUDINO José SILVA, 103, 108, 121, 130, 142, 153, 600, 630, **631-633**, 660
 CLÁUDIO de Freitas Rosa, LUÍS, 101, 105, 106, 111, 133, 135, 148, 335, **341-342**
 CLEMENTE MARIANI Bittencourt, 56, 102, 107, 119, 129, 136, 137, 138, 139, 146, 186, 190, **193-196**, 668, 747
 CLEOFAS de Oliveira, JOÃO, 94, 102, 107, 108, 117, 118, 137, 140, 151, 481, 499, 501, **507-509**, 583
 CLODOMIR Serra Serrão CARDOSO, 93, 101, 105, 110, 111, 114, 123, 133, 135, 148, 335, **336-337**, 338
 COELHO, LEVINDO Eduardo, 101, 105, 106, 111, 114, 125, 132, 136, 149, 361, 362, **365-367**
 COELHO de Castro, José MACHADO, 41, 52, 66, 101, 105, 116, 127, 132, 134, 154, 652, **679**
 COELHO RODRIGUES, Helvécio, 52, 102, 108, 119, 128, 139, 151, 392, 521, **527-529**
 COLLET, HEITOR, Barcelos, 101, 106, 112, 113, 124, 125, 133, 134, 143, 600, 601, **616-618**
 CONDÉ, BERTO, 92, 103, 120, 129, 140, 141, 154, 652, 667, 687, **689-691**
 CORREIA, André TRIFINO, 41, 103, 108, 121, 130, 141, 152, 269, 430, 437, 553, 591, 592, **593-594**, 641
 CORREIA, ANTÔNIO Maria de Resende, 102, 119, 129, 138, 139, 151, 521, **526-527**
 Correia de Queiroz, JOSÉ GAUDÊNCIO, 41, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 150, 446, 450, **456-457**
 CORREIA Filho, JONAS de Moraes, 100, 116, 127, 134, 135, 136, 147, 259, **299-300**
 Correia PEDROSO JÚNIOR, José, 103, 106, 120, 129, 141, 154, 650, 687, **698-699**
 COSME Alves FERREIRA Filho, 100, 116, 127, 132, 145, 175, **179-180**
 COSTA, ADROALDO Mesquita da, 94, 96, 101, 105, 106, 113, 125, 133, 134, 150, 227, 553, **558-560**
 COSTA, Artur de SOUSA, 47, 50, 64, 93, 100, 110, 123, 132, 135, 152, 326, 381, 553, 554, **582-584**, 696
 COSTA, José CÉSAR de Oliveira, 101, 106, 113, 114, 125, 133, 154, 652, 653, **662-663**
 COSTA, OTACÍLIO Vieira da, 101, 106, 114, 115, 116, 133, 153, 635, **645-646**
 Costa BOTELHO, José JOÃO da, 96, 97, 101, 106, 110, 113, 123, 125, 133, 150, 428, **434-436**
 Costa Filho, JOÃO MENDES da, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 146, 186, 187, 188, **197-199**
 Costa LIMA, OSVALDO Cavalcanti da, 97, 101, 105, 115, 126, 134, 135, 151, 481, 497, **498-499**, 625, 639
 COSTA NETO, Benedito, 92, 93, 94, 100, 116, 127, 133, 135, 559, 652, 653, 664, **665-669**, 670, 672
 Costa Pinto DANTAS JÚNIOR, João da, 102, 107, 117, 127, 128, 138, 146, 186, **196-197**
 COSTA PORTO, José da, 98, 100, 115, 126, 132, 134, 151, 481, **491-492**
 COUTINHO, ALCEDO de Moraes, 95, 103, 108, 121, 130, 142, 151, 481, 510, **513-514**, 667
 Coutinho Filho, JOÃO ÚRSULO Ribeiro, 102, 118, 128, 136, 137, 138, 150, 446, 447, **455-456**
 COUTO Filho, MIGUEL, 101, 106, 107, 115, 127, 132, 134, 136, 153, 224, 365, 549, 600, 601, **618-620**
 CREPORI Barroso FRANCO, Romualdo, 96, 100, 115, 126, 133, 134, 148, 335, **339-340**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

Crisanto MOREIRA DA ROCHA, 97, 100, 116, 127, 146, 234, 250, **251-252**
CRISPIM, JOSÉ Maria, 96, 98, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 153, 650, 717, **724-727**
CRISTIANO Monteiro MACHADO, 101, 105, 106, 112, 113, 114, 117, 124, 128, 132, 133, 149, 361, 362, **375-376**, 378, 398
CRUZ, DURVAL Rodrigues da, 103, 122, 130, 142, 143, 155, **737-738**
Cruz ALMEIDA, RUI da, 48, 92, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 147, 164, 259, 260, **270-271**, 413, 713, 734
CUNHA, José Antônio FLORES DA, 93, 98, 102, 107, 108, 116, 117, 118, 119, 122, 128, 137, 138, 139, 152, 509, 553, 561, 585, **586-589**, 592
Cunha NÓBREGA, FERNANDO Carneiro da, 102, 107, 117, 118, 128, 137, 139, 150, 446, 447, **452-454**, 455

D

D'ABREU, JOÃO, 101, 106, 111, 113, 124, 133, 134, 136, 148, 319, **328-329**
D'AMARAL, Max TAVARES, 102, 119, 129, 137, 153, 635, **649-650**
D'AQUINO Fonseca, IVO, 94, 101, 106, 111, 112, 113, 114, 123, 124, 134, 135, 153, 635, **636-638**, 644
D'OLIVEIRA, Aníbal DUARTE, 101, 106, 115, 126, 132, 135, 150, 428, **433-434**
DÂMASO ROCHA, 100, 116, 127, 134, 135, 152, 553, 554, **567-568**
DANIEL Agostinho FARACO, 95, 100, 134, 135, 152, 348, 356, 419, 453, 549, 553, **568-570**
DANIEL Serapião DE CARVALHO, 95, 104, 109, 121, 130, 142, 143, 149, 361, 374, 411, **416-420**, 684
Dantas DUARTE, DIOCLÉCIO, 101, 105, 106, 110, 113, 115, 123, 127, 132, 133, 135, 152, **534, 536-538**, 539
Dantas GURGEL, WALFREDO, 100, 116, 127, 134, 135, 152, 533, **541-542**
DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto, 102, 107, 117, 127, 128, 138, 146, 186, **196-197**
Dantas VIEIRA, HERIBALDO, 102, 108, 117, 137, 155, 737, **741-742**
DÁRIO Délia CARDOSO, 96, 97, 100, 115, 126, 133, 134, 135, 148, 319, **321-323**, 544, 561

Délia CARDOSO, DÁRIO, 96, 97, 100, 115, 126, 133, 134, 135, 148, 319, **321-323**, 544, 561
DEODORO Machado DE MENDONÇA, 40, 93, 104, 109, 122, 130, 133, 150, 428, **444-445**
Dias DE OLIVEIRA, AGOSTINHO, 98, 103, 108, 121, 130, 142, 151, 481, 510, **511-512**
DIOCLÉCIO Dantas DUARTE, 101, 105, 106, 110, 113, 115, 123, 127, 132, 133, 135, 152, **534, 536-538**, 539
DIÓGENES MAGALHÃES da Silveira, 96, 100, 116, 127, 136, 148, 319, **324-325**
Diogo BROCHADO DA ROCHA, José, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **565-567**, 706
DOLOR Ferreira de ANDRADE, 98, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 148, 350, **355-356**
DOMINGOS Neto VELASCO, 40, 49, 96, 98, 104, 109, 122, 144, 148, 319, 322, **329-331**, 332
DORNELLES, ERNESTO, 47, 50, 100, 110, 112, 123, 124, 133, 136, 152, 362, 370, 553, **554-555**
Dornelles VARGAS, GETÚLIO, 15, 16, 17, 37, 45, 47, 48, 50, 58, 60, 85, 101, 105, 106, 110, 111, 123, 129, 133, 150, 164, 166, 178, 180, 192, 194, 208, 212, 217, 229, 232, 255, 256, 259, 260, 262, 263, 264, 267, 272, 274, 275, 280, 290, 295, 323, 324, 354, 362, 370, 371, 373, 375, 397, 409, 412, 417, 418, 421, 424, 425, 436, 441, 442, 443, 453, 465, 467, 480, 482, 483, 487, 496, 497, 508, 518, 530, 535, 537, 551, 553, 554, **555-558**, 560, 563, 573, 580, 581, 583, 587, 595, 596, 600, 602, 606, 607, 611, 615, 621, 625, 629, 633, 634, 636, 641, 654, 666, 689, 692, 695, 696, 697, 703, 756, 760
DUARTE, DIOCLÉCIO Dantas, 101, 105, 106, 110, 113, 115, 123, 127, 132, 133, 135, 152, **534, 536-538**, 539
DUARTE, MANUEL, 100, 114, 134, 135, 152, **553, 576-577**
DUARTE, SAMUEL Vital, 101, 105, 110, 112, 123, 124, 134, 135, 150, 446, 460, **464-465**
DUARTE D'OLIVEIRA, Aníbal, 101, 106, 115, 126, 132, 135, 150, 428, **433-434**
DUARTE Guimarães, NESTOR, 97, 102, 107, 119, 128, 137, 138, 139, 146, 186, 187, 188, **205-207**, 544, 660, 672, 706
DUQUE DE MESQUITA, Francisco, 101, 106, 116, 127, 133-134, 149, 361, **376-377**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

DURVAL Rodrigues da CRUZ, 103, 122, 130, 142, 143, 155, 737-738
DUTRA Nicácio Neto, PEDRO, 101, 105, 106, 114, 134, 149, 361, 393-394
DUVIVIER, EDUARDO, 94, 98, 101, 105, 115, 132, 133, 153, 600, 601, 613-615

E

Edgar BATISTA PEREIRA, 41, 101, 107, 112, 125, 133, 154, 652, 661-662
EDGAR Cavalcanti DE ARRUDA, 94, 102, 107, 119, 129, 138, 146, 234, 238-240
Edmundo BARRETO PINTO, 48, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 147, 161, 163, 259, 260, 262-265, 588, 594
Eduardo COELHO, LEVINDO, 101, 105, 106, 111, 114, 125, 132, 136, 149, 361, 362, 365-367
Eduardo do PRADO KELLY, José, 92, 94, 102, 107, 119, 129, 137, 139, 153, 271, 600, 621, 623-626, 639, 640, 697
EDUARDO DUVIVIER, 94, 98, 101, 105, 115, 132, 133, 153, 600, 601, 613-615
Eduardo FRÓIS DA MOTA, 41, 100, 114, 125, 132, 136, 146, 186, 213, 219-220
EGBERTO de Paula Pessoa RODRIGUES, 97, 101, 129, 137, 140, 146, 179, 234, 240-241, 435
ELÓI José da ROCHA, 100, 117, 127, 133, 134, 152, 553, 554, 561, 570-572
ENGLERT, GASTON, 95, 100, 113, 125, 132, 133, 152, 420, 553, 554, 572-573
EPÍLOGO Gonçalves DE CAMPOS, 98, 102, 119, 129, 137, 139, 150, 428, 441, 442-443
ERASTO GAERTNER, 102, 107, 119, 129, 138, 139, 150, 466, 475-477
ERNANI Ayres SÁTIRO e Sousa, 97, 98, 102, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 150, 446, 447, 450-452, 455, 459, 463, 464, 497
Ermâni do AMARAL PEIXOTO, 25, 96, 100, 111, 112, 115, 123, 124, 127, 136, 153, 600, 601, 602, 606-608, 610, 614, 617, 619, 622, 629
ERNESTO DORNELLES, 47, 50, 100, 110, 112, 123, 124, 133, 136, 152, 362, 370, 553, 554-555
ESMARAGDO DE FREITAS e Sousa, 47, 102, 117, 119, 138, 139, 151, 507, 521, 522-523
Esperidião Lopes de FARIAS JÚNIOR, 100, 111,

114, 124, 125, 132, 136, 145, 159, 165
Espinosa VERGARA, PEDRO Leão Fernandes, 101, 105, 116, 127, 134, 135, 152, 553, 554, 580-581
ETELVINO LINS de Albuquerque, 100, 110, 112, 123, 124, 134, 151, 481, 482, 483-484, 495
EUCLIDES de Oliveira FIGUEIREDO, 102, 117, 119, 128, 137, 139, 147, 259, 269, 271, 273, 276, 278-280, 297, 341, 442, 517, 588, 594, 605, 641, 704, 713, 734
EUNÁPIO Peltier DE QUEIROZ, 95, 100, 114, 125, 136, 146, 186, 213, 218-219
EURICO de Aguiar SALES, 100, 111, 113, 124, 133, 134, 148, 302, 311-312
Eurico de SOUZA LEÃO, 95, 104, 109, 121, 142, 151, 481, 517-518
EUZÉBIO Martins da ROCHA Filho, 67, 98, 103, 120, 130, 140, 154, 652, 687, 691-693
EZEQUIEL da Silva MENDES, 103, 120, 130, 141, 149, 361, 424, 425
Ezequiel FELICIANO da Silva, ANTÔNIO, 96, 97, 101, 106, 107, 113, 125, 133, 154, 650, 653, 655-657, 667

F

FALCÃO, Artur NEGREIROS, 100, 105, 116, 127, 132, 134, 146, 186, 213, 221, 223-225
FARACO, DANIEL Agostinho, 95, 100, 134, 135, 152, 348, 356, 419, 453, 549, 553, 568-570
FARAH, BENJAMIN Miguel, 102, 120, 130, 141, 147, 259, 260, 267-268
Farani Pedreira DE FREITAS, LAURO, 100, 113, 125, 134, 136, 146, 186, 213, 221-222
Faria, JORGE Leal AMADO de, 25, 75, 95, 103, 108, 121, 130, 141, 154, 468, 652, 675, 676, 717, 722-724, 749
FARIAS JÚNIOR, Esperidião Lopes de, 100, 111, 114, 124, 125, 132, 136, 145, 159, 165
Feijó SAMPAIO, ALDE, 102, 107, 108, 118, 128, 137, 138, 140, 151, 481, 501, 502-505, 509, 583
FELICIANO da Silva, ANTÔNIO Ezequiel, 96, 97, 101, 106, 107, 113, 125, 133, 154, 650, 653, 655-657, 667
FELIPE BALBI, 103, 109, 122, 130, 143, 149, 361, 411, 420
FERNANDES, ABÍLIO, 103, 108, 121, 130, 142,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 152, 553, **591-592**, 594, 667
- FERNANDES, PAULO** da Silva, 97, 100, 114, 126, 133, 136, 153, 600, 601, **620-621**
- Fernandes Campos CAFÉ FILHO, João, 25, 40, 73, 94, 98, 104, 109, 122, 131, 143, 152, 353, 534, 536, 539, 548, **549-552**, 680, 732, 752
- Fernandes Espinosa VERGARA, PEDRO Leão, 101, 105, 116, 127, 134, 135, 152, 553, 554, **580-581**
- Fernandes MONTEIRO, HONÓRIO, 93, 100, 116, 127, 133, 134, 154, 652, 654, 664, **671-672**
- FERNANDES TÁVORA**, Manuel do Nascimento, 25, 56, 97, 102, 107, 116, 117, 138, 139, 146, 234, 235, **241-243**, 245, 542, 760
- FERNANDES TELES**, Joaquim, 102, 107, 137, 140, 147, 234, **243-244**
- Fernandes TINOCO, BRÍGIDO, 101, 106, 113, 114, 115, 125, 126, 134, 153, 544, 600, **610-611**
- Fernandes TORRES, ACÚRCIO, 93, 101, 105, 106, 116, 127, 134, 153, 264, 600, **604-606**, 614, 669, 670
- FERNANDO Carneiro da Cunha NÓBREGA**, 102, 107, 117, 118, 128, 137, 139, 150, 446, 447, **452-454**, 455
- Fernando de MELO VIANA, 92, 101, 106, 110, 111, 121, 132, 133, 149, 306, 361, **363-365**, 367, 368, 395, 417, 418, 422, 499, 516, 620
- FERNANDO FLORES**, 100, 112, 124, 136, 150, 466, **470**
- Fernando Monteiro LINDEMBERG, CARLOS, 101, 105, 111, 124, 132, 133, 148, 302, **310-311**
- Ferraz, JOSÉ CÂNDIDO, 102, 119, 129, 139, 151, 521, **529-530**
- FERRAZ Neto**, José LOPES, 100, 114, 126, 136, 154, 652, 653, 662, **678**
- Ferreira, JURANDIR de Castro PIRES, 97, 102, 117, 128, 138, 140, 147, 259, 274, 276, **284-286**, 304, 584, 709, 710
- Ferreira de ANDRADE, DOLOR, 98, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 148, 350, **355-356**
- FERREIRA DE SOUSA**, José, 94, 102, 107, 108, 119, 129, 137, 138, 139, 152, 534, 542, **543-545**
- FERREIRA Filho**, COSME Alves, 100, 116, 127, 132, 145, 175, **179-180**
- FERREIRA LIMA**, João, 101, 105, 115, 126, 132, 136, 151, 481, 482, **492-493**
- Ferreira Lopes, PAULO SARASATE, 97, 102, 107, 119, 129, 138, 139, 146, 188, 234, **247-250**, 274, 312, 625
- FIALHO, ARGEMIRO** de Arruda, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 350, **357-358**
- FIGUEIREDO, ARGEMIRO DE**, 47, 93, 102, 108, 116, 117, 128, 137, 138, 150, 446, 448, **449-450**, 451, 452, 454, 455, 457
- FIGUEIREDO, EUCLIDES** de Oliveira, 102, 117, 119, 128, 137, 139, 147, 259, 269, 271, 273, 276, **278-280**, 297, 341, 442, 517, 588, 594, 605, 641, 704, 713, 734
- FIGUEIREDO, JACI de**, 103, 121, 142, 149, 361, 411, **421-422**
- FIORI, ROMEU** José, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 154, 652, 687, **699-700**
- FISCHER, ARTUR**, 103, 120, 129, 140, 152, 553, **595-596**
- FLÁVIO Carvalho GUIMARÃES**, 94, 101, 105, 110, 113, 123, 125, 132, 133, 150, **466-467**
- FLORES, FERNANDO**, 100, 112, 124, 136, 150, 466, **470**
- FLORES DA CUNHA**, José Antônio, 93, 98, 102, 107, 108, 116, 117, 118, 119, 122, 128, 137, 138, 139, 152, 509, 553, 561, 585, **586-589**, 592
- Fonseca, IVO D'AQUINO**, 94, 101, 106, 111, 112, 113, 114, 123, 124, 134, 135, 153, 635, **636-638**, 644
- FONSECA, TEODOMIRO** Porto da, 100, 114, 126, 135, 136, 152, 553, 554, **584-585**
- FONSECA Filho, OLINTO**, 97, 100, 113, 125, 136, 149, 361, **392-393**
- FONTENELLE, Manuel BENÍCIO**, 96, 102, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **265-266**
- FONTES, AMANDO**, 103, 109, 129, 142, 143, 155, 697, 737, **739-741**
- FONTES ROMERO**, José de Lima, 100, 116, 127, 136, 147, 165, 259, 299, **300-301**
- FONTES, TOMÁS** Adalberto da Silva, 102, 129, 139, 153, 313, 635, 649, **650-651**
- FORTES, José Francisco BIAS**, 101, 105, 106, 112, 114, 125, 132, 133, 149, 361, 362, **372-374**, 401, 408, 531
- FRAGA, ALBÉRICO** Pereira, 102, 108, 118, 137, 138, 146, 186, 187, 188, **189-190**, 660, 667
- Francisco AFONSO DE CARVALHO, 100, 110, 113, 125, 135, 145, 159, **160-164**
- Francisco BIAS FORTES, José, 101, 105, 106,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 112, 114, 125, 132, 133, 149, 361, 362, **372-374**, 401, 408, 531
- FRANCISCO de Almeida MONTE, 101, 106, 116, 127, 132, 146, 234, **250-251**
- Francisco DUQUE DE MESQUITA, 101, 106, 116, 127, 133-134, 149, 361, **376-377**
- Francisco GURGEL DO AMARAL Valente, 102-103, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **268-269**, 689, 712, 713
- Francisco LEITE NETO, 101, 106, 111, 112, 123, 125, 133, 135, 155, 737, 744, **746-747**
- Francisco PEREIRA DA SILVA, 96, 97, 100, 111, 113, 133, 145, 175, **181-183**
- Francisco RODRIGUES PEREIRA Júnior, 101, 105, 106, 116, 127, 133, 149, 361, **394-395**
- FRANCO, Romualdo CREPORY Barroso, 96, 100, 115, 126, 133, 134, 148, 335, **339-340**
- FRANCO, WÁLTER do Prado, 85, 102, 119, 129, 137, 155, 737, **738-739**
- FREIRE, VITORINO de Brito, 25, 100, 113, 125, 132, 135, 148, 335, **343-344**, 345, 349, 530, 532, 755
- FREITAS, LAURO Farani Pedreira DE, 100, 113, 125, 134, 136, 146, 186, 213, **221-222**
- Freitas, OSÓRIO TUIUTI de Oliveira, 102, 119, 129, 138, 139, 152, 553, 585, **589-591**
- FREITAS CAVALCANTI, Antônio de, 102, 107, 117, 138, 139, 144, 145, 159, **171-172**
- FREITAS e Sousa, ESMARAGDO DE, 47, 102, 117, 119, 138, 139, 151, 507, 521, **522-523**
- Freitas Rosa, LUIS CLÁUDIO de, 101, 105, 106, 111, 133, 135, 148, 335, **341-342**
- FREYRE, GILBERTO de Melo, 95, 102, 118, 138, 139, 151, 201, 371, 481, 501, **505-507**, 508, 523, 667
- FRÓIS DA MOTA, Eduardo, 41, 100, 114, 125, 132, 136, 146, 186, 213, **219-220**
- FROTA GENTIL, Antônio da, 100, 125, 132, 147, 234, 250, **251**
- G**
- Gabriel MARTINIANO DE ARAÚJO, 101, 106, 113, 125, 132, 135, 139, 149, 350, 357, **358-359**
- Gabriel de REZENDE PASSOS, 95, 102, 107, 117, 118, 128, 137, 138, 149, 250, 361, 392, 397, **398-401**, 584, 626, 638
- GAERTNER, ERASTO, 102, 107, 119, 129, 138, 139, 150, 466, **475-477**
- GALENO PARANHOS, 98, 101, 106, 111, 112, 124, 125, 133, 148, 319, **325-327**, 480, 668
- GASTON ENGLERT, 95, 100, 113, 125, 132, 133, 152, 420, 553, 554, **572-573**
- GAUDÊNCIO Correia de Queiroz, JOSÉ, 41, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 150, 446, 450, **456-457**
- GENTIL, Antônio da FROTA, 100, 125, 132, 147, 234, 250, **251**
- GENTIL Pinheiro BARREIRA, 102, 107, 117, 128, 138, 147, 234, **244-245**
- Geolás de MOURA CARVALHO, Luís, 101, 105, 115, 126, 133, 136, 150, 428, **437-439**, 440
- GEORGINO Alves e Sousa A VELINO, José, 92, 101, 105, 110, 115, 123, 127, 133, 135, 152, **534-536**
- GERCINO Malagueta de PONTES, 95, 100, 112, 124, 136, 151, 481, 482, **493-495**
- GETÚLIO Barbosa de MOURA, 101, 107, 114, 126, 133, 153, 600, 601, **615-616**
- GETÚLIO Dornelles VARGAS, 15, 16, 17, 37, 45, 47, 48, 50, 58, 60, 85, 101, 105, 106, 110, 111, 123, 129, 133, 150, 164, 166, 178, 180, 192, 194, 208, 212, 217, 229, 232, 255, 256, 259, 260, 262, 263, 264, 267, 272, 274, 275, 280, 290, 295, 323, 324, 354, 362, 370, 371, 373, 375, 397, 409, 412, 417, 418, 421, 424, 425, 436, 441, 442, 443, 453, 465, 467, 480, 482, 483, 487, 496, 497, 508, 518, 530, 535, 537, 551, 553, 554, **555-558**, 560, 563, 573, 580, 581, 583, 587, 595, 596, 600, 602, 606, 607, 611, 615, 621, 625, 629, 633, 634, 636, 641, 654, 666, 689, 692, 695, 696, 697, 703, 756, 760
- GILBERTO de Melo FREYRE, 95, 102, 118, 138, 139, 151, 201, 371, 481, 501, **505-507**, 508, 523, 667
- GLASSER, ROBERTO, 101, 106, 113, 125, 132, 150, 466, **467-469**, 474
- GLICÉRIO ALVES de Oliveira, 101, 106, 116, 127, 133, 134, 152, 553, **573-575**
- GODÓI, Albatênia CAIADO DE, 101, 106, 111, 114, 124, 133, 134, 135, 148, 319, **323-324**
- Godói MAGALHÃES, AGAMENON Sérgio de, 17, 58, 94, 101, 105, 106, 110, 112, 115, 123, 124, 126, 134, 135, 151, 214, 461, 482, 483, 484, 486, **487-489**, 494, 495, 497, 498, 548, 553, 758
- GOFFREDO Carlos da Silva TELLES Júnior, 40,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

67, 100, 116, 127, 133, 134, 154, 652, 653, 654, **669-671**
GÓIS Monteiro, ISMAR DE, 47, 100, 110, 111, 115, 123, 124, 126, 135, 136, 145, 159, **160-161**, 165, 168, 169, 174, 264, 588, 590
Góis Monteiro, SILVESTRE PÉRICLES de, 94, 100, 110, 115, 123, 126, 134, 136, 145, 159, 160, 161, 167, **169-171**, 173, 178, 214, 219, 264, 409, 585
GOMES da Silva, STÊNIO, 40, 104, 109, 122, 131, 143, 147, 234, 255, 257, **258**
GOMES de Barros, MÁRIO, 102, 107, 137, 138, 145, 159, 171, **172-173**
Gomes MARTINS FILHO, João, 98, 100, 116, 127, 133, 154, 652, 654, **679-681**
GOMY JÚNIOR, João Teófilo, 101, 106, 116, 127, 132, 134, 135, 150, 466, **470-472**
Gonçalves DE CAMPOS, EPÍLOGO, 98, 102, 119, 129, 137, 139, 150, 428, 441, **442-443**
Gonzaga NOVELLI JÚNIOR, Luís, 100, 116, 127, 133, 136, 154, 650, 654, **681-682**, 711
GRABOIS, MAURÍCIO, 97, 103, 108, 121, 130, 141, 147, 259, 286, 294, **296-299**, 492, 625, 667
GRACCHO CARDOSO, Maurício, 67, 93, 101, 105, 106, 111, 112, 133, 135, 155, 737, 741, 743, **744-745**
GREGÓRIO Lourenço BEZERRA, 25, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 151, 481, 510, **514-516**
GROSSENBACKER, ROBERTO, 101, 107, 115, 132, 153, 635, 647
GUARACI SILVEIRA, 94, 103, 108, 120, 129, 141, 153, 652, 687, **693-695**
GUERRA, PAULO Pessoa, 67, 98, 100, 114, 115, 126, 133, 134, 151, 481, 482, **499-500**
GUILHERME Carneiro da Rocha MARBACK, 100, 106, 111, 113, 124, 133, 134, 146, 186, 213, 216, **220-221**
Guilherme LAMEIRA BITTENCOURT, João, 101, 106, 110, 112, 123, 124, 134, 150, 428, **436-437**
GUILHERME XAVIER de Almeida, 101, 106, 113, 125, 132, 134, 148, 319, **327-328**
GUIMARÃES, ALTAMIRO Lobo, 101, 106, 112, 116, 123, 124, 134, 153, 635, **643-644**
GUIMARÃES, FLÁVIO Carvalho, 94, 101, 105, 110, 113, 123, 125, 132, 133, 150, **466-467**
Guimarães, NESTOR DUARTE, 97, 102, 107, 119, 128, 137, 138, 139, 146, 186, 187, 188, **205-207**, 544, 660, 672, 706

GURGEL DO AMARAL Valente, Francisco, 102-103, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **268-269**, 689, 712, 713
GURGEL, WALFREDO Dantas, 100, 116, 127, 134, 135, 152, 533, **541-542**
Gusmão CASTELO BRANCO Filho, Hermelindo de, 52, 66, 96, 97, 100, 116, 127, 133, 145, **156-157**
GUSTAVO CAPANEMA Filho, 93, 101, 106, 110, 112, 113, 123, 134, 149, 215, 216, 238, 323, 361, **377-380**, 659, 669, 670

H

HAMILTON de Lacerda NOGUEIRA, 96, 102, 119, 129, 138, 139, 147, 227, 259, 271, **276-278**, 449, 632
HANS JORDAN, 101, 106, 116, 127, 132, 153, 635, 644
HEITOR Barcelos COLLET, 101, 106, 112, 113, 124, 125, 133, 134, 143, 600, 601, **616-618**
Helvécio COELHO RODRIGUES, 52, 102, 108, 119, 128, 139, 151, 392, 521, **527-529**
HENRIQUE DE NOVAIS, 100, 114, 125, 135, 136, 147, 302, **305-306**, 309
HENRIQUE Sampaio Vieira da Silva, JOÃO, 98, 101, 105, 106, 114, 132, 136, 149, 361, **382-383**
HERIBALDO Dantas VIEIRA, 102, 108, 117, 137, 155, 737, **741-742**
Hermelindo de Gusmão CASTELO BRANCO Filho, 52, 66, 96, 97, 100, 116, 127, 133, 145, **156-157**
HERMES LIMA, 16, 22, 25, 40, 94, 104, 109, 122, 144, 147, 232, 259, 276, **281-284**, 333, 397, 544, 584, 660, 713, 757
HERÓFILO Carvalho de AZAMBUJA, 100, 112, 114, 124, 134, 150, 553, **575-576**
HONÓRIO Fernandes MONTEIRO, 93, 100, 116, 127, 133, 134, 154, 652, 654, 664, **671-672**
HORÁCIO LAFER, 95, 101, 105, 116, 127, 132, 133, 155, 419, 435, 652, 654, 670, **673-675**, 677, 684, 706, 724
HUGO BORGHI, 64, 103, 120, 130, 140, 154, 192, 267, 272, 407, 583, 625, 629, 652, 687, **696-697**, 740
HUGO Ribeiro CARNEIRO, 92, 100, 105, 111, 132, 134, 145, 156, **157-158**, 471, 473, 475

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- ISMAR DE GÓIS Monteiro, 47, 100, 110, 111, 115, 123, 124, 126, 135, 136, 145, 159, 160-161, 165, 168, 169, 174, 264, 588, 590
 ISRAEL PINHEIRO da Silva, 101, 106, 112, 115, 124, 126, 132, 133, 136, 149, 361, 362, 380-382, 394
 IVO D'AQUINO Fonseca, 94, 101, 106, 111, 112, 113, 114, 123, 124, 134, 135, 153, 635, 636-638, 644

- JACI de FIGUEIREDO, 103, 121, 142, 149, 361, 411, 421-422
 JALES MACHADO de Siqueira, 102, 117, 137, 140, 148, 319, 321, 322, 325, 327, 328, 329, 331-334
 JANDUÍ CARNEIRO, José, 97, 100, 112, 114, 124, 150, 446, 460-462
 JARBAS Cardoso de Albuquerque MARANHÃO, 100, 112, 115, 124, 126, 134, 136, 151, 481, 482, 495-496
 Jarbas de LERI SANTOS, 96, 103, 120, 130, 141, 149, 361, 424, 426-427
 JOÃO ABDALLA, José, 101, 107, 114, 126, 132, 136, 154, 652, 654, 675-676
 JOÃO AGRIPINO Maia Filho, 93, 102, 119, 129, 137, 138, 150, 446, 447, 450, 454-455
 JOÃO AGUIAR, 101, 106, 114, 132, 150, 466, 472
 JOÃO AMAZONAS de Sousa Pedroso, 96, 103, 108, 121, 130, 142, 147, 259, 286, 293-296
 João BATISTA LUZARDO, 101, 105, 112, 115, 127, 133, 136, 152, 553, 554, 561-563, 564
 JOÃO CLEOFAS de Oliveira, 94, 102, 107, 108, 117, 118, 137, 140, 151, 481, 499, 501, 507-509, 583
 JOÃO D'ABREU, 101, 106, 111, 113, 124, 133, 134, 136, 148, 319, 328-329
 JOÃO da Costa BOTELHO, José, 96, 97, 101, 106, 110, 113, 123, 125, 133, 150, 428, 434-436
 João da Costa Pinto DANTAS JÚNIOR, 102, 107, 117, 127, 128, 138, 146, 186, 196-197
 João Fernandes Campos CAFÉ FILHO, 25, 40, 73, 94, 98, 104, 109, 122, 131, 143, 152, 353, 534, 536, 539, 548, 549-552, 680, 732, 752
 João FERREIRA LIMA, 101, 105, 115, 126, 132, 136, 151, 481, 482, 492-493
 João Gomes MARTINS FILHO, 98, 100, 116, 127, 133, 154, 652, 654, 679-681
 João Guilherme LAMEIRA BITTENCOURT, 101, 106, 110, 112, 123, 124, 134, 150, 428, 436-437
 JOÃO HENRIQUE Sampaio Vieira da Silva, 98, 101, 105, 106, 114, 132, 136, 149, 361, 382-383
 JOÃO MENDES da Costa Filho, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 146, 186, 187, 188, 197-199
 JOÃO Nogueira ADEODATO, 40, 104, 122, 131, 143, 147, 234, 255, 257-258
 João PONCE DE ARRUDA, 101, 106, 111, 114, 124, 136, 149, 350, 357, 359-360
 João Teófilo GOMY JÚNIOR, 101, 106, 116, 127, 132, 134, 135, 150, 466, 470-472
 JOÃO ÚRSULO Ribeiro Coutinho Filho, 102, 118, 128, 136, 137, 138, 150, 446, 447, 455-456
 JOÃO VILLAS BOAS, 47, 102, 107, 108, 117, 138, 139, 148, 350-352
 Joaquim Abreu SAMPAIO VIDAL, 95, 101, 105, 116, 127, 132, 133, 154, 652, 653, 654, 682-686
 Joaquim BATISTA NETO, 96, 103, 142, 147, 259, 286, 291-293
 Joaquim de MAGALHÃES Cardoso BARATA, 47, 94, 100, 110, 123, 136, 150, 214, 428, 429, 430-432, 437, 438, 439, 441
 Joaquim FERNANDES TELES, 102, 107, 137, 140, 147, 234, 243-244
 JOAQUIM LIBÂNIO Leite Ribeiro, 100, 116, 127, 132, 136, 149, 361, 384
 JOFFILY Bezerra de Melo, JOSÉ, 100, 112, 124, 134, 150, 446, 459, 460, 462-464
 JONAS de Moraes CORREIA Filho, 100, 116, 127, 134, 135, 136, 147, 259, 299-300
 JORDAN, HANS, 101, 106, 116, 127, 132, 153, 635, 644
 JORGE Leal AMADO de Faria, 25, 75, 95, 103, 108, 121, 130, 141, 154, 468, 652, 675, 676, 717, 722-724, 749
 Jorge Rodrigues RIBEIRO, ADALBERTO, 102, 107, 119, 129, 137, 150, 446, 447-448
 José ALVES LINHARES, 37, 40, 41, 67, 104, 122, 131, 143, 146, 234, 255, 256-257
 José ALVES PALMA, 101, 105, 116, 127, 133, 154, 650, 654-655, 672
 José Antônio FLORES DA CUNHA, 93, 98, 102,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 107, 108, 116, 117, 118, 119, 122, 128, 137, 138, 139, 152, 509, 553, 561, 585, **586-589**, 592
- JOSÉ ARMANDO** de Macedo Soares Affonseca, 96, 101, 107, 116, 127, 133, 135, 154, 652, 654, **676-678**
- JOSÉ AUGUSTO** Bezerra de Medeiros, 56, 102, 107, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 139, 152, 224, 345, 365, 524, 534, 536, 537, 539, 542, **546-549**, 619, 704
- José AUGUSTO VARELA, 101, 106, 114, 126, 133, 136, 152, 534, **538-540**, 548
- José BARBOSA LIMA SOBRINHO**, Alexandre, 25, 101, 105, 115, 126, 134, 135, 151, 453, 481, 482, **489-491**, 494, 603, 747
- JOSÉ BONIFÁCIO** Lafayete de Andrade, 102, 107, 118, 119, 128, 137, 149, 361, 392, **401-402**
- JOSÉ CÂNDIDO** Ferraz, 102, 119, 129, 139, 151, 521, **529-530**
- José Carlos de ATALIBA NOGUEIRA, 93, 94, 100, 113, 116, 133, 134, 135, 154, 217, 402, 443, 652, 653, 654, **657-661**, 717, 721-726
- José Carlos PEREIRA PINTO, 100, 115, 127, 132, 133, 153, 600, **603-604**, 612
- José CÉSAR de Oliveira COSTA, 101, 106, 113, 114, 125, 133, 154, 652, 653, **662-663**
- José Correia PEDROSO JÚNIOR, 103, 106, 120, 129, 141, 154, 650, 687, **698-699**
- José da COSTA PORTO, 98, 100, 115, 126, 132, 134, 151, **481-492**
- José da ROCHA, ELÓI, 100, 117, 127, 133, 134, 152, 553, 554, 561, **570-572**
- José da ROCHA RIBAS, 41, 100, 116, 127, 135, 150, 428, 438, **440**
- José da SILVA, ANTÔNIO, 102, 120, 129, 141, 147, 259, **260-261**
- JOSÉ DE BORBA** Vasconcelos, 102, 107, 117, 138, 139, 147, 234, **245-246**, 542
- JOSÉ de Carvalho LEOMIL**, 96, 102, 119, 129, 137, 153, 600, 621, **622-623**
- José de Lima FONTES ROMERO, 100, 116, 127, 136, 147, 165, 259, 299, **300-301**
- José de MAGALHÃES PINTO, 102, 119, 128, 136, 138, 149, 250, 361, 392, 398, **405-407**
- José de SEGADAS VIANA, 95, 103, 120, 129, 140, 141, 147, 259, 260, 261, **271-274**
- José Diogo BROCHADO DA ROCHA, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **565-567**, 706
- José Eduardo do PRADO KELLY, 92, 94, 102, 107, 119, 129, 137, 139, 153, 271, 600, 621, **623-626**, 639, 640, 697
- José FERREIRA DE SOUSA**, 94, 102, 107, 108, 119, 129, 137, 138, 139, 152, 534, 542, **543-545**
- José FIORI**, ROMEU, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 154, 652, 687, **699-700**
- José Francisco BIAS FORTES**, 101, 105, 106, 112, 114, 125, 132, 133, 149, 361, 362, **372-374**, 401, 408, 531
- JOSÉ GAUDÊNCIO** Correia de Queiroz, 41, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 150, 446, 450, **456-457**
- José GEORGINO** Alves e Sousa AVELINO, 92, 101, 105, 110, 115, 123, 127, 133, 135, 152, **534-536**
- José JANDUÍ CARNEIRO**, 97, 100, 112, 114, 124, 150, 446, **460-462**
- José JOÃO ABDALLA**, 101, 107, 114, 126, 132, 136, 154, 652, 654, **675-676**
- José JOÃO da Costa BOTELHO**, 96, 97, 101, 106, 110, 113, 123, 125, 133, 150, 428, **434-436**
- JOSÉ JOFFILY** Bezerra de Melo, 100, 112, 124, 134, 150, 446, 459, 460, **462-464**
- José LOPES FERRAZ Neto**, 100, 114, 126, 136, 154, 652, 653, 662, **678**
- José MACHADO COELHO** de Castro, 41, 52, 66, 101, 105, 116, 127, 132, 134, 154, 652, **679**
- JOSÉ Maria ALKMIM**, 101, 105, 112, 115, 124, 126, 132, 133, 134, 149, 361, **384-386**
- JOSÉ Maria CRISPIM**, 96, 98, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 153, 650, 717, **724-727**
- JOSÉ MARIA de Melo**, 100, 113, 125, 134, 135, 136, 145, 159, **166**
- José Maria LOPES CANÇADO**, 102, 107, 108, 119, 128, 137, 149, 361, 376, 392, **404-405**
- José MONTEIRO DE CASTRO**, 96, 102, 118, 128, 137, 149, 361, 392, **409-410**
- José Monteiro SOARES FILHO, 93, 96, 102, 107, 108, 119, 137, 139, 153, 600, 608, 621, **623-627-629**, 697, 703
- José MUNHOZ DE MELO**, 100, 114, 125-126, 134, 151, 466, **473-475**
- JOSÉ NEIVA** de Souza, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 335, **340-341**
- José PEREIRA JÚNIOR**, Antônio, 101, 103, 111, 133, 148, 335, **337-338**
- José RODRIGUES SEABRA**, 101, 106, 114, 134, 136, 149, 361, **395-396**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

José ROMÃO JÚNIOR, Antônio, 102, 107, 108, 117, 118, 139, 153, 600, 621, 623, **626-627**
José SILVA, CLAUDIO, 103, 108, 121, 130, 142, 153, 600, 630, **631-633**, 660
JURACI Montenegro MAGALHÃES, 25, 95, 101, 116, 117, 137, 139, 146, 186, 188, 191, 198, **199-201**, 204, 226, 509, 757
JURANDIR de Castro PIRES Ferreira, 97, 102, 117, 128, 138, 140, 147, 259, 274, 276, **284-286**, 304, 584, 709, 710
JUSCELINO KUBITSCHKEK de Oliveira, 96, 101, 105, 113, 114, 125, 136, 149, 361, **386-388**

K

KELLY, José Eduardo do PRADO, 92, 94, 102, 107, 119, 129, 137, 139, 153, 271, 600, 621, **623-626**, 639, 640, 697
KUBITSCHKEK de Oliveira, JUSCELINO, 96, 101, 105, 113, 114, 125, 136, 149, 361, **386-388**

L

Lacerda NOGUEIRA, HAMILTON de, 96, 102, 119, 129, 138, 139, 147, 227, 259, 271, **276-278**, 449, 632
Lafayete de Andrada, JOSÉ BONIFÁCIO, 102, 107, 118, 119, 128, 137, 149, 361, 392, **401-402**
LAFER, HORÁCIO, 95, 101, 105, 116, 127, 132, 133, 155, 419, 435, 652, 654, 670, **673-675**, 677, 684, 706, 724
LAGO de Araújo, LUÍS, 102, 120, 129, 140, 146, 186, **228-229**
LAIR Palleta de Rezende TOSTES, 100, 113, 133, 134, 149, 361, **388-389**
LAMEIRA BITTENCOURT, João Guilherme, 101, 106, 110, 112, 123, 124, 134, 150, 428, **436-437**
LAURO Bezerra MONTENEGRO, 92, 100, 111, 136, 145, 159, **166-167**, 667, 706
LAURO Farani Pedreira DE FREITAS, 100, 113, 125, 134, 136, 146, 186, 213, **221-222**
LAURO Sodré LOPES, 92, 101, 105, 112, 134, 135, 150, 466, **473-474**
Leal AMADO de Faria, JORGE, 25, 75, 95, 103, 108, 121, 130, 141, 154, 468, 652, 675, 676, 717, **722-724**, 749

LEANDRO Maynard MACIEL, 102, 107, 119, 137, 140, 155, 737, **742-743**
LEÃO, Eurico de SOUZA, 95, 104, 109, 121, 142, 151, 481, **517-518**
LEÃO, Raimundo de AREIA, 100, 112, 114, 124, 136, 151, 521, **530-531**
Leão Fernandes Espinosa VERGARA, PEDRO, 101, 105, 116, 127, 134, 135, 152, 553, 554, **580-581**
LEÃO SAMPAIO, 102, 107, 119, 129, 139, 147, **234-246**
LEITE, AURELIANO, 25, 97, 102, 107, 119, 128, 137, 139, 154, 403, 652, 701, **702-704**, 756
LEITE, Mauro RENAULT, 100, 115, 126, 136, 151, 521, 530, **531-532**
LEITE Filho, LICURGO, 102, 119, 129, 137, 149, 361, **403-404**
LEITE NETO, Francisco, 101, 106, 111, 112, 123, 125, 133, 135, 155, 737, 744, **746-747**
Leite Ribeiro, JOAQUIM LIBÂNIO, 100, 116, 127, 132, 136, 149, 361, **384**
LEIVAS, ANTERO Moreira, 97, 101, 106, 116, 127, 133, 134, 150, 553, 554, **560-561**
LEMOS, PLÍNIO, 102, 117, 138, 150, 446, 447, **458-460**
LEOMIL, JOSÉ de Carvalho, 96, 102, 119, 129, 137, 153, 600, 621, **622-623**
LEOPOLDO Amorim da Silva NEVES, 103, 108, 120, 140, 145, 175, 184, **185**
LEOPOLDO Carpinteiro PERES, 101, 106, 113, 125, 133, 134, 141, 145, 175, **180-181**
LERİ SANTOS, Jarbas de, 96, 103, 120, 130, 141, 149, 361, 424, **426-427**
LEVINDO Eduardo COELHO, 101, 105, 106, 111, 114, 125, 132, 136, 149, 361, 362, **365-367**
LIBÂNIO Leite Ribeiro, JOAQUIM, 100, 116, 127, 132, 136, 149, 361, **384**
LICURGO LEITE Filho, 102, 119, 129, 137, 149, 361, **403-404**
LIMA, Aristóteles BAYARD Lucas de, 41, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **563-564**
LIMA, HERMES, 16, 22, 25, 40, 94, 104, 109, 122, 144, 147, 232, 259, 276, **281-284**, 333, 397, 544, 584, 660, 713, 757
LIMA, João FERREIRA, 101, 105, 115, 126, 132, 136, 151, 481, 482, **492-493**
LIMA, NORALDINO, 101, 104, 106, 112, 113, 115, 126, 134, 135, 149, 361, 367, 369,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 390-392**
- LIMA, OSVALDO Cavalcanti da Costa, 97, 101, 105, 115, 126, 134, 135, 151, 481, 497, **498-499**, 625, 639
- LIMA CAVALCANTI, Carlos de, 97, 102, 108, 116, 117, 118, 128, 137, 138, 139, 151, 481, 501, 504, **509-510**, 514, 517, 522
- Lima FONTES ROMERO, José de, 100, 116, 127, 136, 147, 165, 259, 299, **300-301**
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José BARBOSA, 25, 101, 105, 115, 126, 134, 135, 151, 453, 481, 482, **489-491**, 494, 603, 747
- LINDEMBERG, CARLOS Fernando Monteiro, 101, 105, 111, 124, 132, 133, 148, 302, **310-311**
- LINHARES, José ALVES, 37, 40, 41, 67, 104, 122, 131, 143, 146, 234, 255, **256-257**
- LINO Rodrigues MACHADO, 104, 109, 121, 142, 148, 334, 344, 345, **347-349**
- LINS de Albuquerque, ETELVINO, 100, 110, 112, 123, 124, 134, 151, 481, 482, **483-484**, 495
- Lins de ALBUQUERQUE, TEÓDULO, 40, 104, 122, 131, 143, 146, 186, 232, **233**
- LINS de Albuquerque, ULISSES, 25, 100, 116, 127, 133, 134, 151, 481, 482, 483, **500-501**
- Lobo GUIMARÃES, ALTAMIRO, 101, 106, 112, 116, 123, 124, 134, 153, 635, **643-644**
- LOPES, LAURO Sodré, 92, 101, 105, 112, 134, 135, 150, 466, **473-474**
- Lopes, PAULO SARASATE Ferreira, 97, 102, 107, 119, 129, 138, 139, 146, 188, 234, **247-250**, 274, 312, 625
- LOPES CANCÂDO, José Maria, 102, 107, 108, 119, 128, 137, 149, 361, 376, 392, **404-405**
- Lopes DE CARVALHO Filho, ALOÍSIO, 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 186, **187-189**, 323, 660, 668
- Lopes de FARIAS JÚNIOR, Esperidião, 100, 111, 114, 124, 125, 132, 136, 145, 159, **165**
- LOPES FERRAZ Neto, José, 100, 114, 126, 136, 154, 652, 653, 662, **678**
- LOURENÇAO, ROMEU de Andrade, 102, 129, 137, 154, 652, **713-715**
- Lourenço BEZERRA, GREGÓRIO, 25, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 151, 481, 510, **514-516**
- Lucas de LIMA, Aristóteles BAYARD, 41, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **563-564**
- LUDOVICO Teixeira, PEDRO, 25, 47, 100, 110, 111, 122, 123, 124, 132, 136, 148, 319,
- 320-321**, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 761
- LUÍS CARLOS PRESTES, 17, 18, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 147, 201, 259, 273, 274, 283, 286, **287-291**, 292, 364, 381, 426, 513, 533, 562, 563, 564, 584, 589, 590, 592, 594, 637, 660, 667, 672, 723
- LUÍS CARVALHO, 101, 105, 106, 111, 133, 135, 148, 335, **341-342**
- LUÍS CLÁUDIO de Freitas Rosa, 101, 105, 106, 111, 133, 135, 148, 335, **341-342**
- Luís de Meneses MEDEIROS NETO, 100, 115, 126, 134, 135, 145, 159, **168-169**
- LUÍS de Oliveira BARRETO Filho, 100, 115, 126, 132, 133, 146, 186, 213, 218, **222-223**
- Luís de TOLEDO PIZA Sobrinho, 102, 107, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 154, 652, **715-717**
- Luís Geolás de MOURA CARVALHO, 101, 105, 115, 126, 133, 136, 150, 428, **437-439**, 440
- Luís Gonzaga NOVELLI JÚNIOR, 100, 116, 127, 133, 136, 154, 650, 654, **681-682**, 711
- LUÍS LAGO de Araújo, 102, 120, 129, 140, 146, 186, **228-229**
- Luís MÉRCIO TEIXEIRA, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **578**
- Luís MILTON PRATES, 41, 96, 100, 113, 135, 149, 361, **389-390**
- Luís RÉGIS PACHECO Pereira, 97, 98, 100, 106, 113, 125, 136, 146, 186, 213, **225-226**
- LUÍS VIANA FILHO, 52, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 146, 186, 187, 188, 191, 192, **202-203**
- LUZARDO, João BATISTA, 101, 105, 112, 115, 127, 133, 136, 152, 553, 554, **561-563**, 564

M

- Macedo Soares Affonsoa, JOSÉ ARMANDO de, 96, 101, 107, 116, 127, 133, 135, 154, 652, 654, **676-678**
- MACHADO, CELSO Porfírio de Araújo, 95, 101, 105, 106, 112, 124, 133, 135, 149, 361, **374-375**
- MACHADO, CRISTIANO Monteiro, 101, 105, 106, 112, 113, 114, 117, 124, 128, 132, 133, 149, 361, 362, **375-376**, 378, 398
- MACHADO, LINO Rodrigues, 104, 109, 121, 142, 148, 334, 344, 345, **347-349**
- MACHADO COELHO de Castro, José, 41, 52, 66, 101, 105, 116, 127, 132, 134, 154, 652, **679**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- Machado DE MENDONÇA, DEODORO, 40, 93, 104, 109, 122, 130, 133, 150, 428, **444-445**
- MACHADO de Siqueira, JALES, 102, 117, 137, 140, 148, 319, 321, 322, 325, 327, 328, 329, **331-334**
- Machado FILHO, Alexandre MARCONDES, 57, 103, 108, 113, 120, 125, 129, 140, 141, 154, 260, 268, 272, 487, 600, 610, 652, **687-689**
- MACIEL, LEANDRO Maynard, 102, 107, 119, 137, 140, 155, 737, **742-743**
- MAFRA, ANTÔNIO Mário, 41, 67, 100, 114, 125, 136, 145, 159, **164-165**
- MAGALHÃES, AGAMENON Sérgio de Godói, 17, 58, 94, 101, 105, 106, 110, 112, 115, 123, 124, 126, 134, 135, 151, 214, 461, 482, 483, 484, 486, **487-489**, 494, 495, 497, 498, 548, 553, 758
- MAGALHÃES, JURACI Montenegro, 25, 95, 101, 116, 117, 137, 139, 146, 186, 188, 191, 198, **199-201**, 204, 226, 509, 757
- Magalhães, PLÍNIO Pompeu de SABÓIA, 102, 107, 118, 140, 146, 234, 235
- MAGALHÃES Cardoso BARATA, Joaquim de, 47, 94, 100, 110, 123, 136, 150, 214, 428, 429, **430-432**, 437, 438, 439, 441
- MAGALHÃES da Silveira, DIÓGENES, 96, 100, 116, 127, 136, 148, 319, **324-325**
- MAGALHÃES PINTO, José de, 102, 119, 128, 136, 138, 149, 250, 361, 392, 398, **405-407**
- MAIA, ÁLVARO Botelho, 97, 101, 105, 110, 111, 114, 123, 133, 135, 145, **175-176**, 178, 180, 182, 235, 437
- Maia Filho, JOÃO AGRIPINO, 93, 102, 119, 129, 137, 138, 150, 446, 447, 450, **454-455**
- Malagueta de PONTES, GERCINO, 95, 100, 112, 124, 136, 151, 481, 482, **493-495**
- MANGABEIRA, OTÁVIO, 56, 92, 102, 107, 108, 116, 119, 128, 133, 135, 138, 139, 140, 146, 163, 166, 186, 188, 190, 196, 198, 200, 202, 205, **207-210**, 217, 225, 232, 252, 264, 279, 280, 290, 295, 323, 324, 371, 373, 383, 397, 402, 412, 443, 496, 497, 530, 551, 557, 563, 583, 602, 606, 609, 615, 625, 626, 629, 640, 666, 673, 695, 697
- Manuel BENÍCIO FONTENELLE, 96, 102, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **265-266**
- MANUEL Cavalcanti de NOVAES, 102, 107, 118, 139, 146, 186, **203-204**
- Manuel do Nascimento FERNANDES TÁVORA, 25, 56, 97, 102, 107, 116, 117, 138, 139, 146, 234, 235, **241-243**, 245, 542, 760
- Manuel do Nascimento VARGAS NETO, 103, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **275-276**, 657
- MANUEL DUARTE, 100, 114, 134, 135, 152, 553, **576-577**
- Manuel SEVERIANO NUNES, 98, 102, 107, 117, 128, 138, 145, 175, 181, **183-184**
- MANUEL VÍTOR de Azevedo, 96, 104, 122, 131, 143, 154, 652, **735-736**
- MARANHÃO, JARBAS Cardoso de Albuquerque, 100, 112, 115, 124, 126, 134, 136, 151, 481, 482, **495-496**
- MARBACK, GUILHERME Carneiro da Rocha, 100, 106, 111, 113, 124, 133, 134, 146, 186, 213, 216, **220-221**
- MARCONDES Machado FILHO, Alexandre, 57, 103, 108, 113, 120, 125, 129, 140, 141, 154, 260, 268, 272, 487, 600, 610, 652, **687-689**
- Maria ALKMIM, JOSÉ, 101, 105, 112, 115, 124, 126, 132, 133, 134, 149, 361, **384-386**
- Maria CRISPIM, JOSÉ, 96, 98, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 153, 650, 717, **724-727**
- MARIA de Melo, JOSÉ, 100, 113, 125, 134, 135, 136, 145, 159, 166
- Maria de Resende CORREIA, ANTÔNIO, 102, 119, 129, 138, 139, 151, 521, **526-527**
- Maria LOPES CANÇADO, José, 102, 107, 108, 119, 128, 137, 149, 361, 376, 392, **404-405**
- MARIANI Bittencourt, CLEMENTE, 56, 102, 107, 119, 129, 136, 137, 138, 139, 146, 186, 190, **193-196**, 668, 747
- MARIGHELA, CARLOS, 92, 103, 108, 121, 130, 141, 146, 186, **229-232**, 294, 297, 667, 706
- MÁRIO Caldeira BRANT, Augusto, 104, 109, 121, 130, 142, 149, 361, 411, **422-424**, 583, 655
- MÁRIO GOMES de Barros, 102, 107, 137, 138, 145, 159, 171, **172-173**
- Mário MAFRA, ANTÔNIO, 41, 67, 100, 114, 125, 136, 145, 159, **164-165**
- MÁRIO MASAGÃO, 94, 102, 117, 137, 138, 154, 652, 671, **705-707**
- Marques, ALTINO ARANTES, 104, 109, 111, 121, 142, 154, 652, **729-732**
- MARTINIANO DE ARAÚJO, Gabriel, 101, 106, 113, 125, 132, 135, 139, 149, 350, 357, **358-359**
- Martins da ROCHA Filho, EUZÉBIO, 67, 98,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 103, 120, 130, 140, 154, 652, 687, **691-693**
MARTINS FILHO, João Gomes, 98, 100, 116, 127, 133, 154, 652, 654, **679-681**
MARTINS, VESPASIANO Barbosa, 102, 107, 118, 128, 137, 140, 148, 350, **352-353**
Martins SOARES, ASDRÚBAL, 94, 101, 105, 111, 114, 135, 136, 147, 302, **308-309**
MASAGÃO, MÁRIO, 94, 102, 117, 137, 138, 154, 652, 671, **705-707**
MATA, ABELARDO dos Santos, 95, 103, 119, 129, 140, 141, 153, 600, **633-634**
MATHIAS OLÍMPIO de Mello, 102, 117, 138, 139, 151, 521, **523-525**
MATOS, AFONSO da Silva, 100, 113, 125, 136, 148, 335, **338-339**
MAURÍCIO GRABOIS, 97, 103, 108, 121, 130, 141, 147, 259, 286, 294, **296-299**, 492, 625, 667
Maurício GRACCHO CARDOSO, 67, 93, 101, 105, 106, 111, 112, 133, 135, 155, 737, 741, 743, **744-745**
Mauro RENAULT LEITE, 100, 115, 126, 136, 151, 521, 530, **531-532**
Max TAVARES D'AMARAL, 102, 119, 129, 137, 153, 635, **649-650**
Maynard MACIEL, LEANDRO, 102, 107, 119, 137, 140, 155, 737, **742-743**
Medeiros, JOSÉ AUGUSTO Bezerra de, 56, 102, 107, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 139, 152, 224, 345, 365, 524, 534, 536, 537, 539, 542, **546-549**, 619, 704
MEDEIROS NETO, Luís de Meneses, 100, 115, 126, 134, 135, 145, 159, **168-169**
Mello, MATHIAS OLÍMPIO de, 102, 117, 138, 139, 151, 521, **523-525**
Melo, JOSÉ JOFFILY Bezerra de, 100, 112, 124, 134, 150, 446, 459, 460, **462-464**
Melo, JOSÉ MARIA de, 100, 113, 125, 134, 135, 136, 145, 159, **166**
MELO, José MUNHOZ DE, 100, 114, 125-126, 134, 151, 466, **473-475**
MELO, Tarcio VIEIRA DE, 100, 111, 123, 133, 146, 186, 201, 213, 214, 221, **226-228**, 584
MELO BRAGA, Rubens de, 97, 102, 120, 130, 140, 151, 466, **479-480**
Melo FREYRE, GILBERTO de, 95, 102, 118, 138, 139, 151, 201, 371, 481, 501, **505-507**, 508, 523, 667
MELO VIANA, Fernando de, 92, 101, 106, 110, 111, 121, 132, 133, 149, 306, 361, **363-365**, 367, 368, 395, 417, 418, 422, 499, 516, 620
MENDES da Costa Filho, JOÃO, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 146, 186, 187, 188, **197-199**
MENDES, EZEQUIEL da Silva, 103, 120, 130, 141, 149, 361, 424, **425**
MENDONÇA, DEODORO Machado DE, 40, 93, 104, 109, 122, 130, 133, 150, 428, **444-445**
Meneses MEDEIROS NETO, Luís de, 100, 115, 126, 134, 135, 145, 159, **168-169**
Meneses MONTEIRO, AGOSTINHO de, 95, 102, 107, 108, 119, 129, 137, 138, 139, 140, 150, 428, **441-442**, 581, 583, 634, 714
MÉRCIO TEIXEIRA, Luís, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **578**
MESQUITA, Francisco DUQUE DE, 101, 106, 116, 127, 133-134, 149, 361, **376-377**
Mesquita da COSTA, ADROALDO, 94, 96, 101, 105, 106, 113, 125, 133, 134, 150, 227, 553, **558-560**
MIGUEL COUTO Filho, 101, 106, 107, 115, 127, 132, 134, 136, 153, 224, 365, 549, 600, 601, **618-620**
Miguel FARAH, BENJAMIN, 102, 120, 130, 141, 147, 259, 260, **267-268**
Milton CAIRES DE BRITO, 94, 103, 141, 142, 154, 652, 667, 717, **718-722**
MILTON da Silveira, ARISTIDES, 41, 100, 114, 125, 134, 136, 146, 186, 213, **218**
MILTON PRATES, Luís, 41, 96, 100, 113, 135, 149, 361, **389-390**
MILTON Soares CAMPOS, 93, 102, 107, 118, 119, 128, 137, 138, 139, 149, 361, 373, 378, 389, 395, **407-409**, 423
MONTE, FRANCISCO de Almeida, 101, 106, 116, 127, 132, 146, 234, **250-251**
MONTEIRO, AGOSTINHO de Meneses, 95, 102, 107, 108, 119, 129, 137, 138, 139, 140, 150, 428, **441-442**, 581, 583, 634, 714
MONTEIRO, HONÓRIO Fernandes, 93, 100, 116, 127, 133, 134, 154, 652, 654, 664, **671-672**
Monteiro, ISMAR DE GÓIS, 47, 100, 110, 111, 115, 123, 124, 126, 135, 136, 145, 159, 160-161, 165, 168, 169, 174, 264, 588, 590
Monteiro, SILVESTRE PÉRICLES de Góis, 94, 100, 110, 115, 123, 126, 134, 136, 145, 159, 160, 161, 167, **169-171**, 173, 178, 214, 219, 264, 409, 585
MONTEIRO DE CASTRO, José, 96, 102, 118, 128, 137, 149, 361, 392, **409-410**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- Monteiro LINDEMBERG, CARLOS Fernando, 101, 105, 111, 124, 132, 133, 148, 302, **310-311**
- Monteiro MACHADO, CRISTIANO, 101, 105, 106, 112, 113, 114, 117, 124, 128, 132, 133, 149, 361, 362, **375-376**, 378, 398
- Monteiro SOARES FILHO, José, 93, 96, 102, 107, 108, 119, 137, 139, 153, 600, 608, 621, 623, **627-629**, 697, 703
- MONTENEGRO, LAURO Bezerra, 92, 100, 111, 136, 145, 159, **166-167**, 667, 706
- Montenegro MAGALHÃES, JURACI, 25, 95, 101, 116, 117, 137, 139, 146, 186, 188, 191, 198, **199-201**, 204, 226, 509, 757
- Morais CORREIA Filho, JONAS de, 100, 116, 127, 134, 135, 136, 147, 259, **299-300**
- Morais COUTINHO, ALCEDO de, 95, 103, 108, 121, 130, 142, 151, 481, 510, **513-514**, 667
- MOREIRA DA ROCHA, Crisanto, 97, 100, 116, 127, 146, 234, 250, **251-252**
- Moreira LEIVAS, ANTERO, 97, 101, 106, 116, 127, 133, 134, 150, 553, 554, **560-561**
- MOTA, Eduardo FRÓIS DA, 41, 100, 114, 125, 132, 136, 146, 186, 213, **219-220**
- MOTA NETO, Vicente da, 100, 113, 115, 126, 132, 133, 152, 534, **540-541**
- MOURA, GETÚLIO Barbosa de, 101, 107, 114, 126, 133, 153, 600, 601, **615-616**
- MOURA CARVALHO, Luís Geolás de, 101, 105, 115, 126, 133, 136, 150, 428, **437-439**, 440
- Mourão BOGÉA, ANTENOR Américo, 96, 112, 117, 118, 128, 138, 148, 335, 344, **346-347**
- MUNHOZ DA ROCHA Neto, Bento, 102, 103, 122, 130, 142, 143, 151, 466, **477-479**
- MUNHOZ DE MELO, José, 100, 114, 125-126, 134, 151, 466, **473-475**
- N**
- Napoleão CARNEIRO da Silva, OSCAR, 97, 101, 106, 114, 126, 132, 133, 151, 481, 493, **496-498**
- Nascimento FERNANDES TÁVORA, Manuel do, 25, 56, 97, 102, 107, 116, 117, 138, 139, 146, 234, 235, **241-243**, 245, 542, 760
- Nascimento VARGAS NETO, Manuel do, 103, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **275-276**, 657
- NEGREIROS FALCÃO, Artur, 100, 105, 116, 127, 132, 134, 146, 186, 213, 221, **223-225**
- NEIVA de Souza, JOSÉ, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 335, **340-341**
- NELSON da Silva PARIJÓS, 98, 100, 113, 132, 133, 136, 150, 428, **439-440**
- NEREU de Oliveira RAMOS, 47, 49, 92, 94, 101, 104, 106, 111, 113, 123, 133, 134, 135, 153, 280, 324, 371, 465, 480, 588, 606, 609, 625, 635, 636, 637, **638-642**, 643, 645, 646, 648, 669, 670, 724
- NESTOR DUARTE Guimarães, 97, 102, 107, 119, 128, 137, 138, 139, 146, 186, 187, 188, **205-207**, 544, 660, 672, 706
- Neto VELASCO, DOMINGOS, 40, 49, 96, 98, 104, 109, 122, 144, 148, 319, 322, **329-331**, 332
- NEVES, ALFREDO da Silva, 95, 101, 106, 110, 112, 113, 123, 124, 125, 134, 135, 136, 153, 600, **601-603**
- NEVES, LEOPOLDO Amorim da Silva, 97, 108, 120, 134, 145, 175, 184, **185**
- NEVES, Paulo BAETA, 94, 102, 120, 130, 140, 141, 147, 259, **261-262**
- Nicácio Neto, PEDRO DUTRA, 101, 105, 106, 114, 134, 149, 361, **393-394**
- NICOLAU de Araújo VERGUEIRO, 101, 105, 106, 116, 127, 136, 152, 553, **579-580**
- NÓBREGA, FERNANDO Carneiro da Cunha, 102, 107, 117, 118, 128, 137, 139, 150, 446, 447, **452-454**, 455
- NOGUEIRA, CARLOS Pereira, 100, 116, 127, 134, 150, 428, **432-433**
- NOGUEIRA, HAMILTON de Lacerda, 96, 102, 119, 129, 138, 139, 147, 227, 259, 271, **276-278**, 449, 632
- NOGUEIRA, José Carlos de ATALIBA, 93, 94, 100, 113, 116, 133, 134, 135, 154, 217, 402, 443, 652, 653, 654, **657-661**, 717, 721, 726
- Nogueira ADEODATO, JOÃO, 40, 104, 122, 131, 143, 147, 234, 255, **257-258**
- NOGUEIRA Filho, PAULO, 102, 107, 119, 128, 137, 138, 154, 285, 652, **707-710**
- NORALDINO LIMA, 101, 104, 106, 112, 113, 115, 126, 134, 135, 149, 361, 367, 369, **390-392**
- NOVAES, MANUEL Cavalcanti de, 102, 107, 118, 139, 146, 186, **203-204**
- NOVAIS, HENRIQUE DE, 100, 114, 125, 135, 136, 147, 302, **305-306**, 309
- NOVAIS FILHO, Antônio de, 95, 100, 112, 114,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

124, 126, 132, 133, 151, 481, **485-486**
NOVELLI JÚNIOR, Luís Gonzaga, 100, 116,
127, 133, 136, 154, 650, 654, **681-682**, 711
NUNES, Manuel SEVERIANO, 98, 102, 107,
117, 128, 138, 145, 175, 181, **183-184**
Nunes PACHECO, ALARICO, 102, 107, 119,
138, 139, 148, 335, 344, 345

O

ODILON da Silva SOARES, 100, 116, 127, 133,
136, 148, 335, **342-343**
OLAVO OLIVEIRA, 40, 104, 109, 122, 131,
143, 146, 234, 254, **255-256**
OLINTO FONSECA Filho, 97, 100, 113, 125,
136, 149, 361, **392-393**
OLIVEIRA, AGOSTINHO Dias DE, 98, 103,
108, 121, 130, 142, 151, 481, 510, **511-512**
OLIVEIRA, Aníbal DUARTE D', 101, 106, 115,
126, 132, 135, 150, 428, **433-434**
Oliveira Freitas, OSÓRIO TUIUTI de, 102, 119,
129, 138, 139, 152, 553, 585, **589-591**
Oliveira, GLICÉRIO ALVES de, 101, 106, 116,
127, 133, 134, 152, 553, **573-575**
Oliveira, JOÃO CLEOFAS de, 94, 102, 107, 108,
117, 118, 137, 140, 151, 481, 499, 501,
507-509, 583
Oliveira, JUSCELINO KUBITSCHKEK de, 96,
101, 105, 113, 114, 125, 136, 149, 361,
386-388
OLIVEIRA, OLAVO, 40, 104, 109, 122, 131,
143, 146, 234, 254, **255-256**
Oliveira BARRETO Filho, LUÍS de, 100, 115,
126, 132, 133, 146, 186, 213, 218, **222-223**
Oliveira COSTA, José CÉSAR de, 101, 106, 113,
114, 125, 133, 154, 652, 653, **662-663**
Oliveira FIGUEIREDO, EUCLIDES de, 102,
117, 119, 128, 137, 139, 147, 259, 269, 271,
273, 276, **278-280**, 297, 341, 442, 517, 588,
594, 605, 641, 704, 713, 734
Oliveira RAMOS, NEREU de, 47, 49, 92, 94,
101, 104, 106, 111, 113, 123, 133, 134, 135,
153, 280, 324, 371, 465, 480, 588, 606, 609,
625, 635, 636, 637, **638-642**, 643, 645, 646,
648, 669, 670, 724
OLYMPIO de Mello, MATHIAS, 102, 117, 138,
139, 151, 521, **523-525**
Onofre de PINTO ALEIXO, Renato, 58, 100,
110, 123, 124, 128, 136, 146, 178, 186, 196,
213-214, 216, 221, 225, 226

ORLANDO BRASIL 100, 112, 125, 135, 153,
635, **645**
OSCAR Napoleão CARNEIRO da Silva, 97, 101,
106, 114, 126, 132, 133, 151, 481, 493,
496-498
OSMAR de Araújo AQUINO, 67, 102, 118, 128,
137, 150, 446, 447, **457-458**
OSÓRIO TUIUTI de Oliveira Freitas, 102, 119,
129, 138, 139, 152, 553, 585, **589-591**
OSVALDO Cavalcanti da Costa LIMA, 97, 101,
105, 115, 126, 134, 135, 151, 481, 497,
498-499, 625, 639
OSVALDO PACHECO da Silva, 67, 96, 103,
142, 154, 267, 652, 717, **727-729**
OSWALDO STUDART Filho, 97, 100, 106, 113,
125, 132, 136, 147, 234, 250, **252-253**
OTACÍLIO Vieira da COSTA, 101, 106, 114,
115, 116, 133, 153, 635, **645-646**
OTÁVIO MANGABEIRA, 56, 92, 102, 107, 108,
116, 119, 128, 133, 135, 138, 139, 140, 146,
163, 166, 186, 188, 190, 196, 198, 200, 202,
205, **207-210**, 217, 225, 232, 252, 264, 279-,
280, 290, 295, 323, 324, 371, 373, 383, 397,
402, 412, 443, 496, 497, 530, 551, 557, 563,
583, 602, 606, 609, 615, 625, 626, 629, 640,
666, 673, 695, 697

P

PACHECO, ALARICO Nunes, 102, 107, 119,
138, 139, 148, 335, 344, **345**
PACHECO, SIGEFREDO, 100, 113, 133, 134,
136, 151, 521, 530, **532-533**
PACHECO da Silva, OSVALDO, 67, 96, 103,
142, 154, 267, 652, 717, **727-729**
PACHECO Pereira, Luís RÉGIS, 97, 98, 100,
106, 113, 125, 136, 146, 186, 213, **225-226**
Paes DE BARROS, AGRÍCOLA, 102, 107, 108,
119, 129, 139, 148, 350, **353-354**
Palleta de Rezende TOSTES, LAIR, 100, 113,
133, 134, 149, 361, **388-389**
PALMA, José ALVES, 101, 105, 116, 127, 133,
154, 650, **654-655**, 672
PALMEIRA, RUI Soares, 101, 118, 137, 138,
139, 145, 159, 171, **173-174**
PARANHOS, GALENO, 98, 101, 106, 111, 112,
124, 125, 133, 148, 319, **325-327**, 480, 668
PARIJÓS, NELSON da Silva, 98, 100, 113, 132,
133, 136, 150, 428, **439-440**
PASSOS, Gabriel de REZENDE, 95, 102, 107,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 117, 118, 128, 137, 138, 149, 250, 361, 392, 397, **398-401**, 584, 626, 638
- Paula Pessoa RODRIGUES, EGBERTO de, 97, 101, 129, 137, 140, 146, 179, 234, **240-241**, 435
- Paulo Afonso VIEIRA DE RESENDE, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 302, **312-313**
- Paulo BAETA NEVES, 94, 102, 120, 130, 140, 141, 147, 259, **261-262**
- PAULO da Silva FERNANDES, 97, 100, 114, 126, 133, 136, 153, 600, 601, **620-621**
- PAULO NOGUEIRA Filho, 102, 107, 119, 128, 137, 138, 154, 285, 652, **707-710**
- PAULO Pessoa GUERRA, 67, 98, 100, 114, 115, 126, 133, 134, 151, 481, 482, **499-500**
- PAULO SARASATE Ferreira Lopes, 97, 102, 107, 119, 129, 138, 139, 146, 188, 234, **247-250**, 274, 312, 625
- Pedreira DE FREITAS, LAURO Farani, 100, 113, 125, 134, 136, 146, 186, 213, **221-222**
- PEDRO DUTRA Nicácio Neto, 101, 105, 106, 114, 134, 149, 361, **393-394**
- PEDRO Leão Fernandes Espinosa VERGARA, 101, 105, 116, 127, 134, 135, 152, 553, 554, **580-581**
- PEDRO LUDOVICO Teixeira, 25, 47, 100, 110, 111, 122, 123, 124, 132, 136, 148, 319, **320-321**, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 761
- PEDROSA, VALDEMAR, 93, 100, 106, 110, 111, 133, 134, 145, 175, **177-179**
- Pedroso, JOÃO AMAZONAS de Sousa, 96, 103, 108, 121, 130, 142, 147, 259, 286, **293-296**
- PEDROSO JÚNIOR, José Correia, 103, 106, 120, 129, 141, 154, 650, 687, **698-699**
- PEIXOTO, Ernâni do AMARAL, 25, 96, 100, 111, 112, 115, 123, 124, 127, 136, 153, 600, 601, 602, **606-608**, 610, 614, 617, 619, 622, 629
- Peltier DE QUEIROZ, EUNÁPIO, 95, 100, 114, 125, 136, 146, 186, 213, **218-219**
- PEREIRA, Edgar BATISTA, 41, 101, 107, 112, 125, 133, 154, 652, **661-662**
- Pereira, Luís RÉGIS PACHECO, 97, 98, 100, 106, 113, 125, 136, 146, 186, 213, **225-226**
- PEREIRA DA SILVA, Francisco, 96, 97, 100, 111, 113, 133, 145, 175, **181-183**
- Pereira FRAGA, ALBÉRICO, 102, 108, 118, 137, 138, 146, 186, 187, 188, **189-190**, 660, 667
- PEREIRA JÚNIOR, Antônio José, 101, 103, 111, 133, 148, 335, **337-338**
- PEREIRA Júnior, Francisco RODRIGUES, 101, 105, 106, 116, 127, 133, 149, 361, **394-395**
- Pereira NOGUEIRA, CARLOS, 100, 116, 127, 134, 150, 428, **432-433**
- PEREIRA PINTO, José Carlos, 100, 115, 127, 132, 133, 153, 600, **603-604**, 612
- PERES, LEOPOLDO Carpinteiro, 101, 106, 113, 125, 133, 134, 141, 145, 175, **180-181**
- PÉRICLES de Góis Monteiro, SILVESTRE, 94, 100, 110, 115, 123, 126, 134, 136, 145, 159, 160, 161, 167, **169-171**, 173, 178, 214, 219, 264, 409, 585
- Pessoa GUERRA, PAULO, 67, 98, 100, 114, 115, 126, 133, 134, 151, 481, 482, **499-500**
- Pessoa RODRIGUES, EGBERTO de Paula, 97, 101, 129, 137, 140, 146, 179, 234, **240-241**, 435
- PILLA, RAUL, 93, 104, 109, 122, 144, 152, 189, 256, 262, 289, 453, 469, 548, 553, 562, 588, 596, **597-599**, 699
- Pinheiro BARREIRA, GENTIL, 102, 107, 117, 128, 138, 147, 234, **244-245**
- PINHEIRO da Silva, ISRAEL, 101, 106, 112, 115, 124, 126, 132, 133, 136, 149, 361, 362, **380-382**, 394
- PINTO, Edmundo BARRETO, 48, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 147, 161, 163, 259, 260, **262-265**, 588, 594
- PINTO, José Carlos PEREIRA, 100, 115, 127, 132, 133, 153, 600, **603-604**, 612
- PINTO, José de MAGALHÃES, 102, 119, 128, 136, 138, 149, 250, 361, 392, 398, **405-407**
- PINTO ALEIXO, Renato Onofre de, 58, 100, 110, 123, 124, 128, 136, 146, 178, 186, 196, **213-214**, 216, 221, 225, 226
- Pinto DANTAS JÚNIOR, João da Costa, 102, 107, 117, 127, 128, 138, 146, 186, **196-197**
- PINTO Filho, CARLOS, 101, 106-107, 114, 133, 153, 391, 497, 544, 600, 601, 604, 609, **611-613**
- PIRES Ferreira, JURANDIR de Castro, 97, 102, 117, 128, 138, 140, 147, 259, 274, 276, **284-286**, 304, 584, 709, 710
- PIZA Sobrinho, Luís de TOLEDO, 102, 107, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 154, 652, **715-717**
- PLÍNIO BARRETO, 94, 102, 116, 138, 139, 154, 266, 269, 652, 701, **710-713**
- PLÍNIO LEMOS, 102, 117, 138, 150, 446, 447,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

458-460

- PLÍNIO Pompeu de SABÓIA Magalhães, 102, 107, 118, 140, 146, 234, 235
Pompeu de SABÓIA Magalhães, PLÍNIO, 102, 107, 118, 140, 146, 234, 235
PONCE DE ARRUDA, João, 101, 106, 111, 114, 124, 136, 149, 350, 357, 359-360
PONTES, GERCINO Malagueta de, 95, 100, 112, 124, 136, 151, 481, 482, 493-495
Porfírio de Araújo MACHADO, CELSO, 95, 101, 105, 106, 112, 124, 133, 135, 149, 361, 374-375
PORTO, José da COSTA, 98, 100, 115, 126, 132, 134, 151, 481, 491-492
Porto da FONSECA, TEODOMIRO, 100, 114, 126, 135, 136, 152, 553, 554, 584-585
Prado FRANCO, WÁLTER do, 85, 102, 119, 129, 137, 155, 737, 738-739
PRADO KELLY, José Eduardo do, 92, 94, 102, 107, 119, 129, 137, 139, 153, 271, 600, 621, 623-626, 639, 640, 697
PRATES, Luís MILTON, 41, 96, 100, 113, 135, 149, 361, 389-390

- PRESTES, LUÍS CARLOS, 17, 18, 103, 108, 121, 130, 141, 142, 147, 201, 259, 273, 274, 283, 286, 287-291, 292, 364, 381, 426, 513, 533, 562, 563, 564, 584, 589, 590, 592, 594, 637, 660, 667, 672, 723

Q

- QUEIROZ, EUNÁPIO Peltier DE, 95, 100, 114, 125, 136, 146, 186, 213, 218-219
Queiroz, JOSÉ GAUDÊNCIO Correia de, 41, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 150, 446, 450, 456-457

R

- RAFAEL CINCURÁ de Andrade, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 146, 186, 210-211
Raimundo de AREIA LEÃO, 100, 112, 114, 124, 136, 151, 521, 530-531
RAMOS, NEREU de Oliveira, 47, 49, 92, 94, 101, 104, 106, 111, 113, 123, 133, 134, 135, 153, 280, 324, 371, 465, 480, 588, 606, 609, 625, 635, 636, 637, 638-642, 643, 645, 646, 648, 669, 670, 724
Ramos da SILVA, ADERBAL, 101, 106, 116, 127, 132, 133, 153, 635, 642-643

- RAUL BARBOSA, 100, 115, 126, 133, 147, 233, 250, 253-254
RAUL PILLA, 93, 104, 109, 122, 144, 152, 189, 256, 262, 289, 453, 469, 548, 553, 562, 588, 596, 597-599, 699
RÉGIS PACHECO Pereira, Luís, 97, 98, 100, 106, 113, 125, 136, 146, 186, 213, 225-226
Renato Onofre de PINTO ALEIXO, 58, 100, 110, 123, 124, 128, 136, 146, 178, 186, 196, 213-214, 216, 221, 225, 226
RENAULT LEITE, Mauro, 100, 115, 126, 136, 151, 521, 530, 531-532
REQUIÃO, ALTAMIRANDO, 100, 105, 111, 124, 133, 134, 135, 146, 186, 213, 216-217
Resende CORREIA, ANTÔNIO Maria de, 102, 119, 129, 138, 139, 151, 521, 526-527
RESENDE, Paulo Afonso VIEIRA DE, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 302, 312-313
REZENDE PASSOS, Gabriel de, 95, 102, 107, 117, 118, 128, 137, 138, 149, 250, 361, 392, 397, 398-401, 584, 626, 638
Rezende TOSTES, LAIR Palletta de, 100, 113, 133, 134, 149, 361, 388-389
RIBAS, José da ROCHA, 41, 100, 116, 127, 135, 150, 428, 438, 440
RIBEIRO, ADALBERTO Jorge Rodrigues, 102, 107, 119, 129, 137, 150, 446, 447-448
Ribeiro, BENEDITO VALLADARES, 25, 68, 93, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 123, 124, 125, 133, 149, 361, 362, 364, 366, 370-372, 373, 374, 375, 376, 380, 385, 387, 391, 392, 393, 394, 399, 400, 402, 403, 404, 405, 406, 408, 409, 410, 415, 421, 426, 427, 497, 528, 554, 555, 639, 669, 670, 761
Ribeiro, JOAQUIM LIBÂNIO Leite, 100, 116, 127, 132, 136, 149, 361, 384
Ribeiro CARNEIRO, HUGO, 92, 100, 105, 111, 132, 134, 145, 156, 157-158, 471, 473, 475
Ribeiro Coutinho Filho, JOÃO ÚRSULO, 102, 118, 128, 136, 137, 138, 150, 446, 447, 455-456
ROBERTO GLASSER, 101, 106, 113, 125, 132, 150, 466, 467-469, 474
ROBERTO GROSSENBACKER, 101, 107, 115, 132, 153, 635, 647
ROCHA, ADELMAR Soares da, 102, 107, 119, 139, 140, 151, 521, 525-526
ROCHA, Crisanto MOREIRA DA, 97, 100, 116, 127, 146, 234, 250, 251-252
ROCHA, DÂMASO, 100, 116, 127, 134, 135,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 152, 553, 554, **567-568**
 ROCHA, ELÓI José da, 100, 117, 127, 133, 134, 152, 553, 554, 561, **570-572**
 ROCHA, José Diogo BROCHADO DA, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **565-567**, 706
 ROCHA Filho, EUZÉBIO Martins da, 67, 98, 103, 120, 130, 140, 154, 652, 687, **691-693**
 Rocha MARBACK, GUILHERME Carneiro da, 100, 106, 111, 113, 124, 133, 134, 146, 186, 213, 216, **220-221**
 ROCHA Neto, Bento MUNHOZ DA, 102, 103, 122, 130, 142, 143, 151, 466, **477-479**
 ROCHA RIBAS, José da, 41, 100, 116, 127, 135, 150, 428, 438, **440**
 RODRIGUES, EGBERTO de Paula Pessoa, 97, 101, 129, 137, 140, 146, 179, 234, **240-241**, 435
 RODRIGUES, Helvécio COELHO, 52, 102, 108, 119, 128, 139, 151, 392, **521**, **527-529**
 Rodrigues da CRUZ, DURVAL, 103, 122, 130, 142, 143, 155, **737-738**
 Rodrigues MACHADO, LINO, 104, 109, 121, 142, 148, 334, 344, 345, **347-349**
 RODRIGUES PEREIRA Júnior, Francisco, 101, 105, 106, 116, 127, 133, 149, 361, **394-395**
 Rodrigues RIBEIRO, ADALBERTO Jorge, 102, 107, 119, 129, 137, 150, 446, **447-448**
 Rodrigues SABENÇA, ALCIDES, 103, 142, 153, 600, **630-631**
 RODRIGUES SEABRA, José, 101, 106, 114, 134, 136, 149, 361, **395-396**
 ROGERJO VIEIRA, 101, 106, 112, 114, 124, 134, 153, 635, 636, **647-648**
 ROMÃO JÚNIOR, Antônio José, 102, 107, 108, 117, 118, 139, 153, 600, 621, 623, **626-627**
 ROMERO, José de Lima FONTES, 100, 116, 127, 136, 147, 165, 259, 299, **300-301**
 ROMEU de Andrade LOURENÇÃO, 102, 129, 137, 154, 652, **713-715**
 Romeu de CAMPOS VERGAL, 40, 96, 104, 109, 122, 131, 143, 154, 626, 652, **732-735**
 ROMEU José FIORI, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 154, 652, 687, **699-700**
 Romualdo CREPORY Barroso FRANCO, 96, 100, 115, 126, 133, 134, 148, 335, **339-340**
 Rosa, LUÍS CLÁUDIO de Freitas, 101, 105, 106, 111, 133, 135, 148, 335, **341-342**
 Rubens de MELO BRAGA, 97, 102, 120, 130, 140, 151, 466, **479-480**
 RUI da Cruz ALMEIDA, 48, 92, 103, 108, 120, 129, 140, 141, 147, 164, 259, 260, **270-271**, 413, 713, 734
 RUI SANTOS, 101, 137, 138, 139, 140, 146, 186, **211-212**, 468
 RUI Soares PALMEIRA, 101, 118, 137, 138, 139, 145, 159, 171, **173-174**
- S**
- SÁ, ALFREDO, 95, 101, 105, 110, 112, 114, 125, 133, 135, 149, 361, **367-369**, 717
 SABENÇA, ALCIDES Rodrigues, 103, 142, 153, 600, **630-631**
 SABÓIA Magalhães, PLÍNIO Pompeu de, 102, 107, 118, 140, 146, 234, **235**
 SALES, EURICO de Aguiar, 100, 111, 113, 124, 133, 134, 148, 302, **311-312**
 SAMPAIO, ALDE Feijó, 102, 107, 108, 118, 128, 137, 138, 140, 151, 481, 501, **502-505**, 509, 583
 SAMPAIO, LEÃO, 102, 107, 119, 129, 139, 147, 234, **246-247**
 SAMPAIO VIDAL, Joaquim Abreu, 95, 101, 105, 116, 127, 132, 133, 154, 652, 653, 654, **682-686**
 Sampaio Vieira da Silva, JOÃO HENRIQUE, 98, 101, 105, 106, 114, 132, 136, 149, 361, **382-383**
 SAMUEL Vital DUARTE, 101, 105, 110, 112, 123, 124, 134, 150, 446, 460, **464-465**
 Santos, Benedito (BENI) Augusto CARVALHO dos, 102, 107, 118, 137, 138, 139, 146, 233, **237-238**
 SANTOS, Jarbas de LERI, 96, 103, 120, 130, 141, 149, 361, 424, **426-427**
 SANTOS, RUI, 101, 137, 138, 139, 140, 146, 186, **211-212**, 468
 Santos MATA, ABELARDO dos, 95, 103, 119, 129, 140, 141, 153, 600, **633-634**
 SARASATE Ferreira Lopes, PAULO, 97, 102, 107, 119, 129, 138, 139, 146, 188, 234, **247-250**, 274, 312, 625
 SÁTIRO e Sousa, ERNANI Ayres, 97, 98, 102, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 150, 446, 447, **450-452**, 455, 459, 463, 464, 497
 SEABRA, José RODRIGUES, 101, 106, 114, 134, 136, 149, 361, **395-396**
 SEGADAS VIANA, José de, 95, 103, 120, 129, 140, 141, 147, 259, 260, 261, **271-274**
 Serapião DE CARVALHO, DANIEL, 95, 104,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 109, 121, 130, 142, 143, 149, 361, 374, 411, **416-420**, 684
- Sérgio de Godói MAGALHÃES, AGAMENON, 17, 58, 94, 101, 105, 106, 110, 112, 115, 123, 124, 126, 134, 135, 151, 214, 461, 482, 483, 484, 486, **487-489**, 494, 495, 497, 498, 548, 553, 758
- Serra Serrão CARDOSO, CLODOMIR, 93, 101, 105, 110, 111, 114, 123, 133, 135, 148, 335, **336-337**, 338
- Serrão CARDOSO, CLODOMIR Serra, 93, 101, 105, 110, 111, 114, 123, 133, 135, 148, 335, **336-337**, 338
- SEVERIANO NUNES, Manuel, 98, 102, 107, 117, 128, 138, 145, 175, 181, **183-184**
- SIGEFREDO PACHECO, 100, 113, 133, 134, 136, 151, 521, 530, **532-533**
- SILVA, ADERBAL Ramos da, 101, 106, 116, 127, 132, 133, 153, 635, **642-643**
- Silva, ANTÔNIO Ezequiel FELICIANO da, 96, 97, 101, 106, 107, 113, 125, 133, 154, 650, 653, **655-657**, 667
- SILVA, ANTÔNIO José da, 102, 120, 129, 141, 147, 259, **260-261**
- SILVA, CLAUDIO José, 103, 108, 121, 130, 142, 153, 600, 630, **631-633**, 660
- SILVA, Francisco PEREIRA DA, 96, 97, 100, 111, 113, 133, 145, 175, **181-183**
- Silva, ISRAEL PINHEIRO da, 101, 106, 112, 115, 124, 126, 132, 133, 136, 149, 361, 362, **380-382**, 394
- Silva, OSCAR Napoleão CARNEIRO da, 97, 101, 106, 114, 126, 132, 133, 151, 481, 493, **496-498**
- Silva, OSVALDO PACHECO da, 67, 96, 103, 142, 154, 267, 652, 717, **727-729**
- Silva, JOÃO HENRIQUE Sampaio Vieira da, 98, 101, 105, 106, 114, 132, 136, 149, 361, **382-383**
- Silva, STÊNIO GOMES da, 40, 104, 109, 122, 131, 143, 147, 234, 255, 257, **258**
- Silva BERNARDES, ARTUR da, 94, 108, 109, 121, 130, 142, 149, 157-158, 182, 191, 241, 245, 270, 279, 361, 367, **411-414**, 415, 417, 436, 535, 562, 587, 626, 639, 667, 682, 720
- Silva BERNARDES FILHO, Artur da, 103, 109, 121, 122, 130, 142, 149, 361, 371, 411, **414-416**, 499, 541
- Silva FERNANDES, PAULO da, 97, 100, 114, 126, 133, 136, 153, 600, 601, **620-621**
- Silva FONTES, TOMÁS Adalberto da, 102, 129, 139, 153, 313, 635, 649, **650-651**
- Silva MATOS, AFONSO da, 100, 113, 125, 136, 148, 335, **338-339**
- Silva MENDES, EZEQUIEL da, 103, 120, 130, 141, 149, 361, 424, **425**
- Silva NEVES, ALFREDO da, 95, 101, 106, 110, 112, 113, 123, 124, 125, 134, 135, 136, 153, 600, **601-603**
- Silva NEVES, LEOPOLDO Amorim da, 103, 108, 120, 140, 145, 175, 184, **185**
- Silva PARIJÓS, NELSON da, 98, 100, 113, 132, 133, 136, 150, 428, **439-440**
- Silva SOARES, ODILON da, 100, 116, 127, 133, 136, 148, 335, **342-343**
- Silva TELLES Júnior, GOFFREDO Carlos da, 40, 67, 100, 116, 127, 133, 134, 154, 652, 653, 654, **669-671**
- Silveira, ÁLVARO ADOLFO da, 94, 101, 105, 106, 116, 127, 132, 134, 150, 428, **429-430**, 431
- Silveira, ARISTIDES MILTON da, 41, 100, 114, 125, 134, 136, 146, 186, 213, **218**
- Silveira, DIÓGENES MAGALHÃES da, 96, 100, 116, 127, 136, 148, 319, **324-325**
- SILVEIRA, GUARACI, 94, 103, 108, 120, 129, 141, 153, 652, 687, **693-695**
- SILVESTRE PÉRICLES de Góis Monteiro, 94, 100, 110, 115, 123, 126, 134, 136, 145, 159, 160, 161, 167, **169-171**, 173, 178, 214, 219, 264, 409, 585
- Sílvio BASTOS TAVARES, 101, 106, 112, 114, 133, 136, 153, 600, **608-610**, 612
- SÍLVIO DE CAMPOS, 101, 105, 116, 127, 133, 154, 652, 653, **686-687**
- Siqueira, JALES MACHADO de, 102, 117, 137, 140, 148, 319, 321, 322, 325, 327, 328, 329, **331-334**
- Siqueira VIANA, ARI de, 100, 111, 114, 125, 135, 147, 302, **307-308**
- SOARES, ASDRÚBAL Martins, 94, 101, 105, 111, 114, 135, 136, 147, 302, **308-309**
- SOARES, ODILON da Silva, 100, 116, 127, 133, 136, 148, 335, **342-343**
- Soares Affonsoeca, JOSÉ ARMANDO de Macedo, 96, 101, 107, 116, 127, 133, 135, 154, 652, 654, **676-678**
- Soares CAMPOS, MILTON, 93, 102, 107, 118, 119, 128, 137, 138, 139, 149, 361, 373, 378, 389, 395, **407-409**, 423

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

Soares da ROCHA, ADELMAR, 102, 107, 119, 139, 140, 151, 521, **525-526**
SOARES FILHO, José Monteiro, 93, 96, 102, 107, 108, 119, 137, 139, 153, 600, 608, 621, 623, **627-629**, 697, 703
Soares PALMEIRA, RUI, 101, 118, 137, 138, 139, 145, 159, 171, **173-174**
Sodré LOPES, LAURO, 92, 101, 105, 112, 134, 135, 150, 466, **473-474**
Sousa, ERNANI Ayres SÁTIRO e, 97, 98, 102, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 150, 446, 447, **450-452**, 455, 459, 463, 464, 497
Sousa, ESMARAGDO DE FREITAS e, 47, 102, 117, 119, 138, 139, 151, 507, 521, **522-523**
SOUSA, José FERREIRA DE, 94, 102, 107, 108, 119, 129, 137, 138, 139, 152, 534, 542, **543-545**
Sousa AVELINO, José GEORGINO Alves e, 92, 101, 105, 110, 115, 123, 127, 133, 135, 152, **534-536**
SOUSA COSTA, Artur de, 47, 50, 64, 93, 100, 110, 123, 132, 135, 152, 326, 381, 553, 554, **582-584**, 696
Sousa Pedroso, JOÃO AMAZONAS de, 96, 103, 108, 121, 130, 142, 147, 259, 286, **293-296**
Souza, JOSÉ NEIVA de, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 335, **340-341**
SOUZA LEÃO, Eurico de, 95, 104, 109, 121, 142, 151, 481, **517-518**
STÊNIO GOMES da Silva, 40, 104, 109, 122, 131, 143, 147, 234, 255, 257, **258**
STUDART Filho, OSWALDO, 97, 100, 106, 113, 125, 132, 136, 147, 234, 250, **252-253**

T

Taborda de ATAÍDE, ARAMIS, 101, 106, 116, 127, 134, 136, 466, **469-470**
Tarcílio VIEIRA DE MELO, 100, 111, 123, 133, 146, 186, 201, 213, 214, 221, **226-228**, 584
TAVARES, Sílvio BASTOS, 101, 106, 112, 114, 133, 136, 153, 600, **608-610**, 612
TAVARES D'AMARAL, Max, 102, 119, 129, 137, 153, 635, **649-650**
TÁVORA, Manuel do Nascimento FERNANDES, 25, 56, 97, 102, 107, 116, 117, 138, 139, 146, 234, 235, **241-243**, 245, 542, 760
TEIXEIRA, Luís MÉRCIO, 100, 114, 126, 136, 152, 553, 554, **578**
Teixeira, PEDRO LUDOVICO, 25, 47, 100, 110,

111, 122, 123, 124, 132, 136, 148, 319, **320-321**, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 761
TEIXEIRA DE VASCONCELOS, Cícero, 100, 125, 134, 135, 145, 159, **161-162**
TELES, Joaquim FERNANDES, 102, 107, 137, 140, 147, 234, **243-244**
TFILELES Júnior, GOFFREDO Carlos da Silva, 40, 67, 100, 116, 127, 133, 134, 154, 652, 653, 654, **669-671**
TEODOMIRO Porto da FONSECA, 100, 114, 126, 135, 136, 152, 553, 554, **584-585**
TEÓDULO Lins de ALBUQUERQUE, 40, 104, 122, 131, 143, 146, 186, 232, 233
Teófilo GOMY JÚNIOR, João, 101, 106, 116, 127, 132, 134, 135, 150, 466, **470-472**
TINOCO, BRÍGIDO Fernandes, 101, 106, 113, 114, 115, 125, 126, 134, 153, 544, 600, **610-611**
TOLEDO PIZA Sobrinho, Luís de, 102, 107, 108, 117, 119, 128, 137, 138, 154, 652, **715-717**
TOMÁS Adalberto da Silva FONTES, 102, 129, 139, 153, 313, 635, 649, **650-651**
TORRES, ACÚRCIO Fernandes, 93, 101, 105, 106, 116, 127, 134, 153, 264, 600, **604-606**, 614, 669, 670
TOSTES, LAIR Palleta de Rezende, 100, 113, 133, 134, 149, 361, **388-389**
TRIFINO CORREIA, André, 41, 103, 108, 121, 130, 141, 152, 269, 430, 437, 553, 591, 592, **593-594**, 641
TUIUTI de Oliveira Frcitas, OSÓRIO, 102, 119, 129, 138, 139, 152, 553, 585, **589-591**

U

ULISSES LINS de Albuquerque, 25, 100, 116, 127, 133, 134, 151, 481, 482, 483, **500-501**
ÚRSULO Ribeiro Coutinho Filho, JOÃO, 102, 118, 128, 136, 137, 138, 150, 446, 447, **455-456**

V

VALDEMAR PEDROSA, 93, 100, 106, 110, 111, 133, 134, 145, 175, **177-179**
Valente, Francisco GURGEL DO AMARAL, 102-103, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **268-269**, 689, 712, 713
VALLADARES Ribeiro, BENEDITO, 25, 68, 93,

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

- 101, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 123, 124, 125, 133, 149, 361, 362, 364, 366, **370-372**, 373, 374, 375, 376, 380, 385, 387, 391, 392, 393, 394, 399, 400, 402, 403, 404, 405, 406, 408, 409, 410, 415, 421, 426, 427, 497, 528, 554, 555, 639, 669, 670, 761
- VANDERLEI, VERGNAUD, 102, 117, 118, 128, 138, 150, 446, **448-449**
- VARELA, José AUGUSTO, 101, 106, 114, 126, 133, 136, 152, 534, **538-540**, 548
- VARGAS, GETÚLIO Dornelles, 15, 16, 17, 37, 45, 47, 48, 50, 58, 60, 85, 101, 105, 106, 110, 111, 123, 129, 133, 150, 164, 166, 178, 180, 192, 194, 208, 212, 217, 229, 232, 255, 256, 259, 260, 262, 263, 264, 267, 272, 274, 275, 280, 290, 295, 323, 324, 354, 362, 370, 371, 373, 375, 397, 409, 412, 417, 418, 421, 424, 425, 436, 441, 442, 443, 453, 465, 467, 480, 482, 483, 487, 496, 497, 508, 518, 530, 535, 537, 551, 553, 554, **555-558**, 560, 563, 573, 580, 581, 583, 587, 595, 596, 600, 602, 606, 607, 611, **615**, 621, 625, 629, 633, 634, 636, 641, 654, 666, 689, 692, 695, 696, 697, 703, 756, 760
- VARGAS NETO, Manuel do Nascimento, 103, 120, 130, 140, 141, 147, 259, 260, **275-276**, 657
- VASCONCELOS, Cícero TEIXEIRA DE, 100, 125, 134, 135, 145, 159, **161-162**
- Vasconcelos, JOSÉ DE BORBA, 102, 107, 117, 138, 139, 147, 234, **245-246**, 542
- VELASCO, DOMINGOS Neto, 40, 49, 96, 98, 104, 109, 122, 144, 148, 319, 322, **329-331**, 332
- VERGAL, Romeu de CAMPOS, 40, 96, 104, 109, 122, 131, 143, 154, 626, 652, **732-735**
- VERGARA, PEDRO Leão Fernandes Espinosa, 101, 105, 116, 127, 134, 135, 152, 553, 554, **580-581**
- VERGNIAUD VANDERLEI, 102, 117, 118, 128, 138, 150, 446, **448-449**
- VERGUEIRO, NICOLAU de Araújo, 101, 105, 106, 116, 127, 136, 152, 553, **579-580**
- VESPASIANO Barbosa MARTINS, 102, 107, 118, 128, 137, 140, 148, 350, **352-353**
- VIANA, ARI de Siqueira, 100, 111, 114, 125, 135, 147, 302, **307-308**
- VIANA, Fernando de MELO, 92, 101, 106, 110, 111, 121, 132, 133, 149, 306, 361, **363-365**, 367, 368, 395, 417, 418, 422, 499, 516, 620
- VIANA, José de SEGADAS, 95, 103, 120, 129, 140, 141, 147, 259, 260, 261, **271-274**
- VIANA FILHO, LUIS, 52, 102, 107, 119, 129, 137, 138, 139, 146, 186, 187, 188, 191, 192, **202-203**
- Vicente da MOTA NETO, 100, 113, 115, 126, 132, 133, 152, 534, **540-541**
- VIDAL, Joaquim Abreu SAMPAIO, 95, 101, 105, 116, 127, 132, 133, 154, 652, 653, 654, **682-686**
- VIEGAS, AUGUSTO das Chagas, 101, 105, 106, 116, 127, 133, 149, 361, **369**
- VIEIRA, HERIBALDO Dantas, 102, 108, 117, 137, 155, 737, **741-742**
- VIEIRA, ROGÉRIO, 101, 106, 112, 114, 124, 134, 153, 635, 636, **647-648**
- Vieira da COSTA, OTACÍLIO, 101, 106, 114, 115, 116, 133, 153, 635, **645-646**
- Vieira da Silva, JOÃO HENRIQUE Sampaio, 98, 101, 105, 106, 114, 132, 136, 149, 361, **382-383**
- VIEIRA DE MELO, Tarcílio, 100, 111, 123, 133, 146, 186, 201, 213, 214, 221, **226-228**, 584
- VIEIRA DE RESENDE, Paulo Afonso, 97, 100, 116, 127, 133, 148, 302, **312-313**
- VILLAS BOAS, JOÃO, 47, 102, 107, 108, 117, 138, 139, 148, **350-352**
- Vital DUARTE, SAMUEL, 101, 105, 110, 112, 123, 124, 134, 135, 150, 446, 460, **464-465**
- VÍTOR de Azevedo, MANUEL, 96, 104, 122, 131, 143, 154, 652, **735-736**
- VITORINO de Brito FREIRE, 25, 100, 113, 125, 132, 135, 148, 335, **343-344**, 345, 349, 530, 532, 755
- VIVÁCQUA, ATÍLIO, 93, 101, 106, 111, 114, 133, 134, 147, 302, **303-304**

W

- WALFREDO Dantas GURGEL, 100, 116, 127, 134, 135, 152, 533, **541-542**
- WÁLTER do Prado FRANCO, 85, 102, 119, 129, 137, 155, 737, **738-739**
- WELLINGTON BRANDÃO, 98, 100, 116, 127, 132, 134, 135, 149, 361, **396-397**

X

- XAVIER de Almeida, GUILHERME, 101, 106, 113, 125, 132, 134, 148, 319, **327-328**

Os números em negrito referem-se às biografias dos parlamentares.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970
Brasília – DF

Câmara dos Deputados



CAM00167957

ISBN 85-7365-030-3



9 788573 650303